



PMDI

**PLANO MINEIRO DE
DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO**

VOLUME II
DIAGNÓSTICO SETORIAIS



**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS
2016 A 2027**

**MINAS
GERAIS**
GOVERNO DE TODOS

SUMÁRIO

DIAGNÓSTICO SETORIAL AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	1
DIAGNÓSTICO SETORIAL CULTURA	31
DIAGNÓSTICO SETORIAL CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR.....	102
DIAGNÓSTICO SETORIAL SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	129
DIAGNÓSTICO SETORIAL DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, COMPETITIVO, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO	155
DIAGNÓSTICO SETORIAL ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA.....	209
DIAGNÓSTICO SETORIAL DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA SEM DISCRIMINAÇÃO E SEM VIOLÊNCIA	272
DIAGNÓSTICO SETORIAL DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA	337
DIAGNÓSTICO SETORIAL SEGURANÇA PÚBLICA.....	368
DIAGNÓSTICO SETORIAL EDUCAÇÃO	400
DIAGNÓSTICO SETORIAL ESPORTES.....	444
DIAGNÓSTICO SETORIAL SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE	481
DIAGNÓSTICO SETORIAL SAÚDE	493
DIAGNÓSTICO SETORIAL INFREESTRUTURA E LOGÍSTICA	532
DIAGNÓSTICO SETORIAL TURISMO.....	600



PMDI

PLANO MINEIRO DE
DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO

DIAGNÓSTICO SETORIAL AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS
2016 A 2027

 **MINAS
GERAIS**
GOVERNO DE TODOS

INTRODUÇÃO

A partir da década de 60 do século XX, o Brasil, país eminentemente rural, passa a ter um contorno de país urbano. A valorização da vida nas cidades, a crescente demanda urbana por mão de obra e o consequente aumento das oportunidades de emprego e renda foram alguns dos fatores responsáveis por essa transformação.

Além do acelerado processo de urbanização, o Brasil experimentou, também, significativo crescimento demográfico. Sua população saltou de 71 milhões de habitantes em 1960 para cerca de 202,8 milhões em 2014. Esse expressivo crescimento populacional é suficiente para explicar o papel estratégico e fundamental do setor agropecuário, em particular nos aspectos relacionados à produção de alimentos, fibras, energia renovável e sustentabilidade ambiental. Devendo considerar, também, a importância na promoção da qualidade de vida das populações, pela geração de emprego e renda, pela produção de excedentes para exportação, sem negligenciar sua importância na redução dos bolsões de pobreza.

Nesse contexto, a agricultura brasileira evoluiu. Os produtores adotaram tecnologias, incorporaram inovações, aperfeiçoaram os modelos de produção, especialmente para os produtos de exportação. Essa evolução garantiu o abastecimento de alimentos para a população e a produção de fibras e de bioenergia, gerando excedentes exportáveis, que, desde então, vêm contribuindo para o aumento continuado do saldo da balança comercial brasileira.

Atualmente, várias instituições nacionais e internacionais registram a importância estratégica da agricultura brasileira para segurança alimentar e nutricional e, também, para a redução da pobreza.

As potencialidades naturais do Brasil e o empreendedorismo dos agricultores brasileiros permitem antever um contínuo aumento da produtividade, da produção e da oferta de alimentos. Todavia, para que isso aconteça de forma sustentável, é imperativo o incremento do uso racional dos recursos naturais, em especial dos recursos hídricos, a adoção da agricultura de baixo carbono, sendo previsível uma maior contribuição da agricultura às fontes renováveis de energia. As multifunções da agricultura consolidam-se como essenciais para a estabilidade socioeconômica e ambiental do país.

Para superar os desafios do século atual, muitos deles comuns a todos os países cabem aos governos discutir com a sociedade quais são os instrumentos necessários para potencializar o desenvolvimento sustentável da agricultura e formular políticas públicas, principalmente relativas à redução da pobreza, ampliação da oferta de alimentos seguros, conservação ambiental, produção, reservação e uso eficiente da água, educação e segurança no campo, e geração de energia renovável, bem como, em articulação com outros setores, promover a melhoria da infraestrutura rural em termos de transporte, saneamento, comunicação, habitação e saúde.

DIAGNÓSTICO DO SETOR

Minas Gerais, de forma similar ao Brasil, também possui uma enorme capacidade de desenvolvimento agropecuário devido às condições edafoclimáticas que permitem a produção durante todo o ano de produtos tropicais e temperados. Além disso, o estado possui uma localização estratégica, no centro do país, o que possibilita um escoamento de produtos com fluxo contínuo tanto internamente, devido à proximidade com os grandes centros consumidores nacionais, quanto externamente, por possibilitar o acesso aos principais portos exportadores, Tubarão e Vitória no Espírito Santo, Sepetiba no Rio de Janeiro e Santos em São Paulo. Há, portanto, um ambiente propício para a produção agropecuária, caracterizada por sua diversidade e heterogeneidade.

PRODUTO INTERNO BRUTO DO AGRONEGÓCIO MINEIRO.

Entre os anos de 2008 e 2014, o PIB do agronegócio mineiro, em valores corrigidos, passou de R\$ 118,12 bilhões para R\$ 159,83 bilhões, perfazendo crescimento de 35,3% (Tabela 1). O aumento da demanda interna e externa contribui para a valorização dos produtos, com geração de renda.

O comportamento de cada um dos segmentos que compõem o agronegócio estadual (insumos, básico ou “dentro da porteira”, indústria e distribuição) pode ser observado na Tabela 1. O segmento à montante das atividades agropecuárias (referente às desempenhadas “antes da porteira”) registrou redução de 3,3% entre 2008 e 2014, atingindo R\$ 9,36 bilhões no último ano.

Já o PIB proveniente do segmento básico passou de R\$ 45,65 bilhões para R\$ 62,78 bilhões, aumento de 37,5%. As atividades, que incorporam o segmento de distribuição geraram renda no valor de R\$ 49,17 bilhões, com crescimento de 38,7% entre os anos de 2008 e 2014.

Em relação ao PIB do segmento industrial houve um crescimento de 38,7% e atingiu R\$ 38,51 bilhões em 2014. O aumento da agroindustrialização se integra ao processo de mudanças estruturais do setor agropecuário estadual e nacional. Nesse contexto, inserem-se mudanças tecnológicas e industriais que implicam em maior profissionalização das atividades produtivas, exemplificada pela integração crescente da produção primária à agroindústria.

Entretanto, subdividindo-se a renda do agronegócio de 2014 entre os quatro segmentos supracitados, verifica-se que os insumos respondem por 5,8%, o segmento básico, 39,3%, industrial, 24,1% e o de distribuição, 30,8%. Tal composição evidencia que o segmento que representa a maior parcela da renda gerada pelo agronegócio ainda se concentra nas atividades “dentro da porteira”.

Tabela 1 - PIB do agronegócio - Agrícola e Pecuária - Minas Gerais de 2008 a 2014(R\$ milhões de 2014).

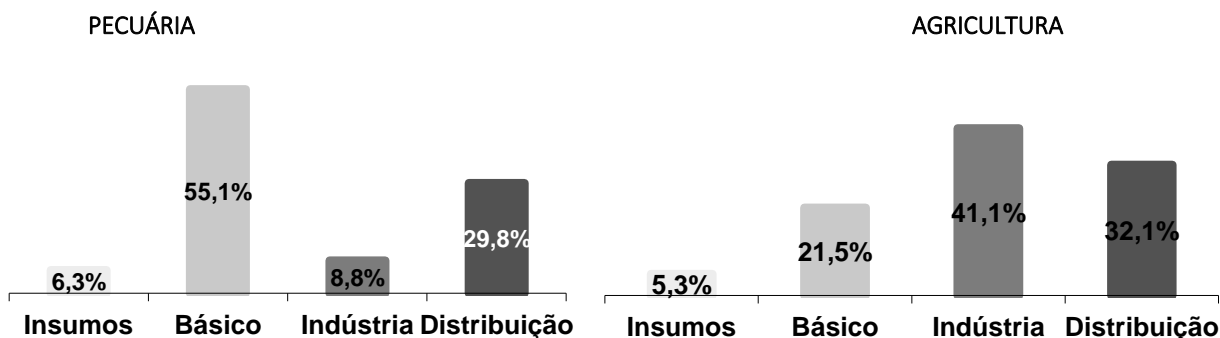
Ano	Insumo	Básico	Agroindustrial	Serviços	Total
2008	9.689	45.652	27.324	35.459	118.123
2009	8.803	41.765	28.811	34.802	114.181
2010	8.206	46.881	35.142	40.611	130.839
2011	9.764	55.632	36.012	44.275	145.683
2012	9.922	49.704	34.923	41.320	135.869
2013	9.224	56.536	37.778	46.052	149.590
2014	9.368	62780	38.507	49.173	159.827

Fonte: Adaptado de Barros et al. (a preços de março/2015).

Para o ano de 2015, há uma expectativa que o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio mineiro gere um valor de R\$ 166,57 bilhões, o que representa quase um terço da economia mineira. Deste valor, o segmento agroindustrial representa 23,84% (R\$39,79 bilhões), bem abaixo dos valores no segmento básico (R\$66,17 bilhões) e no de serviços (R\$51,37 bilhões), no entanto superior ao segmento de insumos (R\$9,29 bilhões).

A expressividade da produção agropecuária faz do segmento básico o principal gerador de riqueza, pois no setor pecuário há uma participação expressiva no ranking nacional, possuindo a maior bacia leiteira, o primeiro rebanho de equinos, o maior polo produtor de peixes ornamentais e trutas, o segundo rebanho bovino, o terceiro plantel de aves de postura, o quarto plantel de suínos e coelhos, o quinto plantel de frango de corte e o quarto produtor de produtos apícolas. Em relação ao setor agrícola, Minas se destaca como maior produtor de café, segundo na produção de cana-de-açúcar e de feijão, além de deter a maior área plantada de florestas comerciais.

A agregação de valor no setor pecuário, pelas agroindústrias, em 2014, representa 8,8% dos R\$81,50 bilhões gerados, ou seja, os frigoríficos (bovinos, aves e suínos), e os laticínios não processam a maioria do leite e dos animais produzidos no território mineiro. No setor agrícola a geração no segmento agroindustrial é superior ao pecuário. Dos R\$77,70 bilhões gerados 41,1% são provenientes das agroindústrias. A maior participação se deve ao setor sucroalcooleiro (açúcar, álcool hidratado e anidro) e a indústria de celulose, unidades fabris consolidadas que utilizam a maior parcela da produção primária.

Gráfico 1 - PIB DO AGRONEGÓCIO MINEIRO (% POR SEGMENTO)


Fonte: Adaptado de Barros et al. (a preços de março/2015).

Esses indicadores sinalizam a importância da atração de empreendimentos que possam processar a maior parte das matérias-primas produzidas. No segmento de lácteos há uma produção de 9,3 bilhões de litros por ano e 34% deste volume não são industrializados, sendo comercializados em outros estados e outra parcela na informalidade na forma in natura ou de queijos. O mesmo ocorre para as carnes, principalmente para a bovina. No caso específico do café, o mercado externo é propício para o desenvolvimento da cultura exportadora café em grão (verde), chegando a exportar 90% da produção estadual. No entanto, as barreiras tarifárias impostas pelos principais países importadores (Alemanha, Estados Unidos da América, Japão e Itália) dificultaram a comercialização de cafés processados o que limitou o desenvolvimento de um parque fabril mineiro.

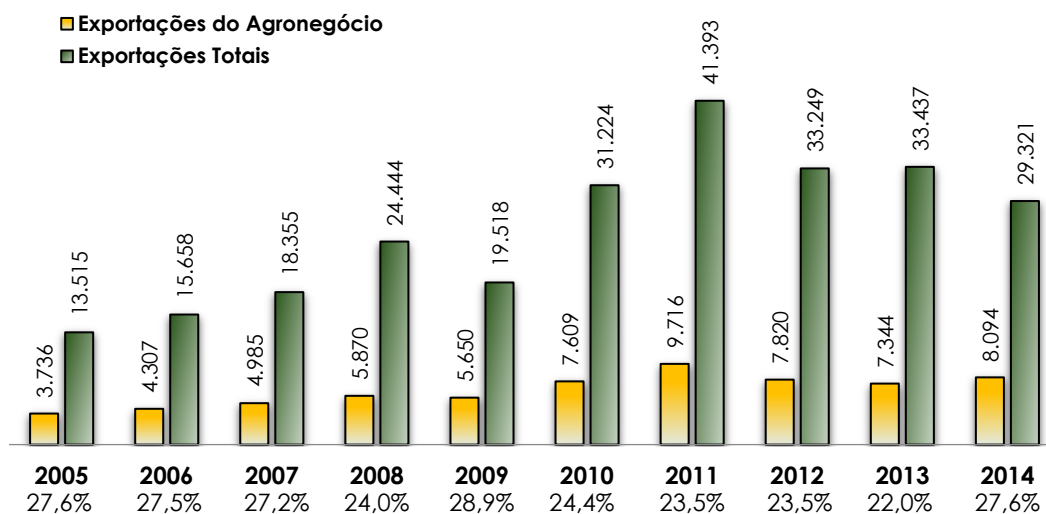
EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO MINEIRO.

Em 2014, as exportações de todos os setores da economia de Minas Gerais somaram US\$29,32 bilhões, recuo de 12,3% quando comparado com o valor obtido em 2013. Todavia, as vendas oriundas exclusivamente do agronegócio expandiram em 10,2%, gerando um montante de US\$8,09 bilhões. O agronegócio foi responsável por 27,6% do total das exportações mineiras. Destaca-se que foi a segunda maior participação do setor nas vendas mineiras nos últimos 10 anos, ficando atrás somente das exportações realizadas em 2009, quando o setor foi responsável por 28,9% das exportações do estado (Gráfico 1).

O comércio externo do agronegócio estadual contribuiu com US\$ 3,56 bilhões, em 2005, para o saldo da balança comercial mineira e em 2014 elevou esse valor para US\$ 7,58 bilhões, representando significativo crescimento de **110,7%**.

O grupo “Café e derivados” manteve-se como o terceiro mais exportado por Minas Gerais logo após “Minérios Metalúrgicos” e “Produtos Metalúrgicos”, sendo o principal oriundo do agronegócio. Em 2014, foram vendidos 21,15 milhões de sacas de 60 kg e se obteve US\$ 4,12 bilhões, volume e valor maiores em, respectivamente, 12,2% e 32,5%, do que negociado em 2013.

Gráfico 2 – Série histórica das exportações de Minas Gerais



Em 2014, o grupo de “Café e Derivados” obteve a receita de 4,12 bilhões, valor que representa 50,8% das exportações do agronegócio estadual. Nas exportações de todos os setores da economia de Minas Gerais, as de “Café e Derivados” responderam pela parcela de 14,0%. A receita obtida pela exportação de “Carnes” somou US\$ 975 milhões e sua participação nas exportações do agronegócio mineiro passou a ser de 12,0%. O terceiro principal grupo foi o “Complexo Sucroalcooleiro” com vendas de US\$ 952 milhões. A quarta colocação ficou com o “Complexo Soja” e suas exportações somaram US\$ 842 milhões e na quinta colocação está o grupo “Produtos Florestais”, com valor de US\$576,33 milhões.

DIVERSIDADES REGIONAIS

Há um ambiente propício para a produção agropecuária em Minas Gerais, caracterizada por sua diversidade e heterogeneidade. Tal fato pode ser verificado pela análise regional, na qual, o Centro-Leste abrange a porção formada pelas regiões para fins de planejamento do Rio Doce, Jequitinhonha-Mucuri, parte do Norte de Minas, localizada à margem direita do rio São Francisco e ainda as áreas ao norte das regiões Central e Mata. Nesta porção observa-se um relevo acidentado e expressiva parcela de solos pobres. Além da pecuária de corte e leite destacam-se as produções de milho, feijão e arroz para subsistência, cultivados em propriedades familiares. A produção nesta região é influenciada sobremaneira pelo clima quente e distribuição irregular de chuvas. Nessas regiões o uso de tecnologias adaptadas ao semiárido é essencial para o aumento da produção e a preservação dos recursos naturais.

A porção Centro-Sul, formada pelas regiões Sul de Minas e partes da Mata e Centro-Oeste, possui altitude elevada, clima ameno e distribuição regular de chuvas. A produção agrícola é predominante nas economias locais sendo praticada, principalmente, por pequenos produtores. Vale destacar que, diferente de outras regiões, a produção praticada por pequenos agricultores não é apenas para subsistência, mas também para fim empresarial. Os principais produtos agrícolas são café, batata, tomate, frutas temperadas de caroço (pêssego, nectarina e ameixa), milho e leite.

A área porção Oeste, formada pelas regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste são as principais e mais dinâmicas regiões agrícolas do Estado. Tal fato se deve a fatores topográficos, hidrológico e climáticos favoráveis, predominando na região o bioma cerrado. Tais fatores favorecem a exploração agropecuária, pois permitem o uso de maquinário agrícola e demais tecnologias, além de apresentar boa infraestrutura de armazenamento, beneficiamento e logística. Destacam-se a soja, o milho, o café, a bovinocultura e a suinocultura, além de uma agricultura irrigada pujante.

PRINCIPAIS PRODUTOS DA AGROPECUÁRIA

Café

Minas Gerais é o maior produtor nacional de café. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2015), em 2014, o estado produziu 22,6 milhões de sacas, que representou 53,4% da produção nacional (Gráfico 2). No mesmo ano, a produção mundial foi estimada em 150 milhões de sacas e o volume brasileiro respondeu por 34,2% deste montante. Já a produção mineira representou 15,1% do volume global e, se fosse um país, Minas Gerais se posicionaria na segunda colocação entre principais países produtores, atrás apenas do Vietnã. É válido ressaltar que os dados citados referem-se à produção das variedades arábica e robusta, e em caso de produção de café arábica, a produção mineira seria a maior do mundo.

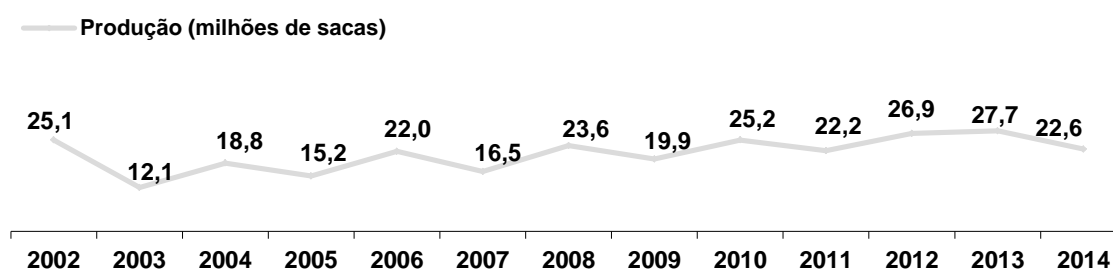
Em termos regionais, segundo dados da Produção Agrícola Municipal-PAM, informados pelo IBGE, a produção estadual é, tradicionalmente, liderada pela região Sul de Minas. Os principais municípios produtores (Patrocínio e Araguari), entretanto, localizam-se na região do Alto Paranaíba e Triângulo, sendo acompanhados, por Serra do Salitre, localizado no Alto Paranaíba.

As regiões Alto Paranaíba e Triângulo destacam-se pela adoção de práticas de irrigação, de modernas técnicas de adensamento e mecanização da lavoura e de tecnologias adotadas em decorrência das condições propícias do relevo regional.

O estado apresenta consideráveis vantagens comparativas na produção de café em grão, em função, principalmente, da abundância dos recursos naturais e adequação das condições edafoclimáticas, ao passo que apresenta limitações na agregação de valor à produção pela indústria.

A competitividade do café brasileiro é afetada negativamente pelos elevados custos de infraestrutura e logística, pela alta carga tributária, pelas altas taxas de juros, entre outros fatores que criam dificuldades para a cadeia produtiva do café. O café torrado e moído destina-se fundamentalmente ao mercado interno. Se por um lado isso é positivo por reduzir a vulnerabilidade em função da pujança do mercado interno, por outro lado, um limitado acesso ao mercado externo para produtos de alta agregação de valor limita a rentabilidade do setor.

Gráfico 3 - Evolução da Produção de café em Minas Gerais



Produtos Florestais

Dentre os segmentos da economia mineira os maiores plantadores de eucalipto são as indústrias siderúrgicas independentes (guseiras que utilizam carvão vegetal), e integradas, os produtores de celulose (inclusive de outros estados); as produtoras de ferro-ligas e os produtores independentes. Os quatro primeiros são, também, os maiores consumidores de produtos florestais.

A produção de eucalipto para fins comerciais espalham-se por todas as regiões do estado e estão presentes em cerca de 500 municípios mineiros (59% do total). As plantações aumentaram naquelas regiões já tradicionais como Vale do Jequitinhonha/Mucuri, Mata e Leste e até em novas áreas como nos Campos das Vertentes, na região Central, no Triângulo Mineiro e Noroeste de Minas Gerais. Da área plantada no país, o estado detém 25,5% (1,4 milhão de hectares), assumido a liderança na exploração de florestas plantadas.

Em Minas Gerais, os dois principais setores consumidores de madeira de maciços florestais cultivados, celulose e carvão vegetal, cujos valores de produção são utilizados no cálculo do PIB, vêm apresentando redução de participação desde a crise econômica de 2008/2009. A maior parte de ferro gusa produzido no estado, com carvão vegetal, e a celulose sofreram fortes reduções de demanda nos mercados internacionais. As quedas da produção e do consumo no Brasil deveram-se às incertezas econômicas globais. Nos últimos cinco anos, ocorreram uma forte queda nos preços internacionais do produto, resultado da demanda internacional retraída e, em alguns momentos, da forte sobrevalorização cambial, o que afetou as exportações.

Nos últimos anos tem ocorrido um pequeno crescimento da área plantada, principalmente com eucalipto, é reflexo da lenta recuperação do comércio mundial e dos preços internacionais em queda dos produtos de base florestal.

O Brasil é referência na produção de agroenergia. Programas que incentivem alternativas econômica e ecologicamente viáveis à substituição dos combustíveis fósseis atraem a atenção do mundo. Menos poluente e mais barata, a geração de energia com o uso de produtos agrícolas representa a segunda principal fonte de energia primária do País. Considerando que o agronegócio contribui com 1/3 do PIB estadual, ações que incentivem a produção de biocombustíveis no território mineiro (etanol, biodiesel, florestas energéticas) são imprescindíveis.

Tabela 2 - Área de florestas plantadas

Ranking	Unidades Federação	Eucalipto (ha)
1º	MG	1.404.429
2º	SP	1.010.444
3º	PR	200.473
4º	MS	699.128
5º	SC	107.345
6º	BA	623.971
7º	RS	316.446
8º	ES	221.559
9º	MA	209.249
10º	MT	187.090
11º	PA	159.657
12º	Outros	333.385
TOTAL		5.473.176

Soja

Em 2014, a produção de soja de Minas Gerais foi de 3,3 milhões de toneladas (3,8% do volume nacional), com rendimento médio da cultura de 2,7 t/ha hectare (Gráfico 2). As principais regiões produtoras são Noroeste, Triângulo e Alto Paranaíba, que respondem por 35,9%, 33,2% e 21,4%, respectivamente do volume mineiro. O Triângulo Mineiro, que substituiu parte da soja pela cana-de-açúcar, liderou a produção estadual até 2011, quando foi ultrapassado pelo Noroeste (IBGE-PAM, 2012). Para a safra de 2015 a expectativa é de valores bem próximos ao da safra passada (3,3 milhões de toneladas).

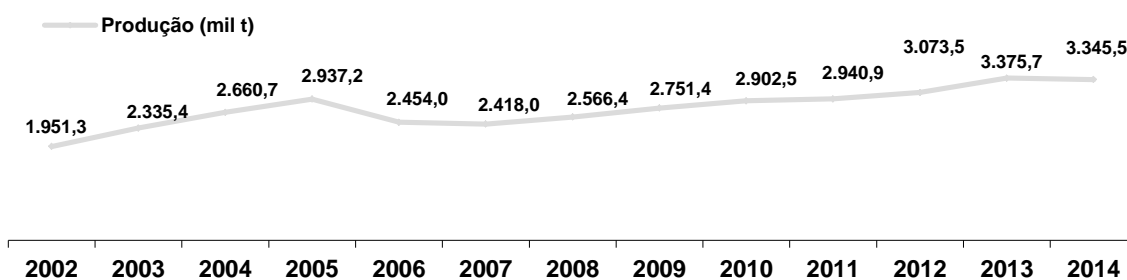
As regiões do Noroeste, Triângulo e Alto Paranaíba apresentam semelhanças no perfil da produção agropecuária, caracterizado por grandes propriedades de produção de grãos de cunho empresarial com atualizada base tecnológica. Outros pontos favoráveis à produção do Noroeste dizem respeito às oportunidades de escoamento (viabilizados pelo Terminal Intermodal de Pirapora).

A produção da soja em grão tem uma demanda latente atrelada à demanda internacional de países importadores de commodities agrícolas brasileiras (como a China), indústria de rações (especialmente de aves e suínos), e indústria de alimentação humana. Os agentes demandantes contribuem para a versatilidade do mercado da soja em grão, que por sua vez garante à atividade ampla e crescente liquidez.

A indústria de esmagamento da soja viabiliza os diferenciais de competitividade do complexo agroindustrial, em virtude da agregação de valor ou diferenciação da soja em grão. O crescimento da produção agrícola de soja e sua localização espacial tem influenciado a capacidade de processamento da oleaginosa e a sua localização, além do próprio processo de formação dos custos setoriais da industrialização da soja.

Por outro lado, um dos pontos negativos à competitividade do complexo agroindustrial da soja diz respeito ao chamado “Custo Brasil”, a soma de todos os custos de frete e portuários, deficiências na infraestrutura logística e de armazenagem, elevada carga tributária e altos encargos trabalhistas e impostos vinculados ao faturamento das firmas, que diminuem as vantagens competitivas adquiridas no segmento da produção agrícola.

Gráfico 3. Evolução da produção de soja em Minas Gerais



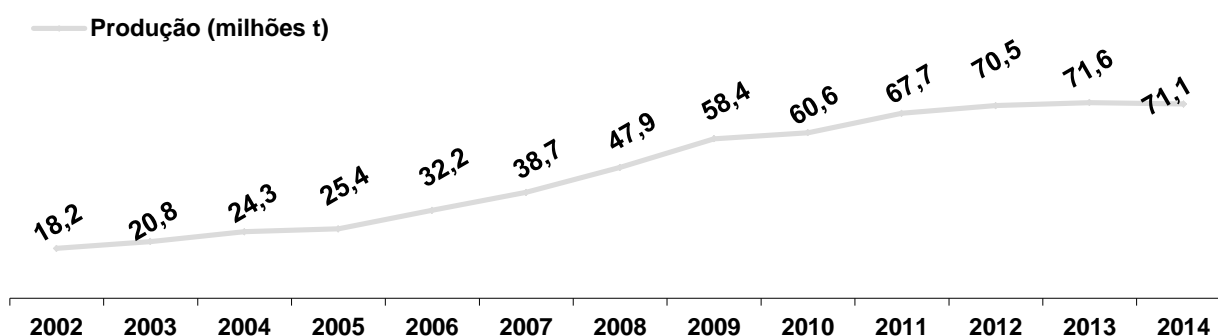
Cana-de-açúcar

A produção de Minas Gerais de cana-de-açúcar é de 71,8 milhões de toneladas, correspondentes a 10,3% do volume nacional (Gráfico 3). Com esse montante, o estado posiciona-se na segunda colocação no ranking nacional, atrás de São Paulo. Entre os anos de 2008 a 2014, a produção mineira cresceu 48,4%.

Atualmente, o Triângulo Mineiro é a principal região produtora, respondendo por 64,4% do volume de cana produzido pelo estado, sendo seguido pelas regiões Alto Paranaíba, Noroeste e Sul (com percentuais de 7,1%, 6,9% e 5,7%, respectivamente). As principais regiões supracitadas apresentaram comportamento positivo da produção entre 2008 e 2014, o que contribuiu para o crescimento da produção estadual. Segundo informações do Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado de Minas Gerais (SIAMIG, 2014), existem 40 usinas em funcionamento em Minas Gerais, que se concentram também nas regiões do Triângulo (55,0%) e Noroeste (12,5%).

A instalação da cultura de cana-de-açúcar no Triângulo à premissa de expansão das fronteiras agrícolas a partir de São Paulo em direção a Minas Gerais, fato que foi favorecido pelo estabelecimento de novas usinas na região. A boa disponibilidade de matéria-prima no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba favorece o desenvolvimento da agroindústria de cana-de-açúcar na região. Outros elementos favoráveis ao cultivo de cana-de-açúcar nas regiões do Triângulo e Alto Paranaíba: i) as condições edafoclimáticas (com destaque para a topografia, tipo de solo e clima) das regiões – que permitem elevados níveis de produtividade; ii) o uso de novas tecnologias; iii) a prática com custos inferiores (comparativamente a outras regiões) e; iv) a infraestrutura de armazenamento e logística.

Gráfico – 4 . Evolução da produção de cana-de-açúcar em Minas Gerais



Bovinocultura de leite

A importância econômica e social do sistema agroindustrial do leite no Brasil ilustra sua relevância para o país. Presente em todo o território nacional, a atividade é praticada em um vasto número de propriedades rurais e é grande geradora de emprego no campo. Segundo dados do IBGE, Minas Gerais é o maior produtor de leite do Brasil, com parcela de 27,2% do volume nacional produzido, equivalentes a 9,3 bilhões de litros em 2013. O estado também é líder em relação ao número de vacas ordenhadas.

A produção mineira de leite é pulverizada, está presente em todas as regiões de planejamento e em quase todos os municípios. Destacam-se o Sul de Minas que lidera a produção, seguido pelas regiões Central e Alto Paranaíba. Em consonância à localização regional da produção de leite, as indústrias de laticínios concentram-se, também, na região Sul do estado. Vale destacar que, devido a essa centralização, podem-se reduzir os custos de logística e os problemas relativos ao transporte de alimentos perecíveis. Adicionalmente, a região Sul é próxima a grandes centros consumidores, o que favorece a distribuição do produto final.

Entre os anos de 2008 a 2013, a produção primária de lácteos cresceu 36,8% e a produção industrial recuou 8,1%. A indústria láctea sofreu os impactos da crise financeira de 2008/2009, comprometendo negativamente as exportações, em especial leite em pó, a partir de 2009. Ao passo que as exportações retrocederam, as importações de lácteos aumentaram vertiginosamente no período. Diante da concorrência com os produtos importados, as indústrias locais enfrentam o grande desafio de manter a competitividade no mercado face às condições adversas da economia doméstica frente aos players internacionais.

No contexto acerca da industrialização dos produtos do agronegócio de Minas Gerais, o estado mantém-se como fornecedor de matéria-prima para indústria de laticínios de unidades federadas vizinhas.

Tabela 3 - Produção de leite das unidades da federação

Ranking	Estados	Produção de Leite (mil litros)	Participação %
1°	Minas Gerais	9.309.165	27,2
2°	Rio Grande do Sul	4.508.518	13,2
3°	Paraná	4.347.493	12,7
4°	Goiás	3.776.803	11,0
5°	Santa Catarina	2.918.320	8,5
6°	São Paulo	1.675.914	4,9
7°	Bahia	1.162.598	3,4
8°	Rondônia	920.496	2,7
9°	Mato Grosso	681.694	2,0
Demais Estados		4.954.239	14,5
Rebanho Total		34.255.236	100,0

Bovinocultura de corte

A cadeia da carne bovina destaca-se na economia rural brasileira pela vasta ocupação do território e geração de emprego e renda. Uma importante característica deste setor é a heterogeneidade, no que se concerne, especialmente, ao perfil dos pecuaristas e das unidades de abate e processamento.

Segundo dados da Pesquisa Trimestral de Abate do IBGE (2013), em 2013 foram abatidos 3,2 milhões de animais em Minas Gerais, que correspondeu a 9,4% do abate nacional. Em volume, a produção mineira foi de 741,1 mil toneladas (9,2% do volume nacional). O estado também detém o segundo maior rebanho a nível nacional, com 24,2 milhões de cabeças, parcela de 11,4%, posicionando-se atrás de Mato Grosso (IBGE). Em termos regionais, a maior parcela do rebanho mineiro localiza-se no Triângulo (15,1%), acompanhado por Norte, Sul de Minas, Jequitinhonha/Mucuri e Central, cujas participações superam os 10,0%. O rebanho mineiro está distribuído entre todos os municípios mineiros.

Em Minas Gerais, segundo informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2013), existem oito frigoríficos exclusivos de bovinos no estado com inspeção federal, que se concentram no Triângulo (quatro unidades), Jequitinhonha/Mucuri (2 unidades), Rio Doce e Sul de Minas (uma unidade cada). Os frigoríficos de bovinos e suínos somam 25 unidades, que se concentram na região Central (36,0%), Sul de Minas (16,0%), Triângulo (16,0%), Mata (12,0%), Centro-Oeste (8,0%), Alto Paranaíba, Noroeste e Rio Doce (com participações de 4,0% cada).

Diante disso, considerando o tamanho do rebanho mineiro percebe-se a relevância do aumento de unidades frigoríficas no estado, uma vez que, o PIB proveniente da atividade de criação de bois vivos e da produção de carne bovina reflete maior representatividade do primeiro grupo. Em Minas, uma peculiaridade é a comercialização do produto in natura, saindo do estado para ser processado em outras unidades da federação.

Em âmbito geral, são destacados como problemas inerentes à cadeia produtiva de carnes, os quais são aplicados à realidade de Minas Gerais: i) os conflitos entre pecuaristas e indústrias de abate e processamento, que implicam em desconfiança entre os agentes do setor; ii) a baixa coordenação da cadeia, que se intensifica pelo aumento do conflito entre os agentes; iii) a elevada carga tributária, que pode estimular o aumento do abate clandestino e a sonegação; iv) a existência de guerra fiscal entre os estados; v) o abate clandestino, o que implica em precárias condições de higiene, falta de fiscalização e sonegação; v) a discrepância tecnológica entre os agentes, sendo que coexistem sofisticadas plantas industriais voltadas ao mercado internacional e abatedouros clandestinos; vi) a incipiente estratégia de marketing para o setor e; vii) o ineficiente modelo de transporte, pautado sobre o modal rodoviário.

Além dessas dificuldades, destacam-se aquelas que afetam diretamente o mercado internacional da carne, como as relativas à sanidade do rebanho e aos mecanismos de inspeção. Nesse sentido, a rastreabilidade e a certificação constituem mecanismos capazes de aumentar a participação brasileira e mineira no mercado externo.

Em síntese, os aumentos da competitividade e da agregação de valor na cadeia produtiva da carne devem ser pautados em mudanças institucionais adaptadas à nova realidade do setor. Deve-se, portanto, considerar a influência da internacionalização das empresas, o aumento da interdependência entre os agentes e o aumento da diferenciação (como forma de conquista de novos mercados) e a viabilização da agregação de valor.

Tabela 4 - Evolução do abate de bovino em Minas Gerais

ABATE (milhões de cabeças)			
Anos	Minas Gerais	Brasil	MG/BR%
2005	2,0	28,0	7,0
2006	2,4	30,4	7,8
2007	2,6	30,7	8,4
2008	2,8	28,7	9,9
2009	2,5	28,1	8,8
2010	2,4	29,3	8,2
2011	2,1	28,8	7,3
2012	2,5	31,1	8,0
2013	3,0	34,4	8,8
2014	3,2	33,9	9,4

Avicultura de corte

A avicultura é uma atividade de grande importância econômica e social, uma vez que é responsável pela geração de emprego no campo. Adicionalmente, estimula outros setores correlatos, tais como fornecedores de matérias-primas (indústria genética, alimentação e sanidade animal), além de atividades de intermediação, comercialização, beneficiamento e prestação de serviços.

Tradicionalmente, o avanço da cadeia agroindustrial da avicultura tem como elementos indutores a difusão de tecnologias de produção, que possibilitam queda no preço dos insumos e ganhos de eficiência na cadeia produtiva. A adoção dos sistemas integrados de produção é outro fator de grande relevância para o crescimento da avicultura.

Em Minas Gerais foram abatidos 12,3 milhões de cabeças em 2014, que produziram 851,9 mil toneladas de carne de frango, o que representa 6,8% da produção nacional (IBGE). Já o plantel avícola mineiro, disponível para 2013 foi de 98,0 milhões de animais, equivalentes a 9,5% do indicador brasileiro, o que faz do estado o quinto principal nesta categoria (IBGE).

A distribuição geográfica do plantel avícola e dos frigoríficos é uniforme. Na região Central concentra-se o plantel avícola mineiro, com percentual de 33,4%. Triângulo, Centro-Oeste e Mata, respondem por plantéis de 19,3%, 16,5% e 11,4%, respectivamente. Em relação aos frigoríficos de aves, segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2013), há 17 com inspeção federal, localizados nas regiões Central (52,9%), Sul de Minas (17,6%), Triângulo (17,6%), Centro-Oeste (5,9%) e Mata (5,9%).

Além de preço e qualidade, destacam elementos centrais para a competitividade do setor, que são capazes de estimular a cadeia agroindustrial de avicultura de corte em âmbito nacional e estadual: i) sanidade dos produtos; ii) capacidade de adaptação do sistema produtivo às exigências dos diferentes mercados consumidores nacional e internacional; iii) redução dos custos de produção; iv) aumento dos esforços na industrialização dos produtos; v) aumento da articulação comercial, além do aumento da coordenação da cadeia agroindustrial e; vi) intensificação da capacidade de gestão e controle dos negócios.

Tabela 5 - Evolução do abate de frango em Minas Gerais

PESO TOTAL (mil toneladas)			
Anos	Minas Gerais	Brasil	MG/BR%
2005	582,3	7.865,8	7,4
2006	612,7	8.164,0	7,5
2007	589,9	8.988,0	6,6
2008	712,0	10.215,5	7,0
2009	719,1	9.940,3	7,2
2010	769,1	10.692,5	7,2
2011	775,5	11.421,7	6,8
2012	814,7	11.535,0	7,1
2013	887,6	12.345,8	7,2
2014	851,9	12.519,6	6,8

Suinocultura

No Brasil, a suinocultura industrial envolve uma vasta gama de produtores, com perfis diferenciados, que permeiam os familiares e os empresariais. A atividade é desenvolvida nas diferentes regiões, embora a criação de suínos, de acordo com a IBGE, se concentre nas regiões Sul (com parcela de 49,5%) e Sudeste (18,4%). A produção de grãos e o clima favorável são fonte de vantagens para a produção de frangos e de suínos no Brasil.

Em âmbito estadual, as atividades de criação de suínos e de abate e processamento (produção de carne suína) assumem posição estratégica na economia mineira. Dada a relevância desses segmentos para a economia estadual, estes devem ser priorizados na alocação de recursos e na pauta de promoção industrial do estado.

Em 2014, segundo a Pesquisa Trimestral de Abate do IBGE, o abate de Minas Gerais foi de 5,0 milhões de cabeças, que representou 13,5% do número de animais abatidos em todo o território brasileiro. A produção de carne suína atingiu 415,8 mil toneladas (correspondente a 13,0% do volume registrado por todas as unidades federadas). Já rebanho de suínos do estado é de 5,1 milhões de cabeças, o que situa Minas Gerais na quarta posição no ranking nacional (com parcela de 13,8% do rebanho nacional). Em nível regional, as regiões do Triângulo e da Mata respondem pela maior parcela do rebanho (IBGE).

Segundo informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2013), existem no estado seis frigoríficos exclusivos de suínos, com inspeção federal que se localizam nas regiões Sul de Minas (três unidades), Alto Paranaíba, Triângulo e Mata (com uma unidade, respectivamente). Os frigoríficos de bovinos e suínos concentram-se nas regiões Central, Sul de Minas, Triângulo e Mata, que juntos, respondem por 80,0% do total de unidades (que somam 25). Com menor proporção posicionam-se Centro-Oeste, Alto Paranaíba, Noroeste e Rio Doce.

O grande número de agentes e atividades que são envolvidos pela cadeia agroindustrial da suinocultura, passando pelo produtor de grãos, fabricantes de rações, agroindústrias (abate e processamento), segmento de distribuição (atacado e varejo) e chegando ao consumidor final. O encadeamento dessas atividades contribui para o crescimento das regiões que abriga pólos suinícolas. Entretanto, o aumento da competitividade da cadeia agroindustrial de carnes está condicionado a diversos fatores: i) aumento dos investimentos em infraestrutura (especialmente das estradas), portos e energia; ii) capacidade de cumprimento dos requisitos sanitários e de estabelecimento de acordos; iii) disponibilidade de sistema confiável de registro, credenciamento e certificação dos atributos dos produtos; iv) domínios de tecnologias; v) disponibilidade de insumos a preços competitivos; vi) facilidade de acesso aos canais de distribuição e; vii) capacidade gerencial dos agentes da cadeia.

Na estrutura da cadeia agroindustrial da carne suína estadual somam-se a esses elementos algumas incertezas que permeiam a atuação dos agentes do setor e podem corresponder a inibidores do seu crescimento. A cerca das inseguranças na suinocultura, constataram que a principal incerteza é a econômica, que permeia o comportamento dos mercados internos e externos (em que pese o comportamento da demanda interna e externa); outra diz respeito à questão sanitária brasileira (uma vez que uma crise sanitária pode impactar negatividade na atividade suinícola, com desdobramentos econômicos e sociais); uma última incerteza apontada pelos autores refere-se à localização regional da produção – fortemente influenciada pela localização das unidades produtoras de grãos – e que pode influenciar o desenvolvimento econômico regional.

Tabela 6 - Evolução do abate de suínos em Minas Gerais

ABATE (milhões de cabeças)			
Anos	Minas Gerais	Brasil	MG/BR%
2005	2,3	23,5	9,9
2006	2,6	25,2	10,3
2007	2,8	27,4	10,3
2008	3,1	28,8	10,8
2009	3,5	30,9	11,5
2010	3,8	32,5	11,6
2011	4,1	34,9	11,8
2012	4,4	36,0	12,3
2013	4,7	36,0	13,3
2014**	5,0	37,1	13,5

O agronegócio de Minas Gerais destaca-se pela sua pluralidade que se traduz na presença de diferentes perfis de produtores, os quais utilizam diferentes técnicas de produção. Nesse contexto, a definição da atividade a ser desenvolvida por cada agente, permeia o aproveitamento das potencialidades dadas às características edafoclimáticas das regiões, aliada à disponibilidade de investimento e às condições de mercado.

A abertura comercial e a desregulamentação da economia da década de 1990, intensificadas pelo processo de globalização, imprimiram uma nova realidade à economia. Esta é marcada, principalmente, no que se refere ao desdobramento do aumento da concorrência e, com isso, a latente premissa de aumento da competitividade no mercado global.

Diante deste cenário, o setor de commodities agrícolas foi extremamente afetado em função de sua relevância na balança comercial em âmbito nacional e estadual, além da forte presença do capital externo nas empresas locais. Exposto a uma maior concorrência internacional, o agronegócio brasileiro e mineiro tem de adotar medidas para aumentar a sua competitividade, o que reúne ações conjuntas de cunho público e privado.

Os agentes econômicos do agronegócio de Minas Gerais, que envolve os integrantes dos segmentos à montante e à jusante da atividade agropecuária (desempenhada “dentro da porteira”) viram-se envolvidos nesse ambiente concorrencial. Fato que contribuiu para algumas mudanças estruturais do agronegócio mineiro, principalmente na busca de aumentar a competitividade do setor. Verifica-se uma forte tendência de aumentar a integração do segmento da produção da agropecuária “dentro da porteira” com o industrial, o que implica em maior profissionalização da atividade produtiva.

Em contrapartida, a realidade que se observa para o agronegócio mineiro, é de maior vinculação da renda do campo à produção básica (desempenhada dentro dos limites da propriedade rural). Isso ocorre embora as atividades desempenhadas pelos segmentos de processamento tenha apresentado crescimento mais expressivo, comparativamente às atividades estritamente agropecuárias.

FATORES CRÍTICOS

O setor do agronegócio mineiro lidera a produção em algumas atividades agropecuárias em nível nacional. Mesmo assim, existem fatores críticos a serem superados para melhorar a qualidade de vida da população, a execução das políticas públicas e para fortalecer a posição de Minas Gerais. A seguir, estes desafios são mais bem detalhados.

Intersetorialidade

É incipiente o alinhamento estratégico das políticas da SEAPA, das vinculadas e dos demais órgãos dos governos municipais, estadual e federal, e das instituições privadas e da sociedade civil. Uma melhor interação pode potencializar e ampliar a efetividade das intervenções, sendo também importante que os programas e projetos desenvolvidos tenham uma interface maior com o setor rural para que as demandas sejam melhor identificadas e atendidas.

Fundos

A SEAPA possui gestão sobre três fundos, Fundo Estadual de Café (FECAFÉ), Fundo de Desenvolvimento Regional do JAÍBA e Fundo PRÓ-FLORESTA. Eles são importantes no âmbito das políticas públicas de agricultura, pois atuam no desenvolvimento e financiamento de cadeias específicas, como é o caso do café e das florestas. Nos últimos anos a aplicação de recursos dos fundos foi irrisória frente à necessidade dos setores. Há também a necessidade da criação de um Fundo para apoiar a política de defesa sanitária. Este fundo tem como objetivo indenizar os proprietários dos animais que, para não contaminar o restante do rebanho saudável, precisaram ser sacrificados, apoiando as ações emergenciais de combate às doenças que põem em risco a produção animal do estado. O recurso do Fundo possibilita a aquisição de animais sadios para a continuidade da produção de carne e leite, além de evitar a transmissão de enfermidades para outros animais, para as famílias rurais que trabalham diretamente na atividade, assim como para os consumidores dos alimentos de origem animal.

Legislação

A atualização da legislação é importante, pois é necessário adequar à realidade dos setores produtivos com as demandas da sociedade e das normas saudáveis e corretas de produção. Algumas das demandas são a criação da Legislação Estadual de Defesa Sanitária Animal e a revisão da legislação estadual de agrotóxicos.

Faz mister também uma maior sensibilidade frente ao gargalo hoje enfrentado pelo produtor rural: a questão da legislação ambiental. Minas deve avançar e desburocratizar o procedimento de licenciamento ambiental rural. Estados como São Paulo, Tocantins, Pará, Paraná, dentre outros, já possuem um tratamento diferenciado para as atividades agrossilvipastoris, onde já se considera o balanço ambiental (relação entre impactos ambientais positivos e negativos gerados no processo de produção no setor agrossilvipastoril) e os necessários serviços ambientais prestados nos estabelecimentos rurais.

Desenvolvimento Sustentável

Um dos mais importantes paradigmas atuais é o equilíbrio entre prosperidade social, proteção ambiental e desenvolvimento econômico, exatamente o conceito de desenvolvimento sustentável.

Há necessidade de elaborar e implementar políticas públicas que promovam o manejo integrado de pragas e doenças, reduzindo o uso de agrotóxico sem comprometer a capacidade produtiva e a eficiência da agropecuária na produção de alimentos com qualidade e segurança alimentar.

Pesquisas

A expansão e melhoria das cadeias produtivas da agropecuária é potencializada com Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I que tornam a produção mais sustentável e rentável. Este conhecimento é fundamental para o fortalecimento da economia do estado que possui esta vocação como um dos seus pilares. As pesquisas devem ser alinhadas com as necessidades locais.

Extensão rural e inclusão social

Falta assistência técnica e extensão rural, principalmente para os médios produtores. As regiões com menor produtividade são as mesmas onde se tem maior população rural. O Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri representam mais de um terço da população rural do estado. Como menor produtividade significa menor renda, justamente nestas regiões rurais mais populosas, há maior pobreza. Há necessidade de direcionar as políticas agropecuárias para fazer a inclusão produtiva dos agricultores destas regiões.

Para promover e potencializar as cadeias produtivas agropecuárias há necessidade de reduzir a informalidade, incentivar a inclusão produtiva e regionalizar as políticas agrícolas.

Sucessão no campo

O êxodo rural e envelhecimento da população rural são consequências da falta de incentivo para permanência dos jovens no campo, dificultando a sucessão nas propriedades rurais. Os agricultores sofrem ainda com descapitalização e endividamento. Observa-se também que as políticas públicas estão insuficientes para atender as necessidades do setor, principalmente da agricultura familiar.

Infraestrutura – estradas vicinais

Atualmente a infraestrutura rural apresenta alto grau de deterioração. As Prefeituras Municipais são encarregadas pela manutenção e melhoria das estradas vicinais, mas, por limitações financeiras e técnicas, perpetuam péssimas condições nas estradas, impactando negativamente a economia local e sendo uma das principais causas de assoreamento dos rios, provocando enchentes e alagamentos no meio rural e urbano.

De forma geral existem dificuldades logísticas no escoamento da produção agrícola do estado, que apresenta uma malha viária deteriorada, elevando os custos de transportes.

Infraestrutura no Semiárido

A maior tragédia da região semiárida não é a fome, é a sede. O clima da região semiárida é caracterizado pela insuficiência de precipitações e pelas altas taxas de evaporação e insolação. A escassez e irregularidade das chuvas resultam na pouca disponibilidade de água no solo para as plantas, comprometendo a qualidade de vida da população e fragilizando os sistemas econômicos. É necessário incrementar a disponibilidade de água na região, o que demanda a execução de projetos integrados para reservação e infiltração de água, não sendo possível atingir tal resultado por meio de ações pontuais e imediatistas (caminhão pipa).

Segurança no campo

É notório o aumento da violência no meio rural. As ações de defesa social não têm permitido atender a segurança no campo de forma efetiva, pois além da chegada da droga, ampliam-se os casos de subtração de máquinas, implementos, animais, insumos e da própria produção agrícola, com uso de armas e agressões físicas.

Baixa verticalização das cadeias produtivas da agropecuária

A realidade que se observa para o agronegócio mineiro é de maior vinculação da renda do campo à produção básica (desempenhada dentro dos limites da propriedade rural). Isso ocorre embora às atividades desempenhadas pelos segmentos de processamento tenha apresentado crescimento mais expressivo, comparativamente às atividades estritamente agropecuárias.

O segmento agroindustrial é impulsionado pelo ramo industrial, especialmente, sucroalcooleiro (responsável pela produção de açúcar e álcool) e florestal, (especificamente para a produção de papel e celulose). Entretanto, isoladamente, o maior montante do PIB do agronegócio de Minas Gerais advém das atividades de criação de bovinos vivos, atividade desempenhada “dentro da porteira”. Ademais, à exceção das cadeias de produtos florestais e da cana-de-açúcar, todas as demais cadeias consideradas apresentaram maior percentual do valor do produto proveniente da atividade básica (desempenhada dentro dos limites da propriedade).

Em especial, o aumento da competitividade das cadeias produtivas está atrelado ao aumento da agregação de valor e à diferenciação dos produtos tradicionais. No entanto, elementos como o elevado “Custo Brasil” (decorrente da elevada carga tributária, juros altos, dificuldade de acesso a crédito, precária infraestrutura e política cambial) têm dificultado a sedimentação de estratégias competitivas para o agronegócio estadual. Ademais, o novo ambiente concorrencial tem induzido à formação de conglomerados de empresas, sendo muitas delas de capital externo, que geram barreiras à entrada e à permanência de menores empresas no mercado.

Nesse sentido, devem ser direcionados esforços para o aumento da capacitação dos gestores das atividades de todos os elos das diferentes cadeias produtivas do agronegócio, além do aprimoramento da articulação comercial, como forma de prover maior coordenação do complexo agroindustrial de Minas Gerais. Especificamente na conquista do mercado internacional, são estratégicas medidas de certificação da qualidade e da garantia de sanidade dos produtos, em especial pecuários.

Assim para prover a pujança do agronegócio de Minas Gerais no sentido estrito de maior geração de renda, por meio do incremento da produção de bens com maior nível de processamento e, conseqüente maior valor agregado, algumas dificuldades estruturais devem ser suplantadas. Sob uma visão holística do complexo agroindustrial evidencia-se a relevância da interdependência entre os agentes do agronegócio, o que implica na necessidade de maior especialização e capacitação para que o setor se desenvolva por completo e consiga reverter os ganhos pecuniários em melhoria da qualidade de vida para a população rural.

Rede de comunicação no campo

Cerca de 3 milhões de mineiros moram nas zonas rurais e a falta de conexões e os altos preços do acesso à internet no meio rural deixam uma grande demanda em potencial sem ser atendida. O impacto da banda larga no agronegócio brasileiro é difícil de mensurar, mas certamente é imenso. Se a conexão à internet diminui custos e aumenta a competitividade das empresas nas cidades, esse fato é ainda mais relevante nos negócios das áreas rurais, por causa das distâncias envolvidas. Com a internet, o produtor rural tem acesso à imensa quantidade de dados e serviços existentes na rede, tais como cotações dos produtos agrícolas, previsão do tempo, serviços bancários, informações e orientações de órgãos ligados à atividade rural, como a Epamig, Emater-MG e as Secretarias Estaduais e Municipais de Agricultura, entre outros. Além disso, o acesso à internet facilita em muito o contato entre os produtores rurais e seus fornecedores e clientes.

TENDÊNCIAS

Demográficas

- A população mundial deverá atingir 8,3 bilhões em 2030.
- Concentração da população no meio urbano.
- Ingresso de milhões de novos consumidores à economia de mercado.
- A população no Brasil alcançará 235 milhões de habitantes em 2030.
- A taxa de urbanização brasileira em 2030 alcançará 91,3%.

Ambientais

- Aumento da demanda pelo uso dos recursos naturais.
- Mudanças climáticas.
- Escassez de recursos hídricos.
- Emergência da economia de baixo carbono.
- Adoção de práticas conservacionistas, com tecnologias para preservar a água, florestas e a fertilidade natural das terras.

Tecnológicas

- Avanço da biotecnologia como fator de inovação, transformando mercados e ampliando as oportunidades na agricultura e na bioindústria.
- Aumento da demanda por acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação no meio rural.

Mercadológicas

- Crescente demanda por produtos saudáveis, processos produtivos sustentáveis e por alimentos funcionais como frutas, hortaliças e produtos orgânicos.
- Crescente procura por alimentos processados e de rápida preparação.
- Ampliação dos mercados institucionais para agricultura familiar.

Agronegócio

- Crescimento do agronegócio.
- Aumento da participação do Brasil no suprimento de alimentos para o mundo.
- Aumento da demanda por alimentos, fibras e bioenergia.
- Aumento da demanda por proteínas de origem animal (carnes, ovos, leite e derivados).
- Elevação do consumo para produtos de médio e alto valor agregado.

Frente a essas tendências, o investimento público nos instrumentos de política agrícola é essencial para a superação dos desafios impostos para o setor agrícola. É também fundamental que as lideranças e a sociedade em geral discutam e implementem políticas necessárias para potencializar o desenvolvimento sustentável da agropecuária.

DIRETRIZES

Os trabalhos do Sistema Agricultura estão norteados pelos eixos temáticos Agricultura Sustentável e Competitiva, Agroindústria, Socioambiental e Gestão Interna. Partindo destes eixos temáticos, as intervenções propostas para estímulo e apoio direcionadas às necessidades inerentes ao setor rural, são:

AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E COMPETITIVA

O processo de desenvolvimento da agricultura sustentável leva em consideração a complexidade ambiental, econômica e social de cada sistema agrícola, sendo necessária a adoção de tecnologias específicas para cada sistema. Assim, o conhecimento e inovação são chaves para uma agricultura sustentável e competitiva.

Minas Pecuária

- Elevar e manter o status sanitário do estado em relação às doenças de interesse econômico dos animais.
 - Melhorar a qualidade do leite nas propriedades rurais.
 - Promover a melhoria genética do rebanho bovino.
 - Implementar as tecnologias de Agricultura de Baixo Carbono – ABC para recuperação das pastagens através dos sistemas de Integração, Lavoura e Pecuária – ILP e Integração, Lavoura, Pecuária e Floresta – ILPF.
 - Fortalecer e ampliar a gestão técnica e administrativa nas propriedades rurais com atividade em bovinocultura.
 - Melhorar a gestão dos recursos naturais.
 - Ampliar a renda do produtor rural.

Minas Agrícola

- Ampliar as tecnologias de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – ABC (Plantio direto, fixação biológica de nitrogênio).
 - Elevar e manter o status sanitário do estado em relação às doenças de interesse econômico dos vegetais.
 - Ampliar o Parque Florestal através dos sistemas de Integração, Lavoura, Pecuária e Floresta – ILPF.
 - Ampliar as áreas de agricultura irrigada utilizando de forma sustentável os recursos hídricos disponíveis.

Certificação e Identificação Geográfica

- Promover o uso dos sinais distintivos nas cadeias agropecuárias.
- Promover a certificação dos produtos agropecuários.
- Institucionalizar a indicação geográfica e a certificação de origem do “Queijo Minas Artesanal”.
 - Criar selos de certificação de origem para os produtos agropecuários.

Comercialização

- Implementar mecanismos que aperfeiçoem os processos de comercialização dos produtos agropecuários, através de instrumentos como Mercados Livres do Produtor, mercados institucionais e feiras livres, dentre outros.
- Perdas Agrícolas
 - Reativar os barracões dos produtores rurais.
 - Identificar as perdas agrícolas nas etapas pós-colheita, transporte, armazenagem e comercialização.
 - Estabelecer uma estratégia para a melhoria das estradas vicinais.

AGROINDÚSTRIA

Estímulo e fomento à agregação de valor aos produtos agropecuários por meio do estabelecimento de agroindústrias com capacidade para gerar produtos de qualidade e atender tanto ao mercado interno quanto ao mercado externo.

Carnes

- Incentivar o consórcio de municípios para instalação de abatedouros e salas de desossa regionais.
- Qualificar técnicos e produtores na legislação sanitária, na implantação de programas de controle interno e realização de análises do produto final;
- Qualificar técnicos e produtores em tecnologia de produção de derivados cárneos;
- Capacitar profissionais na elaboração de projetos arquitetônicos e memoriais descritivos econômico sanitários e de construção na indústria de carne.

Lácteos

- Melhorar e aprimorar os sistemas de produção, promovendo a inserção e a permanência do “Queijo Minas Artesanal” no mercado nacional, de forma legal e competitiva.
- Adequar a legislação vigente à realidade dos produtores para a instalação e funcionamento de agroindústria e a comercialização de produtos agropecuários por associações de produtores.
- Qualificar técnicos e produtores para melhoria da qualidade da matéria-prima e em tecnologia de produção de derivados lácteos;
- Capacitar profissionais na elaboração de projetos arquitetônicos e memoriais descritivos econômicos sanitários e de construção de laticínios.

Insumos

- Incentivar a exploração comercial das jazidas de potássio e fósforo para a agropecuária.
- Incentivar a instalação de unidades fabris para produção de máquinas e equipamentos agrícolas, no estado.

Cachaça artesanal de alambique

- Incentivar a legalização dos alambiques artesanais.
- Promover a indicação geográfica e a certificação de origem da “Cachaça Artesanal”.

SOCIOAMBIENTAL

A sociedade contemporânea vem demandando dos produtores rurais adequação social e ambiental de suas propriedades frente à legislação vigente. As políticas públicas devem ser formuladas e implementadas considerando a dimensão rural de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida do produtor rural e propiciar sistemas de produção sustentáveis nos aspectos social, ambiental e econômico.

Zoneamento Ambiental e Produtivo

- Elaborar mapas georreferenciados das sub-bacias hidrográficas, identificando o uso e ocupação atual do solo e a produção com vistas à elaboração de projetos de readequação socioeconômica e ambiental.
- Institucionalizar as metodologias de Zoneamento Ambiental Produtivo (ZAP) e Indicadores de Sustentabilidade de Agroecossistemas (ISA) na perspectiva de diagnosticar as condições socioeconômicas e ambientais das propriedades, comunidades rurais e Sub-bacias hidrográficas e estabelecer as intervenções técnicas necessárias.
- Apoiar a Implementação do Cadastro Ambiental Rural - CAR, Programa de Recuperação Ambiental – PRA e Licença Ambiental de Recuperação - LAR.
- Intensificar as parcerias para a implementação e o desenvolvimento de programas e projetos voltados à conservação e à preservação dos aspectos ambientais no meio rural.

Desenvolvimento Social

- Implementar tecnologias de convivência com o semiárido no Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas;
- Sucessão no Campo.
 - Promover a inclusão profissional e produtiva dos jovens.
 - Diminuir as diferenças na oferta de serviços públicos (segurança, educação, comunicação, saúde e lazer) entre o meio rural e urbano.
- Educação no campo.
 - Integrar ações entre a SEAPA e a SEE para adequação da grade curricular das escolas públicas à necessidade da realidade do campo.
- Associativismo e cooperativismo
 - Incentivar e promover o Associativismo e o Cooperativismo no estado.
- Diversificação da economia rural
 - Promover ações para o fortalecimento do artesanato e turismo rural nas regiões com potencialidade.
- Segurança Alimentar e Nutricional
 - Ampliar as experiências de fomento produtivo e do Programa Federal Brasil Sem Miséria.
 - Investir em programas de educação sanitária animal e vegetal.

GESTÃO INTERNA

Prioridade nas ações que aumentem a eficiência do gasto público, adequação das estruturas organizacionais e elevação da qualidade e da produtividade dos serviços públicos, objetivando a transparência das atividades institucionais e a melhoria do atendimento ao cidadão.

- Repor o quadro técnico e administrativo através de concurso público da Secretaria e Vinculadas.
- Implementar e melhorar políticas de desenvolvimento e valorização dos servidores.
- Fortalecer a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER.
- Investir na infraestrutura da Rede Laboratorial do IMA e das fazendas experimentais da EPAMIG.

- Assegurar que os recursos diretamente arrecadados pelo IMA, através de taxas, serviços e multas, sejam revertidos, na integralidade, para o instituto, conforme disposto na Lei de sua criação.
- Revitalizar a estrutura organizacional da RURALMINAS.
- Assegurar uma parcela dos recursos da FAPEMIG para o desenvolvimento de pesquisas pela EPAMIG e assegurar recursos do Tesouro Estadual para dar suporte às despesas correntes e de capital da empresa.
- Promover a interação entre pesquisa e extensão rural com o objetivo de prospectar e identificar demandas junto aos agricultores, visando o desenvolvimento de tecnologias apropriadas às realidades regionais.
- Atrair recursos financeiros através de parcerias e Instituições ligadas ao Setor Agropecuário.
- Fomentar a utilização de ferramentas tecnológicas para inovação da gestão agropecuária



PMDI

PLANO MINEIRO DE
DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO

DIAGNÓSTICO SETORIAL CULTURA



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS
2016 A 2027

 **MINAS
GERAIS**
GOVERNO DE TODOS

INTRODUÇÃO

A estratégia de desenvolvimento territorial tem como um de seus pressupostos a presença da sociedade civil na definição das demandas da coletividade e na elaboração e execução dos projetos e programas prioritários. Nesse contexto, são de grande relevância os aspectos culturais que possam contribuir para a construção das identidades territoriais, para a garantia da representação dos diversos interesses presentes no território e para tornar mais efetiva a participação dos municípios e das comunidades locais na delimitação das ações prioritárias, mas também na forma como os diferentes projetos e iniciativas estarão relacionados entre si, com vistas a um desenvolvimento integrado e sustentável.

Este trabalho está subdividido em quatro seções que tratam das dimensões consideradas relevantes para uma primeira aproximação das especificidades e diferenciações entre os novos territórios de desenvolvimento. Pretendeu-se visualizar as características identitárias destes territórios bem como a sua diversidade e infraestrutura cultural de forma a subsidiar a formulação de diretrizes de políticas adequadas às diferentes realidades regionais.

Na primeira seção abordou-se a estruturação institucional para a gestão da cultura em âmbito municipal e suas peculiaridades por territórios de desenvolvimento. A segunda seção analisa a distribuição dos recursos viabilizados pela renúncia fiscal e pelo fundo estadual de cultura bem como a participação dos principais patrocinadores de projetos culturais por territórios de desenvolvimento. A terceira seção trata da infraestrutura cultural, representada pela presença dos equipamentos culturais e dos meios de comunicação entre os municípios e territórios de desenvolvimento. Por último, a quarta seção, aborda a pluralidade de grupos artísticos e a preservação do patrimônio cultural no âmbito dos territórios de desenvolvimento.

O trabalho se utilizou de várias fontes de informações em âmbito nacional e estadual. Em âmbito nacional, destaca-se a Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, do IBGE, dos anos de 2006, 2009 e 2012. Essa pesquisa tem como objetivo traçar um perfil da estrutura administrativa e as principais características dos municípios brasileiros nas diversas áreas de políticas públicas. O setor da cultura é investigado nos anos citados, em especial com relação ao levantamento do aparato institucional, dos equipamentos culturais, dos grupos e atividades artísticas e artesanais e dos meios de comunicação. No âmbito nacional, foram importantes ainda as informações sobre os museus oriundas Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

No que diz respeito às informações de fontes estaduais, destacam-se aquelas procedentes da Secretaria de Estado da Cultura e de órgãos vinculados como o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA – MG), responsável pelos dados que monitoram a gestão do programa ICMS Patrimônio Cultural; a Superintendência Estadual de Bibliotecas, responsável pelo Cadastro de Bibliotecas Públicas Municipais e o Arquivo Público Mineiro, com o Cadastro de Arquivos Públicos Municipais. Além disso, utilizou-se também os dados do Índice Mineiro de Responsabilidade Social, construído pela Fundação João Pinheiro. Essas fontes de dados possibilitaram um olhar crítico sobre as séries históricas oriundas da pesquisa do IBGE acima citada.

O cotejamento entre essas diferentes fontes de informação possibilitou perceber divergências quanto à situação real do município, em especial no tocante a presença e número de equipamentos culturais. Essas divergências se devem, sobretudo, à inconsistências conceituais e metodológicas existentes entre as diversas fontes¹.

¹ No caso da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, do IBGE, é recorrente a crítica quanto ao despreparo e desconhecimento da situação cultural por parte de agentes municipais responsáveis pelo preenchimento dos questionários encaminhados. Obviamente esse fator reflete a própria precariedade institucional do setor cultural como se verá pelos dados apresentados.

A ESTRUTURA INSTITUCIONAL PARA A GESTÃO DA CULTURA EM MINAS GERAIS: ANÁLISE POR MUNICÍPIOS E TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Esta seção tem por objetivo analisar o aparato institucional organizado no estado de Minas Gerais para a gestão da cultura. As dimensões selecionadas para a análise foram: órgão gestor da cultura, conselhos municipais de cultura, conselhos municipais de patrimônio cultural e existência de legislação municipal de proteção do patrimônio. Esses aspectos foram analisados por territórios de desenvolvimento e por porte dos municípios.

CARACTERIZAÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR DA CULTURA

O órgão gestor da cultura no âmbito municipal tem por responsabilidade formular e implementar uma política pública de cultura com base na realidade cultural e socioeconômica dos municípios. Cabe a essa estrutura estabelecer as diretrizes e as metas a serem alcançadas pela gestão cultural local no curto, no médio e no longo prazo. Entretanto, a importância marginal atribuída ao setor em relação a outras áreas de políticas públicas tem configurado um desenho institucional em que predomina a gestão da cultura, em associação com outras áreas de políticas. Essa característica não é um atributo do estado de Minas Gerais, mas sim um reflexo da precariedade da institucionalização do setor cultural no País².

A tabela 1.1 evidencia que, no ano de 2012, apenas 13,5% dos municípios mineiros haviam instituído uma estrutura específica para a gestão da cultura. Dentre esses, a montagem de uma estrutura vinculada à administração direta responde por 11,7%. A forma mais comum encontrada no estado para a gestão da cultura é em associação com outras políticas públicas (62,6%), dentre elas: educação; esporte, lazer e turismo; meio ambiente, dentre outras. Os municípios cuja gestão da cultura encontra-se subordinada a outra secretaria e ao gabinete do prefeito alcança 21% dos municípios do estado. Esse é o retrato da organização institucional do setor cultural dos municípios mineiros no ano de 2012.

Avaliando a evolução ocorrida entre os anos 2006 e 2012, pode-se dizer que houve um aumento do esforço de institucionalização na área da cultura verificado pelo acréscimo significativo do número de secretarias exclusivas (de 38 em 2006 para 100 em 2012), acusando uma variação de 163%. Coerente com esse movimento observou-se uma variação negativa do número de secretarias em conjunto com outras políticas, passando de 632 em 2006 para 534 em 2012. Por outro lado, evidenciando tendência contrária, houve queda no número de órgãos da administração indireta vinculados ao setor, que passou de 19 em 2006 para 15 em 2012 e um aumento da participação do setor da cultura subordinado diretamente ao executivo ou a outra secretaria (de 17,2% em 2006 para 21,0% em 2012).

² Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) do IBGE, para o ano de 2012, apenas 15,6 % dos municípios brasileiros haviam organizado um aparato institucional específico para o setor cultural (secretaria exclusiva e órgão da administração indireta).

**TABELA 1. 1 - ÓRGÃO GESTOR DA CULTURA EM MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS
2006, 2009, 2012**

Órgão Gestor de Cultura	Número			%			Taxa de
	2006	2009	2012	2006	2009	2012	Varição
Sec. conj. com outras políticas	632	612	534	74,1	71,7	62,6	-16%
Setor sub.outra sec.	105	75	123	12,3	8,8	14,4	17%
Secretaria municipal exclusiva	38	51	100	4,5	6	11,7	163%
Órgão da administração indireta	19	11	15	2,2	1,3	1,8	-21%
Setor sub. ao Executivo	42	65	56	4,9	7,6	6,6	33%
Não possui estrutura	17	39	25	2	4,6	2,9	47%
MINAS GERAS	853	853	853	100	100	100	

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2006, 2009, 2012

A estruturação do órgão gestor da cultura de acordo com os territórios de desenvolvimento indica que a secretaria de cultura em conjunto com outras políticas é predominante em todos os territórios. No território Sul, essa forma de organização institucional abrange 55% dos municípios. Esse território se destaca ainda pela incidência de estruturas institucionais da cultura subordinadas a outra secretaria ou à chefia do executivo (32%). O maior número de secretarias exclusivas da cultura encontra-se nos territórios Caparaó, Norte e Metropolitana, abrangendo 17,8%, 16,3% e 15,6% dos municípios, respectivamente. Na região Norte, contudo, semelhante às demais, há uma forte prevalência da secretaria de cultura em conjunto com outras políticas (66,3%). Os órgãos da administração indireta só são importantes na região Metropolitana e estão sediados em Belo Horizonte, Betim, Caeté, Itabira, Jaboticatubas, João Monlevade (tabela1. 2).

Essas características revelam que a fragilidade da organização institucional da cultura é uma característica marcante de todos os territórios, não havendo uma variabilidade significativa entre eles.

TABELA 1.2 - ÓRGÃO INSTITUCIONAL DA CULTURA POR TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO - 2012

TERRITÓRIOS	Sec. Cult. conj. outras política:	Setor subord. secretaria	Sec. Cult exclusiva	Órgão adm. Indireta	Setor sub. Executiv	Não possui estrutura	Total
Noroeste	21	3	5	0	0	1	30
Norte	57	10	14	1	1	3	86
Medio e Baixo Jequitinhonha	17	9	2	0	2	1	31
Mucuri	14	10	3	0	1	1	29
Alto jequitinhonha	19	1	4	0	0	0	24
Central	13	1	1	0	2	0	17
Vale do Rio Doce	34	3	10	0	1	1	49
Vale do Aço	24	6	1	0	2	0	33
Metropolitana	53	14	14	6	1	2	90
Oeste	32	13	7	0	2	2	56
Caparaó	40	3	10	0	2	0	55
Mata	56	18	8	1	6	4	93
Vertentes	33	1	1	1	10	4	50
Sul	66	18	9	1	20	5	119
Sudoeste	16	9	4	1	3	1	34
Triângulo Norte	20	2	3	2	3	0	30
Triângulo Sul	19	2	4	2	0	0	27
	534	123	100	15	56	25	853

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2006, 2009, 2012.

A maior variação relativa ao órgão gestor da cultura pode ser observada em relação ao tamanho do município. Assim, a estruturação institucional específica para o setor – representada pelas secretarias exclusivas ou órgãos da administração indireta – tem uma maior participação nos municípios acima de 100 mil (32,3% em média). Contudo, a secretaria municipal de cultura em conjunto com outras políticas é também um formato importante nos municípios acima de 100 mil habitantes, representando 50%, 44,4% e 25% nas faixas de 100 a 200 mil, 200 a 500 mil e acima de 500 mil, respectivamente. Nos municípios de até 50 mil habitantes, os formatos institucionais mais comuns são a secretaria de cultura em conjunto com outras políticas (63,5% em média) e o setor subordinado a outra secretaria (15% em média). Contudo, também podem ser encontradas secretarias municipais exclusivas (12,4% em média) e órgãos da administração indireta, em menor número. Essa variação significa que o setor de cultura tende a ser mais estruturado em municípios de grande porte, que se caracterizam por uma maior complexidade em termos de sua produção cultural e da demanda por bens culturais. Soma-se a isso o fato de que os municípios maiores também se caracterizam por um maior nível de atividade e riqueza econômicas, o que favorece o empreendimento cultural.

TABELA 1.3. ÓRGÃO INSTITUCIONAL DA CULTURA POR PORTE DE MUNICÍPIO, 2012

Faixa de pop - ano 2012	Total de mun. por faixa	Sec. conjunto com outras políticas	%	Setor sub. a outra secretaria	%	Secretaria		Órgão da administ. indireta		Setor subord. ao		Não possui	
						exclusiva	%	%	%	executivo	%	estrutura	%
até 10 mil	489	310	63,4	74	15,1	44	9,0	1	0,2	41	8,4	19	3,9
10 a 20 mil	186	122	65,6	23	12,4	26	14,0	1	0,5	9	4,8	5	2,7
20 a 50 mil	112	69	61,6	20	17,9	16	14,3	2	1,8	4	3,6	1	0,9
50 a 100 mil	37	20	54,1	4	10,8	9	24,3	3	8,1	1	2,7	0	0,0
100 a 200 mil	16	8	50,0	2	12,5	2	12,5	4	25,0	0	0,0	0	0,0
200 a 500 mil	9	4	44,4	0	0,0	2	22,2	2	22,2	1	11,1	0	0,0
mais de 500 mil	4	1	25,0	0	0,0	1	25,0	2	50,0	0	0,0	0	0,0
MINAS GERAIS	853	534	62,6	123	14,42	100	11,7	15	1,8	56	6,6	25	2,9

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2012

1.2 CONSELHOS MUNICIPAIS DE CULTURA

No que tange aos conselhos municipais de cultura, instância participativa considerada fundamental para ampliar a participação da sociedade civil nas discussões e deliberações relativas às políticas públicas de cultura, observou-se um crescimento significativo do número de municípios com conselhos no período de 2006 a 2012. Em 2006, 32,4% dos municípios do estado de Minas Gerais haviam instituído seus conselhos. Esse percentual se eleva para 55,2 % em 2012. A variação acentuada do número de conselhos de cultura no período (70%) reflete a importância crescente que a área de cultura vem assumindo no estado, bem como uma resposta positiva à política federal, com a adesão dos municípios ao Sistema Nacional de Cultura, política incentivada pelo órgão gestor federal a partir do Decreto 5.520 de 2005.

Com relação aos territórios de desenvolvimento, observou-se um crescimento generalizado dos conselhos, com exceção do território Central que apresentou um crescimento negativo (-43%) e do Vale do Rio Doce, que apresentou uma situação estacionária. O crescimento mais significativo do número de conselhos ocorreu no Vale do Aço (200%), seguido pelo Noroeste (160%), Mucuri (160%) e Vertentes (125%).

TABELA 1.4 CONSELHOS MUNICIPAIS DE CULTURA POR TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO 2006, 2009, 2012

Territórios de Desenvolvimento/	Total de municípios	Municípios com Conselho Municipal de Cultura						Taxa de
		Número			%			Variação
		2006	2009	2012	2006	2009	2012	
Noroeste	30	10	21	26	33,3	70,0	86,7	160%
Norte	86	28	49	42	32,6	57,0	48,8	50%
Médio e Baixo Jequitinhonha	31	10	12	15	32,3	38,7	48,4	50%
Mucuri	29	5	11	13	17,2	37,9	44,8	160%
Alto Jequitinhonha	24	11	15	17	45,8	62,5	70,8	55%
Central	17	7	7	4	41,2	41,2	23,5	-43%
Vale do Rio Doce	49	14	20	14	28,6	40,8	28,6	0%
Vale do Aço	33	7	14	21	21,2	42,4	63,6	200%
Metropolitana	90	45	65	55	50,0	72,2	61,1	22%
Oeste	56	19	33	35	33,9	58,9	62,5	84%
Caparaó	55	17	33	35	30,9	60,0	63,6	106%
Mata	93	26	49	48	28,0	52,7	51,6	85%
Vertentes	50	16	32	36	32,0	64,0	72,0	125%
Sul	119	32	70	56	26,9	58,8	47,1	75%
Sudoeste	34	9	18	17	26,5	52,9	50,0	89%
Triângulo Norte	30	11	23	19	36,7	76,7	63,3	73%
Triângulo Sul	27	10	20	18	37,0	74,1	66,7	80%
MINAS GERAS	853	277	492	471	32,4	57,7	55,2	70%

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2006, 2009, 2012

Quanto à organização interna dos conselhos, é importante dimensionar a proporção numérica entre os representantes do segmento governamental e da sociedade civil, bem como o caráter do conselho definido pelo seu regimento interno quanto às principais atribuições a serem desempenhadas: consultivas, normativas, deliberativas ou fiscalizadoras.

No tocante às características da representação, o levantamento da Munic indica que em 2012, 50,2% dos municípios apresentavam conselhos municipais de cultura paritários.

Os dados sobre as funções desempenhadas por esses espaços indica uma multiplicidade de formatos. No ano de 2012, 9,8% dos municípios de MG apresentavam conselhos municipais de cultura apenas deliberativos. Os conselhos consultivos representavam 6,1% desses. Outro formato comum apresentado por esses conselhos é a conjugação dessas duas funções, ou seja, o conselho de caráter consultivo e deliberativo (7,8% dos municípios do estado). Os conselhos com funções consultivas, deliberativas, normativas e fiscalizadoras representam 1,2% dos conselhos e 2012. A tabela 1.5 referencia os resultados encontrados para os conselhos municipais de cultura de MG.

**TABELA 1. 5 - CARÁTER DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE CULTURA
2006, 2009, 2012**

Caráter do Conselho Municipal de Cultura	Número			%			Taxa de
	2006	2009	2012	2006	2009	2012	Variação
Consultivo	10	51	52	1,2	6,0	6,1	420%
Deliberativo	22	75	84	2,6	8,8	9,8	282%
Normativo	2	3	5	0,2	0,4	0,6	150%
Fiscalizador	2	6	8	0,2	0,7	0,9	300%
Consultivo e Deliberativo	23	57	65	2,7	6,7	7,6	183%
Consultivo e Normativo	9	9	7	1,1	1,1	0,8	-22%
Consultivo e Fiscalizador	13	26	25	1,5	3,0	2,9	92%
Deliberativo e Normativo	2	9	6	0,2	1,1	0,7	200%
Deliberativo e Fiscalizador	21	24	19	2,5	2,8	2,2	-10%
Normativo e Fiscalizador	1	4	4	0,1	0,5	0,5	300%
Consultivo, Deliberativo e Normativo	25	16	21	2,9	1,9	2,5	-16%
Consultivo, Deliberativo e Fiscalizador	34	47	51	4,0	5,5	6,0	50%
Consultivo, Normativo e Fiscalizador	8	15	11	0,9	1,8	1,3	38%
Consultivo, Deliberativo, Normativo e Fiscalizador	105	150	113	12,3	17,6	13,2	8%
Não se aplica	576	361	382	67,5	42,3	44,8	-34%
MINAS GERAIS	853	853	853	100	100	100	

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2006, 2009, 2012

A atuação desse órgão é avaliada pela Munic pela realização de pelo menos uma reunião no período de um ano. O número de conselhos municipais de cultura que responderam a esse atributo foi de 429, o que representou 87% dos conselhos municipais criados. Esse atributo, entretanto, é muito limitado para medir a efetividade dos conselhos, o que demandaria ainda uma análise da dinâmica de atuação dos mesmos a partir de uma avaliação da sua capacidade de discussão e deliberação em torno de questões centrais da política pública. Os dados disponíveis, contudo, não informam sobre essas questões.

1.3 CONSELHOS MUNICIPAIS DE PATRIMÔNIO CULTURAL

A criação de conselhos municipais de patrimônio cultural em Minas Gerais reflete a implementação da política do ICMS Patrimônio Cultural, a partir de 1996, por força da Lei 12 040, de dezembro de 1995. Essa política, coordenada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA – MG), define uma agenda de atuação municipal na área do patrimônio cultural com a finalidade de distribuir recursos do ICMS para os municípios que apresentem uma melhor resposta às diretrizes estabelecidas. A criação de conselhos municipais de patrimônio é uma dessas diretrizes. Nesse sentido, o crescimento ocorrido no estado em relação a esse quesito é relevante e muito diferenciado em relação a outros estados brasileiros. O período entre 2006 e 2012 indicou uma variação positiva de cerca de 12% com 517 municípios com conselhos de patrimônio em 2006 para 578 em 2012. O maior crescimento no número de conselhos se deu nas regiões Mucuri, Triângulo Norte, Alto Jequitinhonha e Sul.

Os conselhos de patrimônio estavam presentes em 67,8% dos municípios do estado no ano de 2012. Os territórios em que os conselhos municipais de patrimônio se faziam mais presentes nesse ano eram Triângulo Norte (86,7%), Vertentes (82%), Sul (80,7%) e Metropolitana (80%). Por outro lado, os territórios com menor presença de conselhos de patrimônio eram Médio e Baixo Jequitinhonha (41,9%), Norte (45,3%) e Mucuri (55,2%).

TABELA1. 6 - CONSELHOS MUNICIPAIS DE PATRIMÔNIO CULTURAL POR TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO - 2006, 2012

Territórios de Desenvolvimento	Total de municípios	Municípios com Conselho Municipal de Patrimônio Cultural				Taxa de Variação
		Número		%		
		2006	2012	2006	2012	
Noroeste	30	15	17	50,0	56,7	13%
Norte	86	47	39	54,7	45,3	-17%
Médio e Baixo Jequitinhonha	31	11	13	35,5	41,9	18%
Mucuri	29	7	16	24,1	55,2	129%
Alto Jequitinhonha	24	13	18	54,2	75,0	38%
Central	17	12	11	70,6	64,7	-8%
Vale do Rio Doce	49	27	33	55,1	67,3	22%
Vale do Aço	33	18	20	54,5	60,6	11%
Metropolitana	90	73	72	81,1	80,0	-1%
Oeste	56	40	43	71,4	76,8	8%
Caparaó	55	28	32	50,9	58,2	14%
Mata	93	54	54	58,1	58,1	0%
Vertentes	50	40	41	80,0	82,0	2%
Sul	119	74	96	62,2	80,7	30%
Sudoeste	34	24	26	70,6	76,5	8%
Triângulo Norte	30	17	26	56,7	86,7	53%
Triângulo Sul	27	17	21	63,0	77,8	24%
MINAS GERAIS	853	517	578	60,6	67,8	12%

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2006, 2012

A organização interna dos conselhos, segundo a pesquisa Munic de 2012, indica uma prevalência dos conselhos paritários, que representavam cerca de 85,5% dos conselhos de patrimônio. Observa-se também uma variação positiva com relação a esse aspecto (50%) no período entre 2006 e 2012. No tocante à atuação dos conselhos, os dados informam que 93% realizaram pelo menos uma reunião no período de 12 meses.

TABELA 1.7- REPRESENTAÇÃO NOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE PATRIMÔNIO CULTURAL - 2006, 2012

O Conselho Municipal de Patrimônio Cultural é paritário?	Número		%		Taxa de Variação
	2006	2012	2006	2012	
Sim	329	494	63,5	85,5	50%
Não	188	84	36,5	14,5	-56%
Total	517	578	100,0	100,0	-18%

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2006, 2012

Quanto ao caráter dos conselhos relativamente às atribuições definidas em regimento destacam-se os conselhos com funções deliberativas e os conselhos com atribuições consultivas, deliberativas, normativas e fiscalizadoras, que representavam, respectivamente, 15,9% e 16,6 % dos conselhos de patrimônio no ano de 2012.

TABELA 1.8 - CARÁTER DO CONSELHO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL - 2006, 2012

Caráter do Conselho	Número		Participação (%)		Variação
	2006	2012	2006	2012	
Consultivo	27	51	5,2	6	89%
Deliberativo	29	136	3,4	15,9	369%
Normativo	1	6	0,1	0,7	500%
Fiscalizador	2	12	0,2	1,4	500%
Consultivo e Deliberativo	22	57	2,6	6,7	159%
Consultivo e Normativo	4	5	0,5	0,6	25%
Consultivo e Fiscalizador	14	17	1,6	2	21%
Deliberativo e Normativo	7	3	0,8	0,4	-57%
Deliberativo e Fiscalizador	21	44	2,5	5,2	110%
Normativo e Fiscalizador	2	7	0,2	0,8	250%
Consultivo, Deliberativo e Normativo	19	17	2,2	2	-11%
Consultivo, Deliberativo e Fiscalizador	65	59	7,6	6,9	-9%
Consultivo, Normativo e Fiscalizador	19	8	2,2	0,9	-58%
Consultivo, Deliberativo, Normativo e Fiscalizador	258	142	30,2	16,6	-45%
Não se aplica	27	14	5,4	2,4	-48%
MINAS GERAIS	517	578	64,9	68,5	12%

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2006, 2012

LEI MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A Lei municipal de proteção do patrimônio cultural, incluindo cláusulas sobre tombamento de bens materiais e registro de bens imateriais, esse último acrescentado mais recentemente às legislações municipais, constitui uma condição básica para atuação dos municípios na área do patrimônio cultural e passou a fazer parte da agenda definida pelo órgão estadual de patrimônio nos primeiros anos de implementação da lei do ICMS Patrimônio Cultural, especificamente a partir de 1999.

O acompanhamento desse atributo no período 2006 – 2012 indica um crescimento acentuado do número de municípios com legislação de proteção do patrimônio, de 74, em 2006, para 732, em 2012. A análise por territórios de desenvolvimento indica um crescimento para todos os territórios com ênfase para o Triângulo Sul, Vertentes, Caparaó e Mucuri. Alguns territórios apresentaram uma cobertura mais abrangente em relação à legislação de patrimônio, destacando-se, dentre esses, o Alto Jequitinhonha (100%), Triângulo Norte (93,3%), Vertentes (92%), Sul (91,6%), Caparaó (90,9%), e Metropolitana (90%). Do ponto de vista normativo, pode-se dizer que o conjunto de municípios desses territórios se encontra em um nível mais avançado de estruturação para atuar no campo do patrimônio cultural (tab. 1.9).

A instituição da legislação de proteção do patrimônio tende a aumentar de acordo com o porte do município. Assim, em 2012, enquanto 80,6% dos municípios até 10 mil habitantes haviam instituído sua legislação de proteção, esse percentual era de 100% para todos os municípios acima de 50 mil habitantes (tab 1.9).

TABELA 1.9. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL 2006, 2009, 2012

Territórios de Desenvolvimento/ faixas de população	Total de municípios	Municípios com legislação de Patrimônio Cultura						Taxa de
		Número			%			Variação
		2006	2009	2012	2006	2009	2012	
Noroeste	30	3	23	23	10,0	76,7	76,7	667%
Norte	86	10	64	67	11,6	74,4	77,9	570%
Médio e Baixo Jequitinhonha	31	1	19	20	3,2	61,3	64,5	1900%
Mucuri	29	1	15	21	3,4	51,7	72,4	2000%
Alto Jequitinhonha	24	4	22	24	16,7	91,7	100,0	500%
Central	17	1	13	14	5,9	76,5	82,4	1300%
Vale do Rio Doce	49	3	34	40	6,1	69,4	81,6	1233%
Vale do Aço	33	2	24	27	6,1	72,7	81,8	1250%
Metropolitana	90	18	83	81	20,0	92,2	90,0	350%
Oeste	56	5	49	50	8,9	87,5	89,3	900%
Caparaó	55	2	45	50	3,6	81,8	90,9	2400%
Mata	93	8	78	83	8,6	83,9	89,2	938%
Vertentes	50	2	43	46	4,0	86,0	92,0	2200%
Sul	119	10	102	109	8,4	85,7	91,6	990%
Sudoeste	34	2	27	25	5,9	79,4	73,5	1150%
Triângulo Norte	30	2	25	28	6,7	83,3	93,3	1300%
Triângulo Sul	27	0	23	24	0,0	85,2	88,9	2400%
até 10 mil	489	24	368	394	4,9	75,3	80,6	1542%
10 a 20 mil	186	6	145	165	3,2	78,0	88,7	2650%
20 a 50 mil	112	16	112	107	14,3	100,0	95,5	569%
50 a 100 mil	37	9	37	37	24,3	100,0	100,0	311%
100 a 200 mil	16	8	14	16	50,0	87,5	100,0	100%
200 a 500 mil	9	7	9	9	77,8	100,0	100,0	29%
mais de 500 mil	4	4	4	4	100,0	100,0	100,0	0%
MINAS GERAIS	853	74	689	732	91,3	19,2	14,2	889%

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2006, 2009, 2012

FINANCIAMENTO A PROJETOS CULTURAIS EM MINAS GERAIS

Esta seção tem por objetivo analisar os dois principais mecanismos de incentivo à cultura em Minas Gerais – lei de incentivo e fundo estadual de cultura – com foco na distribuição de seus recursos por territórios de desenvolvimento.

LEI DE INCENTIVO A CULTURA

As normas que regulamentam a lei de incentivo a cultura vigente (Lei estadual nº 17.615, e Decreto estadual nº 44.866, de 2008), enquadram os projetos em uma ou mais áreas artístico-culturais, subdivididas em nove áreas, a saber:

1. Artes cênicas, incluindo teatro, dança circo, ópera e congêneres;
2. Audiovisual, incluindo cinema, vídeo, novas mídias e congêneres;
3. Artes visuais, incluindo artes plásticas, "design" artístico, "design" de moda, fotografia, artes gráficas, filatelia e congêneres;
4. Música;
5. Literatura, obras informativas, obras de referência, revistas;
6. Preservação e restauração do patrimônio material, inclusive o arquitetônico, o paisagístico, o arqueológico e do patrimônio imaterial, inclusive folclore, artesanato e gastronomia;
7. Pesquisa e documentação;
8. Centros culturais, bibliotecas, museus, arquivos e congêneres;
9. Áreas culturais integradas.

Os projetos culturais referentes às áreas artístico-culturais acima especificadas, podem abranger eventos, publicações, mostras, seminários, festivais, cursos e bolsa de estudos.

Os dados de 2011 a 2013, referentes aos valores pleiteados pelos empreendedores à Secretaria de Cultura quando da submissão dos projetos e os recursos efetivamente obtidos (valores incentivados), mostram como se deu a distribuição dos patrocínios à cultura no estado, segundo as áreas artístico-culturais e sua distribuição pelos 17 territórios de desenvolvimento. O valor total pleiteado pelos empreendedores neste período foi de R\$220,7 milhões e o incentivado, ou o valor efetivamente obtido para realização dos projetos, correspondeu a 32% do valor pleiteado, somando R\$70,6 milhões.

A área da música foi a que obteve o maior valor incentivado (28,7 milhões de reais), seguida pelas áreas Culturais Integradas (9) e Artes Cênicas (1), cerca de 13 milhões de reais cada uma. A área de audiovisual obteve aproximadamente cinco milhões de reais, seguida pelas áreas 8 (Centros culturais, bibliotecas, museus, arquivos e congêneres), 3 (Artes visuais), 5 (Literatura, obras informativas, obras de referência, revistas), conseguiram em torno de (3,6), (2,5), e 2,2 milhões de reais, respectivamente. A área 6 (Preservação e restauração do patrimônio material e imaterial), obteve recursos de incentivo da ordem de 1 milhão e a 7 (pesquisa e documentação) 882 mil reais, como pode ser visualizado na tabela 2.1.

É importante notar que todas as áreas culturais da lei de incentivo, foram contempladas com projetos e patrocínio, o que revela a força e a abrangência da cultura no estado.

TABELA 2.1 - VALORES PLEITEADOS E INCENTIVADOS POR ÁREA CULTURAL- 2011 a 2013

Área cultural	Valor Pleiteado R\$	Valor Incentivado R\$	Incentivado/pleiteado %
4	83.784.450,50	28.699.918,95	34
9	41.009.535,29	13.203.066,49	32
1	49.191.821,36	13.043.151,69	27
2	14.816.193,47	5.181.099,35	35
8	10.556.963,75	3.668.006,61	35
3	7.205.160,20	2.560.863,90	36
5	7.403.811,22	2.236.982,23	30
6	3.793.380,15	1.155.771,46	30
7	2.932.818,05	882.619,40	30
TOTAL	220.694.133,99	70.631.480,08	32
Fonte: SFIC/SEC			

Considerando o número de projetos por territórios, observa-se concentração de projetos no Território Metropolitana, com 58% dos projetos realizados de 2011 a 2013, seguido pelos Territórios Sul (10%), Oeste (8%), Vale do Aço (7%), Mata (5%), Triângulo Norte, Vertente e Caparaó (3% cada uma), e os demais com menos de 1% cada, como se vê na tabela 2.2.

TABELA 2.2 - NÚMERO DE PROJETOS REALIZADOS POR TERRITÓRIOS -2011 a 2013

Territórios	Número de projetos
Metropolitana	344
Sul	62
Oeste	48
Vale do Aço	42
Mata	30
Triângulo Norte	24
Vertentes	23
Caparaó	15
Norte	5
Alto Jequitinhonha	1
Central	1
Vale do Rio Doce	1
Triângulo Sul	1
TOTAL	597

Fonte: SFIC/SEC

Entre os 17 territórios de desenvolvimento 13 obtiveram recursos de patrocínio por meio da Lei de Incentivo a Cultura: Metropolitana, Triângulo Norte, Oeste, Sul, Mata, Vale do Aço, Vertentes, Caparaó, Norte, Alto Jequitinhonha, Central, Vale do Rio Doce e Triângulo Sul. O percentual médio do valor captado em relação ao valor pleiteado para todos os territórios foi de 32%, o que significa que apenas um terço do valor pleiteado foi conseguido no mercado de patrocínio.

PROJETOS E PATROCINADORES POR TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO

O Território Metropolitana foi o que concentrou a maior parte dos recursos, 72%. O Triângulo Norte ficou com 6% dos recursos captados, seguido pelos Territórios Oeste e Sul, com 4% cada, Mata e Vale do Aço com 3% cada e Vertentes e Caparaó com 2% cada. Os demais territórios ficaram com no máximo 1% do valor captado no período.(ver tabela 2.3)

TABELA 2. 3 - VALORES PLEITEADOS E INCENTIVADOS POR TERRITÓRIOS- 2011 a 2013

Territórios	Valor pleiteado R\$	Valor incentivado R\$	Incentivado/pleiteado %
Metropolitana	139.851.439,13	50.818.669,40	36
Triângulo Norte	9.765.228,16	4.162.589,10	43
Oeste	17.191.044,58	3.011.811,64	18
Sul	18.063.052,32	2.977.045,56	17
Mata	7.795.269,38	2.441.459,35	31
Vale do Aço	12.458.554,88	2.289.753,70	18
Vertentes	7.794.636,86	1.737.677,66	22
Caparaó	4.785.800,41	1.736.766,30	36
Norte	1.556.321,82	691.301,85	44
Alto Jequitinhonha	299.630,00	237.307,20	79
Central	489.354,65	194.972,82	40
Vale do Rio Doce	323.290,00	307.125,50	95
Triângulo Sul	320.511,80	25.000,00	8
TOTAL	220.694.133,99	70.631.480,08	32
Fonte: SFIC/SEC			

O maior montante de recursos captados no mercado de incentivo foi o da região Metropolitana, que ficou com 70% do valor total incentivado. A região que ocupou a segunda posição foi a Triângulo Norte, com apenas 6% do valor total incentivado. O Território Triângulo Sul foi que teve a menor participação, menos de 0,5% do valor total incentivado. Os territórios mais estruturados economicamente concentraram o maior número de patrocinadores como pode ser demonstrado na relação de projetos e patrocinadores por territórios. (ver tabela 3)

Metropolitana

Como visto acima, os projetos incentivados pela Lei de Incentivo Estadual concentram-se neste território, tanto em número quanto em valor incentivado. Em termos de valor, predominaram projetos na área 4 (Música), com quase 50% do valor total incentivado, seguidos pelas áreas 1 (Artes cênicas, incluindo teatro, dança circo, ópera e congêneres), 9 (Áreas culturais integradas), 2 (Audiovisual), 8 (Centros culturais, bibliotecas, museus, arquivos e congêneres), 3 (Artes Visuais), 5 (Literatura, obras informativas, obras de referência, revistas), 6 (Preservação e restauração do patrimônio material e imaterial) e 7 (Pesquisa e documentação).

Entre os patrocinadores desse território, destacaram-se de setores diversificados, em ordem de importância do valor incentivado: Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais s/a, Calamo Distribuidora de Produtos de Beleza s/a, Tim Celular S/A, Fiat Automóveis s/a, Gerdau Açominas s/a, Natura Cosméticos s/a, Claro s/a, Net Serviços de Comunicação s/a, Petróleo Brasileiro s/a, Arcelormittal Brasil s/a, Empresa de Cimento Liz s/a, Companhia de Bebidas das Américas s/a, Holcom Brasil s/a, Souza Cruz s/a, Telemar Norte Leste s/a, Unigal Ltda, AVG Siderurgia Ltda, Nemak Alumínio do Brasil Ltda, Companhia de Telecomunicações do Brasil Central), V&M do Brasil s/a, Holcim s/a (Brasil), Indústria Santa Clara s/a, Rossetti Equipamentos Rodoviários Ltda, Empresa Gontijo de Transportes Ltda, Minerita Minérios Itaúna Ltda, Alesat Combustíveis s/a, Café Três Corações Ltda, Tecnocal Ltda, Viação Pássaro Verde Ltda, Magnesita Refratários s/a, V&M do Brasil s/a, Companhia de Gás de Minas Gerais), Contagem Indústria e Comércio de Espumas e Colchões Ltda, Rouxinol Viagens e Turismo Ltda, Magnesita Insider Refratórios Ltda, VDL Siderurgia Ltda, Thermon Indústria Mecânica Ltda, Cobimex Connect Brasil Import Export Ltda, Cia São Geraldo de Viação, Mate Couro s/a, Empresa De Transportes Santafe Ltda, Viação Serro Ltda, Leitura Ltda.

Triângulo Norte

No Território Triângulo Norte, segundo em importância em termos de valor incentivado, as áreas culturais que realizaram projetos foram as de número 4 (Música), 9 (Áreas culturais integradas), 2 (Audiovisual), 1 (Artes cênicas, incluindo teatro, dança circo, ópera e congêneres), e 5 (Literatura, obras informativas, obras de referência, revistas).

Entre os incentivadores destacaram-se as empresas: CTBC Celular s/a, Companhia de Telecomunicações do Brasil Central, Refrigerantes do Triângulo Ltda, Auto Forjas , Bem Brasil Alimentos Ltda, Arcom s/a, Petróleo Brasileiro s/a, Caxuana Reflorestamento Ltda.

Oeste

O Território Oeste é o terceiro em importância em termos de valor incentivado. As áreas culturais que realizaram projetos foram as de número 4 (Música), 8 (Centros culturais, bibliotecas, museus, arquivos e congêneres), 1 (Artes cênicas, incluindo teatro, dança circo, ópera e congêneres), 9 (Áreas culturais integradas), 2 (Audiovisual), 7 (Pesquisa e documentação), 5 (Literatura, obras informativas, obras de referência, revistas), e 6 (Preservação e restauração do patrimônio material e do patrimônio imaterial)

Entre os incentivadores destacaram-se as empresas: Companhia de Bebidas das Américas (Ambev), Tim Celular, SSB - Energia Renovável Ltda, Petróleo Brasileiro s/a, CRBS s/a, Gerdau aços longos s/a, Carbometal Produtos Siderúrgicos Ltda, Melhoramentos Florestal Ltda, Irmãos Teixeira Ltda, Ascânio Turismo e Excursões Ltda, Lev Termoplásticos Ltda, Magnesita refratários s/a, Ferlig Ferro Liga Ltda, Black Free Calçados Ltda, Lindi Calçados Ltda, Intercast s/a, Icoplas Indústria de Frascos Ltda, Água Mineral Viva Ltda, Rio Rancho Agropecuária s/a, Viação Itaúna Ltda.

Sul

O Território Sul é a quarta em importância em termos de valor incentivado. As áreas culturais que realizaram projetos foram as de número 9 (Áreas culturais integradas), 5 (Literatura, obras informativas, obras de referência, revistas), 4 (Música), 3 (Artes visuais), 2 (Audiovisual), 1 (Artes cênicas, incluindo teatro, dança circo, ópera e congêneres).

Entre os incentivadores destacam-se as empresas: Tim Celular s/a, Dme Distribuição s/a, Fmc Química do Brasil Ltda, Indústria Mineira de Forjados s/a, Bebidas Jota Efe Indústria e Comércio Ltda, Frutty Refrigerantes Ltda, Fortluz indústria e comércio Ltda, V&M do Brasil s/a, Fagor Ederlan Brasileira Auto Peças, Companhia de Gás de Minas Gerais.

Mata

A região da Mata é a quinta em importância em termos de valores incentivados. As áreas culturais que realizaram projetos foram as de número 4 (Música), 9 (Áreas culturais integradas), 2 (Audiovisual), 8 (Centros culturais, bibliotecas, museus, arquivos e congêneres), 1 (Artes cênicas, incluindo teatro, dança circo, ópera e congêneres) e área 5 (Literatura, obras informativas, obras de referência, revistas).

Entre os patrocinadores deste território os mais importantes foram: Bauminas Química Ltda, Energisa Minas Gerais, Metalgráfica Palmira Ltda. Confecções H. Juliano Ltda, Sier móveis Ltda, Vera Lúcia Indústria e Comércio de Confecções Ltda, Bocejinho Confecções Ltda.

Vale do Aço

O Vale do Aço ocupou o sexto lugar em valor incentivado dos projetos da lei estadual de incentivo a cultura, com predominância das áreas culturais 4 (Música), 1 (Artes cênicas, incluindo teatro, dança circo, ópera e congêneres), 3 (Artes visuais), 5 (Literatura, obras informativas, obras de referência, revistas), 9 (Áreas culturais integradas), e 6 (Preservação e restauração do patrimônio material e imaterial), em ordem de importância do valor investido.

Os principais patrocinadores deste território foram a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais s/a, Aperam Inox América do Sul s/a, Nigal Ltda, Bema Indústria Mecânica Ltda.

Vertentes

A região das Vertentes é a sétima em importância em termos do valor incentivado para os projetos desenvolvidos por meio da lei estadual de incentivo a cultura com predominância das áreas culturais 4 (Música), 1 (Artes cênicas, incluindo teatro, dança circo, ópera e congêneres), 3 (Artes visuais), 5 (Literatura, obras informativas, obras de referência, revistas), 9 (Áreas culturais integradas), e 6 (Preservação e restauração do patrimônio material e imaterial), em ordem de importância do valor investido.

Os principais patrocinadores do território foram as empresas: Gerdau Açominas s/a, Souza Cruz s/a, Vallourec Tubos do Brasil s/a, Holcim Brasil s/a, Vli Multimodal s/a, Manutenção e Montagem Eletromecânica Ltda, Usinagem Gerfan Ltda.

Caparaó

Caparaó é a oitava região em importância em termos do valor incentivado para os projetos desenvolvidos por meio da lei estadual de incentivo a cultura com predominância das áreas culturais 4 (Música), 1 (Artes cênicas, incluindo teatro, dança circo, ópera e congêneres), 3 (Artes visuais), 5 (Literatura, obras informativas, obras de referência, revistas), 9 (Áreas culturais integradas) e 6 (Preservação e restauração do patrimônio material e imaterial), em ordem de importância do valor investido.

Os principais patrocinadores da região foram as empresas: Tim Celular s/a, CRBS s/a Indústria de Cosméticos Haskell Ltda, Metalsider Ltda, Raízen Combustíveis s/a, Fundação Arthur Bernardes.

Norte

No Território Norte três cidades apresentaram projetos, destacando-se Montes Claros com três projetos e Janaúba e Pirapora com um projeto cada, sendo estes projetos das áreas culturais 1 (Artes cênicas), 4 (Música), e 9 (Áreas culturais integradas).

Os principais patrocinadores foram, em ordem decrescente do valor incentivado, as empresas Tim Celular s/a, V&M Mineração Ltda, VLI Multimodal s/a. e Vallourec Tubos do Brasil s/a.

Alto Jequitinhonha

O Alto Jequitinhonha teve um projeto incentivado, na área cultural 1 (Artes cênicas), com patrocínio da empresa Holcim Brasil s/a.

Central

O Território Central teve um projeto incentivado, da área cultural 8 (Centros culturais, bibliotecas, museus, arquivos e congêneres), patrocinado pela empresa Votorantim Metais Zinco s/a.

Vale do Rio Doce

No Vale do Rio Doce foi realizado um, da área cultural 4 (Música), com o patrocínio da empresa Tim Celular s/a.

Triângulo Sul

No Triângulo Sul foi realizado um, da área cultural 9 (Áreas culturais integradas) com o patrocínio da empresa Gerdau Aços Longos s.a, Melhoramentos Florestal Ltda.

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA

O Fundo Estadual de Cultura (FEC) é um instrumento de promoção do desenvolvimento cultural do Estado, que tem como objetivo fomentar prioritariamente o interior do estado. A proposta do Fundo é repassar recursos diretamente para aqueles projetos culturais que tradicionalmente encontram dificuldades em encontrar apoio no mercado por meio da Lei Estadual de Incentivo a Cultura. O mecanismo de financiamento por meio do FEC possui duas modalidades “Liberação de Recursos Não Reembolsáveis” e “Financiamento Reembolsável”. A primeira é destinada a entidades públicas ou de direito privado sem fins lucrativos, e a segunda a entidades de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

Apesar de ter sido criado com objetivo de descentralizar o desenvolvimento cultural no interior do estado, o FEC concentrou no Território Metropolitana entre 66 a 68% dos 13.318 projetos realizados no período de 2008 a 2014. A diferença entre o Território Metropolitana e os demais é muito grande: Triângulo Norte, Sul e Vale do Aço, ficaram com apenas 5% do total de projetos, Mata e Oeste com 4% cada e Norte e Vertentes com 2% cada. É importante ressaltar, no entanto, que ano a ano a participação dos diversos territórios de desenvolvimento aumentou significativamente.

TABELA 2.4 – FEC - NUMERO DE PROJETOS REALIZADOS DE 2008 A 2014

Territórios/Anos	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Metropolitana	1.199	1.196	1.045	1.328	1.363	1.282	1.661	9.077
Vale do Aço	117	132	118	109	97	72	83	728
Sul	85	81	91	104	100	108	156	725
Triângulo Norte	81	95	71	74	57	98	124	600
Oeste	60	65	60	92	75	92	108	552
Mata	76	80	73	80	71	85	80	545
Vertentes	37	39	27	47	41	58	58	307
Norte	28	41	25	30	23	28	45	220
Caparaó	23	22	16	29	31	26	39	186
Triângulo Sul	11	9	20	10	5	22	22	99
Sudoeste	4	6	7	14	9	5	8	53
Noroeste	8	7	7	7	4	5	10	48
Alto Jequitinhonha	10	7	4	11	3	6	6	47
Vale do Rio Doce	6	5	9	6	1	6	12	45
Médio e Baixo Jequitinhonha	11	8	6	7	4		3	39
Central	5	4	4	4	4	6	9	36
Mucuri	1	3	1	2		2	2	11
TOTAL	1.762	1.800	1.584	1.954	1.888	1.901	2.426	13.318

Fonte: SFIC/SEC

Em termos proporcionais ainda é grande a distância entre o Território Metropolitana e os demais. No entanto, o crescimento do volume de recursos investidos na cultura nestes territórios demonstra a capacidade de inserção dos mesmos na política cultural, de forma crescente, e significa também que mais empreendedores estão se capacitando para atuar na área cultural de forma profissional. Os realizadores e empreendedores culturais têm tido a capacidade de elaborar propostas avaliadas e aprovadas pela Secretaria de Cultura e também de administrar os projetos, executar as várias etapas do trabalho proposto até a fase de prestação de contas, indicando assim as possibilidades de crescimento e desenvolvimento da cultura em todo o estado.

3. EQUIPAMENTOS CULTURAIS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO: PLURALIDADE E DISPONIBILIDADE

Esta seção trata da presença dos equipamentos culturais e dos meios de comunicação entre os municípios e territórios de desenvolvimento do estado, um dos aspectos que podem ser considerados para uma análise do setor cultural e das políticas públicas de cultura em Minas Gerais. A sua presença, pluralidade e disponibilidade foram consideradas como variáveis relevantes para a avaliação das características identitárias dos territórios de desenvolvimento, dado o perfil de sua dispersão pelo estado e ordenamento regional.

Toda a possibilidade de análise fica, entretanto, fortemente condicionada e limitada pela insegurança e mesmo falta de dados qualitativos e quantitativos para a área cultural no estado. Essa é, desde já, uma crítica a ser feita aos diferentes âmbitos de governança pública – municipal, estadual e federal – que não priorizam o inventário do legado, das manifestações e das práticas culturais dos mineiros e nem a construção de bases de dados confiáveis e atualizadas para avaliação segura de suas políticas culturais.

Foram utilizados dados oriundos de fontes oficiais do governo federal (IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros; Ministério da Educação e Ministério da Cultura) e estadual (Secretaria de Estado da Cultura e Fundação João Pinheiro, por meio do Índice Mineiro de Responsabilidade Social). No caso das livrarias foram utilizados dados da Câmara Mineira do Livro. Os dados do IBGE (Munic) e do Minc contemplam a presença do equipamento no município, sem precisar o número. As bases fornecidas pelas demais fontes permitem conhecer a quantidade de cada equipamento por município. Todos os dados foram agrupados por territórios de desenvolvimento.

Há divergências entre os dados, devido a muitos fatores dos quais destacamos:

- quanto ao órgão ou agente que realiza a pesquisa: imprecisão ou falta de alinhamento conceitual quanto à natureza do dado pesquisado, a exemplo: o que é um museu ou um arquivo, em que se diferenciam de um centro cultural ou de uma biblioteca;
- quanto ao órgão ou agente que responde à pesquisa: desconhecimento dos conceitos subjacentes para a coleta de dados e da pluralidade e diversidade dos arranjos e soluções locais que terminam por não corresponder às categorias generalizantes próprias das bases de dados; a exemplo, em situações locais um museu pode ser um arquivo e/ou uma biblioteca e vice-versa.

Nesse sentido, buscou-se circunscrever as descrições e análises dos conteúdos às suas maiores evidências, considerando-as como uma primeira contribuição e um primeiro esforço na apreciação do mosaico cultural de Minas Gerais no que toca à disponibilidade e diversidade de seus equipamentos culturais.

BIBLIOTECAS

As bibliotecas são os equipamentos com maior presença entre os municípios mineiros, configurando uma rede com vasta capilaridade no estado. As bibliotecas públicas municipais compõem o Sistema Estadual de Bibliotecas, que é coordenado pela Superintendência Estadual de Bibliotecas.

Segundo dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Cultura, muitos municípios dividem seus espaços com outros equipamentos, na maior parte sendo as secretarias de educação (maior incidência) e/ou secretaria ou casas de cultura. Mas esses espaços podem estar associados com telecentros, museus, arquivos, outros órgãos públicos (Câmaras de Vereadores, Emater) e comunitários e uma variada gama de outros usos. Esse compartilhamento de espaço pode indicar em sua maior parte parcerias ou associações de interesses, mas também pode ser apenas contiguidade de usos (comércio, serviços).

TABELA 3.1. NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM BIBLIOTECAS E NUMERO DE BIBLIOTECAS POR TERRITÓRIOS

Territórios	Número de municípios	Municípios com Bibliotecas	Bibliotecas
NNoroeste	30	29	29
Norte	86	73	76
Médio e Baixo Jequitinhonha	31	25	25
Mucuri	29	24	25
Alto Jequitinhonha	24	22	22
Central	17	16	17
Vale do Rio Doce	50	41	41
Vale do Aço	33	27	27
Metropolitana	90	71	95
Oeste	56	54	67
Caparaó	55	43	43
Mata	93	76	80
Vertentes	52	43	44
Sul	116	90	103
Sudoeste	34	28	29
Triângulo Norte	30	30	31
Triângulo Sul	27	25	26
Total	853	717	780

Fonte: SEC/ 2014

De acordo com os dados acima, as bibliotecas públicas distribuem-se homogeneamente pelos territórios de desenvolvimento, com as maiores variações sendo registradas no Território Metropolitana, devido à concentração de maior número de bibliotecas na capital.

A inexistência de bibliotecas é observada, em termos residuais, apenas nos municípios menores, com menos de 50 mil habitantes.

TABELA 3.2 - NÚMERO DE MUNICIPIOS SEM BIBLIOTECAS SEGUNDO O TAMANHO DA POPULAÇÃO

Territórios de Desenvolvimento/ faixas de população	Total de municípios	Municípios sem bibliotecas						Taxa de Variação
		Número			%			
		2006	2009	2012	2006	2009	2012	
até 10 mil	489	35	9	49	7,2	1,8	10,0	40%
10 a 20 mil	186	3	2	9	1,6	1,1	4,8	200%
20 a 50 mil	112	0	0	5	0,0	0,0	4,5	500%
50 a 100 mil	37	0	0	1	0,0	0,0	2,7	-100%
100 a 200 mil	16	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0%
200 a 500 mil	9	0	0	0	0,0	0,0	0,0	-100%
mais de 500 mil	4	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0%
MINAS GERAIS	853	38	11	64	4,5	1,3	7,5	68%

Fonte: Munic/2012

Embora os dados da Munic diverjam em parte dos dados da Secretaria de Cultura, é interessante observar no quadro acima a tendência, registrada em série histórica de 2006 a 2012, de diminuição do número de bibliotecas entre os municípios de menor porte populacional.

ARQUIVOS

Os dados oficiais disponíveis sobre os arquivos municipais se originam de pesquisas que possuem abordagens e conceitos diferentes. Enquanto a base da Munic contabiliza 172 municípios com arquivos, considerando num conceito mais abrangente, os arquivos e centros de documentação, a Secretaria de Estado da Cultura identifica 88 arquivos, devido, provavelmente à adoção de um critério de identificação de um arquivo público municipal formalmente constituído. Considerando a distribuição dos dados da SEC, ou seja, dos arquivos formalmente constituídos, sua presença é mais destacada nas cidades de porte grande ou médio e nas chamadas cidades históricas. Os territórios nos quais comparativamente registra-se a maior presença de arquivos são Triângulo Norte (23%), Triângulo Sul (22%) Oeste (16%), Sul, Mata e Vertentes (11% cada) e Metropolitana (8%).

Observando os dados da Munic, que identifica arquivo dentro de uma conceituação mais ampla, englobando centros de documentação, os números crescem exponencialmente.

TABELA 3.3 NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM ARQUIVOS POR TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Territórios de Desenvolvimento/	Total de municípios	Municípios com arquivo público	
		Número	%
		2012	2012
Noroeste	30	9	30,0
Norte	86	11	12,8
Médio e Baixo Jequitinhonha	31	2	6,5
Mucuri	29	0	0,0
Alto Jequitinhonha	24	1	4,2
Central	17	4	23,5
Vale do Rio Doce	49	3	6,1
Vale do Aço	33	6	18,2
Metropolitana	90	18	20,0
Oeste	56	20	35,7
Caparaó	55	6	10,9
Mata	93	18	19,4
Vertentes	50	11	22,0
Sul	119	33	27,7
Sudoeste	34	8	23,5
Triângulo Norte	30	13	43,3
Triângulo Sul	27	9	33,3
MINAS GERAS	853	172	20,2

Fonte: Munic/2012

Apesar do número divergente e das alterações de posição, podemos observar que são os mesmos seis ou sete territórios que concentram mais arquivos nos dois levantamentos, com maior destaque para o Território Triângulo Norte.

3.3 PONTOS DE CULTURA

Outra rede que se estende sobre os territórios mineiros são os pontos de cultura, constituídos a partir do programa Cultura Viva do Ministério da Cultura desde 2004. Os pontos de cultura não se caracterizam como instituições formais, mas como entidades socioculturais e, como tais, podem se apresentar como um projeto, um programa, uma associação ou um equipamento privado. Caracterizam-se por serem espaços de práticas culturais e pela gestão compartilhada entre poder público e as comunidades onde se inserem. A rede de pontos de cultura, em sua concepção, teria a capacidade de atingir grupos e comunidades à margem dos circuitos culturais tradicionais e, ampliando-se pelo território, promover o acesso à cultura e a valorização das manifestações culturais locais.

A partir do espaço virtual, os pontos de cultura em todo o país formaram uma rede que tem permitido a troca de informações e experiências entre os diferentes grupos e territórios e favorecido as políticas e práticas transversais.

A constituição de pontos de cultura no estado pode ser um indicativo importante tanto no sentido de se avaliar a riqueza e diversidade das práticas culturais como da capacidade dessa política pública de mobilizar os grupos e comunidades para inserção numa rede de trocas e práticas culturais.

Os pontos de cultura se constituíram pela chancela do Minc, concedida aos proponentes/candidatos a partir de editais públicos. A partir de uma parceria entre o Minc, governos estaduais e/ou municipais, os editais permitiram a seleção de entidades que receberam recursos financeiros para se constituírem. Em 2010 foi criado o Pontão de Cultura, para promover entidades com capacidade de articulação dos diferentes pontos.

O programa federal sofreu percalços desde sua criação, o que não impediu a sua expansão em rede e a expectativa de seu crescimento futuro. Prova disso foi a meta estabelecida no Plano Estadual de Cultura de alcançar a implementação de 900 pontos de cultura em Minas Gerais nos próximos dez anos, sendo pelo menos um em cada município. Hoje o estado contabiliza cerca de 160 pontos.

Observando a distribuição dos pontos de cultura pelos municípios e territórios, pode-se constatar uma vez mais a concentração no Território Metropolitana. Territórios com piores indicadores de desenvolvimento econômico como Norte e Alto Jequitinhonha apresentam um número relativamente maior de pontos de cultura, presumivelmente pelo caráter explicitamente inclusivo do programa federal. No campo oposto, territórios mais desenvolvidos como o Sul, Vale do Aço e Vale do Rio Doce, nos quais outros indicadores de equipamentos culturais são numericamente mais expressivos, praticamente não foram mobilizados para o programa dos pontos de cultura (tab. 3.5).

TABELA 3.4 .DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS DE CULTURA PELOS TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO- 2014

Territórios	Número de municípios	Municípios Contemplados	Número de pontos
Noroeste	30	6	9
Norte	86	8	10
Médio e Baixo Jequitinhonha	31	7	4
Mucuri	29	4	4
Alto Jequitinhonha	24	9	12
Central	17	2	3
Vale do Rio Doce	50	2	2
Vale do Aço	33	3	3
Metropolitana	90	20	54
Oeste	56	3	4
Caparaó	55	3	7
Mata	93	8	14
Vertentes	52	8	9
Sul	116	6	6
Sudoeste	34	1	3
Triângulo Norte	30	4	12
Triângulo Sul	27	1	2
Total	853	95	160

Fonte: Sec/Minc

CENTROS CULTURAIS

Centros culturais são instituições públicas ou privadas que podem abarcar uma variada gama de atividades artísticas, promovendo acesso e consumo de cultura e mesmo serem detentoras de acervos e atividades educativas. Nesse sentido sua presença nos municípios e territórios, para além de toda imprecisão que cerca o termo, é em si indicativo de uma infraestrutura e de vitalidade cultural daquela comunidade e/ou território.

Na tabela 3.6, observamos um significativo crescimento do número de centros culturais, mas com desigualdade crescente entre alguns territórios: enquanto Oeste e Caparaó perderam equipamentos entre seus municípios, Vale do Aço e Vale do Rio Doce, assim como Central registraram crescimento.

TABELA 3.5. CENTROS CULTURAIS POR TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Territórios de Desenvolvimento/	Total de municípios	Municípios com Centro Cultural					
		Número			%		
		2006	2009	2012	2006	2009	2012
Noroeste	30	4	6	7	13,3	20,0	23,3
Norte	86	13	12	12	15,1	14,0	14,0
Médio e Baixo Jequitinhonha	31	2	6	9	6,5	19,4	29,0
Mucuri	29	3	4	7	10,3	13,8	24,1
Alto Jequitinhonha	24	8	4	7	33,3	16,7	29,2
Central	17	2	4	15	11,8	23,5	88,2
Vale do Rio Doce	49	2	9	10	4,1	18,4	20,4
Vale do Aço	33	7	8	33	21,2	24,2	100,0
Metropolitana	90	21	26	21	23,3	28,9	23,3
Oeste	56	10	13	2	17,9	23,2	3,6
Caparaó	55	10	17	1	18,2	30,9	1,8
Mata	93	21	32	41	22,6	34,4	44,1
Vertentes	50	14	18	19	28,0	36,0	38,0
Sul	119	31	35	46	26,1	29,4	38,7
Sudoeste	34	10	16	13	29,4	47,1	38,2
Triângulo Norte	30	6	9	10	20,0	30,0	33,3
Triângulo Sul	27	3	7	9	11,1	25,9	33,3
Minas Gerais	853	167	226	286	19,6	26,5	33,5

Fonte: Munic/2012

CINEMAS

Conforme apontam os dados abaixo, as salas de cinema são equipamentos presentes em menos de 10% dos municípios mineiros, com uma variação geral de crescimento pouco significativa (8%). Para a maior parte dos territórios - Norte, Noroeste, Mucuri, Central, Vale do Aço, Vale do Rio Doce, Caparaó, Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha, Triângulo Norte e Triângulo Sul - os dados da presença de cinemas são residuais, enquanto nos seis restantes seu número gira em torno de 14% dos municípios.

Na consideração sobre a presença dos cinemas de acordo com o porte populacional dos municípios, constata-se a flagrante concentração desses equipamentos nos municípios maiores.

TABELA 3.6. NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM CINEMA POR TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Territórios de Desenvolvimento/ faixas de população	Total de municípios	Municípios com Cinema						Taxa de Variação
		Número			%			
		2006	2009	2012	2006	2009	2012	
Noroeste	30	2	3	3	6,7	10,0	10,0	50%
Norte	86	3	2	4	3,5	2,3	4,7	33%
Médio e Baixo Jequitinhonha	31	1	1	1	3,2	3,2	3,2	0%
Mucuri	29	1	0	0	3,4	0,0	0,0	-100%
Alto Jequitinhonha	24	1	1	2	4,2	4,2	8,3	100%
Central	17	0	0	2	0,0	0,0	11,8	200%
Vale do Rio Doce	49	3	3	2	6,1	6,1	4,1	-33%
Vale do Aço	33	2	1	1	6,1	3,0	3,0	-50%
Metropolitana	90	11	12	12	12,2	13,3	13,3	9%
Oeste	56	7	7	10	12,5	12,5	17,9	43%
Caparaó	55	1	3	3	1,8	5,5	5,5	200%
Mata	93	7	8	5	7,5	8,6	5,4	-29%
Vertentes	50	4	5	5	8,0	10,0	10,0	25%
Sul	119	16	16	17	13,4	13,4	14,3	6%
Sudoeste	34	7	6	8	20,6	17,6	23,5	14%
Triângulo Norte	30	5	2	2	16,7	6,7	6,7	-60%
Triângulo Sul	27	2	3	2	7,4	11,1	7,4	0%
até 10 mil	489	7	5	7	1,4	1,0	1,4	0%
10 a 20 mil	186	8	13	10	4,3	7,0	5,4	25%
20 a 50 mil	112	15	19	25	13,4	17,0	22,3	67%
50 a 100 mil	37	22	17	17	59,5	45,9	45,9	-23%
100 a 200 mil	16	11	9	10	68,8	56,3	62,5	-9%
200 a 500 mil	9	6	6	6	66,7	66,7	66,7	0%
mais de 500 mil	4	4	4	4	100,0	100,0	100,0	0%
MINAS GERAIS	853	73	73	79	8,6	8,6	9,3	8%

Fonte: Munic/2012

TEATROS

Teatros são equipamentos multifuncionais e adaptáveis às mais variáveis condições, o que pode ajudar a entender que os dados quantitativos relativos a sua existência nos municípios mineiros e respectivos territórios de desenvolvimento sejam mais positivos se comparados com os cinemas, como acima descrito. Há um maior número de equipamentos e sua distribuição pelos territórios é menos desigual. Além disso, houve um aumento geral mais significativo (17%).

Ainda assim, não se pode falar numa presença importante, visto que permanece abaixo dos 25% da totalidade dos municípios, e menos de 10% dos municípios de pequeno porte. Os Territórios Norte e Vale do Rio Doce apresentam os piores índices, e os mais contemplados são Metropolitana, Sul e Vertentes.

TABELA 3.7. NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM TEATRO POR TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Territórios de Desenvolvimento/ faixas de população	Total de municípios	Municípios com teatro						Taxa de Variação
		Número			%			
		2006	2009	2012	2006	2009	2012	
Noroeste	30	7	7	7	23,3	23,3	23,3	0%
Norte	86	9	6	8	10,5	7,0	9,3	-11%
Médio e Baixo Jequitinhonha	31	6	7	7	19,4	22,6	22,6	17%
Mucuri	29	3	6	4	10,3	20,7	13,8	33%
Alto Jequitinhonha	24	2	2	4	8,3	8,3	16,7	100%
Central	17	5	3	4	29,4	17,6	23,5	-20%
Vale do Rio Doce	49	4	4	5	8,2	8,2	10,2	25%
Vale do Aço	33	5	4	5	15,2	12,1	15,2	0%
Metropolitana	90	26	26	30	28,9	28,9	33,3	15%
Oeste	56	7	9	12	12,5	16,1	21,4	71%
Caparaó	55	4	9	8	7,3	16,4	14,5	100%
Mata	93	17	19	20	18,3	20,4	21,5	18%
Vertentes	50	17	18	16	34,0	36,0	32,0	-6%
Sul	119	31	35	39	26,1	29,4	32,8	26%
Sudoeste	34	6	10	9	17,6	29,4	26,5	50%
Triângulo Norte	30	11	12	8	36,7	40,0	26,7	-27%
Triângulo Sul	27	4	4	6	14,8	14,8	22,2	50%
até 10 mil	489	44	53	47	9,0	10,8	9,6	7%
10 a 20 mil	186	28	34	38	15,1	18,3	20,4	36%
20 a 50 mil	112	42	45	52	37,5	40,2	46,4	24%
50 a 100 mil	37	25	25	28	67,6	67,6	75,7	12%
100 a 200 mil	16	14	14	16	87,5	87,5	100,0	14%
200 a 500 mil	9	7	6	7	77,8	66,7	77,8	0%
mais de 500 mil	4	4	4	4	100,0	100,0	100,0	0%
MINAS GERAIS	853	164	181	192	19,2	21,2	22,5	17%

Fonte: Munic/2012

MUSEUS

Entre os equipamentos que compõem a infraestrutura cultural do estado de Minas Gerais, os museus ocupam um lugar significativo em termos quantitativos, pela sua capilaridade no território e muito especialmente por serem instituições potencialmente portadoras de legados simbólicos identificados com as comunidades onde se inserem, ou seja, são fortemente associáveis aos processos de pertencimento dos municípios e territórios. Daí a importância da análise de sua presença e distribuição espacial para compreensão do quadro cultural dos municípios e territórios de desenvolvimento.

Em termos das políticas culturais do estado, cumpre ressaltar que existe um sistema estadual de museus, formalmente instituído, embora com atuação muito limitada. A Superintendência de Museus da Secretaria Estadual de Cultura gerencia seis museus públicos estaduais, que se concentram no Território Metropolitana.³

Segundo dados de cadastro do Instituto Brasileiro de Museus/IBRAM, estão registrados 191 museus, distribuídos por 103 municípios.⁴ As instituições museológicas abarcam uma ampla variedade de situações formais, natureza do acervo e relação com as comunidades, o que torna sua análise um forte indicador da diversidade das manifestações culturais e do patrimônio cultural do estado. Podem ser públicas ou privadas e, nesse caso último, podem estar associadas a empresas, escolas, igrejas e outras entidades. A tabela 8 mostra a distribuição dos museus pelos territórios segundo uma categorização de sua natureza, entre públicos e privados.

³ Entre 2008 e 2009, a Secretaria de Estado da Cultura desenvolveu um estudo para regionalização cultural do estado mineiro, do qual resultou uma proposta de Regionalização Museológica de Minas Gerais, aprovada no *3º Encontro Estadual de Museus*. Englobando centros culturais e outras instituições congêneres no estudo, a proposta terminou por distribuir 544 entidades por dezenove regiões museológicas. Estas iniciativas, embora não tenham resultado numa efetiva política de atuação descentralizada, podem somar ao esforço atual de criação dos territórios a partir de uma leitura crítica dos estudos então realizados.

⁴ Dados repassados pela SEC/MG. Segundo os dados da pesquisa Munic para o ano 2012, 193 municípios sediam museus no estado de Minas Gerais. Além dos conhecidos problemas ligados à coleta das informações, essas divergências entre dados de pesquisas oficiais apontam para uma imprecisão conceitual da variável em pesquisa. No caso dos museus, toda uma gama de instituições similares podem ser ou não incluídas nos cadastros e nas respostas, alterando significativamente as avaliações quantitativas. Outros casos detectados de imprecisão dos dados precisam ser analisados para se corrigir falhas nas bases de dados. Exemplo flagrante é a cidade de Tiradentes, conhecidamente detentora de grandes museus e que na base consultada aparece com apenas um museu.

TABELA 3.8. NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM MUSEU POR TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Territórios	Municípios	Museus			
		Públicos Municipais	Públicos Estaduais	Públicos Federais	Privados
Noroeste	3	3	-	-	-
Norte	1	1	-	-	-
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	1	-	-	-
Mucuri	3	2	-	-	4
Alto Jequitinhonha	3	1	-	2	1
Central	2	1	-	-	2
Vale do Rio Doce	2	2	-	-	-
Vale do Aço	3	2	-	-	1
Metropolitana	18	19	10	14	24
Oeste	9	9	-	-	3
Caparaó	1	-	-	3	-
Mata	9	8	1	5	6
Vertentes	15	6	1	2	6
Sul	19	16	-	4	4
Sudoeste	4	4	-	1	-
Triângulo Norte	6	6	-	3	-
Triângulo Sul	4	9	-	1	3
Total	103	90	12	34	54

Fonte: MINC/IBRAM, 2014

Observa-se a forte concentração das instituições museológicas no Território Metropolitana, ainda mais acentuada no caso dos museus públicos estaduais. Os museus federais apresentam uma presença menos rarefeita, assim como os museus privados (quase sempre mistos, associativos, corporativos). As instituições municipais, que refletem iniciativas locais, são mais numerosas, ainda que alcancem pouco mais de 10% dos municípios mineiros.

A existência de livrarias e sua distribuição na rede urbana dos territórios pode ser um bom indicativo da pluralidade de equipamentos que servem uma cidade sob o ponto de vista cultural. Os dados da Câmara Mineira do Livro para o ano de 2014 apontam para um total de 369 livrarias, fortemente concentradas no Território Metropolitana, único território onde o número de estabelecimento é maior do que o número de municípios. Belo Horizonte contabiliza 161 das 195 identificadas, dispersas por outros quinze municípios.

O Território Mata apresenta um índice significativo com 30 livrarias, mas ainda mais concentradas na cidade de Juiz de Fora (21). Uma melhor distribuição das livrarias se dá no Território Sul, com 27 estabelecimentos dispersos por 13 municípios, ainda que este número seja baixo em relação ao grande número de municípios, pouco mais de 10%. Destaca-se também o Território Oeste, no qual 23 livrarias estão distribuídas em 13 municípios, em torno de 23% da totalidade do território.

PLURALIDADE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Os meios de comunicação, em sua disponibilidade e pluralidade, podem ser indicadores da atividade cultural de um município ou território, na medida em que impulsionam e divulgam as manifestações culturais locais, concorrem para a formação de artistas e consumidores de cultura e possibilitam a conectividade das comunidades com a cultura global. A partir dos dados da Munic, considerou-se como indicador de pluralidade a existência de dois ou mais meios de comunicação no município, entre os seguintes: jornal local, rádio AM, rádio FM, rádio comunitária, geradora de Tv e provedor de internet. A tabela abaixo expõe os resultados dessa investigação.

Na série histórica 2006-2012, e considerando-se os números para o estado como um todo se observa um quadro de fragilidade, visto que quase metade dos municípios não tem sequer dois meios de comunicação. No período verificou-se um tímido crescimento em todo o estado, mesmo entre os municípios de maior porte populacional.

Comparando-se os territórios, fica evidenciada uma crescente desigualdade entre regiões do estado: enquanto os territórios Noroeste, Vale do Aço, Sudoeste e Mucuri tiveram um aumento significativo do número de municípios com maior pluralidade, outros sofreram forte retrocesso, como Vertentes e Caparaó.

TABELA 3.9. NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM PLURALIDADE DE MEIOS DE POR TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Territórios de Desenvolvimento/ faixas de população	Total de municípios	Municípios com pluralidade de meios de comunicação						Taxa de
		Número			%			Variação
		2006	2009	2012	2006	2009	2012	
Noroeste	30	12	18	20	40,0	60,0	66,7	67%
Norte	86	42	54	51	48,8	62,8	59,3	21%
Médio e Baixo Jequitinhonha	31	16	14	17	51,6	45,2	54,8	6%
Mucuri	29	13	14	17	44,8	48,3	58,6	31%
Alto Jequitinhonha	24	13	8	14	54,2	33,3	58,3	8%
Central	17	8	5	9	47,1	29,4	52,9	13%
Vale do Rio Doce	49	24	23	27	49,0	46,9	55,1	13%
Vale do Aço	33	12	22	18	36,4	66,7	54,5	50%
Metropolitana	90	51	51	54	56,7	56,7	60,0	6%
Oeste	56	35	36	36	62,5	64,3	64,3	3%
Caparaó	55	32	24	19	58,2	43,6	34,5	-41%
Mata	93	44	43	40	47,3	46,2	43,0	-9%
Vertentes	50	30	19	13	60,0	38,0	26,0	-57%
Sul	119	68	69	69	57,1	58,0	58,0	1%
Sudoeste	34	20	20	28	58,8	58,8	82,4	40%
Triângulo Norte	30	18	19	20	60,0	63,3	66,7	11%
Triângulo Sul	27	19	20	19	70,4	74,1	70,4	0%
até 10 mil	489	220	200	205	45,0	40,9	41,9	-7%
10 a 20 mil	186	107	121	128	57,5	65,1	68,8	20%
20 a 50 mil	112	82	90	89	73,2	80,4	79,5	9%
50 a 100 mil	37	28	27	27	75,7	73,0	73,0	-4%
100 a 200 mil	16	9	11	11	56,3	68,8	68,8	22%
200 a 500 mil	9	8	8	8	88,9	88,9	88,9	0%
mais de 500 mil	4	3	2	3	75,0	50,0	75,0	0%
MINAS GERAIS	853	457	459	471	53,6	53,8	55,2	3%

Fonte: MUNIC/2012

PRESEÇA DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS NOS MUNICÍPIOS: DESTAQUES DOS TERRITÓRIOS

Embora originados de fontes diferentes, a exposição dos dados sobre os equipamentos culturais, conforme dispostos na tabela abaixo, permite uma visualização de sua distribuição pelos territórios e, dentro de cada um deles, de sua dispersão pelos municípios.

TABELA 3.10 - PRESEÇA DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS: QUADRO GERAL POR TERRITÓRIO E MUNICÍPIO

Territórios	Muni- cipios	Bibliotecas		Arquivos		Pontos de Cultura		Centros Culturais		Museus		Cinemas		Teatros		Livrarias	
Fontes		SEC 2014		SEC 2014		SEC 2014		Munic 2012		IBRAM		Munic 2012		Munic 2012		CML 2014	
Municípios/ Equipamentos		M	E	M	E	M	E	M	E	M	E	M	E	M	E	M	E
Noroeste	30	29	29	4	4	6	9	7		3	3	3		7		3	6
Norte	86	73	76	5	5	8	10	12		1	1	4		8		6	16
Médio e Baixo Jequitinhonha	31	25	25	1	1	7	7	9		1	1	1		7		-	-
Mucuri	29	24	25	1	1	4	4	7		3	6	0		4		2	4
Alto Jequitinhonha	24	22	22	2	2	9	12	7		3	4	2		4		1	2
Central	17	16	17	1	1	2	3	15		2	3	2		4		2	3
Vale do Rio Doce	50	41	41	3	3	2	2	10		2	2	2		5		2	5
Vale do Aço	33	27	27	2	2	3	3	34		3	3	1		5		2	10
Metropolitana	90	71	95	8	8	20	54	21		18	67	12		30		16	195
Oeste	56	54	67	9	8	3	4	2		9	12	10		12		12	23
Caparaó	55	43	43	1	1	3	7	1		1	3	3		8		2	5
Matá	93	76	80	11	11	8	14	41		9	20	5		20		9	30
Vertentes	52	43	44	6	6	8	9	19		15	15 ⁵	5		16		5	9
Sul	116	90	103	18	18	6	6	46		19	24	17		39		13	27
Sudoeste	34	28	29	2	2	1	3	13		4	5	8		9		4	5
Triângulo Norte	30	30	31	7	7	4	12	10		6	9	2		8		4	16
Triângulo Sul	27	25	26	6	6	1	2	9		4	13	2		6		5	13
Total	853	717	780	88	88	95	161	263		103	191	79		192		86	369

Nota: M: numero de municípios com equipamento,E: numero de equipamentos

São citados abaixo os destaques municipais de cada território de desenvolvimento, considerando-se a presença dos seguintes equipamentos culturais: bibliotecas, pontos de cultura, arquivos públicos e livrarias. As fontes utilizadas foram: Secretaria de Estado da Cultura, 2014 (bibliotecas, pontos de cultura, arquivos); Câmara Mineira do Livro, 2015 (livrarias); Ministério da Cultura, 2014 (pontos de cultura).

⁵ Dados não contemplam pelo menos quatro museus existentes em Tiradentes e cadastrados na base do Ibram, disponível em: <http://sistemas.museus.gov.br/cnm/pesquisa/listarPorUf?uf=MG>

Território Alto Jequitinhonha

O território conta com 22 bibliotecas, sendo que Capelinha, Itamarandiba e Turmalina tem um número significativo de leitores em comparação aos demais municípios.

Foram criados 12 pontos de cultura, sendo que Diamantina, Serro e Couto de Magalhães tem dois. Os outros municípios são Carbonita, Datas, Francisco Badaró, Jenipapo de Minas, São Gonçalo do Rio Preto e Veredinha. Duas cidades possuem arquivos públicos: Diamantina e Minas Novas. Somente Diamantina possui duas livrarias.

Território Caparaó

O território conta com 43 bibliotecas, sendo que Alto Jequitibá, Manhuaçu e Viçosa apresentam maior número de leitores.

Tem sete pontos de cultura nas cidades de Viçosa (4), Ponte Nova (2) e Cajuri (1). Apenas Mutum tem arquivo público. Possui cinco livrarias, sendo três em Viçosa e duas em Ponte Nova.

Território Central

Somente um município não tem biblioteca. Curvelo tem duas bibliotecas e maior número de leitores registrados e por mês.

Somente três pontos de cultura: dois em Curvelo e um em Três Marias. Apenas Abaeté possui arquivo público. Curvelo possui uma livraria e Corinto outras duas.

Território Mata

O território conta com 80 bibliotecas, sendo que Leopoldina tem três e Bias Fortes e Juiz de Fora têm duas. Juiz de Fora tem número de leitores destacado, seguido com larga margem por Santos Dumont e Muriaé.

São 14 pontos de cultura assim distribuídos: Juiz de Fora com cinco, Cataguases com três e os municípios de Além Paraíba, Belmiro Braga, Liberdade, Muriaé, Ubá e Visconde do Rio Branco com um.

Onze arquivos públicos nos seguintes municípios: Carangola, Juiz de Fora, Além Paraíba, Brás Pires, São João Nepomuceno, Cataguases, Leopoldina, Mirai, Muriaé, São Geraldo, Rio Novo. O território tem 30 livrarias, concentradas em Juiz de Fora (21), Muriaé (2) e uma em outros sete municípios.

Território Médio e Baixo Jequitinhonha

O território conta com 25 bibliotecas. Coronel Murta tem destaque no número de leitores, seguido em distância por Joáima. Sete pontos de cultura foram criados no território, nos municípios de Almenara, Araçuaí, Comercinho, Coronel Murta, Jequitinhonha, Rubim e Virgem da Lapa. Apenas o município de Jequitinhonha tem arquivo público.

Território Metropolitana

O território conta com 95 bibliotecas, sendo que Belo Horizonte tem 20 bibliotecas, Baldim tem duas, Paraopeba duas, Ribeirão das Neves três e Santa Luzia duas. Além de Belo Horizonte, que possui uma rede de bibliotecas públicas, destacam-se em número de leitores os municípios de Contagem, Ouro Preto, João Monlevade, Itabira, Lagoa Santa, Sabará e Ribeirão das Neves.

Dos 54 pontos de cultura, 24 estão sediados em Belo Horizonte, seis em Nova Lima, três em Ouro Preto, dois em Itabira, Sabará, Sete Lagoas e Belo Vale. Considerando-se os municípios que estão no entorno imediato de Belo Horizonte, em zonas de conturbação urbana e conectividade cultural com a capital – Nova Lima, Sabará, Contagem, Betim e Santa Luzia – somam-se 35 pontos concentrados em torno da capital do estado.

Nesse território contabilizam-se oito arquivos municipais: Paraopeba, Sete Lagoas, Belo Vale, Bonfim, Contagem, Itabira, Nova Lima e Ouro Preto. As 195 livrarias distribuem-se desigualmente: Belo Horizonte concentra 161, seguido por Contagem (8), Sete Lagoas (5), Itabira (4), Betim (3) e outros 12 municípios.

Território Mucuri

O território conta com 25 bibliotecas; Carlos Chagas e Nanuque tem maior número de leitores.

Quatro pontos de cultura foram criados nos municípios de Águas Formosas, Itaipé, Malacacheta e Pavão. Apenas Águas Formosas possui arquivo público. Teófilo Otoni possui três livrarias e Águas Formosas, uma.

Território Noroeste

O território conta com 29 bibliotecas. Patos de Minas e Paracatu destacam-se fortemente entre as bibliotecas com o maior número de leitores registrados, sendo que a de Paracatu é somente biblioteca e Patos de Minas está anexa a um telecentro.

Nove pontos de cultura foram criados nesse território, sendo três em Unaí, dois em Paracatu e os demais distribuídos nas cidades de Patos de Minas, Arinos, Chapada Gaúcha e Natalândia. Os municípios de Paracatu, Patos de Minas, São Gonçalo do Abaeté e São Gotardo possuem arquivos públicos. Três municípios possuem duas livrarias cada: Paracatu, Patos de Minas e Unaí.

Território Norte

O território conta com 76 bibliotecas, sendo que Montes Claros tem duas bibliotecas e um número significativo de leitores em comparação aos demais municípios.

Apenas oito municípios foram contemplados até o momento com o programa Pontos de Cultura. Os municípios de Montes Claros e Januária tiveram dois pontos criados. Cinco municípios possuem arquivos públicos: Monte Azul, Brasília de Minas, Grão Mogol, Montes Claros e Salinas. Dezesesseis livrarias existem nos seguintes municípios: Montes Claros (9), Janaúba (3), Brasília de Minas, Jaíba, Rio Pardo de Minas e Salinas, uma.

Território Oeste

O território conta com 67 bibliotecas, sendo que Campo Belo possui 5, Carmópolis de Minas duas, Divinópolis duas, Formiga três, Itaguara três e Lagoa da Prata quatro. Campo Belo, Carmópolis, Divinópolis, Itauna, Lagoa da Prata, Pará de Minas destacam-se entre os municípios com o maior número de leitores registrados.

Tem quatro pontos de cultura: dois em Itaúna, um em Bambuí e um em Divinópolis. Esse território tem um número significativo de arquivos públicos, em comparação com os demais: são nove, distribuídos nos municípios de Luz, São Sebastião do Oeste, Cristais, Divinópolis, Formiga, Pará de Minas, Santo Antônio do Monte, São Gonçalo do Pará e Campo Belo. Vinte e três livrarias são distribuídas em 12 municípios, com destaque para Divinópolis (6) e Lagoa da Prata (3).

Território Sudoeste

O território conta com 29 bibliotecas, sendo que Carmo do Rio Claro tem duas. Guaxupé e São Sebastião do Paraíso tem número de leitores destacado.

Possui três pontos de cultura, todos em Guaxupé. Dois municípios têm com arquivos: Itamogi e Capitólio. Registram-se cinco livrarias em quatro municípios, sendo duas em São Sebastião do Paraíso.

Território Sul

O território conta com 103 bibliotecas, sendo que Conceição do Rio Verde e Itajubá têm duas e Poços de Caldas tem três. Pouso Alegre tem número de leitores destacado, seguido por Poços de Caldas e Lavras.

Apenas seis pontos de cultura foram criados, distribuídos pelos municípios de Alagoa, Cristina, Extrema, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí e Três Corações. Dezoito municípios possuem arquivos públicos: Carmo de Minas, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Cristina, Ilícina, Monsenhor Paulo, São Bento Abade, Machado, Lavras, Brasópolis, Cabo Verde, Cachoeira de Minas, Passa Quatro, Poços de Caldas e Baependi. Treze municípios possuem 27 livrarias: Poços de Caldas (5), Itajubá, Lavras, Perdões, Pouso Alegre e Varginha (3) e outros sete municípios com uma.

Território Triângulo Norte

O território conta com 31 bibliotecas, sendo que Abadia dos Dourados tem duas. Ituiutaba, Patrocínio, Uberlândia e Araguari têm número de leitores destacado.

Dos doze pontos de cultura criados: oito concentram-se em Uberlândia, dois em Ituiutaba. Araguari e Guimarães têm um. Sete municípios possuem arquivos, um número significativo: Coromandel, Estrela do Sul, Araguari, Canápolis, Guimarães, Uberlândia e Nova Ponte. No território existem 16 livrarias, sendo 12 em Uberlândia, duas em Patrocínio, e outras duas em Araguari e Ituiutaba.

Território Triângulo Sul

O território conta com 26 bibliotecas. Uberaba tem número de leitores destacado, seguido com larga margem por Araxá.

Dois pontos de cultura foram criados em Uberaba. Seis municípios possuem arquivos públicos: Sacramento, Frutal, Iturama, Limeira do Oeste (2010), Pedrinópolis e Uberaba. Possui treze livrarias, sendo sete em Uberaba, três em Araxá e outras três em Frutal, Iturama e Sacramento.

Território Vale do Aço

O território conta com 27 bibliotecas, sendo que Ipatinga e Timóteo têm um número significativo de leitores em comparação aos demais municípios.

Três pontos de cultura foram criados: Açucena, Dom Cavati e Tarumirim. Caratinga e Antônio Dias possuem arquivos públicos. O território conta com dez livrarias nos municípios de Ipatinga (7), Caratinga (3).

Território Vale do Rio Doce

O território conta com 41 bibliotecas. Peçanha e São João Evangelista apresentam números mais significativos de leitores.

Só dois pontos de cultura foram criados, em Governador Valadares e Resplendor. Três municípios têm arquivos públicos: Água Boa, Tumiritinga e Aimorés. Cinco livrarias foram registradas em dois municípios: Governador Valadares (4) e Santa Maria do Suaçuí.

Território Vertentes

O território conta com 44 bibliotecas, sendo que Lagoa Dourada tem duas. Conselheiro Lafaiete apresenta número significativo de leitores registrados.

Foram criados nove pontos de cultura em oito municípios, somente Ouro Branco possui dois. Seis municípios têm arquivos públicos: Tiradentes, Resende Costa, Rio Espera, Senhora de Oliveira, Conselheiro Lafaiete e Catas Altas da Noruega. Cinco municípios possuem livrarias: Barbacena (4), São João del Rei (2), Congonhas, Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco, uma.

PLURALIDADE DE GRUPOS ARTÍSTICOS E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO ÂMBITO DOS NOVOS TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO

A pluralidade e a diversidade de grupos artísticos e manifestações culturais é uma das principais características dos municípios mineiros, assim como a heterogeneidade que prevalece entre eles, mesmo quando agrupados em microrregiões por suas características físicas, sociais e econômicas. O desenvolvimento econômico de Minas Gerais tem se dado, historicamente, de forma bastante desigual e a partir de diretrizes e de políticas públicas que acabam fortalecendo mais ainda as cidades e regiões de maior dinamismo econômico e com maior potencial de crescimento. Por outro lado, a dinâmica inter-regional também é caracterizada por disparidades e ao mesmo tempo pelo processo de concentração de população, equipamentos e serviços em determinadas cidades, que exercem forte influência sobre o seu entorno.

Estas cidades possuem, geralmente, uma maior infraestrutura para o desenvolvimento das atividades artísticas e culturais, o que não significa, necessariamente, maior riqueza cultural. Uma maior presença e pluralidade de grupos artísticos, assim como os bens culturais de natureza material, englobando, no caso, as edificações de valor histórico e os conjuntos naturais e paisagísticos com maior interesse de preservação, podem estar localizados em municípios menores e mais pobres, assim como as manifestações artísticas, festas, celebrações e o saber fazer característicos dos seus grupos formadores e que dão forma às identidades culturais presentes em cada território.

Esses municípios sozinhos, em virtude de sua baixa arrecadação e total dependência das transferências intergovernamentais, nem sempre conseguem ter uma atuação mais relevante na área cultural e principalmente na preservação do patrimônio e de bens culturais que podem, inclusive, ser tombados ou registrados em âmbito estadual e federal.

Identificar este patrimônio comum ao território, apoiar e estimular as diversas manifestações culturais e artísticas que lhe são próprias, bem como fortalecer o diálogo entre os grupos e comunidades detentoras e produtoras de bens culturais com os poderes públicos e a sociedade é ação prioritária a ser empreendida pelo governo estadual, em conjunto com os municípios, para efetivação da nova política de desenvolvimento territorial a ser implantada em Minas Gerais.

Os dados relativos à participação dos municípios mineiros no Programa do ICMS Patrimônio Cultural, que vem sendo executado e aprimorado pelo IEPHA/MG desde 1996, oferecem subsídios importantes para o desenvolvimento dessa política e aparecem aqui agrupados pelos novos territórios de desenvolvimento, assim como os dados do IBGE em relação à existência de bandas de música e grupos artísticos.⁶

⁶ Os dados do IBGE e do IEPHA são referentes a 2009 e 2011 e foram coletados a partir da base de informações do Índice Mineiro de Responsabilidade Social-IMRS de 2013.

A participação ou não dos municípios no Programa ICMS Patrimônio Cultural é um dado bastante relevante, tendo em vista a grande adesão das municipalidades – atualmente, cerca de 70% dos 853 municípios mineiros participam do Programa – e o trabalho de assessoramento e acompanhamento da política municipal realizado pelo IEPHA junto aos municípios que encaminham, anualmente, a documentação comprovatória exigida pelo órgão estadual.

O fato de um município receber repasses do ICMS Patrimônio Cultural não significa, contudo, que tenha uma gestão efetiva na área, pois vários municípios recebem recursos por possuírem bens tombados e registrados em nível federal ou estadual ou por estarem inseridos em conjuntos paisagísticos tombados pela Constituição Estadual como por exemplo a Baía do Rio Jequitinhonha e a Serra do Cabral.

Por meio da base de dados do IEPHA é possível verificar, no amplo conjunto dos municípios participantes do Programa, os que são pontuados por terem uma atuação efetiva na gestão e preservação do patrimônio cultural e aqueles que recebem determinados repasses simplesmente por abrigarem bens culturais de interesse de preservação por parte dos governos federal e estadual.

Em virtude da disponibilidade de dados sobre o ICMS Patrimônio Cultural na base de informações municipais do Índice Mineiro de Responsabilidade Social-IMRS, medido pela Fundação João Pinheiro, a análise da participação dos territórios no Programa restringe-se aos anos de 2009 a 2011. Esses dados permitem detectar os municípios que atuam há mais tempo e de forma efetiva e continuada no Programa, recebendo, por isso repasses de maior valor. Por outro lado, é possível também relacionar as cidades que não participaram ou tiveram menor desempenho no Programa, não tendo recebido durante três anos de exercício valores acima de R\$30 mil reais.

Uma atualização de dados foi feita em relação aos municípios não participantes, de modo a verificar se estes aderiram ou não ao Programa ICMS Patrimônio Cultural, de acordo com as informações do IEPHA para o exercício de 2015.

Desse modo, é possível construir, a partir da compilação dos dados mais recentes do IMRS e das informações coletadas no âmbito da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic do IBGE, para 2011 uma abordagem retrospectiva e representativa das realidades locais de cada território.

TERRITÓRIO NOROESTE

Os municípios que possuem maior número de grupos artísticos e que mantêm viva a tradição das bandas de música correspondem a 40% dos 30 municípios inseridos no território. Entretanto, a grande maioria desses possui, no máximo, quatro grupos cadastrados na base de dados do IBGE. Os municípios que se destacam, portanto, com maior pluralidade de grupos artísticos são:

TABELA 4.1. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO NOROESTE MUNICÍPIOS COM BANDA DE MÚSICA E MAIOR NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS - 2011

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS
Carmo do Paranaíba	5 a 9
João Pinheiro	5 a 9
Lagamar	5 a 9
Paracatu	5 a 9
Patos de Minas	5 a 9
Unaí	5 a 9

Fonte: IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais – *Munic*, 2011.

A cidade de Paracatu é, em termos históricos, o maior destaque desse território, sendo a única a possuir tombamentos federais, no caso, do núcleo histórico, da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e da Matriz de Santo Antônio. O município tombou ainda a Igreja de São Sebastião de Pouso Alegre e o painel de N. Sra. Rosário, S. Domingos e Santa Catarina de Siena.

Alguns municípios desse território estão na área de proteção federal do modo artesanal de fazer queijo de Minas, bem cultural registrado em 2000 e que abrange as regiões do Serro, das Serras da Canastra e do Salitre e Alto Paranaíba. Estes municípios são: Arapuá, Carmo do Paranaíba, Lagamar, Matutina, Patos de Minas, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté e Varjão de Minas.

Em virtude do registro federal, estes municípios são pontuados pelo IEPHA no âmbito do Programa do ICMS Patrimônio Cultural, mas nem todos atuam de forma relevante na preservação de seus bens culturais. Uma maior articulação entre estes municípios para promoção e salvaguarda do modo artesanal de fazer o queijo de Minas é uma diretriz importante para a política de desenvolvimento territorial e que possibilitará uma ação pública mais equânime e a potencialização dos recursos humanos e financeiros disponíveis.

A participação dos municípios no Programa ICMS Patrimônio Cultural no período de 2009 a 2011 foi de quase 100%, excluindo-se os municípios de Natalândia e Riachinho. Contudo, grande parte desses, em torno de 67%, recebeu repasses abaixo de R\$ 200 mil reais durante todo o período.

A tabelas 4.2, abaixo, permite visualizar a participação dos municípios do Território Noroeste no Programa e verificar: 1) quais cidades se destacaram e atuaram de forma contínua, ou seja, em todos os anos, na gestão e preservação do patrimônio, recebendo, por isso, repasses acima de R\$300.000,00 durante o período e 2) as cidades que não participaram ou receberam recursos muito pequenos, abaixo de R\$30.000,00, somados todos os repasses.

TABELA 4. 2. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO NOROESTE MUNICÍPIOS COM MAIOR DESEMPENHO NO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL E VALOR DOS REPASSES 2009-2011

Municípios	Pontuação 2009	Pontuação 2010	Pontuação 2011	Total dos repasses 2009-2011
Bonfinópolis de Minas	11,00	11,00	10,00	R\$ 326.585,72
Patos de Minas	5,00	13,00	12,90	R\$ 375.800,40
Presidente Olegário	11,73	10,90	9,90	R\$ 341.773,42
São Gotardo	4,00	10,50	10,70	R\$ 305.084,85

Fonte: Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social-IMRS 2013.

Bonfinópolis de Minas e Presidente Olegário são as cidades que atuaram com maior constância em todos os anos, apesar de Patos de Minas ter recebido o maior volume de repasses, no caso, por ter o maior número de bens culturais protegidos por tombamento municipal. Além dos pontos que recebe em virtude do registro federal do queijo artesanal de Minas, a cidade também se destacou pela realização do registro municipal da Folia de Reis.

Apesar da pontuação que recebem por estarem inseridas no perímetro do registro federal do queijo de Minas, Santa Rosa da Serra e Varjão de Minas encontram-se entre as cidades com pior desempenho no Programa, conforme demonstrado na tabela 3.

TABELA 4.3. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO NOROESTE MUNICÍPIOS COM MENOR DESEMPENHO NO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL E VALOR DOS REPASSES 2009-2011

Município	Pontuação 2009	Pontuação 2010	Pontuação 2011	Total dos repasses 2009-2011
Brasilândia de Minas	8,00	2,50	3,50	R\$ 27.440,79
Dom Bosco	0,00	2,00	1,70	R\$ 18.293,80
Formoso	4,00	0,00	0,00	R\$ 23.091,97
Natalândia	0,00	0,00	0,00	0,00
Riachinho	0,00	0,00	0,00	0,00
Santa Rosa da Serra	6,93	0,00	0,00	R\$ 91,55
Varjão de Minas	3,73	0,00	0,00	R\$ 2.442,91

Fonte: Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social-IMRS 2013.

Conforme a pontuação definitiva do ICMS Patrimônio Cultural para o exercício de 2015, Natalândia e Riachinho continuam ausentes do Programa.

TERRITÓRIO NORTE

Os municípios que possuem maior número de grupos artísticos cadastrados e que mantém viva a tradição das bandas de música correspondem a 43% dos 86 englobados no território. Entretanto, 83% deles possuem, no máximo, quatro grupos cadastrados. Os destaques, portanto, são para os municípios da tabela 4.4

TABELA 4.4. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO NORTE MUNICÍPIOS QUE POSSUEM BANDA DE MÚSICA E MAIOR NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS - 2011

MUNICÍPIO COM BANDA DE MÚSICA	NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS
Bocaiúva	5 a 9
Brasília de Minas	5 a 9
Pirapora	5 a 9
Salinas	5 a 9
São Francisco	5 a 9
Várzea da Palma	5 a 9

Fonte: IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais – *Munic*, 2011.

O único tombamento realizado pelo IPHAN nesse território é o da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Matias Cardoso. Por outro lado, a esfera de proteção do governo estadual abrange boa parte dos municípios, principalmente aqueles que estão inseridos nos perímetros de tombamento do Conjunto Paisagístico da Bacia do Rio Jequitinhonha, conforme tabela 6 abaixo e do Conjunto Paisagístico da Serra do Cabral, como é o caso de Joaquim Felício, Lassance e Várzea da Palma.

Os municípios inseridos no perímetro de tombamento do Conjunto Paisagístico da Bacia do Rio Jequitinhonha são: Bocaiúva, Botumirim, Cristália, Francisco Dumont, Fruta de Leite, Grão Mogol, Guaraciama, Itacambira, Josenópolis, Novorizonte, Olhos-d'Água, Padre Carvalho, Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Salinas, Santa Cruz de Salinas, Serranópolis de Minas e Taiobeiras.

O Vapor Benjamim Guimarães, verdadeira joia do patrimônio mineiro, é bem móvel tombado pelo estado e pelo município de Pirapora. Em relação ao patrimônio edificado com tombamento estadual os destaques são para: a Ponte Marechal Hermes, que liga Buritizeiro a Pirapora; a Igreja Matriz de Santo Antônio, em Itacambira; a Igreja Nossa Sra. do Rosário, em Januária; e as Ruínas da Igreja Bom Jesus de Matozinhos, às margens do rio das Velhas, em Barra do Guaiçú, distrito de Várzea da Palma.

A participação dos municípios do território no Programa ICMS Patrimônio Cultural no período de 2009 a 2011 é a menor do estado de Minas Gerais, com a presença de um número expressivo de cidades sem receber qualquer repasse, quais sejam: Claro dos Poções, Espinosa, Gameleiras, Glaucilândia, Japonvar, Jequitaiá, Juvenília, Luislândia, Mirabela, Monte Azul, Pai Pedro, Patis, Ponto Chique, São João do Pacuí e Ubaí.

O número de municípios com baixo desempenho e que receberam repasses totais abaixo de R\$ 30 mil reais também é significativo, conforme observa-se pela tabela 4. 5.

TABELA 4. 5. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO NORTE - MUNICÍPIOS COM MENOR DESEMPENHO NO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL E VALOR DOS REPASSES 2009-2011

Município	Pontuação 2009	Pontuação 2010	Pontuação 2011	Total dos repasses 2009-2011
Bonito de Minas	0,00	0,00	0,00	R\$ 11.284,13
Brasília de Minas	0,00	0,00	0,00	R\$ 25.265,54
Cônego Marinho	8,00	0,00	0,00	R\$ 48,83
Coração de Jesus	8,00	0,00	0,00	R\$ 12.296,28
Jaíba	0,00	0,00	6,30	R\$ 15.356,15
Juramento	0,00	2,30	0,00	R\$ 25.612,61
Mamonas	0,00	0,00	0,00	R\$ 16.907,54
São João da Lagoa	8,00	0,00	0,00	R\$ 21.083,78
São João da Ponte	8,00	0,00	0,00	R\$ 51,88
São João das Missões	0,00	2,30	3,70	R\$ 25.611,54
São João do Paraíso	0,00	0,00	0,00	R\$ 17.078,17

Fonte: Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social-IMRS 2013

Nesse sentido, pode-se afirmar que a participação mais efetiva dos municípios no Programa não ultrapassou os 80%, um indicador baixo quando comparado com os demais territórios de desenvolvimento.

Os municípios de Grão Mogol, Itacambira e Várzea da Palma se destacaram com a melhor pontuação e por receberem os maiores repasses totais, no caso, acima de R\$ 500 mil reais.

TABELA 4.6. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO NORTE - MUNICÍPIOS COM MAIOR DESEMPENHO NO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL E VALOR DOS REPASSES - 2009-2011

Município	Pontuação 2009	Pontuação 2010	Pontuação 2011	Total dos repasses 2009-2011
Grão Mogol	17,73	16,60	17,10	R\$ 511.562,33
Itacambira	17,00	16,50	15,70	R\$ 504.074,47
Joaquim Felício	13,00	12,40	12,80	R\$ 338.915,92
Lassance	13,60	13,30	5,60	R\$ 429.070,97
Montes Claros	11,87	11,80	11,00	R\$ 344.398,80
Pirapora	7,80	11,50	14,60	R\$ 354.401,84
Serranópolis de Minas	14,00	12,50	12,80	R\$ 363.838,36
Várzea da Palma	11,40	18,90	15,50	R\$ 558.033,49

Fonte: Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social-IMRS 2013.

Conforme a pontuação definitiva do ICMS Patrimônio Cultural para o exercício de 2015, os municípios de Claro dos Poções, Espinosa, Glaucilândia, Japonvar, Jequitaiá, Juvenília, Luislândia, Mirabela, Monte Azul, Pai Pedro, Ponto Chique, São João do Pacuí e Ubaí continuam ausentes do Programa.

TERRITÓRIO MÉDIO E BAIXO JEQUITINHONHA

Os municípios que possuem maior número de grupos artísticos cadastrados e que mantém viva a tradição das bandas de música são nove e correspondem a 29% dos 31 municípios englobados no território, destacando-se apenas a cidade de Almenara com mais de quatro grupos.

TABELA 4. 7. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO MÉDIO E BAIXO JEQUITINHONHA - MUNICÍPIOS QUE POSSUEM BANDA DE MÚSICA E MAIOR NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS - 2011

MUNICIPIOS COM BANDA DE MÚSICA	NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS
Almenara	5 a 9
Cachoeira de Pajeú	1 a 4
Itinga	1 a 4
Jacinto	1 a 4
Jequitinhonha	1 a 4
Joaíma	1 a 4
Mata Verde	1 a 4
Ponto dos Volantes	1 a 4
Virgem da Lapa	1 a 4

Fonte: IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais – *Munic*, 2011.

Praticamente todos os municípios do território estão inseridos no perímetro de proteção do tombamento estadual do Conjunto Paisagístico da Bacia do Rio Jequitinhonha, com exceção de Águas Vermelhas, Divisa Alegre e Palmópolis.

A participação dos municípios no ICMS Patrimônio Cultural é bastante significativa e todos eles, no período de 2009 a 2011, receberam repasses do Programa, cujos montantes diferem bastante entre si, destacando-se a cidade de Pedra Azul com um total de R\$ 528.925,20. O município é um dos mais atuantes na área do patrimônio cultural, com uma lista bastante extensa de bens culturais tombados e que abrangem o núcleo histórico de Pedra Azul, praticamente todas as edificações de valor histórico e cultural, o acervo de peças sacras da Igreja Matriz e os conjuntos paisagísticos das Pedras Cabeça Torta, da Conceição, da Leoa, da Rocinha, do Forno de Bolo e Formosa de Bola.

Os municípios de Araçuaí, Jequitinhonha e Joáima também se destacam por um trabalho contínuo na preservação de seus bens culturais e que também se reverte em valores consideráveis.

No período de 2009 a 2011, a participação dos municípios do território no Programa ICMS Patrimônio Cultural foi de 100% e todos receberam recursos acima de R\$ 80 mil reais somados os três anos, com exceção dos municípios que não possuem tombamento estadual, citados anteriormente: Águas Vermelhas, Divisa Alegre e Palmópolis.

A Tabela 4.8, abaixo, permite visualizar quais as cidades mais se destacaram e atuaram de forma contínua no Programa, recebendo, por isso, maiores repasses, acima de R\$300.000,00, somados os recursos dos três anos de exercício.

TABELA 4. 8. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO MÉDIO E BAIXO JEQUITINHONHA - MUNICÍPIOS COM MAIOR DESEMPENHO NO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL E VALOR DOS REPASSES - 2009-2011

Município	Pontuação 2009	Pontuação 2010	Pontuação 2011	Total dos repasses 2009-2011
Araçuaí	10,47	7,20	8,30	R\$ 310.100,12
Felisburgo	12,93	10,10	9,10	R\$ 321.922,92
Jequitinhonha	11,73	15,10	15,20	R\$ 483.678,54
Joáima	10,93	10,50	9,05	R\$ 327.172,55
Pedra Azul	20,00	17,30	14,80	R\$ 528.925,20

Fonte: Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social-IMRS 2013.

TERRITÓRIO MUCURI

Os municípios que possuem maior número de grupos artísticos cadastrados e que mantêm viva a tradição das bandas de música correspondem a 38% do total de 29 englobados no território, sendo que apenas as cidades de Nanuque e Teófilo Otoni possuem mais de 4 grupos artísticos, conforme os dados do IBGE.

TABELA 4.9. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO MUCURI - MUNICÍPIOS QUE POSSUEM BANDA DE MÚSICA E MAIOR NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS - 2011

MUNICÍPIOS COM BANDA DE MÚSICA	NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS
Águas Formosas	1 a 4
Angelândia	1 a 4
Carlos Chagas	1 a 4
Itambacuri	1 a 4
Ladainha	1 a 4
Machacalis	1 a 4
Malacacheta	1 a 4
Nanuque	5 a 9
Santa Helena de Minas	1 a 4
Serra dos Aimorés	1 a 4
Teófilo Otoni	5 a 9

Fonte: IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais – *Munic*, 2011.

Praticamente todos os municípios participaram do Programa ICMS Patrimônio Cultural no período de 2009 a 2011, com exceção das cidades de Ouro Verde de Minas e Pescador que não receberam repasses. Por outro lado, os repasses foram baixos e apenas três municípios conseguiram se destacar e receber um montante acima de R\$ 200 mil reais.

Os municípios de Angelândia, Malacacheta e Setubinha recebem pontuação *extra por estarem* inseridos no perímetro do tombamento do Conjunto Paisagístico da Bacia do Rio Jequitinhonha e, com a exceção de Setubinha, estão entre os municípios que receberam os maiores repasses. Cabe destacar o desempenho do município de Poté, cuja pontuação foi o resultado exclusivo de sua política municipal de gestão e preservação do patrimônio cultural, conforme dados da tabela 4. 10.

TABELA 4. 10. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO MUCURI - MUNICÍPIOS COM MAIOR DESEMPENHO NO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL E VALOR DOS REPASSES - 2009-2011

Município	Pontuação 2009	Pontuação 2010	Pontuação 2011	Total dos repasses 2009-2011
Angelândia	9,10	10,30	9,40	R\$ 261.712,81
Malacacheta	2,97	7,80	5,10	R\$ 201.850,40
Poté	11,87	10,10	8,90	R\$ 241.538,77

Fonte: Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social-IMRS 2013.

A tabela 4.11 abaixo apresenta a relação dos municípios que não receberam repasses ou que receberam valores totais abaixo de R\$ 20 mil reais, durante os três anos.

TABELA 4. 11. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO MUCURI - MUNICÍPIOS COM MENOR DESEMPENHO NO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL E VALOR DOS REPASSES 2009-2011

Município	Pontuação 2009	Pontuação 2010	Pontuação 2011	Total dos repasses 2009-2011
Franciscópolis	2,93	0,00	0,00	R\$ 16.999,01
Nova Módica	0,00	0,00	0,00	R\$ 57,98
Ouro Verde de Minas	8,00	0,00	0,00	R\$ 0,00
Pescador	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00
Santa Helena de Minas	0,80	0,00	0,00	R\$ 15.172,82
Serra dos Aimorés	0,00	0,00	0,00	R\$ 25.555,27

Fonte: Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social-IMRS 2013.

Conforme a pontuação definitiva do ICMS Patrimônio Cultural para o exercício de 2015, os municípios de Ouro Verde de Minas e Pescador continuam ausentes do Programa.

TERRITÓRIO ALTO JEQUITINHONHA

Os municípios que possuem maior número de grupos artísticos cadastrados e que mantêm viva a tradição das bandas de música correspondem a 50% do total de 24 englobados no território, a grande maioria com até 4 grupos, com exceção de Diamantina e Minas Novas.

TABELA 4. 12. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ALTO JEQUITINHONHA - MUNICÍPIOS QUE POSSUEM BANDA DE MÚSICA E MAIOR NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS – 2011

MUNICÍPIO COM BANDA DE MÚSICA	NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS
Berilo	1 a 4
Capelinha	1 a 4
Coluna	1 a 4
Couto de Magalhães de Minas	1 a 4
Diamantina	5 a 9
Gouveia	1 a 4
Itamarandiba	1 a 4
Leme do Prado	1 a 4
Minas Novas	5 a 9
Presidente Kubitschek	1 a 4
Serro	1 a 4
Turmalina	1 a 4

Fonte: IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais – *Munic*, 2011.

A participação dos municípios do Território Alto Jequitinhonha no Programa ICMS Patrimônio Cultural no período de 2009 a 2011 foi de 100% e os montantes recebidos por cada um deles, com exceção de José Gonçalves de Minas – que recebeu R\$ 176.343,77 – ultrapassaram o valor de R\$ 200 mil reais.

Este território é reconhecidamente um dos mais importantes em termos históricos e culturais, destacando-se, sobretudo, as cidades de Diamantina, que, inclusive possui o título de Patrimônio Cultural da Humanidade e Serro.

Além da grande riqueza histórica e cultural do patrimônio edificado, Diamantina e Serro encontram-se sob a proteção do registro federal da Linguagem dos Sinos.

O estado de Minas Gerais registrou especificamente o modo de fazer queijo do Serro, cidade que também é pontuada pelo registro do queijo de Minas artesanal, realizado pelo governo federal e que abrange várias regiões do Estado.

A Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Chapada do Norte é, além do modo de fazer o queijo da região do Serro, um dos únicos bens culturais registrados pelo IEPHA.

Praticamente, todos os municípios recebem pontuação extra no âmbito do Programa ICMS Patrimônio Cultural por abrigarem bens culturais tombados em nível federal e/ou estadual. A maioria por estar inserida no perímetro de tombamento do Conjunto Paisagístico da Bacia do Rio Jequitinhonha.

Minas Novas, Berilo, Chapada do Norte e Couto de Magalhães de Minas, além de estarem inseridos na Bacia do Rio Jequitinhonha, recebem pontos adicionais por abrigarem bens culturais edificados com tombamentos federal e/ou estadual. Já Alvorada de Minas recebe pontos pelo tombamento federal da Igreja Matriz de São José e por estar inserida no perímetro do registro federal do queijo de Minas.

Apenas as cidades de Gouveia e Presidente Kubitschek não recebem este tipo de pontuação extra e receberam repasses significativos no período de 2009 a 2011 devido, exclusivamente, à gestão municipal na área.

A tabela 4.13 apresenta os municípios com melhor pontuação e maior volume de repasses recebidos no período.

TABELA 4.13. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ALTO JEQUITINHONHA - DESEMPENHO DOS MUNICÍPIOS NO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL E REPASSES RECEBIDOS - 2009-2011

Município	Pontuação 2009	Pontuação 2010	Pontuação 2011	Total dos repasses 2009-2011
Aricanduva	17,00	13,60	16,70	R\$ 501.304,09
Berilo	9,87	10,20	10,40	R\$ 311.031,14
Capelinha	13,67	14,80	15,00	R\$ 449.898,84
Chapada do Norte	11,67	13,50	15,00	R\$ 425.735,46
Couto de Magalhães de Minas	18,93	18,70	17,60	R\$ 574.752,09
Datas	15,00	14,70	14,90	R\$ 433.291,67
Diamantina	32,60	34,60	33,40	R\$ 1.204.859,43
Felício dos Santos	6,00	13,80	11,80	R\$ 408.253,72
Itamarandiba	8,57	9,90	11,00	R\$ 329.367,21
Jenipapo de Minas	7,33	11,20	11,00	R\$ 327.874,54
Leme do Prado	7,10	7,90	11,20	R\$ 311.489,19
Minas Novas	9,87	12,20	10,40	R\$ 361.612,92
Senador Modestino Gonçalves	15,00	14,80	12,80	R\$ 449.290,50
Serro	27,00	27,00	23,80	R\$ 870.549,96
Turmalina	10,80	12,80	11,70	R\$ 410.886,87

Fonte: Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social-IMRS 2013.

TERRITÓRIO CENTRAL

Os municípios que possuem maior número de grupos artísticos cadastrados e que mantém viva a tradição das bandas de música correspondem a 41% do total de 17 abrangidos no território. Todos, porém, com exceção de Curvelo, possuem entre 1e 4 grupos, conforme se observa pela tabela abaixo:

TABELA 4.14 - TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO CENTRAL MUNICÍPIOS QUE POSSUEM BANDA DE MÚSICA E MAIOR NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS - 2011

MUNICÍPIO COM BANDA DE MÚSICA	NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS
Buenópolis	1 a 4
Corinto	1 a 4
Curvelo	5 a 9
Felixlândia	1 a 4
Inimutaba	1 a 4
Morada Nova de Minas	1 a 4
Pompéu	1 a 4

Fonte: IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais – *Munic*, 2011.

As cidades pertencentes ao Território Central que não participaram do Programa ICMS Patrimônio Cultural entre os anos de 2009 e 2011 foram apenas duas, Biquinhas e Paineiras, e as que tiveram menor desempenho, Corinto e Santo Hipólito.

De acordo com a tabela 4.15, o maior volume de recursos foi para o município de Buenópolis que, além de ter uma política consistente e bem avaliada de acordo com os critérios do Programa, recebe pontos por estar inserido no perímetro do tombamento estadual do Conjunto Paisagístico da Serra do Cabral, o que ocorre também com o município de Augusto de Lima, mas cuja atuação no período analisado não lhe permitiu maior destaque. De todo modo, é pequeno o número de municípios que receberam repasses totais acima de R\$200.000,00.

TABELA 4.15. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO CENTRAL -MUNICÍPIOS COM MAIOR DESEMPENHO NO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL E VALOR DOS REPASSES - 2009-2011

Município	Pontuação 2009	Pontuação 2010	Pontuação 2011	Total dos repasses 2009-2011
Buenópolis	21,00	20,00	19,90	R\$ 675.762,15
Curvelo	9,07	13,70	13,90	R\$ 376.115,32
Felixlândia	10,00	9,90	8,20	R\$ 265.762,15
Inimutaba	10,00	10,00	9,90	R\$ 244.734,15
Morro da Garça	10,00	10,00	7,00	R\$ 250.318,35
Pompéu	10,00	8,80	8,90	R\$ 224.922,58
Presidente Juscelino	10,13	10,60	7,60	R\$ 258.617,94

Fonte: Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social-IMRS 2013.

Conforme a pontuação definitiva do ICMS Patrimônio Cultural para o exercício de 2015, os municípios de Biquinhas e Paineiras continuam fora do Programa.

TERRITÓRIO VALE DO RIO DOCE

Os municípios que possuem maior número de grupos artísticos cadastrados e que mantêm viva a tradição das bandas de música correspondem a 43% do total dos 49 abrangidos no território. Contudo, somente as cidades de Governador Valadares e de São João Evangelista possuem mais de 4 grupos artísticos, de acordo com o IBGE.

TABELA 4.16 - TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO VALE DO RIO DOCE - MUNICÍPIOS QUE POSSUEM BANDA DE MÚSICA E MAIOR NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS - 2011

MUNICÍPIO COM BANDA DE MÚSICA	NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS
Aimorés	1 a 4
Cantagalo	1 a 4
Central de Minas	1 a 4
Coroaci	1 a 4
Cuparaque	1 a 4
Engenheiro Caldas	1 a 4
Fernandes Tourinho	1 a 4
Frei Inocência	1 a 4
Galiléia	1 a 4
Governador Valadares	5 a 9
Jampruca	1 a 4
Mantena	1 a 4
Marilac	1 a 4
Mathias Lobato	1 a 4
Peçanha	1 a 4
Resplendor	1 a 4
Santa Maria do Suaçuí	1 a 4
São João Evangelista	5 a 9
São Pedro do Suaçuí	1 a 4
Sardoá	1 a 4
Virgolândia	1 a 4

Fonte: IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais – *Munic*, 2011.

As cidades do território que não receberam repasses por meio da participação no Programa ICMS Patrimônio Cultural, entre 2009 e 2011, foram apenas três: São José da Safira, São Sebastião do Maranhão e Sobrália. E os menores recursos, abaixo de trinta mil reais durante todos os anos do exercício, foram para os municípios de Frei Inocência, Mathias Lobato e São Geraldo da Piedade.

Governador Valadares recebe pontuação extra por estar inserida no perímetro de tombamento estadual do Pico do Ibituruna, mas não é destaque entre os municípios com melhor atuação no Programa.

A tabela 4.17, abaixo, relaciona as cidades que se destacaram e atuaram de forma contínua na gestão e preservação do patrimônio, recebendo, por isso, repasses totais acima de R\$300.000,00 durante os três anos em análise.

TABELA 4.17. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO VALE DO RIO DOCE - MUNICÍPIOS COM MAIOR DESEMPENHO NO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL E VALOR DOS REPASSES 2009-2011

Município	Pontuação 2009	Pontuação 2010	Pontuação 2011	Total dos repasses 2009-2011
Conselheiro Pena	8,00	11,70	11,50	R\$ 309.064,35
Fernandes Tourinho	12,00	10,80	11,80	R\$ 300.869,55
Galiléia	12,00	11,80	11,20	R\$ 309.312,03
Peçanha	10,93	12,00	11,70	R\$ 342.029,19
São João Evangelista	6,93	11,90	11,60	R\$ 324.653,30

Fonte: Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social-IMRS 2013.

Conforme a pontuação definitiva do ICMS Patrimônio Cultural para o exercício de 2015, somente o município de Sobralia continua ausente do Programa.

TERRITÓRIO VALE DO AÇO

De acordo com as informações do IBGE para 2011, os municípios que possuem maior número de grupos artísticos cadastrados e que mantém viva a tradição das bandas de música correspondem a 48% dos 33 englobados no território. Desses, somente os municípios de Caratinga, Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo cadastraram mais de 4 grupos artísticos. Os demais municípios, que possuem entre 1 e 4, são os seguintes: Açucena, Antônio Dias, Belo Oriente, Iapu, Inhapim, Ipaba, Jaguaráçu, Marliéria, Santana do Paraíso, São João do Oriente, Tarumirim e Ubaporanga.

O território não possui bem cultural tombado pelo estado de Minas ou pelo governo federal e, considerando os valores totais repassados no período de 2009 a 2011, a participação dos municípios do Território Vale do Aço no Programa ICMS Patrimônio Cultural é a menor entre os 17 territórios de desenvolvimento, aqui, analisados. Por outro lado, o único município de destaque é Caratinga, com valor total de R\$ 224.354,95.

A tabela, abaixo, relaciona os municípios que não participaram do Programa ou receberam recursos muito pequenos, abaixo de R\$30.000,00, somados os recursos dos três anos de exercício.

TABELA 4.18 - TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO VALE DO AÇO MUNICÍPIOS COM MENOR DESEMPENHO NO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL E VALOR DOS REPASSES 2009-2011

Município	Pontuação 2009	Pontuação 2010	Pontuação 2011	Total dos repasses 2009-2011
Bom Jesus do Galho	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00
Bugre	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00
Imbé de Minas	0,00	0,00	5,50	R\$ 0,00
Ipaba	0,00	0,00	0,00	R\$ 19.626,59
Joanésia	0,00	0,00	0,00	R\$ 20.940,26
Naque	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00
Pingo D' Água	0,00	0,00	5,50	R\$ 0,00
Santa Bárbara do Leste	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00
São Domingos das Dores	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00
São Sebastião do Anta	1,87	0,00	0,00	R\$ 0,00
Vargem Alegre	0,00	0,00	4,40	R\$ 9.222,21

Fonte: Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social-IMRS 2013.

Conforme a pontuação definitiva do ICMS Patrimônio Cultural para o exercício de 2015, os municípios de Bom Jesus do Galho, Bugre, Imbé de Minas, Pingo D'Água, Santa Bárbara do Leste, São Domingos das Dores e São Sebastião do Anta encontram-se ausentes do Programa.

TERRITÓRIO METROPOLITANA

Os municípios que possuem maior número de grupos artísticos cadastrados e que mantém viva a tradição das bandas de música correspondem a 78, ou seja, a 87% dos 90 inseridos no território que apresenta, assim, o melhor indicador na área para o estado de Minas Gerais. Belo Horizonte é a única cidade com mais de 10 grupos artísticos cadastrados, porém, um número significativo de municípios, 34% dos 78 acima citados, aparecem com maior pluralidade de grupos artísticos, variando entre 5 e 9.

Contudo a grande maioria desses, precisamente 77%, possui apenas entre 1 e 4 grupos artísticos.

A participação dos municípios do território no Programa ICMS Patrimônio Cultural no período de 2009 a 2011 foi de praticamente 100%, com a exceção de Funilândia, Inhaúma e Mário Campos que não receberam repasses.

Este território, por concentrar o maior número de municípios com bens culturais protegidos nas três esferas de governo, foi também o que recebeu maiores repasses, sendo que do total de municípios participantes, a maioria, 63%, recebeu acima de R\$ 200,00 mil reais durante o período em análise.

O número de municípios com tombamentos federais e estaduais chega a 29 e, desses, apenas Bom Jesus do Amparo e Jequitibá não se colocaram entre as cidades com melhor desempenho no Programa. Por outro lado, as que recebem maior pontuação pelos tombamentos federais e estaduais são: Mariana, Ouro Preto, Santa Bárbara, Belo Horizonte, Catas Altas, Sabará, Conceição do Mato Dentro e Caeté.

Cabe ressaltar ainda que os municípios de Catas Altas, Mariana, Ouro Preto e Sabará encontram-se entre os municípios englobados no registro federal da Linguagem dos Sinos. A Tabela 4.19, a seguir, destaca as cidades com maior desempenho no Programa entre 2009 e 2011, os repasses totais e se possuem bens protegidos pelo estado de Minas e pela União. Observa-se também que alguns municípios se destacaram exclusivamente pela política local de gestão e preservação do patrimônio cultural, como foi o caso das cidades de Betim, Bomfim, Guanhães, Piedade dos Gerais, Rio Acima e São Gonçalo do Rio Abaixo.

TABELA 4.19. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANA - MUNICÍPIOS COM MAIOR DESEMPENHO NO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL E VALOR DOS REPASSES 2009-2011

Município	Bens protegidos Estado e União	Pontuação 2009	Pontuação 2010	Pontuação 2011	Total dos repasses 2009-2011
Barão de Cocais	X	23,00	22,50	22,60	R\$ 718.997,63
Belo Horizonte	X	28,00	26,20	26,50	R\$ 899.516,47
Belo Vale	X	11,00	9,90	9,40	R\$ 378.947,22
Betim		12,47	13,00	13,00	R\$ 360.674,44
Bonfim		13,93	14,80	13,00	R\$ 422.007,81
Caeté	X	20,93	19,20	21,80	R\$ 630.281,16
Catas Altas	X	28,00	27,70	27,20	R\$ 904.189,43
Conceição do Mato Dentro	X	30,00	27,20	25,40	R\$ 968.460,36
Cordisburgo	X	6,13	10,00	11,80	R\$ 322.746,05
Guanhães		8,00	11,90	12,00	R\$ 301.360,64
Itabira	X	9,73	12,00	11,30	R\$ 378.134,56
Itabirito	X	24,00	23,00	22,65	R\$ 719.088,14
Lagoa Santa	X	15,00	12,90	14,90	R\$ 364.706,64
Mariana	X	37,00	45,00	45,00	R\$ 1.589.476,25
Matozinhos	X	19,00	16,70	17,10	R\$ 523.461,00
Nova Era	X	17,00	16,90	16,90	R\$ 496.642,56
Nova Lima	X	2,10	9,40	8,30	R\$ 339.182,87
Ouro Preto	X	35,00	43,00	43,00	R\$ 1.556.624,06
Pedro Leopoldo	X	13,80	15,80	15,30	R\$ 443.088,18
Piedade dos Gerais		11,27	11,70	9,80	R\$ 303.432,65
Raposos	X	13,00	12,70	11,55	R\$ 306.409,65
Rio Acima		12,00	11,30	10,90	R\$ 324.600,30
Rio Vermelho	X	17,00	14,70	13,45	R\$ 492.928,06
Sabará	X	24,00	24,00	23,50	R\$ 818.666,41
Santa Bárbara	X	39,00	39,00	39,00	R\$ 1.332.879,61
Santa Luzia	X	22,00	21,60	21,60	R\$ 737.930,61
São Gonçalo do Rio Abaixo		12,00	11,80	11,35	R\$ 360.111,01
Sete Lagoas	X	14,00	12,30	14,00	R\$ 340.421,91

Fonte: Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social-IMRS 2013.

E os municípios com menor desempenho foram:

TABELA 4. 20. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANA MUNICÍPIOS COM MENOR DESEMPENHO NO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL E VALOR DOS REPASSES 2009-2011

Município	Pontuação 2009	Pontuação 2010	Pontuação 2011	Total dos repasses 2009-2011
Cachoeira da Prata	0,00	0,00	0,00	R\$ 73,24
Fortuna de Minas	3,47	0,00	0,00	R\$ 19.981,55
Nova União	4,00	2,30	3,90	R\$ 25.609,95
Santana de Pirapama	5,87	0,00	0,00	R\$ 33,57
São Sebastião do Rio Preto	8,00	1,20	4,60	R\$ 27.975,37
Vespasiano	8,00	0,00	6,00	R\$ 29.316,45

Fonte: Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social-IMRS 2013.

Atualmente, ainda continuam fora do Programa os municípios de Funilândia e Inhaúma, conforme os dados do IEPHA para o exercício de 2015.

TERRITÓRIO OESTE

Os municípios que possuem maior número de grupos artísticos cadastrados e que mantém viva a tradição das bandas de música correspondem a 64% do total de 56 compreendidos no território e parte significativa desses municípios, diferentemente da média dos municípios mineiros possui acima de 4 grupos artísticos, de acordo com os dados do IBGE.

TABELA 4.21 .TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO OESTE - MUNICÍPIOS QUE POSSUEM BANDA DE MÚSICA E MAIOR NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS – 2011

MUNICÍPIOS COM BANDA DE MÚSICA	NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS
Arcos	5 a 9
Bom Sucesso	5 a 9
Campo Belo	5 a 9
Candeias	5 a 9
Cláudio	5 a 9
Divinópolis	5 a 9
Formiga	5 a 9
Itapecerica	5 a 9
Itaúna	5 a 9
Medeiros	5 a 9
Oliveira	5 a 9
Pains	5 a 9
Pará de Minas	5 a 9
Passa Tempo	5 a 9
São Gonçalo do Pará	5 a 9

Fonte: IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais – *Munic*, 2011.

A participação dos municípios do Território Oeste no Programa ICMS Patrimônio Cultural no período de 2009 a 2011 foi de praticamente 100%, uma vez que o único município que ficou fora do Programa foi Tapiraí, o que já não acontece, pois já aparece na base de dados de 2015.

Com exceção de Carmópolis de Minas, todos os municípios receberam acima de R\$ 30 mil reais durante os exercícios de 2009 a 2011.

A cidade de Pitangui se destaca por possuir bens culturais tombados nas três esferas de governo. A Casa de Câmara e Cadeia (Paço Municipal) e a Casa do Padre Belquior são tombadas pelo IPHAN e todo o Centro Histórico pelo IEPHA.

Oliveira também se destaca pelo expressivo número de bens culturais tombados, sendo que o prédio e o terreno do antigo Fórum (atual Casa de Cultura) e as Ruínas do Casarão do Capitão Henrique são protegidos por tombamento estadual. A cidade, contudo, no período de 2009 a 2011 não aparece entre os maiores destaques.

Esses dois municípios são os únicos a receber pontuação adicional no âmbito do Programa e o desempenho das demais cidades se deu exclusivamente pela gestão municipal na área.

A tabela abaixo relaciona as cidades que se destacaram e atuaram de forma contínua, ou seja, em todos os anos, na gestão e preservação do patrimônio, recebendo repasses acima de R\$300.000,00, somados os recursos dos três anos do exercício.

TABELA 4.22. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO OESTE - MUNICÍPIOS COM MAIOR DESEMPENHO NO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL E VALOR DOS REPASSES - 2009-2011

Município	Pontuação 2009	Pontuação 2010	Pontuação 2011	Total dos repasses 2009-2011
Bom Sucesso	12,00	8,60	10,50	R\$ 324.069,15
Campo Belo	8,07	12,80	12,90	R\$ 331.087,75
Candeias	13,00	12,60	12,40	R\$ 350.384,21
Cláudio	13,00	13,00	12,90	R\$ 363.096,77
Formiga	14,00	14,00	13,60	R\$ 403.132,81
Itapeçerica	16,00	14,90	15,45	R\$ 440.396,97
Martinho Campos	4,00	11,00	10,70	R\$ 304.839,70
Pitangui	16,00	15,90	15,80	R\$ 472.400,50
São Francisco de Paula	10,00	9,70	11,10	R\$ 305.884,32

Fonte: Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social-IMRS 2013.

TERRITÓRIO CAPARAÓ

Os municípios que possuem maior número de grupos artísticos cadastrados e que mantêm viva a tradição das bandas de música correspondem a 80% do total de 55 municípios compreendidos no território e os que possuem maior pluralidade de grupos, acima de 4, aparecem relacionados abaixo:

TABELA 4.23. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO CAPARAÓ - MUNICÍPIOS QUE POSSUEM BANDA DE MÚSICA E MAIOR NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS - 2011

MUNICÍPIO COM BANDA DE MÚSICA	NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS
Alvinópolis	5 a 9
Dom Silvério	5 a 9
Manhuaçu	5 a 9
Manhumirim	5 a 9
Ponte Nova	5 a 9
Raul Soares	5 a 9
Rio Casca	5 a 9
Viçosa	5 a 9

Fonte: IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais – *Munic, 2011*.

A cidade de Abre Campo recebe pontos no Programa ICMS Patrimônio Cultural por possuir bem cultural tombado pelo IPHAN, no caso, a imagem de São Francisco de Paula de autoria de Aleijadinho que pertencia a Igreja Matriz de Santana, mas que, atualmente, se encontra em Mariana. Viçosa também recebe pontos, em virtude do tombamento estadual da casa de Arthur Bernardes.

A participação dos municípios do território no período de 2009 a 2011 no Programa foi quase total, excetuando-se o município de Chalé, que ainda se mantém nessa condição. Os municípios com menor desempenho foram Amparo da Serra, Manhuaçu e Reduto. As cidades que se destacaram e atuaram de forma contínua na gestão e preservação do patrimônio, recebendo, por isso, repasses totais acima de R\$300.000,00 foram:

TABELA 4.24. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO CAPARAÓ - MUNICÍPIOS COM MAIOR DESEMPENHO NO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL E VALOR DOS REPASSES 2009-2011

Município	Pontuação 2009	Pontuação 2010	Pontuação 2011	Total dos repasses 2009-2011
Acaiaca	12,00	11,90	11,50	R\$ 310.900,63
Alvinópolis	7,00	13,50	13,70	R\$ 415.304,50
Diogo de Vasconcelos	6,93	11,80	11,40	R\$ 302.668,68
Dom Silvério	12,00	11,80	11,80	R\$ 314.589,57
Guaraciaba	12,00	10,60	10,80	R\$ 303.611,57
Jequeri	11,60	12,00	11,50	R\$ 339.718,46
Manhumirim	4,00	11,90	12,00	R\$ 315.505,69
Mutum	12,00	11,60	11,80	R\$ 310.399,06
Piedade de Ponte Nova	11,07	10,80	10,70	R\$ 303.155,82
Rio Casca	12,00	12,00	10,90	R\$ 305.899,20
Rio Doce	10,27	11,80	9,70	R\$ 300.628,45
Santa Cruz do Escalvado	12,00	10,30	10,90	R\$ 309.954,63
Santo Antônio do Gramma	12,00	11,80	11,80	R\$ 323.730,51

Fonte: Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social-IMRS 2013.

TERRITÓRIO MATA

Os municípios que possuem maior número de grupos artísticos cadastrados e que mantêm viva a tradição das bandas de música correspondem a 69% dos 93 municípios inseridos no território. Nesse universo, os municípios com maior pluralidade de grupos são:

TABELA 4.25. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO MATA - MUNICÍPIOS QUE POSSUEM BANDA DE MÚSICA E MAIOR NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS - 2011

MUNICÍPIO COM BANDA DE MÚSICA	NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS
Além Paraíba	5 a 9
Bom Jardim de Minas	5 a 9
Cataguases	5 a 9
Ervália	5 a 9
Juiz de Fora	5 a 9
Leopoldina	5 a 9
Mar de Espanha	5 a 9
Matias Barbosa	5 a 9
Miradouro	5 a 9
Muriaé	5 a 9
Rio Novo	5 a 9
Santa Rita de Jacutinga	5 a 9
Santos Dumont	5 a 9
São João Nepomuceno	5 a 9
Ubá	5 a 9
Visconde do Rio Branco	5 a 9

Fonte: IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais – *Munic*, 2011.

A participação dos municípios do Território Mata no Programa ICMS Patrimônio Cultural no período de 2009 a 2011 chegou a 95%. Os municípios que são pontuados por deterem bens culturais tombados em nível federal e/ou estadual são: Cataguases, Juiz de Fora, Santos Dumont, Belmiro Braga, Lima Duarte, Leopoldina, Matias Barbosa, Simão Pereira e Santa Bárbara do Monte Verde. Desses, apenas Leopoldina e Santa Bárbara do Monte Verde não conseguiram ter uma atuação melhor na área e que lhes possibilitasse o aporte de maiores recursos.

A tabela abaixo permite identificar as cidades que se destacaram e atuaram de forma contínua na gestão e preservação do patrimônio e que receberam repasses totais acima de R\$300.000,00.

TABELA 4.26. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO MATA - MUNICÍPIOS COM MAIOR DESEMPENHO NO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL E VALOR DOS REPASSES 2009-2011

Município	Pontuação 2009	Pontuação 2010	Pontuação 2011	Total dos repasses 2009-2011
Além Paraíba	12,00	11,70	7,80	R\$ 322.808,48
Andrelândia	13,00	12,80	11,65	R\$ 367.942,34
Belmiro Braga	13,93	13,80	11,80	R\$ 314.249,10
Carangola	14,00	14,00	13,20	R\$ 401.037,90
Cataguases	20,93	20,60	20,20	R\$ 760.706,06
Ervália	13,00	10,80	9,25	R\$ 320.751,51
Espera Feliz	10,00	11,70	11,70	R\$ 311.387,27
Juiz de Fora	16,00	23,90	22,10	R\$ 787.410,46
Lima Duarte	13,80	18,70	18,70	R\$ 573.302,40
Matias Barbosa	10,13	11,70	11,80	R\$ 321.450,83
Muriae	14,00	12,20	13,20	R\$ 385.719,87
Rio Novo	13,00	12,90	11,90	R\$ 305.218,24
Santana de Cataguases	8,00	10,70	10,80	R\$ 301.281,52
Santos Dumont	11,20	14,00	13,40	R\$ 405.881,21
Silveirânia	4,00	11,90	9,80	R\$ 316.394,24
Simão Pereira	11,07	13,70	13,80	R\$ 379.050,40
Visconde do Rio Branco	13,00	11,60	10,10	R\$ 319.888,96

Fonte: Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social-IMRS 2013.

As cidades que não participaram ou receberam recursos muito pequenos, abaixo de R\$30.000,00, durante os três anos de exercício foram:

TABELA 4.27. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO MATA - MUNICÍPIOS COM MENOR DESEMPENHO NO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL E VALOR DOS REPASSES 2009-2011

Municípios	Pontuação 2009	Pontuação 2010	Pontuação 2011	Total dos repasses 2009-2011
Arantina	0,00	0,00	0,00	R\$ 106,81
Astolfo Dutra	0,00	0,00	0,00	R\$ 9.842,29
Barão do Monte Alto	1,87	2,00	4,60	R\$ 29.053,18
Bias Fortes	2,53	0,00	5,20	R\$ 14.669,01
Bocaina de Minas	0,00	0,00	0,00	R\$ 2.167,27
Faria Lemos	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00
Mirai	0,00	0,00	0,00	R\$ 91,55
Orizânia	8,00	0,00	0,00	R\$ 0,00
Palma	8,00	2,80	4,80	R\$ 25.611,45

Fonte: Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social-IMRS 2013.

Em 2015, de acordo com a pontuação definitiva do ICMS Patrimônio Cultural, o município de Faria Lemos aderiu ao Programa, continuando ausente a cidade de Orizânia.

TERRITÓRIO VERTENTES

Os municípios que possuem maior número de grupos artísticos cadastrados e que mantém viva a tradição das bandas de música correspondem a 84% dos 50 municípios do território. Entretanto, somente alguns municípios se destacam por sua pluralidade, ou seja, por possuir acima de 4 grupos cadastrados na base do IBGE.

TABELA 4.28. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO VERTENTES MUNICÍPIOS QUE POSSUEM BANDA DE MÚSICA E MAIOR NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS – 2011

MUNICÍPIO COM BANDA DE MÚSICA	NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS
Barbacena	5 a 9
Barroso	5 a 9
Carandaí	5 a 9
Congonhas	5 a 9
Conselheiro Lafaiete	5 a 9
Desterro do Melo	5 a 9
Ressaquinha	5 a 9
São Vicente de Minas	5 a 9

Fonte: IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais – *Munic*, 2011.

O patrimônio histórico e cultural desse território é um dos mais ricos de Minas Gerais, com destaque para as cidades de Congonhas, São João del Rei e Tiradentes que, além dos tombamentos nas três esferas de governo de edificações, conjuntos e núcleos históricos, estão inseridas na área de proteção do registro federal da Linguagem dos Sinos.

São João Del Rei é o município que mais recebe pontos no Programa ICMS Cultural por abrigar bens culturais protegidos pelo estado de Minas Gerais e pela União. Logo em seguida aparecem Congonhas e Tiradentes e os demais, num total de 14 municípios.

Desses, o único que não conseguiu receber repasses mais significativos foi Itaverava. A cidade recebe pontos adicionais pelos tombamentos da Igreja Matriz de Santo Antônio e seu acervo de bens móveis e, também, do Sobrado do Padre Taborda e casario, ambos realizados pelo IPHAN.

A participação dos municípios do Território no Programa ICMS Patrimônio Cultural no período de 2009 a 2011 foi de 96%, com apenas duas cidades ausentes, Jeceaba e Santa Cruz de Minas, sendo que apenas Jeceaba continua fora do Programa.

O município de Santa Rita do Ibitipoca atuou de forma irregular durante os três anos e foi o que recebeu menor valor total, apenas R\$ 12.805,70.

Em virtude da proteção estadual e federal sobre o território, a tabela abaixo, que relaciona as cidades de maior destaque e constância na política pública municipal, identifica as que recebem pontos adicionais pela proteção federal e/ou estadual de bens culturais situados em seus perímetros.

A cidade de Coronel Xavier Chaves, apesar de não possuir essa pontuação extra, está entre as que receberam maiores repasses, demonstrando a efetividade da gestão municipal na área do patrimônio.

TABELA 4.29. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO VERTENTES - MUNICÍPIOS COM MAIOR DESEMPENHO NO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL E O VALOR DOS REPASSES - 2009-2011

Município	Bens protegidos Estado e União	Pontuação 2009	Pontuação 2010	Pontuação 2011	Total dos repasses 2009-2011
Antônio Carlos	X	12,00	12,00	9,90	R\$ 327.333,77
Barbacena	X	11,87	12,00	13,00	R\$ 306.364,08
Carandaí	X	12,00	11,50	10,45	R\$ 322.698,41
Congonhas	X	26,40	26,60	26,80	R\$ 919.308,77
Conselheiro Lafaiete	X	14,33	13,20	13,90	R\$ 361.935,72
Coronel Xavier Chaves		14,40	15,70	15,70	R\$ 470.921,19
Cristiano Ottoni		15,00	14,30	14,80	R\$ 397.129,65
Entre Rios de Minas		10,67	11,70	9,60	R\$ 308.407,33
Ouro Branco	X	9,00	14,60	13,60	R\$ 412.746,02
Piranga	X	20,00	17,20	18,90	R\$ 606.686,85
Prados	X	14,00	14,00	13,70	R\$ 425.679,78
Queluzito		12,00	11,50	11,50	R\$ 325.792,94
Resende Costa	X	12,20	11,80	11,70	R\$ 332.236,66
Ressaquinha		12,00	11,70	10,70	R\$ 322.062,67
Santana dos Montes	X	15,87	17,50	16,20	R\$ 452.982,26
São Brás do Suaçuí		10,93	11,80	11,60	R\$ 302.819,94
São João Del Rei	X	22,00	26,50	25,20	R\$ 834.605,08
Senhora de Oliveira		12,00	12,00	11,55	R\$ 333.771,26
Tiradentes	X	18,33	19,60	17,40	R\$ 581.285,73

Fonte: Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social-IMRS 2013.

TERRITÓRIO SUL

Os municípios que possuem maior número de grupos artísticos cadastrados e que mantêm viva a tradição das bandas de música correspondem a 67 % do total de 119 inseridos no território. Ressalta-se ainda que o número de cidades que apresentam maior pluralidade, ou seja, acima de 4 grupos cadastrados, é bastante significativo, se comparado aos demais territórios de desenvolvimento do estado de Minas Gerais e cuja relação aparece na tabela abaixo:

TABELA 4.30. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO SUL - MUNICÍPIOS QUE POSSUEM BANDA DE MÚSICA E MAIOR NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS – 2011

MUNICÍPIO COM BANDA DE MÚSICA	NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS
Boa Esperança	5 a 9
Borda da Mata	5 a 9
Brazópolis	5 a 9
Bueno Brandão	5 a 9
Caldas	5 a 9
Cambuí	5 a 9
Cambuquira	5 a 9
Campanha	5 a 9
Campos Gerais	5 a 9
Carmo da Cachoeira	5 a 9
Carmo de Minas	5 a 9
Caxambu	5 a 9
Conceição do Rio Verde	5 a 9
Cristina	5 a 9
Cruzília	5 a 9
Extrema	5 a 9
Itajubá	5 a 9
Itanhandu	5 a 9
Jacutinga	5 a 9
Lavras	5 a 9
Machado	5 a 9
Natércia	5 a 9
Nepomuceno	5 a 9
Ouro Fino	5 a 9
Paraguaçu	5 a 9
Passa Quatro	5 a 9
Pedralva	5 a 9
Perdões	5 a 9
Poços de Caldas	5 a 9
Pouso Alegre	5 a 9
Santa Rita do Sapucaí	5 a 9
São Gonçalo do Sapucaí	5 a 9
São Lourenço	5 a 9
São Tomé das Letras	5 a 9
Três Corações	5 a 9
Três Pontas	5 a 9
Varginha	5 a 9

Fonte: IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais – *Munic, 2011*.

São Tomé das Letras possui dois tombamentos estaduais: o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Capela de N. Sra. do Rosário e o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Centro Histórico de São Thomé das Letras e da Igreja Matriz de São Thomé. As demais cidades que recebem pontos no Programa ICMS Patrimônio Cultural por possuir bens culturais protegidos pelo estado de Minas Gerais são Caxambu, Poços de Caldas, Itajubá, Lambari, Lavras e Varginha.

A participação dos municípios do Território Sul no Programa ICMS Patrimônio Cultural, no período de 2009 a 2011, chegou a cerca de 96%, com poucas cidades fora ou com baixo desempenho. As cidades melhor pontuadas e que receberam repasses acima de R\$ 300 mil reais foram:

TABELA 4.31. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO SUL - MUNICÍPIOS COM MAIOR DESEMPENHO NO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL E VALOR DOS REPASSES 2009-2011

Município	Pontuação 2009	Pontuação 2010	Pontuação 2011	Total dos repasses 2009-2011
Baependi	12,87	14,60	14,80	R\$ 399.041,67
Boa Esperança	11,60	11,30	11,10	R\$ 304.908,03
Bueno Brandão	12,00	11,00	10,00	R\$ 316.416,68
Caxambu	13,80	15,80	14,50	R\$ 461.110,12
Conceição do Rio Verde	6,93	11,80	11,80	R\$ 321.449,18
Córrego do Bom Jesus	11,73	11,00	9,80	R\$ 316.296,12
Cristina	13,00	13,00	12,80	R\$ 321.308,91
Cruzília	11,87	11,80	12,00	R\$ 312.302,40
Elói Mendes	6,87	13,00	12,70	R\$ 363.157,93
Extrema	5,00	12,00	9,80	R\$ 366.495,78
Itanhandu	11,00	11,00	11,00	R\$ 304.406,91
Lavras	10,73	14,70	11,70	R\$ 417.816,05
Paraguaçu	13,00	12,00	12,90	R\$ 370.383,47
Paraisópolis	13,00	12,00	9,70	R\$ 354.040,99
Passa Quatro	16,00	16,00	15,90	R\$ 492.342,30
Perdões	13,00	12,70	11,40	R\$ 325.392,87
Poços de Caldas	15,00	11,90	13,00	R\$ 333.610,96
Pouso Alegre	10,87	10,70	10,80	R\$ 339.337,71
Pouso Alto	12,00	11,70	10,75	R\$ 322.748,54
São Tomé das Letras	10,00	17,80	13,00	R\$ 545.197,83
Seritinga	12,00	11,70	11,70	R\$ 313.675,58
Três Pontas	14,00	13,90	13,70	R\$ 312.691,35
Varginha	14,87	12,70	12,80	R\$ 331.486,81

Fonte: Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social-IMRS 2013.

As cidades que não receberam repasses ou receberam valores totais abaixo de R\$ 30 mil reais foram:

TABELA 4.32. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO SUL - MUNICÍPIOS COM MENOR DESEMPENHO NO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL E VALOR DOS REPASSES 2009-2011

Município	Pontuação 2009	Pontuação 2010	Pontuação 2011	Total dos repasses 2009-2011
Albertina	0,00	0,00	2,40	R\$ 0,00
Dom Viçoso	8,00	0,00	0,00	R\$ 0,00
Ibitiúra de Minas	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00
Itutinga	4,53	0,00	0,00	R\$ 26.129,34
Munhoz	0,00	0,00	4,50	R\$ 0,00
Ouro Fino	1,87	0,00	4,50	R\$ 9.881,99
Santana da Vargem	8,00	0,00	0,00	R\$ 0,00
São Sebastião da Bela Vista	0,00	2,50	4,20	R\$ 27.440,80

Fonte: Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social-IMRS 2013.

Em 2015, de acordo com a pontuação definitiva do ICMS Patrimônio Cultural, continua fora do Programa apenas o município de Santana da Vargem.

TERRITÓRIO SUDOESTE

Os municípios que possuem maior número de grupos artísticos cadastrados e que mantém viva a tradição das bandas de música correspondem a 65% do total de 34 compreendidos no território e os que apresentam maior pluralidade, ou seja, acima de 4 grupos cadastrados aparecem relacionados na tabela abaixo:

TABELA 4.33. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO SUDOESTE MUNICÍPIOS QUE POSSUEM BANDA DE MÚSICA E MAIOR NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS - 2011

MUNICÍPIO COM BANDA DE MÚSICA	NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS
Alpinópolis	5 a 9
Arceburgo	5 a 9
Carmo do Rio Claro	5 a 9
Cássia	5 a 9
Delfinópolis	5 a 9
Fortaleza de Minas	5 a 9
Guaxupé	5 a 9
Itamogi	5 a 9
Itaú de Minas	5 a 9
Monte Santo de Minas	5 a 9
Muzambinho	5 a 9
Passos	5 a 9
São José da Barra	5 a 9
São Sebastião do Paraíso	5 a 9

Fonte: IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais – *Munic*, 2011.

Nenhum município do Sudoeste possui bem cultural protegido nas esferas do governo federal e estadual e a *performance* dos municípios no Programa do ICMS Patrimônio Cultural, no período de 2009 a 2011, é o reflexo exclusivo do esforço municipal nesta área. Do total de 34 municípios, apenas 5 tiveram pior desempenho, não recebendo recursos de nota. Estas cidades foram Capetinga, Juruaia, São Pedro da União, São Roque de Minas e São Tomás de Aquino.

As cidades que mais se destacaram e que, por seu melhor desempenho no atendimento aos requisitos do programa, receberam repasses acima de R\$ 300 mil reais foram:

TABELA 4.34. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO SUDOESTE - MUNICÍPIOS COM MAIOR DESEMPENHO NO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL E VALOR DOS REPASSES 2009-2011

Município	Pontuação 2009	Pontuação 2010	Pontuação 2011	Total dos repasses 2009-2011
Alterosa	13,00	11,90	11,70	R\$ 353.126,82
Arceburgo	12,00	11,90	9,50	R\$ 317.462,23
Guaranésia	12,00	11,70	11,70	R\$ 311.386,83
Ibiraci	13,00	12,80	12,60	R\$ 360.665,96
Jacuí	12,00	11,80	11,80	R\$ 323.726,95
São Sebastião do Paraíso	11,47	13,90	12,30	R\$ 377.612,82

Fonte: Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social-IMRS 2013.

TERRITÓRIO TRIÂNGULO NORTE

Os municípios que possuem maior número de grupos artísticos cadastrados e que mantém viva a tradição das bandas de música correspondem a 56% dos 30 compreendidos no território e os com maior pluralidade, ou seja, acima de 4 grupos, aparecem relacionados na tabela abaixo.

TABELA 4.35. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO TRIÂNGULO NORTE - MUNICÍPIOS QUE POSSUEM BANDA DE MÚSICA E MAIOR NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS – 2011

MUNICÍPIO COM BANDA DE MÚSICA	NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS
Araguari	5 a 9
Araporã	5 a 9
Ituiutaba	5 a 9
Monte Alegre de Minas	5 a 9
Monte Carmelo	5 a 9
Nova Ponte	5 a 9
Patrocínio	5 a 9
Santa Vitória	5 a 9
Uberlândia	5 a 9

Fonte: IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais – *Munic*, 2011.

Na área do patrimônio, destaca-se o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da antiga Estrada de Ferro Goiás, localizado na cidade de Araguari, bem cultural tombado em nível estadual e municipal. Outro bem que possui proteção estadual por meio de tombamento é a Igreja do Divino Espírito Santo do Cerrado, em Uberlândia.

A participação dos municípios do território no Programa ICMS Patrimônio Cultural no período de 2009 a 2011 foi de praticamente 100%, sendo que apenas os municípios de Douradoquara e Serra do Salitre não receberam repasses no período, cidades que já aderiram ao Programa, conforme os dados do IEPHA para 2015.

O município que recebeu menor valor nos exercícios de 2009 a 2011 foi Ipiacu, com o montante total de \$ 47.564,00

As cidades que se destacaram e atuaram de forma contínua, ou seja, em todos os anos, na gestão e preservação do patrimônio e receberam repasses acima de R\$300.000,00 foram as abaixo listadas.

TABELA 4.36. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO TRIÂNGULO NORTE - MUNICÍPIOS COM MAIOR DESEMPENHO NO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL E VALOR DOS REPASSES -

2009-2011

Município	Pontuação 2009	Pontuação 2010	Pontuação 2011	Total dos repasses 2009-2011
Araguari	19,00	19,00	17,90	R\$ 584.264,50
Coromandel	4,00	10,50	8,80	R\$ 316.417,42
Grupiara	12,00	11,80	9,30	R\$ 314.443,45
Monte Alegre de Minas	13,00	12,50	12,80	R\$ 313.530,26
Patrocínio	13,00	12,80	11,65	R\$ 344.192,70
Uberlândia	12,00	16,00	15,60	R\$ 471.159,37

Fonte: Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social-IMRS 2013.

TERRITÓRIO TRIÂNGULO SUL

Os municípios que possuem maior número de grupos artísticos cadastrados e que mantém viva a tradição das bandas de música correspondem a 37% dos 27 compreendidos no território e os que apresentam maior pluralidade, ou seja, acima de 4 grupos inseridos na base do IBGE aparecem relacionados na tabela abaixo:

TABELA 4.37. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO TRIÂNGULO SUL -MUNICÍPIOS QUE POSSUEM BANDA DE MÚSICA E MAIOR NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS - 2011

MUNICÍPIO COM BANDA DE MÚSICA	NÚMERO DE GRUPOS ARTÍSTICOS
Araxá	5 a 9
Campos Altos	5 a 9
Ibiá	5 a 9
Iturama	5 a 9
Pratinha	5 a 9
Uberaba	10 ou mais

Fonte: IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais – *Munic, 2011*.

Cabe ressaltar que no conjunto dos 853 municípios mineiros, somente o município de Uberaba e a Capital Belo Horizonte cadastraram mais de 10 grupos artísticos na base do IBGE.

Os municípios do território que possuem bens protegidos em nível federal são: Ibiá, pelo tombamento do Conjunto Paisagístico do Quilombo do Ambrósio, que abarca uma área de 2,0096ha, e Uberaba, pelo tombamento da Igreja de Santa Rita. Já os municípios de Araxá, Água Comprida e Sacramento possuem bens tombados pelo estado de Minas Gerais, recebendo também, no âmbito do Programa ICMS Patrimônio Cultural, pontuações adicionais.

A participação dos municípios do território no Programa ICMS Patrimônio Cultural no período de 2009 a 2011 foi de 89% e as cidades que se destacaram e atuaram de forma contínua na gestão e preservação do patrimônio, recebendo, por isso, repasses acima de R\$300.000,00, foram apenas três, conforme dados da tabela abaixo.

TABELA 4.38. TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO TRIÂNGULO SUL - MUNICÍPIOS COM MAIOR DESEMPENHO NO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL E VALOR DOS REPASSES 2009-2011

Município	Pontuação 2009	Pontuação 2010	Pontuação 2011	Total dos repasses 2009-2011
Araxá	12,93	15,80	12,30	R\$ 438.678,10
Ibiá	15,47	15,50	13,35	R\$ 424.692,47
Uberaba	12,80	15,50	15,40	R\$ 400.865,68

Fonte: Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social-IMRS 2013.

As cidades que não participaram ou receberam recursos muito pequenos, abaixo de R\$30.000,00, somados os recursos dos três anos de exercício foram:

TABELA 4.39 . TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO TRIÂNGULO SUL - MUNICÍPIOS COM MENOR DESEMPENHO NO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL E VALOR DOS REPASSES 2009-2011

Município	Pontuação 2009	Pontuação 2010	Pontuação 2011	Total dos repasses 2009-2011
Campo Florido	8,00	0,00	0,00	R\$ 0,00
Comendador Gomes	0,00	0,00	1,80	R\$ 0,00
Conceição das Alagoas	0,00	0,00	0,00	R\$ 134,28
Delta	6,93	0,80	1,30	R\$ 9.622,97
Fronteira	4,00	0,00	3,55	R\$ 23.055,14
Santa Juliana	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00
Tapira	7,20	0,00	0,00	R\$ 11.168,19
Veríssimo	1,07	0,00	0,00	R\$ 16.962,14

Fonte: Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social-IMRS 2013.

Desses, apenas o município de Santa Juliana permanece fora do Programa, de acordo com a pontuação definitiva do ICMS Patrimônio Cultural para o exercício de 2015.



PMDI

PLANO MINEIRO DE
DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO

DIAGNÓSTICO SETORIAL CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS
2016 A 2027

 **MINAS
GERAIS**
GOVERNO DE TODOS

INTRODUÇÃO

A economia mundial tem passado por grandes transformações nas últimas décadas, decorrentes da revolução tecnológica que emergiu em meio à crescente globalização dos mercados. O aprofundamento, consolidação e disseminação da “Economia do Conhecimento”, mais do que nunca, trouxeram para o centro da dinâmica econômica a inovação, a ciência e a tecnologia.

Nesse contexto, sob a ótica espacial, observam-se dois movimentos: o aprofundamento da internacionalização produtiva, comercial e financeira, acompanhado pela concentração das empresas (fusões e aquisições) e pela concomitante fragmentação espacial seletiva das cadeias produtivas, inclusive além das fronteiras nacionais. O outro, e ao mesmo tempo, em virtude das especificidades subjacentes à geração de conhecimento e à inovação, é o de (re)valorização do aspecto regional, considerado também altamente relevante nos dias de hoje.

Além disso, tanto os processos de geração de conhecimento como o de introdução de inovações não se dão de maneira espontânea dentro do tecido econômico. Por isso, são necessários esforços sistemáticos que propiciem um ambiente profícuo à atividade inovativa.

No caso de Minas Gerais, tais esforços são ainda mais imperativos, no sentido de que todo o seu território seja capaz de usufruir dos transbordamentos futuros do desenvolvimento econômico. E para que isso ocorra é preciso atuar sobre os efeitos regressivos, que são reforçados pela tendência à “causação circular acumulativa” (MYRDAL, 1972), principal responsável pelo desenvolvimento desigual entre os territórios. O autor explica esse processo a partir de dois efeitos: as regiões dinâmicas, dotadas de vantagens iniciais, tendem a atrair e absorver cada vez mais recursos das regiões periféricas, ampliando seu potencial de crescimento (efeito acumulativo); nas regiões periféricas ocorre o contrário (efeito regressivo), já que as mesmas não conseguem superar suas desvantagens iniciais, e tendem a experimentar um agravamento de suas dificuldades ao longo do tempo. Ainda de acordo com o mesmo autor, o jogo de forças do “livre” mercado “tende, em geral, a aumentar e não a diminuir as desigualdades regionais” (1972, p. 51). Essa é a justificativa dada pelo autor da necessidade de intervenção do Estado para amenizar os efeitos regressivos que tendem a aprofundar sucessivamente as desigualdades entre os territórios.

Para Porto Júnior e Souza (2002), os transbordamentos benéficos das economias de aglomeração e das externalidades geradas nas regiões dinâmicas sobre as mais pobres (ou periféricas) - por exemplo, via demanda por matérias-primas e transferência de tecnologia - não compensariam os efeitos regressivos a ponto de “quebrar” o ciclo acumulativo do crescimento concentrado em algumas áreas. Talvez por isso, segundo Myrdal (1972), o desempenho promissor nas regiões ricas teria, em contrapartida, o progressivo empobrecimento das regiões estagnadas.

Atualmente, são várias as correntes teóricas que voltaram a se preocupar com a questão de entender a importância de aspectos locais para a inovação, o desenvolvimento tecnológico e o crescimento econômico das regiões. Apesar das diferenças conceituais entre elas, é importante destacar que todas possuem um mesmo pilar comum: a percepção de que a proximidade geográfica é um componente facilitador da transmissão de conhecimentos tácitos, que se encontram incrustados em certas atividades produtivas e sistemas de inovação (SUZIGAN et al., 2004).

E tendo essa moldura contextual como pano de fundo, o presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de apresentar um diagnóstico sumário dos principais aspectos do atual panorama vigente no Estado de Minas Gerais no que se refere à ciência, tecnologia e inovação, procurando apontar avanços e fragilidades, a fim de facilitar o trabalho de formulação e implementação de planos e políticas públicas, tão imprescindíveis ao estímulo à inovação em direção a níveis capazes de sustentar o crescimento e o desenvolvimento por todo o Estado.

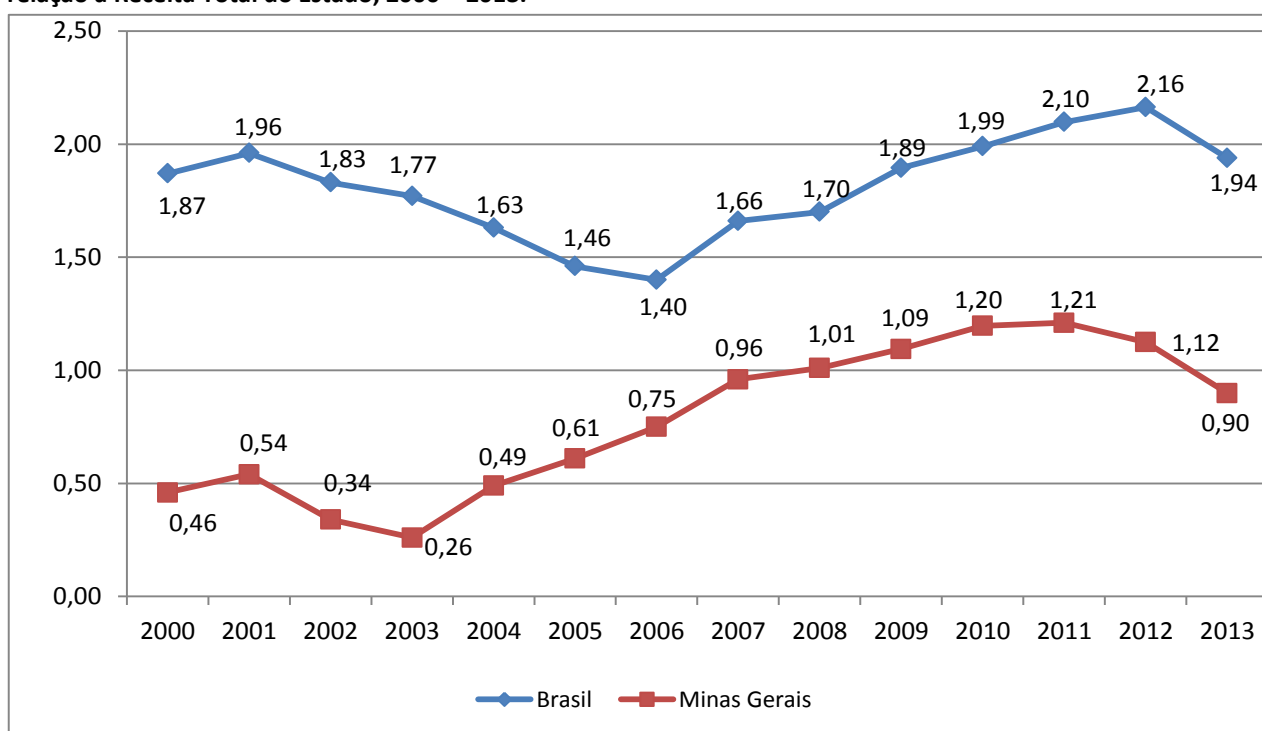
O texto está organizado segundo os três principais eixos relacionados ao tema da inovação, ciência e tecnologia: dispêndios governamentais, infraestrutura científico-tecnológica e o setor produtivo. Cada um deles contempla o diagnóstico atual, a identificação de fatores críticos, tendências e diretrizes.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM MINAS GERAIS

DISPÊNDIOS GOVERNAMENTAIS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Entre 2000 e 2013, houve um gradativo crescimento do percentual de dispêndios do Governo de Minas Gerais em C&T, conforme o GRAF.1 abaixo. Ainda assim, a posição relativa do Estado permanece significativamente inferior ao percentual do total consolidado desses dispêndios governamentais para todas as Unidades Federativas (Brasil).

Gráfico 1 - Evolução do Percentual dos Dispêndios em Ciência e Tecnologia (C&T)* de Minas Gerais em relação à Receita Total do Estado, 2000 – 2013.



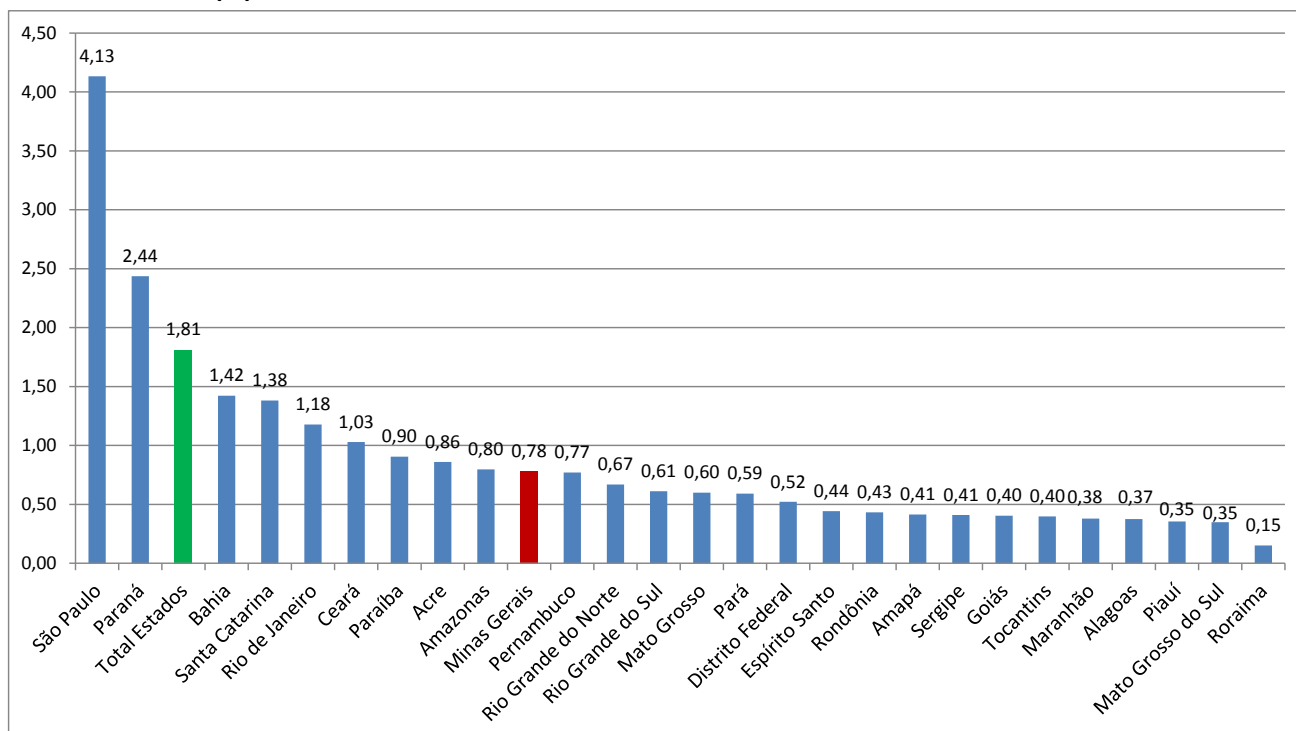
Fonte: MCTI, 2015.

*Ciência e tecnologia (C&T) = pesquisa e desenvolvimento (P&D) + atividades científicas e técnicas correlatas (ACTC)

Diante disso, é importante apontar para o fato de que, relativamente, Minas Gerais se distancia bastante do Estado que é considerado o núcleo econômico do polígono de transbordamento Sudeste/Sul: São Paulo, que engloba o espaço que se estende desde a região metropolitana de Belo Horizonte até à de Porto Alegre - onde, desde a década de 1980, tem concentrado as atividades econômicas tecnologicamente mais modernas (DINIZ,1993). De acordo com o autor, a formação espacial desse polígono dentro do território brasileiro é resultado, basicamente, dos efeitos aglomerativos e das externalidades associadas à presença de instituições de ensino e pesquisa, ao maior nível de renda e às relações interindustriais presentes em uma extensa rede urbana que emergiram ao longo do tempo.

Conforme o GRAF.2 abaixo, em média, o Governo de São Paulo alocou em C&T relativamente cerca de cinco vezes mais que o percentual dos dispêndios de Minas em relação às receitas totais do seu Governo. Outro dado que corrobora também a constatação anterior é a inferior absorção pelo Estado dos recursos disponibilizados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI - em relação ao peso de sua economia para o País. Em 2013, enquanto São Paulo absorveu 28,6% desses recursos federais, o Rio de Janeiro reteve 18,8% e Minas Gerais apenas 7,6% (MCTI, 2014).

Gráfico 2 - Valor médio dos dispêndios em C&T em Proporção das Receitas Totais dos Estados entre 2000 e 2013 (%)



Fonte: MCTI, 2015. Dados manipulados pelo autor.

*Ciência e tecnologia (C&T) = pesquisa e desenvolvimento (P&D) + atividades científicas e técnicas correlatas (ACTC)

Diagnóstico Atual

A inferior absorção de recursos do MCTI pelo Estado em relação ao peso da economia mineira para o País indica uma possível incoerência entre os mecanismos de incentivo à inovação nos níveis nacional e estadual, contrariando a recomendação da STEP Economics (2000), quanto à desejável co-evolução e coerência entre todos os níveis dos diversos mecanismos de incentivo (níveis micro e macro institucionais), de modo que ações inovativas sejam devidamente estimuladas e convertidas em inovações.

Pontos Fortes, Fragilidades e Tendências

Diante do cenário de instabilidade econômica pela qual o País e o Estado vêm atravessando, acredita-se que a manutenção da proporção de dispêndios do Governo de Minas em C&T seria suficiente apenas para manter o histórico e atual papel do Estado dentro da configuração espacial do território brasileiro, qual seja, o de uma unidade da Federação economicamente periférica e dependente, marcada por profundas desigualdades intraestaduais, econômicas e sociais.

Por conta disso, tende a se perpetuar também a fragilidade estrutural da indústria mineira em função da concentração das suas atividades econômicas em setores de baixa-média intensidade tecnológica, que “é particularmente vulnerável aos ciclos da economia internacional – dada a importância do complexo minero-metalúrgico nas exportações – e mesmo da economia brasileira – na medida em que é uma das principais fornecedoras de produtos intermediários para o centro primaz, São Paulo” (SANTOS, 2010, p.54).

Além do mais, a despeito do fato de o estado de Minas Gerais ter se beneficiado ao longo dos anos de sua integração produtiva com São Paulo, ao pertencer ao polígono espacial citado acima, boa parte de seu território não foi agraciada com os efeitos positivos desses transbordamentos interestaduais, como, por exemplo, as mesorregiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri.

Sendo assim, caso não haja interferência governamental, a extensa parte do território mineiro que está fora do espaço poligonal concentrador de atividades econômicas tecnologicamente mais modernas tende a se empobrecer progressivamente no longo prazo.

Diretrizes

O Governo de Minas deve buscar assegurar fontes de financiamento que propiciem a destinação de volumes de recursos mais estáveis e elevados na sustentação dos dispêndios em C&T, de modo a promover mudanças sociais e econômicas que favoreçam um ciclo virtuoso e continuado de inovações, capaz de sustentar tanto a reestruturação produtiva, em direção à maior participação das empresas mineiras em ramos com mais alta intensidade tecnológica, como também se tornar apto a contra-arrestar a tendência de aprofundamento das disparidades territoriais dentro do Estado.

ENSINO SUPERIOR E INFRAESTRUTURA CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

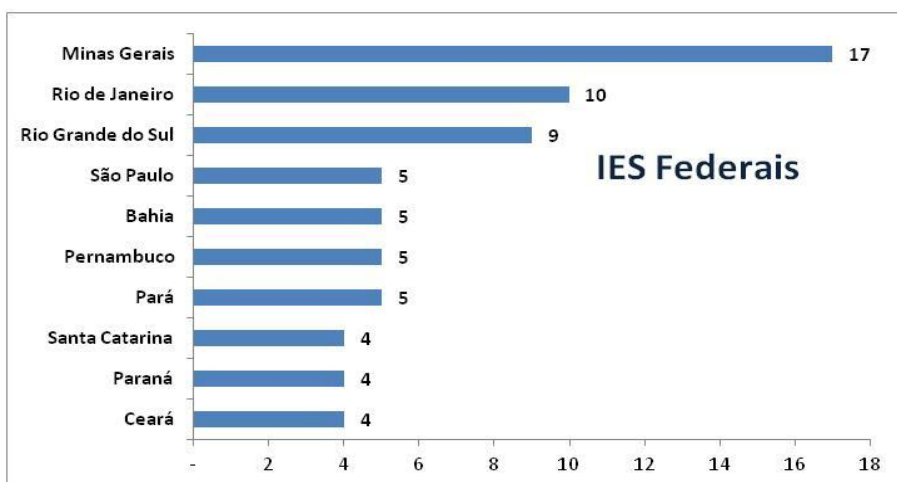
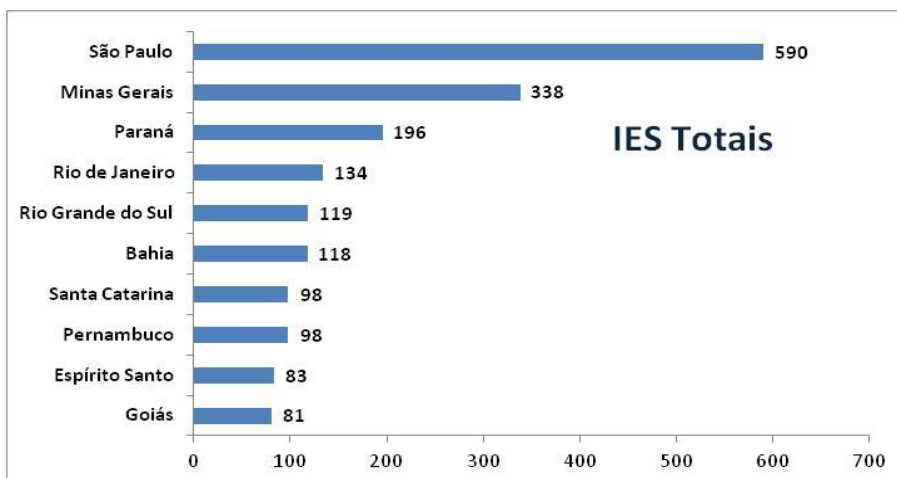
Esta seção tem o objetivo de apresentar, em linhas panorâmicas, aspectos básicos da educação terciária e da infraestrutura de pesquisa existente em Minas Gerais, de modo a verificar a capacidade endógena de produção científica e de desenvolvimento tecnológico alcançado pelo estado. O foco recairá sobre o ensino superior, em razão dos poucos dados sistematizados disponíveis a respeito dos equipamentos laboratoriais e de pesquisa, o que não permite uma avaliação mais acurada.

Cabe frisar que esses dois elementos em análise – o sistema de ensino superior e a infraestrutura de C&T – estão estreitamente relacionados entre si e, em muitos casos, configuram-se de forma combinada, devendo ser considerados, portanto, como partes constitutivas de um único complexo institucional que abriga e desenvolve pesquisas básicas e aplicadas, proporcionando condições aprimoradas para a concretização de processos de inovação em múltiplos campos e dimensões.

No âmbito deste complexo, as Instituições de Ensino Superior (IES) têm atribuições decisivas, tanto no que se refere à realização de atividades de P&D quanto no que concerne à formação de recursos humanos qualificados. No caso do Brasil em particular, esse ativo papel desempenhado pelas IES assume relevância ainda maior, tendo em vista as peculiaridades do nosso tardio e incompleto Sistema Nacional de Inovação (SNI), no qual a maior parte das pesquisas científicas e tecnológicas do país é, efetivamente, realizada no âmbito dessas instituições, sobretudo as IES federais.

Sob tal perspectiva, pode-se dizer que Minas Gerais ocupa posição de destaque e bastante promissora no contexto nacional de C&T. Basta verificar que, de acordo com as informações mais recentes disponíveis, Minas Gerais abrigava, em 2013, a segunda maior rede de ensino superior do país, composta por 338 IES. Considerando apenas a rede federal, Minas Gerais ocupava a primeira posição, com 17 estabelecimentos, conforme o GRAF.3 a seguir.

Gráfico 3 - Classificação dos 10 Principais Estados por Tamanho da Rede de Ensino Superior do País – por Número de IES Totais e IES federais.



Fonte: Dados brutos – INEP. Dados manipulados pelo autor.

No último decênio, esse proeminente posicionamento de Minas Gerais nas atividades de ensino superior foi reforçado, uma vez que o estado foi bastante contemplado nos investimentos efetuados pelo governo federal com a finalidade de promover a expansão e a desconcentração espacial do sistema, sobretudo por meio dos seguintes programas, dentre outros: 1) Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado em 2007; 2) Programa Universidade para Todos (ProUni), instituído em 2004; 3) o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), estabelecido em 1999, mas que ganhou fôlego financeiro a partir de 2010; e 4) o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), sobretudo os de 2005/2010 e 2011/2020.

Como resultado dessas iniciativas, a rede de ensino superior do Brasil passou por acentuada expansão entre 2000 e 2013, mas de modo mais intenso nos estados e regiões “periféricos”, sobretudo Norte e Nordeste, como mostra a TAB.1 abaixo. Vale observar que, a despeito da redução relativa da participação do Sudeste no total de IES, Minas Gerais ampliou seu peso relativo em 24%. A ampliação da rede federal foi também acentuada e seguiu diretrizes igualmente descentralizadoras, favorecendo as áreas geográficas menos desenvolvidas do País. Mas, deve ser sublinhado que, embora tenham perdido participação relativa, Sudeste e Minas Gerais viram crescer de modo muito importante o número de IES federais em suas jurisdições. No caso de Minas Gerais, foram instalados cinco novos estabelecimentos entre 2000 e 2013, o que significou metade do total de IES federais inauguradas no Sudeste no mesmo período.

Tabela 1 - Distribuição Regional das Instituições de Ensino Superior em Regiões e Estados selecionados

Ano	2000				2013			
	Total	% Total	Federal	% Fed.	Total	% Total	Federal	% Fed.
Brasil	1.180	100,00	61	100,00	2.391	100,00	106	100,00
Norte	46	3,90	7	11,48	146	6,11	17	16,04
AM	10	0,85	1	1,64	19	0,79	2	1,89
PA	9	0,76	2	3,28	34	1,42	5	4,72
Nordeste	157	13,31	15	24,59	446	18,65	28	26,42
CE	13	1,10	1	1,64	54	2,26	4	3,77
PE	39	3,31	2	3,28	98	4,10	5	4,72
BA	49	4,15	2	3,28	118	4,94	5	4,72
Sudeste	667	56,53	24	39,34	1.145	47,89	34	32,08
MG	135	11,44	12	19,67	338	14,14	17	16,04
RJ	101	8,56	8	13,11	134	5,60	10	9,43
SP	373	31,61	3	4,92	590	24,68	5	4,72
Sul	176	14,92	10	16,39	413	17,27	17	16,04
PR	87	7,37	2	3,28	196	8,20	4	3,77
RS	48	4,07	7	11,48	119	4,98	9	8,49
Centro-Oeste	134	11,36	5	8,20	241	10,08	10	9,43
GO	35	2,97	2	3,28	81	3,39	3	2,83
DF	40	3,39	1	1,64	62	2,59	2	1,89

Fonte: Dados básicos INEP

A expansão da rede de ensino superior se desdobrou, evidentemente, na ampliação correlata no número de matrículas em todo o País, mas mais intensamente nas regiões “periféricas” (TAB.2 abaixo). Digno de nota é o aumento proporcional de Minas Gerais no total de matrículas entre 2000 e 2013, enquanto o Sudeste, mesmo crescendo em termos absolutos, perdeu participação relativa em âmbito nacional, no mesmo período.

Tabela 2 - Distribuição de Matrículas por Regiões e Estados selecionados (graduação presencial – 2000 / 2013)

Região	Matrículas			
	2000	2013	2000	2013
Brasil	2.694.245	6.152.405	100,00	100,00
Norte	115.058	423.565	4,27	6,88
AM	30.982	137.179	1,15	2,23
PA	46.440	125.385	1,72	2,04
Nordeste	413.709	1.287.552	15,36	20,93
CE	56.717	202.079	2,11	3,28
PE	86.011	220.723	3,19	3,59
BA	89.191	289.427	3,31	4,70
Sudeste	1.398.039	2.903.089	51,89	47,19
MG	239.456	631.238	8,89	10,26
RJ	295.993	518.710	10,99	8,43
SP	818.304	1.643.925	30,37	26,72
Sul	542.435	962.684	20,13	15,65
PR	186.113	360.424	6,91	5,86
RS	238.263	378.050	8,84	6,14
Centro-Oeste	225.004	575.515	8,35	9,35
GO	72.769	201.515	2,70	3,28
DF	67.250	176.987	2,50	2,88

FONTE: Dados básicos INEP

As atividades de pós-graduação também foram ampliadas em âmbito nacional no último decênio, tanto no que diz respeito ao número de matrículas quanto no que diz respeito à titulação de mestres e doutores. Minas Gerais conseguiu aumentar a sua participação relativa, enquanto o Sudeste perdeu espaço no contexto nacional, como pode ser verificado na TAB.3 abaixo.

Tabela 3 - Distribuição dos Alunos Matriculados e Titulados nos Cursos de Mestrado e Doutorado (stricto sensu) por Regiões e Estados selecionados

Região	2000				2013			
	Matriculas	% Total	Titulação	% Total	Matriculas	% Total	Titulação	% Total
Brasil	93.325	100,00	22.929	100,00	201.787	100,00	60.354	100,00
Norte	977	1,05	303	1,32	6.976	3,46	2.178	3,61
AM	237	0,25	109	0,48	2.021	1,00	668	1,11
PA	740	0,79	194	0,85	3.830	1,90	1.129	1,87
Nordeste	8.017	8,59	2.197	9,58	34.055	16,88	10.340	17,13
CE	1.451	1,55	417	1,82	5.359	2,66	1.612	2,67
BA	1.576	1,69	360	1,57	7.223	3,58	2.145	3,55
PE	2.222	2,38	692	3,02	7.778	3,85	2.310	3,83
Sudeste	63.605	68,15	15.251	66,51	107.371	53,21	31.116	51,56
SP	41.336	44,29	9.626	41,98	59.884	29,68	16.764	27,78
RJ	14.689	15,74	3.642	15,88	25.285	12,53	7.257	12,02
MG	7.039	7,54	1.889	8,24	19.774	9,80	6.269	10,39
Sul	17.362	18,60	4.335	18,91	39.825	19,74	12.312	20,40
RS	7.476	8,01	2.107	9,19	19.664	9,74	5.983	9,91
PR	3.009	3,22	890	3,88	11.965	5,93	3.887	6,44
Centro-Oeste	3.364	3,60	843	3,68	13.560	6,72	4.408	7,30
GO	662	0,71	203	0,89	3.772	1,87	1.171	1,94
DF	2.351	2,52	574	2,50	6.179	3,06	1.921	3,18

Fonte: dados brutos - CAPES

Indicadores que sintetizam a posição atual de Minas Gerais no sistema brasileiro de ensino superior são exibidos na TAB. 4. Além de arrolar informações que foram anteriormente comentadas, cabe salientar que o estado respondeu, em 2013, por 10% dos programas de pós-graduação stricto-sensu do país, participação que se eleva para 13% e 12%, respectivamente, quando se consideram apenas os programas de excelência internacional e os das áreas de engenharia e de ciências exatas e da terra.

Tabela 4 - Indicadores selecionados das atividades de graduação e pós-graduação em Minas Gerais (em valores absolutos e em termos proporcionais ao total nacional)

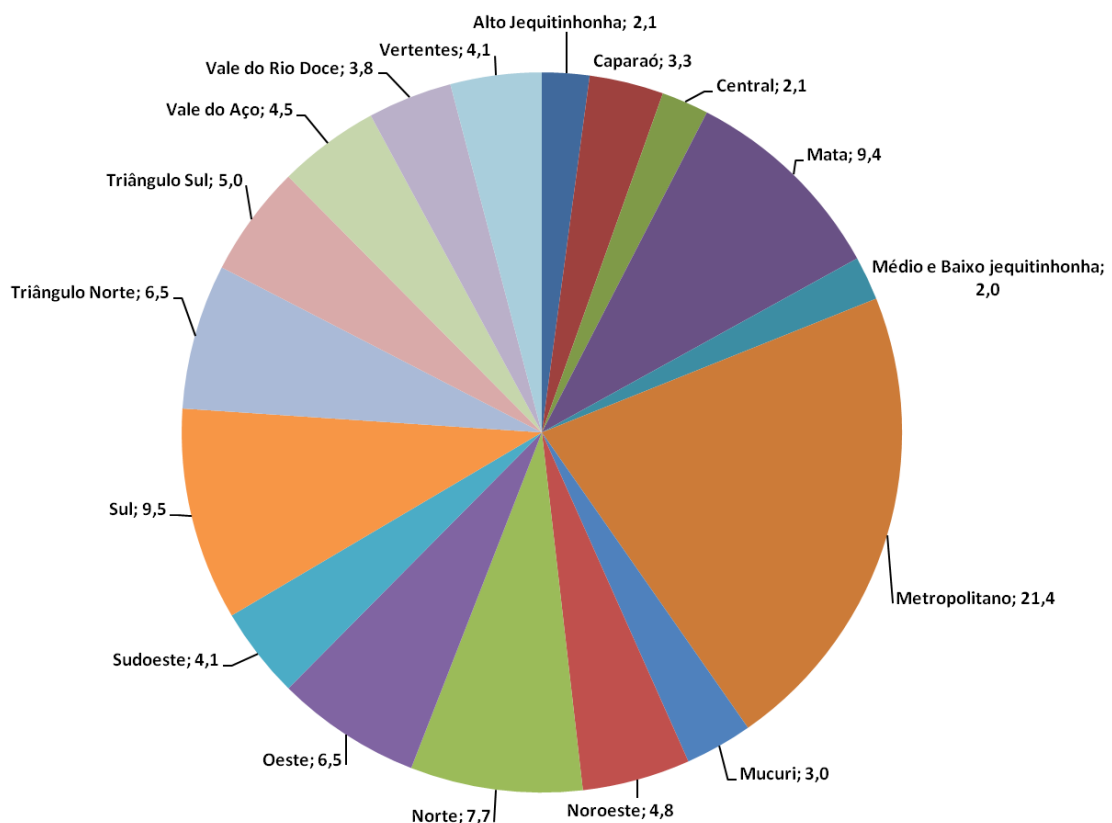
Indicador – ANO BASE: 2013		Em relação ao total nacional (em %)
IES	338	14,1
IES Federais	17	16,0
Matriculas Graduação	631.238	10,3
Matriculas (Mestrado + Doutorado)	19.774	9,8
Titulados (Mestrado + Doutorado)	6.269	10,4
Professores Pós-Graduação	7.294	9,5
Professores Pós Graduação – Engenharias e Ciências Exatas e da Terra	1.560	12,2
Programas de pós-graduação	348	10,0
Programas – Engenharias e Ciências Exatas e da Terra	35	10,5
Programas de excelência internacional – conceitos 6 e 7	53	13,0

Fonte: Dados brutos INEP e CAPES. Dados manipulados pelo autor

As informações apresentadas a seguir buscam verificar como essas atividades de ensino superior se distribuem internamente em Minas Gerais pelos 17 Territórios de Desenvolvimento. Essa dimensão espacial do ensino superior é de suma importância, porque as IES geram impactos positivos sobre as localidades nas quais estão instaladas. Tais externalidades consistem em efeitos multiplicadores sobre a renda e o emprego, em decorrência dos gastos oriundos diretamente da IES na economia local, e impulsos dinâmicos derivados das atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão dessas instituições de ensino (MILLE, 2004; GODDARD & CHATTERTON, 1999).

De acordo com os dados mais recentes disponíveis (GRAF.4), Minas Gerais contava com 660 unidades de oferta de cursos de graduação presencial e à distância instaladas no estado em 2013. Essas unidades concentravam-se nos Territórios de Desenvolvimento de maior poder econômico: Metropolitano, Sul, Triângulo Norte e Triângulo Sul, que juntamente, respondiam por 42% do total de locações.

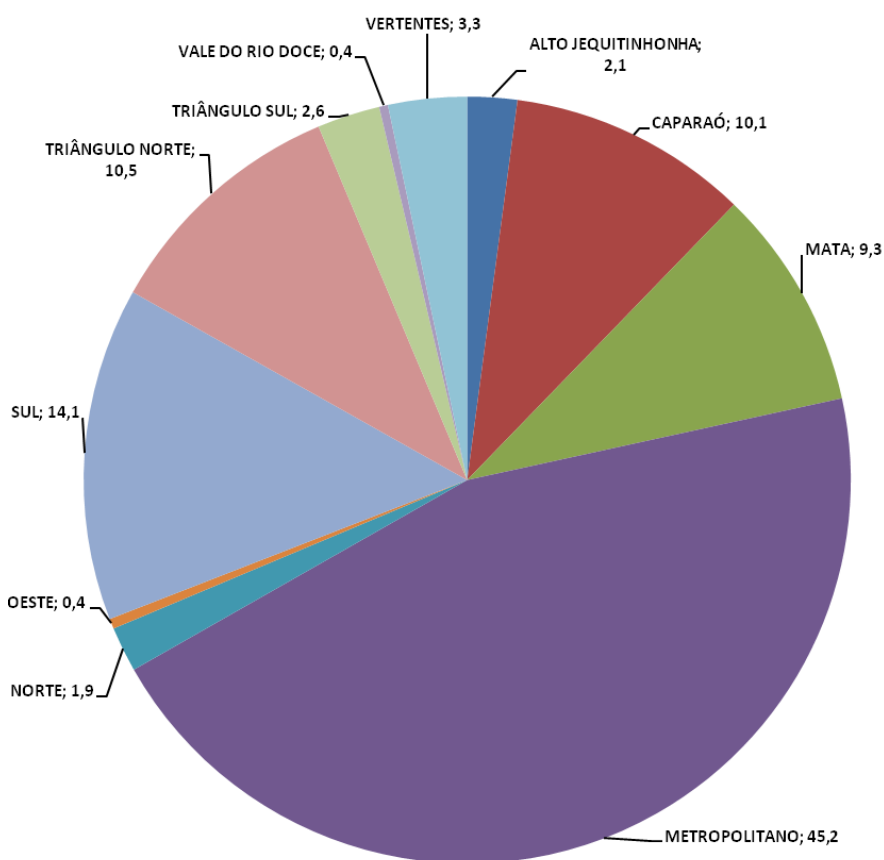
Gráfico 4 - Distribuição das Localidades de Oferta das Instituições de Ensino Superior em Minas Gerais por Territórios de Desenvolvimento – Cursos presenciais e a distância (em %)



Fonte: dados brutos INEP. Dados manipulados pelo autor

No que se refere à pós-graduação, utilizou-se como *proxy* da localização da unidade de oferta a distribuição municipal dos docentes dos cursos de mestrado e doutorado *latu-sensu* e *stricto-sensu*. As informações organizadas no Gráfico 5 abaixo evidenciam concentração geográfica ainda mais acentuada destas atividades de pós-graduação em Minas Gerais, quando cotejadas com a graduação. Dos 7.294 professores atuando na pós-graduação das IES no estado, 72% estavam alocados nos Territórios de Desenvolvimento Metropolitano, Sul, Triângulo Sul e Triângulo Norte. Ademais, observou-se que seis, dos 17 Territórios de Desenvolvimento, não contavam com atividades de pós-graduação: Central, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri, Noroeste, Sudoeste e Vale do Aço.

Gráfico 5 - Distribuição dos docentes dos cursos de pós-graduação em Minas Gerais por Território de Desenvolvimento (em %)



Fonte: dados brutos CAPES. Dados manipulados pelo autor

A TAB.5 abaixo, por sua vez, apresenta a distribuição geográfica, por Município e por Território de Desenvolvimento, das unidades de oferta de cursos das IES estaduais, tanto de graduação (presencial e à distância) quanto de pós-graduação. Deve ser comentado que essas instituições estão mais bem posicionadas nas áreas geográficas de menor poder econômico do que o agregado anteriormente examinado.

Tabela 5 - Distribuição dos locais de oferta das IES estaduais de Minas Gerais

ALTO JEQUITINHONHA	ITAMARANDIBA
CENTRAL	CORINTO
	POMPEU
MATA	LEOPOLDINA
	UBÁ
MÉDIO E BAIXO JEQUITINHONHA	ALMENARA
	JOÁIMA
	PEDRA AZUL
METROPOLITANO	BELO HORIZONTE
	IBIRITÉ
	JOÃO MONLEVADE
	LAGOA SANTA
MUCURI	CARLOS CHAGAS
NOROESTE	BURITIZEIRO
	CHAPADA GAÚCHA
	PARACATÚ
	UNAI
NORTE	BOCAIÚVA
	BRASÍLIA DE MINAS
	CRISTÁLIA
	ESPINOSA
	FRANCISCO SÁ
	JANUÁRIA
	MONTES CLAROS
	PIRAPORA
	SALINAS
	SÃO FRANCISCO
	SÃO JOÃO DA PONTE
	URUCUIA
JANAÚBA	
SUL	POÇOS DE CALDAS
TRIÂNGULO SUL	FRUTAL
VALE DO RIO DOCE	MANTENA
VERTENTES	BARBACENA

Fonte: Dados básicos INEP; consideram-se as seguintes IES estaduais: CENTRO DE EDUCAÇÃO TÉCNICA DA UTRAMIG, UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO ANÍSIO TEIXEIRA, ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS

As informações referentes à distribuição territorial do ensino superior em Minas Gerais apresentadas anteriormente comprovam que esse tipo de atividade intensiva em conhecimento tende a se localizar de forma desigual no espaço, buscando se concentrar seletivamente em determinados espaços. Mas, indicam igualmente que, a despeito desta concentração, há “ocorrências” de unidades de oferta de cursos de graduação e de pós-graduação distribuídas por praticamente todos os Territórios de Desenvolvimento de Minas Gerais, estabelecendo bases promissoras para iniciativas visando, em especial, ampliar o alcance espacial das externalidades positivas que essas IES podem proporcionar para esses territórios nos quais estão instaladas. Ademais, a configuração geográfica da rede de IES estaduais indica que essas instituições cumprem um papel estratégico muito importante de conferir uma espacialidade mais dispersa e abarcadora da educação terciária no estado.

Um aspecto importante a salientar diz respeito aos investimentos efetuados nas atividades de P&D pelas IES estaduais. Os dados expostos na TAB.6 mostram que esse tipo de gasto realizado em Minas Gerais, crucial para o desenvolvimento de pesquisas básicas e aplicadas, situou-se em patamar inexpressivo nos últimos anos, permanecendo em um dos menores níveis do país.

Tabela 6 - Estimativa dos dispêndios em P&D das IES estaduais (em % do PIB estadual – Classificação por dispêndio de 2012)

Estado	2009	2010	2011	2012
SP	0,294	0,311	0,368	0,402
PR	0,077	0,084	0,103	0,098
PB	0,044	0,041	0,081	0,089
CE	0,041	0,055	0,062	0,083
BA	0,040	0,044	0,071	0,075
RJ	0,054	0,051	0,059	0,062
PI	0,026	0,025	0,044	0,058
SC	0,038	0,031	0,036	0,031
MT	0,005	0,014	0,016	0,019
MS	0,004	0,007	0,015	0,016
AM	0,015	0,011	0,016	0,015
PA	0,003	0,006	0,010	0,014
PE	0,012	0,016	0,015	0,013
MA	0,002	0,008	0,004	0,007
MG	0,004	0,003	0,005	0,004
GO	0,001	0,001	0,002	0,003

Fonte: dados básicos: RIECTI/IBGE

Devem ser agora verificados dados referentes à infraestrutura de pesquisa existente no Estado. São utilizadas informações acerca das instituições de pesquisa vinculadas ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) localizadas em Minas Gerais. Para um levantamento mais completo a respeito da infraestrutura de pesquisa disponível em Minas, deveriam ser levados em conta igualmente os equipamentos laboratoriais e outras infraestruturas de pesquisa disponíveis nas IES. Na ausência dessas informações sistematizadas, os dados levantados junto ao MCTI a respeito da distribuição espacial da infraestrutura de seus organismos descentralizados são úteis para uma apreciação panorâmica do posicionamento de Minas Gerais no contexto nacional. Como pode ser inferido a partir dos dados dispostos na TAB.7 abaixo, das 25 instituições do MCTI que compuseram a amostra do levantamento realizado em 2013, Minas Gerais sediava duas delas, abrigando 33 equipamentos e infraestruturas de pesquisa, o que correspondeu a uma participação relativa equivalente a 8% e 17%, respectivamente.

Tabela 7 - Distribuição das Instituições e Infraestruturas de Pesquisa vinculadas ao MCTI por UF

UF	INSTITUIÇÕES	LABORATÓRIOS / INFRAESTRUTURAS
AM	2	26
CE	1	1
ES	1	1
GO	1	1
MA	1	1
MG	2	33
PA	1	5
PB	1	2
PE	2	6
RJ	8	51
RS	1	1
SP	4	68
TOTAL	25	196

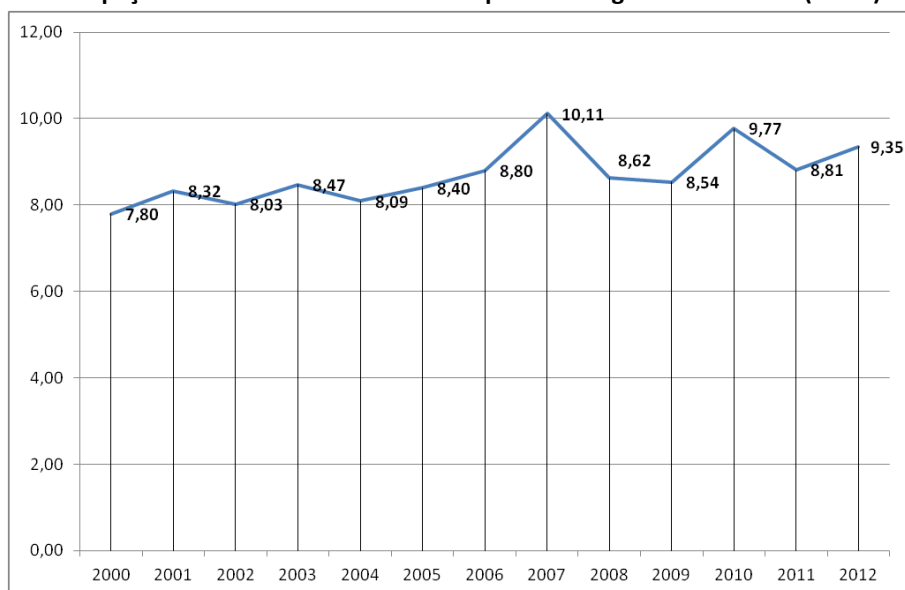
Fonte: MCTI; dados referente a 2013

Com essa dotação de atividades de ensino terciário, equipamentos laboratoriais e infraestruturas de pesquisa científicas e tecnológicas, Minas Gerais ampliou a sua produção científica, criando condições para o aumento do registro de patentes de inovações desenvolvidas localmente, como é possível constatar nas informações apresentadas a seguir, na TAB.8 e no GRAF.6 respectivamente.

Tabela 8 - Participação de Regiões e Estados selecionados na Produção Científica brasileira (em %)

Região / UF	2000	2010
Norte	3,06	3,40
Amazonas	1,06	0,17
Pará	1,37	1,38
Nordeste	12,10	15,89
Bahia	2,85	3,31
Ceará	2,13	3,96
Pernambuco	2,90	2,76
Piauí	0,38	0,67
Sudeste	58,71	51,61
Minas Gerais	10,13	11,24
Rio de Janeiro	13,67	12,23
São Paulo	34,30	27,97
Sul	20,03	21,62
Paraná	6,64	7,53
Rio Grande do Sul	9,78	10,09
Centro-Oeste	6,10	7,48
Distrito Federal	2,80	2,83
Goiás	1,64	1,94

Fonte: Dados Brutos: RIECTI. Obs: consideram-se apenas artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais por pesquisadores.

Gráfico 6 - Participação de Minas Gerais no total de patentes registradas no INPI (em %)


Fonte: dados brutos INPI. Dados manipulados pelo autor

Diagnóstico

As informações apresentadas anteriormente indicam que o contexto científico e tecnológico estadual vivenciou importantes avanços no último decênio. Minas Gerais ampliou a sua participação na estrutura brasileira de ensino superior, tanto na graduação quanto na pós-graduação, com destaque para o fato de que o estado abriga a maior rede federal de educação terciária. Essa expansão criou condições endógenas aprimoradas para a concretização das atividades inovativas, de modo que o estado conseguiu ampliar a sua participação nacional na produção científica e no registro de patentes.

Contudo, tendo em conta essa proeminente inserção de Minas Gerais no sistema de ensino superior do país, onde efetivamente se realiza a maior parte da atividade nacional de P&D, era de se esperar desempenho mais substantivo em termos de produção científica e de seus desdobramentos no que se refere ao desenvolvimento de novas tecnologias, fazendo com que a evolução dos indicadores relacionados a patentes, por exemplo, fosse mais positivamente acentuada.

Embora concentrada em termos regionais, confirmando tendências inerentes às atividades de P&D de se aglomerarem no espaço, a rede de ensino superior em Minas Gerais se estende por todos os Territórios de Desenvolvimento do estado. Assim, constituem-se bases promissoras para a adoção de políticas que visem dar suporte a um processo de criação e fortalecimento de novas centralidades econômicas no estado, por meio do aproveitamento das externalidades positivas geradas pelas IES para as suas áreas geográficas adjacentes.

Em relação especificamente à rede estadual de ensino superior, a despeito da distribuição espacial de sua infraestrutura atender, em grande medida, Territórios de Desenvolvimento de menor peso econômico no que diz respeito às unidades de oferta de cursos de graduação presencial e à distância, cobrindo lacunas que outras IES (privadas e federais) deixariam incompletas, os investimentos realizados em P&D por essas instituições permaneceram em patamares bastante reduzidos. E mais do que isso, se situaram em níveis que colocaram Minas Gerais em penúltimo lugar na classificação nacional.

Ademais, Minas Gerais tem um posicionamento relativo importante no âmbito da infraestrutura laboratorial e de pesquisas científicas do MCTI, o que estabelece grande potencialidade de adensamento das atividades de P&D no estado.

Diretrizes

Com a significativa rede de IES que abriga em seu território, em especial as federais, responsáveis pela realização da maior parte das pesquisas básicas e aplicadas do País, bem como a inserção que possui na infraestrutura laboratorial e de pesquisa do MCTI, Minas Gerais tem uma base institucional e física de grande potencial, apta a ser aproveitada para aprimorar e consolidar a sua posição no contexto brasileiro de C,T&I.

Para tanto, é necessário a adoção de estratégias ativas, no sentido de ampliar a sinergia e a convergência das políticas estaduais com as políticas federais, tanto as do campo de apoio à inovação quanto as de educação superior.

Para o melhor aproveitamento dessa importante infraestrutura de pesquisa básica e aplicada e de qualificação de recursos humanos internalizada em território mineiro, é necessário igualmente formatar e implementar ações, políticas e programas estruturantes e permanentes que possam estreitar a interação das IES federais e privadas com as IES estaduais, e com os demais organismos do Estado vinculados ao sistema de ciência e tecnologia.

Atenção especial deverá ser dedicada aos baixos níveis de investimento aportado em P&D pelas IES estaduais, de modo a desenvolver mecanismos de suprimento adicional de recursos.

O SETOR PRODUTIVO

Ainda que possua diversas limitações, a Pesquisa de Inovação (Pintec), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é considerada atualmente a fonte de dados mais completa e importante disponível no Brasil para se conhecer e acompanhar os movimentos das empresas brasileiras associados às atividades inovativas (De NEGRI e CAVALCANTE, 2013).

Em linhas gerais, os dados da Pintec indicam um crescimento significativo da taxa de inovação entre as edições de 2005 e 2008, tanto para Minas como no total Brasil, conforme a (TAB.4)⁷ abaixo. Porém, é importante ter em mente que essas inovações levadas a cabo pelas empresas basicamente se concentraram na aquisição de máquinas e equipamentos, inclusive no último levantamento dessa mesma pesquisa, em 2011: no total das empresas industriais brasileiras que introduziram inovações, 80,9% delas afirmaram que o fizeram por meio da aquisição de máquinas e equipamentos; em Minas, 82,2%; em São Paulo, 78,9%.

Por isso, como a alta incidência desse modo específico de introdução de inovações praticamente determina os índices taxa de inovação e esforço inovador, na medida em que as outras atividades consideradas como inovação tem ocorrido em um percentual muito menor de empresas, acredita-se que o índice de intensidade tecnológica é particularmente o mais relevante, porque ele aponta o grau de esforço das empresas para aumentar o seu acervo interno de conhecimentos tecnológicos, que podem ser usados em novas aplicações e gerar inovações futuras.

Apesar da queda da taxa de inovação e do esforço inovador na última da edição da Pintec, 2011, o índice de intensidade tecnológica continuou a crescer para o total Brasil, ao contrário de Minas Gerais, que registrou queda do valor para os três índices, conforme a TAB.9 abaixo.

Tabela 9 - Principais Indicadores da Pesquisa Pintec

Indicador	Minas Gerais			Brasil		
	2005	2008	2011	2005	2008	2011
Taxa de inovação (%)	29,49	41,41	40,47	33,57	38,11	35,56
Esforço inovador (%)	3,02	3,86	3,39	2,80	2,54	2,37
Intensidade Tecnológica (%)	0,45	0,77	0,70	0,58	0,62	0,71

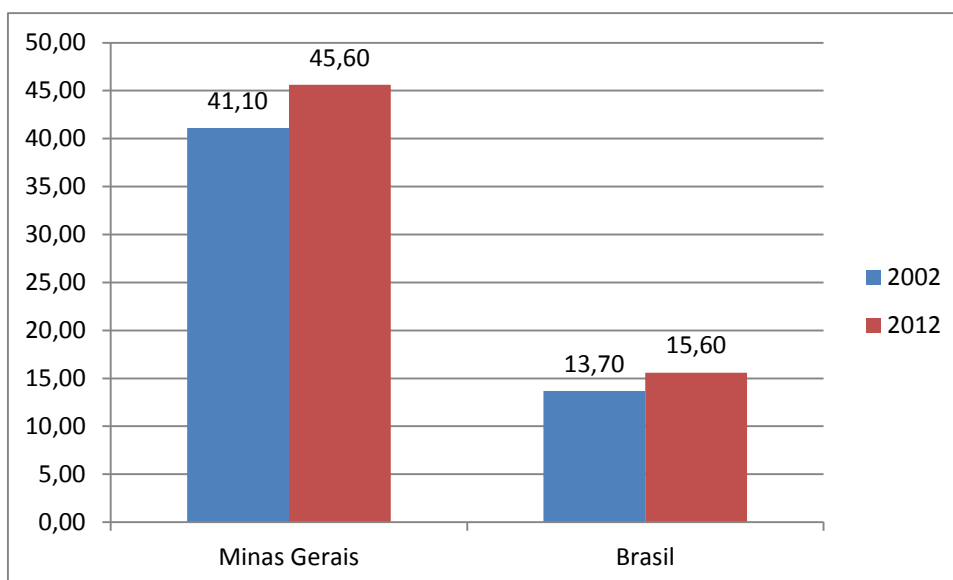
Fonte: Pintec/IBGE. Dados manipulados pelo autor

⁷ A taxa de inovação é o percentual de empresas entrevistadas que afirmaram ter introduzido pelo menos um tipo de inovação de produto/processo no triênio considerado. O esforço inovador é a proporção da receita líquida de vendas das empresas alocada em atividades inovadoras. Já o índice de intensidade tecnológica é o percentual da receita líquida de vendas das empresas gasto especificamente nas atividades internas de P&D.

No caso do Brasil, os dados indicam que a elevação do esforço inovador aumentou em segmentos importantes da indústria, mas os mesmos perderam espaço na estrutura produtiva nacional, basicamente em função do aprofundamento da especialização industrial em segmentos de menor intensidade tecnológica (De NEGRI e CAVALCANTE, 2013).

Em Minas Gerais, esse processo de aprofundamento da especialização produtiva industrial em setores de baixa intensidade tecnológica citados pelos autores ocorre também, inclusive dentro de uma estrutura produtiva já bastante concentrada nas atividades siderúrgicas e minero-metalúrgicas⁸. Segundo dados do IBGE, a contribuição dessas atividades no valor da transformação industrial em Minas pulou de 41,1 para 45,6% entre 2002 e 2012, conforme o GRAF.3 abaixo.

Gráfico 7 - Evolução do Percentual de Participação das Atividades Siderúrgicas e Minero-Metalúrgicas no Valor da Transformação Industrial – Minas Gerais e Brasil

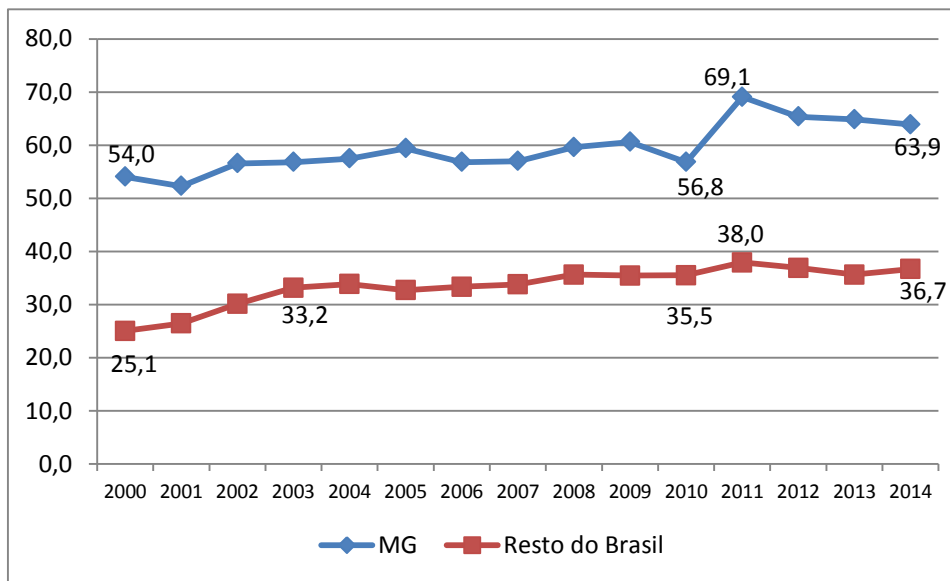


Fonte: IBGE. Dados manipulados pelo autor

Esse movimento que ocorre na configuração do Valor da Transformação Industrial mineiro se projeta também no comércio exterior do Estado, conforme o GRAF.4 da página seguinte. Vale destacar que, no longo prazo, desde o ano 2000, em decorrência do *boom* internacional dos preços das *commodities*, a importância do grupo de bens básicos e semi-elaborados já vinha aumentando, tanto no Estado como no resto do País.

⁸ Essas atividades industriais incluem a extração de minerais metálicos e não-metálicos, a fabricação de produtos minerais não-metálicos e a metalurgia básica.

Gráfico 8 - Evolução da Participação das Exportações e Importações de Produtos Básicos e Semi-elaborados no Fluxo Total de Comércio – Minas Gerais e Brasil



Fonte: MDIC. Dados manipulados pelo autor

Além disso, o grande peso no fluxo de comércio internacional desses bens para Minas é uma prova da já citada fragilidade e vulnerabilidade econômica do Estado, principalmente se confrontado com o desempenho das exportações mineiras de Produtos Intensivos em Informação e Conhecimento (PII&C) – que forma o grupo de Produtos Tecnicamente Sofisticados, como pode ser verificado na TAB.5 abaixo.

Tabela 10 - Crescimento Médio Anual das Exportações PII&C de Minas Gerais (%)

Período	Mundo	Brasil	MG	PII&C
2004 - 2013	4,9	7,4	10,6	6,5
2004 - 2008	9,7	13,1	17,2	18,6
2009 - 2013	6,1	7,9	9,7	2,9

Fonte: SEPLAG, 2015

Embora o seu crescimento tenha sido superior ao das exportações mundiais (4,9%, na mesma base de comparação), o desempenho desse grupo mostrou-se inferior às médias observadas para o total das exportações mineiras e brasileiras no mesmo período (7,4% e 10,6%, respectivamente).

Nesse contexto, outro ponto que chama atenção é que, entre o grupo de empresas pesquisadas de Minas Gerais na Pintec de 2011, o percentual de firmas que avaliaram como alto o grau de importância das atividades internas de P&D, de aquisição externa de P&D e de aquisição de outros conhecimentos externos é bem inferior em relação a outros estados economicamente importantes, como São Paulo, por exemplo (ANEXO 1).

Além disso, ao analisar detalhadamente as relações de cooperação das empresas inovadoras com outras organizações, os dados dessa mesma pesquisa mostram a frágil rede de cooperação da qual participa o setor industrial mineiro, na medida em que é baixo o percentual de firmas que interagem com outros importantes atores, principalmente clientes, fornecedores, empresas de consultoria, e outras instituições que poderiam lhes dar acesso a ideias, conhecimentos e até tecnologias, os quais poderiam ser convertidos em inovações de produto/processo (ANEXO 2).

Com relação à avaliação dos impactos das inovações introduzidas pelas empresas no período considerado pela Pintec 2011, os cinco tipos de impacto aos quais o maior percentual de empresas atribuiu alto o grau de importância estão ligados a questões de melhoria da competitividade mercadológica, escala e escopo. Em contrapartida, os cinco menores percentuais de firmas mineiras que consideraram alto o impacto das inovações implementadas entre 2009 e 2011 estão associados à redução de custos: água, energia, matéria-prima, trabalho e de produção (ANEXO 3).

Diagnóstico Atual

A análise cruzada e mais detalhada dos dados sugere que nas empresas industriais mineiras prevalece a absorção e adaptação de tecnologias já testadas, dado o alto percentual de empresas industriais que inovaram nos últimos anos por meio da aquisição de máquinas e equipamentos.

Há indícios de que o comportamento do setor empresarial é avesso a interações de cooperação com outros tipos de instituições, desde clientes e fornecedores até universidades e empresas de consultoria. Outra constatação é a de que pouca importância se dá a atividades ligadas à pesquisa e desenvolvimento pelas empresas mineiras (atividades internas de P&D, aquisição externa de P&D e aquisição de outros conhecimentos externos). Com relação aos impactos das inovações introduzidas, a maior preocupação do empresariado se concentrou em questões mercadológicas e produtivas (escala e escopo).

Essa descrição do perfil do empresariado industrial mineiro, extraída dos dados fornecidos pela pesquisa Pintec, é preocupante, principalmente em função de dois fatores: a) está ocorrendo em um contexto de aprofundamento da especialização produtiva industrial em setores de intensidade tecnológica mais baixa, dentro de uma estrutura produtiva já bastante concentrada em atividades siderúrgicas e minero-metalúrgicas, o que tem se refletido, inclusive, no fluxo de comércio internacional de Minas Gerais; b) a progressiva internacionalização da estrutura produtiva mineira, que com frequência é acompanhada pelo deslocamento dos centros de P&D para outros países.

Pontos Fortes, Fragilidades e Tendências

Na indústria geral, o comportamento inovativo predominante é a absorção e adaptação de tecnologias já testadas. E tudo leva a crer que esse comportamento inovativo tende a perdurar, pelo menos no médio prazo. Diante da necessidade atual de procurar soluções para se reduzir custos de consumo de água e energia, por conta das atuais mudanças nas condições climáticas, e também da pouca importância que foi dada ao impacto de inovações relacionadas a essa questão na edição da Pintec de 2011, tudo indica que isso vai ser capturado pela próxima edição dessa pesquisa, novamente por meio da aquisição de máquinas e equipamentos.

Além do mais, o aprofundamento da especialização produtiva industrial em setores de intensidade tecnológica mais baixa, o relativo “isolamento” das empresas mineiras e sua baixa conexão com outras instituições que lhes poderiam facilitar a transmissão de conhecimentos tácitos por meio de atividades de cooperação comprometem a tão necessária eclosão futura das inovações em Minas Gerais. Esse cenário, no longo prazo, aponta para a tendência de perda da competitividade das empresas mineiras, associada à fragilidade estrutural do seu parque industrial, intensivo em setores altamente vulneráveis aos ciclos da economia nacional e internacional.

Diretrizes

Diante dos dados apresentados, medidas devem ser tomadas no sentido de reestruturar e fortalecer a **estrutura de governança** que vigora no sistema de inovação do Estado de Minas Gerais. Tudo indica que a estrutura de governança atual é regida pelo mercado, atrelado a setores industriais de baixa e média intensidade tecnológica, os quais vêm aumentando sua participação, apontando o avanço da especialização produtiva do Estado. A diversidade das instituições mineiras, a excelência da infraestrutura científico-tecnológica do Estado, o eventual alinhamento dos mecanismos de incentivo governamental nos níveis federal, estadual e territorial tendem a surtir pouco efeito se grandes esforços não forem direcionados no sentido de promover mudanças sociais, profundas, de modo que a **cultura de inovação** se torne de fato a estrutura de governança das atividades econômicas, por todo o Estado, em todos os ramos de negócio, inclusive os de intensidade tecnológica mais baixa. Vale lembrar que o sucesso das inovações não depende apenas de mecanismos de coordenação e controle existentes dentro das empresas; ele depende também da adequação dos mesmos à estrutura de governança regional (COOKE e MEMEDOVIC, 2003).

Além disso, ações complementares são necessárias para fortalecer e sofisticar o sistema de inovação mineiro, na medida em que relações sistêmicas, em duplo sentido, entre empresas e demais instituições, se constituam em canais por onde fluam os tão necessários conhecimentos tácitos essenciais à eclosão de inovações.

Outro ponto crítico é levar em conta a necessidade de compor uma estrutura financeira que possibilite às firmas locais investirem em atividades que futuramente se transformem em inovações, notadamente as de pequeno e médio porte, as quais, em conjunto, ocupam grande parte dos territórios do Estado.

ANEXOS

ANEXO 1

Percentual de empresas inovadoras que atribuíram alto grau de importância para cada tipo de atividade inovativa - Pintec 2011

Atividade inovativa / Estado	AM	PA	CE	PE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MT	GO
Atividades internas de P&D	5,4	2,1	4,1	4,2	12,1	4,8	23,1	17,5	13,0	11,1	10,8	14,2	4,5	5,0
Aquisição externa de P&D	1,7	23,8	8,3	0,4	1,9	4,4	1,9	2,1	6,6	1,4	6,0	4,1	0,0	0,9
Aquisição de outros conhecimentos externos	4,9	4,2	1,4	16,5	8,6	4,2	21,3	4,6	7,9	7,3	6,3	13,6	2,5	1,3
Subtotal	12,0	30,1	13,8	21,1	22,6	13,4	46,3	24,2	27,5	19,8	23,1	31,9	7,0	7,2
Aquisição de software	20,8	23,2	8,1	19,6	15,1	24,3	6,4	38,8	22,9	17,7	20,6	28,2	29,5	12,0
Aquisição de máquinas e equipamentos	42,0	82,3	41,9	54,9	63,3	64,2	53,9	46,9	62,8	52,6	60,6	53,8	71,3	56,1
Treinamento	38,4	60,0	14,4	32,9	43,7	47,3	49,5	50,9	44,4	34,2	40,6	43,2	59,3	53,5
Introdução das inovações tecn. no mercado	20,0	40,6	12,2	9,4	11,2	14,6	32,0	13,9	26,1	18,0	12,9	22,5	53,9	13,9
Projeto industrial e outras preparações técnicas	10,8	45,8	2,0	6,1	23,6	13,6	13,1	26,5	22,7	18,2	17,8	19,2	9,2	23,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa de Inovação 2011.

Nota: Foram consideradas as empresas que implementaram produto e/ou processo novo ou substancialmente aprimorado.

Tabela 2.5 - dados manipulados pelo autor

ANEXO 2

Percentual de empresas inovadoras com relações de cooperação com outras organizações por objeto de cooperação - Pintec 2011

P&D e ensaios para testes de produto	Brasil	AM	PA	CE	PE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MT	GO
Total de empresas inovadoras com relações de cooperação	15,9	14,7	48,1	11,7	3,2	13,4	9,0	16,0	30,1	17,0	20,3	20,2	9,3	5,3	16,4
Clientes ou consumidores	4,5	4,3	4,4	1,2	2,2	1,7	2,9	1,7	2,6	6,1	2,7	7,9	4,6	1,6	1,2
Fornecedores	4,9	3,2	2,0	1,8	0,8	1,1	1,9	1,4	13,0	6,9	4,0	8,6	5,1	1,0	1,2
Concorrentes	1,5	0,7	0,4	0,6	1,6	0,7	0,9	0,2	0,4	1,0	1,9	6,2	0,7	0,5	0,5
Outra empresa do grupo	1,2	2,9	0,6	2,2	0,3	1,0	1,1	0,9	1,6	1,8	0,9	0,6	0,8	0,7	0,5
Empresas de Consultoria	2,5	2,6	1,1	0,6	0,2	0,9	0,8	0,6	11,3	3,1	1,3	3,6	3,5	0,5	0,7
Universidades ou institutos de pesquisa	3,9	4,3	25,8	2,8	2,1	2,1	1,9	2,9	2,2	4,3	1,5	8,1	3,8	0,0	1,5
Centros de capacitação profissional e assistência técnica	2,3	0,2	0,0	3,2	0,2	8,3	1,5	0,8	1,1	1,7	0,5	6,1	1,3	0,0	7,7
Instituições de testes, ensaios e certificações	5,3	4,9	2,7	1,7	2,4	9,5	1,8	1,2	16,7	5,6	2,7	10,1	3,4	1,1	1,5

Outras atividades de cooperação	Brasil	AM	PA	CE	PE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MT	GO
Total de empresas inovadoras com relações de cooperação	15,9	14,7	48,1	11,7	3,2	13,4	9,0	16,0	30,1	17,0	20,3	20,2	9,3	5,3	16,4
Clientes ou consumidores	7,3	7,0	10,7	6,4	1,0	10,3	2,6	12,5	19,9	8,5	7,2	9,2	5,5	2,6	2,6
Fornecedores	10,9	5,9	21,4	9,5	1,5	11,6	4,2	6,9	26,0	10,7	16,8	14,1	6,9	3,8	10,9
Concorrentes	4,2	5,2	11,4	1,0	0,5	1,4	1,5	1,0	14,1	4,5	4,3	7,7	1,6	1,1	6,4
Outra empresa do grupo	1,0	2,7	0,3	0,1	0,4	0,9	0,4	2,2	1,0	1,9	0,9	0,6	0,7	0,7	0,3
Empresas de Consultoria	4,9	3,8	5,6	1,5	1,3	10,3	1,8	1,5	10,1	6,0	5,1	2,6	4,9	1,6	2,5
Universidades ou institutos de pesquisa	3,4	2,8	3,4	7,5	0,6	1,8	0,9	1,3	14,4	3,8	1,6	1,8	3,1	0,7	1,5
Centros de capacitação profissional e assistência técnica	6,4	4,1	16,6	7,9	0,9	2,4	3,5	2,0	17,7	5,9	4,9	9,6	4,4	2,1	8,9
Instituições de testes, ensaios e certificações	2,6	1,4	2,2	0,4	1,6	1,2	0,7	0,8	4,2	3,5	3,6	3,8	2,8	1,2	1,4

Fonte: IBGE, Pesquisa de Inovação Tecnológica – PINTEC 2011.
Tabela 2.17 - dados elaborados pelo autor

ANEXO 3

Percentual das empresas inovadoras que consideraram alto o grau de importância de cada tipo de impacto - Indústria Geral - Pintec 2011

Tipos de impactos das inovações	BR	AM	PA	CE	PE	BA	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MT	GO
Melhoria da qualidade dos produtos	61,2	79,8	79,3	62,5	66,3	53,3	59,1	66,4	73,5	59,6	52,3	57,9	65,2	55,3	82,2
Manutenção da participação da empresa no mercado	53,1	40,5	46,8	37,5	57,5	53,6	48,3	47,2	61,7	55,6	47,9	55,8	45,0	53,5	74,8
Aumento da capacidade produtiva	51,9	34,9	44,6	56,4	58,0	50,2	55,1	67,3	56,0	49,0	41,7	54,5	50,3	15,2	72,6
Ampliação da participação da empresa no mercado	43,9	35,4	51,1	37,9	50,0	46,2	46,9	52,5	42,4	42,1	37,4	50,5	33,7	51,2	69,1
Aumento da flexibilidade da produção	41,0	28,7	65,8	50,0	22,2	29,7	44,7	55,5	63,1	42,0	29,6	43,9	30,8	22,8	64,9
Redução do impacto ambiental e/ou em aspectos ligados à saúde e segurança	41,0	68,4	67,2	27,4	22,6	52,2	42,1	31,5	45,6	40,7	33,8	40,8	46,8	13,8	55,1
Ampliação da gama de produtos ofertados	40,6	35,2	72,6	14,3	54,5	46,7	43,8	76,7	37,3	41,9	29,8	43,1	31,7	25,4	51,5
Abertura de novos mercados	37,3	59,1	63,4	26,3	43,4	36,2	38,7	50,1	46,6	35,7	33,8	43,3	29,2	34,4	50,7
Ampliação do controle de aspectos ligados à saúde e segurança	34,9	65,0	32,9	26,0	22,3	50,4	38,0	29,5	40,6	34,7	26,3	30,9	40,9	7,6	44,5
Redução dos custos de produção	25,7	25,5	57,5	19,0	56,9	20,4	23,9	27,6	33,1	23,2	25,9	22,5	26,7	19,8	26,1
Enquadramento em regulações e normas padrão	25,1	71,0	16,6	30,3	45,8	15,3	24,2	27,0	39,9	27,0	25,9	22,3	24,5	27,3	18,7
Redução do impacto ambiental	23,2	22,8	59,3	5,4	19,0	30,0	25,8	21,6	25,7	23,0	19,9	25,3	19,6	12,2	35,8
Redução dos custos do trabalho	23,0	25,5	57,5	19,0	56,9	20,4	23,9	27,6	33,1	23,2	25,9	22,5	26,7	19,8	26,1
Redução do consumo de matéria-prima	13,7	24,3	57,3	28,5	38,9	12,0	23,4	27,5	34,0	19,0	24,0	31,5	18,1	7,0	29,4
Redução do consumo de energia	10,5	19,3	10,7	26,2	2,1	8,3	12,4	8,6	16,4	14,9	13,4	14,2	13,9	3,1	4,5
Redução do consumo de água	5,8	17,9	35,8	20,7	20,6	12,5	9,0	11,0	5,2	9,8	11,4	8,4	8,4	2,4	2,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa de Inovação 2011.

Nota: Foram consideradas as empresas que implementaram produto e/ou processo novo ou substancialmente aprimorado.

Tab. 2.11 - Dados manipulados pelo autor



PMDI

PLANO MINEIRO DE
DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO

DIAGNÓSTICO SETORIAL SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS
2016 A 2027

 **MINAS
GERAIS**
GOVERNO DE TODOS

INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento Rural Sustentável é um “processo social multifacetado e multidimensional, promotor de melhoria das condições de trabalho e de vida das populações rurais, de superação das desigualdades econômicas e sociais no campo e de preservação do patrimônio ambiental existente” (MINAS GERAIS, 2014). Dado a sua complexidade, são fundamentais ações governamentais planejadas e efetivadas com base na especificidade da agricultura familiar e nas diversidades de cada região do estado.

O presente documento se apresenta como um subsídio ao processo de planejamento de longo prazo do Governo de Minas Gerais, mediante informações que explicitam as peculiaridades do meio rural mineiro, especialmente no âmbito da agricultura familiar e do acesso à terra. A primeira seção caracteriza a população rural mineira, apresentando dados de distribuição no espaço, gênero e faixa etária. A segunda seção destina-se às informações relativas ao número de estabelecimentos e área, caracterizando o meio rural mineiro.

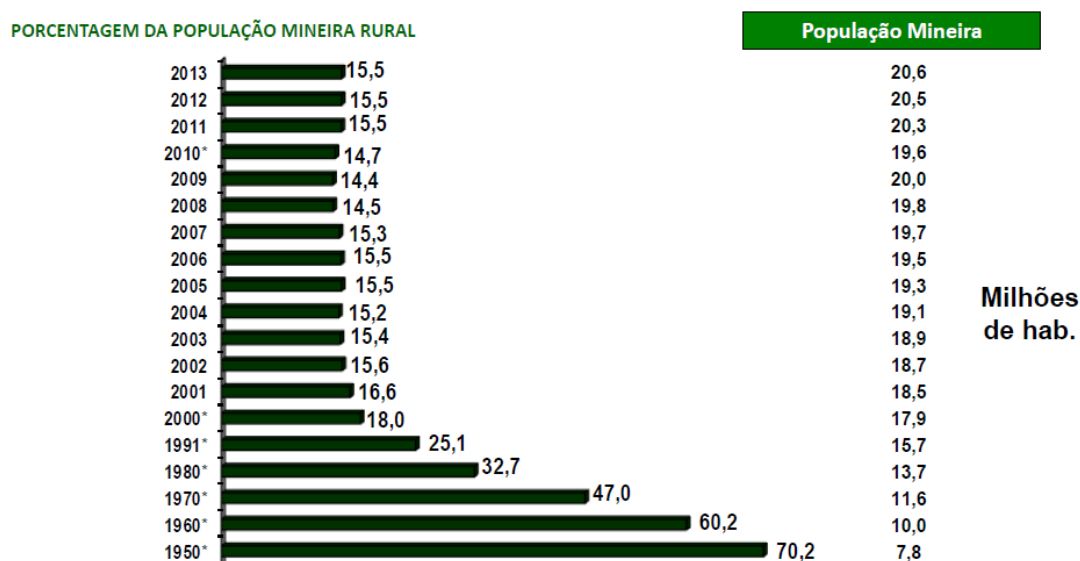
Os dados referentes à agricultura familiar e à pobreza rural estão descritos na terceira e quarta seções, respectivamente. Em seguida, são apresentados dados sobre o acesso à terra em Minas Gerais e, na sexta seção, alguns apontamentos sobre oportunidades de desenvolvimento e investimentos no campo.

Dessa forma, as informações apresentadas são elementos valiosos a serem considerados na definição das ações que culminarão na execução das estratégias traçadas para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário e para o Sistema de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais.

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL DE MINAS GERAIS

Minas Gerais acompanhou a transição demográfica do Brasil, tornando-se um estado essencialmente urbano no decorrer da década de 1960. No entanto, uma parcela relevante de sua população vive no meio rural, como demonstrado no Gráfico 1. Observou-se, no século XXI, a estagnação do percentual de habitantes da zona rural em seu território, o que indica a equalização de seu fluxo migratório iniciado nos anos 50.

Gráfico 1. Evolução do percentual da população residente no meio rural em Minas Gerais em relação à população total

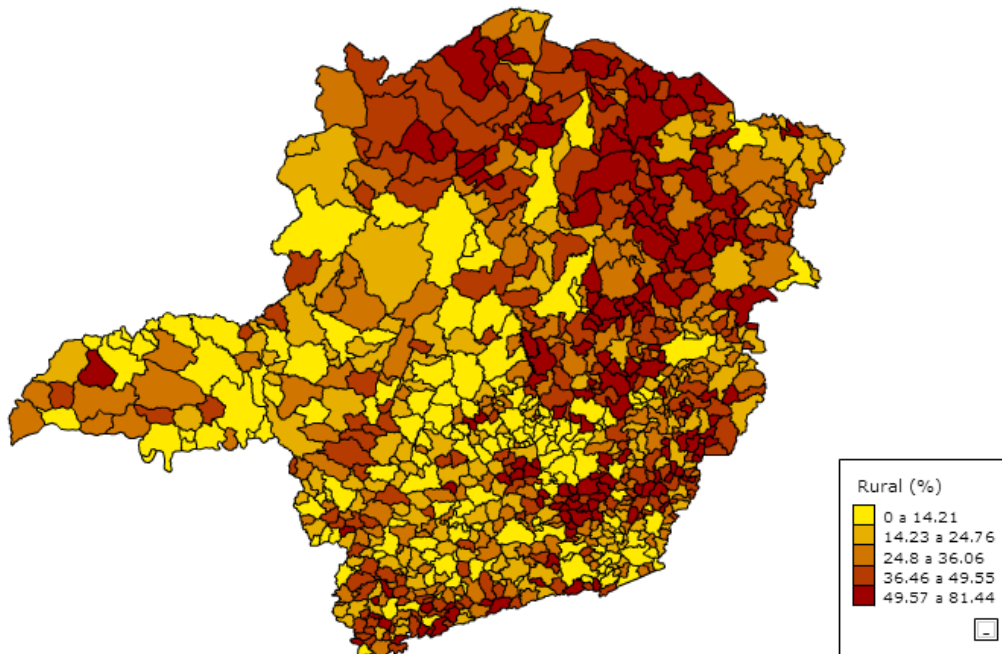


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) e Censo Demográfico.

Tais constatações reforçam a configuração da população rural como segmento importante da população mineira, que deve ter suas necessidades específicas compreendidas e atendidas pelo poder público de acordo com os preceitos e repartições de competências instituídas pela Constituição da República de 1988.

Em termos regionais, a concentração da população rural é visivelmente maior na região norte do estado, embora haja municípios predominantemente rurais em todas as demais regiões, inclusive na região central, conforme dados do Censo Demográfico de 2010. A Figura 1 apresenta a distribuição espacial da população rural de Minas Gerais.

Figura 1. Distribuição da população rural em Minas Gerais



Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2010

Também é importante observar, conforme a Tabela 1 e o Gráfico 2, a distribuição percentual da população residente no meio rural por gênero e faixa. Nota-se que há um percentual maior de homens no campo do que de mulheres, apesar dos percentuais serem próximos.

Destaca-se o formato da pirâmide etária no campo, que apresenta concentração populacional nas faixas de 10 a 14 anos e de 15 a 19 anos, representando 17,34% da população do meio rural. Além disso, também chama a atenção o percentual de idosos (acima de 65 anos), 11,42%.

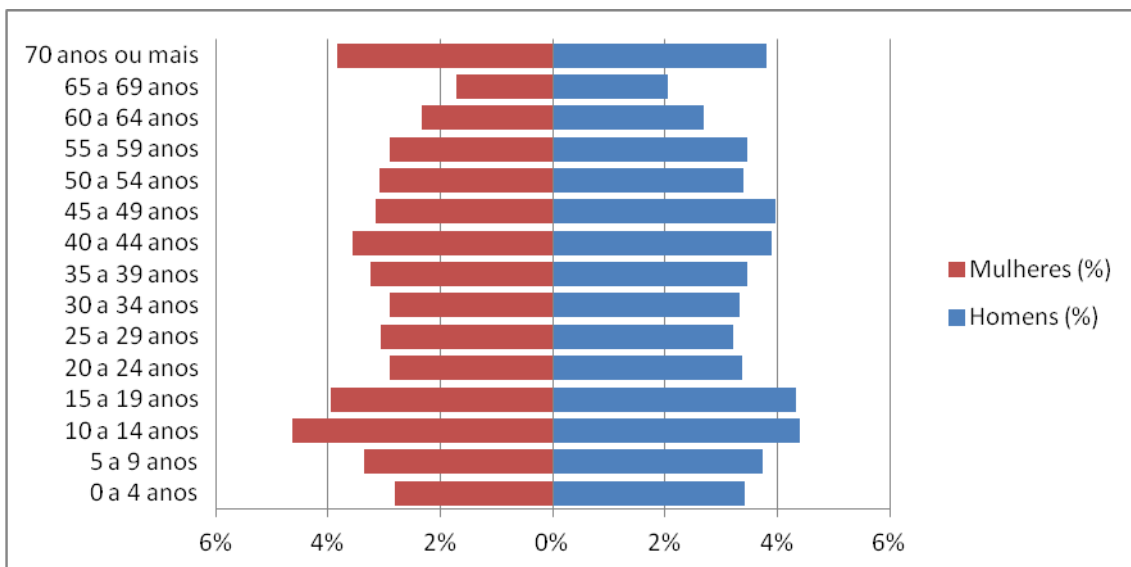
Vale ressaltar ainda que, segundo dados do Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais, a população rural total é de 3.206.000 habitantes, o que corresponde a 15,5% da população total do estado, conforme o Gráfico 1.

Tabela 1. Distribuição percentual da população de Minas Gerais residente no meio rural por gênero e faixa etária, 2013

Grupos de Idade	Sexo	
	Homens (%)	Mulheres (%)
0 a 4 anos	3,43%	2,81%
5 a 9 anos	3,74%	3,37%
10 a 14 anos	4,40%	4,65%
15 a 19 anos	4,34%	3,96%
20 a 24 anos	3,37%	2,90%
25 a 29 anos	3,21%	3,06%
30 a 34 anos	3,34%	2,90%
35 a 39 anos	3,46%	3,24%
40 a 44 anos	3,90%	3,56%
45 a 49 anos	3,96%	3,15%
50 a 54 anos	3,40%	3,09%
55 a 59 anos	3,46%	2,90%
60 a 64 anos	2,68%	2,34%
65 a 69 anos	2,06%	1,72%
70 anos ou mais	3,81%	3,84%
Total	52,53%	47,47%

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios, 2013. Elaboração própria - Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais, 2014.

Gráfico 2. Distribuição percentual da população de Minas Gerais residente no meio rural por gênero e faixa etária, 2013 – Pirâmide etária



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios, 2013. Elaboração própria - Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais, 2014.

CARACTERIZAÇÃO DO MEIO RURAL DE MINAS GERAIS

Em Minas Gerais há um total de 536.786 estabelecimentos rurais, de acordo com dados do Censo Agropecuário 2006. Observando a Tabela 2, é notável que a maior parte desses estabelecimentos são de pequeno porte, com área de até 50 hectares. No entanto, a área total dos estabelecimentos com área inferior a 100 hectares é inferior a área dos estabelecimentos compreendidos na faixa de 100 ou mais hectares. A relação inversa entre as duas variáveis demonstra a concentração de terras em grandes propriedades no estado, caracterizando a estrutura fundiária de Minas Gerais.

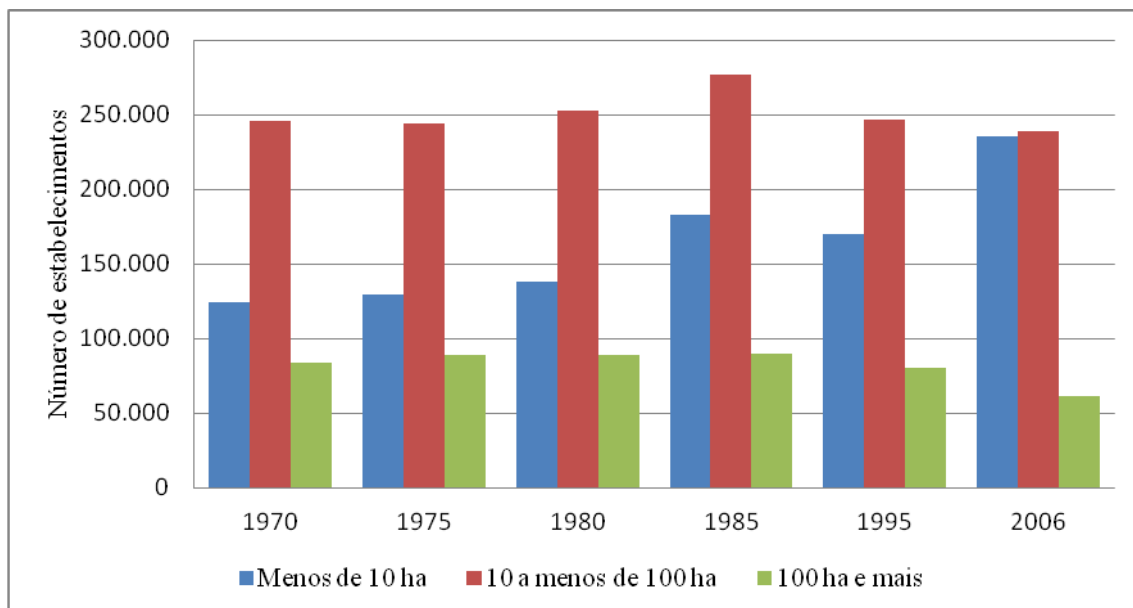
Tabela 2. Número de estabelecimentos rurais e área total por faixa de área - Minas Gerais - 2006

Estratos de área total (ha)	Estabelecimentos (unidades)	Área dos estabelecimentos (ha)
Até 50	424.145	5.382.635
De 50 a 100	51.253	3.569.287
De 100 a 200	30.733	4.239.224
De 200 a 500	20.855	6.321.628
De 500 a 1000	6.252	4.255.733
De 1000 a 2500	2.590	3.787.475
Mais de 2500	958	5.527.528
Produtores sem área	14.835	-

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Elaboração própria - Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais, 2014.

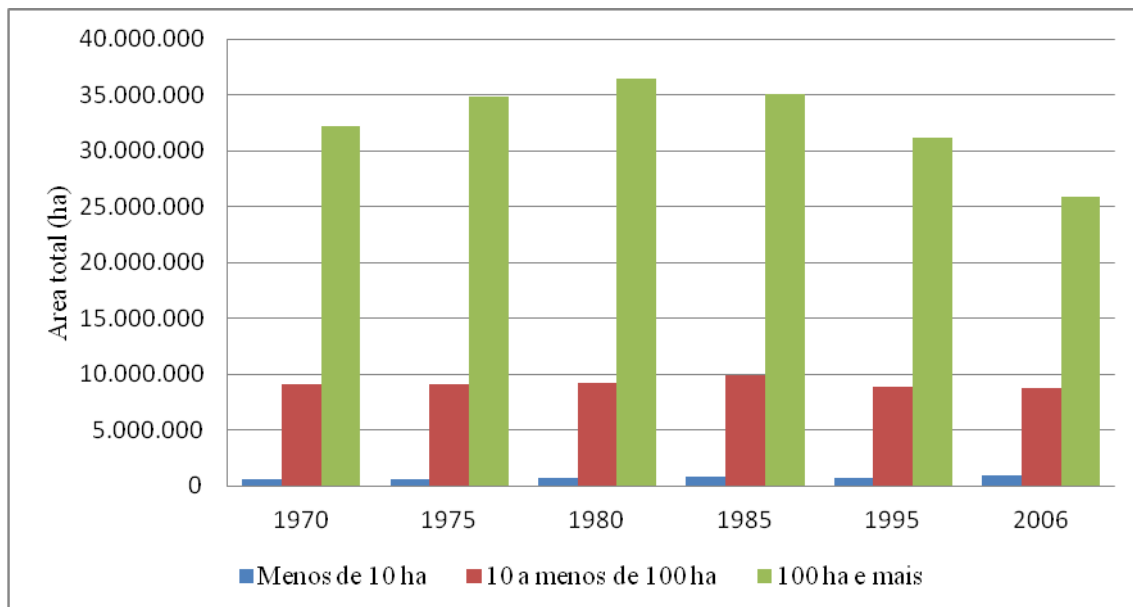
Essa estrutura fundiária não apresentou modificações consideráveis ao longo do tempo, como pode ser observado nos Gráficos 3 e 4. De acordo com Guimarães (2014), o percentual da área ocupada pelos grandes estabelecimentos rurais, em 2006 é equivalente a 72,58%, apenas 4,18% inferior ao de 1970. Enquanto isso, o crescimento da área total dos estabelecimentos da faixa de menos de 10 hectares subiu apenas 1,25% e com área inferior a 100 hectares subiu 2,93%.

Gráfico 3. Número de estabelecimentos rurais, segundo estrato de área - Minas Gerais - 1970-2006



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1970/2006. Elaboração própria – GUIMARÃES. O Programa de Aquisição de Alimentos e Agricultura Familiar em Minas Gerais.

Gráfico 4. Área total dos estabelecimentos rurais, segundo estrato de área - Minas Gerais - 1970-2006



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1970/2006. Elaboração própria – GUIMARÃES. O Programa de Aquisição de Alimentos e Agricultura Familiar em Minas Gerais.

Em relação ao número de estabelecimentos com área inferior a 10 hectares e o número de estabelecimentos com área entre 10 e menos de 100 hectares, nota-se que, em 2006, eles praticamente se iguaram, o que não foi identificado nos períodos anteriores, apesar do crescente aumento dos pequenos estabelecimentos desde 1970. O percentual de propriedades rurais com área superior a 100 hectares se reduziu ao longo do tempo, caindo 5,05% de 1995 para 2006.

Outro dado importante para a caracterização do meio rural mineiro é o tipo de vínculo com a terra. Como nota-se na tabela abaixo, 85,28% dos estabelecimentos rurais são ocupados por proprietários. Assentados sem titulação definitiva, arrendatários, parceiros, ocupantes e produtores sem área respondem pelo percentual restante.

Tabela 3. Percentual de estabelecimentos e percentual da área por tipo de vínculo com a terra

Tipo de vínculo	Número de estabelecimentos	Percentual
Proprietário	372.958	85,283%
Assentado sem titulação definitiva	6.823	1,560%
Arrendatário	11.014	2,519%
Parceiro	11.131	2,545%
Ocupante	21.760	4,976%
Produtor sem área	13.634	3,118%
Total	437.320	100%

Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Agropecuário 2006 Elaboração própria - Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais, 2014.

CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM MINAS GERAIS

Segundo redação da Lei Federal 11326/2006 (art. 3º), agricultor familiar e empreendedor familiar rural é aquele que dirige seu estabelecimento ou empreendimento com sua família, praticando atividades no meio rural em área de até quatro módulos fiscais e utilizando predominantemente a mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento. A agricultura familiar pode ainda ser definida como um meio de organização das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola gerenciadas e operadas por uma família, predominantemente dependente de mão-de-obra familiar, tanto de mulheres quanto de homens, segundo a FAO (GUIMARAES, 2014).

Tabela 4. Número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e percentuais de participação

Mesorregião	Número de Estabelecimentos da Agricultura Familiar (A)	Participação - Total de Estabelecimentos da Agricultura Familiar (%) (A/T)
Campo das Vertentes	12.957	2,96%
Central Mineira	8.191	1,87%
Jequitinhonha	41.606	9,51%
Metropolitana de Belo Horizonte	28.820	6,59%
Noroeste de Minas	13.739	3,14%
Norte de Minas	77.706	17,77%
Oeste de Minas	22.622	5,17%
Sul/Sudoeste de Minas	72.717	16,63%
Triângulo/Alto Paranaíba	31.646	7,24%
Vale do Mucuri	13.871	3,17%
Vale do Rio Doce	42.533	9,73%
Zona da Mata	70.912	16,22%
MINAS GERAIS (T)	437.320	100,00%

Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Agropecuário 2006 Elaboração própria - Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais, 2014.

De acordo com definição dada pelo Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2014), os agricultores familiares poderiam ainda ser caracterizados como portadores de tradição, pluriatividade, multifuncionalidade, diversidade e territorialidade.

Em Minas Gerais, como pode ser observado na Tabela 4, os estabelecimentos da agricultura familiar espalham-se pelo estado, totalizando 437.320. As regiões Norte de Minas, Sul/Sudoeste de Minas e Zona da Mata respondem por mais de 50% desses estabelecimentos.

Em relação à emissão de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptos a realizarem operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), há um total de 553.158 no estado. Desse total, 401.324 são ativas e 31,47% concentram-se na mesorregião Norte de Minas. Os percentuais mais expressivos também são os percentuais das regiões com a maior concentração de estabelecimentos de agricultura familiar.

Tabela 5. Número de Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAPs), DAPs ativas e percentuais de participação – Minas Gerais e mesorregiões geográficas - 2014

Mesorregião	Total de DAP's (A)	Total de DAP's ativas (B)	Total de DAP's ativas/Total de DAP's (B/A)	Participação - Total de DAP's (%) (A/T)	Participação - Total de DAP's ativas (%) (B/T)
Campo das Vertentes	9.767	6.837	70,00%	1,77%	1,70%
Central Mineira	8.414	6.236	74,11%	1,52%	1,55%
Jequitinhonha	59.584	42.444	71,23%	10,77%	10,58%
Metropolitana de Belo Horizonte	18.198	14.391	79,08%	3,29%	3,59%
Noroeste de Minas	16.093	10.032	62,34%	2,91%	2,50%
Norte de Minas	183.737	126.281	68,73%	33,22%	31,47%
Oeste de Minas	18.218	13.817	75,84%	3,29%	3,44%
Sul/Sudoeste de Minas	70.940	53.851	75,91%	12,82%	13,42%
Triângulo/Alto Paranaíba	34.048	22.961	67,44%	6,16%	5,72%
Vale do Mucuri	24.965	17.887	71,65%	4,51%	4,46%
Vale do Rio Doce	43.592	35.790	82,10%	7,88%	8,92%
Zona da Mata	65.602	50.797	77,43%	11,86%	12,66%
MINAS GERAIS (T)	553.158	401.324	72,55%	100,00%	100,00%

Fonte: Dados do Sistema “Extrato DAP” do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Acesso em: novembro 2014.

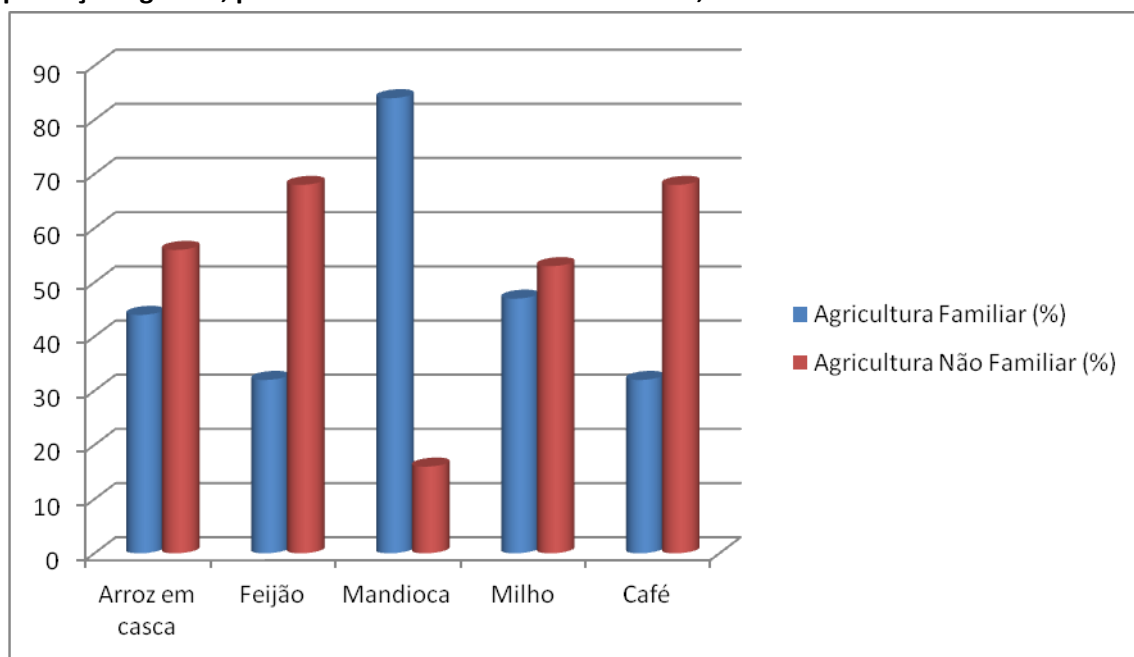
Elaboração própria - Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais, 2014.

Notas: Dados atualizados no sistema constantemente, portanto variações são esperadas ao longo do tempo. A quantidade de DAPs não equivale a quantidade de agricultores familiares. Dados coletados por município e agregados por mesorregiões.

Em se tratando da produção agrícola e pecuária da agricultura familiar, os gráficos 5 e 6 dão uma boa dimensão da potencialidade do segmento. Alguns apontamentos sobre as culturas retratadas são trazidos pelo Perfil da Agricultura Familiar em Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2014), a saber:

- O valor da produção do arroz em casca da agricultura familiar alcançou 32% do total de Minas Gerais.
- A área colhida de feijão pela agricultura familiar foi de 128.429 hectares, ou seja, 49% do total colhido em Minas Gerais.
- A mandioca é a cultura de maior expressão da agricultura familiar quando comparada com a produção não familiar.
- A agricultura familiar atingiu 44% do valor da produção de milho do Estado, o que corresponde a R\$ 691,3 milhões.
- A agricultura familiar foi responsável por 32% da produção de café do Estado.

Gráfico 5. Percentuais de participação da agricultura familiar e da agricultura não familiar na produção agrícola, produtos selecionados – Minas Gerais, 2006

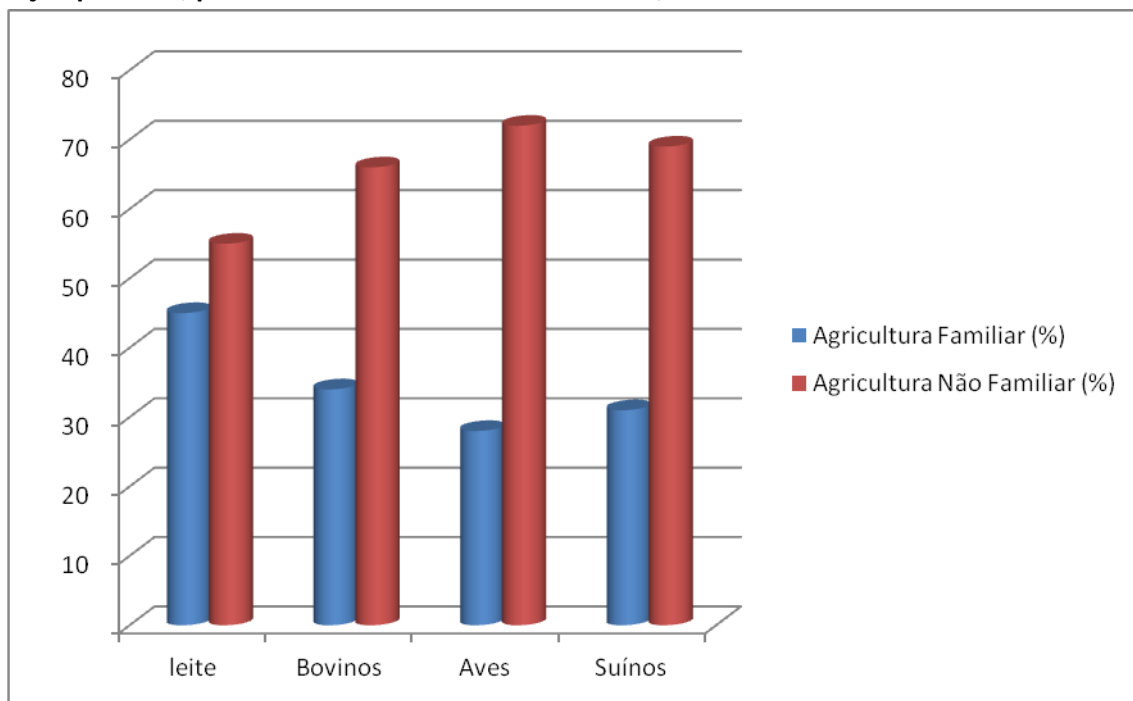


Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Agropecuário 2006. Elaboração própria - Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais, 2014.

A produção pecuária da agricultura familiar destaca-se, por sua vez, pelos seguintes pontos:

- Em Minas Gerais, a participação da agricultura familiar na produção de leite representa cerca de 45% da quantidade total produzida.
- A participação da agricultura familiar, em relação ao número de cabeças de gado, é de 34% do plantel do Estado.
- A produção mineira de ovos de galinha pela agricultura familiar alcançou 41.927.906 dúzias, representando 14% do total.
- O valor da produção do plantel de suínos da agricultura familiar foi de cerca de R\$ 99 milhões.

Gráfico 6. Percentuais de participação da agricultura familiar e da agricultura não familiar na produção pecuária, produtos selecionados – Minas Gerais, 2006



Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Agropecuário 2006. Elaboração própria - Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais, 2014.

Em relação às agroindústrias familiares e aos agricultores familiares que se dedicam a produção orgânica no estado, segundo dados do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, existem 213 agroindústrias familiares e 84 produtores familiares com produção orgânica certificada.

Tabela 6. Número de estabelecimentos agroindustriais familiares (processamento de produtos de origem animal) cadastrados pelo IMA e percentuais de participação

Mesorregião	Número de agroindústrias familiares (A)	Participação - Total de agroindústrias familiares (%) (A/T)
Campo das Vertentes	9	4,23%
Central Mineira	7	3,29%
Jequitinhonha	5	2,35%
Metropolitana de Belo Horizonte	18	8,45%
Noroeste de Minas	3	1,41%
Norte de Minas	18	8,45%
Oeste de Minas	27	12,68%
Sul/Sudoeste de Minas	50	23,47%
Triângulo/Alto Paranaíba	40	18,78%
Vale do Mucuri	6	2,82%
Vale do Rio Doce	15	7,04%
Zona da Mata	15	7,04%
MINAS GERAIS (T)	213	100,00%

Fonte: Dados do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA). Elaboração própria - Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais, 2014.

Considerando a dimensão do estado e o número de estabelecimentos da agricultura familiar, Minas Gerais ainda um potencial a ser explorado tanto na produção orgânica quanto na expansão das agroindústrias familiares. De acordo com o Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar (MINAS GERAIS, 2014), a revisão de normativos referentes às questões sanitárias e ambientais é fundamental para possibilitar tratamento diferenciado do produtor familiar e os padrões mínimos de sanidade do alimento. O incentivo a difusão de tecnologias sociais adequadas ao sistema de produção agroecológico também é uma ação proposta como meio de ampliar a produção sustentável da agricultura familiar de Minas Gerais.

Tabela 7. Quantidade de agricultores familiares na produção orgânica – Mesorregiões de Minas Gerais - 2014

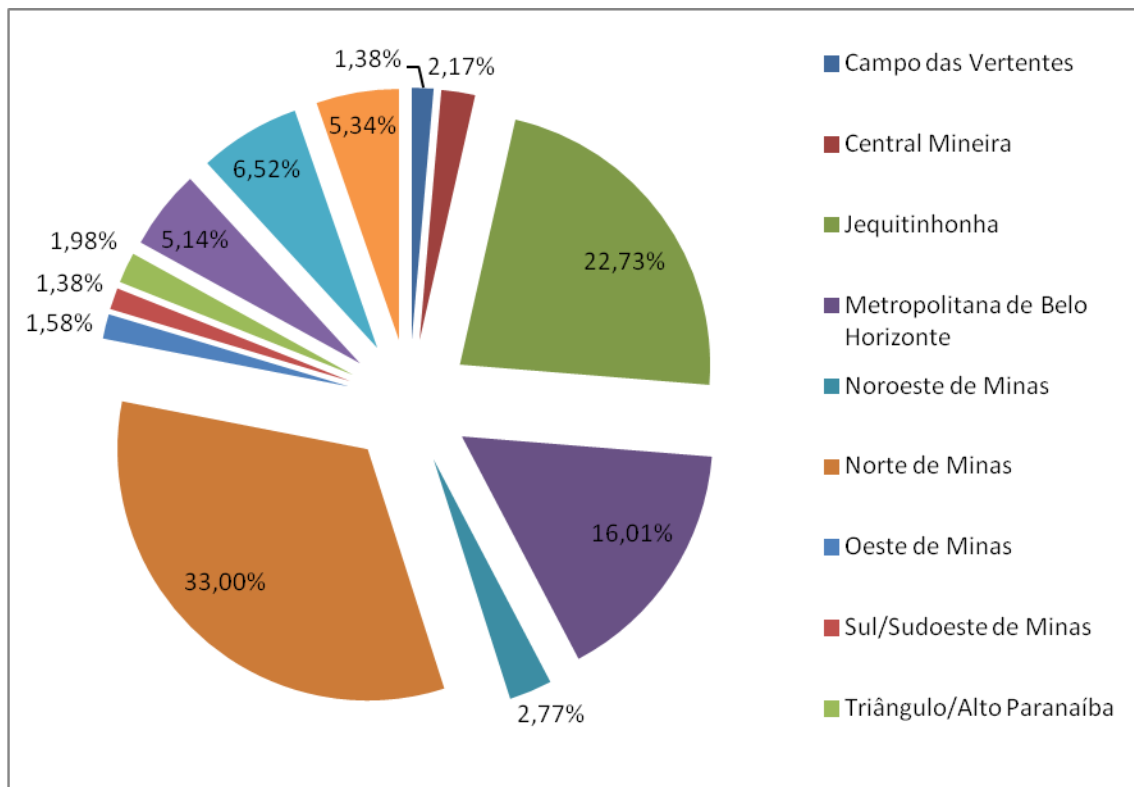
Mesorregião	Número de agricultores familiares com produção orgânica certificada (A)	Participação - Total de agricultores familiares certificados (%) (A/T)
Campo das Vertentes		0,00%
Central Mineira		0,00%
Jequitinhonha		0,00%
Metropolitana de Belo Horizonte	4	4,76%
Noroeste de Minas		0,00%
Norte de Minas	52	61,90%
Oeste de Minas		0,00%
Sul/Sudoeste de Minas	9	10,71%
Triângulo/Alto Paranaíba	8	9,52%
Vale do Mucuri		0,00%
Vale do Rio Doce	10	11,90%
Zona da Mata	1	1,19%
MINAS GERAIS (T)	84	100,00%

Fonte: Dados da Gerência de Certificação GEC/IMA e Superintendência Federal de Agricultura de Minas Gerais SAF-MG do MAPA. Elaboração própria. Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais, 2014.

Também merece destaque quando se fala da agricultura familiar em Minas Gerais, a presença de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). Compreendem-se por Povos e Comunidades Tradicionais, de acordo com a redação dada pela Lei Estadual nº 21.147/2014, os grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais e possuem formas próprias de organização social, ocupando territórios e utilizando recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica e aplicando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

O Perfil da Agricultura Familiar em Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2014) aponta a presença de 506 comunidades quilombolas no estado, concentradas principalmente na nas regiões Norte de Minas, Jequitinhonha e Metropolitana de Belo Horizonte, conforme gráfico 7.

Gráfico 7. Distribuição percentual de comunidades quilombolas – Mesorregiões de Minas Gerais, 2013



Fonte: Dados do Centro de Documentação Elói Ferreira da Silva (CEDEFES), 2014. Elaboração própria – Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais, 2014.

POBREZA NO MEIO RURAL

Em termos conceituais, existem diversos arcabouços para se definir a configuração de pobreza em toda sua complexidade. Dentre estes, tem-se tradicionalmente a compreensão de pobreza como uma situação de carência de condições para satisfazer as necessidades básicas (*basicneeds*), capazes de permitir ao indivíduo ou a sua família recursos para supri-las (SCHNEIDER, FIALHO, 2010). No entanto, a evolução dos estudos sobre o tema permitiu relacionar este aspecto com outras questões socioeconômicas de caráter estrutural, como o desemprego crescente nos setores urbano-industriais, a pressão demográfica sobre as grandes cidades, e a violência urbana.

É neste sentido que a pobreza passa a ser concebida como um fenômeno multidimensional (LOPES, MACEDO, e MACHADO, 2004) de forma a contemplar não somente a falta de acesso aos bens materiais e serviços básicos imprescindíveis à sobrevivência digna, mas também sua configuração enquanto situação de dependência e falta de autonomia das famílias carentes, envolvendo aspectos como a perda de autoestima, identidade cultural, e capacidade de autodeterminação. Esta concepção multidimensional demonstra, portanto, que a pobreza impede que as pessoas sejam capazes de perceber alternativas existentes no meio em que vivem, e inclusive, de compreender sua própria condição.

O contexto de vulnerabilidade em que as pessoas carentes se inserem é destaque ainda na abordagem dos Meios de Vida Sustentáveis (SCHNEIDER, FIALHO, 2010) que ressalta o combate à pobreza por meio da otimização do acesso e produção do capital existente nestes meios, seja este capital humano, social, físico ou financeiro.

Nas duas últimas décadas, o Brasil tem presenciado uma reversão de caráter positivo no comportamento dos indicadores referentes à pobreza rural. Uma estimativa de Del Grossi (2010), segundo uma linha de pobreza de $\frac{1}{2}$ salário mínimo de agosto de 2000, demonstra que entre 1992 e 2005 a proporção da população rural pobre caiu de 0,62 para 0,48, e caiu para menos de 0,35 em 2009. Esta redução da pobreza seria explicada tanto pelo crescimento da renda, quanto pela redução da desigualdade no país.

No entanto, o desafio de combate à pobreza rural ainda está longe de ser concluído, e por isso, exige diversos estudos analíticos do fenômeno para que sejam otimizadas as ações governamentais. Dados da PNAD (IBGE, 2009) revelaram que 8.4 milhões de pessoas que faziam parte da população rural total (30.7 milhões de pessoas) eram classificadas como pobres (renda per capita mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, que em valores de setembro de 2009 correspondia a R\$ 207,50); e 8.1 milhões de pessoas eram classificadas como extremamente pobres (renda per capita mensal de até $\frac{1}{4}$ salário mínimo, que em valores de setembro de 2009 correspondia a R\$ 103,75). Destarte, os dados de 2009 apontam que cerca de 54% da população rural era considerada pobre.

Este quadro se reflete em Minas Gerais, em que a proporção de pobres no espaço rural mensurada em 2012 é de 54,63%, valor que, apesar do relativo avanço nos últimos 10 anos, ainda é muito superior ao referencial urbano, e superior ainda à média dos estados da região Sudeste

Proporção de pobres (%)

Minas Gerais - Urbano e Rural - RMBH, Sudeste e Brasil (2003-2013)

UNIDADE GEOGRÁFICA	ANO										
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ⁽¹⁾	2011	2012	2013
1/2 DE SALÁRIO MÍNIMO ⁽¹⁾											
Minas Gerais	31,90	29,49	29,88	29,81	29,22	26,99	26,12	..	24,87	23,81	...
RMBH	24,88	22,56	22,77	23,71	21,66	20,19	18,52	..	16,66	14,71	...
Espaço Urbano	28,92	27,03	28,30	28,06	27,33	25,57	26,36	..	24,55	24,33	...
Espaço Rural	59,29	56,92	59,06	59,19	58,01	55,68	55,03	..	54,73	54,63	...
Sudeste	22,00	20,54	21,53	21,40	20,62	19,31	19,58	..	18,42	18,37	...
Brasil	33,72	32,24	33,72	33,43	32,58	30,65	31,14	..	29,21	29,03	...

Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Notas: (...) Dado não existe. (...) Dado não disponível. (1) Em ano de Censo Demográfico a PNAD não é realizada. Valores referentes à renda domiciliar per capita. Salário mínimo em setembro do ano corrente. Dados corrigidos em relação ao Caderno de Indicadores 2013.

DIVERSIDADES REGIONAIS

Por outro lado, ressalta-se que as ações governamentais devem respeitar as peculiaridades destes meios de vida locais, já que o desenvolvimento destas estruturas é socialmente determinado. Neste sentido, para que sejam de fato autossustentáveis, os projetos governamentais desenvolvidos devem ter conteúdo e formato compatíveis com as características socioeconômicas regionais para que sejam devidamente apropriados pelos cidadãos beneficiados.

Seguindo este raciocínio, aliado à heterogeneidade das diversas regiões de Minas Gerais, observa-se que as políticas de combate à pobreza devem respeitar as especificidades das diferentes localidades do Estado. Neste sentido, Minas é um retrato do Brasil, o qual Helfande Pereira (2012) analisa a distribuição da pobreza rural em suas macro regiões administrativas. Neste trabalho, demonstram que em 2006, 65% dos pobres rurais estavam no Nordeste e 12% na região Norte.

Este aspecto regional da pobreza é destacado ainda por Tibúrcio e Miranda (2012) que ressalta evidências adicionais de heterogeneidade da pobreza rural. Se compreendida em sua dimensão de consumo, a pobreza rural no Nordeste é configurada pelo autor como quatro vezes maior do que no Sul (57% opostos a 14%).

Em termos de atividades, neste mesmo estudo, os domicílios nos quais os chefes de família tem como atividade a agricultura possuem maiores chances de serem pobres do que aqueles chefiados por cidadãos que atuam em atividades consideradas não agrícolas (46% contra 30%). Já no âmbito da própria atividade agrícola, aponta-se a fragilidade dos trabalhadores rurais, para os quais a incidência da pobreza é maior do que entre os empregadores e os autônomos (53%, 17% e 41%, respectivamente).

Em Minas Gerais, os dados referentes à Renda Domiciliar e Analfabetismos corroboram esta correlação entre estrutura social rural e urbana na conformação dos aspectos econômicos de sua população. Assim, pesquisa recente do PNAD (2012) aponta a renda domiciliar per capita do meio rural como R\$ 513,21, contraposta a R\$ 932,07 do meio urbano. A mesma pesquisa aponta ainda uma taxa de analfabetismo no meio rural de 16,51%, enquanto no meio urbano esta taxa é reduzida a 5,73%, ambas superiores à média da região Sudeste.

Renda domiciliar per capita no meio rural, urbano e total (a preços correntes) e razão entre as rendas (rural/total) Minas Gerais, RMBH, Sudeste e Brasil (2003-2013)

UNIDADE GEOGRÁFICA	ANO										
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ⁽¹⁾	2011	2012	2013
MINAS GERAIS											
Rural	...	201,74	218,77	250,51	275,54	315,67	334,03	..	429,22	513,21	...
Urbano	...	392,49	440,74	506,38	537,63	619,54	679,24	..	808,41	932,07	...
Total	...	363,08	406,42	466,67	497,37	575,21	629,38	..	747,51	866,43	...
Rural / Total (%)	...	55,56	53,83	53,68	55,40	54,88	53,07	..	57,42	59,23	...

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD).

Notas: (...) Dado não disponível. (..) Dado não existe. (1) Em ano de Censo Demográfico, a PNAD não é realizada.

Taxa de analfabetismo total e nos meios urbano e rural (%)⁽¹⁾ Minas Gerais, RMBH, Sudeste e Brasil (2003-2013)

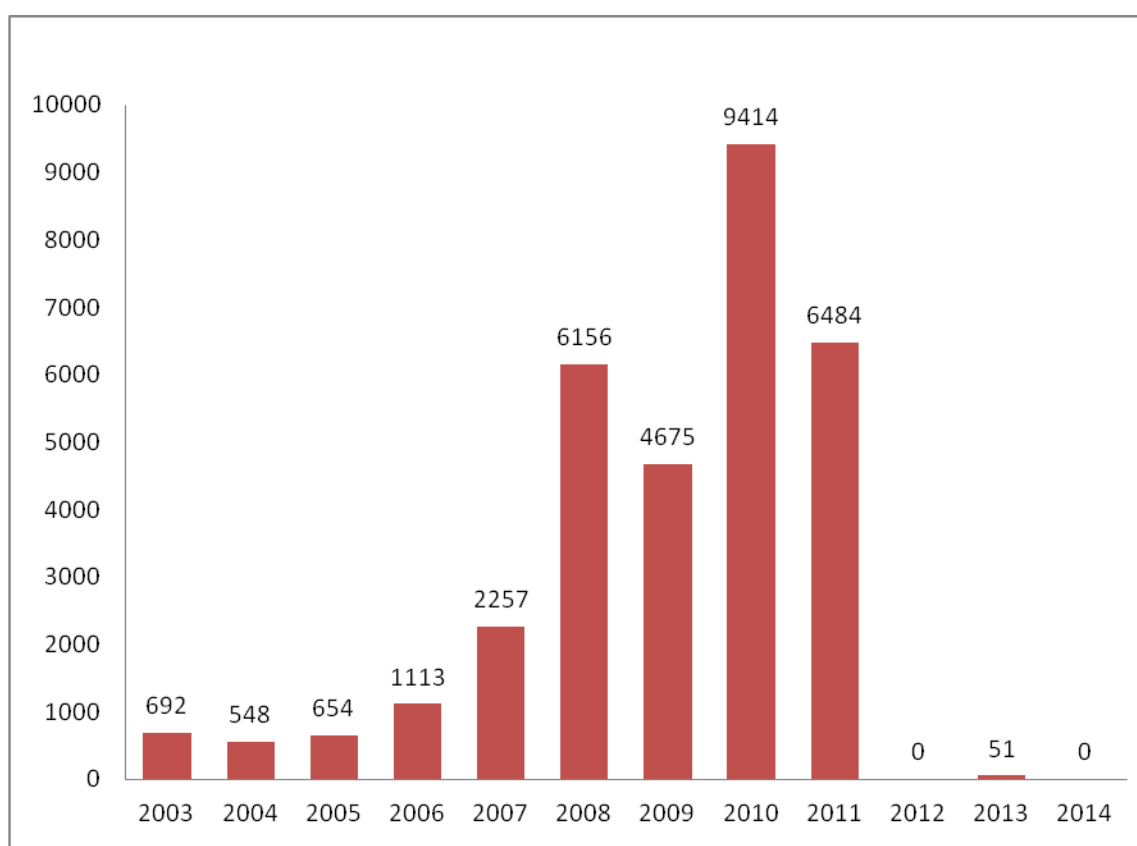
UNIDADE GEOGRÁFICA	ANO										
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ⁽²⁾	2011	2012	2013
TOTAL											
Minas Gerais	11,07	9,91	10,09	9,08	8,93	8,68	8,56	..	7,87	7,36	...
RMBH	5,86	5,59	5,29	4,96	4,67	4,41	4,66	..	4,12	3,69	...
Sudeste	6,82	6,61	6,57	6,00	5,76	5,80	5,67	..	4,80	4,79	...
Brasil	11,59	11,46	11,15	10,49	10,11	9,99	9,72	..	8,59	8,67	...
URBANO											
Minas Gerais	8,81	7,85	8,01	7,21	7,19	6,88	6,79	..	6,26	5,73	...
RMBH	5,77	5,47	5,15	4,82	4,52	4,33	4,60	..	3,93	3,57	...
Sudeste	5,85	5,79	5,68	5,17	4,97	5,05	4,90	..	4,15	4,16	...
Brasil	8,88	8,71	8,44	7,88	7,60	7,51	7,35	..	6,51	6,58	...
RURAL											
Minas Gerais	23,97	21,87	21,83	19,65	19,15	19,89	19,44	..	16,99	16,51	...
RMBH	12,61	17,59	16,53	15,57	16,67	12,22	11,49	..	11,81	8,50	...
Sudeste	18,48	16,70	17,20	16,12	15,47	15,02	15,28	..	14,24	13,78	...
Brasil	27,23	25,82	25,02	24,18	23,32	23,36	22,61	..	21,16	21,12	...

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD).

Notas: (...) Dado não disponível. (..) Dado não existe. (1) Todos os dados foram corrigidos em relação ao Caderno de Indicadores 2013. (2) Em ano de Censo Demográfico a PNAD não é realizada.

ACESSO À TERRA

A regularização da posse da terra a pequenos produtores é um passo decisivo na construção da cidadania. A emissão desses títulos era obrigação do Instituto de Terras de Minas Gerais, entretanto, desde 2011, - ano que foi deflagrada a Operação Grilo pela Polícia Federal, em parceria com o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal, o Governo de Minas emitiu apenas 51 títulos de alienação ou concessão de terras devolutas - conforme exposto no Gráfico 1. Cabe ressaltar que, no ano de 2013, o Instituto de Terras foi extinto, por meio da Lei Estadual 21.082, entretanto, tal ação agravou a situação fundiária



precária do Estado de Minas Gerais, burocratizando o trabalho.

Gráfico 8 - Emissão de títulos de posse em áreas devolutas rurais - Minas Gerais - 2003-2014

Fonte: Elaboração própria – Dados fornecidos pela Subsecretaria de Acesso à Terra e Regularização Fundiária, 2014.

Os títulos de alienação ou concessão de terras são essenciais para os produtores conseguirem acesso a políticas públicas de crescimento, tais como financiamento para produção agrícola, construção de moradias, por meio do “Minha Casa Minha Vida”, além de serviços básicos como água e luz.

Nos últimos anos, o orçamento para as ações de regularização Fundiária caiu consideravelmente, passando de R\$ 1.020.000,00 em 2012, para R\$ 20.000,00 em 2014, movimento contrário ao de outros estados menores do que Minas.

Em relação à ação discriminatória e emissão de título pela Administração Pública Estadual, observa-se que:

- a. Não há quantitativo exato das terras devolutas no Estado;
- b. Estima-se que cerca de 70% do Estado se insere no conceito de terras devolutas (urbano e rural), sendo que estas se concentram nas regiões Norte, Noroeste, Vale do Jequitinhonha e Mucuri;
- c. Existem aproximadamente 250.000 hectares de terras arrendadas, cujos contratos já expiraram ou foram considerados nulos e, portanto, tais terras necessitam passar por processo de arrecadação;
- d. Alguns municípios mineiros já passaram por processo de discriminação promovido pela Fundação Rural Mineira – Ruralminas, quais sejam: Rio Pardo de Minas, Vargem Grande do Rio Pardo, Montezuma, Indaiabira, Santo Antônio do Retiro. Por meio deste processo, foi realizado o levantamento planimétrico de todas as áreas, totalizando aproximadamente 485.631 hectares arrecadados.
- e. As atribuições de discriminação, demarcação, arrecadação e destinação das terras, inclusive as dos arrendamentos, foram pulverizadas em diferentes órgãos, necessitando pois, de unificação das atribuições na Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SEDA, bem como a gestão dos arrendamentos para maior controle do Governo e prestação de um serviço de qualidade à sociedade;

As atribuições de discriminação, demarcação, arrecadação e destinação das terras, inclusive as dos arrendamentos, foram pulverizadas em diferentes órgãos, necessitando pois, de unificação das atribuições na Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SEDA, bem como a gestão dos arrendamentos para maior controle do Governo e prestação de um serviço de qualidade à sociedade.

Conforme citado na seção de caracterização do meio rural, a compreensão da configuração da distribuição de terras em Minas Gerais é de suma relevância, tendo em vista que, dentre as diversas dimensões que configuram o fenômeno da pobreza, a inclusão produtiva apresenta destaque, e deve ser aspecto central na perspectiva governamental de atuação. A reforma agrária, neste sentido, consubstancia-se em uma das principais alternativas de geração de emprego e renda, incluindo-se as políticas de crédito e assistência técnica que visem estruturação econômica e social das famílias assentadas.

Para que seja garantido o acesso adequado à terra e aos consequentes benefícios socioeconômicos aos assentados, é essencial que os agricultores familiares tenham o título de posse da propriedade. No recente balanço realizado pelo Governo de Minas Gerais, observou-se que existem 16.000 processos de titulação em análise, sendo apenas 51 títulos expedidos entre os anos de 2012 e 2014. Esta regularização é fundamental ainda para inclusão dos agricultores em programas de concessão de crédito do Governo por meio da emissão das Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Tabela 8. Número de assentamentos da reforma agrária estabelecidos pelo INCRA e percentuais de participação – Minas Gerais e mesorregiões geográficas, 2014

Mesorregião	Número de assentamentos (A)	Quantidade de famílias assentadas (B)	Participação - Total de assentamentos (%) (A/T)
Campo das Vertentes			
Central Mineira	6	942	1,50%
Jequitinhonha	37	1.263	9,23%
Metropolitana de Belo Horizonte	10	259	2,49%
Noroeste de Minas	114	6.057	28,43%
Norte de Minas	108	5.663	26,93%
Oeste de Minas	1	47	0,25%
Sul/Sudoeste de Minas	4	104	1,00%
Triângulo/Alto Paranaíba	85	4.150	21,20%
Vale do Mucuri	3	177	0,75%
Vale do Rio Doce	30	835	7,48%
Zona da Mata	3	149	0,75%
MINAS GERAIS (T)	401	19.646	100,00%

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 2014. Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais, 2014. Elaboração própria.

Conforme dados da tabela 8, em Minas Gerais, os assentamentos da reforma agrária estabelecidos pelo INCRA se concentram nas regiões Noroeste de Minas, Norte de Minas e Triângulo/Alto Paranaíba. Há um total de 19.646 famílias assentadas no estado.

Em relação ao Programa de Crédito Fundiário, que possibilita o financiamento de terras e o acesso a investimentos necessários à estruturação das unidades produtivas, os dados referentes ao ano de 2014 podem ser observados na Tabela 9. A execução do programa no estado concentra-se nas mesorregiões Central Mineira, Jequitinhonha, Norte de Minas e Vale do Mucuri.

Tabela 9. Número de famílias beneficiadas pelo Programa de Crédito Fundiário e percentuais de participação – Minas Gerais e mesorregiões geográficas, 2014

Mesorregião	Número de famílias beneficiadas (A)	Participação - Total de famílias (%) (A/T)
Campo das Vertentes	0	0,00%
Central Mineira	10	1,45%
Jequitinhonha	68	9,84%
Metropolitana de Belo Horizonte	0	0,00%
Noroeste de Minas	0	0,00%
Norte de Minas	516	74,67%
Oeste de Minas	0	0,00%
Sul/Sudoeste de Minas	0	0,00%
Triângulo/Alto Paranaíba	0	0,00%
Vale do Mucuri	97	14,04%
Vale do Rio Doce	0	0,00%
Zona da Mata	0	0,00%
MINAS GERAIS (T)	691	100,00%

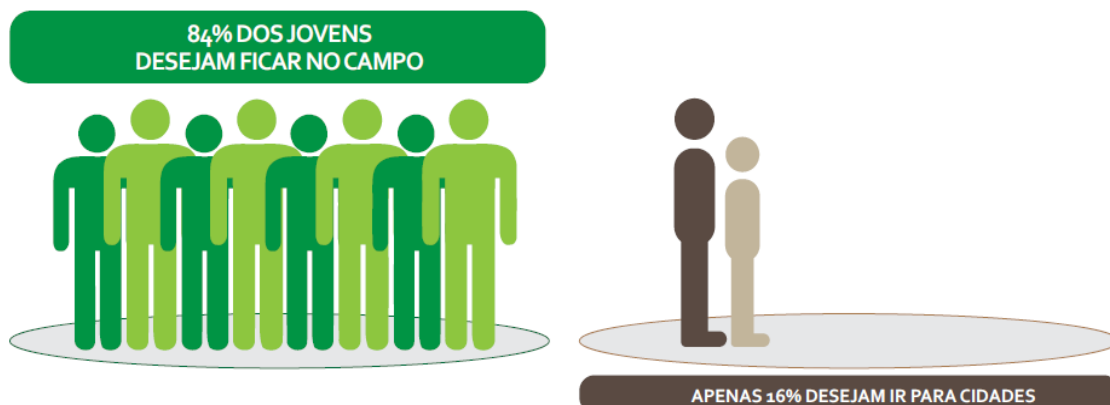
Fonte: Elaboração própria – Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais, 2014.

OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO E INVESTIMENTOS NO CAMPO

OPORTUNIDADES

Segundo o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (2008), países como o Brasil, por já terem concluído sua transição demográfica urbana, devem encontrar na agricultura não um fator de subdesenvolvimento, mas um potencial redutor de pobreza, desde que haja desenvolvimento socioeconômico de caráter integrado deste mercado. Esta configuração estrutural deve ser fundamentada pela integração da agricultura familiar aos mercados modernos de alimentos, pela geração de empregos (incluindo agricultura e agroindústrias) ou ainda pelo desenvolvimento de mercados de serviços ambientais.

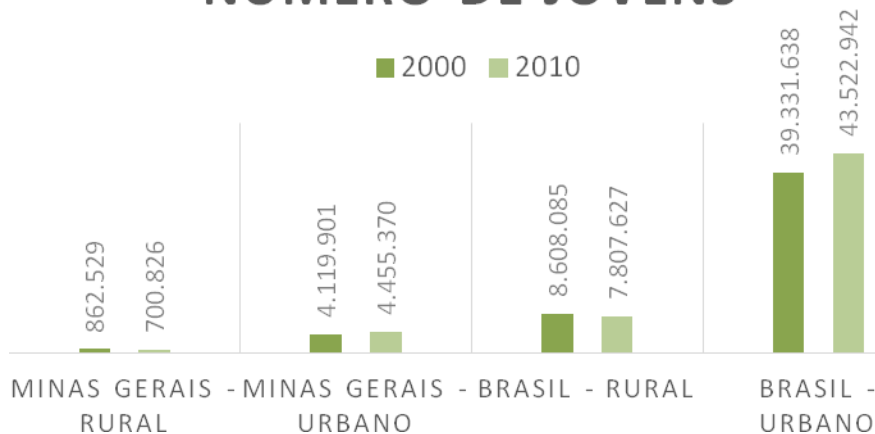
Tal constatação deve ser corroborada pela atual equalização do fluxo migratório para as grandes cidades, que se apresenta como janela de oportunidade para consolidação do desenvolvimento inclusivo no meio rural. Neste sentido, em estudo recente realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário com a Juventude Rural, observou-se que 84% dos jovens entrevistados desejam ficar no campo. Isto demonstra a importância do poder público se atentar para a estruturação de oportunidades locais para consolidação das famílias rurais, sejam estas oportunidades de emprego, de realização de atividades autônomas ou como empregadores em todos os segmentos das cadeias produtivas.



Fonte: MDA – Estudo Juventude Rural 2013

No entanto, observa-se que, apesar do desejo dos jovens, por diversas questões estruturais, o meio rural ainda não se apresenta como alternativa viável para que estes jovens se estabeleçam no campo. Enquanto o número de jovens no meio urbano aumentou na comparação entre os dados do IBGE dos censos de 2000 e 2010, percebe-se a redução do número de jovens no meio rural.

NÚMERO DE JOVENS



Seguindo este entendimento, dentre as razões indicadas para a permanência do jovem no campo, destacam-se, segundo Castro (2013), o acesso a terra para continuar na agricultura, a segurança da vida no campo e a satisfação com o trabalho no meio rural. Por outro lado, como razões para deixar o campo, destacam-se a maior chance de qualificação profissional e estudos, a pouca oportunidade de trabalho no campo e a possibilidade de melhoria de qualidade de vida.

INVESTIMENTOS NO CAMPO

Tendo em vista estas questões iniciais, ressalta-se que o desafio de se construir a solução agrícola para pobreza deve ir além da política de concessão formal de terras, buscando ainda os níveis adequados de produtividade. As ações governamentais devem, portanto, buscar fomentar os níveis de competitividade do agricultor familiar assentado, reduzindo os custos operacionais de suas atividades por meio do acesso a equipamentos, insumos, tecnologias e mercados de alta produtividade.

O quadro abaixo demonstra como o modelo de desenvolvimento atualmente estruturado é pró-cíclico com relação ao crescimento das desigualdades entre o agricultor familiar e a agricultura empresarial. Na safra 2014/15, para um total de 32.930 contratos foram investidos aproximadamente 6,5 bilhões de reais na agricultura empresarial, enquanto na agricultura familiar, para 141.208 contratos, foram investidos cerca de 8,6 bilhões de reais. Deste modo, o aumento da produtividade do agricultor familiar seria um fator de impulsão produtiva e redução destas desigualdades por meio da atração de investimentos, gerando maior equidade na alavancagem do setor.

DESTINO DOS RECURSOS APLICADOS EM MINAS GERAIS

SAFRA – 2014/2015*			
Agricultura Empresarial			
Destino da Verba	Contratos	Recursos (R\$ milhões)	Participação em % dos Recursos
Custeio	19.628	3.895,0	60,4
Investimento	11.127	1.515,0	23,5
Comercialização	1.185	706,1	11,0
Outros	990	329,9	5,1
Total¹	32.930	6.446,0	100,0
Agricultura Familiar			
Custeio	65.279	1.082,2	49,2
Investimento	42.999	1.116,4	50,8
Total²	108.278	2.198,6	100,0
Total¹⁺²	141.208	8.644,56	-

Fonte: Banco do Brasil / Maio - 2015 *Valor contabilizado a partir de Julho/2014 a Abril/2015.

Neste contexto, em termos de políticas públicas, atenta-se para o fato dos projetos bem-sucedidos em geral serem aqueles que apresentam pelo menos um agente intermediador com o mercado local (conceituado como “agente ponte”). A fim de alcançar estes saltos de produtividade da agricultura familiar, é preciso, portanto, que cada território de Minas Gerais seja analisado de acordo com suas especificidades, configurando-se uma rede de atores públicos e privados catalizadores do desenvolvimento produtivo agrário regional. Esta atuação Governamental deve incluir ainda apoio nos serviços de infraestrutura, articulando as instâncias governamentais e locais para que esses desafios sejam de fato enfrentados.

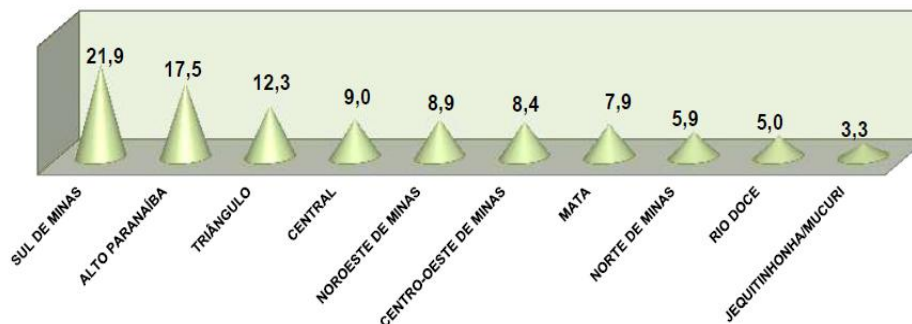
Desta perspectiva, as ações de Governo devem abranger desde aquelas de menor custo operacional (mas de relevante impacto socioeconômico) como a adequada gestão da informação dos projetos de crédito fundiário, assentamentos, inclusão dos produtores em programas governamentais e acesso a mercados locais, quanto os investimentos mais robustos para melhoria da infraestrutura (estradas, barragens).

Neste contexto, o desafio alocativo é outra questão a ser superada no que remete às desigualdades regionais, que se apresenta evidente no fomento à atividade agrária no estado. Assim, observa-se que aquelas regiões mais carentes são justamente aquelas que recebem menores quantidades de recursos aplicados oriundos do Crédito Rural.

DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO RURAL POR REGIÃO DE PLANEJAMENTO - SAFRA 2014/2015*



Participação (%) dos Recursos Aplicados nas Regiões em Relação ao Total Aplicado no Estado



Fonte: Banco do Brasil / Maio - 2015 *Valor contabilizado a partir de Julho/2014 a Abril/2015.

Diverso, complexo e repleto de oportunidades, o meio rural requer uma atuação do Estado que, além de considerar as suas especificidades, promova o desenvolvimento local em conjunto com a apropriação social do capital gerado por parte dos cidadãos do campo.



PMDI

PLANO MINEIRO DE
DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO

DIAGNÓSTICO SETORIAL DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, COMPETITIVO, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS
2016 A 2027

 **MINAS
GERAIS**
GOVERNO DE TODOS

INTRODUÇÃO

O propósito explícito de alavancar a produtividade da economia mineira e seu retorno social, apropriado pela população através do trabalho digno, inclui o objetivo de desenvolvimento regional que potencializará as **vocações locais**. A proposta deste documento é apresentar um panorama geral da distribuição da atividade produtiva de Minas Gerais no território seguido de um exame da política estadual de fomento produtivo, com base em um conjunto de indicadores orçamentários, de modo a verificar a trajetória de alguns instrumentos de apoio e de indução aos investimentos em Minas Gerais no último decênio. A atenção recai sobre os gastos efetuados nas funções típicas de fomento, tanto aqueles realizados pela Administração Direta quanto os executados por meio dos Fundos Estaduais. Também são consideradas as despesas de capital em investimentos. À luz dessa análise sumária e panorâmica, é avaliada a dinâmica das intenções de investimentos em Minas Gerais entre 2004 e 2014, com a finalidade de extrair indicativos que permitam observar como a economia mineira, em um quadro de mudanças das atividades de fomento do governo estadual, se inseriu no processo de alocação espacial de investimentos no plano nacional.

A DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS NO TERRITÓRIO DE MINAS GERAIS

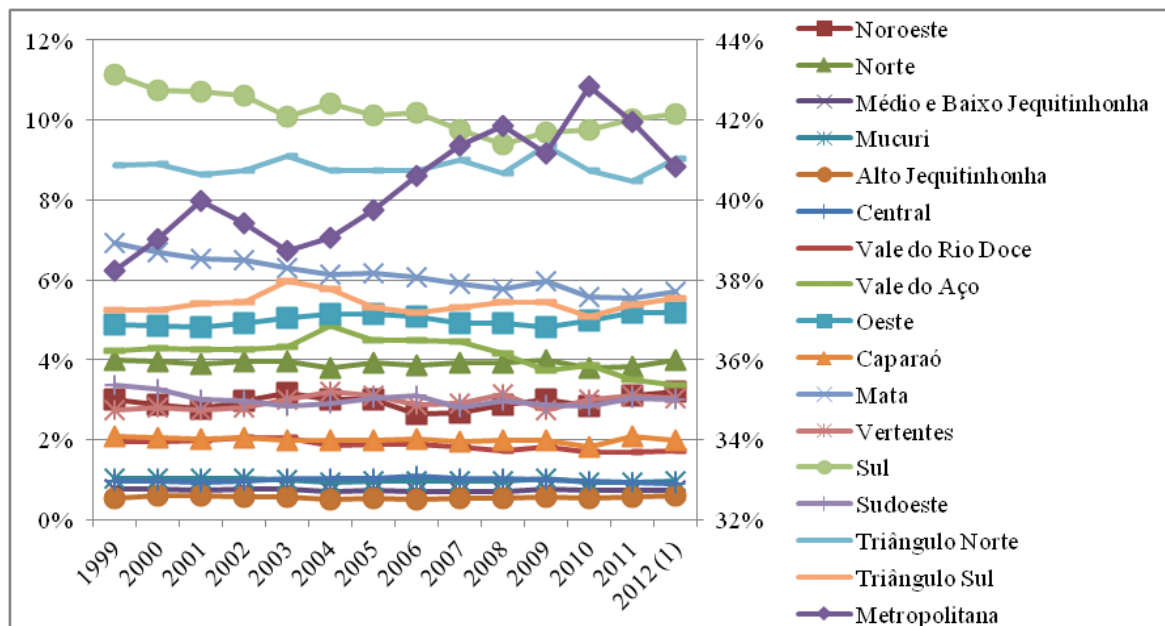
A distribuição da atividade produtiva em Minas Gerais é extremamente desigual, com forte concentração espacial em poucos territórios de desenvolvimento. Nos últimos anos não se verificou nenhuma alteração significativa desse padrão de concentração conforme (Fig 1), pelo contrário ocorreu um aumento da participação do território metropolitano de 38% para 41% do produto interno bruto entre 1999 e 2012. Este território ocupa 6% da área geográfica do Estado, em que residem 30% de sua população total.

Além do território metropolitano, que concentra a maior parte do PIB mineiro, os territórios de maior participação são Sul, Triângulo do Norte, Mata, e Triângulo do Sul. Em média, representaram juntos, ao longo do período, 31% do PIB mineiro. Enquanto isso, nos demais doze territórios, foram gerados em média 36% do PIB estadual.

A atividade produtiva da agropecuária está estabelecida principalmente nos territórios de desenvolvimento Sul, Triângulo do Norte, Noroeste e Triângulo do Sul. Esses territórios participaram com mais de 50% do valor adicionado da agricultura em Minas Gerais no período de 1999 a 2012. Está centrada nesses territórios a base da agricultura do Estado. No Triângulo do Norte e Sul a agropecuária é considerada uma das mais avançadas do país. Destaca-se o aumento da participação do Triângulo do Sul de 11%, em 1999, para aproximadamente 14% em 2012. Os principais produtos dessa região são cana-de-açúcar, leite e soja. Por outro lado, a região Sul, apresentou uma redução na sua participação em quatro pontos percentuais no período. Os produtos de maior relevância na agricultura do Sul são o café na lavoura permanente e o leite na pecuária.

No Norte a agropecuária vem apresentando um aumento nessa participação de 5,8% para 7,5% no período. A principal cultura na agricultura é a banana na lavoura permanente e a cana-de-açúcar na lavoura temporária. Na pecuária o principal produto é o leite. Nessa região, continua sendo importante os investimentos em irrigação (projetos importantes já existem nessa região em Pirapora, Jequitaiá, Gortuba e Jaíba). Essa região tem a produção direcionada para os principais mercados da economia nacional e tem um excedente exportável.

Figura 1 – Participação dos Territórios de Desenvolvimento no PIB de Minas Gerais - Território de Desenvolvimento Metropolitana no eixo secundário (1999-2012)

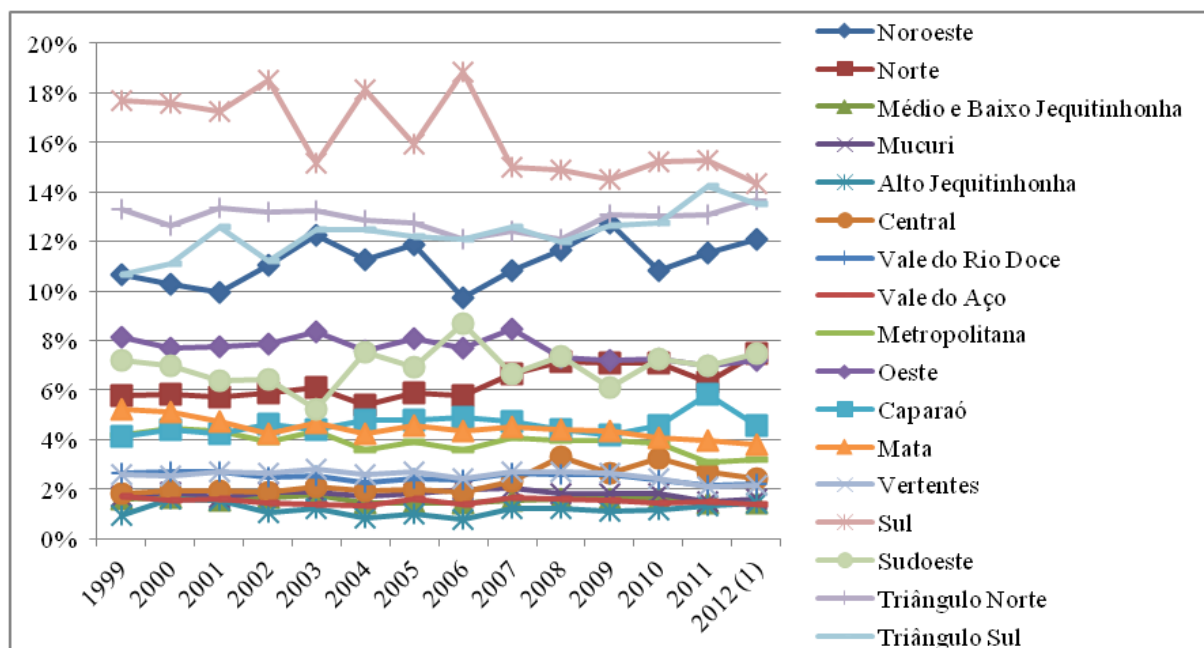


Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Contas Nacionais (Conac) - Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI) . Elaboração: Fundação João Pinheiro(FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Nota (1) Valores sujeitos a revisão.

Dos territórios que têm uma participação pequena na agropecuária ressalta-se uma alteração mais consistente de aumento da participação no Alto Jequitinhonha e no território Central. O Alto Jequitinhonha aumentou sua participação de 0,9%, em 1999, para 1,5% em 2012. O principal produto na pecuária é o leite e na agricultura o café. O território Central ampliou sua participação de 1,8% para 2,4%, mas chegou a participar com 3% em 2010. O produto principal é o leite.

A indústria mineira está concentrada, principalmente em sete territórios de desenvolvimento que representam, em média, 85% do valor adicionado industrial de Minas Gerais. Somente o território Metropolitano representou, em média, 47% do valor adicionado industrial mineiro. Somados, os territórios do Sul, Triângulo do Norte, Vale do aço, Triângulo do Sul, Oeste e Mata representaram, em média, 39% da indústria. Essas regiões de maior participação na indústria apresentam um potencial para o desenvolvimento de tecnologias de fronteira, pois já possuem presença, dentre outros fatores, de universidades, polo tecnológico, mercado de trabalho qualificado e vocação em algumas indústrias de fronteira, por exemplo, indústria química, biotecnologia, eletroeletrônicos. Políticas públicas para o desenvolvimento produtivo, como por exemplo, incentivo à maior interação entre universidade e empresa, colocariam tais regiões com maiores condições competitivas.

Figura 2 – Participação dos Territórios de Desenvolvimento no Valor Adicionado do setor agropecuário (1999-2012)

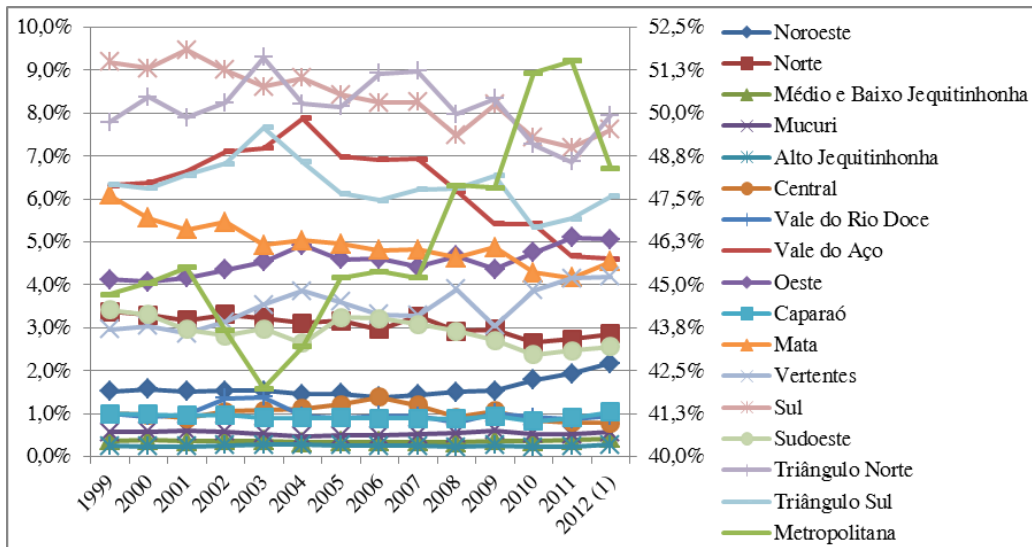


Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Contas Nacionais (Conac) - Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI) . Elaboração: Fundação João Pinheiro(FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Nota (1) Valores sujeitos a revisão.

Em contraposição à situação apresentada acima, os territórios com menor participação na indústria são: Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri, Caparaó, Central e Rio Doce, em média, 0,2%, 0,4%, 0,5%, 0,9%, 1% e 1%, respectivamente. Os territórios Noroeste, Oeste e Vertentes apresentaram, ao longo do período de 1999 a 2012, um crescimento na participação do valor adicionado da indústria mineira. No Noroeste a participação aumentou de 1,5%, em 1999, para 2,2% em 2012, a principal atividade industrial é a extração de recursos minerais. No Oeste o aumento da participação no valor adicionado industrial foi de 4,1% para 5,1%. As principais indústrias desse território são as indústrias tradicionais: *têxtil*, *vestuário* e *calçados*. Está nessa região o arranjo produtivo local de calçados de Nova Serrana.

O território do Vale do Aço merece destaque uma vez que é um importante centro produtivo em Minas Gerais no setor de *metalurgia* e apresentou redução da participação na indústria significativa ao longo do período. A participação diminuiu de 6,3% para 4,6%. É necessária nessa região uma política que estimule a diversificação produtiva aproveitando a vocação local.

Figura 3 – Participação dos Territórios de Desenvolvimento no Valor Adicionado da Indústria de Minas Gerais – Território de Desenvolvimento Metropolitana no eixo secundário (1999-2012)

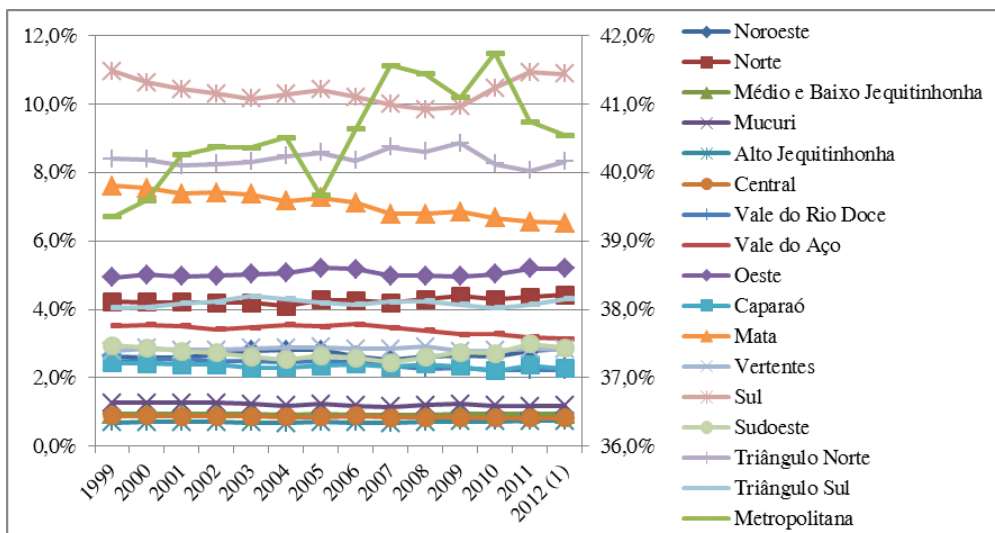


Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Contas Nacionais (Conac) - Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI) . Elaboração: Fundação João Pinheiro(FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Nota (1) Valores sujeitos a revisão.

Os serviços dependem da dinâmica interna de cada região e as atividades típicas estão concentradas no território metropolitano, em média, 41% do valor adicionado dos serviços mineiro. No entanto, em todos os territórios os serviços representam mais de 50% da atividade econômica local.

A região Sul, após a metropolitana, é a que apresenta maior participação no valor adicionado dos serviços mineiro, em média, 10% ao longo do período. A região da Zona da Mata apresentou uma redução de 7,6% para 6,5% entre 1999 e 2012.

Figura 4 – Participação dos Territórios de Desenvolvimento no Valor Adicionado dos Serviços de Minas Gerais – Território de Desenvolvimento Metropolitana no eixo secundário (1999-2012)



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Contas Nacionais (Conac) - Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI) . Elaboração: Fundação João Pinheiro(FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Nota (1) Valores sujeitos a revisão.

A NECESSIDADE DE PROMOVER A DIVERSIFICAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA

Nas últimas décadas, a estrutura produtiva de Minas Gerais pouco se alterou, e manteve acentuada concentração naquelas atividades associadas à ampla dotação de recursos naturais do estado, explicitando os limites e o reduzido alcance das ações e estratégias que foram implementadas pelo governo estadual com a finalidade de promover uma maior diversificação da economia mineira.

A despeito de algumas iniciativas adotadas a fim de dinamizar setores com maior conteúdo tecnológico, segmentos como os de máquinas e equipamentos e de microeletrônicos permaneceram pouco representativos, com baixo grau de integração local e com estruturas frágeis e incompletas.

Essa importância econômica desproporcional dos setores associados à base de recursos naturais, característica mais marcante e duradoura da estrutura produtiva regional, condicionou o padrão de inserção externa de Minas Gerais. Ao mesmo tempo em que atuou no sentido de preservar a posição subordinada da economia mineira em âmbito nacional, reforçou a “primarização” da pauta exportadora do estado.

De fato, nossa atual matriz de relações interindustriais ainda é reflexa dos resultados obtidos, num primeiro momento a partir do Plano de Metas durante a presidência de Juscelino Kubitschek e num segundo momento a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento durante a presidência do General Geisel. De acordo com os dados mais recentes disponíveis, em 2012 a extração de minério de ferro respondeu por 15,2% do valor bruto da produção industrial (soma das indústrias extrativas e de transformação na Pesquisa Industrial Anual - Empresa) e 27,6% do valor da transformação industrial do estado; a fabricação de produtos alimentícios por, respectivamente, 16,9% e 12,9%; a fabricação de produtos derivados do petróleo por 3,9% e 5,3%; a fabricação de produtos de minerais não metálicos por 4,1% e 4,3%; a metalurgia por 16,0% e 12,0%; a fabricação de veículos automotores por 14,7% e 9,1%. Em geral estas são atividades vinculadas a paradigmas tecnológicos maduros, da era do aço e da eletricidade, do refino do petróleo e da química pesada, que lideraram o processo inovativo da industrialização nas economias avançadas entre 1895 e 1940, e da era da produção em massa de automóveis e bens de consumo duráveis, que lideraram a inovação no período entre 1941 e 1973.

Portanto, pode-se dizer que Minas Gerais foi incorporada, durante a industrialização brasileira, como periferia de São Paulo no âmbito do processo de integração de uma matriz de relações interindustriais que se completou na década de setenta, sem que, no entanto, fossem legadas as potências para que esta “velha” matriz pudesse se regenerar e se transformar com o adensamento das atividades que passaram a produzir a constelação de inovações do atual paradigma tecnológico, da era da microeletrônica e da “computadorização” da economia.

Assim, por exemplo, a fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos, altamente intensivos em inovações baseadas em ciência básica, representaram apenas 0,8% e 1,0%, respectivamente, do Valor Bruto da Produção (VBP) e do Valor da Transformação Industrial (VTI) estadual; a fabricação local de bens de capital é atrofiada e fortemente concentrada na oferta de produtos de metal (exceto máquinas e equipamentos) que representaram 3,0% e 3,4%, e de máquinas e equipamentos específicos da “velha” matriz tecnológica, que representaram 2,9% e 2,4% do total estadual; enquanto a fabricação de equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos, vinculados às novas tecnologias da informação e da comunicação, representaram apenas 1,2% e 0,9%, e a fabricação de outros equipamentos de transporte apenas 0,3%, tanto do VBP quanto do VTI estadual.

Ações estruturantes voltadas para a instalação de novas unidades produtivas e expansão das já existentes, nas atividades industriais da farmoquímica, da eletroeletrônica e da fabricação de outros equipamentos de transporte além dos veículos automotores, devem contar com estímulos ao aprofundamento da pesquisa científica local nos domínios tecnológicos associados dos novos materiais e da bio e nanotecnologia e, ainda mais importante, ao avanço da interação universidade-empresa no financiamento e na aplicação da pesquisa tecnológica.

A esta desejada transformação da estrutura de relações interindustriais mineira corresponde uma também necessária rearticulação do núcleo industrial com as atividades da agropecuária e dos serviços, com a viabilização comercial da agricultura familiar no campo e da economia criativa nas cidades, pois estas podem gerar os empregos e a inclusão social almejadas para a população ainda carente de capacitação para o exercício de uma cidadania plena.

Ações estruturantes neste caso devem conciliar a incorporação de novas tecnologias nos serviços de apoio à produção, no uso eficiente das fontes de energia (com ampliação do escopo para as gerações alternativas) e na preservação dos recursos naturais com estímulos ao desenvolvimento da economia popular e solidária e dos mercados locais. Também nesta dimensão a interação entre as universidades em seus diversos campi regionais, com os institutos e escolas técnicas locais, com o SEBRAE, a Emater e demais organizações da administração pública e os movimentos sociais que representam os interesses da economia popular e solidária deve cumprir um papel crucial para que sejam superadas suas necessidades de crédito, assistência técnica e de gestão, e aceitação cultural.

Minas Gerais continuou posicionada, após todos estes anos, como grande importadora líquida – do resto do mundo e das demais unidades da federação – de bens de capital, os vetores do progresso técnico, portadores de conhecimento, com maior valor agregado e capacidade de inovação. No microcomplexo eletroeletrônico, as empresas mineiras têm elevado potencial para se beneficiar das possibilidades de transbordamento do conhecimento criado e transmitido na excelente rede de universidades local. No entanto, afora alguns casos isolados de sucesso, pouco se avançou na utilização da microeletrônica para o desenvolvimento local das tecnologias de informação e de comunicação (TICs), na biotecnologia, na criação de novos materiais, e na “computadorização” dos equipamentos de capital de fábricas, fazendas, lojas, escritórios, bens de consumo durável e laboratórios de pesquisa científica. O fracasso em consolidar uma rede ampla e integrada de atividades locais competitivas nestes domínios tecnológicos é tanto mais grave quanto mais se reconhece sua centralidade para a inovação em geral e sua difusão nos setores mais tradicionais, onde as mudanças ocorrem somando novas arquiteturas produtivas às antigas, associando novas tecnologias às antigas.

A cadeia produtiva da indústria química mineira constitui outro elo fraco na indústria de transformação estadual. A refinaria Gabriel Passos, que já conta com mais de quarenta e cinco anos de operação, nucleia as atividades intrasetoriais e intersetoriais de um potencial polo petroquímico em Minas Gerais, que para se diversificar e consolidar necessita do apoio e do incentivo do Estado, de forma integrada ao planejamento do desenvolvimento regional no território mineiro.

Uma maior desproporção entre a composição da economia mineira e a nacional, além do observado na siderurgia e na indústria extrativa mineral, é também registrada em outras atividades cujas vantagens competitivas foram alicerçadas na base de recursos naturais do estado, como a agropecuária. Entretanto, o maior peso relativo das atividades agropecuárias na economia de Minas Gerais não reflete um real avanço da modernização produtiva neste setor. Uma evidência neste sentido é dada pela análise de sua conexão com os elos a jusante da cadeia produtiva agroindustrial, pois a fabricação de alimentos e bebidas não apresenta o mesmo destaque.

A centralização das finanças em São Paulo, a localização das sedes de grandes empresas – que embora gerem a maior parte do seu excedente operacional em Minas Gerais – fora do território mineiro, a enorme concentração de poder de mercado no sistema bancário nacional, são fatores que dificultam a redução da subordinação econômica de Minas Gerais em relação ao núcleo paulista. Em boa medida como consequência deste último fato, no caso dos serviços que produzem insumos produtivos e tecnológicos para o setor corporativo da economia também se verifica atrofia relativa na estrutura produtiva de Minas Gerais.

Nas atividades mais dinâmicas de serviços, a sub-representação de Minas Gerais está diretamente relacionada com sua super-representação e concentração no Estado de São Paulo, tanto na sua região metropolitana quanto no interior, que por sua vez reflete sua articulação e coabitação espacial com os setores industriais intensivos em tecnologia.

Numa outra atividade do setor de serviços com características muito específicas, dadas suas fortes vinculações com a economia do turismo, a prestação de serviços de alojamento e alimentação também apresenta sub-representação em Minas Gerais. Neste caso, tanto a capacidade produtiva instalada da rede de hotéis e pousadas quanto a população ocupada são proporcionalmente maiores no Rio de Janeiro e em grande parte dos estados da região Nordeste, o que reflete a presença de amenidades climáticas e localização geográfica privilegiada nestas unidades da federação e vantagens competitivas no seu potencial de exploração dos serviços turísticos.

CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA DOS TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO

As atividades econômicas não se encontram distribuídas de forma homogênea no espaço, e no caso de Minas Gerais as principais transformações na sua estrutura produtiva ocorreram entre o final da década de 1950 e o final da década de 1970. Neste período, a economia estadual experimentou uma diversificação produtiva significativa, deixando de ter sua produção fundamentada em atividades dos setores tradicionais de extração mineral, metalurgia, agropecuária, alimentos, bebidas e têxtil para uma produção mais diversificada em direção ao adensamento da cadeia minero-metal-mecânica, com a instalação da fábrica de uma grande montadora automotiva na região metropolitana de Belo Horizonte. Entre os fatores que

contribuíram para essa modernização, esteve uma forte condução do Estado em políticas de atração de investimentos, com a criação de um apropriado aparato institucional, de incentivos fiscais e de investimentos diretos.

Os territórios mineiros que mais se beneficiaram desse processo foram o Metropolitano, Sul e Triângulo do Norte, por fazerem parte polígono de desenvolvimento descrito por Diniz (1993). Uma localidade se torna um espaço favorável à concentração industrial e de serviços modernos na presença dos fatores aglomerativos, de tamanho de mercado, de adensamento do mercado de trabalho denso e de economias externas puras. Assim, para que uma localidade explore o seu potencial de desenvolvimento é preciso considerar quais seriam as vantagens comparativas dessa região e quais esforços poderiam ser coordenados de maneira a potencializar essas vantagens. A atuação do setor público permitirá reduzir a desigualdade espacial e melhorar as condições de vida da população local.

O conhecimento da realidade socioeconômica local deve ser o ponto de partida para o planejamento das ações coordenadas visando a regionalização da política de desenvolvimento produtivo e de ciência e tecnologia. Assim, a presente seção pretende contribuir com uma análise descritiva regionalizada de alguns indicadores relacionados à caracterização econômica dos dezessete territórios desenvolvimento, do nível de instrução da população, da presença de instituições de ensino superior e de parques tecnológicos.

Para descrever a estrutura produtiva serão utilizados os dados de valor adicionado e produto interno bruto, do IBGE e da Fundação João Pinheiro, bem como os dados da RAIS para pessoal ocupado. Para mapear a presença de fatores aglomerativos em arranjos produtivos locais utilizou-se de pesquisa bibliográfica sobre o tema. Os dados sobre a escolaridade da população são do Censo Demográfico (2010).

TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO NOROESTE

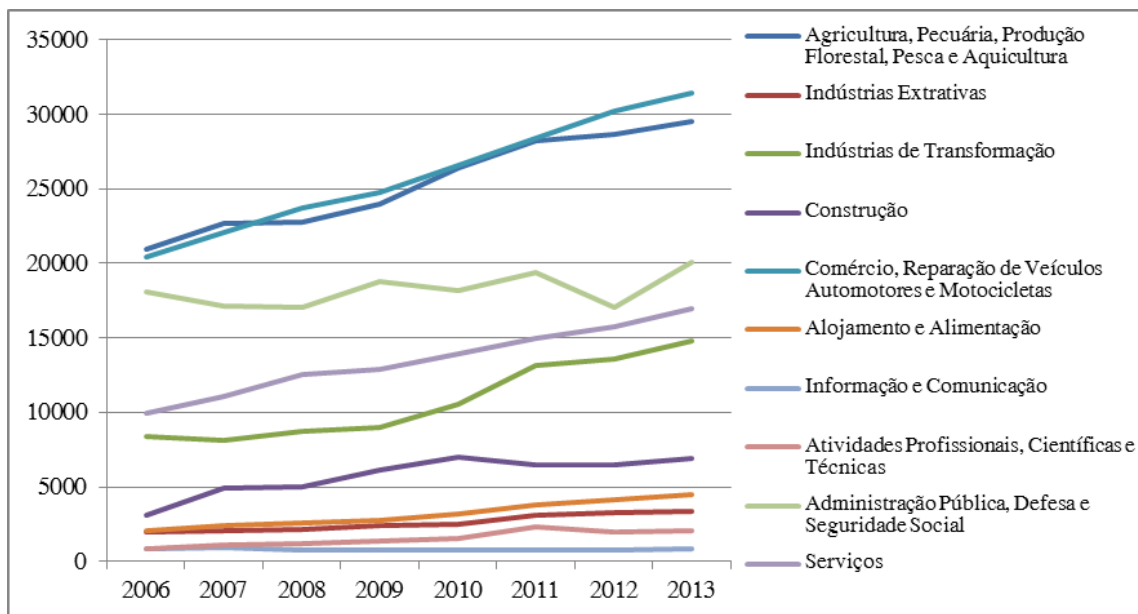
O Noroeste tem uma área de 77.754,42 Km² e uma população de 652.954 habitantes, concentrada na área urbana (80,96%). Esse território tem trinta municípios, em que foram gerados 3,2% do PIB estadual (dados preliminares de 2012). Os municípios com maior participação no PIB do território são Patos de Minas, Paracatu, Unaí e João Pinheiro, representaram quase 60% da economia do território.

Em 2012, o PIB do Noroeste foi de R\$12.950 milhões, com participação da atividade agropecuária (30,2%) acima da média mineira (figura 1 - Apêndice A). A região participou com 12% no valor adicionado da agricultura estadual. A agropecuária é um dos setores de atividade que mais emprega no território (figura 5), e o número de pessoal ocupado com vínculos ativos de trabalho formal no setor cresceu 8% entre 2006 e 2013. Dentre as lavouras locais, atualmente a produção de cana-de-açúcar é a mais relevante, embora o território seja o maior produtor de soja e cereais do estado. Na lavoura permanente tem-se o cultivo de café e na pecuária a produção de leite.

No setor de serviços, foram gerados 51,3% do valor adicionado no território em 2012, equivalentes a 2,8% do total estadual, com forte participação do comércio e da administração pública. Ambas apresentaram o crescimento do pessoal ocupado entre 2006 e 2013, mas o comércio emprega a maior parte do pessoal com ocupação formal no território (figura 5).

A indústria gerou 18,6% do valor adicionado no território em 2012. A principal atividade industrial é a extração mineral, particularmente metais preciosos, minerais para fabricação de adubos, calcário, dolomito, zinco, rochas, britas e cascalho, concentrada em Paracatu, Vazante e Patos de Minas. A indústria de transformação apresentou um crescimento de pessoal ocupado de 76% entre 2006 e 2013, e os principais produtos da manufatura local são o álcool, laticínios, adubos, fertilizantes e frigoríficos.

Figura 5 – Pessoal ocupado por atividade econômica, Território de Desenvolvimento Noroeste, 2006-2013



Fonte: RAIS, elaboração Fundação João Pinheiro.

Neste território, as diretrizes da competitividade, da sustentabilidade e do empreendedorismo devem estar coordenadas para capacitar a população local ao empreendedorismo em atividades relacionadas ao *desenvolvimento produtivo rural* (por exemplo, agricultura familiar, orgânica, urbana), *sustentável* (por exemplo, ecoturismo, agroecologia, etc.), e *relacionado à economia popular solidária* (por exemplo, produção artesanal, empreendedorismo social).

Aqui será particularmente relevante a reintegração campo-cidade, com famílias de pequenos produtores rurais capacitadas a atuar como empresários de negócios sustentáveis e em contínuo processo de aprendizagem, com incorporação de novas tecnologias econômicas e sociais apropriadas à sua escala de operação.

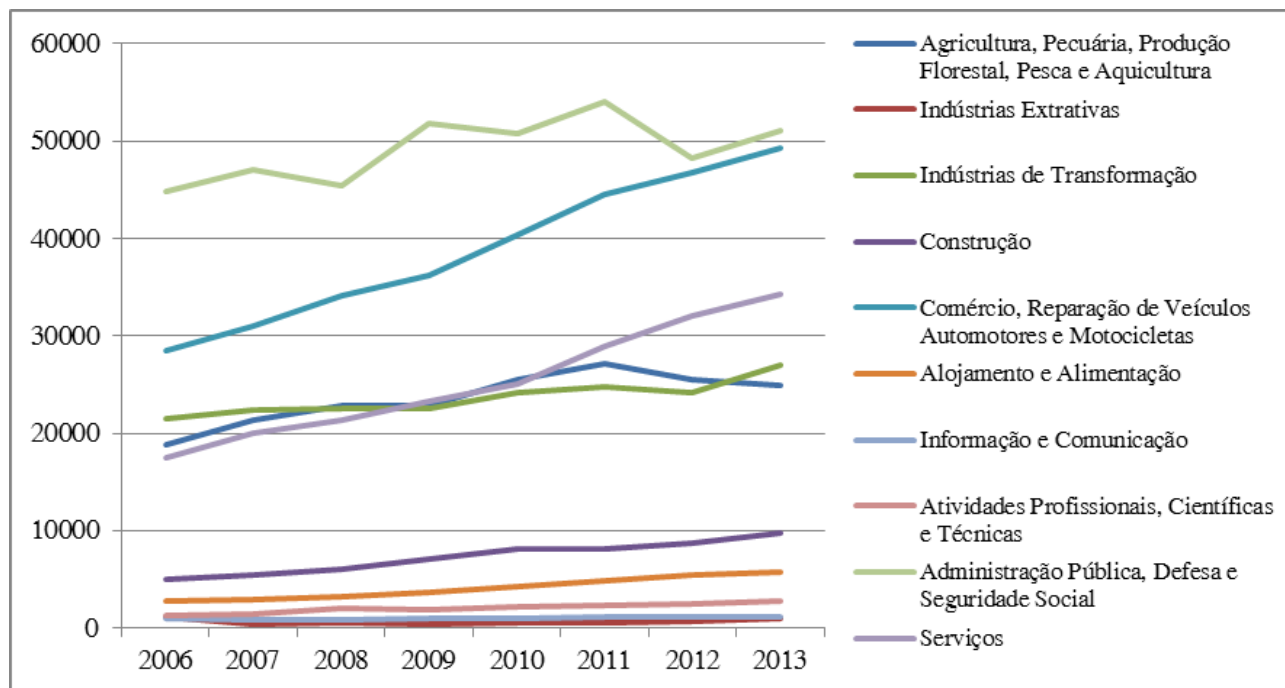
TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO NORTE

O Norte tem uma área de 122.829,14 Km² e uma população de 1.577.300 habitantes, dos quais 69,5% vivem na zona urbana em 86 municípios. Esse território teve uma participação de 4% no PIB mineiro em 2012, apresenta extrema concentração da produção industrial e de serviços modernos no município de Montes Claros, que isoladamente representou 31,8% o PIB territorial. Pirapora, o segundo maior centro econômico do território, teve uma participação muito inferior, apenas 6,5% do produto interno bruto do território. Em seguida, Várzea da Palma (3,4%), Janaúba (4,1%), Bocaiúva (2,9%), Januária (2,8%) e Salinas (2,2%). Mais de 74% dos municípios da região participam com menos de 1%, cada um, na atividade econômica regional, o que torna Montes Claros quase um enclave local.

Em 2012, o produto interno bruto da região foi de R\$16.178 milhões. O valor adicionado agropecuário apresentou uma participação de 15,2% no valor adicionado da região (figura 1 – Apêndice A). Neste território foram gerados 7,7% do valor adicionado na agropecuária mineira, e o total de ocupados com vínculo formal no setor aumentou 32% entre 2006 e 2013 em 32% (figura 6).

A atividade mais importante na agropecuária foi a silvicultura, exploração florestal e serviços correlatos, seguida pela pecuária, décima maior do estado, com a criação de bovinos para leite. Na lavoura temporária destaca-se a produção de cana-de-açúcar. Na lavoura permanente, destaca-se a produção de banana. Estão presentes neste território importantes projetos de irrigação em Pirapora, Jequitaiá e Jaíba, com o objetivo de produção de frutas, hortaliças e sementes selecionadas configurando vocação para a fruticultura.

Figura 6 – Pessoal ocupado por atividade econômica, Território de Desenvolvimento Norte, 2006-2013



Fonte: RAIS, elaboração Fundação João Pinheiro.

O valor adicionado da indústria, em 2012, constituiu 19,8% do total gerado no território, e tem perdido participação na economia regional: em 2000, era de 25,4%. Entretanto, houve aumento do pessoal ocupado com vínculos formais entre 2006 e 2013, de 35% (figura 6). Na indústria de transformação local, destaca-se a produção de leite, produtos metalúrgicos (ferroligas e metais não ferrosos), têxteis e medicamentos veterinários (vacinas).

No território Norte está presente um aglomerado de empresas da indústria química, em sua maioria micro e pequenas empresas. As forças de interação dessa aglomeração com a região é baixa, os serviços complementares são buscados em outras regiões, podendo essa aglomeração ser identificada como um enclave. Também foi identificado no território um APL têxtil e vestuário, mas é uma aglomeração incipiente e pouco desenvolvida tecnologicamente que surgiu devido à influência da produção de algodão na região.

Na indústria extrativa está presente a extração de quartzo, areia e cascalho, pedras preciosas, nióbio e granito. Há beneficiamento de brita e cascalho, diamante, calcário e argila. Essas atividades têm pequena relevância no valor adicionado industrial. Na atividade de serviços, as mais importantes são comércio e administração pública. O maior peso é da administração pública, inclusive é a atividade que emprega a maior parte do pessoal ocupado formal (figura 6). Ao se agrupar as atividades típicas do turismo, percebeu-se um aumento significativo do número de postos de trabalho na região. Outras atividades que aumentaram significativamente o número de postos de trabalho foram: artes cênicas, espetáculos e atividades complementares; agência de viagens; restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas; hotéis e similares. Este é um forte indicativo para a necessidade de fortalecimento das políticas de desenvolvimento do turismo na região.

O número de trabalhadores em atividades profissionais, científicas e técnicas praticamente duplicou, tendo aumentado 97% entre 2006 e 2013, o que indica que a interação universidade-empresa avança na região e deve receber especial atenção no planejamento estratégico da política estadual de ciência e tecnologia. Em termos de qualificação da população local tem-se que 66% têm fundamental incompleto ou não tem instrução, 16% têm médio completo e superior incompleto, e apenas 4% têm superior completo, o que aponta para a premente necessidade de emancipar a população local através da educação e da valorização de sua cultura, e de promover o empreendedorismo social no território.

Além disso, como ocorre produção de carvão vegetal em vários municípios da região, agregando valor à silvicultura, é fundamental obter a parceria dos compradores na siderurgia para gerar maior retorno social, nesta que é uma importante atividade dentro da agropecuária na região. Conclui-se também que a regionalização da política estadual de desenvolvimento produtivo e da ciência e tecnologia deve considerar, como um objetivo central, ações que promovam a irradiação da dinâmica econômica do polo de Montes Claros para os municípios do entorno.

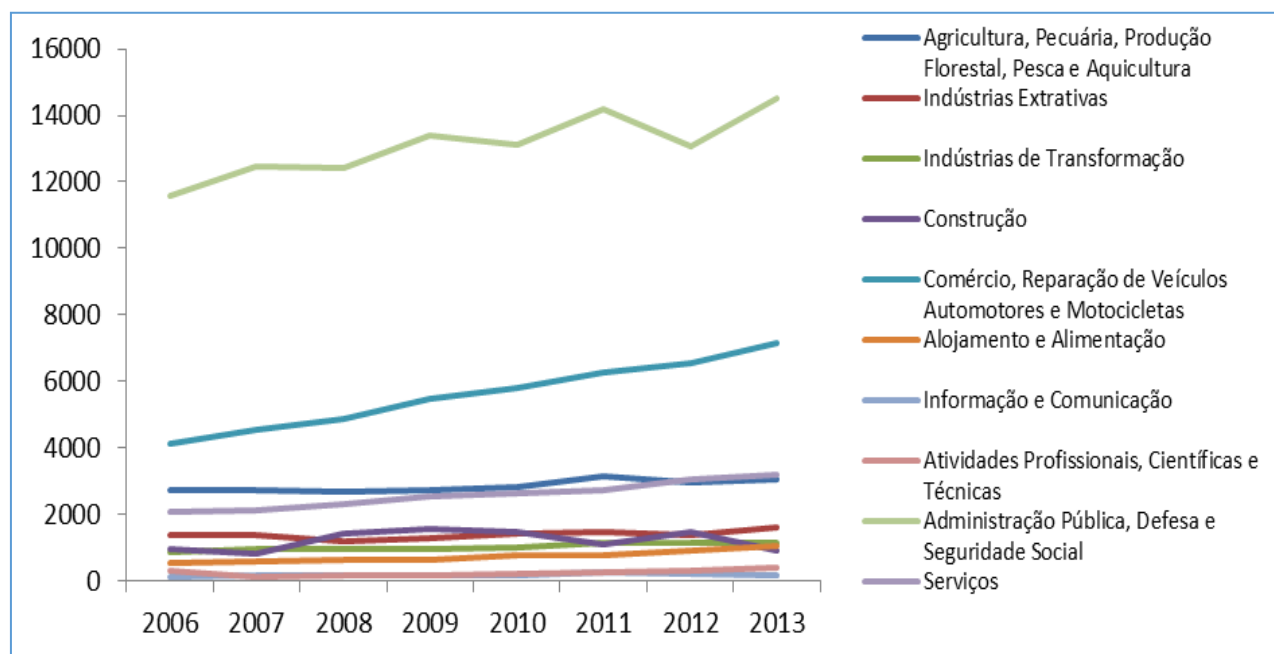
TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO MÉDIO E BAIXO JEQUITINHONHA

O território Médio e Baixo Jequitinhonha tem uma área de 32.148,61Km² e uma população de 437.805 habitantes, 63,9% da população vivem na zona urbana e 36,1% na zona rural. A densidade demográfica é 13,62hab/Km². Muitas áreas nessa região não são ocupadas. É composta por 31 municípios. Essa região tem a maior taxa de proporção de indigentes e pobres do Estado. No período de 2000 a 2012, a região teve uma participação, em média, de 0,8% no PIB mineiro. É uma região com certa homogeneidade no espaço da distribuição das atividades, os municípios com maiores participações no valor adicionado do território são: Almenara (9,7%), Pedra Azul (9,2%), Araçuaí (8,2%), Itaobim (6,2%), Medina (5,2%), Novo Cruzeiro (5,2%) e Jequitinhonha (5,2%).

O produto interno bruto foi R\$ 2.989 milhões em 2012. O setor de atividade mais importante foi serviços com 70% do valor adicionado da região, R\$ 2.018 milhões (figura 1 – Apêndice A). Essa região dependente de modo significativo da administração pública, pois tem a maior participação no valor adicionado dos serviços e é a atividade que mais emprega no território (figura 7).

A indústria teve participação no valor adicionado do território de 20% (figura 1 – Apêndice A), com valor adicionado de R\$ 433 milhões em 2012. As atividades de maior participação são a construção civil seguida pela indústria extrativa. Na indústria extrativa os principais produtos são grafita e granito. Na indústria de transformação há produção de produtos químicos inorgânicos, laticínios, abate, ferrogusa e ferroliga. Na agropecuária o destaque foi a pecuária com a criação de bovinos para leite, mas é a segunda menor produção do Estado. A segunda atividade mais importante é a silvicultura e exploração florestal. A agricultura local é basicamente de subsistência. A quantidade de trabalhadores formais na agropecuária teve tendência de crescimento entre 2006 e 2013, ampliou 17% (figura 7). Nas atividades típicas do turismo o número de trabalhadores formais empregados aumentou 67% entre 2006 e 2013, principalmente nas atividades de hotéis e similares. Nessa região estão presentes os circuitos turísticos do Vale do Jequitinhonha e de pedras preciosas.

Figura 7 – Pessoal ocupado por atividade econômica, Território de Desenvolvimento Médio e Baixo Jequitinhonha, 2006-2013



Fonte: RAIS, elaboração Fundação João Pinheiro.

De acordo com as informações do censo demográfico de 2010, a maior parte da população, 76%, não tem instrução ou tem fundamental incompleto, 9% com médio completo e superior incompleto, apenas 3% tem superior completo. A taxa de analfabetismo é 24,2%, na zona rural é 30,9% e na zona urbana 20,5%. Essa é a região com as piores condições em termos de instrução. Isso coloca um desafio que é a necessidade de emancipar a população local através da educação e da valorização de sua cultura, e de promover o empreendedorismo social no território.

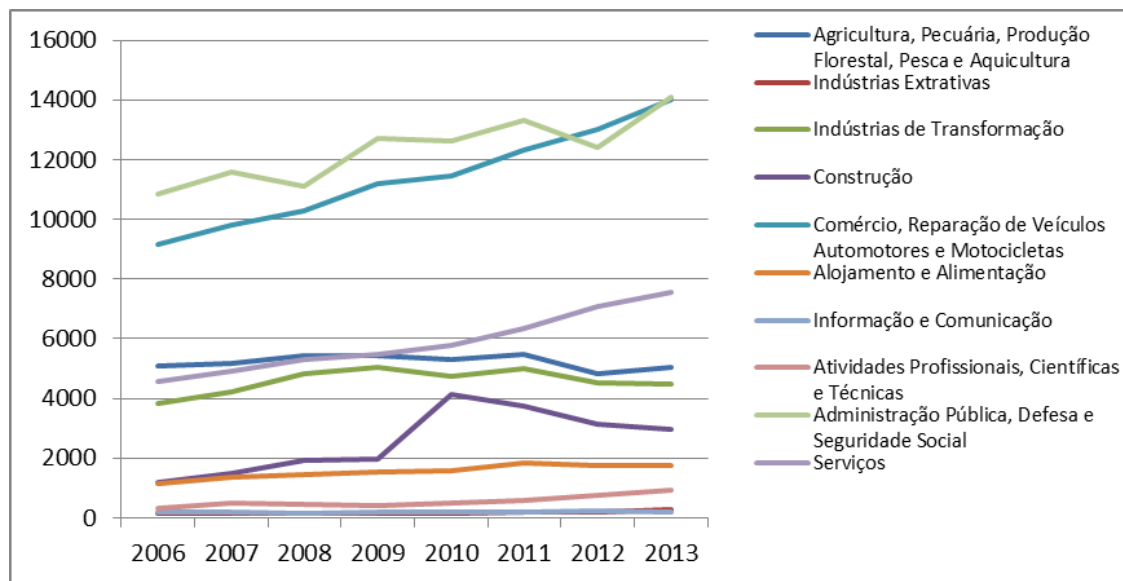
Como existe uma baixa presença de instituições de ensino superior, esse território tem poucas possibilidades de parcerias institucionais para o estabelecimento de políticas que apontam para tecnologia de fronteira. Exige-se nessa região uma articulação institucional para o empoderamento dos indivíduos, e uma possibilidade seria explorar a atividade de turismo através da valorização da cultura local e o empreendedorismo.

TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO MUCURI

O Mucuri tem uma área de 23.162,05Km² e uma população de 431.541 habitantes, 67,4% da população vivem na zona urbana e 32,6% na zona rural. A densidade demográfica é 18,63hab/Km². Muitas áreas nessa região não são ocupadas. É composta por 29 municípios. No período de 2000 a 2012, a participação do Mucuri no PIB mineiro foi, em média, 1%. Há uma concentração da atividade produtiva no município de Teófilo Otoni que representou 38% do PIB do território em 2012. A segunda economia mais relevante do território foi Nanuque e o terceiro foi Carlos Chagas com participações médias de 12,1% e 3,7% do produto interno bruto do Mucuri, respectivamente.

Em 2012, o produto interno bruto do Mucuri foi R\$3.894 milhões. O setor mais relevante na economia da região foi Serviços, 70,4% (figura 22) do valor adicionado do território, R\$2.574 milhões. A atividade mais relevante foi administração pública seguida pela atividade de comércio. A administração pública era a que mais gerava empregos formais em 2006 (figura 8). No entanto, o pessoal ocupado no comércio cresceu 53%, entre 2006 e 2013, superando os empregos na administração pública.

Figura 8 – Pessoal ocupado por atividade econômica, Território de Desenvolvimento Mucuri, 2006-2013



Fonte: RAIS, elaboração Fundação João Pinheiro.

A atividade industrial gerou um valor adicionado de R\$ 589 milhões, 16% (figura 1 – Apêndice A). A construção civil e a transformação são as atividades mais importantes. Na indústria de transformação as atividades de destaque são do setor de alimentos e bebidas. Na agropecuária a pecuária bovina é mais relevante. Na agricultura os principais produtos são cultivo de cana-de-açúcar, na lavoura temporária, e café na lavoura permanente. Embora a relevância dessa atividade para a economia local seja maior do que a verificada para Minas Gerais, ela está entre os menores do estado.

O número de trabalhadores em atividades profissionais, científicas e técnicas ampliaram 85% entre 2006 e 2013. Isso indica que a interação universidade-empresa avança e deve ter atenção em termos de política de ciência e tecnologia. Quanto à qualificação da população tem-se que 70% não tem instrução ou tem fundamental incompleto, 12,9% com médio completo e superior incompleto e apenas 3,9% tem nível superior completo. A taxa de analfabetismo é de 20,5%, na zona rural é 30,1% e na zona urbana é 16,2%. Como esse território, além dessa qualificação, é o segundo maior em termos de taxa de proporção de indigentes e pobres do Estado é importante a ação de política de estímulo ao empreendedorismo social e o apoio a rede de incubadora social.

A política de desenvolvimento produtivo para essa localidade deve incentivar o empreendedorismo sustentável de atividades relacionadas ao desenvolvimento produtivo rural.

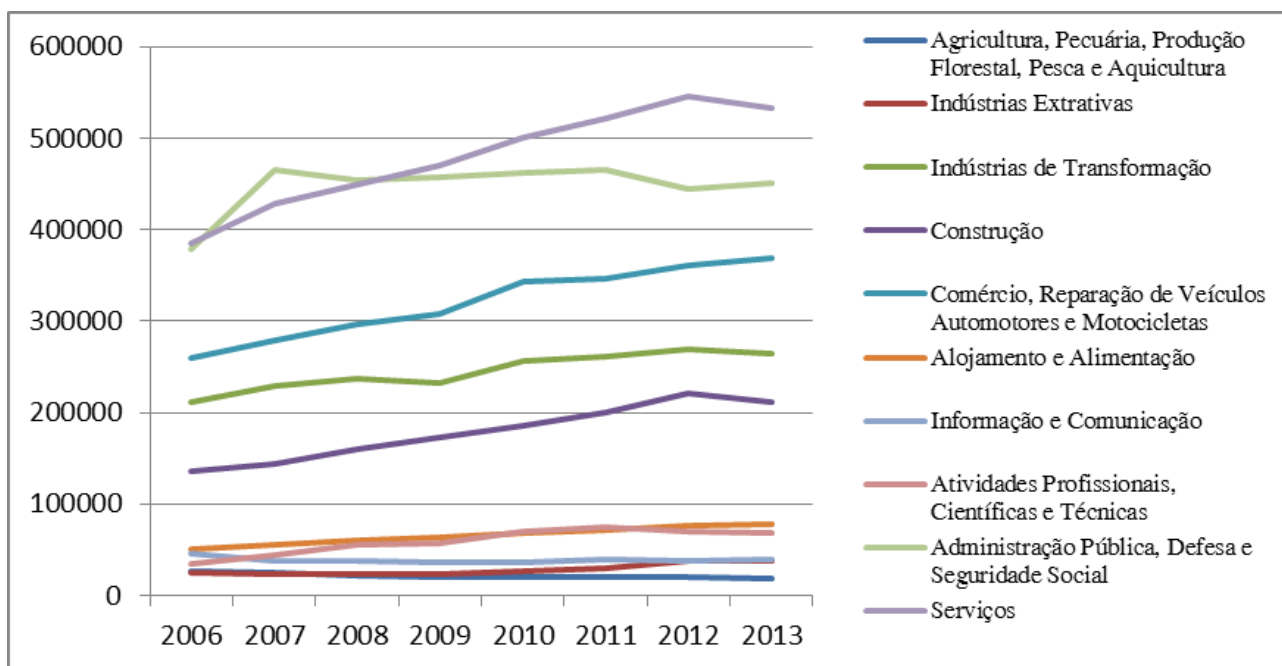
TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ALTO JEQUITINHONHA

O território Alto Jequitinhonha tem uma área de 21.130,47Km² e uma população de 305.616 habitantes, 60,33% da população vivem na zona urbana e 39,67% na zona rural. A densidade demográfica é 14,46hab/Km². É composta por 24 municípios. A participação da região no PIB de Minas Gerais, no período de 2000 a 2012, foi de 0,6%, em média. É uma região sem dinamismo econômico. A estrutura produtiva está instalada em sua maior parte nos municípios de Diamantina, Capelinha, Itamarandiba, Minas Novas e Serro. Esses municípios juntos representaram 70% do PIB do território em 2012. O município de maior participação foi Diamantina, 18% do PIB do território. A economia desse território é estagnada e atrasada.

Essa é a terceira região de maior taxa de proporção de indigentes e a quarta maior de proporção de pobres do Estado. O produto interno bruto do Alto Jequitinhonha foi de R\$2.455 milhões em 2012. A principal atividade foi serviços, 69,2%, R\$281 milhões (figura 1 – Apêndice A). A principal atividade é a administração pública seguida do comércio. A administração pública é a atividade que mais emprega no território (figura 5). A indústria representou 12% do valor adicionado do território, R\$281 milhões (figura 1 – Apêndice A). A principal atividade foi construção civil. Na indústria de transformação destaca-se a produção de laticínios, artefatos de cerâmica, estamperia de fios, ferro-gusa e torrefação de café. Em 2006 o número de trabalhadores ocupados na indústria de transformação e outros serviços eram muito próximos, mas o crescimento de pessoal ocupado dos serviços foi significativo fazendo tal atividade ultrapassar o número de empregado da indústria em 2013, mais de duas vezes maior (figura 9).

O setor agropecuário teve relevância na economia do território (19% do valor adicionado) superior a verificada em Minas Gerais (figura 1 – Apêndice A)., o valor adicionado foi de R\$440 milhões. A atividade de silvicultura e exploração florestal é a mais importante na região. Na lavoura temporária destaca-se a produção de cana-de-açúcar e na permanente a produção de café.

Figura 9 – Pessoal ocupado por atividade econômica, Território de Desenvolvimento Alto Jequitinhonha, 2006-2013



Fonte: RAIS, elaboração Fundação João Pinheiro.

Da população do Alto Jequitinhonha 71% não tem instrução ou fundamental incompleto, 11,7% tem médio completo ou superior incompleto e 3,6% tem superior completo. A taxa de analfabetismo total é 17,6%, na zona rural é 26,2% e na zona urbana é 12,1%.

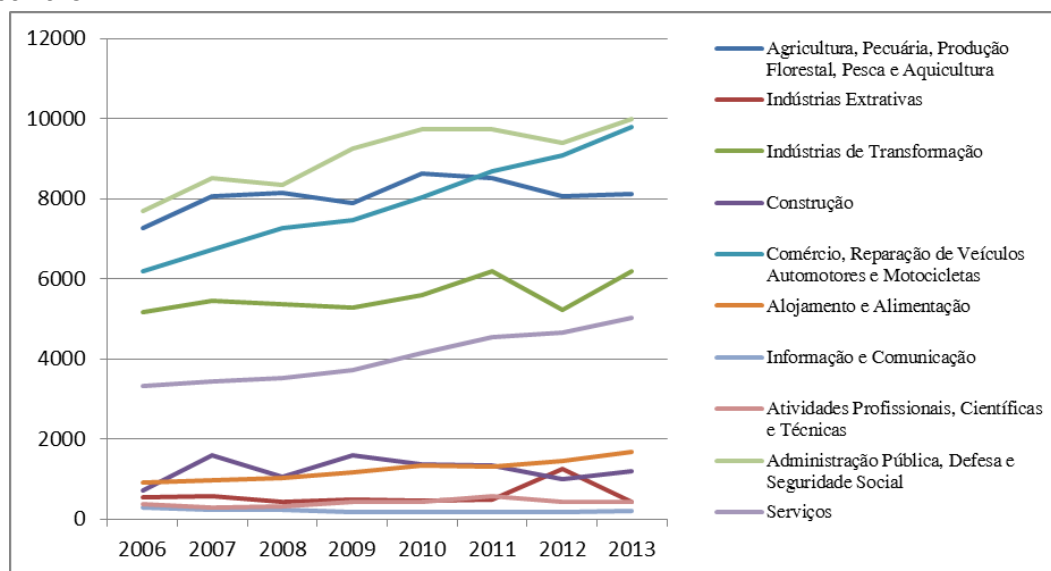
O território do Alto Jequitinhonha necessita de um estímulo ao desenvolvimento local por meio **de uma política emancipadora e com empreendedorismo social**. Como a de turismo apresentou crescimento do número de trabalhadores formais, 91% entre 2006 e 2013 pode ser uma alternativa para diversificação da atividade produtiva. Como no território estão presentes três circuitos turísticos: Diamantes, Lago de Irapé e Pedras Preciosas (o primeiro envolve mais municípios da região) o desenvolvimento desse território pode vir por meio de uma **atividade sustentável de ecoturismo**. Uma política de **valorização da cultura local** potencializaria essa atividade.

O território Central tem uma área de 23.460,33Km² e uma população de 243.235 habitantes, 85,09% da população vivem na zona urbana e 14,91% na zona rural. A densidade demográfica é 10,37hab/Km² é a segunda menor densidade do Estado. É composta por 17 municípios. A participação da região no PIB de Minas Gerais, no período de 2000 a 2012, foi de 1,0%, em média. O PIB do território foi R\$3.586 milhões, em 2012. Os municípios com maior participação no PIB do território são Três Marias, Curvelo, Pompéu e Abaeté. Em 2012, representaram 71% do PIB.

O setor serviços foi o mais importante na economia local, 53,6% do valor adicionado, R\$1.777 milhões (figura 1 – Apêndice A). A principal atividade foi a administração pública seguida do comércio. A atividade de administração pública é a que mais emprega no território. O pessoal ocupado no comércio cresceu significativamente (62%) entre 2006 e 2013, ultrapassou o total de empregados na atividade da agropecuária em 2013(figura 10). É uma região que também apresentou um crescimento do pessoal ocupado nas atividades típicas do turismo de 60%, estão presentes dois circuitos turísticos no território, o Guimarães Rosa e o Lago de Três Marias. A indústria representou 24,5% do valor adicionado da região, R\$ 810 milhões (figura 1 – Apêndice A). A principal atividade foi o SIUP na geração de energia (usina de Três Marias) e a indústria de transformação com as atividades de produção de zinco, álcool, ferro-gusa, preparação de leite e laticínios.

A agropecuária representou 21,9% do valor adicionado do território, R\$725 milhões (figura 1 – Apêndice A). Esse setor está entre os três que mais emprega no território (figura 10). A atividade mais significativa foi a pecuária na criação de bovinos, mas a atividade de silvicultura e exploração florestal também é importante na dinâmica econômica dessa região.

Figura 10 – Pessoal ocupado por atividade econômica, Território de Desenvolvimento Central, 2006-2013



Fonte: RAIS, elaboração Fundação João Pinheiro.

Em termos de qualificação da população tem-se que 65,2% não tem instrução ou tem fundamental incompleto, 15,6% tem médio completo ou superior incompleto e 4,3% tem superior completo. A taxa de analfabetismo total é 9,6%, na zona rural é 15,7% e na zona urbana 8,6%. Com a presença de poucas instituições de ensino no território é necessário o estímulo à parceria dessas instituições com empresas locais para o fortalecimento das vocações do território.

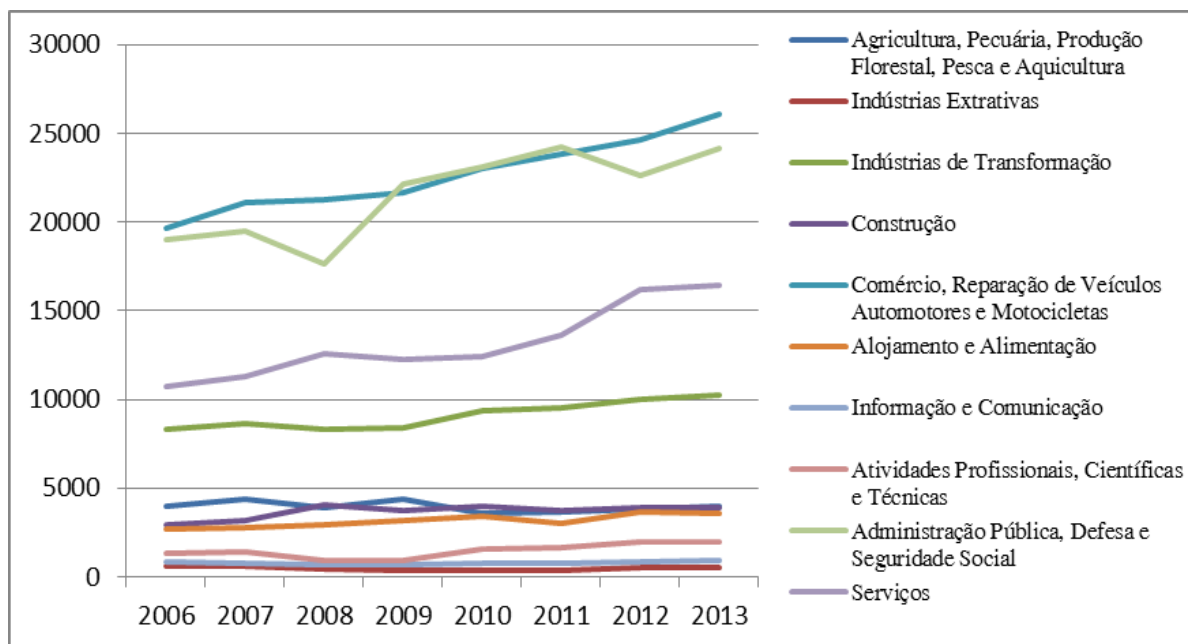
Essa região necessita de um impulso para o desenvolvimento de sua estrutura produtiva bem como o estímulo ao empreendedorismo local. Uma exploração possível nesse território é a atividade de turismo. Além disso, maior exploração do potencial da silvicultura. De acordo com as informações anteriores, observa-se que grande parte da mão de obra não é qualificada e o território enfrenta um efeito trancamento em atividades de menor complexidade que agregam pouco valor à produção local. Nessas condições o território necessita da emancipação de sua população por meio da educação e da profissionalização. Como possui dois circuitos de turismo associados à cultura local e a presença de uma represa é possível incentivar o desenvolvimento sustentável do ecoturismo e o empreendedorismo social.

TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO VALE DO RIO DOCE

O território Vale do Rio Doce tem uma área de 21.546,33Km² e uma população de 646.879 habitantes, 77,6% da população vivem na zona urbana e 22,4% na zona rural. A densidade demográfica é 30,0hab/Km² é a segunda menor densidade do Estado. É composta por 49 municípios. No período de 2000 a 2012, a participação da região no PIB mineiro foi de 2%, em média. Em 2012, especificamente essa participação foi de 1,7%. A atividade econômica nesse território é muito concentrada no município de Governador Valadares, responsável por 54% do PIB regional, em 2012. O município de Aimorés, segundo com maior participação no território, representou 4,5% do PIB em 2012.

O PIB do Vale o Rio Doce, em 2012, foi R\$6.957 milhões. O setor mais importante foi serviços 70% do valor adicionado da região, R\$ 4.818 milhões. Essa é a região cuja atividade econômica é mais dependente dos serviços se comparado com todos os demais territórios do Estado (figura 1 – Apêndice A). A principal atividade é a administração pública. No entanto, tem uma distinção, no município de Governador Valadares onde as atividades de comércio e administração pública são igualmente relevantes, já no restante do território predomina a administração pública. Em termos de pessoal ocupado o comércio e a administração pública são os que mais empregam (figura 11).

Figura 11 – Pessoal ocupado por atividade econômica, Território de Desenvolvimento Vale do Rio Doce, 2006-2013



Fonte: RAIS, elaboração Fundação João Pinheiro.

A agropecuária teve um valor adicionado de R\$ 671 milhões e a atividade mais importante foi pecuária de bovinos para leite. A indústria representou 15% do valor adicionado do Vale do Rio Doce, R\$ 969 milhões. A atividade principal foi construção civil seguida da indústria de transformação. Nessa última destacou-se a produção do setor de alimentos e bebidas. Governador Valadares tem em sua economia uma produção importante de aparelhos e materiais elétricos, minerais não metálicos, papel e celulose.

Ao observar a qualificação da população verifica-se que 67% não tem instrução ou fundamental incompleto, 14,4% tem médio completo e superior incompleto e apenas 4% possui nível superior. A taxa de analfabetismo é 14,2%, na zona rural é 22,4% e na zona urbana é 11,9%.

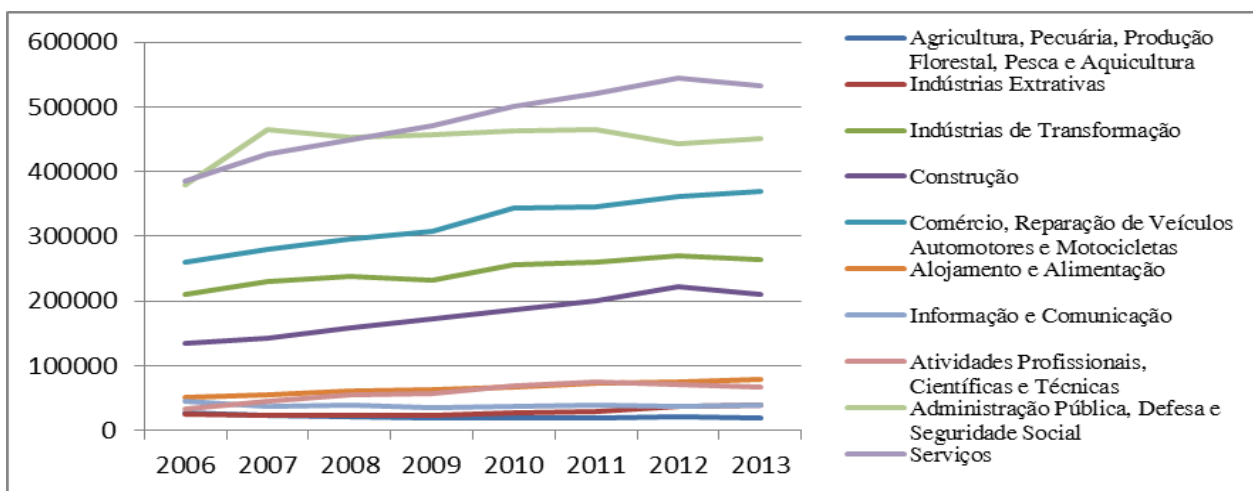
Esta região necessita de alavancagem na estrutura produtiva por meio da introdução de novos conhecimentos e inovações na cadeia produtiva. Deve-se explorar a vocação local da produção de materiais elétricos, por exemplo. Isso pode ser promovido com o estímulo da parceria das instituições de ensino presentes e as empresas locais. Há a necessidade de estímulos para uma maior integração produtiva dos demais municípios do território com Governador Valadares, polo do território, com o objetivo de estimular a irradiação de crescimento. Além disso, com o perfil educacional da população apresentado é preciso melhorar a educação e também investir na profissionalização do ensino médio.

TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO VALE DO AÇO

O território Vale do Aço tem uma área de 9.839,94Km² e uma população de 780.202 habitantes, 86,8% da população vivem na zona urbana e 13,2% na zona rural. A densidade demográfica é 79,3hab/Km² é a segunda maior densidade do Estado. É composta por 33 municípios. A participação do Vale do Aço na economia mineira, no período de 2000-2012, foi 4,2% do PIB, em média. É um território com uma concentração no município de Ipatinga, em 2012, representou 51% do PIB do território. Os municípios mais importantes na economia desse território após Ipatinga são Timóteo, Coronel Fabriciano e Caratinga, com participações 13,5%, 7,9% e 8% no PIB do território em 2012. Apesar de ser o segundo município mais importante da região, Timóteo teve perda de participação na atividade econômica do território nesse período, de 19% do PIB para 13,5% entre 2000 e 2012. Essa perda tem sido devida à perda de dinamismo da estrutura produtiva local.

O produto interno bruto do Vale do Aço foi R\$13.648 milhões em 2012. A participação da indústria é significativamente maior que a verificada na média de Minas Gerais, representou 39,5% do valor adicionado da região, R\$4.758 milhões (figura 1 – Apêndice A). É a quarta região com maior participação no valor adicionado da indústria mineira. No entanto, essa participação vem reduzindo desde 2005. A principal atividade é a indústria de transformação, inclusive era o setor que mais empregava no território até 2011. A partir desse o número de pessoal ocupado na indústria de transformação vem caindo e tem sido ultrapassado pelo número de pessoal ocupado na atividade de comércio (figura 12). Na indústria de transformação o destaque está no segmento metalúrgico e esse tem perdido o dinamismo. Além desse segmento tem-se também uma produção de celulose e pastas para fabricação de papel importante.

Figura 12 – Pessoal ocupado por atividade econômica, Território de Desenvolvimento Vale do Aço, 2006-2013



Fonte: RAIS, elaboração Fundação João Pinheiro.

O setor de serviços gerou um valor adicionado de R\$6.861 milhões, 3,5% do valor adicionado do território (figura 1 – Apêndice A). As atividades da administração pública e o comércio são as mais importantes no setor. O pessoal ocupado no comércio aumentou 36% entre 2006 e 2013, tornando-se o setor que mais emprega no território.

A população do Vale do Aço em sua maioria (60%) não tem instrução ou tem fundamental incompleto, 18,7% tem médio completo e superior incompleto, 5,3% tem superior completo. A taxa de analfabetismo total é 9%, na zona rural é 17,5% e na zona urbana é 7,7%. Isso aponta para uma necessidade de maior capacitação da população.

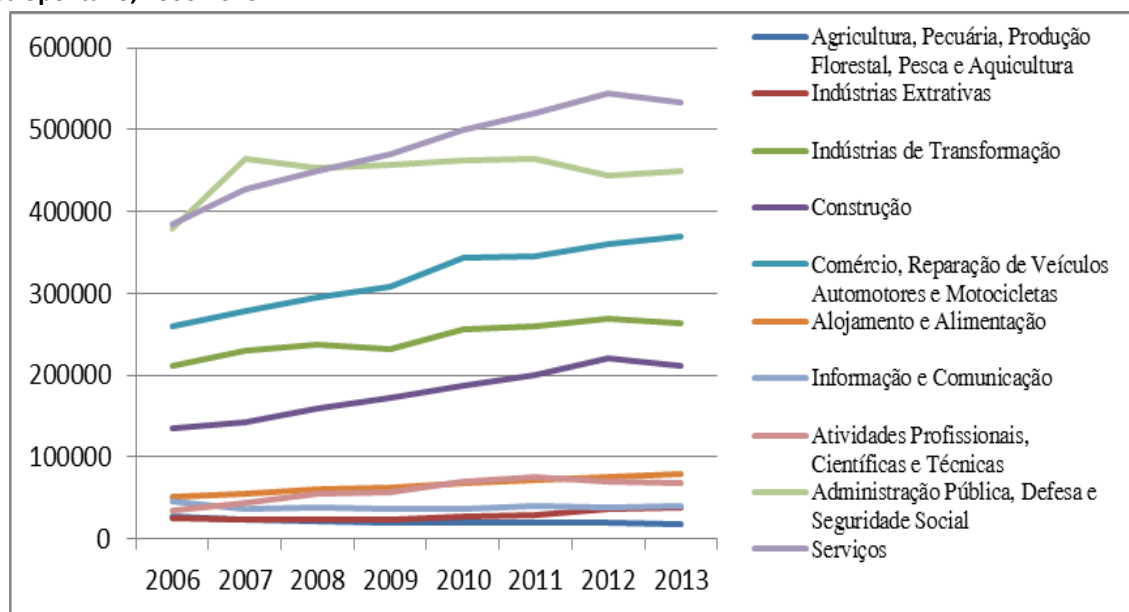
Como essa é uma região cujo dinamismo da economia está muito concentrado em um único município dos trinta e três, são necessárias políticas que estimulem o entorno. Como a indústria metalúrgica, principal atividade do território, está perdendo dinamismo é importante uma política produtiva com o objetivo de maior diversificação produtiva. O Estado deveria incentivar o empreendedorismo inovador com a criação de novas oportunidades econômicas e apoiar projetos nessa região voltados para a alavancagem da produção industrial local com atividades que seriam afins à desenvolvida no território.

TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO

O território Metropolitano tem uma área de 35.822,64Km² e uma população de 5.880.619 habitantes, 95,7% da população vivem na zona urbana e 4,3% na zona rural. A densidade demográfica é 164,16hab/Km² é a maior densidade do Estado. É composta por 90 municípios. A economia mineira tem uma concentração nesse território, em média, 40% do produto interno bruto de Minas Gerais. Esse é o território com a estrutura produtiva mais dinâmica e diversificada. Nesse território há também uma concentração da atividade econômica nos municípios de Belo Horizonte, Betim e Contagem, em média, 70% da economia do território metropolitano estão nesses três municípios. Os demais municípios do entorno, há um contexto de estrutura produtiva mais atrasada que requer incentivo ao empreendedorismo social com geração de trabalho e renda para inclusão dos vulneráveis e excluídos. Além disso, a busca de atração de investimentos para esses municípios.

Em 2012, o PIB do território foi de R\$164.777 milhões. O setor de serviços tem a maior participação na economia da região, 63,5% do valor adicionado, R\$88.520 milhões (figura 1 – Apêndice A). A principal atividade do setor é comércio e serviços de manutenção e reparação. A administração pública é uma das atividades que mais emprega no território, esse valor é elevado porque há uma centralização da administração pública estadual nesse território (figura 13). Além disso, é o polo que centraliza os serviços de maior complexidade do estado uma vez que há uma concentração populacional no território (30%).

Figura 13 – Pessoal ocupado por atividade econômica, Território de Desenvolvimento Metropolitano, 2006-2013



Fonte: RAIS, elaboração Fundação João Pinheiro.

A indústria representou 35,9% do valor adicionado regional, R\$50.021 milhões (figura 1 – Apêndice A). A indústria de transformação e extrativa são as mais importantes. Na indústria extrativa a principal atividade é extração de minério de ferro. Na indústria de transformação destacam-se os segmentos de automóveis e autopeças, da metalurgia (fabricação de ferro, aço e ferro-gusa), da siderurgia e do refino de produtos do petróleo. O município de Betim é o maior polo industrial de Minas Gerais uma vez que abriga tanto a produção de automóveis e autopeças quanto o refino de derivados de petróleo, além de produzir também ferro, aço e ferro-gusa.

A agropecuária tem pouca relevância na dinâmica econômica dessa região, representou apenas 0,7% do valor adicionado do território, R\$959 milhões (figura 1 – Apêndice A). Tem produção de milho, tomate, cana-de-açúcar, frutas cítricas dentre outros. Na pecuária destaca-se a criação de bovinos para produção de leite.

A taxa de analfabetismo total é de 4,7%, na zona rural é 15,4% e na zona urbana 4,2%. Há uma marcante distinção entre o rural e urbano no território metropolitano. Quanto ao nível de instrução tem-se que 52,2% da população não tem instrução ou tem fundamental incompleto, 22,8% tem médio completo e superior incompleto, 9% tem nível superior completo.

Além da aglomeração metalúrgica e de automóveis estão presentes também dois arranjos produtivos locais, um de biotecnologia⁹ que atua nos segmentos de saúde humana, saúde animal, meio-ambiente e agronegócios e o de calçados e bolsas¹⁰. Além disso, na UFMG está o curso aeroespacial de referência. Ações que induzam a pesquisa e a extensão nesses temas são importantes no processo de desenvolvimento de novas atividades econômicas que modernizarão a estrutura produtiva.

TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO OESTE

O território Oeste tem uma área de 29.824,53Km² e uma população de 1.194.156 habitantes, 88,8% da população vivem na zona urbana e 11,2% na zona rural. A densidade demográfica é 40,0hab/Km². É composta por 56 municípios. A participação desse território na economia mineira foi, em média, 5% do PIB de Minas Gerais no período de 2000 e 2012. Os municípios de maior relevância no território são Divinópolis, Itaúna, Pará de Minas e Formiga com participações médias no produto interno bruto regional de 21%, 9%, 9% e 5%, respectivamente.

O produto interno bruto nesse território em 2012 foi R\$ 20.833 milhões. A indústria teve uma participação de 28% no valor adicionado da região, R\$ 5.227 milhões (figura 1 – Apêndice A). A indústria de transformação e extrativa são as mais importantes. Na primeira tem-se extração de minério de ferro, calcário, dolomita, dentre outros. Na indústria de transformação tem destaque as a produção de calçados, laminados, ferro-gusa e aço, encontra-se nessa região o arranjo produtivo local (APL) de calçados em Nova Serrana¹¹, um de vestuário e um APL de fundição¹².

A cadeia produtiva de metalúrgica necessita de introdução de novos conhecimentos e inovações para garantir à base produtiva existente maior competitividade. No caso dos arranjos produtivos locais é preciso estimular o empreendedorismo inovador. No caso das plantas de ferro gusa e fundição já existe um esforço de se adaptar às exigências ambientais objetivando uma produção sustentável e isso deve ser estimulado. Em termos de pessoal ocupado a indústria de transformação é a atividade que mais emprega no território, apresentou um crescimento no número de trabalhadores ocupados de 30% entre 2006 e 2013 (figura 14).

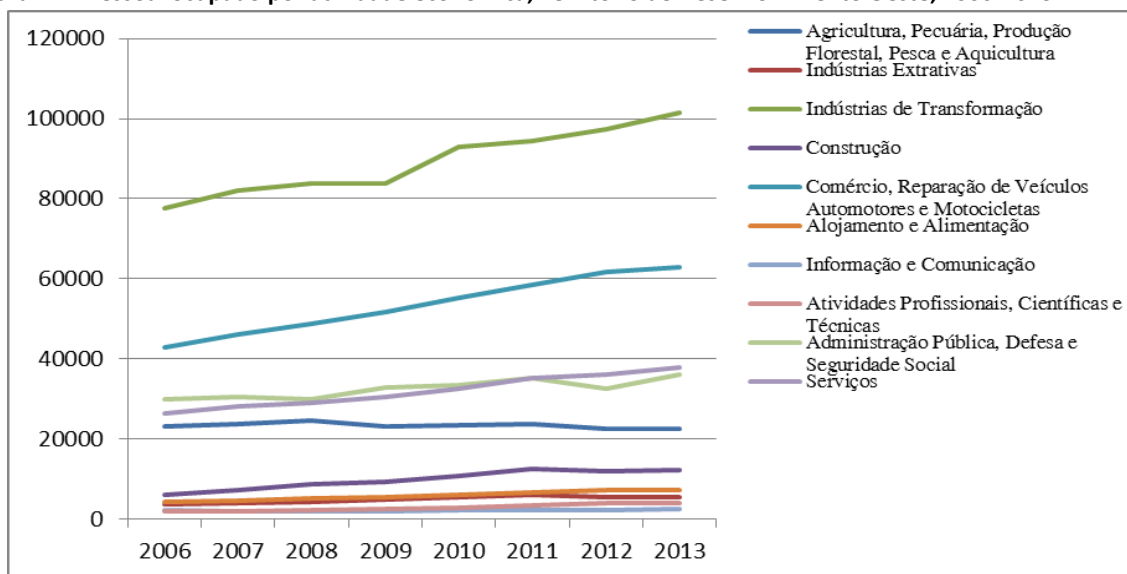
⁹ Municípios de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Esmeraldas, Lagoa Santa, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, São José da Lapa e Vespasiano.

¹⁰ Municípios: Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Matozinhos, Sabará, Santa Luzia, Nova Lima, Itaúna.

¹¹ - Municípios: Nova serrana, Perdigoão, Araújos, São Gonçalo do Pará, Bom Despacho, Conceição do Pará, Divinópolis, Pitangui, Igaratinga, Leandro Ferreira, Onça de Pitangui e Pará de Minas. (Cap 10 Ideias em Desenvolvimento). Fabricação de calçados de couro, tênis de qualquer material, calçados de outros materiais, calçados de plástico que apresentam diversificação produtiva. (CROCCO, GALINARI (2002)).

¹² Municípios: Cláudio, Divinópolis e Itaúna.

Figura 14 – Pessoal ocupado por atividade econômica, Território de Desenvolvimento Oeste, 2006-2013



Fonte: Rais, elaboração Fundação João Pinheiro.

O setor serviços tem uma participação significativa na economia desse território. Em 2012 a participação foi de 60,5% do valor adicionado da região, R\$ 11.353 milhões (figura 1 – Apêndice A). A administração pública e o comércio são as atividades principais. Ao longo do tempo a atividade de comércio tendeu a ampliar o número de pessoal ocupado (fig. 14 acima).

A agropecuária teve uma participação no valor adicionado do território de 11,6%, R\$ 2.170 milhões, em 2012 (figura 1 – Apêndice A). Em termos de pessoal ocupado houve uma redução, no período de 2006 a 2013, de 2% (passou de 23.193 trabalhadores para 22.525) (figura 10). Isso reflete a redução da participação da agropecuária desse território na agropecuária de Minas Gerais (reduziu de 8% em 2006 para 7% em 2012). Os principais produtos são da pecuária na criação de bovinos e aves. Na lavoura temporária que é a sexta maior do estado tem-se a produção de milho e cana-de-açúcar. Na lavoura permanente destaca-se a produção de café Arábica. Na região 61% da população não tem instrução ou tem fundamental incompleto, 17,3% tem médio completo e superior incompleto e 5,8% tem superior completo. A taxa de analfabetismo total é de 6,4%, na zona rural é 11,5% e na zona urbana 5,7%.

A atividade de turismo nesse território teve uma ampliação no pessoal ocupado de 49,7% entre 2006 e 2013. Os circuitos turísticos mais importantes na região são: Grutas e Mar de Minas, Verde- Trilha dos bandeirantes e Caminhos do Indaiá. Nesse contexto é possível estimular o desenvolvimento sustentável por meio do ecoturismo.

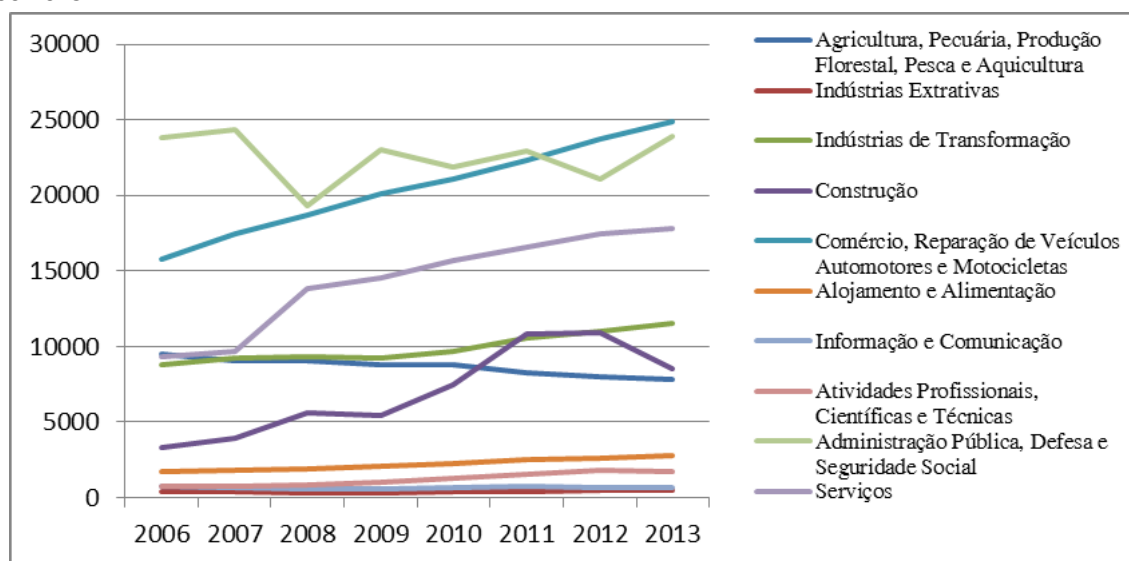
As instituições de ensino superior existentes neste território devem ser estimuladas à realizar parcerias com as empresas locais, particularmente junto àquelas que fazem parte dos arranjos produtivos locais de calçados e vestuário.

TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO CAPARAÓ

O território Caparaó tem uma área de 15.388,80Km² e uma população de 675.711 habitantes, 67,2% da população vivem na zona urbana e 32,8% na zona rural. A densidade demográfica é 43,91hab/Km². É composta por 55 municípios. A participação do território em Minas Gerais é pequena, foi de 2%, em média, entre 2000 e 2012. Os municípios com maior participação na atividade econômica do território são: Manhuaçu, Ponte nova, Viçosa, Manhumirim, com participações no PIB do território iguais a 18,6%, 12,1%, 10,6%, 3,8%, em média, no período.

Em 2012, o produto interno bruto do território foi R\$7.996 milhões. A principal atividade foi serviços com participação 66,9%, R\$4.952 milhões. As principais atividades são comércio e administração pública. O comércio teve uma ampliação no número de trabalhadores formais ocupados entre 2006 e 2010 (figura 15), ultrapassando inclusive o pessoal ocupado na administração pública que era a mais relevante. Os outros serviços apresentaram um aumento do pessoal ocupado no mesmo período.

Figura 15 – Pessoal ocupado por atividade econômica, Território de Desenvolvimento Caparaó, 2006-2013



Fonte: Rais, elaboração Fundação João Pinheiro.

A agropecuária é a segunda atividade mais importante do território. Em 2012, participou com 18,7% do valor adicionado da região, R\$1.396 milhões. A principal atividade foi a lavoura permanente de café, seguida pela pecuária de bovinos e a lavoura temporária de cana de açúcar. Embora a participação da agropecuária do território na agropecuária mineira tenha sido de 5%, em 2006, e 5%, em 2012, teve-se uma redução no número de trabalhadores formais de 16% (9500 trabalhadores para 7968) (figura 15). A atividade de agropecuária necessita de estímulos

A indústria tem a menor participação na economia local, em 2012, representou 14,4% do valor adicionado da região, R\$ 1.067 milhões. As principais atividades são a construção civil e a indústria de transformação. A construção civil ampliou o número de trabalhadores no período entre 2006 e 2011 (figura 15), no entanto, desde então tem reduzido. Já a indústria de transformação ocorreu um aumento do número de trabalhadores empregados nessa atividade (aumentou 31%). As atividades importantes na indústria de transformação são abate de suínos e aves, fabricação produtos de carne, laticínios, fabricação de açúcar, fabricação de adubos e fertilizantes, fabricação de medicamentos para uso veterinário.

Além das instituições de ensino existentes foi inaugurado, em 2011, o parque tecnológico TecnoPARQ, no município de Viçosa, com o objetivo de compartilhar laboratório e equipamentos e promover maior interação com grupos de pesquisa. Essa estrutura será um suporte para o arranjo produtivo local de biotecnologia identificado nesse território. Há também uma identificação de um APL de eletrônicos e software nessa região. Tal coexistência no território torna-o espaço fértil para ações que induzam a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias na área de eletrônicos, software e biotecnologia.

Essa região tem a sexta maior proporção de indigentes (41,8%) e de pobres (16,1%) do Estado¹³. É necessária uma política produtiva que estimule o empreendedorismo social e a inclusão produtiva. Como 69,7% da população não tem instrução ou tem fundamental incompleto, 12,4% da população tem fundamental completo e médio incompleto e 13,1% tem médio completo e superior incompleto, o território precisa de uma política de emancipação com profissionalização do ensino médio e também a promoção da qualificação profissional de uma maneira mais ampla.

TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO MATA

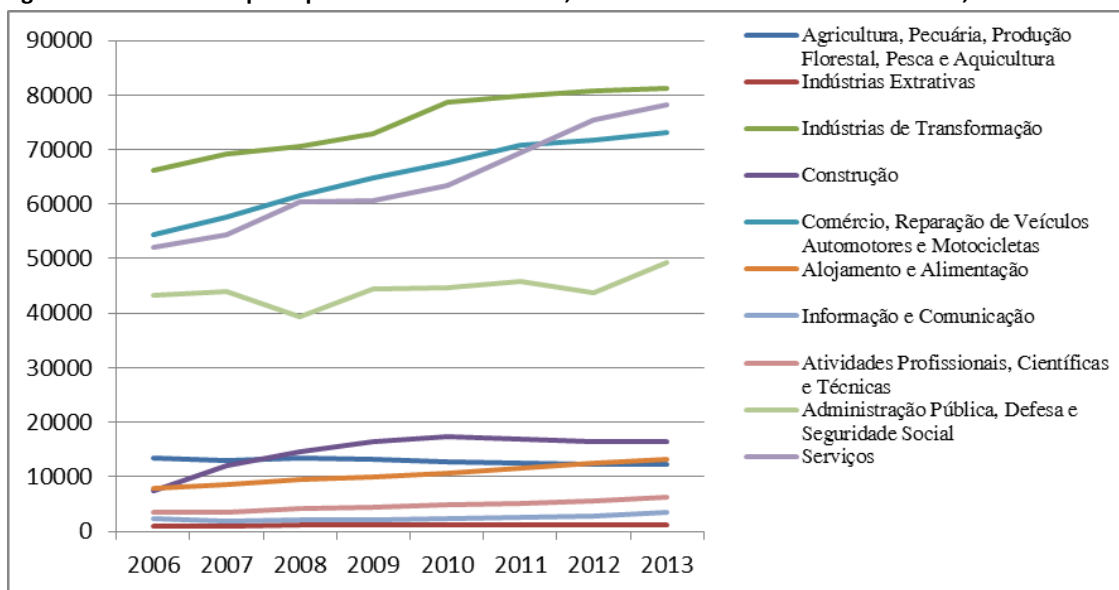
O território da Mata tem uma área de 24.533,74Km² e uma população de 1.561.463 habitantes, 86,79% da população vivem na zona urbana e 13,21% na zona rural. A densidade demográfica é 63,65hab/Km². É composta por 93 municípios que, em conjunto, produziram um PIB de R\$22.967 milhões em 2012. A região teve uma participação na economia mineira de 6%, em média, no período de 2000 a 2012. Mas ao longo desse período essa participação teve tendência de redução, pois era 6,9%, em 2000, e reduziu para 5,7% em 2012. Essa região apresenta uma desigualdade significativa em termos da distribuição da estrutura produtiva, pois somente o município de Juiz de Fora concentra parte significativa da produção do território.

¹³ - Os dados tem como fonte o Censo Demográfico 2010, compilados no site www.mapaderesultados.mg.gov.br.

O município de Juiz de Fora participou, em média, com 45% do PIB do território entre 2000 e 2012. A participação desse município tem apresentado uma tendência de queda, no início do período a participação era de 47% e no final do período era 43,9%. O segundo município mais importante da região é Ubá com uma participação na economia do território, em média, 6%. Essa participação apresenta uma tendência de ampliação, no início do período era de 5,4% e ampliou para 6,7% em 2012. O município de Muriaé, terceiro maior do território, com uma participação, em média de 5% da economia local também apresentou um crescimento nessa participação entre 2000 e 2012. Muriaé participava com 4,9%, em 2000, e ampliou essa participação para 5,6% em 2012.

A principal atividade do território é serviços, seguida pela indústria e em terceiro a agropecuária. Em 2012, a participação dos serviços no valor adicionado do território foi igual a 70,9%, R\$14.240 milhões (figura 1 – Apêndice A). As atividades de administração pública, comércio e as atividades imobiliárias são as mais importantes no território. No período de 2006 a 2013 houve uma tendência de aumento do pessoal ocupado nas atividades de comércio, outros serviços e administração pública (figura 16).

Figura 16 – Pessoal ocupado por atividade econômica, Território de Desenvolvimento Mata, 2006-2013



Fonte: Rais, elaboração Fundação João Pinheiro.

A indústria representou 14,4% do valor adicionado do território, em 2012, R\$4.689 milhões (figura 1 – Apêndice A). A principal indústria é a de transformação. Nesse segmento a destaca-se a fabricação de móveis, abate de aves, produção de relaminados, metalurgia de não ferrosos, dentre outros. Está presente no território um APL de móveis que tem como município polo Ubá¹⁴. O número de empregados teve crescimento de 23% no período de 2006 a 2013 (Fig 16).

Em Cataguases, Leopoldina e Mirai foi também identificado um pequeno APL de atividade audiovisual, de acordo com CROCCO e GALINARI (2002), com potencial de desenvolvimento dessa atividade, uma vez que os municípios envolvidos têm um pequeno número de habitantes. Essa seria uma atividade a ser estimulada por meio do empreendedorismo e da capacitação local com vistas a fortalecer os municípios menores.

A agropecuária tem participação pequena na economia do território. Em 2012, significou 5,7% do valor adicionado da Mata, R\$1.152 milhões (figura 1 – Apêndice A). O pessoal ocupado nesse setor tem tendência de redução (figura 16). A principal atividade da agropecuária foi a pecuária de bovinos. Na lavoura temporária destaca-se a produção de milho e na permanente a produção de café. As atividades desse setor podem ser fortalecidas por com incentivos para o desenvolvimento rural.

Nesse território 59% da população não tem instrução ou tem fundamental incompleto, 18,7% tem médio completo e superior incompleto e 7,4% tem superior completo. A taxa de analfabetismo total é de 7,3%, na zona rural é de 15% e na zona urbana é de 6,2%. Há uma aglomeração de instituições de ensino superior neste território favorecendo a **parceria com as empresas** para o desenvolvimento das vocações locais (APL de móveis, por exemplo). Estava para ser instalado um **parque tecnológico em Juiz de Fora** e tal ação seria importantíssima para impulsionar a estrutura produtiva local.

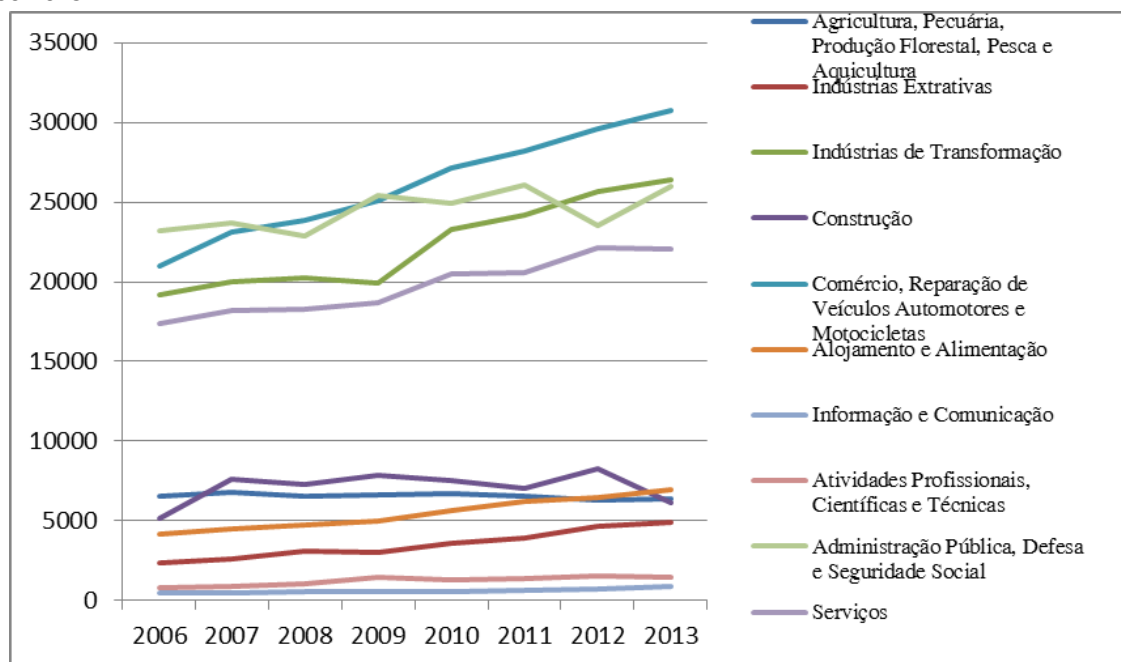
TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO VERTENTES

O território de Vertentes tem uma área de 15.104,78 Km² e uma população de 723.489 habitantes, 81,71% da população vivem na zona urbana e 18,29% na zona rural. A densidade demográfica é 47,9 hab/Km². É composta por 50 municípios que geraram R\$12.304 milhões de PIB em 2012. Esse território teve uma participação de 2,9%, em média, no PIB mineiro no período de 2000 a 2012. Os municípios que têm a maior parte da estrutura produtiva são Ouro Branco, Barbacena, São João Del Rei, Conselheiro Lafaiete e Congonhas. Ouro Branco tem a maior participação no PIB da região, em média, 21,7% do PIB. O município de Congonhas aumentou sua participação de modo significativo, passou sua participação de 5,5% do PIB do território, em 2000, para 19,2% em 2012. Em contrapartida o município de Barbacena tem pedido participação na economia do território, em 2000, representava 20,3% do PIB de Vertentes e, em 2012, foram 9,6%.

O setor com maior participação na economia local são os serviços. Em 2012, a participação foi de 55% no valor adicionado local, R\$6.167 milhões (figura 1 – Apêndice A). As principais atividades são administração pública, comércio e atividades imobiliárias. Em termos de pessoal ocupado as atividades desse setor tiveram uma tendência de aumento no período de 2006 a 2013. No comércio o aumento de pessoal ocupado foi de 46%, sendo a atividade que mais emprega no território (figura 17).

¹⁴ Municípios: Guidoal, Guiricema, Piraúba, Rio Pomba, rodeiro, São Geraldo, Tocantins, Ubá e Visconde do Rio Branco.

Figura 17 – Pessoal ocupado por atividade econômica, Território de Desenvolvimento Vertentes, 2006-2013



Fonte: Rais, elaboração Fundação João Pinheiro.

O segundo setor de atividade relevante no território de Vertentes é indústria, em 2012, representou 38,8% do valor adicionado local, R\$4.325 milhões. A indústria extrativa e de transformação são as mais importantes. Na indústria extrativa tem-se a extração de minério de ferro, manganês, calcário, dolomita, dentre outros. No período de 2006 a 2013 ocorreu um aumento de pessoal ocupado na indústria extrativa do território igual a 106% (figura 17).

Na indústria de transformação algumas atividades de destaque são a produção de laminados de aço, cimento, ferroligas, fabricação de produtos químicos, alumínio. O pessoal ocupado na indústria de transformação apresentou crescimento de 35% entre 2006 e 2013 (figura 17). A atividade de agropecuária tem a menor relevância na estrutura produtiva do território. Em 2012, esse setor representou 5,8% do valor adicionado do território, R\$650 milhões (figura 1 – Apêndice A). A lavoura temporária é a atividade mais importante com destaque para produção de milho e feijão, seguida da pecuária de bovinos. O pessoal ocupado nessa atividade apresentou ligeira queda no período de 2006 a 2013.

A proporção da população sem instrução ou fundamental incompleto foi 60,5%, com médio completo e superior incompleto 19,1% e superior completo 6,3%. A taxa de analfabetismo¹⁵ total é 6,7% abaixo da verificada em Minas Gerais, mas a taxa de analfabetismo rural é 13% e a urbana 5,3%.

¹⁵ - A taxa de analfabetismo mede o número de pessoas, a partir de 15 anos de idade, consideradas analfabetas. Considera-se alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece.

Nessa região poderia ser estimulada a parceria das instituições de ensino com empresas nas diversas atividades, mas principalmente na fabricação de produtos químicos e nas possibilidades de agregar valor na cadeia produtiva metalurgia-siderurgia.

Essa região é a oitava do Estado com maior proporção de indigentes (33,1%) e nona maior em taxa de proporção de pobres (11,8%). Atividades produtivas inclusivas são urgentes nessa região. Necessita de uma ação por meio do desenvolvimento produtivo rural e do empreendedorismo social.

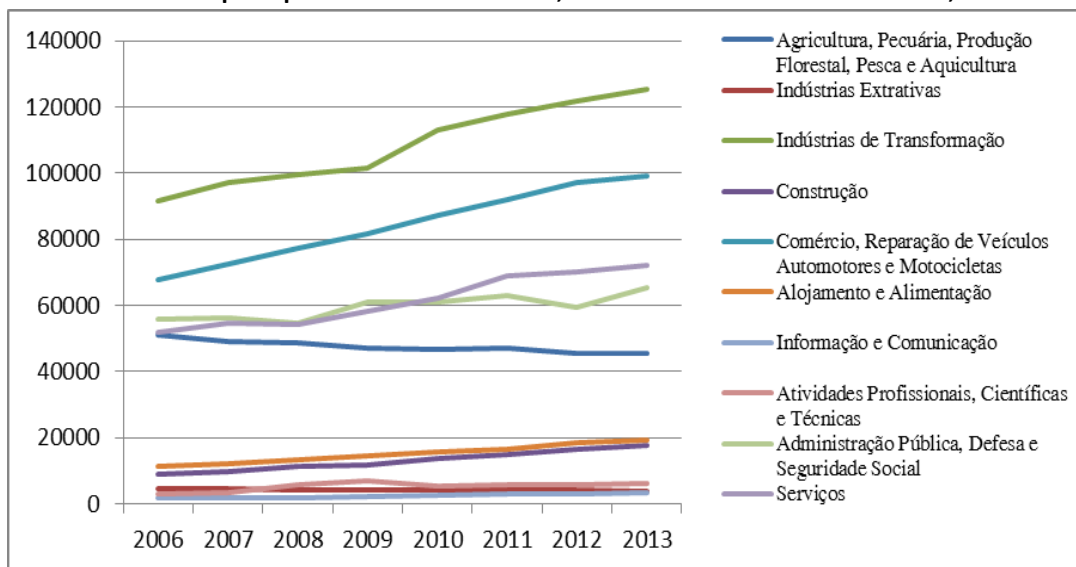
TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO SUL

O território de Desenvolvimento do Sul tem uma área de 26.248,08Km² e uma população de 1.408.828 habitantes, 79,9% da população vivem na zona urbana e 20,1% na zona rural. A densidade demográfica é 53,67 hab/Km² é a quarta maior densidade. É composta por 119 municípios que, em conjunto, geraram um PIB de R\$ 40.923 milhões em 2012. O território de desenvolvimento Sul é o segundo território mais importante na economia do Estado, representou, em média, 10% do produto interno bruto mineiro no período de 2000 a 2012. Os municípios mais importantes nesse território são Poços de Caldas, Varginha, Pouso Alegre, Três Corações, Itajubá e Extrema. Destaca-se uma dinâmica econômica nesse território que foi a redução da participação de Poços de Caldas de 15,3%, para 11,2% e o crescimento da participação de extrema de 3,0% para 8% entre 2000 e 2012.

O setor serviços é o mais importante para a economia do território. Em 2012, representou 66% do valor adicionado do território, R\$27.767 milhões (figura 1 – Apêndice A). As principais atividades são comércio e administração pública. O comércio tem ampliado o número de trabalhadores empregados no período de 2006 a 2013 (figura 18). Essa é a atividade responsável pelo crescimento da participação do município de Extrema na economia da região, tal município tem um comércio atacadista que vem crescendo. A agropecuária, apesar de ser a atividade com menor participação no valor adicionado do território (10,9%), em 2012, R\$4.332 milhões, é a mais importante dentro da agropecuária mineira. No entanto, essa participação vem reduzindo, era 18%, em 2000, e passou a ser 14% em 2012. O pessoal ocupado nessa atividade também reduziu em 12,5% entre 2006 e 2013 (figura 18).

As principais atividades são da lavoura permanente, a segunda maior do Estado, com a produção de café. Na lavoura temporária, quarta maior do estado destaca-se a produção de batata inglesa. A pecuária é a maior de Minas Gerais e o destaque é a produção de bovinos com a produção de leite. Nesse território são importantes incentivos de pesquisa de novos produtos que agreguem valor à cadeia produtiva agropecuária.

Figura 18 – Pessoal ocupado por atividade econômica, Território de Desenvolvimento Sul, 2006-2013



Fonte: Rais, elaboração Fundação João Pinheiro.

A indústria é o segundo setor mais importante da economia local. A participação desse setor no valor adicionado do território, em 2012, foi de 21,9%, R\$7.864 milhões (figura 1 – Apêndice A). A principal indústria é a de transformação e as atividades de destaque são produção de laticínios, cimento, peças e acessórios automotivos, periféricos para equipamentos de informática, produção alumínio, adubos e fertilizantes, dentre outros. A indústria de transformação é a que mais emprega no território e apresentou crescimento de 37% entre 2006 e 2013.

Está nesse território o APL da indústria Eletroeletrônica de Santa Rita do Sapucaí¹⁶, região conhecida como “Vale da Eletrônica”. Além desse, identificou-se, em Itajubá, também o APL de material elétrico e de comunicações e de material de transporte em Itajubá. Essa última aglomeração está associada a fatores relacionados à indústria automotiva que desconcentrou de São Paulo na década de 70 e encontrou no Sul de Minas Gerais uma alternativa.

Em Itajubá está o parque tecnológico ParCTec desde 2012 com o objetivo de ampliar a cultura da inovação e do empreendedorismo. As pesquisas desenvolvidas são nas áreas de energia, eletrônica, tecnologia da informação, software, bioengenharia e aeronáutica. Está sendo construído um parque tecnológico em Lavras que pretende contar com empresas nas áreas de saúde animal, tecnologia de alimentos, biotecnologia, tecnologia da informação e engenharias.

¹⁶ - Municípios: Santa Rita do Sapucaí, Itajubá e Pouso Alegre.

A taxa de analfabetismo¹⁷ total é 7,2%, na zona rural é 11,7% e na zona urbana 6,1%. Cerca de 60% da população não tem instrução ou tem fundamental incompleto, 17,7% tem médio completo e superior incompleto e 6,8% tem superior completo.

Essa região devido à presença de parques tecnológicos, arranjo produtivo local na área de eletroeletrônicos e grande número de instituições de ensino superior apresenta a possibilidade de desenvolvimento da denominada “Economia do Conhecimento” no Estado juntamente com o território Metropolitana. Assim, deve ser reforçada a parceria entre instituições de ensino superior e empresas bem como estímulo a pesquisa e extensão nas áreas relacionadas à produção local.

TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO SUDOESTE

O território de Desenvolvimento do Sudoeste tem uma área de 27553,81Km² e uma população de 1.200.777 habitantes, 83,96% da população vivem na zona urbana e 16,04% na zona rural. A densidade demográfica é 43,58 hab/Km². É composta por 34 municípios que, em conjunto, geraram um PIB de R\$ 12.141 milhões em 2012. Esse território tem uma participação pequena na economia mineira, em média, 3% do PIB mineiro. Os municípios mais importantes para a economia local são os municípios de Passos, Guaxupé, São Sebastião do Paraíso, Piumhi e Ibiraci. Está localizada nesses municípios a maior parte da estrutura produtiva do território, representaram juntos, 50,8% do produto interno bruto do território.

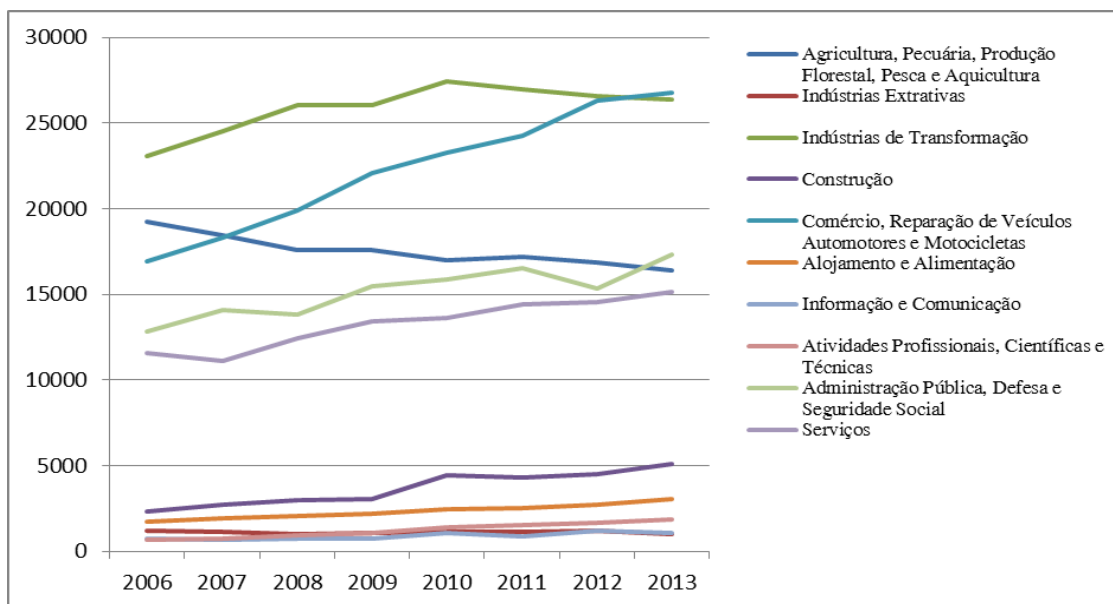
A agropecuária desse território é a sexta maior do Estado, em 2012, representou 7,5% do valor adicionado mineiro. No território a participação do setor na economia é o menor, 20,3% do valor adicionado, R\$2.265 milhões (figura 1 – Apêndice A). O pessoal ocupado desse setor reduziu 10% entre 2006 e 2013 (figura 19). A principal atividade do território é a lavoura permanente, maior de Minas Gerais, e o produto mais importante é o café. A lavoura temporária é a quinta maior do Estado e o destaque vai para a produção de milho. A pecuária é a sexta maior do Estado e é na criação de bovinos para leite.

A indústria representou, em 2012, 20,3% do valor adicionado local. A principal atividade é o SIUP com a geração e distribuição de energia elétrica de Furnas. A indústria de transformação é a segunda maior. Destaca-se a fabricação de cimento, laticínios, abate, alimentos para animais, fios cabos e condutores, dentre outros. A indústria de transformação era a atividade que tinha maior número de pessoal ocupado em 2006, mas vem sendo ultrapassada pelo comércio (figura 19). Nesse território foi identificado um APL de material elétrico e de comunicações em Monte Santo de Minas e Guaxupé¹⁸.

¹⁷ - A taxa de analfabetismo mede o número de pessoas, a partir de 15 anos de idade, consideradas analfabetas. Considera-se alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece. Dados do Censo Demográfico 2010.

¹⁸ - Fabricação de geradores de corrente contínua ou alternada, fabricação de aparelhos e utensílios para sinalização e alarme, fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados.

Figura 19 – Pessoal ocupado por atividade econômica, Território de Desenvolvimento Sudoeste, 2006-2013



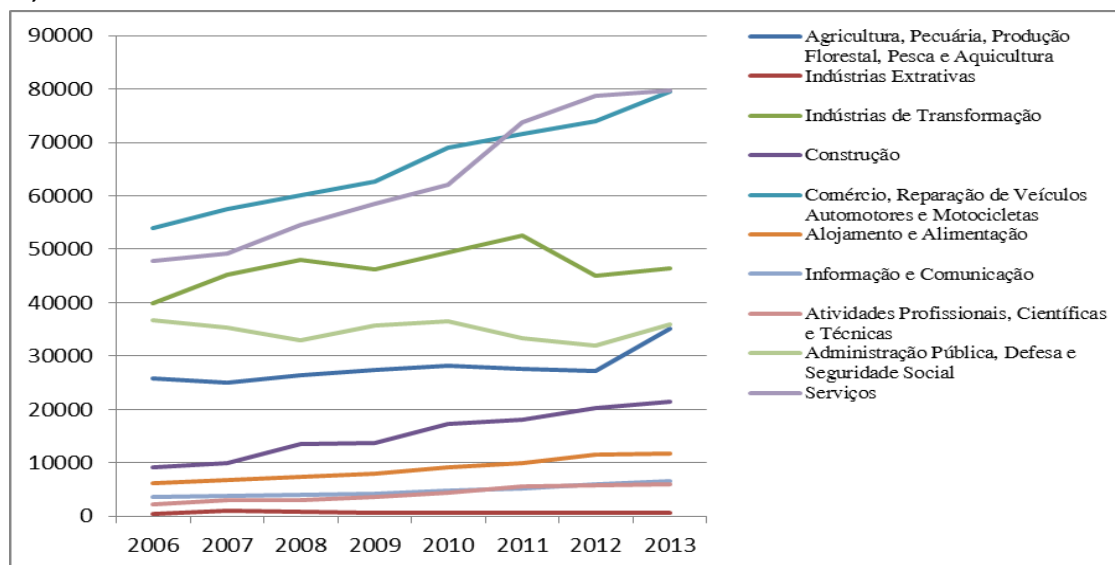
Fonte: Rais, elaboração Fundação João Pinheiro.

TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO TRIÂNGULO DO NORTE

O território de Desenvolvimento do Triângulo do Norte tem uma área de 44.624,33Km² e uma população de 1.178.946 habitantes, 92,33% da população vivem na zona urbana e 7,67% na zona rural. A densidade demográfica é 26,42 hab/Km². É composta por 30 municípios que, em conjunto, geraram um PIB de R\$ 36.511 milhões em 2012. Essa região é o terceiro território mais importante do Estado, representou 9% do PIB mineiro em 2012. Os municípios com maior participação na economia local são Uberlândia, Araguari, Ituiutaba e Patrocínio. Em 2012, esses municípios, dentre os trinta do território, representaram 77% do PIB do território. Há uma desigualdade significativa na distribuição da estrutura produtiva nesse território. Assim, com o objetivo de reduzir essa desigualdade entre os municípios deve ser estimulado nos municípios menores o empreendedorismo social.

A agropecuária do Triângulo do Norte apresenta a segunda maior participação na agropecuária do Estado, 13,7% do valor adicionado da agropecuária em 2012. Essa atividade na economia interna representou 13,5% do valor adicionado do território (figura 1 – Apêndice A). O pessoal ocupado nesse setor teve crescimento entre 2006 e 2013 de cerca de 40% (figura 20). As principais atividades são lavoura temporária, a terceira maior do Estado, a principal produção é de soja. A lavoura permanente é a quarta maior do Estado e a principal atividade é a produção do café. Na pecuária, também a quarta maior do Estado, a produção principal é de Leite. **Deve ser fortalecido e incentivado nesse setor a introdução de novas tecnologias de produção.**

Figura 20 – Pessoal ocupado por atividade econômica, Território de Desenvolvimento Triângulo do Norte, 2006-2013.



Fonte: Rais, elaboração Fundação João Pinheiro.

A indústria é a segunda maior de Minas Gerais, representou 8% do valor adicionado industrial mineiro em 2012. Na economia do território esse setor participou com 26,9% do valor adicionado do território, R\$8.219 milhões (figura 1 – Apêndice A). A principal atividade é da indústria de transformação seguida pelo SIUP (Usina Martins em Uberlândia). Na indústria de transformação destacam-se as atividades de fabricação de cigarros, produtos do refino de petróleo, fabricação de laticínios, fabricação de açúcar, frigorífico, fabricação de amido e fécula de vegetais. O pessoal ocupado na indústria de transformação apresentou um crescimento de 16% entre 2006 e 2013 (Figura 20). Nesse território identificou-se um APL do setor Químico em Uberaba¹⁹.

O Triângulo do Norte tem a terceira maior participação no setor serviços mineiro, 8,3% do valor adicionado. É o setor mais importante na economia do território, representou 59,5% do valor adicionado do Triângulo do Norte, R\$18.162 milhões (figura 1 – Apêndice A). A principal atividade é o comércio. O pessoal ocupado no comércio aumentou 39% entre 2006 e 2013 (figura 20).

A taxa de analfabetismo total do território é 6%, na zona rural é 10,3% e na zona urbana 5,6%. O percentual da população sem instrução ou com o fundamental incompleto é 55%, com médio completo e superior incompleto é cerca de 20% e com superior completo 8,3%. É possível melhorar a capacitação da população local, embora ela tenha os melhores índices entre os territórios mineiros.

¹⁹ - Fabricação de fertilizantes fosfatados nitrogenados e potássicos, fabricação de outros defensivos agrícolas, fabricação de artigos de perfumaria e cosméticos, fabricação de outros produtos químicos não especificados, fabricação de laminados planos e tubulares plásticos.

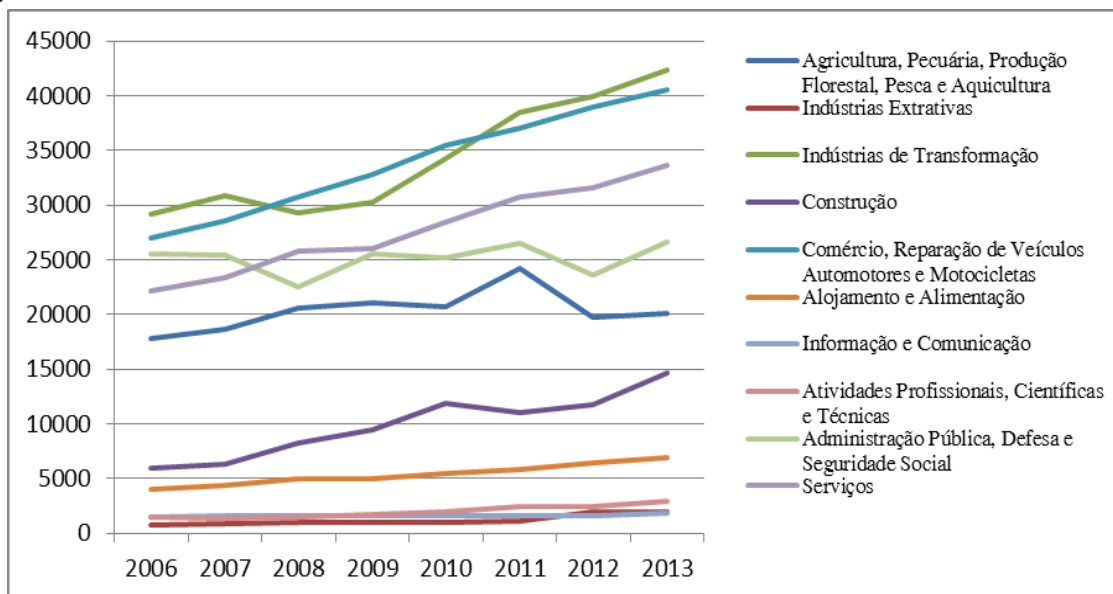
A presença de instituições de ensino superior no território e também da conexão da cadeia agropecuária associada à química deve ser fornecido estímulos às pesquisas nessas áreas com o objetivo de fortalecimento desse setor produtivo local.

TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO TRIÂNGULO DO SUL

O Território de Desenvolvimento do Triângulo do Sul tem uma área de 35.548,37Km² e uma população de 697.812 habitantes, 91,67% da população vivem na zona urbana e 8,33% na zona rural. A densidade demográfica é 19,63 hab/Km². É composta por 27 municípios que, em conjunto, geraram um PIB de R\$ 22.384 milhões em 2012. A economia do Triângulo do Sul é a quarta mais importante do Estado. Em 2012, a região participou com 5,5% do PIB mineiro. Os municípios com maior participação na estrutura produtiva do território são Uberaba, Araxá, Fronteira, Frutal e Iturama. Em 2012, esses municípios representaram 69% do PIB do território. Há nesse território uma grande concentração da atividade produtiva. A expansão produtiva nos outros municípios do território pode advir do estímulo ao empreendedorismo social bem como das incubadoras sociais.

O Triângulo do Sul tem a terceira maior participação na agropecuária mineira, em 2012, representou 13,5% do valor adicionado da agropecuária mineira. Na economia do território esse setor participou com 20,7% do valor adicionado do território, R\$ 4.079 milhões (figura 1 – Apêndice A). O pessoal ocupado na agropecuária cresceu 13% entre 2006 e 2013, mas o pico de pessoal ocupado aconteceu em 2011 (figura 21). A lavoura temporária é a maior do Estado os principais produtos são cana-de-açúcar, soja e milho. Na lavoura permanente tem-se a produção de café e na pecuária a produção de leite (quinta maior do estado).

Figura 21 – Pessoal ocupado por atividade econômica, Território de Desenvolvimento Triângulo do Sul, 2006-2013

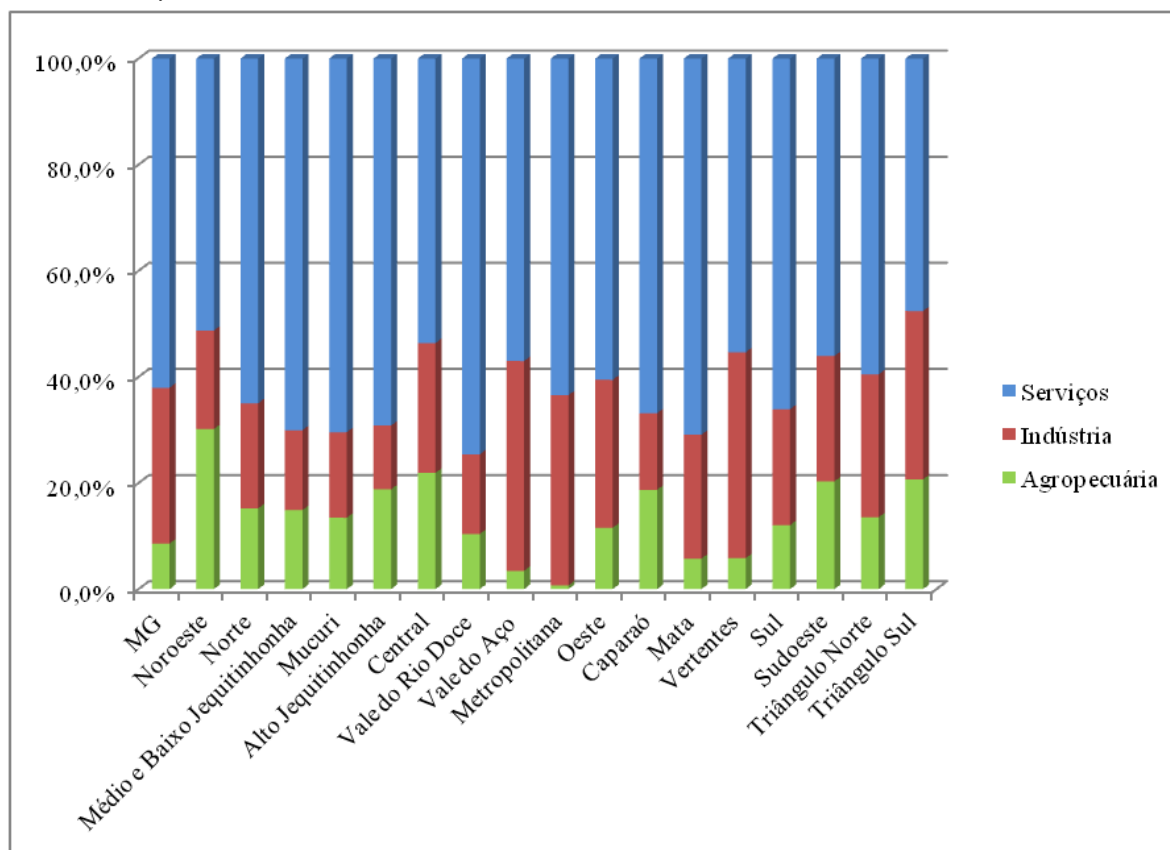


Fonte: Rais, elaboração Fundação João Pinheiro.

A indústria do Triângulo do Sul tem maior peso na economia interna que a indústria na economia mineira, participou com 31,8% do valor adicionado do território, R\$6.268 milhões, em 2012 (figura 1 – Apêndice A). Teve a quarta maior participação no valor adicionado da indústria mineira. A indústria de transformação tem a maior participação na indústria. O pessoal ocupado na indústria de transformação cresceu 37% entre 2006 e 2013, tornando-se o setor que mais emprega no território (figura 21). Destaca-se a produção de ferroligas, adubos e fertilizantes, produtos do refino do petróleo, açúcar, álcool, defensivo agrícola e frigorífico.

O percentual da população sem instrução ou fundamental incompleto é 55,6%, com médio completo e superior incompleto é 19,5% e superior completo é 8%. A taxa de analfabetismo total é 6%, na zona rural 8,6% e na zona urbana 5,8%. Poderá ser incentivado no território projetos de pesquisa com o objetivo de fortalecer a cadeia produtiva agropecuária.

Figura 22 - Composição setorial do valor adicionado, em Minas Gerais e por Território de Desenvolvimento, 2012



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Contas Nacionais (Conac) - Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Elaboração: Fundação João Pinheiro(FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

ELEMENTOS DA POLÍTICA ESTADUAL DE FOMENTO PRODUTIVO

Esta seção aborda alguns dos principais componentes da política estadual de fomento, por meio do acompanhamento de um conjunto de indicadores de natureza e fiscal e orçamentária. Embora com evidentes limitações, essa forma de abordagem permite perceber aspectos fundamentais das estratégias de desenvolvimento adotadas pelo governo no último decênio, propiciando uma visão geral de como diversos e importantes instrumentos de estímulo aos investimentos foram manejados com o intuito de promover a modernização e a expansão da base produtiva de Minas Gerais em anos recentes.

A análise é amparada, inicialmente, nos gastos alocados em funções associadas a fatores que atuam em favor do crescimento econômico. No caso da Administração Direta, são verificados os dispêndios efetuados nas seguintes funções: Ciência e Tecnologia; Indústria; Comércio e Serviços; Energia, e Transporte. No caso dos Fundos Estaduais, as funções consideradas são praticamente as mesmas: Agricultura; Indústria; Comércio e Serviços, e Transporte. Também é avaliada a trajetória das despesas de capital direcionadas ao investimento pela Administração Direta.

Os gráficos 1 e 2 reúnem e comparam dados referentes aos dispêndios públicos por função e em investimentos da Administração Direta de Minas Gerais e do conjunto dos estados brasileiros, exclusive Minas Gerais, relacionando-os ao PIB brasileiro²⁰. O gráfico 3 apresenta os gastos por função como proporção das despesas totais da Administração Direta, também para Minas Gerais e o conjunto dos estados brasileiro, exclusive Minas Gerais. Os gráficos 4 e 5, por fim, mostram a evolução dos gastos por função dos Fundos Estaduais de Minas Gerais. Com base nessas informações sistematizadas, são destacados a seguir os principais aspectos a considerar sobre a evolução da política estadual de fomento.

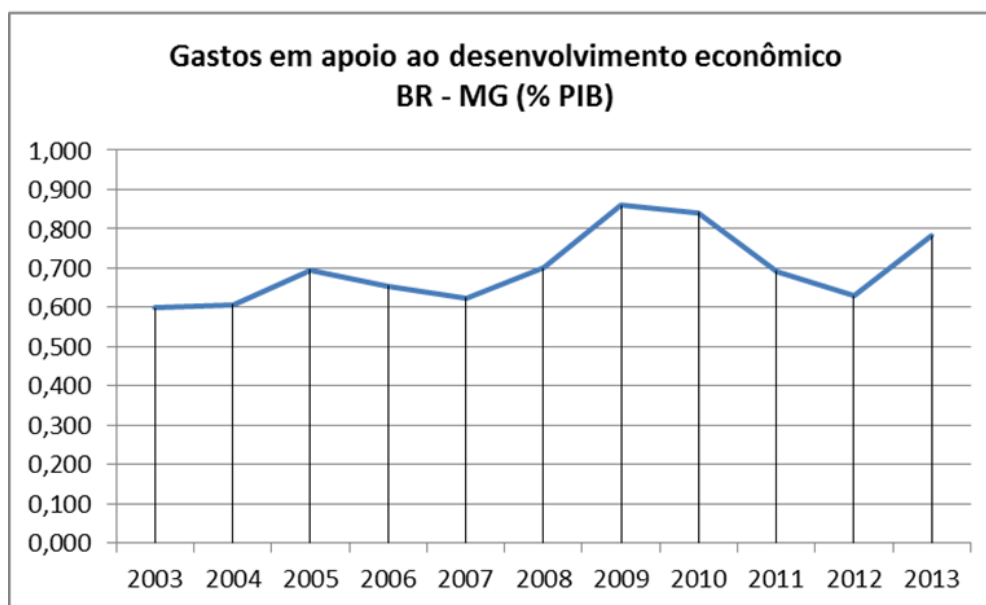
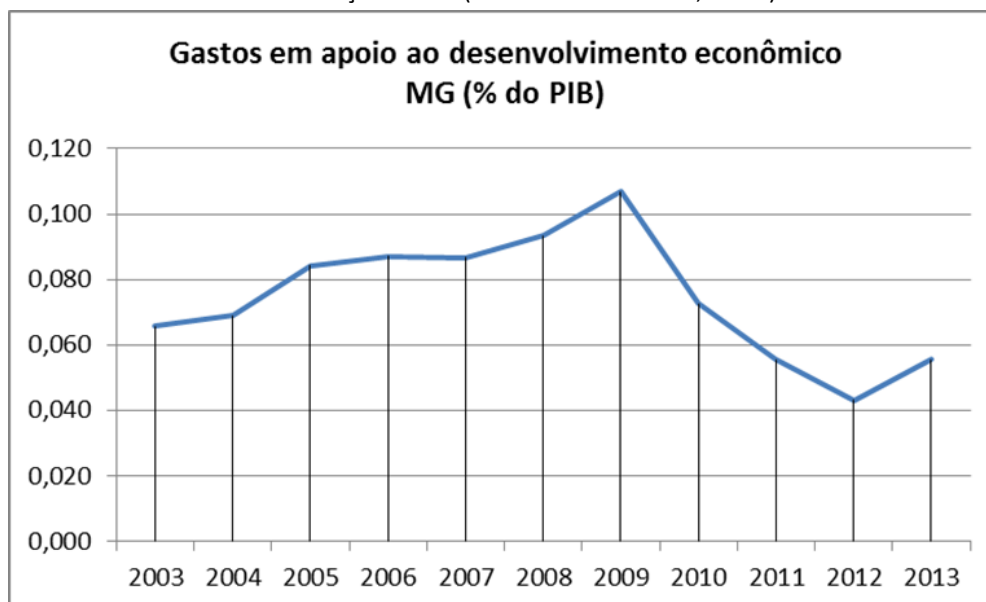
GASTOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA POR FUNÇÃO

- 1) Os gastos efetuados pelo governo estadual para promover o desenvolvimento econômico cresceram entre 2003 e 2009, mas foram fortemente represados a partir de 2010.
- 2) A redução desses gastos foi muito mais acentuada em Minas Gerais do que nas demais Unidades Federativas (UF) do país.
- 3) O nível de recuperação desses dispêndios ao final do período foi mais elevado nas demais UFs do que em Minas Gerais.
- 4) Como consequência dessa dinâmica, os gastos efetuados em Minas Gerais para promover o desenvolvimento econômico tiveram redução acumulada superior a 15% em relação ao PIB do país entre 2003 e 2013.
- 5) No conjunto do Brasil, contrariamente, esses gastos acumularam alta acima de 31% no mesmo período.

²⁰ A utilização do PIB do Brasil se deve a necessidade de permitir a comparabilidade entre a evolução dos gastos em Minas Gerais e nos demais estados.

GRÁFICO 1

Gastos estaduais por função em proporção ao PIB brasileiro
Administração Direta (Minas Gerais e Brasil, em %)



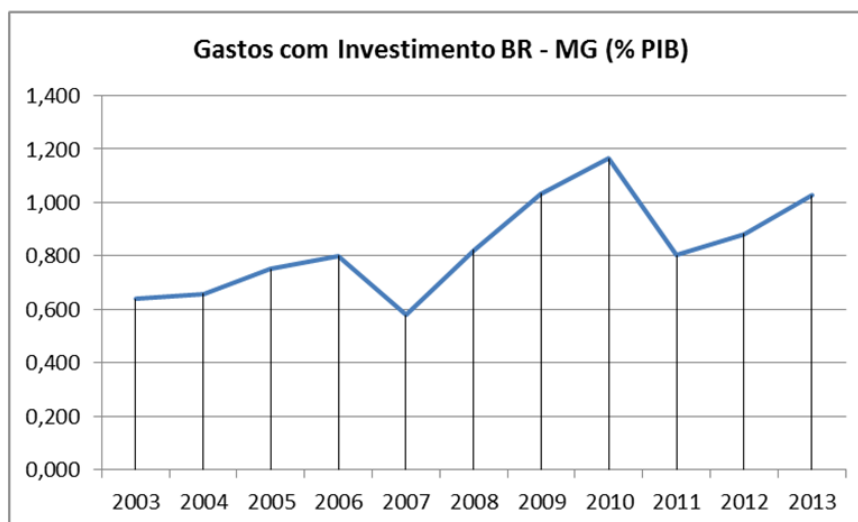
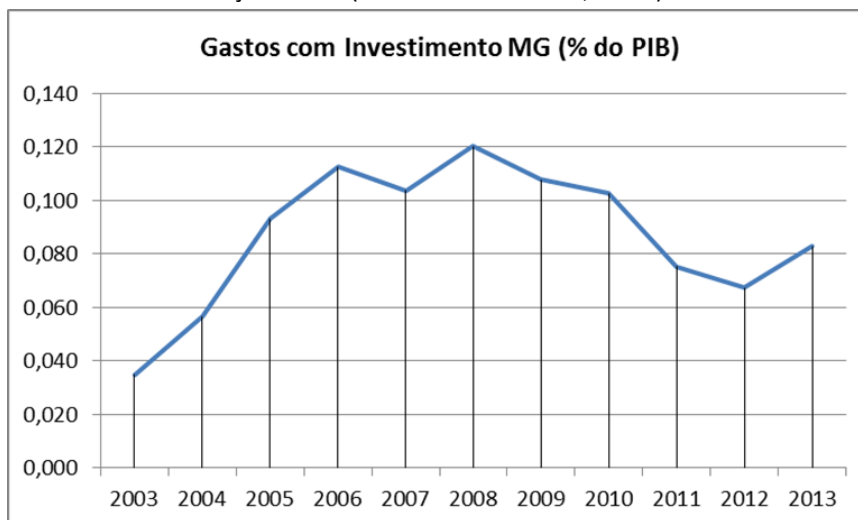
Dados básicos: SICONFI – TESOURO NACIONAL; IBGE, SEFAZ-MG

GASTOS DE CAPITAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA COM INVESTIMENTOS

- 1) Os gastos estaduais em investimento cresceram de modo geral em todo o país entre 2003 e 2013.
- 2) O crescimento, ao final dos anos em análise, foi mais significativo em Minas Gerais do que para o conjunto das demais UFs.
- 3) Contudo, vale notar, isso se deveu, principalmente, à expansão mais acentuada e menos instável observada em Minas Gerais entre os anos 2003-2008, quando a trajetória foi revertida e passou a ser continuamente declinante até 2012, com recuperação em 2013.
- 4) Nas outras UFs, houve certa instabilidade nos gastos com investimento entre 2003-2007, quando se iniciou uma fase de expansão mantida até 2010, com queda pronunciada em 2011 e, mais uma vez, recuperação nos dois exercícios seguintes.

GRÁFICO 2

Gastos estaduais com investimento em proporção ao PIB
Administração Direta (Minas Gerais e Brasil, em %)



Dados básicos: SICONFI – TESOURO NACIONAL; IBGE, SEFAZ-MG

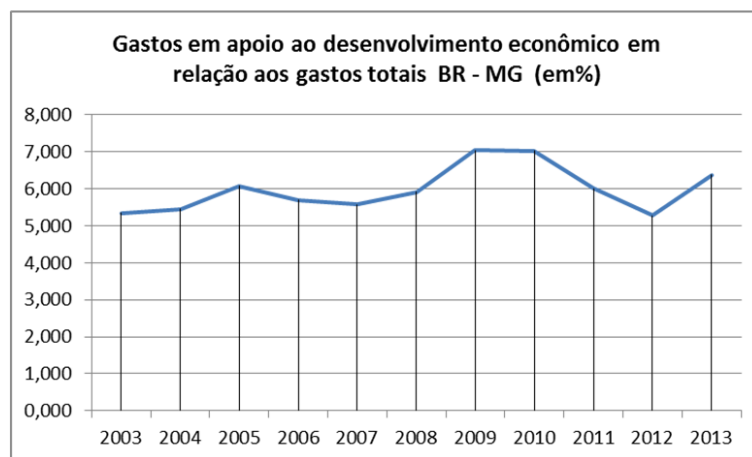
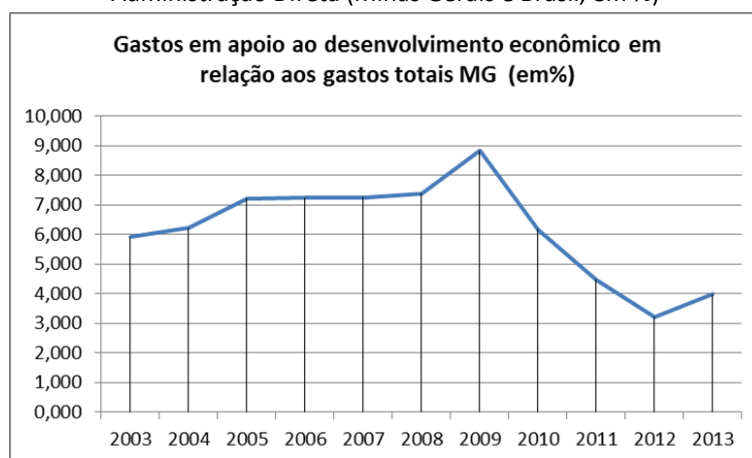
- 5) Vale registrar que entre 2003 e 2006 MG apresentou uma evolução relevante, porém houve, em seguida uma assincronia entre a trajetória dos investimentos públicos em Minas Gerais e nos demais governos estaduais. A recuperação dos dispêndios iniciada após 2007 em todas as UFs não se sustentou em Minas Gerais, com quedas sucessivas por quatro exercícios seguidos (2009-2012). Nos outros estados, diferentemente, a recuperação foi sustentável, com forte incremento entre 2007-2010 e, após a redução de 2011, os gastos voltaram à rota do crescimento entre 2012-2013.

GASTOS POR FUNÇÃO COMO PROPORÇÃO DAS DESPESAS TOTAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

- Os gastos efetuados pelo governo de Minas nas ações de fomento produtivo cresceram mais rapidamente e em maior intensidade até 2009 em relação ao conjunto das despesas totais do estado, mas começaram a perder espaço no orçamento de forma acelerada a partir de 2010. Mesmo com a reação ensaiada em 2013, a redução foi substancial, chegando a 33% entre 2003 e 2013.

GRÁFICO 3

Gastos estaduais por função em proporção às despesas totais
Administração Direta (Minas Gerais e Brasil, em %)



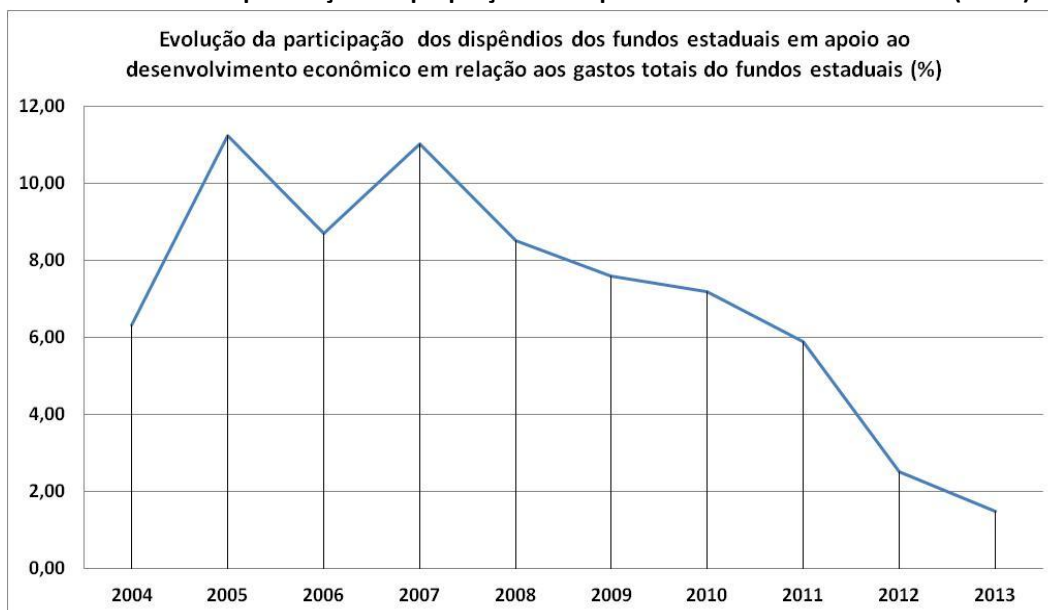
DADOS BÁSICOS: SICONFI – TESOURO NACIONAL; IBGE, SEFAZ-MG

- Nas demais UF's, a evolução desses gastos em relação às despesas totais foi mais estável e, além disso, tais dispêndios mostraram-se mais sustentáveis do ponto de vista orçamentário, de modo que conseguiram ampliar sua posição relativa em quase 20% no âmbito dos orçamentos ao final do período, a despeito do ciclo de queda de 2009-2012.

GASTOS POR FUNÇÃO DOS FUNDOS ESTADUAIS DE MINAS GERAIS

- O aspecto mais importante e evidente a sublinhar diz respeito à redução substancial e contínua da importância orçamentária relativa dos gastos efetuados por meio dos Fundos Estaduais em apoio ao desenvolvimento econômico estadual a partir de 2007. Os dispêndios nas funções de fomento, que representaram naquele exercício 11,03% dos gastos totais dos Fundos Estaduais, baixaram para 1,47% em 2013.

GRÁFICO 4 - Gastos por função em proporção às despesas totais – Fundos Estaduais (em %)

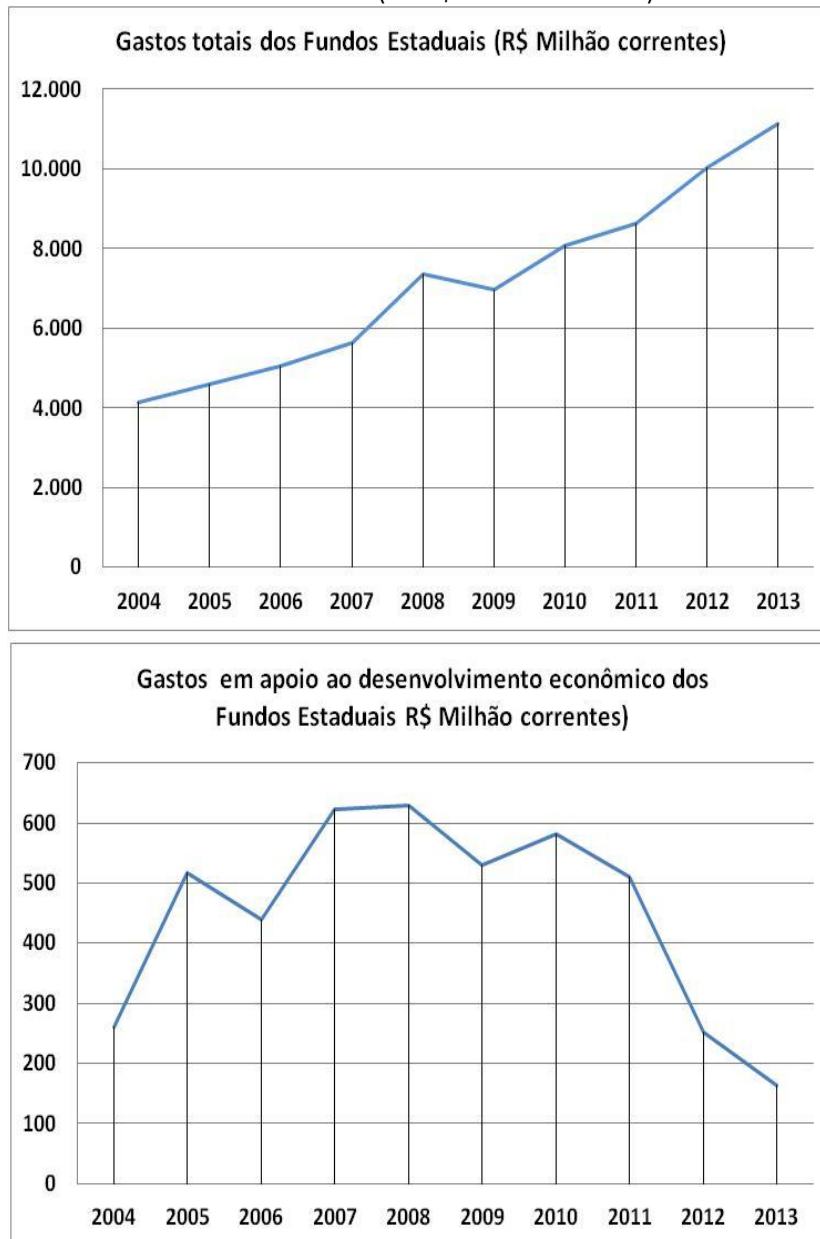


Dados básicos: Balanço Geral – Fundos Estaduais

- Outro aspecto importante a ressaltar é que a redução observada nos gastos efetuados pelos Fundos Estaduais em apoio ao desenvolvimento econômico foi tanto em termos relativos quanto absolutos, conforme pode ser constatado pelas informações expostas no Gráfico 5, que confrontam as trajetórias dessa modalidade de gasto e das despesas totais.

GRÁFICO 5

Gastos totais e gastos em apoio ao desenvolvimento econômico
Fundos Estaduais (em R\$ Milhão correntes)



Dados básicos: Balanço Geral – Fundos Estaduais

O que deve ser retido da sumária discussão dos indicadores expostos nesta seção é que o governo de Minas Gerais, no último decênio, se defrontou com demarcadas dificuldades para sustentar e ampliar suas ações de fomento produtivo. Sobretudo no período posterior à irrupção da crise financeira internacional de 2008/2009, os mecanismos manejados pelo governo estadual para fortalecer os atributos locais de Minas Gerais e para estimular e promover investimentos na economia local perderam paulatinamente ímpeto e espaço no orçamento, comprometendo o alcance e a eficácia das políticas direcionadas a apoiar o desenvolvimento econômico do estado. Tendo esse quadro geral de dificuldades em conta, a próxima seção busca avaliar como se comportaram os projetos de investimentos programados para serem realizados em Minas Gerais entre 2004 e 2014.

PRINCIPAIS ASPECTOS DA EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS NO BRASIL E EM MINAS GERAIS

Esta seção tem como objetivo examinar como se comportaram as intenções de investimentos em Minas Gerais entre 2004 e 2014. A análise tem como base dados coletados pela Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (RENAI)²¹, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Cabe advertir, inicialmente, que os valores referem-se apenas a investimentos planejados pelas empresas, denotando intenções que não necessariamente foram ou irão se realizar. De qualquer forma, esses investimentos anunciados servem como um indicador que retrata as perspectivas das empresas, tanto em relação à trajetória futura de seus setores específicos de atuação quanto no que diz respeito às expectativas formadas sobre a conjuntura macroeconômica. Além disso, trata-se de um indicador da atratividade das regiões, tendo em vista que essas intenções de investimentos revelam, em algum grau, as preferências locais das empresas.

A Tabela 1 reúne informações gerais básicas sobre os investimentos anunciados no Brasil e em Minas Gerais. No último decênio, as empresas indicaram a intenção de investir montante equivalente a US\$ 1,8 trilhão no Brasil, perfazendo média de US\$ 164,5 bilhões anuais. Em Minas Gerais, os investimentos no mesmo período somaram US\$ 134,4 bilhões, cerca de 7,5% do total nacional, significando valor médio anual de US\$ 12,2 bilhões.

TABELA 1		
Evolução dos investimentos anunciados no Brasil e em Minas Gerais		
(em US\$ Milhão por ano de anúncio - 2004 a 2014)		
Ano	Brasil	Minas Gerais
2004	89.835	7.609
2005	50.506	4.090
2006	76.823	5.505
2007	176.098	24.828
2008	223.850	24.570
2009	227.304	21.619
2010	279.633	10.811
2011	282.261	11.856
2012	182.212	8.233
2013	128.789	11.609
2014	92.948	3.719
Variação	3,47	-51,13
Total	1.810.259	134.448
Média	164.569	12.223

Dados brutos: RENA I

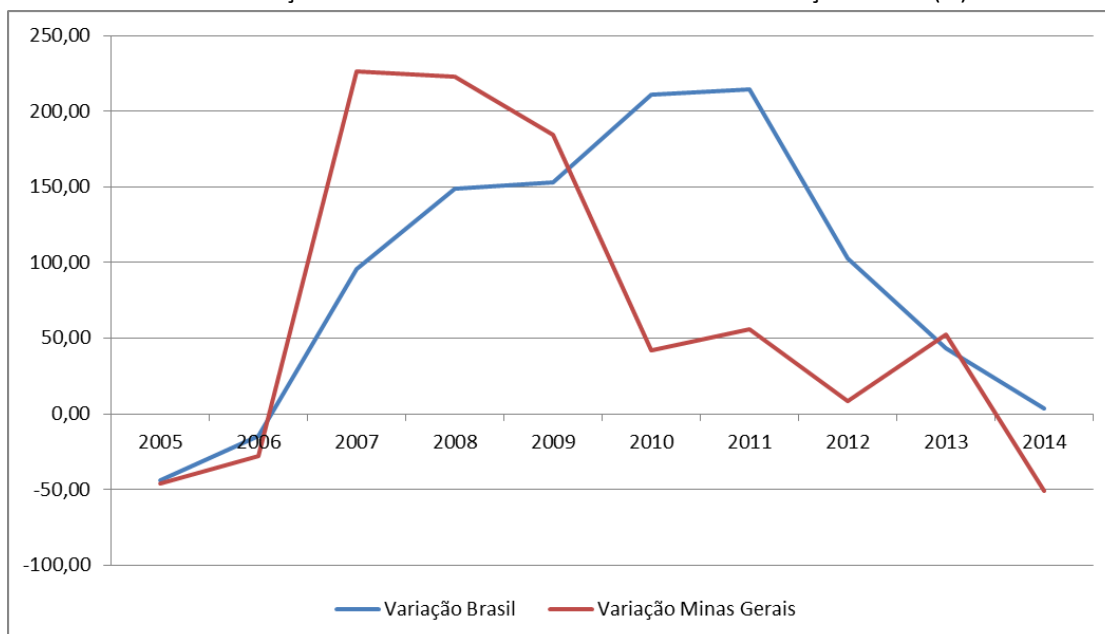
²¹ Trata-se do Banco de Dados de Projetos de Anúncios de Investimentos mantido pela RENA I, cujas informações são coletadas por meio do apoio de seus integrantes: 27 Secretarias Estaduais das áreas de Desenvolvimento e/ou Indústria e Comércio, entre as quais a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (SEDE-MG); o Consórcio de Promoção Comercial da Catalunha; a Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG); o Banco do Nordeste (BNB), e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). O Banco de Dados é também suprido por informações apuradas mediante pesquisa sistemática nos meios de comunicação especializados.

Um aspecto a ressaltar refere-se à diferenciada evolução dos investimentos no Brasil e em Minas Gerais. De fato, a trajetória observada em âmbito estadual foi muito mais instável do que em termos nacionais e apresentou oscilações anuais maiores e mais frequentes. O Gráfico 6 evidencia essa dinâmica desigual e ilustra outros elementos importantes a serem considerados na análise do comportamento dos investimentos produtivos programados pelas empresas nos últimos dez anos.

Tendo inicialmente como referência o Brasil, é possível constatar a ocorrência, *grosso modo*, de dois momentos distintos no ciclo recente de investimentos: um compreendeu os anos de 2005 a 2011, quando os aportes planejados pelas empresas foram ascendentes; um segundo momento se estendeu de 2012 a 2014, que se caracterizou pela queda continuada dos valores programados anualmente. Essa evolução indica que a crise internacional que irrompeu em 2008/2009 teve efeitos negativos defasados sobre as intenções de investimentos no Brasil.

GRÁFICO 6

Variação anual dos investimentos anunciados em relação a 2004 (%)



Fonte: A partir de dados da Tabela 1

No caso de Minas Gerais, ao contrário, o impacto da crise internacional parece ter sido mais imediato, tendo em vista que a tendência de crescimento dos investimentos verificada em 2005/2007 não se sustentou e foi substituída por um movimento oscilante de declínio entre 2008 a 2014, sendo que, após relativa estabilidade no triênio 2007/2009 (os investimentos se situaram acima de US\$ 20 bilhões), houve um verdadeiro “mergulho” nos valores programados, refletindo forte deterioração das expectativas das empresas que vislumbravam implantar ou ampliar seus negócios no estado. Em âmbito nacional, esse abalo nas expectativas empresariais se tornou mais evidente apenas a partir de 2012, como comentado antes.

Ademais, percebe-se que as flutuações em Minas Gerais foram mais abruptas do que as do conjunto do país: nas fases de crescimento, a elevação no estado foi maior e, nas fases de retração, as quedas foram muito mais pronunciadas. Isso transparece na variação acumulada dos investimentos. Enquanto no Brasil o valor dos investimentos anunciados cresceram quase 3,5% entre 2004 e 2014, em Minas Gerais foi registrada retração superior a 51% no mesmo período.

Com base nas duas fases de alta e de queda do ciclo recente de investimentos evidenciadas no consolidado nacional, constata-se a tendência de perda da posição relativa de Minas Gerais no montante global de aportes anunciados pelas empresas: a participação média do estado no total do Brasil baixou de 8,0 % na primeira fase (2005/2011) para 4,5% na segunda fase (2012/2014).

Em suma, o que deve ser sublinhado, por ora, é que os dados antes mencionados referentes aos investimentos anunciados no país no último decênio sugerem que a economia de Minas Gerais veio perdendo paulatinamente dinamismo e atratividade ao longo do período em análise.

Como será demonstrado a seguir, essa inserção cambiante e menos competitiva de Minas Gerais nos investimentos anunciados no país foi motivada, em parte, pelo maior peso que as atividades industriais básicas e intermediárias alcançaram no total de inversões produtivas programadas para o estado. Tais segmentos são sabidamente mais expostos e sensíveis às condições cambiais e de demanda e preço prevaletentes no mercado internacional, reagindo com mais intensidade às defasagens no câmbio e às reversões do ciclo de negócios.

DINÂMICA SETORIAL DOS INVESTIMENTOS ANUNCIADOS EM MINAS GERAIS: A PRIMAZIA DAS ATIVIDADES SIDERÚRGICAS E MINEROMETALÚRGICAS

A Tabela 2 apresenta informações decompostas dos investimentos anunciados em Minas Gerais entre 2004 e 2014, mostrando os valores referentes às atividades secundárias e a sua respectiva distribuição pelas indústrias de transformação e extrativa, bem como a representatividade alcançada pelos ramos siderúrgico e minerometalúrgico do estado – que reúnem os seguintes segmentos produtivos: extração de minerais metálicos e não-metálicos, fabricação de produtos minerais não-metálicos e metalurgia básica.

Nos anos em análise, o setor industrial foi o que mais estimulou as intenções de investimento em Minas Gerais, respondendo por valor médio anual de US\$ 10,5 bilhões – aproximadamente 86% do total das inversões programadas, que equivaleu a US\$ 12,2 bilhões, também em termos médios anuais. No âmbito do setor secundário, a indústria de transformação liderou os planos de investimentos e a indústria extrativa foi igualmente relevante. Mas o que deve ser sublinhado foi a grande importância assumida pelas atividades siderúrgicas e minerometalúrgicas, cujos investimentos médios pretendidos pelas empresas foram de US\$ 6,7 bilhões ao ano, correspondendo a quase dois terços dos aportes anuais planejados para a indústria e a mais da metade do volume total.

TABELA 2					
Evolução dos investimentos anunciados totais, na indústria e nas atividades mínero-metalúrgicas em Minas Gerais					
(em US\$ Milhão por ano de anúncio - 2004 a 2014)					
Ano	Minas Gerais	Indústria	Indústria de transformação	Indústria Extrativa	Atividades siderúrgicas e mínero-metalúrgicas
2004	7.609	6.967	4.905	2.062	4.223
2005	4.090	2.907	1.900	1.007	1.718
2006	5.505	4.593	3.021	1.572	2.031
2007	24.828	22.986	18.986	4.000	15.691
2008	24.570	22.645	22.645	0	16.801
2009	21.619	21.159	13.806	7.354	15.673
2010	10.811	9.484	3.511	5.973	8.167
2011	11.856	8.000	7.348	652	2.665
2012	8.233	5.498	3.331	2.168	2.385
2013	11.609	8.819	7.852	967	3.615
2014	3.719	2.413	1.760	653	875
Média Anual	12.223	10.497	8.097	2.401	6.713
Variação	-51,13	-65,36	-64,12	-68,31	-79,27
Participação		85,89	66,24	19,64	54,92

Dados brutos: RENAI

Como pode ser constatado pelos dados expostos na Tabela 2, os investimentos planejados no setor industrial de Minas Gerais registraram acentuada redução ao longo do período, em magnitude superior à dos aportes totais anunciados, em razão, principalmente, da valorização cambial e do desaquecimento da economia brasileira ocorrido na segunda metade da década passada, que afetaram negativamente e de forma muito severa a indústria de transformação.

Também influenciou este desempenho adverso o contexto deflacionário do mercado mundial de bens primários e semi-elaborados, tanto em termos de demanda quanto de preços, especialmente os de siderurgia e minerometalúrgico, ocasionado, sobretudo, pela redução do ritmo de crescimento da economia chinesa, abalando drasticamente as perspectivas de investimento nessas atividades no estado.

Deve ser ressaltado que as dificuldades enfrentadas, principalmente, pelas empresas dos ramos siderúrgico e minerometalúrgico geraram impactos amplificados para o estado, em razão da relevância que esses segmentos mantêm na estrutura produtiva regional e da expressiva participação que detiveram no total dos investimentos anunciados, como apontado antes. Assim, pode-se inferir que a queda pronunciada dos investimentos planejados para Minas Gerais no período em análise esteve muito associada ao desempenho desfavorável dessas atividades produtivas básicas e intermediárias. Para elucidar melhor essa questão, vale a pena cotejar o peso proporcional das atividades siderúrgicas e minerometalúrgicas na economia de Minas Gerais e no Brasil, o que é feito na Tabela 3.

TABELA 3
Participação relativa da indústria e das atividades mínero-metáúrgicas nos investimentos anunciados totais Brasil e Minas Gerais (por ano de anúncio - 2004 a 2014)

Ano	Atividades siderúrgicas e mínero-metalúrgicas BR		Atividades siderúrgicas e mínero-metalúrgicas MG	
	/Total	/Indústria	/Total	/Indústria
2004	21,30	33,65	55,50	60,61
2005	40,39	52,71	42,00	59,09
2006	24,80	33,39	36,90	44,23
2007	42,50	53,47	63,20	68,26
2008	45,41	63,37	68,38	74,19
2009	18,34	24,94	72,49	74,07
2010	20,72	28,58	75,54	86,11
2011	13,76	23,27	22,47	33,31
2012	9,29	16,84	28,97	43,38
2013	26,33	43,59	31,14	40,99
2014	7,42	18,45	23,54	36,27
Variação	-65,18	-45,17	-57,59	-40,16
Média	24,57	35,66	47,29	56,41

Dados brutos: RENAI

As informações disponíveis mostram que a participação das atividades siderúrgicas e minerometalúrgicas no total de investimentos anunciados foi maior em Minas Gerais do que aquela verificada para o montante consolidado do país. Enquanto no estado esses segmentos produtivos responderam por médias anuais de 47,3% dos investimentos totais programados e 56,4% das inversões previstas para o setor industrial, a participação foi bem mais moderada em escala nacional, ficando em 24,5% e em 35,6%, respectivamente.

É necessário sublinhar, em resumo, que os investimentos anunciados em Minas Gerais no último decênio foram concentrados no setor industrial e, dentro dele, nas atividades siderúrgicas e minerometalúrgicas, refletindo a persistência da significativa importância que esses ramos básicos e intermediários ainda detêm na estrutura produtiva estadual. A concentração dos investimentos programados nesses segmentos produtores de bens pouco elaborados e altamente padronizados (*commodities*) teve desdobramentos negativos para a economia de Minas Gerais. Ela ampliou, por exemplo, a exposição da economia mineira às cambiantes condições conjunturais ditadas pelo câmbio e pelo ciclo de preços e demanda do mercado internacional de produtos primários; condições estas que, após a crise global de 2008/2009, se tornaram crescentemente instáveis e desfavoráveis, provocando a acelerada deterioração das expectativas empresariais em relação à economia de Minas Gerais e, conseqüentemente, a acentuada reversão das intenções de investimentos no estado.

A concentração dos investimentos planejados pelas empresas em Minas Gerais não ocorreu apenas em termos setoriais, mas também se reproduziu no plano territorial, como será comentado na próxima seção.

DINÂMICA ESPACIAL DOS INVESTIMENTOS ANUNCIADOS EM MINAS GERAIS: A REITERAÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS EXISTENTES

A Tabela 4 propicia uma visão panorâmica de como os investimentos anunciados se distribuíram pelos Territórios de Desenvolvimento (TD). Em primeiro lugar, evidencia-se a forte concentração geográfica: do aporte total previsto pelas empresas, 70% estavam programados para apenas quatro TD: Metropolitano (25,82%), Triângulo Norte (11,78%), Vale do Aço (16,18%) e Vertentes (15,86%). Frações territoriais do estado reconhecidamente problemáticas do ponto de vista econômico e social foram preteridas e pouco aproveitaram do ciclo recente de investimentos planejados, cabendo destacar os TD Alto Jequitinhonha, Caparaó, Central, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri e Sudoeste, que, junto, responderam por menos de 1% do volume global dos projetos de investimentos planejados entre 2004 e 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do ciclo recente de investimentos planejados em Minas Gerais permitiu verificar indícios de perda gradual de dinamismo e de atratividade da economia estadual no último decênio. Os dados antes discutidos sugerem que uma das razões para esse enfraquecimento econômico do estado no plano nacional pode estar associado ao peso relativo ainda substancial que as atividades básicas e primárias dos ramos siderúrgico e minerometalúrgico detêm na estrutura produtiva de Minas Gerais.

Assim, com a grande influência desses segmentos de bens *commoditizados* sobre a dinâmica estadual, a economia de Minas Gerais foi especialmente afetada pela crise financeira internacional, o desalinhamento cambial e as tendências deflacionárias dos mercados globais de produtos primários e semi-elaborados. A combinação desses três eventos resultou na acelerada deterioração das expectativas empresariais e na reversão das decisões de investimentos em Minas Gerais.

Tal situação explicita a pouca efetividade das políticas estaduais de fomento, que se mostraram pouco capazes de promover a diversificação da estrutura produtiva local, tornando-se, elas próprias, reféns desse persistente quadro estrutural de especialização econômica em bens estandardizados de reduzida intensidade tecnológica: quando sobreveio a crise, essas políticas sofreram ajustes para se acomodar à nova conjuntura de dificuldades e, assim, os gastos alocados em ações de apoio ao investimento produtivo foram sacrificados, perdendo amplitude e espaço no orçamento estadual.

Ademais, e isso é de suma importância, as políticas de fomento mostraram-se incapazes de promover uma distribuição regional mais equilibrada dos investimentos produtivos planejados, que se dirigiram, majoritariamente, para as regiões mais dinâmicas em detrimento das áreas geográficas mineiras historicamente problemáticas do ponto de vista econômico e social. Em verdade, as políticas de fomento estaduais sancionaram uma determinada configuração espacial da economia mineira, caracterizada por demarcadas desigualdades regionais.

Esse contexto adverso, caracterizado, principalmente, pelo comprometimento do dinamismo e da atratividade da economia estadual, traz à tona problemas estruturais e históricos de Minas Gerais e reatualiza velhos desafios de complexa superação, entre os quais se destaca a necessária diversificação da base produtiva instalada no estado, exigindo, por parte do governo, ações programáticas de políticas públicas que possam, efetivamente, estimular fluxos contínuos e sustentáveis de investimentos em direção a setores mais intensivos em tecnologia, de modo a impulsionar um processo virtuoso de transformações econômicas e sociais.

TABELA 4
Distribuição espacial dos investimentos planejados por Território de Desenvolvimento - 2004 a 2014

Território de Desenvolvimento	Investimento total acumulado (Milhão US\$)	Participação no total acumulado (%)
Alto Jequitinhonha	0	0,00
Caparaó	281	0,28
Central	310	0,31
Mata	6.985	7,06
Médio e Baixo Jequitinhonha	51	0,05
Metropolitano	25.560	25,82
Mucuri	0	0,00
Noroeste	2.790	2,82
Norte	2.887	2,92
Oeste	3.296	3,33
Sudoeste	296	0,30
Sul	3.049	3,08
Triângulo Norte	11.659	11,78
Triângulo Sul	7.656	7,73
Vale do Aço	16.023	16,18
Vale do Rio Doce	2.457	2,48
Vertentes	15.702	15,86

Fonte: Dados Brutos - RENAI (Considera apenas os projetos de investimento com localização definida e/ou informada)

Embora fosse necessária uma análise mais minuciosa da dimensão espacial das intenções de investimentos no período em análise, as informações antes apresentadas permitem inferir que as inversões programadas pelas empresas se dirigiram às áreas primazes de Minas Gerais, convalidando e revigorando uma dada configuração espacial da estrutura produtiva do estado, reconhecidamente caracterizada por acentuadas e persistentes disparidades econômicas territoriais.

Feita esta breve apreciação da evolução dos investimentos anunciados em Minas Gerais em suas características mais gerais, salientado aspectos relacionados às dinâmicas setorial e espacial desses aportes planejados pelas empresas, cabe verificar como os instrumentos de política pública foram manejados no sentido de apoiar e estimular as inversões produtivas no estado.



PMDI

PLANO MINEIRO DE
DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO

DIAGNÓSTICO SETORIAL ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS
2016 A 2027

 **MINAS
GERAIS**
GOVERNO DE TODOS

RESUMO

O documento apresenta a sistematização sobre vulnerabilidades sociais e os principais fatores críticos que emergiram do diagnóstico da área elaborado pela equipe da FJP para o balanço dos noventa dias do governo mineiro. A partir deles e da Síntese Crítica, elaborada pela Secretaria de Estado do Trabalho e de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE), foram destacadas as principais tendências e diretrizes para nortear a ação do governo mineiro nos próximos quatro anos em relação à área da Assistência Social e à proteção social não contributiva. O texto está centrado no exame de cinco indicadores de vulnerabilidade, calculados com dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 por PNUD/IPEA/FJP, e de dois pilares da Política de Assistência Social: a oferta de serviços socioassistenciais pela rede pública, prevista no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e dos dois principais programas de transferência de renda do governo federal (Programa Bolsa Família – PBF e Benefício de Prestação Continuada- BPC), voltados para a redução da pobreza extrema. O balanço retrata a atuação dos municípios mineiros e da União neste campo em Minas Gerais e nos Territórios de Desenvolvimento definidos pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG. A contribuição do governo mineiro, além de marcada pela instabilidade administrativa e organizacional, mostrou-se limitada nos anos que antecedem 2015. Mas as propostas apresentadas pelo governo mineiro e pela equipe da SEDESE que assumiram em 2015 trazem uma nova vitalidade para a área. Nas três primeiras seções deste documento são abordados aspectos críticos e tendências mais gerais para todo o estado de Minas Gerais e os Territórios de Desenvolvimento. Na seção quatro se exploram os dados regionalizados. Na última, são sintetizados os pontos críticos, tendências e diretrizes, sugeridas pela análise feita nas seções anteriores.

INTRODUÇÃO: ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE PROTEÇÃO SOCIAL E A ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

A concepção contemporânea de proteção social em sociedades complexas desiguais e fragmentadas como a brasileira deve levar em conta: a multidimensionalidade que caracteriza situações de exclusão social, assim como os componentes materiais e não materiais aí presentes; os mecanismos de transmissão e de reprodução das desigualdades; as relações entre os prestadores de serviços e os usuários da rede de atenção pública e paraestatal. Portanto, a abordagem da proteção não pode se restringir somente a questões alocativas de recursos técnicos e/ou financeiros envolvidos na organização e distribuição dos serviços.

A perspectiva teórica adotada neste texto trata a pobreza crônica ou a exclusão social como fenômenos de destituição multideterminados e multidimensionais, heterogêneos, espacialmente diferenciados, marcados pela operação de fatores estruturais e conjunturais; que se traduzem tanto em dimensões materiais quanto relacionais, atitudinais e comportamentais. Uma das decorrências é a de que as políticas concebidas para o enfrentamento (prevenção, mitigação e superação) da pobreza crônica e da exclusão devem contemplar a multiplicidade de dimensões em seu desenho e nos conteúdos das intervenções, como primeira condição para, por um lado, serem consistentes com o diagnóstico de demandas e necessidades múltiplas e, por outro, para aumentarem sua efetividade, isto é, alcançar os objetivos pretendidos de inclusão social. Vulnerabilidade e exclusão traduziriam assim a perspectiva mais ampliada da desproteção que incorpora outras dimensões que incluem, mas ultrapassam ausência ou insuficiência de renda.

Dessa compreensão ampliada da exclusão e da vulnerabilidade decorrem implicações para o desenho das políticas de proteção social, que traduziriam uma *abordagem integral da proteção social, pautada pela atuação articulada* de diferentes políticas setoriais. A integralidade da atenção requer adotar uma perspectiva de proteção que inclua e articule quatro conjuntos de políticas ligadas ao âmbito da promoção social: a) garantir assistência social, articulando benefícios/transferências e serviços no campo da proteção não contributiva, incluindo sistemas de cuidado para públicos especialmente vulneráveis, como mulheres pobres chefes de família, idosos, crianças e deficientes; b) viabilizar o acesso a serviços públicos de base universal como saúde e educação, articulado a garantias de atendimento das necessidades dos segmentos vulneráveis; c) prover seguridade no âmbito da proteção contributiva; d) promover uma estrutura de oportunidades robusta, no campo da regulação dos mercados de trabalho, das políticas de emprego, de renda, de acesso a crédito e de qualificação profissional. (CECCHINI y MARTINEZ, 2011)

Enfrentar os vários processos de destituição, como argumentam RACZYNSKI (1999) e TENTI FANFANI (1991), requer um mix de políticas robustas e consistentes — econômicas, fiscais e sociais — que atuem, por exemplo, sobre os mecanismos de distribuição societária da riqueza e de outros bens materiais e simbólicos entre os estratos sociais. Como a incidência da falta de proteção não é homogênea, políticas universais teriam de ser complementadas por intervenções especialmente direcionadas aos grupos aos quais foi negado anteriormente o acesso aos recursos requeridos para reduzir suas vulnerabilidades. Seriam intervenções “focalizadas” ou “seletivas” para restaurar ou instaurar as capacidades de famílias e pessoas excluídas de modo a possibilitar o acesso a patamares básicos de proteção social. (RACZYNSKI, 1999; TENTI FANFANI, 1991; CEPAL, 2009; VEIGA et al, 2014)

Vale ressaltar ainda que a efetividade de um sistema de proteção social não pode ser atribuída a uma única política social setorial, seja em função da incidência heterogênea de vários vetores de destituição, seja pelo reconhecimento dos efeitos poderosos dos mecanismos de concentração de bens materiais e simbólicos sobre a situação de vida das famílias. Os resultados são a reprodução e a persistência de processos históricos de destituição ou de exclusão entre gerações que configuram quadros complexos e duradouros de iniquidades sociais. Daí o destaque à articulação necessária entre políticas universais e intervenções focalizadas.

Um modelo de proteção social integral supõe assim a combinação de políticas de corte universal, tendo como base demandas e necessidades mais homogêneas com políticas seletivas que adotam modelos de provisão mais flexíveis para responder às necessidades heterogêneas da população e dos territórios; o que exige a estruturação de um sistema que combine, consistente e articuladamente, estratégias universais e focalizadas, e que estas sejam estabelecidas de forma coerente e aderente ao que se identifica como necessário para a proteção social de grupos e indivíduos nas regiões ou territórios. Contudo, deve-se ressaltar que a efetividade das políticas focalizadas vai depender fortemente do substrato básico da ampliação da equidade, viabilizado por políticas universais. (RACZYNSKI, 1999; CEPAL, 2009; BRONZO, 2014; VEIGA et al, 2014)

Adotar a concepção de proteção integral acarreta mudanças não apenas no plano substantivo e no conteúdo das políticas, mas também no âmbito operativo, com a exigência de processos mais densos de coordenação capazes de produzir a integração necessária demandada por um sistema robusto de proteção social. Nos âmbitos do planejamento, da gestão e da execução, a integralidade se traduziria em arranjos intersetoriais, a partir dos quais se viabilizasse a convergência de estratégias de proteção social para os grupos mais fortemente marcados pela pobreza, vulnerabilidade e desproteção social.

No caso de uma política como a assistência social, a resposta governamental deve contemplar: (a) a combinação de provisão pública de renda e de bens que lidem com a destituição material, e serviços socioassistenciais que se ocupem das dimensões relacionais e com as barreiras de acesso aos serviços e direitos universais e (b) mecanismos mais potentes de coordenação que possibilitem a consistência, priorização e gestão mais adequada de políticas e programas que, mesmo não estando diretamente vinculados à assistência social, têm impacto sobre a reprodução e a superação das condições de destituição e de privação.

Entende-se que a Assistência Social é necessária, mas insuficiente, para a operação de um sistema efetivo de proteção e promoção sociais. Mesmo considerando somente o campo das políticas sociais, a atuação articulada e convergente de outros setores é central. Neste documento são mencionados alguns dos problemas que demandariam a atuação convergente de diferentes setores. Na medida do possível, serão indicadas as interfaces entre diferentes políticas públicas -- em especial assistência social, educação, defesa social, qualificação para o trabalho de jovens pobres.

Este documento tem cinco seções, incluindo esta introdução, além de dois anexos.

Na seção 2 são apresentados os indicadores de vulnerabilidade (selecionados em função de sua disponibilidade) que abarcam dimensões de outras áreas, em especial as relacionadas à educação e às características da chefia de domicílios (PNUD/IPEA/FJP, Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013). Tais indicadores são tomados como proxies de demandas não atendidas no passado e que podem balizar parte do planejamento do governo estadual em suas intervenções destinadas ao fortalecimento da proteção social para segmentos pobres e/ou vulneráveis (Tabelas 1 e 2).

A seção 3 sintetiza o diagnóstico sobre a proteção social não contributiva em Minas Gerais, considerando dois conjuntos de iniciativas governamentais: (a) as intervenções públicas no campo da Assistência Social²² (os serviços socioassistenciais) implantados pelos municípios mineiros a partir das diretrizes nacionais que organizam o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do cofinanciamento da União, e (b) a contribuição

²² Desde 1988, a Assistência Social passou a compor o Sistema Brasileiro de Seguridade Social, como política pública não contributiva, pautada pela universalidade da cobertura e do atendimento, ao lado da Saúde e da Previdência Social. Em 1993 é publicada a Lei Orgânica de Assistência Social- LOAS (que regulamenta inclusive o acesso ao Benefício de Prestação Continuada - BPC), parcialmente implementada a partir de 1996. Em 2004, com a criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, inicia-se o processo de institucionalização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O marco legal da área foi consolidado pela Lei 12.435 de 6 de junho/2011. O SUAS representa uma nova arquitetura organizacional e de gestão da assistência social, lastreada na descentralização, na negociação, no cofinanciamento entre os três níveis de governo, na participação e controle sociais. O SUAS traduz as garantias constitucionais de direitos e proteção, em que se reitera o papel do Estado como provedor da política pública unificada para romper com o caráter fragmentado e clientelístico das práticas que o antecedem, além de introduzir mecanismos básicos de coordenação entre entes federados autônomos para o alcance de objetivos comuns do novo paradigma proposto (PALOTTI e COSTA, 2011; JACCOUD, 2009).

de programas de transferência de renda do governo federal para a redução da pobreza extrema. Os dados utilizados encontram-se disponíveis nas bases de dados do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do suplemento especial Assistência Social do Perfil dos Municípios Brasileiros (IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, MUNIC, 2013). O diagnóstico é complementado por pontos destacados pela Secretaria de Estado do Trabalho e de Desenvolvimento Social - SEDESE, especialmente os relacionados ao financiamento e à gestão da área. A análise está centrada na atuação dos municípios mineiros e da União neste campo. A contribuição do governo mineiro tem sido marcada pela instabilidade e insuficiência no financiamento, na falta de assessoramento técnico aos municípios e em programas pouco abrangentes, como foi destacado pela atual equipe da SEDESE (SEDESE, Síntese Crítica, abril de 2015).

A seção 4 contém observações para os 17 Territórios de Desenvolvimento, conforme a divisão proposta pela Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão de Minas Gerais – SEPLAG. A análise parte de uma caracterização geral e comparativa das 17 regiões e é complementada pela síntese (Anexo 1) dos principais destaques no campo da transferência de renda e dos serviços socioassistenciais para cada território.

Na conclusão do trabalho (seção 5) são situados os principais desafios para que o governo mineiro possa avançar na proteção social de segmentos pobres e vulneráveis, em especial junto à (a) jovens vulneráveis (insuficiência de renda) de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham, (b) a crianças de 0 a 5 anos de idade que vivem em domicílios definidos como vulneráveis²³ em face da insuficiência de renda (c) a mulheres chefes de família sem ensino fundamental e com filhos menores do que quinze anos e (d) dependentes de idosos que coabitam com idosos pobres.

No segundo conjunto de destaques, são trazidos os principais pontos relacionados à oferta de serviços socioassistenciais e sua articulação com o acesso a benefícios monetários, à gestão, ao cofinanciamento da área de Assistência Social em Minas Gerais, com as propostas da SEDESE e as sugestões das autoras deste documento. Destacam-se como centrais a necessária expansão da rede pública de serviços, em particular, os da proteção especial; o fortalecimento dos escritórios regionais da SEDESE, o assessoramento a municípios e a construção de capacidades institucionais. São tarefas complexas que exigirão mais recursos financeiros, técnicos e humanos.

²³ A definição de domicílios vulneráveis, adotada no Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD/IPEA/FJP), refere-se sempre somente à dimensão da renda per capita em que a linha de corte é de 1/2 salário mínimo em agosto de 2010 (R\$ 255,00). Além da definição do Atlas (seções 2 e 4), neste documento adota-se outro recorte para pobreza extrema, quando se utiliza a base de dados do Cadastro Único do governo federal (MDS), que é o número de famílias cadastradas com renda per capita de até R\$ 154,00 em 2014. Este é o recorte utilizado para a análise relacionada ao Programa Bolsa Família (seções 3 e 4).

À Secretaria de Estado do Trabalho e de Desenvolvimento Social (SEDESE) cabe, dentre outras iniciativas, fortalecer as capacidades locais para a implementação do SUAS e dos objetivos do Programa Bolsa Família - PBF e do Benefício de Prestação Continuada – BPC. Dentre os pontos enfatizados, têm-se os relacionados à capacitação dos profissionais que atuam nos municípios e na administração estadual; à estruturação de sistemas de informação, de monitoramento e de avaliação, para viabilizar diagnósticos e processos compartilhados entre níveis de governo e áreas setoriais; de definição de prioridades, de planejamento e de gestão de programas mais robustos de proteção social. Além disso, foram ressaltadas outras iniciativas, tais como: (a) investir no fortalecimento da capacidade de coordenação regional da SEDESE; (b) ampliar o volume dos recursos financeiros de modo a regularizar as transferências do Piso Mineiro da Assistência Social, além de criar incentivos para o envolvimento de municípios na ampliação e qualificação dos serviços socioassistenciais, diagnosticados como prioritários (medidas socioeducativas em meio aberto, intervenções junto a famílias vítimas de violência ou com registros de abusos ou negligência, dentre outros); (c) articulação de diferentes setores para a construção de uma rede robusta de proteção social, na perspectiva redes contemplem o envolvimento de distintos níveis e setores governamentais.

O documento contém ainda dois anexos. O primeiro anexo completa a análise regionalizada com a síntese dos destaques para cada território de desenvolvimento. O segundo anexo traz notas técnicas que esclarecem o significado de indicadores utilizados, tais como os de vulnerabilidade social do Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD/IPEA/FJP); do Índice de Desenvolvimento dos CRAS - IDCRAS, calculado pelo MDS; da definição de número de famílias em situação de pobreza extrema e da cobertura do Programa Bolsa Família, baseadas nos registros no Cadastro Único do governo federal.

A VULNERABILIDADE SOCIAL EM MINAS GERAIS E ALGUNS DESAFIOS

Como discutido acima, a vulnerabilidade social é determinada por vários vetores de destituição e, na maioria das vezes, é difícil estabelecer a cadeia de causalidades que envolvem processos realimentados ao longo do tempo e que repercutem nas gerações seguintes reproduzindo exclusões e vulnerabilidades. Tem-se ainda a interação frequentemente negativa entre diferentes vetores que se sobrepõem e se reforçam, gerando situações de difícil equacionamento e solução. Ademais, argumentou-se que, além de exclusões materiais, a vulnerabilidade envolve dimensões simbólicas e relacionais.

Neste estudo, a opção foi utilizar os indicadores de vulnerabilidade social, mesmo com suas limitações, calculados pela equipe responsável pelo Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD/IPEA/FJP) com os dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010. Para o cálculo dos indicadores para os territórios de desenvolvimento, foram recuperadas as populações de referência de cada indicador nas bases de dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (vide Anexo 2), feitas as agregações e calculadas as taxas. A definição de **“população vulnerável”, adotada no Atlas, é a de residentes em domicílios com renda *per capita* de até ½ salário mínimo em agosto de 2010 (R\$ 255,00)**. Portanto, este conceito se restringe à dimensão renda.

Os indicadores utilizados são:

- % de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis na população vulnerável (critério de renda *per capita*) dessa faixa etária
- % de mães chefes de família sem ensino fundamental e com filho menor do que quinze anos de idade no total de mães chefes e com filho menor do que quinze anos
- % de vulneráveis (critério renda *per capita*) e dependentes de idosos no total de vulneráveis (critério renda *per capita*) que coabitam com idosos
- % de crianças de 0 a 5 anos fora da escola no total de crianças na faixa etária
- % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos no total de mulheres desta faixa etária

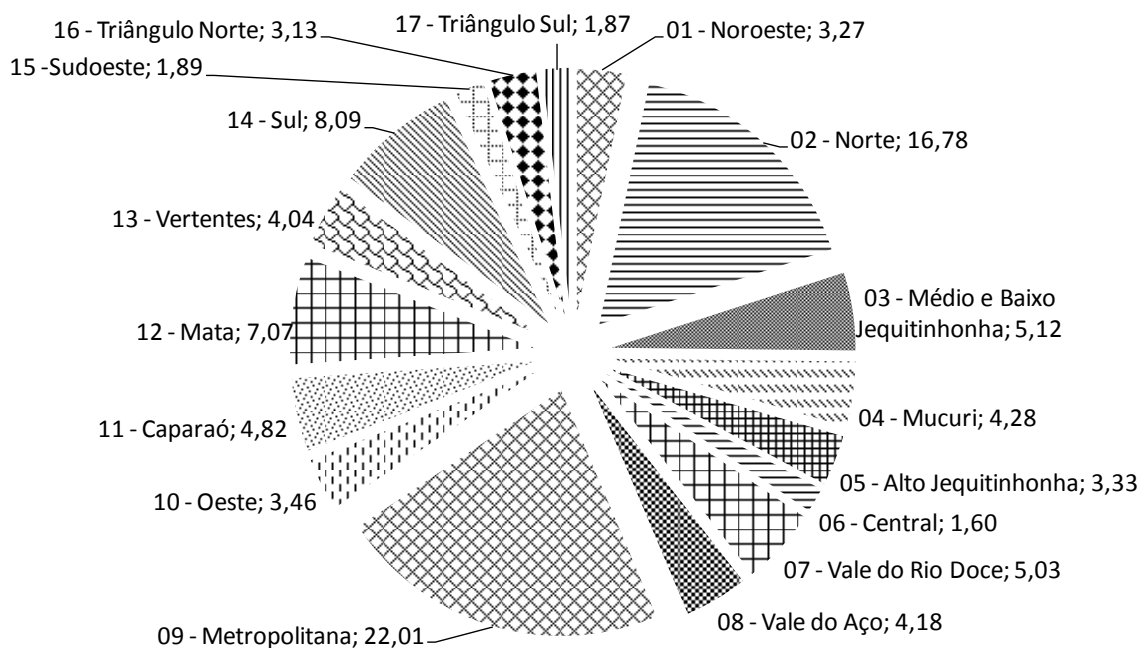
O primeiro indicador de vulnerabilidade utilizado é uma *proxy* para sinalizar a vulnerabilidade dentre os jovens que incluem três tipos de exclusão: não frequentar escola, não estar inserido no mercado de trabalho e ter insuficiência de renda. Os estudos mais recentes mostram que este é um dos mais sérios problemas sociais no Brasil atualmente. Jovens deste segmento, além de estar comprometendo um dos principais ativos para sair da situação de vulnerabilidade (escolarização), ficam expostos a vários outros riscos tais como ao assédio de organizações criminosas e à violência.

Em Minas Gerais, entre 2000 e 2010, o número absoluto de jovens de 15 a 24 anos vivendo em domicílios com renda *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo caiu, passando de 1.687.115 para 1.010.559 jovens (Tabela 2) e está concentrado nos territórios mais populosos de MG: Metropolitano (22%), Norte (16,8%), Sul (8,1%) e Mata (7,1%) (Gráfico 1). Contudo as taxas de participação dos jovens que não estudam nem trabalham neste segmento indicam o aumento da participação do grupo na população de referência (Tabela 1). Em Minas Gerais, a taxa de jovens que não estudam nem trabalham foi de 32,98% em 2010, superior à de 2000 e inferior às observadas para o Brasil (33,34%), São Paulo (37,33%) e Rio de Janeiro (34,16%). O fenômeno incide em todo o estado, mas, em 2010, as taxas mais altas foram observadas no Vale do Aço (37%), Triângulo Norte (35,9%), Triângulo Sul (35,2%) e Vale do Rio Doce (34,9%), que não podem ser considerados como os territórios mais pobres de MG e que, provavelmente, têm uma cobertura razoável da rede de ensino, mas não necessariamente bem distribuída nas áreas em que residem os jovens mais vulneráveis.

Este segmento representa um enorme desafio para as áreas da educação, de qualificação profissional, de direitos humanos, da assistência social, da defesa social e segurança pública, dentre outras. Contudo, o governo mineiro terá que desenvolver um esforço para reconfigurar o desenho e a gestão das iniciativas relevantes em cada área social para promover a articulação e convergência intersetorial, pois dificilmente a atuação verticalizada e fragmentada de programas setoriais será bem sucedida na reversão dos processos que levam adolescentes e jovens a abandonar a escola precocemente e a não continuar o processo de formação para a vida do trabalho.

As oportunidades viabilizadas por programas de formação profissional de jovens (tais como o PRONATEC) ou de reinserção deles na vida escolar (Educação de Jovens e Adultos) necessitam ser potencializadas e mais adequadamente distribuídas no território mineiro, além de envolver outros setores (Defesa Social, Assistência Social, Direitos Humanos, Cultura, só para destacar os mais diretamente relacionados), assim como as administrações municipais e os escritórios regionais do executivo mineiro. Ademais, cada vez se mostra mais evidente a necessidade de elaboração de diagnósticos que identifiquem os territórios e regiões econômica e socialmente mais frágeis ou com maior incidência de exposição deste segmento social a vários vetores de riscos sociais e de violência. Vale ressaltar ainda que as causas que produzem esse fenômeno podem ser distintas no âmbito rural, urbano e metropolitano, daí ser importante identificar as condições específicas em cada contexto que podem exigir intervenções diferenciadas. Os diagnósticos com recortes espaciais adequados forneceriam as bases em torno das quais se estabeleceriam as prioridades, o planejamento compartilhado das intervenções, a especificação dos indicadores e da matriz de responsabilidades, das atividades regulares de monitoramento dos programas e de avaliação dos resultados alcançados.

Gráfico 1 – População vulnerável em termos de renda per capita na população de 15 a 24 anos - Participação dos Territórios de Desenvolvimento no total do Estado de Minas Gerais - 2010



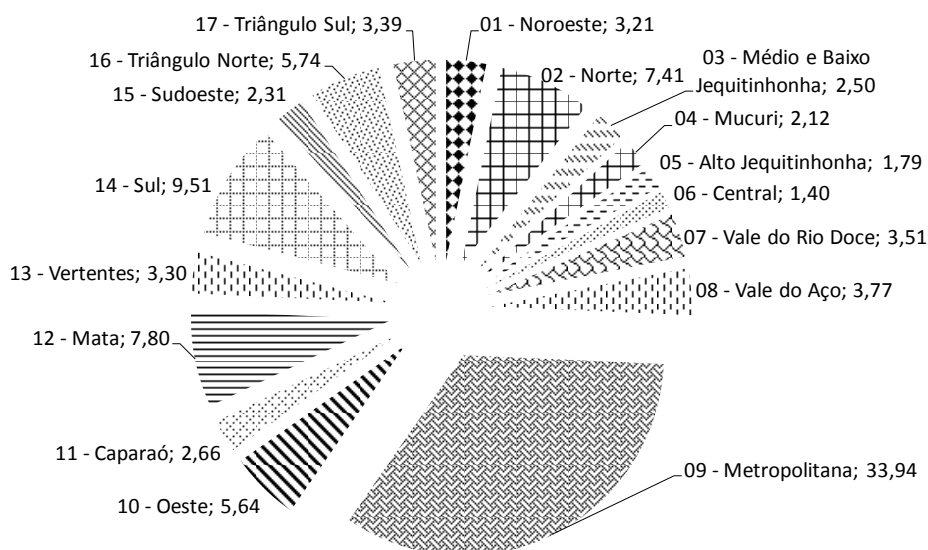
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD/IPEA/FJP
Elaboração: Fundação João Pinheiro

O segundo indicador refere-se à incidência de domicílios sob a chefia de mulheres com baixa escolaridade e com filhos menores do que quinze anos. A ausência de um dos pais para assumir a corresponsabilidade em relação aos filhos já é por si só uma vulnerabilidade. No entanto, em domicílios chefiados por mulheres com baixa escolaridade, tem-se um segundo componente de vulnerabilidade: elas, quando trabalham fora de casa, enfrentam mais dificuldades para ter acesso a empregos estáveis e com garantias trabalhistas. Além disso, a baixa escolarização das mães compromete também a capacidade delas para apoiar seus filhos em atividades escolares no âmbito doméstico.

A população de MG de mulheres chefes com filho menor do que 15 anos quase duplicou entre 2000 e 2010, passando de 349.532 para 641.222 pessoas (Tabela 2). Os territórios que concentravam esta população em 2010, segundo os dados do censo populacional, eram o Metropolitano (33,94%), Sul (9,51%), Mata (7,80%) e Triângulo Norte (5,74%) (Gráfico 2).

Entretanto os dados indicam quedas não lineares, quando se considera as taxas de participação de mães chefes de família sem ensino fundamental na população de referência. Para todo o estado a queda foi de 66,06% (2000) para 46,16% (2010). A taxa de participação em 2010, calculada para MG, é maior do que a registrada para o Brasil (43,19%), Rio de Janeiro (36,48%) e São Paulo (35,35%).

Gráfico 2 - Mulheres chefes de família e com filhos menores de 15 anos
Participação dos Territórios de Desenvolvimento no total do Estado de Minas Gerais
- 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD/IPEA/FJP
Elaboração: Fundação João Pinheiro

Apenas nos territórios do Triângulo Norte e Triângulo Sul esta taxa ficou abaixo de 40% (35,05% e 38,97%, respectivamente). Na maioria deles (Tabela 1), as taxas de mulheres chefes de família sem ensino fundamental e com filhos menores do que quinze anos ultrapassam 50%, sendo mais críticas no Médio e Baixo Jequitinhonha (65,62%), no Alto Jequitinhonha (62,42%), no Caparaó (57,19%) e no Vale do Rio Doce (55,41%).

Famílias com as características deste segmento constituem um dos públicos priorizados pelo Programa Bolsa Família do governo federal. Similarmente, na medida em que o governo estadual adotar o programa, proposto pela SEDESE, de complementar o valor *per capita* das transferências, o indicador acima poderia ser utilizado na priorização das famílias a serem contempladas. Além da transferência monetária, as crianças membros de famílias chefiadas por mulheres com baixa escolarização também deveriam receber atenção preferencial pelo governo estadual e pelas administrações municipais no atendimento em escolas com tempo integral e nos equipamentos de educação infantil. Programas e serviços de acolhida e convivência da assistência social ou programas preventivos da Defesa Social e de Direitos Humanos necessitam estar particularmente atentos a este público, pois ele sintetiza situações de risco com alto potencial de negligência e de violação de direitos tais como trabalho infantil²⁴.

²⁴ A taxa de população de 10 a 14 anos economicamente ativa em relação ao total da população na faixa etária, segundo o Censo Demográfico de 2010, em MG foi de 7,01%. Já para o Brasil a taxa foi de 7,53%, no RJ de 4,03% e em SP 5,01%.

Tabela 1: Indicadores de vulnerabilidade social por Territórios de Desenvolvimento de Minas Gerais, Estados selecionados e Brasil 2000 - 2010

Territórios de Desenvolvimento	% de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população vulnerável dessa faixa		% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes e com filho menor		% de vulneráveis e dependentes de idosos, no total de vulneráveis que coabitam com idosos.		% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola		% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
01 - Noroeste	29,82	30,86	66,95	45,34	52,98	68,15	83,56	65,10	3,18	2,45
02 - Norte	29,80	32,57	73,95	51,08	59,61	68,46	83,35	62,42	2,75	2,59
03 - Médio e Baixo Jequitinhonha	30,57	32,19	82,16	65,62	65,17	75,64	85,68	67,44	2,90	2,60
04 - Mucuri	28,35	34,22	77,51	58,18	63,04	73,51	87,70	73,12	2,67	2,79
05 - Alto Jequitinhonha	25,15	28,43	81,97	62,42	56,17	68,49	82,93	62,70	1,78	1,84
06 - Central	30,54	34,87	74,31	51,54	55,01	71,17	78,43	60,47	2,98	2,77
07 - Vale do Rio Doce	33,07	34,93	73,46	55,41	59,95	71,59	85,64	66,24	2,64	2,40
08 - Vale do Aço	34,09	36,99	73,90	48,26	57,80	72,43	81,34	63,83	2,01	1,66
09 - Metropolitana	32,39	32,81	62,05	41,33	47,98	65,78	74,88	55,45	2,40	1,87
10 - Oeste	30,30	32,62	69,10	47,89	47,80	70,03	77,84	57,81	2,16	1,95
11 - Caparaó	29,49	31,56	74,10	57,19	53,03	71,72	85,43	66,09	2,22	1,91
12 - Mata	31,89	33,36	62,67	45,96	51,45	67,70	73,63	56,70	2,44	2,00
13 - Vertentes	31,02	32,57	69,53	50,46	53,30	69,72	79,48	61,71	2,09	1,66
14 - Sul	30,78	32,10	65,11	46,75	45,24	67,09	79,69	57,58	2,63	1,89
15 - Sudoeste	30,26	34,18	71,62	50,36	45,94	66,68	82,60	62,37	2,72	2,19
16 - Triângulo Norte	33,99	35,92	55,32	35,05	51,75	70,13	75,52	56,90	3,29	2,90
17 - Triângulo Sul	34,47	35,15	57,06	38,97	47,66	65,86	77,06	56,78	3,03	2,88
Minas Gerais	31,21	32,98	66,06	46,16	53,38	69,11	78,91	59,47	2,54	2,13
Bahia	26,84	30,92	69,34	51,54	62,34	70,97	75,72	57,97	3,60	3,37
Espírito Santo	30,39	34,64	60,81	40,52	52,67	69,05	74,78	55,07	3,13	2,46
Rio de Janeiro	35,71	34,16	52,36	36,48	51,75	67,13	68,13	51,86	3,41	2,55
São Paulo	36,49	37,33	56,46	35,35	52,32	66,22	76,09	49,25	2,87	2,17
Brasil	31,30	33,34	61,22	43,19	58,26	69,08	76,21	56,85	3,51	2,89

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil - PNUD/IPEA/FJP

Elaboração: Fundação João Pinheiro

O terceiro indicador refere-se à dependência financeira de membros de famílias de idosos no total de pessoas com renda *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo que coabitam com idosos - fenômeno bastante difundido no Brasil, em que famílias pobres dependem de aposentadorias, pensões e benefícios de programas de transferência de renda, em especial do BPC.

**Tabela 2: População de referência dos indicadores de vulnerabilidade social
Territórios de Desenvolvimento em Minas Gerais 2000 - 2010**

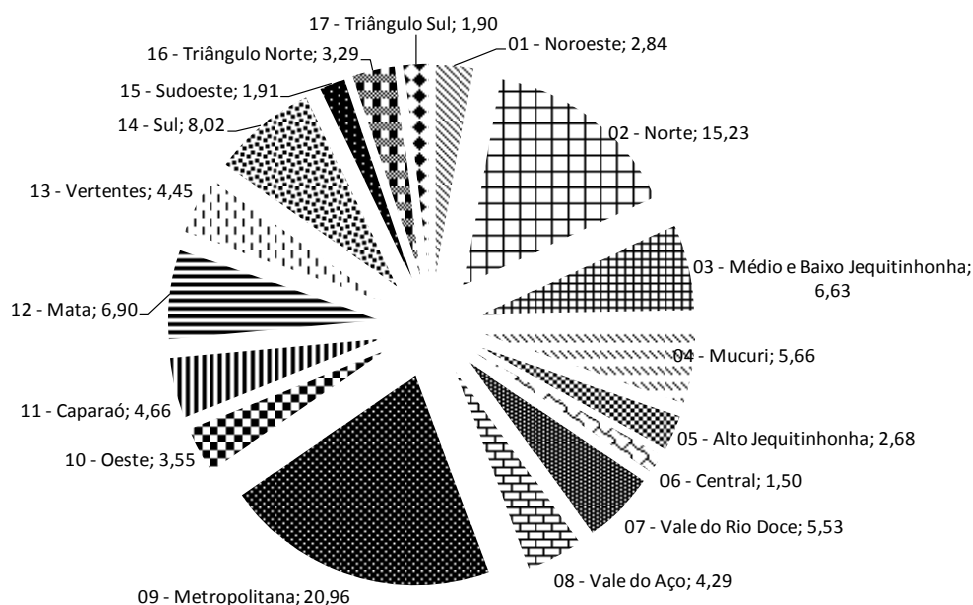
Territórios de Desenvolvimento	Mulheres chefes de família e com filhos menores de 15 anos				População em domicílios vulneráveis e com idoso				População vulnerável de 15 a 24 anos				População de 0 a 5 anos fora da escola			
	2.000		2.010		2.000		2.010		2.000		2.010		2.000		2.010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
01 - Noroeste	10.180	2,91	20.592	3,21	31.052	2,79	18.265	2,84	56.101	3,33	33.077	3,27	55.655	3,60	34.133	3,71
02 - Norte	26.193	7,49	47.512	7,41	144.932	13,01	98.128	15,23	231.948	13,75	169.578	16,78	157.040	10,16	90.926	9,87
03 - Médio e Baixo Jequitinhonha	7.718	2,21	15.999	2,50	61.823	5,55	42.707	6,63	71.533	4,24	51.747	5,12	45.520	2,94	27.858	3,03
04 - Mucuri	8.190	2,34	13.575	2,12	54.525	4,89	36.485	5,66	63.866	3,79	43.290	4,28	45.690	2,95	28.578	3,10
05 - Alto Jequitinhonha	6.593	1,89	11.493	1,79	29.660	2,66	17.251	2,68	46.924	2,78	33.651	3,33	32.724	2,12	17.106	1,86
06 - Central	4.510	1,29	8.964	1,40	16.207	1,45	9.692	1,50	25.143	1,49	16.190	1,60	20.430	1,32	11.707	1,27
07 - Vale do Rio Doce	11.744	3,36	22.515	3,51	59.483	5,34	35.596	5,53	77.356	4,59	50.864	5,03	62.293	4,03	36.323	3,94
08 - Vale do Aço	12.470	3,57	24.149	3,77	47.926	4,30	27.610	4,29	75.438	4,47	42.288	4,18	64.793	4,19	40.617	4,41
09 - Metropolitana	130.457	37,32	217.618	33,94	226.941	20,37	134.990	20,96	414.145	24,55	222.470	22,01	429.915	27,80	250.105	27,16
10 - Oeste	16.672	4,77	36.134	5,64	52.823	4,74	22.859	3,55	76.365	4,53	35.012	3,46	83.289	5,39	51.584	5,60
11 - Caparaó	9.251	2,65	17.056	2,66	60.848	5,46	30.004	4,66	77.739	4,61	48.752	4,82	61.545	3,98	36.311	3,94
12 - Mata	27.658	7,91	50.019	7,80	94.645	8,50	44.441	6,90	124.449	7,38	71.461	7,07	105.440	6,82	63.529	6,90
13 - Vertentes	11.103	3,18	21.178	3,30	52.336	4,70	28.672	4,45	71.096	4,21	40.777	4,04	54.656	3,53	32.667	3,55
14 - Sul	28.216	8,07	61.005	9,51	94.690	8,50	51.675	8,02	136.900	8,11	81.729	8,09	156.557	10,12	88.938	9,66
15 - Sudoeste	7.137	2,04	14.837	2,31	21.343	1,92	12.321	1,91	34.555	2,05	19.112	1,89	45.641	2,95	26.496	2,88
16 - Triângulo Norte	20.484	5,86	36.813	5,74	41.490	3,72	21.190	3,29	68.219	4,04	31.667	3,13	80.574	5,21	53.341	5,79
17 - Triângulo Sul	10.956	3,13	21.763	3,39	23.385	2,10	12.218	1,90	35.338	2,09	18.894	1,87	44.539	2,88	30.698	3,33
Total geral	349.532	100,00	641.222	100,00	1.114.109	100,00	644.104	100,00	1.687.115	100,00	1.010.559	100,00	1.546.302	100,00	920.918	100,00

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil - PNUD/IPEA/FJP

Elaboração: Fundação João Pinheiro

Em Minas Gerais, o número de pessoas em domicílios vulneráveis com idosos caiu no período intercensitário, passando 1.114.109 (2000) para 644.104 (2010), uma das prováveis consequências da expansão do número de beneficiários de programas sociais tais como o Benefício de Prestação Continuada - BPC. Esta população se concentra nos territórios: Metropolitano (20,96%), Norte (15,23%), Sul (8,02%), Mata (6,90%) e Médio e Baixo Jequitinhonha (6,63%) (Gráfico 3). Contudo, o percentual de familiares vulneráveis (segundo a definição do Atlas, com ½ salário mínimo *per capita*) e dependentes de idosos no total de vulneráveis que coabitam com idosos aumentou no período intercensitário (passando de 53,38% em 2000 para 69,11% em 2010). As taxas, em 2010, situam-se acima de 65% para todos os territórios, sendo o Metropolitano e o Triângulo Sul os que apresentam as menores taxas (65,78% e 65,86%, respectivamente); enquanto que Médio e Baixo Jequitinhonha (75,64%) e Mucuri (73,51%) são os que apresentam taxas mais elevadas. Esta tendência pode se acentuar em situações de aumento das taxas de desemprego, que tendem a castigar mais duramente os jovens trabalhadores, e de redução da atividade econômica, que reduz as oportunidades de geração de renda. A reversão dependerá do aumento das possibilidades da inserção dos outros membros da família no mercado de trabalho formal ou em outras atividades geradoras de renda tais como nas associadas à economia solidária e ao cooperativismo, desde que elas alcancem a escala necessária para absorver este segmento.

Gráfico 3 – População que vive em domicílios vulneráveis à pobreza e com idoso
Participação dos Territórios de Desenvolvimento no total do Estado de Minas Gerais - 2010

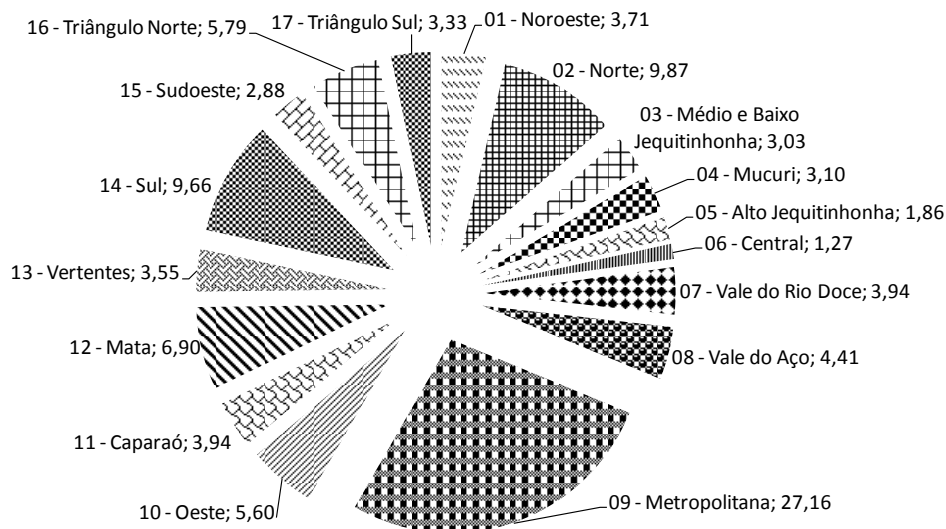


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD/IPEA/FJP
Elaboração: Fundação João Pinheiro

O quarto indicador refere-se à percentagem de crianças de 0 a 5 anos de idade fora da escola, público que demanda creches e berçários ou sistemas de cuidados. O acesso a estabelecimentos educacionais ou de cuidados para crianças pequenas, principalmente para as que pertencem a famílias mais pobres e/ou vulneráveis, é importante tanto para proteção e cuidados, quanto para o desempenho educacional futuro (VEIGA e MENDES, 2013). Os dados dos censos populacionais mostram que houve uma queda expressiva do número absoluto de crianças nesta condição entre 2000 (1.546.302) e 2010 (920.918), um efeito provável do aumento da oferta ao longo do período. Os territórios que concentram crianças de 0 a 5 anos de idade são: Metropolitano (27,16%), Norte (9,87%) e Sul (9,66%) (Gráfico 4). No geral, quando se analisam as taxas de participação de crianças de 0 a 5 anos fora da escola, no período intercensitário, elas mostram uma queda em torno de 20% (Tabela 1). Contudo, elas permanecem altas: a de MG é de 59,47% em 2010, superior às do Brasil (56,85%) e dos estados utilizados neste documento para comparação. Em 11 dos 17 territórios essa taxa é superior a 60%, e as mais altas estão no Mucuri (73,12%), no Médio e Baixo Jequitinhonha (67,44%), no Vale do Rio Doce (66,24%) e no Caparaó (66,09%).

Não podem ser desconsideradas as relações entre as funções de cuidado e a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Quando não se conta com uma estrutura de cuidados públicos, reafirma-se a centralidade da mãe na provisão do cuidado, o que tem efeitos, ainda que não esperados ou desejados, na situação de vida das mulheres pobres. É uma difícil equação para todas as mulheres que são mães, mas para as pobres é um ponto ainda mais desafiador. É importante reconhecer que o cumprimento das obrigações e tarefas domésticas e as exigências de participação nas ações dos diversos programas sociais, em especial os de transferência de renda e de serviços socioassistenciais, podem ter consequências negativas, limitando a liberdade das mulheres para uma inserção mais qualificada no mercado de trabalho e gerando uma dependência maior delas dos benefícios dos programas sociais (MOLINEUX, 2006), com poucos resultados efetivos no plano da emancipação e autonomia.

Gráfico 4 – População de 0 a 5 anos fora da escola
Participação dos Territórios de Desenvolvimento no total do Estado de Minas Gerais - 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD/IPEA/FJP
Elaboração: Fundação João Pinheiro

A perspectiva dos acordos internacionais no campo dos direitos humanos e no das mulheres, de forma específica, indica que o poder público deve assumir as funções de cuidado na esfera da reprodução, como uma responsabilidade pública inegável; bem como adotar um modelo de cunho universalista (ZIBECCHI, s/d). O reconhecimento do direito universal ao cuidado (o direito a cuidar, ser cuidado e se cuidar), entendido no marco de deveres e obrigações do Estado, implica assumir o cuidado e o estabelecimento de sistemas de cuidado como responsabilidade de todos os membros da sociedade, e não apenas das mulheres (PAUTASSI, 2007), o que significaria uma mudança radical nas estruturas de relações sociais que perpetuam as desigualdades de gênero.

A educação infantil é de responsabilidade dos municípios, mas o governo estadual pode criar incentivos tais como os que ampliem os repasses estaduais, condicionando-os à ampliação da rede municipal, às iniciativas de proteção de crianças pequenas de famílias pobres ou à adoção de critérios de vulnerabilidade social para apoiar municípios com níveis mais baixos de arrecadação ou nos quais se identifiquem níveis mais elevados de carências. Os territórios que concentram famílias pobres e vulneráveis deveriam se tornar objeto de atenção direta do governo estadual tanto para o apoio técnico e financeiro, quanto para estimular parcerias entre administrações municipais, iniciativa privada e comunidade.

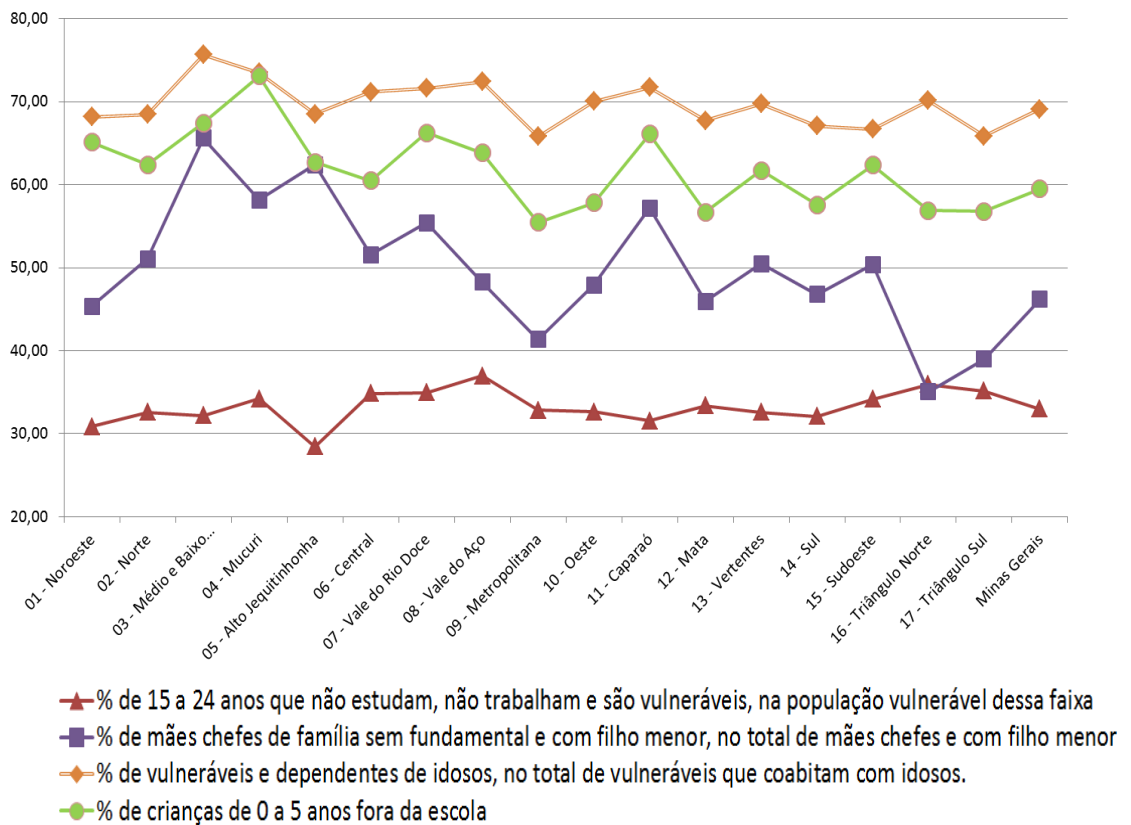
O quinto indicador²⁵ refere-se à porcentagem de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos, o fenômeno da gravidez precoce. É bastante problemático, pois muitas vezes resulta no afastamento da adolescente-mãe da escola ou ter crianças sob os cuidados de pessoas ainda psicologicamente imaturas. As taxas não são muito altas, mas, nem por isso, a vulnerabilidade deste grupo deve ser desconsiderada. As taxas caíram no período intercensitário, passando de 2,54% em 2000 para 2,13% em 2010. Em sete territórios, as taxas se situam abaixo de 2% e o Mucuri, Triângulo Norte e Triângulo Sul apresentam as maiores taxas: 2,79%, 2,90% e 2,88%, respectivamente. A atuação sobre este tipo de vulnerabilidade dependerá de programas intersetoriais junto a adolescentes, nos quais participem, pelo menos, as áreas de saúde, educação, garantias de direitos e assistência social (Tabela 1).

²⁵ As menções à gravidez precoce se tornarão mais escassas a partir deste ponto do texto. A opção foi a de concentrar o estudo nas situações que envolvem maior volume de casos.

O Gráfico 5 apresenta as taxas dos quatro primeiros indicadores de vulnerabilidade para os 17 territórios de desenvolvimento de Minas Gerais em 2010. Como se pode perceber a incidência das taxas não é homogênea no estado, e alguns territórios merecem especial atenção do governo estadual: Médio e Baixo Jequitinhonha, Vale do Rio Doce, Mucuri e Caparaó no que refere à atenção a domicílios chefiados por mulheres sem educação fundamental com filhos menores do que quinze anos, crianças de 0 a 5 anos fora da escola e dependentes de idosos dentre os que coabitam com idosos em domicílios com renda *per capita* abaixo de $\frac{1}{2}$ salário mínimo. O Metropolitano, o Sul e o Norte, apesar de não terem as taxas mais altas, também merecem destaque em função do elevado número de municípios e do tamanho da população residente. As taxas de jovens pobres entre 15 e 24 anos que não estudam nem trabalham se mantêm em torno de 32% em todas as regiões, altas o suficiente para sinalizar a necessidade de programas intersetoriais mais gerais direcionados para este segmento, acompanhados de intervenções específicas em áreas mais críticas, ou seja, aquelas que concentram a exposição a outros tipos de riscos.

Como fica evidente, a incidência de vulnerabilidades em 2010 sinaliza atenção inadequada de várias políticas no passado. O enfrentamento das vulnerabilidades vai requerer a combinação do aumento do acesso aos serviços de cada área, e, ao mesmo tempo, a construção de programas intersetoriais focalizados, como discutido acima. Deve-se ter em mente que, em um contexto nacional com fortes sinais de recessão e de ajustes nas contas públicas, pode ocorrer redução do investimento federal nos programas sociais e, ao mesmo tempo, aumento das taxas de desemprego entre os grupos mais vulneráveis. Frente a isso, o governo mineiro, mesmo enfrentando déficit nas contas estaduais, terá que aumentar o investimento nas políticas sociais e melhorar sua capacidade de planejamento e gestão para que os recursos aplicados produzam os efeitos esperados.

Gráfico 5 - Síntese da distribuição das taxas nos Territórios de Desenvolvimento em MG
Territórios de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais - 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD/IPEA/FJP
Elaboração: Fundação João Pinheiro

PROTEÇÃO SOCIAL NÃO CONTRIBUTIVA EM MINAS GERAIS: SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Esta seção apresenta, de forma esquemática, indicações de como evoluíram alguns dos principais serviços socioassistenciais em Minas Gerais²⁶, assim como as relacionadas a programas federais de transferência de renda (Programa Bolsa Família - PBF e Benefício de Prestação Continuada – BPC). A análise inicia com os serviços socioassistenciais e segue com os programas de transferência de renda.

É preciso notar, de início, que na área da assistência social, a União, a partir de processos de negociação com os estados e os municípios, estabelece a estratégia geral de implantação, traduzida nas diretrizes, metas e critérios de cofinanciamento. Na implantação da política de assistência social e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o processo de descentralização esteve fortemente ancorado na relação entre a União (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS) e os municípios brasileiros, com o envolvimento secundário dos entes estaduais. Contudo, o compromisso de cada um com as diretrizes e negociações definidas nas instâncias de pactuação não é homogêneo, pois nem sempre o que é negociado na Comissão de Intergestores Tripartite - CIT é de fato implantado por estados e municípios. Para estimular o alinhamento à gestão do SUAS, a União (a partir da ação do MDS) recorreu a incentivos financeiros e apoio técnico. Em Minas Gerais, muitas ações, previstas como de responsabilidade do ente estadual foram executadas com recursos transferidos pela União ou ficaram em níveis muito incipientes. O documento elaborado pela SEDESE mostra a baixa capacidade dos municípios em utilizar as transferências fundo a fundo, tanto as da União, quanto as do governo estadual, na melhoria ou expansão dos serviços socioassistenciais.

“Dados do Relatório de Acompanhamento de Saldos dos Fundos Municipais de Assistência Social da SEDESE” têm-se “(...)R\$22,3 milhões em recursos do cofinanciamento Estadual e R\$178,5 milhões referentes ao cofinanciamento Federal, totalizando quase R\$201 milhões de recursos da política de assistência social parados nas contas”. (SEDESE, Síntese Crítica, 2015)

²⁶ Para qualificar a oferta de serviços de proteção básica foram selecionados dois indicadores: (a) número de CRAS em funcionamento segundo os registros do MDS no Censo SUAS e (b) prestação de serviços socioassistenciais de proteção básica com base nos dados do suplemento especial do Perfil dos Municípios Brasileiro (IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, MUNIC, 2013): Além disso, utilizou-se o Índice de Desenvolvimento dos CRAS – IDCRA, calculado pelo MDS para todos os municípios brasileiros. Para monitorar os serviços e as condições de operação dos CRAS, o MDS realiza desde 2007, o Censo SUAS. Com base nas informações fornecidas pelos municípios, a equipe do MDS criou o Índice de Desenvolvimento do CRAS, calculado desde 2008, baseado em parâmetros básicos relacionados à estrutura física, às atividades e aos serviços oferecidos, ao funcionamento e ao quadro de recursos humanos dos CRAS. Em 2011, o MDS, similarmente ao que fora feito em 2007 para o Programa Bolsa Família, criou o IGDSUAS (Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social) que incorpora o Índice Médio de Desenvolvimento dos CRAS, síntese dos graus de desenvolvimento de todos os CRAS de cada município.

Para a proteção especial os indicadores utilizados são (a) número de CREAS, baseado nos registros do Censo SUAS do MDS e (b) serviços disponíveis nos CREAS (IBGE, MUNIC 2013).

INSTITUCIONALIZAÇÃO, PROTEÇÃO BÁSICA E PROTEÇÃO ESPECIAL

Os municípios mineiros avançaram na institucionalização da assistência social, o que é indicado pelo atendimento às normativas federais sobre a criação das instâncias de gestão da política (conselho, plano e fundo de assistência social) e da oferta de serviços. Em 2013, dos 853 municípios, 806 tinham conselho municipal; 778 já haviam constituído o fundo e 445 possuíam o plano; 589 ofertavam o Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família – PAIF e serviços de convivência de 0 a 6 anos de idade e de idosos; e 223 dispunham de pelo menos dois tipos de serviços (Fonte: IBGE, Munic 2013). Mas persistem sérias lacunas como será indicado abaixo.

No que se refere à **Proteção Básica**, segundo os dados fornecidos pelo MDS (Tabela 3), em 2014 havia 1.129 CRAS cadastrados no CENSO SUAS²⁷ e somente sete municípios mineiros não contariam com este equipamento, um avanço expressivo neste aspecto (em 2010, os municípios mineiros contavam com 923 CRAS e em 154 não havia o equipamento). Este dado indica, por um lado, o sucesso relativo da ação combinada da União e dos municípios na implantação da rede de CRAS. Por outro, informações adicionais, que qualificam esta rede, sinalizam problemas que terão de ser enfrentados pela ação conjunta do governo estadual e das administrações municipais, como se destaca a seguir:

- Tem-se em média 1,32 CRAS por município em MG, o que é insuficiente, com uma distribuição que não obedece a um diagnóstico de demanda por serviços. Caso se adote algum parâmetro para situar a demanda como poderia ser, por exemplo, o número de famílias que recebem o benefício monetário do Programa Bolsa Família (1.147.221 em 2014), observa-se que não há uma correspondência com o número de CRAS, mesmo que não haja a expectativa de que todos os beneficiários do PBF utilizem os serviços do CRAS. Este é um ponto a ser detalhado na análise por regiões.
- Conforme o índice de Desenvolvimento dos CRAS - IDCRAS (também calculado pelo MDS), em 2013, apesar dos avanços em relação a 2009, em 316 municípios mineiros houve registros de CRAS com pontuação abaixo de “regular” em algumas das dimensões (infraestrutura, horário de funcionamento, acessibilidade ou equipes incompletas ou sem profissionais adequados para atendimento dos usuários) consideradas no índice, sinalizando dificuldades que comprometem a qualidade dos serviços.

²⁷ O Censo SUAS foi iniciado em 2007 e é a principal base de dados utilizada nesta seção. Há discrepâncias entre os dados fornecidos pelo MDS e os registros da pesquisa do IBGE, por exemplo. O MDS só lança no censo os equipamentos para os quais foram preenchidas as informações do censo. Em 2013, haveria 1.133 CRAS implantados e ativos, mas os registros do Censo SUAS referem-se a 1.129 CRAS.

- Os serviços, programas e benefícios do SUAS deveriam ser cofinanciados pelos entes federados, mas no estado de Minas Gerais isto não ocorreu: em 2013, dos 1091 CRAS contabilizados pelo MDS, 950 recebiam recursos dos municípios, 920 eram cofinanciados pela União e 603 recebiam apoio financeiro do governo estadual. Em 2014, Minas Gerais recebeu R\$ 139.598.311,07 de repasses do governo federal para o cofinanciamento da proteção básica (Tabela 3). Segundo os dados do Siafi, *“em 2014, 476 municípios não receberam nenhuma parcela do Piso Mineiro”* e somente *“R\$ 7,9 milhões da competência de 2014 dos R\$ 54 milhões foram repassados aos municípios”*. (SEDESE, *Síntese Crítica*, 2015).
- Além da irregularidade dos repasses para o Fundo Estadual de Assistência Social, há um sério problema na gestão municipal dos recursos disponibilizados, como destacado acima. Esta questão foi bastante enfatizada pela SEDESE, e ela orienta parte das propostas de (re)construção de capacidades institucionais municipais e de assessoramento do governo estadual aos entes municipais²⁸.

²⁸ A regularização do repasse do piso já está em prática e teve início em maio de 2015.

Tabela 3 - Informações Básicas relativas à Assistência Social, em Minas Gerais

Período: 2010/2014

Especificações	2010	2014	Referência
Famílias cadastradas no CADÚNICO com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 77,00	-	1.027.277	out/ano
Famílias cadastradas no CADÚNICO com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$140,00 (1)	1.498.860	1.674.997	out/ano
Famílias cadastradas no CADÚNICO com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até 1/2 salário mínimo	1.907.544	2.427.512	out/ano
Número de famílias beneficiárias do PBF	1.132.833	1.147.221	out/ano
Cobertura PBF (2)	75,6	68,5	out/ano
IGD-E	-	0,79	out/ano
Taxa de acompanhamento da frequência escolar	0,84	0,85	out/ano
Taxa de acompanhamento da Agenda de Saúde	0,76	0,64	out/ano
Taxa de cobertura qualificada de cadastro	0,76	1,00	out/ano
Taxa de atualização do cadastro	0,69	0,66	out/ano
Nº de CRAS	923	1129 (3)	dez/ano
Nº de CREAS	162	236 (4)	dez/ano
Nº de municípios que não possuem CRAS	154	7 (5)	dez/ano
IGD SUAS E (6)	0,59 (8)	0,69	dez/ano
Índice de Desenvolvimento do CRAS - ID CRAS médio (7)	0,60 (8)	0,65	dez/ano
Total de beneficiários do BPC	320.592	398.017	média/ ano
Total de beneficiários -PCD- do BPC	177.702	225.210	média/ ano
Total de beneficiários - idosos- do BPC	142.889,8	172.806,8	média/ ano
Total de recursos rep.- BPC	1.957.841.509,46	3.448.626.083,89	acum./ ano
Total de recursos rep. - PBF	1.189.570.569,00	2.086.335.876,00	acum./ ano
Total de recursos rep. - Transferência de Renda	3.147.412.078,46	5.534.961.959,89	acum./ ano
Total de recursos rep. - Proteção Social Básica	59.245.500,00	139.598.311,07	acum./ ano
Total de recursos rep. - Proteção Social Especial	32.189.164,50	36.768.780,87	acum./ ano
Recursos transferidos para apoio à gestão	760.060,00	1.018.918,98	acum./ ano
Total de recursos rep. - Proteção Social Básica e Especial	91.434.664,50	176.367.091,94	acum./ ano
Total de recursos rep. - Proteção Social e Transf. Renda	3.238.846.742,96	5.711.329.051,83	acum./ ano

Fonte: Relatório e Tabulações do MDS. Obs: (1) Em 2014 o valor foi atualizado, passando de R\$140,00 para R\$154,00; (2) considerando o nº de famílias com renda mensal per capita de até R\$140,00; (3) 1.129 CRAS cadastrados no CENSO-SUAS, mas 1.133 CRAS implantados e ativos; (4) 236 CREAS cadastrados no CENSO -SUAS, mas 238 implantados e ativos; (5) 7 municípios, considerando 1.129 CRAS; (6) O IGD SUAS -E é um indicador que afere a qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no âmbito dos Estados; (7) componente do IGD SUAS - E, o ID CRAS médio do Estado é calculado a partir da divisão da soma dos ID CRAS de todas as unidades localizadas no Estado pelo número de municípios existentes; (8) refere-se ao ano de 2011.

Portanto, há problemas de cobertura, de funcionamento dos CRAS, de regularidade do financiamento estadual, de gestão municipal dos recursos já disponíveis nos fundos municipais e de assessoramento técnico da SEDESE, o que compromete a atenção socioassistencial no estado e penaliza as famílias pobres e vulneráveis. Esses fatores críticos são explicitamente reconhecidos no documento elaborado pela SEDESE

“é necessário ampliar o número de CRAS buscando garantir a cobertura nas áreas de grande extensão rural e nos territórios vulneráveis de municípios de médio porte, grande porte e metrópole (...) a SEDESE estudará a viabilidade de ampliar o cofinanciamento da Proteção Social Básica, com recursos de custeio e investimento, uma vez que é necessário fortalecer as equipes técnicas e melhorar a estrutura física atual das unidades públicas da política de assistência social”

“(...) faz-se necessária a atuação da SEDESE por meio de assessoramento técnico e capacitação para os gestores municipais voltados para o aprimoramento da gestão orçamentária e financeira, visando executar os recursos disponibilizados”. (SEDESE, Síntese Crítica, 2015)

Quando se considera a **Proteção Social Especial de Média Complexidade**, o equipamento público previsto é o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), destinado a prestar serviços de atendimento a famílias e indivíduos que, apesar da violação de direitos, não tiveram seus vínculos familiares e comunitários rompidos. O principal serviço do CREAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI²⁹. Segundo informações do MDS, a capacidade atendimento do PAEFI em setembro de 2014 era de 13.460 pessoas em Minas Gerais nos 238 CREAS, implantados e ativos (e de 236 com dados no Censo CREAS). Outro serviço é o de acompanhamento de medidas socioeducativas para adolescentes em meio aberto (serviço de responsabilidade dos municípios), para o qual foi registrada uma capacidade de atendimento de 8.760 pessoas. Segundo os dados do IBGE (Perfil dos Municípios Brasileiros, MUNIC, 2013), em Minas Gerais somente 134 municípios tinham unidade de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, com 178 equipamentos no total, sendo 147 públicos e 31 conveniados.

²⁹ A diretriz do SUAS é que haja CREAS em municípios com mais de 20.000 habitantes. Para os municípios menores, os serviços seriam prestados em CREAS regionalizados.

A **Proteção Social Especial de Alta Complexidade** destina-se a indivíduos e famílias que tiveram seus vínculos rompidos e que, por estarem em situação de ameaça ou sem referência, necessitam ser retirados de seu núcleo social. A previsão é que a oferta de serviços de abrigo seja regional, sob a responsabilidade do nível estadual³⁰. A expansão, estimulada pelo MDS, dos serviços de proteção especial ganhou impulso a partir de 2009, mas permanece como um problema ainda não resolvido. Uma das prioridades do SUAS atualmente é a garantia de serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes em situação de violência intrafamiliar, abuso e exploração sexual, negligência, dentre outros, sob medida protetiva determinada pelo Ministério Público. Contudo, a proteção especial está muito aquém do que seria necessário com poucos serviços e sem rede de retaguarda e com equipes insuficientes e desfalcadas de profissionais qualificados e experientes para lidar com situações extremamente complexas. Esta área seria provavelmente a mais prioritária para ser reestruturada, exigindo um forte nível de articulação intergovernamental e intersetorial, com a participação do Ministério Público, do sistema de garantia de direitos, dos setores encarregados de ações preventivas na área da defesa social, da assistência social, da educação e da saúde, dentre outros.

Os principais fatores críticos identificados são:

- Baixa capacidade de atendimento nos serviços socioeducativos em meio aberto, de responsabilidade dos municípios. Um dos efeitos, altamente prejudicial às possibilidades de reinserção de adolescentes, é o uso generalizado pelo Judiciário do recolhimento institucional de adolescentes com infrações leves no regime fechado, algo que compromete o retorno deles ao convívio familiar e comunitário. O governo mineiro necessitaria ter uma forte atuação junto às administrações municipais para a construção e o fortalecimento da rede de proteção especial de média complexidade.
- Baixa qualificação dos serviços prestados por insuficiências graves nas equipes dos CREAS: 28% das unidades de acolhimento para crianças e adolescentes, 41% das unidades de acolhimento para população de rua e 67% das unidades que acolhem idosos, não possuem nem assistente social nem psicólogo trabalhando, ou seja, contam somente com profissionais de nível médio, segundo o Censo CREAS (SEDESE, *Síntese Crítica*, 2015).

³⁰ Segundo o IBGE (MUNIC (2013) em Minas Gerais, somente 231 municípios contavam com equipamentos públicos ou conveniados de abrigo institucional ou casa lar para idosos com um total de 365 unidades; em 240 municípios havia 460 unidades de acolhimento para crianças e adolescentes; em 44 municípios havia equipamentos para população de rua; em 64 municípios para pessoas com deficiência e em 18 para mulheres. Como foi destacado no documento da SEDESE, vários municípios assinaram Termos de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público para implantar equipamentos de acolhimento institucional.

- Baixa articulação entre os serviços de proteção especial e os de proteção básica e entre os serviços da assistência social e o de outras políticas para o fortalecimento de uma rede efetiva capaz de lidar adequadamente com as situações de risco, de ameaça e de violação de direitos.

Conforme reconhecido no documento da SEDESE, um dos desafios do governo estadual é implantar serviços regionalizados de acolhimento institucional para crianças e adolescentes (abrigos), uma das metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão do Governo de Minas com o MDS. A implantação desta rede exigirá maior aporte recursos de custeio e de investimento na proteção social especial.

Além disso, é crucial que o governo estadual assuma suas responsabilidades no apoio técnico e assessoramento aos municípios (o que é enfatizado no documento da SEDESE) na organização dos serviços e na articulação matricial entre os diversos setores governamentais (Defesa Social, Assistência Social, Educação, Saúde, Direitos Humanos, Cultura, Ministério Público, administrações municipais, dentre outros), além dos não governamentais, para construir programas sólidos que possam enfrentar, com algum sucesso, os desafios de situações de violação de direitos, ruptura dos laços familiares e comunitários, exposição ao assédio pelo tráfico, discriminação, dependência química, dentre outras.

TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Além dos serviços socioassistenciais, a proteção social não contributiva está lastreada em **programas de transferência de renda**, de larga cobertura, financiados e operacionalizados pela União. Dentre eles, destacam-se o Programa Bolsa Família - programa de transferência condicionada de renda (PBF), criado em 2003, destinado ao combate às situações de extrema pobreza, e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), implantado a partir de 1996, para idosos e deficientes pobres.

Em Minas Gerais, segundo dados do MDS do Relatório de Informações consultado em janeiro de 2015³¹, o número de famílias inscritas no Cadastro Único em outubro de 2014 era de 2.909.368, subdivididas em:

- 1.027.277 com renda *per capita* familiar de até R\$ 77,00
- 647.720 com renda *per capita* familiar entre R\$ 77,00 e R\$ 154,00
- 752.515 com renda *per capita* familiar entre R\$ 154,00 e meio salário mínimo
- 481.856 com renda *per capita* familiar acima de meio salário mínimo

³¹ Relatório de Informações Bolsa Família e Cadastro Único, disponível em [http://apliacoes.mds.gov.br.sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Coordenação Estadual do PBF](http://apliacoes.mds.gov.br.sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Coordenação%20Estadual%20do%20PBF). Acesso em 28/01/15.

- 36.834 famílias pertencentes a grupos tradicionais e específicos incluídas nos agrupamentos acima, i.e, 1,27% das famílias cadastradas

A série histórica utilizada compreende o período de 2009 a 2014. Tanto a distribuição das famílias extremamente pobres (definidas neste caso como as que tinham renda per capita de até R\$ 140,00 em 2009 ou R\$ 154,00, em 2014, registradas no Cadastro Único), quanto à distribuição do benefício monetário variam entre as regiões.

Na Tabela 3 são sintetizadas as informações de 2014, pesquisadas nas bases de dados do MDS pela equipe da FJP. Em outubro de 2014, haviam 1.674.997 famílias cadastradas no Cadastro Único com renda per capita de até R\$ 154,00 e o número total de famílias beneficiárias no estado foi de 1.147.221, o que significa uma taxa de 68,5% de cobertura³² quando se toma como referência o total de famílias com até R\$ 154,00 de renda per capita familiar. Para o pagamento das famílias beneficiárias, o governo federal despendeu, no ano 2.014, R\$ 2.086.335.876,00.

O outro programa abrangente de transferência de renda é o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Instituído pela LOAS de 1993, começou a ser implantado em 1996. É uma garantia de renda, de natureza não contributiva, destinada a idosos e pessoas com deficiência pobres (renda per capita familiar de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo). É considerado um benefício assistencial no âmbito da Previdência Social. O valor transferido mensalmente para cada beneficiário é de um salário mínimo. Em 2014, em Minas Gerais, a Previdência Social garantiu o BPC para a média de 398.017 beneficiários; deste total, 172.807 relativos a idosos e 225.210 a pessoas com deficiências. O volume total de recursos pagos aos beneficiários do BPC foi R\$ 3.448.626.083,89, um aporte sem dúvida expressivo de renda para os grupos mais pobres.

Portanto, considerando os dois programas de transferência de renda, famílias, idosos e deficientes extremamente pobres receberam R\$ 5.534.961.959,89 de benefícios no ano de 2014, uma injeção de recursos importante na melhoria das condições de vida destas pessoas, um afrouxamento nos orçamentos familiares que tem se revertido, inclusive, no aumento da segurança alimentar, em melhorias na moradia, na nutrição, no vestuário e na aquisição de bens de consumo duráveis, como indicam vários estudos sobre os benefícios das transferências de renda para os segmentos mais pobres.

³² A definição de cobertura utilizada em toda análise que se refira ao Programa Bolsa Família corresponde à razão entre o número de famílias beneficiárias pelo programa e o total de famílias registradas no Cadastro Único com renda *per capita* familiar de até R\$ 140,00 (até 2013) ou de R\$ 154,00 (a partir de 2014).

Três pontos merecem especial destaque no relacionado aos programas de transferência de renda:

- O Programa Bolsa Família cumpre um expressivo papel em todo o estado em garantir a segurança de renda (mesmo que com um valor de benefício médio mensal situado em torno de R\$ 155,00), o que sem dúvida reduz a pobreza extrema. A orientação do PBF é priorizar áreas que concentram o maior número de famílias pobres, algo a ser examinado no estudo regionalizado.
- Destacam-se os efeitos correlatos do PBF sobre outros ativos, como a escolarização e melhoria das condições de saúde – ao demandar das famílias beneficiárias que mantenham seus filhos menores nas escolas e atendam uma agenda mínima de atenção primária com a saúde (vacinação, consultas no pré-natal). Entretanto, um dos indicadores de acompanhamento do PBF (taxa de acompanhamento da agenda saúde) indica queda entre 2010 e 2014, além de se situar em um patamar bem abaixo (0,64) da taxa de acompanhamento das condicionalidades da educação (0,85). No desenho do PBF, o acompanhamento das condicionalidades é de responsabilidade dos municípios, mas o gestor estadual deveria se empenhar na supervisão dos municípios que não têm respondido adequadamente a esta atribuição.
- Na análise dos indicadores de vulnerabilidade, foi destacado o aumento das taxas de familiares dependentes de idosos em domicílios pobres, processo que pode se tornar mais agudo com o aumento de taxas de desemprego e redução da atividade econômica. A SEDESE pretende ampliar as atividades de economia solidária e de associativismo. Elas podem ser importantes, desde que tenham escala, para gerar maiores oportunidades de inserção de outros membros das famílias que recebem os benefícios do PBF e do BPC. Reiterando o já discutido na seção 2, o segmento de jovens que “não estuda, nem trabalha” merece atenção especial de programas de qualificação para o trabalho, de capacitação profissional e de educação de jovens e adultos.

Tais preocupações estão expressas na Síntese Crítica, elaborada pela SEDESE, em que se propõe a (a) implantar uma estratégia de complementação de renda para os extremamente pobres, (b) ampliar seu protagonismo em relação à oferta de qualificação via PRONATEC, incorporando a UTRAMIG na oferta de atividades de qualificação descentralizada em municípios que não disponham de instituições de treinamento em seus territórios, (c) fortalecer os escritórios regionais da SEDESE para que eles possam exercer o papel de diagnosticar as carências e indicar prioridades na alocação de recursos financeiros e no assessoramento técnico entre os municípios mineiros.

ANÁLISE REGIONALIZADA

Nessa seção será feita uma breve caracterização dos Territórios de Desenvolvimento, destacando vulnerabilidades mais persistentes e a oferta de bens e serviços de proteção social (Tabelas 1 e 2 apresentadas na seção 2), com a utilização dos mesmos indicadores de vulnerabilidade, acrescidos de informações sobre a oferta e cobertura dos programas de transferência de renda e dos serviços socioassistenciais (Tabela 3). Algumas informações que permitam inferir a capacidade institucional e de gestão serão considerados a partir dos índices utilizados na política de assistência: IGDM e IDCRAS.

TERRITÓRIOS, DENSIDADE POPULACIONAL E VULNERABILIDADES

Como mostra a Tabela 4, o estado de Minas Gerais tem uma população de mais de 20,7 milhões de habitantes, dispersa em 853 municípios, sendo que os 90 municípios pertencentes ao território Metropolitano (que ultrapassa a RMBH) abarcam mais de um terço de toda a população mineira, seguido do Sul, com 10,4%; Norte e Zona da Mata, com 8% e 7,9%, respectivamente. O Alto Jequitinhonha e o Central apresentam os menores percentuais em termos da concentração de população.

Cerca de 80% dos municípios mineiros são de Pequeno Porte I (até 20.000 habitantes) que, somados aos de Pequeno Porte II (de 20.001 a 50.000 habitantes), totalizam mais de 92% dos municípios do estado³³. O Território de Desenvolvimento Metropolitano concentra mais de um quarto dos municípios de médio, grande porte e a única metrópole de MG (Belo Horizonte). Esta distribuição desigual de população por municipalidades de porte diferenciado já sinaliza a necessidade de diagnósticos futuros, mais detalhados, para identificar tanto a demanda por serviços e equipamentos, quanto oferta de serviços ajustados às necessidades das famílias e territórios. Ambas (demandas e necessidades) sem dúvida se diferenciarão ao se considerar as dinâmicas demográficas, econômicas e sociais, vigentes em cada contexto. Ademais deve se ter em mente que as condições de vulnerabilidade e que a oferta de rede de proteção provavelmente se diferenciarão quando se incorpora a distinção entre o rural e o urbano³⁴.

³³ Segundo classificação do MDS, os municípios de pequeno porte I possuem até 20.000 habitantes; os de pequeno porte II, de 20.001 até 50.000 habitantes; os de médio porte, de 50.001 a 100.000 habitantes; os de grande porte, de 100.001 a 900.000, e as metrópoles, mais de 900.000 habitantes.

³⁴ As características dos contextos urbano e rural influenciam as vulnerabilidades e consequentemente deveriam afetar a oferta de serviços. De acordo com dados do Censo SUAS 2013, foram identificados, para o conjunto de Minas Gerais, poucos municípios que tem CRAS situados e/ou atendendo famílias das áreas rurais. Dos CRAS com

Tabela: 4 - População e número de municípios, por porte e Território de Desenvolvimento, em Minas Gerais-2014

Território	População-2014		Município							
			Pequeno I		Pequeno II		Médio, Grande e Metrop.		Total	
	Número	(%)	Número	(%)	Número	(%)	Número	(%)	Número	(%)
01 - Noroeste	667.958	3,2	23	76,7	4	13,3	3	10,0	30	3,5
02 - Norte	1.661.130	8,0	66	76,7	15	17,4	5	5,8	86	10,1
03 - Médio e Baixo										
Jequitinhonha	454.884	2,2	23	74,2	8	25,8	-	-	31	3,6
04 - Mucuri	446.516	2,2	25	86,2	3	10,3	1	3,4	29	3,4
05 - Alto Jequitinhonha	318.184	1,5	19	79,2	5	20,8	-	-	24	2,8
06 - Central	255.353	1,2	12	70,6	4	23,5	1	5,9	17	2,0
07 - Vale do Rio Doce	672.386	3,2	45	91,8	3	6,1	1	2,0	49	5,7
08 - Vale do Aço	824.787	4,0	26	78,8	3	9,1	4	12,1	33	3,9
09 - Metropolitana	6.251.606	30,2	60	66,7	13	14,4	17	18,9	90	10,6
10 - Oeste	1.276.269	6,2	40	71,4	10	17,9	6	10,7	56	6,6
11 - Caparaó	705.270	3,4	49	89,1	3	5,5	3	5,5	55	6,4
12 - Mata	1.645.998	7,9	82	88,2	6	6,5	5	5,4	93	10,9
13 - Vertentes	762.179	3,7	44	88,0	3	6,0	3	6,0	50	5,9
14 - Sul	2.162.596	10,4	92	77,3	19	16,0	8	6,7	119	14,0
15 - Sudoeste	592.513	2,9	27	79,4	5	14,7	2	5,9	34	4,0
16 - Triângulo Norte	1.283.520	6,2	22	73,3	4	13,3	4	13,3	30	3,5
17 - Triângulo Sul	752.948	3,6	20	74,1	4	14,8	3	11,1	27	3,2
Total	20.734.097	100,0	675	79,1	112	13,1	66	7,7	853	100,0

Fonte: IBGE/Estimativas populacionais; MDS/MI Social/Tabelas Sociais.

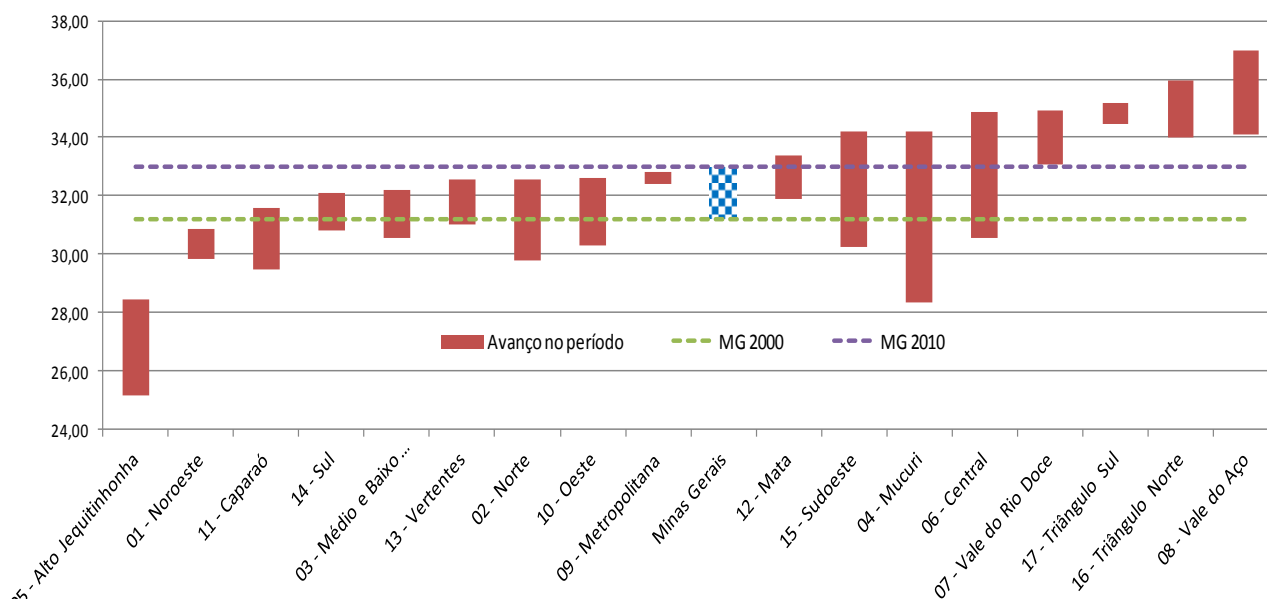
Elaboração: FJP/CEPP.

Quanto às condições de vulnerabilidade, conforme discutido na seção 2, um indicador importante refere-se à população vulnerável (definida por insuficiência de renda, critério adotado no Atlas) de 15 a 24 anos que não estuda nem trabalha. O território Metropolitano concentra mais de um quinto desta população (22%), cerca de 220 mil jovens na faixa etária e nas condições de renda; seguido do Norte, com 16,8%. Os menores percentuais quanto a esta dimensão estão nos territórios Central, Sudoeste e Triângulo Sul, com índices menores que 2%. Os dados indicam padrões semelhantes em todos os territórios. Por exemplo, o percentual de jovens de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis ampliou ao longo da década e situa-se entre 30 a 36% para os 17 territórios, com pouca variação entre eles. Os maiores percentuais encontram-se no Triângulo Norte e Triângulo Sul (com 35,9% e 35,1%, respectivamente) e no Mucuri, Central, Vale do Aço e Sudoeste, com percentuais em torno de 34%.

informações no Censo SUAS, apenas 14 estariam localizados em área rural. Dos 1.091 CRAS, 669 afirmam atender o município inteiro, 178 atenderiam bairros rurais e 18 afirmam que todos os bairros que atendem são rurais.

No Gráfico 6 estão representadas as taxas de jovens pobres que não estudam nem trabalham, em relação à população de referência, para 2000 (parte inferior das barras) e para 2010 (parte superior das barras) para todos os territórios e para o estado de Minas Gerais, o que permite visualizar as diferenças entre os territórios. Os territórios que se situam acima da taxa observada em MG em 2010 são: Mata, Sudoeste, Mucuri, Central, Vale do Rio Doce, Triângulo Sul, Triângulo Norte e Vale do Aço. Entretanto para o Mucuri, o Central, o Sudoeste e o Vale do Aço (nesta ordem) observam-se as maiores taxas de crescimento no período intercensitário.

Gráfico 6 - Comparação do aumento dos percentuais de jovens pobres de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza (*), na população vulnerável dessa faixa no período intercensitário

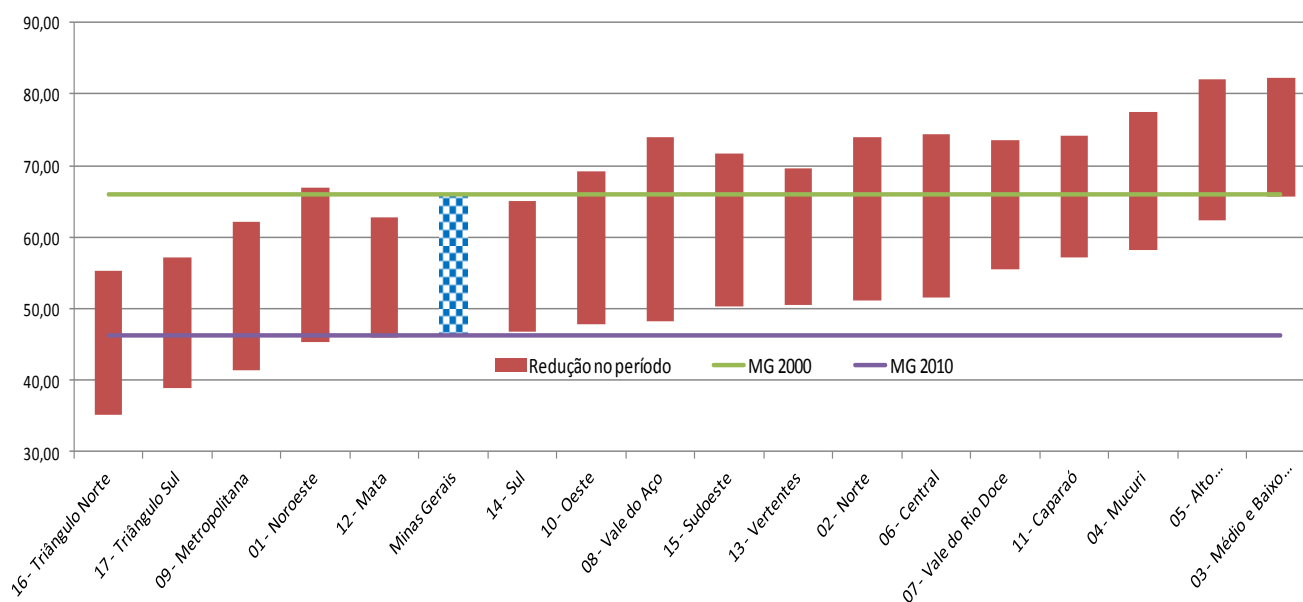


Minas Gerais e Territórios de Desenvolvimento 2000-2010

Quando se considera o percentual de mães chefes de família sem educação fundamental e com filho menor do que 15 anos, as taxas variam em todos os territórios no período intercensitário, variando entre 35% (Triângulo Norte) e 65,6% (Médio e Baixo Jequitinhonha). No entanto, a redução das taxas no período entre 2000 e 2010 (Gráfico 7) foi maior no Vale do Aço, no Norte, no Central, no Noroeste e Alto do Jequitinhonha.

Quanto ao percentual de crianças de 0 a 5 anos fora da escola, as diferenças são também expressivas, variando de cerca de 57% (Triângulo Norte e Triângulo Sul) a 73,1% no Mucuri e 67,4% no Médio e Baixo Jequitinhonha. Já a comparação das taxas de participação deste grupo na faixa etária, entre o ano de 2000 e 2010 (Gráfico 8) mostra, além da redução das taxas para todos os territórios, uma certa homogeneidade dentre elas (entre 14 a 18%), com exceção do Sul e do Norte, com níveis mais altos de redução das taxas (acima de 20%).

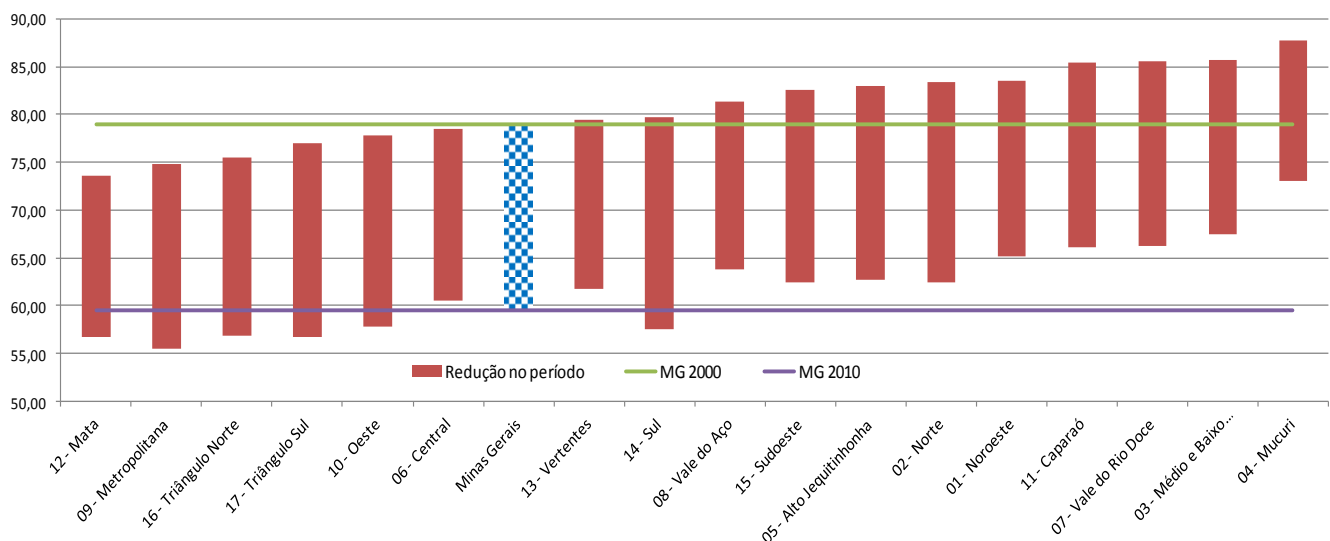
Gráfico 7 - Comparação da queda nas taxas de participação de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes e com filho menor no período intercensitário



Minas Gerais e Territórios de Desenvolvimento 2000-2010

Os três indicadores de vulnerabilidade utilizados nesta seção colocam em destaque três grupos vítimas de processos de exclusão, para os quais poderiam ser adotadas diretrizes específicas no desenho e na organização das intervenções (a) os segmentos sociais considerados envolvem crianças, adolescentes e jovens que deverão ser objeto de políticas mais gerais da área educacional para ampliar a oferta de serviços educacionais para crianças pequenas fora da escola e para adolescentes que abandonaram a escola, aliadas a programas intersetoriais seletivos que procurem construir alternativas para os cuidados e serviços demandados por crianças e adolescentes oriundos de domicílios pobres e chefiados por mulheres com baixa escolarização; (b) os programas que priorizassem jovens, oriundos de famílias afetadas por vetores de destituição, deveriam combinar processos de reinserção escolar com metodologias e temas voltados para o protagonismo juvenil, desenvolvimento pessoal e cultural e qualificação profissional; (c) ampliar programas intersetoriais de acolhida, apoio e qualificação para mulheres pobres chefes de família, envolvendo a assistência social, a educação, sistemas de garantias de direitos, dentre outros para possibilitar que elas tenham oportunidade de melhorar suas condições de vida. Como foi destacado na seção 2, os territórios do Mucuri, do Médio e Baixo Jequitinhonha, do Vale do Rio Doce e do Vale do Aço, assim como o Metropolitano, mereceriam atenção especial.

Gráfico 8 - Comparação na queda nas taxas de participação de crianças de 0 a 5 anos fora da escola no período intercensitário Minas Gerais e Territórios de Desenvolvimento 2000-2010



TRANSFERÊNCIA DE RENDA E SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS NOS TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO

A área de assistência social tem sob sua responsabilidade os serviços socioassistenciais que, dentre outros públicos vulneráveis, atenderiam pessoas e famílias pobres e que recebem benefícios monetários de programas federais de transferência de renda.

Os dados sobre a cobertura do Programa Bolsa Família (calculado considerando como população de referência³⁵ o total de famílias cadastradas no Cadastro Único com renda *per capita familiar* até R\$ 154,00 em 2014), mostram variações importantes entre os territórios, conforme os dados sintetizados na Tabela 5.

A cobertura do Programa Bolsa Família varia entre 53,3% (Triângulo Sul) e 80,5% no Médio e Baixo Jequitinhonha, seguido do Vale do Aço (77,8%), Alto Jequitinhonha (77,2%), Vale do Rio Doce (76,2%). O território do Mucuri, área bastante pobre de MG, tem uma cobertura menor (68,4%) do que outros territórios similares em termos de condições socioeconômicas da população residente. Dentre as famílias beneficiárias do PBF, cerca de 20% concentra-se no território Metropolitano (229.664 famílias), seguido do Norte (16,9% e 193.586 famílias). Para o Alto Jequitinhonha, Central, Sudoeste e Triângulo Sul, o percentual é de 3% no total de famílias beneficiárias de todo o estado, o que não significa baixa cobertura necessariamente, uma vez ela é calculada considerando o número de famílias cadastradas no Cadastro Único.

³⁵ No programa federal o recorte para pobreza extrema é de renda per capita de até R\$ 77,00. No indicador de cobertura do PBF, adotado no IMRS/FJP, foi adotado o recorte mais alto de R\$ 154,00 em 2014. O conceito de cobertura adotado refere-se à relação entre o total de famílias atendidas no PBF, independente da renda per capita e o total de famílias cadastrados no Cadastro Único com renda per capita até R\$ 154,00 em 2014.

Tabela: 5 - Programas de transferência de renda (PBF e BPC) e nº de equipamentos socioassistenciais, por Território de Desenvolvimento, em Minas Gerais -2014

Território	Nº de fam. cadastr. CADÚNICO c/ renda per capita até R\$154,00 (1)		Nº de famílias beneficiárias do PBF (1)		Cobertura do PBF (1) % de cob.	Beneficiários do BPC (2)			Nº de CRAS (3)	Nº de CREAS (3)
	número	(%)	número	(%)		Idoso	PCD	Total		
01 - Noroeste	64.483	3,8	36.707	3,2	56,9	6.324	9.917	16.241	40	9
02 - Norte	257.984	15,4	193.586	16,9	75,0	13.827	26.659	40.486	117	28
03 - Médio e Baixo										
Jequitinhonha	80.790	4,8	64.998	5,7	80,5	7.659	7.657	15.317	37	11
04 - Mucuri	68.225	4,1	46.677	4,1	68,4	7.991	6.549	14.540	36	9
05 - Alto Jequitinhonha	42.887	2,6	33.114	2,9	77,2	2.197	5.049	7.246	32	7
06 - Central	23.188	1,4	16.708	1,5	72,1	3.558	4.436	7.995	19	5
07 - Vale do Rio Doce	80.944	4,8	61.658	5,4	76,2	7.786	9.710	17.496	52	10
08 - Vale do Aço	69.974	4,2	54.459	4,7	77,8	5.504	8.480	13.984	46	9
09 - Metropolitana	366.822	21,9	229.664	20,0	62,6	44.651	46.074	90.725	179	44
10 - Oeste	70.421	4,2	40.486	3,5	57,5	8.791	10.380	19.171	69	16
11 - Caparaó	82.909	4,9	61.181	5,3	73,8	4.501	8.559	13.060	60	10
12 - Mata	120.062	7,2	87.806	7,7	73,1	9.870	20.966	30.836	118	20
13 - Vertentes	53.774	3,2	39.247	3,4	73,0	3.188	7.804	10.992	58	8
14 - Sul	136.133	8,1	91.744	8,0	67,4	19.066	21.756	40.822	142	27
15 - Sudoeste	38.502	2,3	23.936	2,1	62,2	4.501	7.391	11.892	38	8
16 - Triângulo Norte	71.674	4,3	40.617	3,5	56,7	16.574	15.228	31.803	50	8
17 - Triângulo Sul	46.225	2,8	24.633	2,1	53,3	6.819	8.595	15.414	36	7
Total	1.674.997	100,0	1.147.221	100,0	68,49	172.807	225.210	398.017	1.129	236

Obs: (1) refere-se a outubro de 2014; (2) média aritmética simples dos 12 meses e (3) dezembro de 2014

Fonte MDS/MI Social/Tabelas Sociais.

Elaboração: FJP/CEPP

Um estudo mais refinado da distribuição das famílias cadastradas contrapondo-as às famílias contempladas em cada município provavelmente indicará bolsões de pobreza extrema com baixa cobertura, o que poderia orientar uma possível priorização do programa complementar de transferência de renda do governo estadual, conforme proposta da SEDESE.

Segundo os resultados do IGDM³⁶, o acompanhamento da frequência escolar das crianças de famílias que recebem o PBF, foi adequado em 2014 no Alto Jequitinhonha e Vertentes, territórios nos quais mais de 70% dos respectivos municípios registraram taxas mais altas do que a taxa geral do estado. Triângulo Norte, Triângulo Sul, Noroeste e Oeste são os territórios com resultados menos favoráveis, abaixo do resultado estadual. O acompanhamento da Agenda Saúde (a segunda condicionalidade do PBF) foi insuficiente em todos os territórios, e nove deles apresentam desempenho inferior ao do estado. O IGDM é um sinalizador interessante para indicar a gestão do PBF nos municípios. O papel do nível estadual de governo, neste caso, poderia ser o de atuar junto aos municípios com piores resultados no IGDM para a melhoria do Cadastro Único (uma base de dados importante para os diagnósticos socioterritoriais) e o acompanhamento das condicionalidades do PBF.

Quanto aos beneficiários do BPC (396.017 idosos e deficientes pobres, sendo 225.210 deficientes) a maioria se concentra no território Metropolitano (90,7 mil), Norte (40,4 mil) e Sul (40,8 mil), o mesmo ordenamento obtido quando se utiliza o número de habitantes³⁷.

A seguir são destacados alguns pontos sobre a rede socioassistencial de equipamentos da Assistência Social (CRAS e CREAS) nos territórios de desenvolvimento.

No período entre 2009 e 2014, a rede mineira de CRAS expandiu (Tabela 6) e passa a ser composta por 1.129 equipamentos de proteção básica, com uma taxa de crescimento anual de 6,71 pontos a.a. Mas as taxas variam bastante no período (de 1,15% a. a no Mucuri até 13,7% a. a no Sudoeste) e a expansão do número de CRAS não acompanha o ordenamento dos territórios por tamanho da população residente ou pelo número de famílias cadastradas no Cadastro Único com renda *per capita* inferior a R\$ 154,00 ou pelo número de famílias beneficiárias do PBF. O território Metropolitano concentra 30,2% da população residente, 21,9% das famílias cadastradas com até R\$ 154,00 *per capita* familiar, 20% do total de famílias beneficiárias do PBF e 15,9% dos CRAS de MG; o Norte tem 8,0 % da população, 15,4% de famílias cadastradas com até R\$ 154,00 *per capita*, 16,9% do total de famílias beneficiadas pelo PBF famílias e 10,4% dos CRAS; o Sul tem 10,4% de população residente, 8,1% de famílias cadastradas com até R\$ 154,00 *per capita*, 8,0% do total famílias no PBF e 12,6% dos CRAS, além de ser o território que registrou a segunda

³⁶ O IGDM é índice utilizado pelo MDS para monitorar a qualidade da gestão do PBF. Varia de 0 a 1 (quanto mais próximo de 1 melhor a gestão do PBF). É composto por quatro indicadores com peso igual: qualidade e integridade das informações do Cadastro Único, atualização do Cadastro, taxa de crianças com informação de frequência escolar e taxa de famílias com acompanhamento da Agenda Saúde.

³⁷ Há uma dificuldade técnica para o cálculo da cobertura do BPC, pois os dados disponíveis não possibilitam identificar os totais de idosos e deficientes pobres.

taxa mais alta de crescimento do número de CRAS entre 2009 e 2014; o Mata tem 7,9% da população, 7,2% das famílias cadastradas com até R\$ 154,00 *per capita*, 7,7% do total das famílias do PBF e 10,5 % dos CRAS, tendo registrado ainda alta taxa de crescimento no período (10,69% a. a). Quando se considera territórios menores em termos de concentração da população - Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri e Alto Jequitinhonha - as discrepâncias entre famílias cadastradas com até R\$ 154,00 *per capita*, o percentual de famílias atendidas pelo PBF e o percentual de CRAS tendem a diminuir, indicando mais investimento do PBF. Contudo, o mesmo não ocorre com as taxas de crescimento dos CRAS. O Mucuri, um dos territórios de desenvolvimento mais críticos em termos de vulnerabilidades, por exemplo, concentra 3,2% dos CRAS, mas a taxa de crescimento foi de 1,15% a, a, a menor dentre todos os territórios.

Tabela: 6 - Nº de CRAS cadastrados no CENSO SUAS, por Território de Planejamento, em Minas Gerais

Território	2009		2010		2012		2014		Taxa de cresc. anual 2009-2014
	Número	(%)	Número	(%)	Número	(%)	Número	(%)	
01 - Noroeste	33	4,0	37	4,0	36	3,4	40	3,5	3,92
02 - Norte	103	12,6	112	12,1	110	10,3	117	10,4	2,58
03 - Médio e Baixo Jequitinhonha	32	3,9	38	4,1	35	3,3	37	3,3	2,95
04 - Mucuri	34	4,2	35	3,8	35	3,3	36	3,2	1,15
05 - Alto Jequitinhonha	25	3,1	31	3,4	31	2,9	32	2,8	5,06
06 - Central	14	1,7	17	1,8	19	1,8	19	1,7	6,30
07 - Vale do Rio Doce	48	5,9	48	5,2	51	4,8	52	4,6	1,61
08 - Vale do Aço	43	5,3	45	4,9	44	4,1	46	4,1	1,36
09 - Metropolitana	136	16,7	151	16,4	171	16,0	179	15,9	5,65
10 - Oeste	38	4,7	44	4,8	65	6,1	69	6,1	12,67
11 - Caparaó	44	5,4	47	5,1	54	5,1	60	5,3	6,40
12 - Mata	71	8,7	87	9,4	111	10,4	118	10,5	10,69
13 - Vertentes	33	4,0	40	4,3	52	4,9	58	5,1	11,94
14 - Sul	77	9,4	93	10,1	134	12,5	142	12,6	13,02
15 - Sudoeste	20	2,5	27	2,9	39	3,7	38	3,4	13,70
16 - Triângulo Norte	39	4,8	42	4,6	45	4,2	50	4,4	5,09
17 - Triângulo Sul	26	3,2	29	3,1	36	3,4	36	3,2	6,72
Total	816	100,0	923	100,0	1.068	100,0	1.129	100,0	6,71

Fonte: MDS/Censo SUAS

Elaboração: FJP/CEPP

Ademais, deve-se considerar a qualificação do atendimento nos CRAS. O indicador para uma aproximação desta dimensão é o IDCRAS (Índice de Desenvolvimento dos CRAS do MDS).³⁸

Em 2013 (último ano de divulgação do IDCRAS pelo MDS), 44,2% de todos os CRAS dos municípios mineiros têm pelo menos uma dimensão que recebeu pontuação regular, apesar dos avanços registrados desde 2009. Os territórios em que a situação esse mostrou pior em 2013 (último ano de cálculo do IDCRAS) quanto a este indicador foram: Vertentes (56% dos 56 CRAS), Mucuri (55,2% dos 35 CRAS), Sul (52,1% dos 134 CRAS), Triângulo Sul (51,9% dos 34 CRAS) e Alto Jequitinhonha (50% dos 29 CRAS).

Tabela: 7 - Nº de CREAS cadastrados no CENSO SUAS, por Território de Desenvolvimento, em Minas Gerais
Período: 2009-2014

Território	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Taxa de cresc. anual 2009-
01 - Noroeste	6	6	9	9	9	9	8,45
02 - Norte	11	16	28	28	28	28	20,55
03 - Médio e Baixo Jequitinhonha	8	12	12	12	11	11	6,58
04 - Mucuri	4	9	10	10	9	9	17,61
05 - Alto Jequitinhonha	1	5	7	6	7	7	47,58
06 - Central	5	5	6	6	5	5	-
07 - Vale do Rio Doce	6	8	10	10	10	10	10,76
08 - Vale do Aço	7	8	9	9	9	9	5,15
09 - Metropolitana	25	33	38	39	41	44	11,97
10 - Oeste	6	5	14	14	14	16	21,67
11 - Caparaó	5	5	8	8	10	10	14,87
12 - Mata	12	12	17	18	19	20	10,76
13 - Vertentes	5	7	7	7	7	8	9,86
14 - Sul	11	15	24	24	25	27	19,67
15 - Sudoeste	3	5	7	7	7	8	21,67
16 - Triângulo Norte	5	5	6	8	7	8	9,86
17 - Triângulo Sul	4	6	6	7	7	7	11,84
Total	124	162	218	222	225	236	13,74

Fonte: MDS/Censo SUAS

Elaboração: FJP/CEPP

Vale destacar que o IDCRAS trata de questões muito básicas que afetam a qualidade dos serviços, tais como estrutura física (número e tamanho de salas, acessibilidade), atividades desenvolvidas, horário de funcionamento e composição profissional das equipes. Sendo assim têm-se uma combinação perversa: poucos equipamentos e com instalações e equipes pouco ajustadas à prestação de serviços. Finalmente, deve se ter em mente que a demanda por CRAS irá variar de acordo com as condições de incidência maior pobreza e de vulnerabilidade. Em termos absolutos, a pressão é mais

³⁸ Na tabulação feita pela equipe da FJP do IDCRAS foi utilizada a seguinte agregação: 5: todas as quatro dimensões obtiveram pontuação regular; 6 a 7: pelo menos duas dimensões têm pontuação regular e as outras duas suficiente ou superior, 8: uma dimensão é regular e as demais são suficiente ou superior, 9 e 10: todas as dimensões com pontuação suficiente ou superior.

elevada nos municípios de médio, grande porte e metrópole. Por isso, os territórios Metropolitanos, Sul, Vale do Aço e Mucuri, merecem atenção especial da administração estadual, inclusive na ampliação dos serviços e dos equipamentos de proteção básica.

Os Centros Especializados da Assistência Social – CREAS cresceram no período entre 2009 e 2014 (Tabela 7) e a proposta da SEDESE é promover a expansão dos centros regionais, conforme examinado na seção 3. No território Norte ocorreu uma expansão importante, algo positivo, pois ele concentra parte expressiva da população mineira, o que não ocorreu, no entanto, em outras áreas do estado. Os indicadores de vulnerabilidade também seriam sinalizadores para identificar áreas em que há concentração de situações de risco com baixa cobertura de equipamentos e principalmente dos serviços de média e alta complexidade. Como foi indicado na seção 3, o levantamento realizado pelo IBGE em 2013, o Censo SUAS e o diagnóstico da SEDESE, sinalizam a escassez de CREAS, centros de apoio e de equipamentos de acolhimento institucional para idosos, crianças e adolescentes, deficientes e mulheres.

A implantação de diagnósticos com mapeamento territorial dos vazios das redes de assistência e de outros equipamentos contraposto ao de pessoas e famílias pobres e /ou vulneráveis, assim como da vigilância socioassistencial, previstos no SUAS, permitiriam identificar, com maior clareza, a demanda por serviços e as articulações entre setores para construir redes mais qualificadas de proteção social. Mas para que isto se dê, é necessário que o governo estadual defina um conjunto de indicadores (apoiados, por exemplo, nas bases de dados do Censo SUAS, do Cadastro Único e dados administrativos sobre a oferta de serviços) que possibilite não só a caracterização da demanda nas áreas de atuação da Assistência Social e de outras políticas sociais, como também, viabilize o acompanhamento e o monitoramento regular dos serviços e da rede de atenção

GESTÃO DO SUAS, DESCENTRALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DA SEDESE E ARTICULAÇÃO MATRICIAL DAS INTERVENÇÕES

A proteção social para famílias pobres ou vulneráveis depende de redes de serviços, com capacidade para atendê-las com qualidade. Entretanto, as condições da oferta, a variedade e a adequação dos serviços disponíveis, são heterogêneas, o que na prática irá requerer, para atender minimamente o que é prescrito no marco regulatório, a atuação consistente dos agentes públicos (e dentre eles a SEDESE) sobre os déficits quantitativos e qualitativos. Vale lembrar que a proteção básica da assistência social requer a oferta capilarizada de seus serviços, ajustada às necessidades e especificidades das famílias que residem nas áreas geográficas de atuação dos CRAS. Já proteção especial, rede de CREAS e de equipamentos e organização de serviços de alta complexidade mais robustos, podem estar distribuídos regionalmente, desde que

tenham capacidade e equipes treinadas para lidar com a complexidade e gravidade das situações de violação de direitos e de rupturas de laços familiares e comunitários que agravam a existência dos que necessitam destes serviços. Sendo assim, não basta ter equipamentos, mas sim serviços qualificados, equipes profissionalizadas, acompanhamento e monitoramento regular do que é feito, gestão efetiva e coordenada da rede pública e conveniada, utilização eficiente dos recursos financeiros. Ademais, deve ser sempre do funcionamento regular das instâncias de controle social e de mecanismos de consulta aos usuários dos serviços.

Um dos papéis da SEDESE seria o de mapear a rede de equipamentos e de serviços e de apoiar os municípios para que eles executem adequadamente o que está previsto no SUAS, além de implantar a rede sob a responsabilidade do governo mineiro. Portanto, decorre a recomendação mais geral de fortalecer as capacidades institucionais nos níveis municipais, o que envolveria, além da ampliação e regularização do financiamento, o suporte técnico, de pessoal, de infraestrutura, de metodologias, dentre outros. A esse respeito, merece destaque ainda o necessário reexame do papel dos escritórios regionais da SEDESE na intermediação entre o nível estadual e os municípios, frente ao novo desenho de Territórios de Desenvolvimento,

Ao longo do texto foram feitos vários destaques tanto no que se refere aos pontos críticos, déficits e tendências, quanto no que concerne às diretrizes e propostas para atuação do governo estadual nos próximos quatro anos.

A título de resumo, os destaques foram sintetizados nos Quadros 1 e 2. O Quadro 1 traz os pontos críticos, tendências e algumas diretrizes e propostas para atuação do governo estadual, resultantes da análise dos indicadores de vulnerabilidade (seções 2 e 4). O Quadro 2, por sua vez, está mais centrado nos resultados da análise da oferta de serviços socioassistenciais, dos problemas relacionados à gestão do SUAS em MG, das propostas da SEDESE, complementadas por outras sugestões da equipe da FJP (seções 3 e 4), responsável por este documento.

Quadro 1. Resumo de pontos críticos identificados com indicadores de vulnerabilidade; diretrizes e/ou propostas para orientar ação do ente estadual; setores governamentais relevantes e possíveis intervenções

Pontos críticos identificados com os dados do Atlas	Tendências	Diretrizes/propostas para atuação do ente estadual	Principais setores governamentais
<p>Queda no número absoluto de jovens de 15 a 24 anos vivendo em domicílios com renda per capita de até ½ salário mínimo, mas aumento das taxas de jovens que não estudam nem trabalham nestes domicílios, no período intercensitário. Taxas acima de 35% em 2010: Vale do Aço, Vale do Rio Doce, Triângulo Norte, Triângulo Sul e Central. Metropolitano:(33,8%) no. absoluto mais alto.</p>	<p>Enorme desafio p/ as áreas de educação, qualificação profissional, direitos humanos, assistência social, cultura, defesa social, segurança pública. Tende a aumentar com o crescimento demográfico da população e queda na dinâmica econômica.</p>	<p>Reconfigurar o desenho e a gestão matricial das iniciativas relevantes em cada área social. Diagnósticos socioterritoriais das regiões econômica e socialmente mais frágeis. Coordenação para possibilitar o compartilhamento entre setores governamentais de prioridades, planejamento, do desenho das intervenções e do detalhamento da matriz de responsabilidades. Disponibilização de indicadores para o monitoramento.</p>	<p>Educação e Trabalho: formação profissional de jovens (tais como o PRONATEC), Educação de Jovens e Adultos aliado à qualificação profissional; Defesa Social, Assistência Social, Direitos Humanos e Cultura: programas integrados e preventivos de apoio a adolescentes e jovens e suas famílias em áreas de risco</p>
<p>A população em domicílios chefiados por mulheres com baixa escolaridade e com filhos menores do que quinze anos quase duplicou entre 2000 e 2010, apesar da queda nas taxas de participação na população de referência. Taxas acima de 55% em 2010: Médio e Baixo Jequitinhonha, Alto Jequitinhonha, Mucuri, Caparaó e Vale do Rio Doce.</p>	<p>Mulheres chefes com baixa escolarização tendem a ter empregos instáveis e sem garantias trabalhistas; dificuldades para apoiar seus filhos em atividades escolares fora da escola. Há uma tendência do aumento de mulheres nestas condições pressionadas pelo desemprego de outros adultos no domicílio.</p>	<p>Ampliar oferta de escolarização e de serviços socioassistenciais de apoio, convivência e cuidados, em tempo integral, para menores que vivem em domicílios chefiados por mulheres com baixa escolaridade. Serviços de apoio psicológico, convivência e lazer para as mães. Priorização em programas de transferência de renda.</p>	<p>Educação e Assistência Social: escolas e creches em tempo integral; Cultura, Esporte, Saúde, Assistência Social, Segurança Alimentar e Direitos Humanos: programas articulados de apoio, convivência e cuidados para as próprias mulheres; Qualificação Profissional e Educação de Adultos para as chefes de família.</p>
<p>Aumento da taxa de dependentes vulneráveis de idosos em domicílios com idosos, apesar da queda do número absoluto vulneráveis coabitando com idosos no período intercensitário. Taxas acima de 71% em 2010: Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri, Vale do Aço, Vale do Rio Doce, Caparaó e Central.</p>	<p>As taxas mais altas em territórios com baixo dinamismo econômico indicam a relação entre falta de oportunidades de renda para outros residentes nos domicílios pobres em que há coabitação com idosos. Tendência de aumento nas taxas de dependência pode se acentuar em conjunturas com redução da atividade econômica e consequente aumento das taxas de desemprego.</p>	<p>Ampliar a inserção dos outros membros da família no mercado de trabalho formal, algo difícil em situações de baixo dinamismo econômico. Ampliação de outras atividades geradoras de renda, tais como as associadas à economia solidária e ao cooperativismo.</p>	<p>Educação e qualificação profissional: programas que priorizem jovens adultos pobres que vivem em domicílios de idosos. Trabalho, cooperativismo e economia solidária: programas de qualificação e treinamento, apoio técnico e assessoramento a empreendimentos de economia solidária ou de geração de renda.</p>

Quadro II. Síntese dos principais pontos críticos, tendências e diretrizes e propostas para orientar a atuação da SEDESE e outras áreas da administração pública para atender setores extremamente pobres e socialmente vulneráveis

Pontos críticos serviços socioassistenciais, gestão e financiamento	Tendências	Diretrizes e propostas SEDESE	Outros setores
<p>Rede de CRAS capilarizada, mas insuficiente, com instalações e horários de atendimento inadequados; equipes incompletas e com vínculos instáveis</p>	<p>Comprometimento da qualidade dos serviços, atendimento inadequado às famílias residentes na área de referência dos CRAS</p>	<p>Ampliar o número de CRAS, buscando garantir a cobertura de áreas de grande extensão rural e territórios vulneráveis de municípios de médio ou grande porte e metrópole.</p> <p>Assessoramento aos municípios para melhor qualificação dos serviços.</p> <p>Estimular municípios a realizar concursos e profissionalizar as equipes de referência dos CRAS</p>	<p>Administrações municipais</p> <p>Rede de capacitação do Capacita SUAS para treinar equipes de referência, gestores, conselheiros da Assistência Social.</p>
<p>Rede de CREAS incompleta e concentrada em municípios acima de 50.000 habitantes. Baixa qualificação dos serviços prestados por insuficiências graves nas equipes dos CREAS e nas instituições de acolhimento. Baixa capacidade de atendimento nos serviços socioeducativos em meio aberto.</p>	<p>Oferta e universalização dos serviços de proteção especial sob a responsabilidade do governo estadual. Supervisão da rede de CREAS e das organizações de abrigo para corrigir déficits quantitativos e qualitativos na composição das equipes e na qualidade dos serviços prestados.</p>	<p>Ampliar a rede regionalizada de CREAS baseada em diagnóstico e vulnerabilidades, incidência de violação de direitos, existência de comarcas de justiça, demanda apresentada pelo Ministério Público.</p> <p>Estimular municípios de médio e grande porte a implantar os serviços de proteção especial de média complexidade.</p> <p>Ampliação da rede regionalizada estadual de acolhimento institucional.</p>	<p>Assistência Social, Direitos Humanos, Comarcas do Judiciário Ministério Público. Governo estadual e administrações municipais.</p> <p>Implantar o <i>Pacto de Aprimoramento da Gestão do Governo de Minas</i> com o MDS.</p> <p>Articulação com as áreas de Saúde, Educação, Defesa Social para implantar programas que articulem serviços de prevenção e combate à violação de direitos de segmentos vulneráveis.</p>
<p>Baixa integração entre a Proteção Básica e a Proteção Especial. Baixa articulação entre serviços e benefícios.</p>	<p>Comprometimento da atenção socioassistencial para os setores mais vulneráveis ou em situação de violação de direitos.</p>	<p>Qualificar os escritórios regionais da SEDESE para identificar pontos de tensão e organizar treinamentos regionalizados para superá-los.</p>	<p>Administrações municipais da Assistência Social, Agências capacitadoras.</p>

<p>Baixa articulação entre os serviços da assistência social e os de outras políticas para a construção de redes robustas efetivas para lidar com situações de risco, de ameaça e de violação de direitos.</p>	<p>Déficits e inoperância dos serviços governamentais para atender e proteger grupos particularmente expostos a riscos e violação de direitos: crianças pequenas fora da escola; jovens adultos que não estudam, nem trabalham; idosos e deficientes extremamente pobres e mulheres sob ameaças.</p>	<p>Ampliar a rede de equipamentos de acolhimento institucional com equipes qualificadas Estimular municípios a implantar os serviços socioeducativos em meio aberto para adolescentes em conflito com a lei. Elaborar diagnósticos que especifiquem áreas a serem priorizadas, seus problemas e seus ativos. Setores governamentais, serviços e organizações para estatais disponíveis e déficits.</p>	<p>A articulação necessária para a construção de uma rede com alguma efetividade demandará a ação coordenada de vários setores do governo, sob a direção do alto escalão do executivo. As iniciativas também deveriam ser acolhidas por fóruns de defesa de direitos, pelo Judiciário, pelo Ministério Público, além de organizações comunitárias.</p>
<p>Transferência de renda e combate à pobreza extrema. PBF e o BPC pagaram em 2014 R\$5.534.961.959,89 para atender 1.147.221 famílias, 172.807 idosos e 225.210 deficientes extremamente pobres. Programas estaduais praticamente inexistentes.</p>	<p>Aportes importantes do PBF e BPC melhoram as condições de vida dos beneficiários. Frente a um quadro adverso na economia, a tendência é que se aumente a pressão sobre programas sociais.</p>	<p>Implantar uma estratégia estadual de complementação de renda para os extremamente pobres. Ampliar o protagonismo do governo mineiro em relação à oferta de qualificação via PRONATEC e UTRAMIG</p>	<p>Educação, Assistência Social, Trabalho: articular iniciativas de geração de renda, qualificação profissional, assessoria técnica para estimular o cooperativismo.</p>

Os principais fatores críticos identificados e algumas diretrizes para nortear a ação da área de desenvolvimento social do governo mineiro seriam:

- Qualificação inadequada dos recursos humanos da área de assistência social e equipes incompletas. Os temas da capacitação e de formação continuada dos gestores locais e regionais ganham toda relevância para a execução da política de assistência, o que envolve não apenas formação ou transmissão de conteúdos, mas um processo de formação em ação, construindo processos de aprendizagem e de troca de informações entre os municípios, permitindo a formação de uma “comunidade de sentido” entre os atores envolvidos na produção da política de assistência social. A proposta da SEDESE é ampliar os esforços descentralizados de capacitação, em especial na gestão orçamentária e financeira, utilizando parte dos recursos disponíveis nos fundos municipais e do Programa CAPACITASUAS.

- Sistemas de informação e indicadores insuficientes para o exercício das atividades de gestão, acompanhamento e monitoramento. O sistema existente na SEDESE (SIM-Sistema de Informação e Monitoramento), não se configura como um sistema que possibilita a vigilância socioassistencial, a elaboração de diagnósticos, o monitoramento das intervenções estaduais e municipais. Por isso, a diretriz seria a reformulação do sistema atual, com o fornecimento de informações e indicadores que permitam ler as vulnerabilidades das populações e territórios e, ao mesmo tempo, fornecer dados sobre a provisão dos serviços sociais existentes. A informação ágil e qualificada constitui um instrumento estratégico para fortalecer não apenas os municípios no planejamento das intervenções, mas também identificar para o nível estadual quais territórios se encontram em pior situação quanto aos níveis de proteção desejados para priorizar o assessoramento e o financiamento.
- Baixa articulação entre as áreas de atuação da SEDESE, entre serviços socioassistenciais e transferência de renda, assim como, entre diferentes setores tais como educação, defesa social, direitos humanos, economia solidária, qualificação profissional. Uma rede robusta de proteção social robusta, orientada para a atenção integral requer não só serviços de retaguarda da assistência social, mas também de maiores oportunidades de geração de trabalho e renda, de programas educacionais inovadores para reter os adolescentes e jovens no sistema escolar e em processos de formação para o trabalho, da ampliação dos serviços de atenção às crianças pequenas, da atuação preventiva junto a adolescentes e jovens para protegê-los da exposição ao tráfego e ao consumo de drogas, da violência e da criminalidade, do envolvimento com gangues, dentre outros riscos.

O fenômeno da pobreza e da vulnerabilidade, central para as políticas de proteção, se entendido em sua complexidade, é multidimensional e heterogêneo, espacialmente diferenciado, determinado por fatores estruturais e conjunturais. Para enfrentá-lo a área governamental terá que recorrer a estratégias que combinem a atuação de políticas diversas, estruturais e compensatórias, universais e focalizadas, que incidam nas múltiplas dimensões de privações de forma integrada do ponto de vista da população beneficiária. Processos de planejamento estratégico, com a elaboração conjunta de diagnósticos sobre as situações-problema e o planejamento partilhado, a negociação de metas, a identificação dos recursos sob a governabilidade do conjunto de atores, poderiam ser pontos de partida para estimular processos e mecanismos que favoreçam a coordenação das ações setoriais, algo que pode ser viabilizado pelo uso compartilhado de sistemas de informações e de orçamentos, e processos conjuntos de deliberação e decisão. Mas a coordenação de vários setores, com suas agendas e prioridades específicas, para que se traduza em cooperação e compromissos efetivos, dependerá do envolvimento direto dos núcleos estratégicos do primeiro escalão do executivo.

Resta destacar o compromisso com a alteração das condições de vida das populações mais pobres, a elevação de seus padrões de proteção e a garantia de direitos de cidadania, o que depende do compromisso de todos os setores de governo, e também da sociedade e do setor privado. O tema da superação da pobreza, contudo, não pode estar desvinculado do enfrentamento da desigualdade, o que recoloca, novamente aqui, a necessária integração da assistência com outras políticas públicas e sociais, em uma perspectiva mais integral de proteção social.

ANEXO I. TERRITÓRIOS E OS PRINCIPAIS DESTAQUES

Neste texto são apresentados os principais destaques sobre cada um dos Territórios de Desenvolvimento do estado de Minas Gerais.

NOROESTE

O território Noroeste concentra uma população próxima a 670 mil pessoas distribuídas em 30 municípios, sendo a quase totalidade (23) de pequeno porte I, com população até 20 mil habitantes. Somados aos municípios de pequeno porte II, esse percentual alcança mais de 90% dos municípios do território. Somente três se enquadram na categoria de médio e grande porte (dois de médio porte e um de grande).

No período intercensitário, o percentual de jovens de 15 a 24 anos que não estudam e não trabalham e são vulneráveis em termos de renda cresceu (29,8% para 30,8%), o que ocorreu em todos os territórios. Inversamente, reduziu o percentual de crianças de 0 a 5 anos fora da escola (de 83,5% para 65,1%), tendência que se observa também para o conjunto dos territórios de desenvolvimento, bem como reduziu o percentual de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor (de 73,9% para 51%). Apesar da queda, as taxas para ambos os indicadores de vulnerabilidade são bastante altas. A gravidez na adolescência tem redução considerável, considerando que detinha o segundo maior percentual entre as regiões, passando de 3,18% para 2,45%, que, entretanto, é maior que a média do estado.

Mais de 64 mil famílias extremamente pobres (com renda per capita de até R\$ 154,00) estavam registradas no Cadastro Único em 2014. O Programa Bolsa Família alcança mais de 36 mil famílias, com uma cobertura de 56,9% famílias (calculada em relação ao total de famílias extremamente pobres). No segundo programa federal de transferência de renda (BPC), tem-se uma média de 16,2 mil pessoas, 2,43% da população da região, com maior incidência dos benefícios para deficientes. A gestão do PBF avançou entre 2009 e 2014, principalmente na condicionalidade da educação, que teve melhor acompanhamento em 2014 (não ocorrência de municípios na faixa abaixo de 0,7 e pelo incremento percentual na última faixa de IGD), embora abaixo do desempenho do estado. O acompanhamento da agenda saúde apresenta avanços principalmente na faixa de 0,7 a 0,9 de IGD (70,0%), mas ainda se registram municípios na faixa de 0 a 0,7.

Quanto à rede de proteção básica, o território conta com 40 CRAS (média é de 1,33 CRAS por município) e nove CREAS. As condições de oferta dos serviços socioassistenciais tiveram melhoria entre 2009 e 2013, com média próxima à de MG na proporção de municípios situados na última faixa de ID CRAS e decréscimo nas faixas com IDCRAS de até 5. Apenas um município não contava com CRAS em funcionamento em 2013.

NORTE

A região Norte tem uma população extensa, de mais de 1,6 milhões de habitantes em 86 municípios, a maioria de até 20 mil habitantes (mais de 76%). Se se considerar os municípios de pequeno porte II, esse percentual ultrapassa a 90%. Existem cinco municípios de porte médio ou grande (quatro de médio porte e um de grande).

Quanto aos indicadores de vulnerabilidade, na Norte também se observa um crescimento, ao longo do período intercensitário, no percentual de jovens de 15 a 24 anos que não estudam e nem trabalham, e são vulneráveis em termos de renda, passando de 29,8% a 32,5% entre 2000 e 2010, o que equivale a um registro no Atlas de 55.232 jovens nestas condições em 2010. Também a proporção de pessoas vulneráveis em termos de renda dependentes de idosos cresceu no período, chegando a 68,15%. Houve uma redução no percentual de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes e com filho menor, passando de quase 74% em 2000 para 51% em 2010. Esse percentual em 2010 coloca a Norte como um dos nove territórios (do total de 17) com valores acima de 50% para essa dimensão, revelando uma vulnerabilidade maior nesse aspecto. Seguindo também a tendência para o conjunto das regiões, reduziu-se o percentual de crianças de 0 a 5 anos fora na escola (de 83,3% para 62,4%), embora ainda acima da média estadual. A gravidez precoce reduz-se discretamente, mas permanece também acima do conjunto do estado.

O território concentra o segundo maior percentual do Estado (mais de 15%) dentre as 258 mil famílias com renda até R\$154,00 com registro no Cadastro Único - em situação de pobreza extrema, portanto. O Programa Bolsa Família apresenta uma boa cobertura na região (75%), alcançando a mais de 193 mil famílias. O BPC beneficia a mais de 40 mil indivíduos, sendo que a maioria (mais de 26 mil) são benefícios para portadores de deficiência, alcançando 2,43% da população do território. Houve melhorias na gestão do PBF especialmente no acompanhamento da frequência escolar dos beneficiários do programa, em que 64% dos municípios se situam na faixa de 0,9 a 1 de IGD em 2014. O acompanhamento da agenda saúde apresentou concentração de municípios na faixa intermediária de IGD, e o segundo menor percentual na faixa superior, indicando desempenho insuficiente neste aspecto.

O Norte concentra um volume considerável dos equipamentos da proteção básica do Estado, com 117 CRAS - média de 1,36 CRAS por município - e 28 CREAS. As condições de infraestrutura para oferta dos serviços da proteção básica apresentaram avanços em relação a 2009, com aumento do número de CRAS na faixa de 9 a 10 de ID CRAS em 2013, embora ainda abaixo do percentual do estado nessa faixa. Na outra ponta, também melhora a proporção dos que estão na faixa de 1 a 4, também acima do estado, mas registrou-se um município sem o equipamento, o que não ocorreu em 2009.

MÉDIO E BAIXO JEQUITINHONHA

O território do Médio e Baixo Jequitinhonha concentra em 31 municípios cerca de 454 mil pessoas. Acompanhando o perfil do estado, o volume de municípios de pequeno porte I é expressivo: 23 (ou 74%); não existe nenhum município de porte médio ou grande. Quanto aos jovens que não estudam e nem trabalham, o território segue a tendência geral, com crescimento ao longo da década, passando de 30,5% a 32,1%. O percentual de vulneráveis em termos de renda e dependentes de idosos (75,6%), no total de vulneráveis que coabitam com idosos, é o mais alto dentre todos os territórios, além de ter crescido no período intercensitário. Observou-se, por outro lado, uma redução no percentual de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor - de 82,1% para 65,6% -, sendo o mais alto entre os territórios. Quanto ao percentual de crianças de 0 a 5 anos fora na escola, registrou-se também uma queda de 85,6% para 67,4% ao longo da década, expressiva, mas ainda insuficiente. A gravidez na adolescência tem discreta redução e continua acima dos resultados do estado.

São 80,7 mil famílias cadastradas no Cadastro Único com renda *per capita* abaixo de R\$154,00 e 64,9 mil são beneficiárias do Bolsa Família. O Programa apresenta o maior índice de cobertura (80,5%) dentre todos os territórios. São 15,3 mil beneficiários do BPC, equilibrado entre benefícios para idosos e deficientes (7,6 mil para cada modalidade). A gestão do PBF teve evolução positiva entre 2009 e 2014, com maior contribuição do acompanhamento da condicionalidade da educação, o que reduziu pela metade os municípios que se situavam na primeira faixa de IGD, e avançando na última. Nesses extremos, situa-se acima dos percentuais do estado. O acompanhamento da agenda saúde também revela melhoria no período considerado, com 29% de municípios da faixa de 0,9 a 1 do IGDM, posição em que não havia registros em 2009. Ainda assim, são resultados menos favoráveis que os do estado.

A oferta dos serviços socioassistenciais ocorre em 37 CRAS e 11 CREAS, com uma média de 1,19 CRAS por município. A proteção básica, em 2013, apresentou condições adequadas de funcionamento dos serviços em 26 dos 30 municípios do território, com resultados acima de 8 no IDCAS; quatro municípios ainda permanecem na faixa de 1 a 4 e um município figura como não tendo o equipamento, o que não está nos registros de 2009.

MUCURI

O território do Mucuri concentra praticamente a mesma população que a região do Médio e Baixo Jequitinhonha, com 446 mil habitantes, distribuídos em 29 municípios. Mais de 86% são de pequeno porte I, sendo apenas um município de grande porte.

Quanto às vulnerabilidades, o percentual de jovens 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis em termos de renda cresceu cerca de seis pontos percentuais ao longo do período intercensitário, passando de 28,3% em 2000 para 34,2% em 2010, em uma proporção maior que a encontrada nas demais regiões, cujos valores subiram em um ou dois pontos percentuais. Esse valor está entre os mais altos dentre os territórios sendo praticamente o mesmo que do Central, Vale do Rio Doce e Sudoeste (34,8%, 34,9% e 34,1%, respectivamente). Também em relação ao percentual de vulneráveis em termos de renda e dependentes de idosos, no total de vulneráveis (renda per capita de R\$255,00 em agosto de 2010) que coabitam com idosos, o Mucuri apresenta os piores indicadores: 73,5%, segundo percentual mais alto para o conjunto dos territórios. Quanto ao percentual de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, o indicador apresenta a mesma tendência de melhora ao longo da década, passando de 77,6% em 2000 para 58,1% em 2010. O percentual de crianças de 0 a 5 anos fora da escola também caiu nesse período, passando de 87,7% para 73,2%, valor considerável que ainda coloca a região na pior condição de MG em relação a essa dimensão da vulnerabilidade. A gravidez na adolescência é outro indicador que merece atenção, uma vez que cresceu (de 2,67% para 2,79%) e se conserva entre as quatro maiores taxas registradas.

Cerca de 68,2 mil famílias com renda *per capita* de até R\$ 154,00 em 2014 estão registradas no CADÚNICO, sendo 46,6 mil beneficiárias do Bolsa Família, o que representa uma cobertura de 68,4%. São 14,5 mil beneficiários do BPC, com uma ligeira maioria de benefícios para idosos, contrariando a tendência da maioria dos territórios. O IGDM do território teve incremento na faixa de 0,9 a 1,0, em que não havia ocorrência em 2009. O acompanhamento da frequência escolar das crianças beneficiárias do PBF também comparece com maior percentual de municípios nessa faixa. Fato atípico ocorre com o acompanhamento da condicionalidade da saúde, que cai de 37,9% para 23,4% na faixa de 0,9 a 1,0 de IGD e cresce significativamente na faixa mais baixa (0 a 0,7), revelando a sensível piora da gestão desta condicionalidade no Mucuri.

O território conta com 36 CRAS e nove CREAS, o que dá em média 1,24 CRAS por município. As condições de oferta dos serviços da proteção básica têm evolução positiva nas faixas acima de 6 de IDCAS: em 2013 apenas um município está nessa faixa e 13 estão na faixa de 0,9 a 1,0. Por outro lado, os municípios que apresentaram condições insuficientes permaneceram entre 1 e 4 de IDCAS e um município não registrou a presença deste equipamento, ocorrência essa inexistente em 2009.

ALTO JEQUITINHONHA

O território do Alto Jequitinhonha tem população total de 318 mil pessoas e 24 municípios, todos de pequeno porte I e II (79,2% e 20,8%, respectivamente).

Quanto aos jovens vulneráveis em termos de renda de 15 a 24 anos que não estudam e não trabalham, o território apresenta o percentual mais baixo dentre todas as regiões, tanto em 2000 como em 2010 (25,1% e 28,4% respectivamente). As mães chefes de família sem fundamental e com filho menor do que 15 anos chegam a 62,4%, - a segunda mais alta dentre todos os territórios. Quanto ao percentual de crianças entre 0 a 5 anos fora da escola, o valor registrado está acima dos resultados estaduais. As pessoas vulneráveis dependentes de idosos cresceram no período, assim como a gravidez precoce, que, entretanto, é menor que a taxa do estado.

Constam no Cadastro Único 42,8 mil famílias em condição de extrema pobreza (até R\$ 154,00 per capita em 2014), sendo 33,1 mil beneficiárias do Bolsa Família, cuja cobertura é de 77,2%. São 7,2 mil beneficiários do BPC, sendo mais de 5 mil para deficientes. A gestão do BF vem se mostrando eficiente desde 2009, sem registros de municípios na faixa de 0 a 0,7 de IGD M, o mesmo ocorrendo com o componente acompanhamento da frequência escolar, que em 2014 é o de maior valor na faixa de 0,9 a 1,0 entre todos os territórios (70,8%). A agenda saúde em 2014 apresenta os municípios do território distribuídos igualmente nas faixas média e alta de IGD.

O Alto Jequitinhonha conta com 32 CRAS e sete CREAS, o que representa uma média de 1,33 CRAS por município. As condições de oferta dos serviços da proteção básica têm concentração de municípios entre os que apresentam adequação de instalações e de recursos humanos nas faixas entre 8 e 10 de IDCRAS (12) e os que têm condições insuficientes, de 1 a 4 de IDCRAS. Um dado importante é o registro de dois municípios sem o equipamento, situação que em 2009 era de apenas um município.

CENTRAL

Entre os Territórios de Desenvolvimento, o Central é o que reúne menor número de municípios (17), dos quais 12 são de pequeno porte I, quatro de pequeno porte II. Sua população total é de 255.353 habitantes, ou 1,5% da população do estado de Minas Gerais.

O seu perfil de vulnerabilidade se destaca pelo crescimento do percentual de vulneráveis em termos de renda dependentes de idosos entre 2000 e 2010 (de 55,01% para 71,17%), de jovens de 15 a 24 anos que não estudam e não trabalham (+4%) e pela taxa indicativa de gravidez precoce (2,77%), que, apesar de ligeiramente menor do que em 2000, permanece a quarta maior entre os demais territórios, acima da do estado (2,13%). Também acima da média estadual (46,16%) estão as taxas de mulheres com baixa escolaridade chefes de famílias vulneráveis em termos de renda *per capita* (51,54%) e as crianças de 0 a 5 anos fora da escola, embora com tendência decrescente no período analisado.

As famílias com renda *per capita* até R\$154,00, registradas no Cadastro Único em 2014, somam 23.188, representando 1,4% dos registros do Cadastro Único para Minas Gerais. Destas, 16.708 são beneficiárias do PBF e correspondem a uma cobertura de 72,1%. Os beneficiários do BPC somam 7.995, com ligeira predominância das pessoas com deficiência (55%). A gestão do Bolsa Família apresentou melhoria entre 2009 e 2014 no Território Central em relação ao acompanhamento de frequência escolar das crianças beneficiárias do Bolsa Família, com incremento de municípios na faixa superior de IGDM, que passa de 58,8% para 64,7%. Esses resultados colocam o território em posição superior à do estado nesta dimensão. O acompanhamento da Agenda Saúde apresenta melhora em todas as faixas, com melhores índices em MG, ao reduzir significativamente as ocorrências de municípios na faixa até 0,7 de IGD e ao duplicar as da faixa mais alta - 0,9 a 1,0 (47,1% contra 32,2% de Minas Gerais).

Os equipamentos para a prestação dos serviços socioassistenciais no Território Central em 2014 eram 19 para a proteção básica (média de 1,1) e cinco para a proteção especial. As condições para a oferta dos serviços básicos tiveram incremento entre 2009 e 2013: em 2009, quatro municípios não tinham CRAS e oito não ofereciam condições suficientes de atendimento nos seus equipamentos. Em 2013, todos os municípios tinham registro da existência de CRAS, mas oito ainda permaneciam em condições insuficientes em relação ao IDCRAS. Os nove restantes, por outro lado, já ofereciam condições adequadas, situando-se nas duas últimas faixas de IDCRAS. Em termos percentuais, sua posição se aproxima da do estado nessas faixas.

VALE DO RIO DOCE

O território do Vale do Rio Doce tem uma população de 672 mil habitantes distribuídos em 49 municípios, a quase totalidade de pequeno porte I (91,8%). Entre os indicadores de vulnerabilidade, destaca-se o percentual de jovens de 15 a 24 que não estudam nem trabalham e são vulneráveis em termos de renda, taxas que crescem no período entre 2000 e 2010, como em todo o estado, chegando a 34,93%. O percentual de vulneráveis em termos de renda e dependentes de idosos, também cresce e alcança o valor de mais de 71%, o que enquadra o território no grupo dos oito para os quais as taxas estão acima de 70%. Quanto às mulheres chefes de família sem ensino fundamental e com filho menor, a situação melhorou no período (de 73,46% para 55,41%) assim como o percentual de crianças de 0 a 5 anos fora da escola, que teve redução - de 85,6% para 66,2% em 2010. A gravidez de adolescentes também se reduz, embora com valores ainda na metade mais alta entre os territórios. Em todos esses indicadores o Vale do Rio Doce se situa em posição mais desfavorável que a do estado.

Quase 81 mil famílias estão cadastradas no Cadastro Único com renda per capita de até R\$154,00 e 61,6 mil são beneficiárias do Bolsa Família. O Programa tem uma cobertura de 76,2% na região. São 17,4 mil beneficiários do BPC, sendo a maioria benefícios para deficientes (9,7 mil). A gestão do BF mostrou avanço entre 2009 e 2014 quanto ao acompanhamento da frequência escolar, que deixou de registrar municípios na faixa mais baixa de IGD e aumento na outra ponta (na faixa de 0,9 a 1 passou de 34,7% para 51,0%). O acompanhamento da condicionalidade da saúde, entretanto, regrediu em 2014, ano em que nenhum dos municípios se situa na faixa de 0,9 a 1 de IGD (havia 12,2% em 2009). A evolução na faixa de 0 a 0,7 revela que menor número de municípios registrou resultados desfavoráveis (de 36,7% para 12,2%).

O território conta com 52 CRAS e 10 CREAS, o que dá um percentual de 1,06 CRAS por município, inferior ao restante das regiões até então consideradas. As condições de oferta dos serviços socioassistenciais básicos se apresentam boa adequação, com 34 municípios situados na faixa de 8 a 10 de IDCRAS. Na outra ponta, 13 municípios não conseguem atingir condições satisfatórias de funcionamento, situando-se na faixa de 1 a 4 de IDCRAS.

VALE DO AÇO

Com uma população de 824.787, o Vale do Aço compõe-se de 33 municípios, na sua maioria com até 20.000 habitantes (78,8%, próximo à média de Minas Gerais). Contém ainda quatro municípios de maior porte.

Dois dos indicadores de vulnerabilidade apresentaram incremento no período intercensitário: percentual de jovens pobres de 15 a 24 anos que não estudam e não trabalham e o de pessoas vulneráveis em termos de renda dependentes de idosos (ambos acima da média do estado). Os percentuais de mães chefes de família sem escolarização fundamental e o de crianças de 0 a 5 anos fora da escola tiveram queda significativa, mas ainda permanecem maiores que a média estadual. A gravidez na adolescência apresentou a taxa mais baixa entre os demais territórios em 2010, com redução expressiva em relação a 2000.

As famílias com renda *per capita* de até R\$154,00 em 2014 no Cadastro Único perfazem 69.974; o PBF 54.459 famílias, uma cobertura de 77,8% em relação à população de referência. Os que recebem o BPC somam 13.984, dos quais 60% são pessoas com deficiência. A gestão do PBF tem evolução positiva entre 2009 e 2014, principalmente em relação ao acompanhamento da frequência escolar, que mantém a proporção de municípios até 0,7 de IGD e aumenta ligeiramente na última faixa. Já a agenda saúde tem incremento significativo nas duas faixas superiores, mas mantém-se abaixo da média estadual.

Os serviços da proteção básica contam com 46 CRAS em todo o território (média de 1,4, acima da do estado) e nove CREAS provêm a proteção especial. Os CRAS estavam implantados em todos os municípios em 2013, sendo 30,3% em condições insuficientes (1 a 4 de IDCRAS) e 60,6% em condições adequadas (IDCRAS de 9 a 10), indicando posição melhor que a do estado.

METROPOLITANO

Este território é o que concentra a maior parcela da população do estado de Minas Gerais (30%) e é o terceiro maior em número de municípios (90), sendo a maioria (60) de pequeno porte I (até 20.000 habitantes). Por outro lado, é o que apresenta maior concentração de municípios (17) com população acima de 100.000. Portanto, é um território heterogêneo, com alta densidade populacional, que combina municípios pequenos e grandes, e que inclui a única metrópole do estado (Belo Horizonte), que concentra muitos serviços públicos e, por isso mesmo, atrai moradores de outras áreas do estado.

Alguns indicadores de vulnerabilidade social utilizados registraram melhoria entre 2000 e 2010, como a frequência de crianças de 0 a 5 anos fora da escola, gravidez na adolescência, mães chefes de família sem ensino fundamental e com filho menor. Entretanto, cresce o número de pessoas vulneráveis em termos de renda e dependentes de idosos com os quais coabitam (+17,8%). A taxa de participação dos jovens de 15 a 24 anos que não trabalham nem estudam permanece relativamente estável no período (32,81% em 2010), mas com um número absoluto bastante expressivo, em torno de 73 mil jovens em 2010, segundo os registros do Censo Demográfico.

Quanto aos benefícios da Assistência Social, o Território Metropolitano também concentra o maior número de famílias com até R\$ 154,00 de renda per capita familiar (366.822) e de beneficiárias do PBF (229.664), uma taxa de cobertura de 62,6%, abaixo da média estadual de 68,5%. Os beneficiários do BPC somam mais de 90.000, distribuídos em proporção aproximada entre idosos e pessoas com deficiência. Entre 2009 e 2014, o acompanhamento de frequência escolar do PBF tem ligeiro incremento nas faixas mais baixas de IGD e mantém-se igual na última faixa. Na comparação com MG, o estado está melhor nas faixas até 0,9. Quanto ao acompanhamento da Agenda Saúde houve redução no percentual de municípios na última faixa de IGD, e figura com o segundo menor percentual entre os territórios, situando-se abaixo da média do estado.

Os serviços assistenciais no território são ofertados por 179 CRAS (média de 1,98 por município no território, frente à de 1,31 para Minas Gerais); e 44 CREAS, devendo-se ressaltar aqui a maior concentração dessas unidades na RMBH. O IDCRAS de dezembro de 2013 indicava cerca de 30% ou 27 municípios do território Metropolitano com equipamentos em condições insuficientes de atendimento (abaixo de 5 no IDCRAS), enquanto 45,6% (41) tinham, em contrapartida, situação suficiente ou superior. Esses números para o estado eram respectivamente 33,6% e 46,4%. No período entre 2009 e 2013 aumentou a capilaridade da distribuição de CRAS– em 2013 registrou-se apenas um município sem CRAS.

OESTE

Com a quinta população entre os Territórios de Desenvolvimento (1.276.269), o Oeste de Minas compõe-se 56 municípios, sendo a maior parte (40) de pequeno porte I e seis médios e grandes.

O quadro de vulnerabilidade social do território destaca-se pelo aumento das taxas de jovens que não estudam, nem trabalham e são vulneráveis em termos de renda (passando de 30,30% para 32,62% no período intercensitário) e de pessoas vulneráveis em termos de renda dependentes de idosos (de 47,80% em 2000 para 70,03% em 2010, mas o número absoluto de dependentes caiu em função da redução do tamanho da população de referência), o maior crescimento percentual dentre todos os territórios nesta dimensão. As taxas de domicílios chefiados por mulheres com baixa escolaridade com filhos menores, de crianças fora da escola e de gravidez na adolescência decresceram no período analisado, mas o número absoluto de mulheres chefes de família mais do que dobrou (passou 16.672 para 36.134 mulheres entre 2000 e 2010 e com isto em 2010 haveria 17.305 de domicílios chefiados por mulheres sem educação fundamental).

Os registros do Cadastro Único apontam 70.421 famílias com renda *per capita* de até R\$154,00 em 2014, e 40.486 famílias beneficiárias, um taxa de cobertura de 57,5 (%), a terceira cobertura mais baixa entre os Territórios de Desenvolvimento. Das 19.171 pessoas que recebem o BPC, cerca de 54 % são deficientes. O acompanhamento da frequência escolar das crianças beneficiárias do PBF teve ligeiro crescimento dos municípios na faixa de 0,9 a 1 de IGDM. Já o acompanhamento da condicionalidade da saúde registrou menor incidência de municípios na menor faixa e melhoria nas faixas superiores, mas permanece abaixo da média estadual.

Os equipamentos para os serviços socioassistenciais são, respectivamente, 69 CRAS (média de 1,2) e 16 CREAS. O IDCRAS indica condições de oferta dos serviços em que sobressaem os extremos: um município ainda não tem CRAS e 20 estão em situação inadequada de funcionamento; 25 municípios oferecem infraestrutura suficiente e superior na prestação dos serviços.

CAPARAÓ

O território compõe-se de 56 municípios, dos quais 89,1% têm até 20.000 habitantes, que perfazem uma população de 705.270, segundo estimativas do IBGE para 2014.

O perfil de vulnerabilidade caracteriza-se pelo incremento da população jovem fora da escola e sem trabalho, em proporção pouco abaixo da do estado, e dos dependentes de idosos entre a população vulnerável em termos de renda que coabita com idosos. As taxas de mulheres chefes de família com baixa escolaridade e a de crianças sem acesso à educação infantil caíram, mas permanecem em níveis significativamente acima do estado. A gravidez precoce também registra redução entre 2000 e 2010, e foi a taxa mais baixa dentre os territórios.

Tem-se 82.909 famílias registradas no Cadastro Único com renda per capita de até R\$ 154,00e a taxa de cobertura PBF foi de 73,8% > Das 13.060 pessoas que recebem o BPC, apenas 34,5% são idosas, discrepante em relação à média do estado (44%). A gestão do BF apresentou melhoria entre 2009 e 2014 quanto ao acompanhamento da frequência escolar, com 63,6% dos municípios na faixa de 0,9 a 1,0 de IGDM. A agenda saúde teve incremento em 70,9% dos municípios nas faixas até 0,7 a 0,9 de IGDM, mas sem alteração na faixa superior (27,3%).

O território conta com 60 equipamentos da proteção básica (média de 1,1) e 10 da proteção especial. As condições de oferta dos serviços básicos melhoraram entre 2009 e 2013, registrando 40 municípios com ID CRAS acima de 6, sendo 25 entre 9 e 10. No outro extremo, dois municípios ainda não possuem CRAS e 23 têm condições ainda insatisfatórias de funcionamento.

MATA

Com a quarta população entre os territórios de Desenvolvimento (1.645.998), a Mata é composta por 93 municípios, a maioria dos quais (82) são de pequeno porte I.

O quadro de vulnerabilidade social é refletido principalmente pelo crescimento da proporção de jovens pobres entre 15 e 24 anos que não trabalham nem estudam de 2000 a 2010, e de pessoas vulneráveis em termos de renda dependentes de idosos pobres. As taxas relativas a mães chefes de família sem o ensino fundamental e às crianças de 0 a 5 anos fora da escola caíram, como em todos os territórios, atingindo, em 2010, respectivamente, 46% e 56,7%, abaixo das médias estaduais. O percentual de gravidez na adolescência caiu no período e mantém-se abaixo, também, do parâmetro estadual.

As famílias registradas com renda per capita de até R\$ 154,00 no Cadastro Único no território eram 120.062 em 2014 e a taxa de cobertura do PBF em relação a esta população de referência foi 73,1%. O BPC era recebido por 30.836 beneficiários, com grande predominância de pessoas com deficiência (67,9%), bastante superior à média do estado.

O acompanhamento da condicionalidade em educação para as crianças beneficiárias do BF avança, com 65,6% dos municípios posicionados entre 0,9 e 1 de IGDM – terceira maior taxa entre os territórios nessa faixa. O acompanhamento da agenda saúde também apresenta melhoria no período, situando-se acima da média do estado.

Os serviços socioassistenciais da proteção básica são oferecidos por 118 CRAS (média de 1,3 no território) e os da proteção especial por 20 CREAS. A adequação da oferta medida pelo IDCAS mostra que cinco municípios não contam com esse equipamento e que 38,8% ainda não oferecem condições satisfatórias de funcionamento. Mas este quadro melhora em 2013: 50,6% dos municípios se situam entre 8 e 10 de IDCAS.

VERTENTES

O território das Vertentes possui 50 municípios, 5,9% de MG; 88,0% de pequeno porte I e demais subdivididos igualmente entre pequeno porte II e médios e grandes portes (6% em cada). O total de habitantes estimados é 762.179, em 2014, 3,7% do total estadual. Considerando os indicadores de vulnerabilidade, relativos ao período 2000/2010, os do território em questão acompanham a tendência estadual, com um dos menores percentuais de gravidez na adolescência.

O número de famílias cadastradas no Cadastro Único (53.774), com renda per capita mensal de até R\$154,00 e o número de famílias beneficiárias do PBF foi de 39.247. Dessa forma, a cobertura do PBF no território foi de 73,0%, estando entre as maiores do Estado e acima da média estadual (68,5%). Com relação às taxas de acompanhamento da frequência escolar do PBF, 70% dos municípios ficaram, em 2014, na faixa entre 0,9 e 1 de IGDM. Relativamente à taxa de acompanhamento da Agenda Saúde, houve melhoras, e 42,0% dos municípios do território entre 0,9 e 1. Esses resultados indicam melhoria na gestão do PBF.

O número de beneficiários do BPC foi 10.992 (3.188 idosos e 7.804 pessoas com deficiências).

O território das Vertentes conta com 58 CRAS (1,16 CRAS por município em 2014), situando-se abaixo de outros territórios e da média de MG. O Índice de Desenvolvimento do CRAS (IDCRAS) no de 2013, mostra que 40% dos 56 municípios do território possuíam o equipamento nos estágios de 9 a 10, nos quesitos estrutura física, recursos humanos, atividades desenvolvidas e horário de funcionamento, mas 44,0% dos CRAS tinham quesitos fora do padrão esperado ou insuficiente. Dois municípios do território não possuíam CRAS em 2013. O território possui oito CREAS, que são equipamentos que ofertam serviços especializados e continuados às famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos.

SUL

É o território que agrega o maior número de municípios (119) e o segundo maior contingente populacional, cerca de 10% da população estadual. A maioria dos municípios é de pequeno porte I (77,3%), 16,0% de pequeno porte II e 6,7% de médios e grandes portes.

Considerando os indicadores de vulnerabilidade verifica-se que os do território em questão acompanham a mesma tendência estadual. Destaca-se que o território registrou o maior acréscimo no percentual de indivíduos vulneráveis e dependentes de idosos, bem como o segundo maior crescimento no percentual de mulheres chefes de família e com filhos menores de 15 anos.

Relativamente aos Programas de Transferência, em 2014, o território assegurava a segunda colocação quanto ao número de famílias beneficiárias do PBF (91.744). O número de famílias cadastradas no Cadastro Único com renda *per capita* mensal de até R\$154,00 atingiu 136.133 e a cobertura foi de 67,4%, abaixo da média estadual. No Sul foi observado o segundo maior percentual de beneficiários do BPC (10,26%), com um total de 40.822 (19.066 de pessoas com deficiências e 21.756, idosos). Relativamente à taxa de acompanhamento da frequência escolar das crianças beneficiárias do PBF, observa-se que o percentual de municípios 64,7% de na faixa de 0,9 a 1 de IGDM em 2009, repetiu-se em 2014. Com relação à taxa de acompanhamento da Agenda Saúde no território, verificou-se que 33,6% dos municípios estavam na faixa de 0,9 a 1 de IGD, ligeiramente acima da média estadual (32,2%).

Analisando os equipamentos públicos estatais que oferecem serviços socioassistenciais de proteção básica e especial, observa-se que o território possuía 142 CRAS em 2014, uma média de 1,19 CRAS por município e 27 CREAS. No Sul, em 2013, havia 134 CRAS. Neste ano, 39,5% dos municípios possuíam equipamentos nos estágios de 9 a 10 e 39,5% dos municípios com CRAS com alguns quesitos fora do padrão ou insuficiente, sendo que sete municípios do território não possuíam CRAS em 2013.

SUDOESTE

O Sudoeste agrega 34 municípios e 592.513 habitantes, 2,9% da população total. A maioria de seus municípios (79,4%) é de pequeno porte I (79,4%), 14,7% de pequeno II e 5,9% de médio e grande porte.

Considerando os indicadores de vulnerabilidade do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, relativos ao período 2000/2010, verifica-se que os do território em questão acompanham a mesma tendência estadual. Vale destacar que no território foi registrado o terceiro maior crescimento no percentual de indivíduos vulneráveis e dependentes de idosos em Minas Gerais.

Com relação aos programas de transferência de renda, o Sudoeste em 2014, teve 23.936 famílias beneficiárias do PBF, que representam 2,1% do total de beneficiários, o menor percentual de beneficiários do programa. O número de famílias cadastradas no Cadastro Único com renda *per capita* mensal de até R\$154,00 atingiu 38.502 famílias e a taxa de cobertura foi 62,2%, abaixo da cobertura estadual. Em 2014, foram registrados 11.892 beneficiários do BPC, 4.501 idosos e 7.391 pessoas com deficiências. O IGDM para 2014 indica que, com relação à taxa de acompanhamento da frequência escolar que a maior concentração de municípios (52,9%) foi na faixa de 0,9 a 1, superando a média do Estado (49,9%), mas inferior aos resultados de 2009 (61,8%). No que diz respeito à taxa de acompanhamento das famílias na Agenda Saúde, em 2014, a maioria dos municípios (50,0%) possuía IGDs na faixa de 0,9 a 1, acima da média estadual (32,2%). Este elevado percentual posicionou o Sudoeste em primeiro lugar, juntamente com o Alto Jequitinhonha, no *ranking* dos territórios que aglutinam o maior número de municípios na melhor faixa deste componente do IGDM.

Quanto aos equipamentos públicos estatais da assistência social, o Sudoeste possuía 38 CRAS em 2014, com a média 1,12 CRAS por município e oito CREAS. Em 2013, segundo o IDCRAS com 58,8% dos municípios possuíam equipamentos no último estágio de desenvolvimento, entre 9 a 10, já 23,5% possuíam equipamentos considerados fora do padrão ou insuficientes e 11,8%, com quesitos acima de regular. Destaca-se que em 2013, dois municípios do território não possuíam CRAS.

TRIÂNGULO DO NORTE

O Triângulo do Norte possui 30 municípios e assegura expressiva população que representa 6,2% da estadual; do total de municípios, 73,3% são de pequeno porte I, 13,3%, de pequeno porte II e 13,3% de médios e grandes portes.

Considerando os indicadores de vulnerabilidade do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, relativos ao período 2000/2010, verifica-se que os do território em questão acompanham a mesma tendência estadual. Merece evidenciar que o território apresentou o maior declínio no percentual de mães chefes de família, sem fundamental e com filho menor, além de apresentar as maiores taxas de gravidez na adolescência.

Quanto aos programas de transferência de renda o território registrou em 2014, 40.617 famílias beneficiárias do PBF, que representam 3,5% do total de beneficiários. O número de famílias cadastradas com até R\$ 154,00 de renda *per capita* no Cadastro Único foi de 71.674, 4,3% do total estadual. O território registrou a terceira pior cobertura do PBF (56,7%), atrás do Noroeste (56,9%) e do Triângulo do Sul (53,3%). O número de beneficiários do BPC atingiu 15.414 beneficiários, 6.819 idosos e 8.595 pessoas com deficiências. Com relação ao IGDM, o acompanhamento da frequência escolar registrou apenas 26,7% dos municípios na faixa de 0,9 a 1, bastante inferior a média estadual de 49,9% e o menor percentual entre os demais territórios. A taxa de acompanhamento das famílias na Agenda Saúde em 2014 registrou 26,7% de municípios se na faixa superior de IGD. A média estadual foi de 32,2%.

No que se refere aos equipamentos públicos estatais que ofertam serviços socioassistenciais de proteção básica e especial, o Triângulo do Norte possuía 50 CRAS, em 2014, o que significa 1,7 CRAS por município e oito CREAS locais e regionais. Em 2013, tinha 46 CRAS que contabilizados pelo MDS no cálculo do IDCRAS. Destes, 56,7% dos municípios possuíam equipamentos no último estágio de desenvolvimento, entre 9 a 10, considerados suficientes e superiores na estrutura física, atividades desenvolvidas, recursos humanos e horário de funcionamento. Já 16,7% possuíam equipamentos fora do padrão ou insuficientes; 3,3%, com quesitos considerados regulares e 20,0%, com quesitos acima de regular, observando que em 2013, um município do território não possuía CRAS.

TRIÂNGULO DO SUL

Este território possui 27 municípios, que representam 3,2% do total estadual; a maioria classifica-se como de pequeno porte I (74,1), 14,8%, de pequeno porte II e 11,1%, de médios e grandes portes. A população, expressiva para o nº de municípios, registrou 752.520 hab. em 2014.

Analisando alguns indicadores de vulnerabilidade do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, relativos ao período 2000/2010, verifica-se o território acompanha as mesmas tendências do estado. Evidencia-se que o território registrou as maiores quedas nas taxas relativas às crianças de 0 a 5 anos fora da escola e na de gravidez na adolescência, bem como o menor acréscimo no percentual de jovens que não estudam, não trabalham e são vulneráveis.

Com relação aos programas de Transferência de Renda do Governo Federal, em 2014, o território possuía o menor número de beneficiários do PBF (24.633), representando 2,1% do total de beneficiários. O número de famílias cadastradas no Cadastro Único, com renda *per capita* de até R\$154,00, um dos menores do Estado, atingiu 46.225. O território apresentou a menor cobertura do PBF (53,3%), muito abaixo da média estadual (68,49%). Analisando o IGDM do território, em 2014 verifica-se que, com relação à taxa de acompanhamento da frequência escolar, somente 37,0% dos municípios posicionam-se na faixa de 0,9 a 1, percentual inferior à média estadual (49,9%). No que se refere à taxa de acompanhamento das famílias na Agenda Saúde, o território apresentou melhoria em 2014, apesar de registrar o menor percentual de municípios (18,5%) na faixa de 0,9 a 1, significativamente inferior à média estadual (32,2%). Esses resultados denotam que a gestão do PBF nesse território está ainda insatisfatória nos dois componentes mais expressivos do IGDM.

Relativamente aos equipamentos públicos estatais que ofertam serviços socioassistenciais de proteção básica e especial, observa-se que o Triângulo do Sul possuía 36 CRAS, em 2014, o que significa a média de 1,33 CRAS por município e sete CREAS. Em 2013, foram utilizados dados de 34 CRAS no cálculo do IDCAS. Observa-se que o território apresenta o menor percentual de municípios (33,3%) com equipamentos no último estágio de desenvolvimento, entre 9 a 10; 37,0% possuíam equipamentos fora do padrão ou insuficientes e 22,0%, com quesitos acima de regulares, observando que em 2013, dois municípios do território não possuíam CRAS. Portanto, há indicações de que as administrações municipais necessitam investir mais na qualificação dos equipamentos de proteção básica.

ANEXO 2 DEFINIÇÕES DE INDICADORES

Definição dos indicadores de vulnerabilidade social – Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD/IPEA/FJP) e populações de referência

Indicadores:	Definição:
% de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população vulnerável dessa faixa	Razão entre as pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis à pobreza e a população vulnerável nessa faixa etária, multiplicado por 100. Define-se como vulnerável à pobreza a pessoa que mora em domicílio com renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo de agosto de 2010. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes e com filho menor	Razão entre o número de mulheres que são responsáveis pelo domicílio, não têm o ensino fundamental completo e têm pelo menos 1 filho de idade inferior a 15 anos morando no domicílio e o número total de mulheres chefes de família com filho menor de 15 anos de idade, multiplicado por 100. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.
% de vulneráveis e dependentes de idosos, no total de vulneráveis que coabitam com idosos.	Razão entre as pessoas que vivem em domicílios vulneráveis à pobreza (com renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo de agosto de 2010) e nos quais pelo menos metade da renda domiciliar provém de moradores com 65 anos ou mais de idade e a população total que reside em domicílios vulneráveis à pobreza e com pelo menos uma pessoa idosa, multiplicada por 100. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	Razão entre o número de crianças de 0 a 5 anos de idade que não frequentam a escola e o total de crianças nesta faixa etária, multiplicada por 100.
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	Razão entre as mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos e o total de mulheres nesta faixa etária, multiplicada por 100.
Mulheres chefes de família e com filhos menores de 15 anos	População de mulheres que são chefes de família e que têm pelo menos um filho menor de 15 anos de idade residindo no domicílio. Esta é a população de referência do indicador "% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor".
População em domicílios vulneráveis e com idoso	População residente em domicílios particulares permanentes com renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo de agosto de 2010 e em que pelo menos um dos moradores tem idade igual ou superior a 65 anos. Esta é a população de referência do indicador "% de vulneráveis e dependentes de idosos, no total de vulneráveis que coabitam com idosos".
População vulnerável de 15 a 24 anos	População na faixa etária de 15 a 24 anos de idade que reside em domicílios particulares permanentes cuja renda per capita é inferior a 1/2 salário mínimo de agosto de 2010. Esta é a população de referência do indicador "% de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população vulnerável dessa faixa".
População de crianças de 0 a 5 anos	População residente nessa faixa etária
População de mulheres de 10 a 17 anos	População residente nessa faixa etária e do sexo feminino

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um direito garantido pela Constituição Federal, pago pela Previdência Social, que assegura um salário mínimo mensal ao idoso, com idade de 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, incapacitada para a vida independente e para o trabalho, que comprove não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. Em ambos os casos, é necessário que a renda mensal bruta familiar per capita seja inferior a um quarto do salário mínimo vigente. O Benefício de Prestação Continuada – BPC, instituído pela Lei Orgânica de Assistência Social de 1993, que regulamenta o dispositivo

constitucional que trata dos benefícios assistenciais sem vínculos contributivos, destinados a idosos e pessoas deficientes pobres. Este benefício assistencial começa a ser pago em 1996 por meio da Previdência Social. O amparo monetário assistencial que precede ao BPC era a Renda Mensal Vitalícia (RMV), criada em 1974, destinada a idosos e deficientes pobres, mas limitada aos que tivessem contribuído pelo durante doze meses para o sistema previdenciário e exercido atividade remunerada por pelo menos cinco anos. O BPC eliminou as restrições contributivas.

Programa Bolsa Família (PBF) é instituído pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, posteriormente convertida na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. O PBF unificou programas pré-existentes de transferência de renda do governo federal e a partir de 2004 inicia-se o processo de expansão. É um programa federal de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. A depender da renda familiar por pessoa, do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família varia. Os valores dos benefícios e as definições dos limites de renda para caracterizar diferentes situações familiares são revistos periodicamente pelo governo federal. Início: 2003 a partir da integração de programas de apoio monetário a famílias pobres iniciados na administração anterior.

Cadastro Único (CadÚnico): instrumento do governo federal que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo por pessoa ou de até três salários no total (Decreto n. 135/07). Perfil Cadastro Único: famílias com renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. O cadastramento de novas famílias e o recadastramento das já beneficiadas são contínuos e, eventualmente, famílias podem ser substituídas por outras, seja por não mais se conformarem aos critérios de elegibilidade do programa, seja por descumprimento das condicionalidades. O cadastramento e o recadastramento são realizados pelas prefeituras e financiados pelo MDS por meio do Índice de Gestão Descentralizada (IGD, posteriormente denominado IGDM) que concede aos municípios um valor mensal, de acordo com seu desempenho no índice.

Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família- IGDM= indicador da qualidade da gestão municipal do Programa Bolsa Família. O IGDM varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, melhor é a gestão do município. O IGDM é composto por quatro variáveis com peso igual: qualidade e integridade das informações no Cadastro Único, atualização do Cadastro, taxa de crianças com informação de frequência escolar e taxa de famílias com acompanhamento da Agenda Saúde.

Condicionalidade educação do Programa Bolsa Família = taxa de crianças com informações de frequência escolar no Sistema de Frequência Escolar do MEC, em relação ao total de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos que pertençam a famílias que recebem o benefício do Bolsa Família no município.

Condicionalidade de saúde do Programa Bolsa Família ou acompanhamento da Agenda Saúde = quantidade de famílias com registro de informações de acompanhamento de saúde no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN em relação ao total de famílias beneficiárias do PBF para acompanhamento na saúde (crianças de 0 a 6 anos, mulheres grávidas ou amamentando).

Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família = número de famílias que recebem transferência de renda do programa.

Taxa de cobertura do Programa Bolsa Família utilizada no PMDI: proporção do número de famílias que recebem a transferência de renda do Bolsa Família em relação ao total de famílias cadastradas no Cadastro Único com até R\$ 154,00 em 2014 ou R\$ 140,00 entre 2009 e 2013.

ASSISTÊNCIA SOCIAL: EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E INDICADORES DE GESTÃO

Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) cadastrados no Censo CRAS. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social. É a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O CRAS é o principal equipamento público da assistência social, que deve estar localizado em áreas de maior vulnerabilidade social. Possui duas funções exclusivas e obrigatórias: a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e a gestão da rede socioassistencial do território sob sua referência. A legislação federal definiu diretrizes sobre a quantidade necessária de equipamentos (CRAS), em função do porte populacional do município, para referenciar as famílias vulneráveis. As equipes de referência dos CRAS, além da prestação de serviços de proteção social básica, seriam responsáveis pela organização e coordenação da rede prestadora de serviços socioassistenciais locais. Os CRAS devem ainda exercer a *vigilância social* nos territórios, o que significa monitorar indicadores de vulnerabilidade social para planejar ações de proteção social.

Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) é principal equipamento público da Proteção Especial de média complexidade, destinado a prestar serviços de atendimento a famílias e indivíduos que, apesar da violação de direitos, não tiveram seus vínculos familiares e comunitários rompidos. O principal serviço do CREAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI. A previsão do SUAS é que haja este equipamento em municípios acima de 20.000 habitantes. Para municípios menores, os serviços deveriam ser prestados por equipamentos regionalizados sob a responsabilidade do nível estadual de governo.

Censo SUAS. Dada a centralidade dos CRAS para a operacionalização da política de assistência social, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), juntamente com outros níveis de governo, estabeleceu parâmetros mínimos relacionados à estrutura física, às atividades e aos serviços oferecidos, ao funcionamento e ao quadro de recursos humanos. Para monitorar os serviços e as condições de operação dos CRAS, o MDS realiza desde 2007, o Censo CRAS, que utiliza formulários eletrônicos preenchidos pelas administrações municipais. O repasse de recursos federais fundo a fundo é condicionado à atualização dos dados. Com base nas informações fornecidas pelos municípios, a equipe do MDS criou o Índice de Desenvolvimento do CRAS, calculado desde 2008. Em 2009 o mesmo procedimento passa a ser aplicado aos CREAS.

Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social IGDSUAS. Em 2011, o MDS criou o IGDSUAS que incorpora o índice médio de desenvolvimento dos CRAS, síntese dos graus de desenvolvimento de cada CRAS do município para calcular o repasse adicional de recursos para a gestão do SUAS.



PMDI

PLANO MINEIRO DE
DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO

DIAGNÓSTICO SETORIAL DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA SEM DISCRIMINAÇÃO E SEM VIOLÊNCIA



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS
2016 A 2027

 **MINAS
GERAIS**
GOVERNO DE TODOS

INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas (ONU), logo após a Segunda Grande Guerra (1939-1945), em 1948, aprovou a Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH). Estavam estabelecidos, assim, os direitos básicos e as liberdades de todos os seres humanos sem qualquer distinção, por meio de 30 artigos. A universalização dos direitos individuais constituiu um passo muito importante para a reivindicação de direitos coletivos, sobretudo por grupos historicamente discriminados e excluídos. Sem dúvida, o advento da declaração constitui uma vitória histórica de homens e mulheres que lutaram e lutam pelo direito de todo ser humano à vida digna e à convivência social harmônica.

A DUDH e seus desdobramentos (com destaque para os tratados internacionais e as constituições inspirados) impactam as políticas interna e externa dos países, em especial, dos Estados signatários da ONU, como é o caso do Brasil. Todavia, o espaço concedido aos direitos humanos varia de um país para outro, de um momento histórico para outro e, em regimes federalistas como o brasileiro, até mesmo de uma unidade da federação para outra. Por exemplo, o Brasil, embora seja um dos signatários da DUDH, viveu, entre 1964 e 1985, sob uma ditadura militar profundamente marcada pela violência contra os que discordavam do regime e ousavam afirmar sua insatisfação ou lutar contra ele.

O Estado de Minas Gerais, até 2014 tinha uma Subsecretaria de Direitos Humanos (SUBDH), na Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE). Em 2015 na estrutura do governo a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC). Ela é composta por cinco subsecretarias: 1) a Subsecretaria de Participação Social, 2) a Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 3) a Subsecretaria de Juventude, 4) a Subsecretaria de Políticas para as Mulheres e 5) a Subsecretaria de Igualdade Racial. Alçar os direitos humanos do nível de subsecretaria para o nível de secretaria de Estado significa conceder a pasta um espaço central na agenda de governo.

Na esteira da centralidade da pauta dos direitos humanos na atual agenda de governo, este documento descreve os principais desafios do estado no que diz respeito a garantia dos direitos dos cidadãos mineiros. A seção de diagnóstico está dividida em 7 partes: crianças e adolescentes, população jovem, diversidade de gênero, diversidade étnico-racial, população idosa, tráfico de pessoas, trabalho escravo e exploração sexual e proteção a pessoas ameaçadas. Mais adiante, o documento traça os pontos críticos para o planejamento da pasta de direitos humanos, à luz do diagnóstico apresentado. Por fim, elencam-se diretrizes de ação a serem observadas pelos gestores da SEDPAC.

DIAGNÓSTICO

DIREITOS HUMANOS, CRIANÇA E ADOLESCENTE

Minas Gerais acompanhou as principais mudanças demográficas observadas para o Brasil nas últimas décadas, como a queda da fecundidade e da mortalidade. Elas têm provocado uma mudança na estrutura etária do estado, com redução na proporção de crianças e aumento da participação relativa dos adultos e idosos. A população de zero a 14 anos representou, em 2013, 22,2% da população total, pouco menos do que representava em 2011 (22,4%) (FJP, 2014).

Ainda assim, são centrais políticas públicas especificamente voltadas para crianças e adolescentes no estado. Tais ações carecem, como todas as demais áreas dos direitos humanos, de diagnósticos consistentes e capazes de orientar ações mais efetivas em direção aos seus objetivos. Nesta seção, apresenta-se a situação recente sobre os direitos de crianças e adolescentes no estado.

Violação de Direitos de Crianças e Adolescentes

A violação de direitos de crianças e adolescentes é um fenômeno que se manifesta de maneiras diversas. Como mostra a tabela 1, entre janeiro de 2009 e janeiro de 2015 foram registrados no Sistema de Informação para a Criança e o Adolescente (SIPIA) 1054 casos de privação de convivência familiar e comunitária, 210 registros relativos a limitações de acesso ao direito à vida e à saúde, 408 casos de limitação de acesso à educação, cultura, esporte e lazer, 499 eventos de restrições à liberdade, respeito e dignidade e 15 casos de violação de direitos no âmbito da profissionalização e proteção no trabalho. As violações de direitos vitimam mais comumente crianças e adolescentes do sexo masculino, com exceção daquelas violações relativas à liberdade, respeito e dignidade, com 58,7% de vítimas do sexo feminino. Belo Horizonte responde por 36,72% dos casos de violações contra os direitos de crianças e adolescentes do estado.

Tabela 1 – Número de registros de violações de direitos de crianças e adolescentes segundo sexo e direito violado – Minas Gerais - janeiro de 2009 a janeiro de 2015

Direito Violado	Número de registros	Masculino	Feminino	Trans Masculino	Trans Feminino	Não Informado
Convivência Familiar e Comunitária	1054	541	511	2	0	0
Direito à Vida e à Saúde	210	138	72	0	0	0
Educação, Cultura, Esporte e Lazer	408	227	180	0	1	0
Liberdade, Respeito, Dignidade	499	202	293	2	0	2
Profissionalização e Proteção no Trabalho	15	14	1	0	0	0
Belo Horizonte	387	199	188	0	0	0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema de Informação para a Criança e o Adolescente / SIPIA.

Os pais, e particularmente as mães, são os agentes violadores mais frequentes. Assim, entre janeiro de 2009 e janeiro de 2015, as mães foram responsáveis pela violação de direitos de crianças e adolescentes em 631 casos de violação aos direitos de convivência familiar e comunitária e 12 eventos de violação ao direito à vida e à saúde. Os pais foram responsáveis, no entanto, por 182 eventos de violação aos direitos relativos à liberdade, respeito e dignidade.

Crianças e adolescentes negros e pardos tiveram mais frequentemente seus direitos violados. Deste modo, 76,5% das vítimas de violações dos direitos à convivência familiar e comunitária, no período considerado, são negras ou pardas, bem como 74,2 % das vítimas de violações aos direitos à vida e a saúde, 76,5% das vítimas de violações de direitos à educação, cultura, esporte e lazer, 71,1% das vítimas de violações aos direitos de liberdade, respeito e dignidade, e 86,7% das vítimas de violações aos direitos à profissionalização e proteção no trabalho. Nota-se, deste modo, que as crianças e adolescentes não brancos são mais vulneráveis a situações de violação de direitos humanos, reforçando as disparidades raciais em nossa sociedade. A tabela 2 sintetiza estas informações.

Tabela 2 – Número de registros de violações de direitos de crianças e adolescentes segundo cor e direito violado – Minas Gerais - janeiro de 2009 a janeiro de 2015

Direito Violado	Número de registros	Amarela	Branca	Parda	Negra	Indígena	Não informado
Convivência Familiar e Comunitária	1054	33	215	618	188	0	0
Direito à Vida e à Saúde	210	14	44	95	57	0	0
Educação, Cultura, Esporte e Lazer	408	9	86	253	59	1	0
Liberdade, Respeito, Dignidade	499	16	125	268	87	1	2
Profissionalização e Proteção no Trabalho	15	0	2	9	4	0	0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema de Informação para a Criança e o Adolescente / SIPIA.

Uma das consequências da violação dos direitos de crianças e adolescentes é a violência sofrida por elas. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública, no ano de 2011 foram registradas 23 mortes por agressão de crianças menores de 10 anos no estado. Foram, ainda, notificadas 58 mortes por agressão de crianças com idades entre 10 e 14 anos, 688 mortes de jovens com idades entre 15 e 19 anos, e 860 mortes de jovens com idades entre 20 e 24 anos, no estado.

Os dados ora apresentados sugerem que Minas Gerais precisa intensificar o trabalho com as políticas de fortalecimento do núcleo familiar, pois se é nela que muitas vezes os direitos de crianças e adolescentes são violados, é através dela que esse público tem maiores chances de proteção. A articulação com a política de Assistência Social é, sem dúvida, fundamental para este desafio.

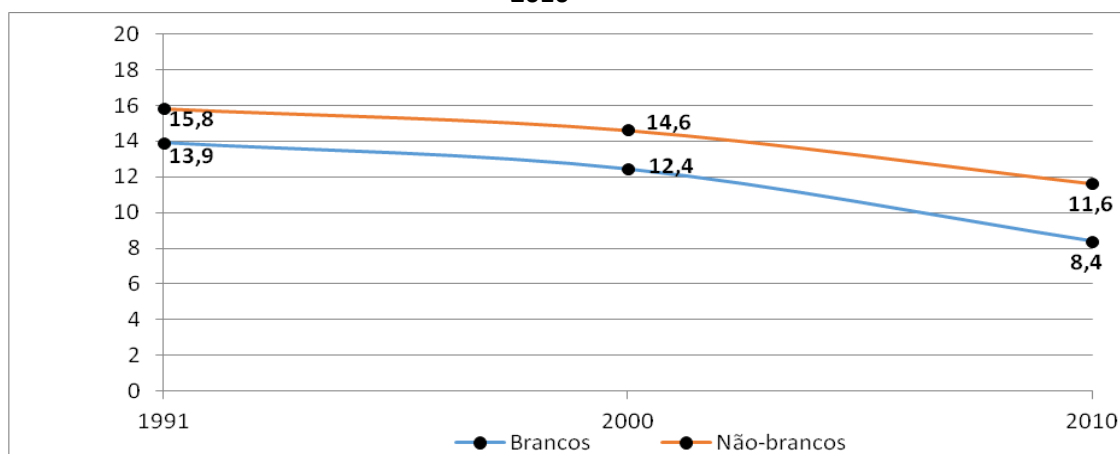
Trabalho Infantil

O trabalho infantil constitui a atividade laboral exercida por indivíduos com idades abaixo de 16 anos, segundo a definição estabelecida pela Organização Internacional do Trabalho. No Brasil, é uma atividade proibida legalmente, mas aceita a partir de 14 anos, desde que em situação de aprendiz (SCHWARTZMAN, 2004). Ainda de acordo com a legislação brasileira, atividades laborais insalubres, perigosas, o trabalho noturno, atividades que envolvam cargas pesadas, longas jornadas, ou exercidas em locais que prejudiquem o desenvolvimento psíquico, moral e social são proibidas aos adolescentes com idades inferiores a 18 anos (NETO e MOREIRA, 1998).

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), apesar de um declínio acentuado na década de 1990, ainda existem cerca de 2,7 milhões de crianças e adolescentes de até 15 anos exercendo alguma atividade laboral (KASSOUF, 2005). O trabalho infantil incide mais entre adolescentes de 15 e 17 anos, entre os homens, não brancos, em famílias que trabalham por conta própria em pequenos comércios e serviços e, proporcionalmente, entre moradores de áreas rurais. Nas regiões metropolitanas do país, o trabalho infantil é mais recorrente em atividades domésticas, em restaurantes, na construção civil, no comércio ambulante e em oficinas de veículos. Nas áreas urbanas não metropolitanas, além destas categorias, há uma incidência importante do uso da força laboral de crianças e adolescentes na produção artesanal, fabricação de calçados, alfaiataria, indústria de madeira, entre outros (SCHWARTZMAN, 2004).

Nos últimos 20 anos, entre as crianças de 10 a 15 anos, o trabalho infantil foi mais frequente entre os não brancos e apresentou tendência de decréscimo. Em 1991, o percentual de crianças de 10 a 15 anos brancas ocupada correspondia a 13,9% e, entre não brancos, a 15,8%. No ano de 2010, o percentual correspondia a 11,6% entre não brancos e a 8,4% entre a população branca. O gráfico a seguir ilustra estas informações.

Gráfico 1 – Percentual da população de 10 a 15 anos ocupada, Minas Gerais - 1991, 2000, 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados Censos Demográficos de 1991, 2000, 2010, IBGE.

Quando regionalizamos os dados sobre o trabalho infantil, algumas tendências se mostram preocupantes. A tabela abaixo traz as taxas de trabalho infantil de 1991, 2000 e 2010 para as macrorregiões da saúde de Minas Gerais³⁹.

Tabela 3 – Taxa de trabalho infantil por macrorregião de saúde - Minas Gerais - 1991, 2000, 2010

Taxa de Trabalho Infantil	1991	2000	2010
Sul	19,6	15,5	9,4
Centro Sul	12,6	11,3	7,0
Centro	10,5	9,9	7,2
Jequitinhonha	15,5	18,0	14,3
Oeste	20,6	17,3	11,0
Leste	13,0	14,1	8,5
Sudeste	17,7	13,8	8,0
Norte	15,9	15,0	11,5
Noroeste	20,3	17,5	12,8
Leste do Sul	20,6	17,3	12,4
Nordeste	14,3	16,0	11,9
Triângulo do Sul	19,0	14,5	10,3
Triângulo do Norte	19,2	14,2	9,8

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000, 2010, IBGE.

Observa-se a mesma tendência de redução do trabalho infantil ao longo do tempo em todas as regiões do estado, com um ligeiro aumento de 1991 para 2000 nas regiões Nordeste e Jequitinhonha, mas as taxas decrescem novamente em 2010. A maior taxa de trabalho infantil neste último ano considerado corresponde ao Jequitinhonha (14,3%), região conhecida mais vulnerável de Minas Gerais e com os menores indicadores de desenvolvimento humano. Neste sentido, é relevante considerar as diferenças regionais do estado de Minas Gerais no diagnóstico e no enfrentamento do trabalho infantil, o que será discutido adiante.

A despeito da tendência de redução do trabalho infantil no estado, as taxas ainda são relevantes e apontam para a urgência de um plano de prevenção e fiscalização dos casos. Crianças e adolescentes devem obrigatoriamente estar matriculadas na escola, ter tempo livre para atividades de lazer, o que aponta para a articulação fundamental com as escolas para a resolução desse problema.

³⁹ As regiões consideradas para a construção do diagnóstico deste documento não correspondem necessariamente a atual divisão do estado de Minas em 17 Territórios de Desenvolvimento. Foram inseridas as informações regionalizadas disponíveis para os indicadores utilizados. Ainda assim, os dados permitem uma compreensão das diferenças regionais presentes em Minas Gerais no que se refere aos direitos humanos.

A criança e o adolescente como autor de ato infracional e as medidas socioeducativas

De acordo com o Relatório Estatístico de 2013 do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte (CIA/BH), entre 2009 e 2013, 47.586 adolescentes autores de atos infracionais foram encaminhados ao Centro na capital mineira. Nota-se a estabilidade na frequência de encaminhamentos no período. A maior parte dos adolescentes tem idade entre 15 e 17 anos e são do sexo masculino, com um percentual correspondente a 85,7%. O roubo é o ato infracional mais frequentes entre os adolescentes em Belo Horizonte. Apresentam frequência significativa também os atos relativos à posse de armas de fogo, tráfico e uso de drogas, principalmente (TJ/MG, 2014). Os principais atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes privados de liberdade em Minas Gerais, no ano de 2011 foram: roubo 24,7%; tráfico 23,3%; homicídio 14,2%; homicídio tentado 11,2%, furto 4,1%.

A inimputabilidade de crianças e adolescentes lhes confere a condição de responderem por atos infracionais e não a crimes. Tais respostas não constituem penas, mas medidas de natureza educativa e protetiva. Segundo o princípio da proteção integral, seguido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), devem ser adotadas, para jovens infratores, medidas socioeducativas, destituídas de enfoque punitivo, de modo que se leve em consideração não exclusivamente as circunstâncias e a gravidade do ato, mas, principalmente, as condições familiares e sociais dos jovens. Desta maneira, as medidas adotadas para este público são:

- Advertência: repressão verbal – preventiva e informativa;
- Obrigação de reparo de danos: de natureza coercitiva e educacional;
- Prestação de serviços à comunidade: medida de caráter também educativo;
- Liberdade assistida: medida que acompanha, auxilia e orienta o adolescente por meio de um orientador;
- Semiliberdade: medida restritiva de liberdade, sem, contudo, privação completa, já que tem o caráter educativo;
- Internação: medida de privação de liberdade que não deve exceder o período de três anos. A internação pode, também, ser provisória, ou seja, aplicada anteriormente a sentença, não podendo exceder o prazo máximo de 45 dias, neste caso.

O Sudeste brasileiro possui 46% dos estabelecimentos socioeducativos de internação do país. Minas Gerais possui 19 unidades, o que corresponde a 13% do total de estabelecimentos da região. De acordo com o Panorama Nacional das Medidas Socioeducativas de Internação, do Conselho Nacional de Justiça, 47% das unidades de internação de Minas Gerais trabalham com lotação acima do planejado (CNJ, 2012).

Em Minas Gerais, entre os anos de 2009 e 2014, as medidas socioeducativas mais frequentes aplicadas a adolescentes foram aquelas de Prestação de Serviços à Comunidade e de Liberdade Assistida. De acordo com dados da Diretoria de Vigilância Social e Monitoramento da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas (SEDESE), no ano de 2009, a média mensal de jovens atendidos por Liberdade Assistida correspondeu a 359,3, e, no ano de 2014 a 400,3. A média mensal de adolescentes com medidas de Prestação de Serviços à Comunidade correspondeu a 288 em 2009 e a 613 em 2014. A aplicação destas medidas, portanto, aumentou no período considerado, o que sugere o aumento da propensão à criminalidade entre os adolescentes em Minas Gerais. Neste sentido, a espera de diminuir o número de medidas socioeducativas aplicadas pelo estado, urge o fortalecimento de programas de prevenção à criminalidade para crianças e adolescentes, que devem ser complementados com ações educacionais e de mobilização familiar e comunitária.

O sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes em Minas Gerais

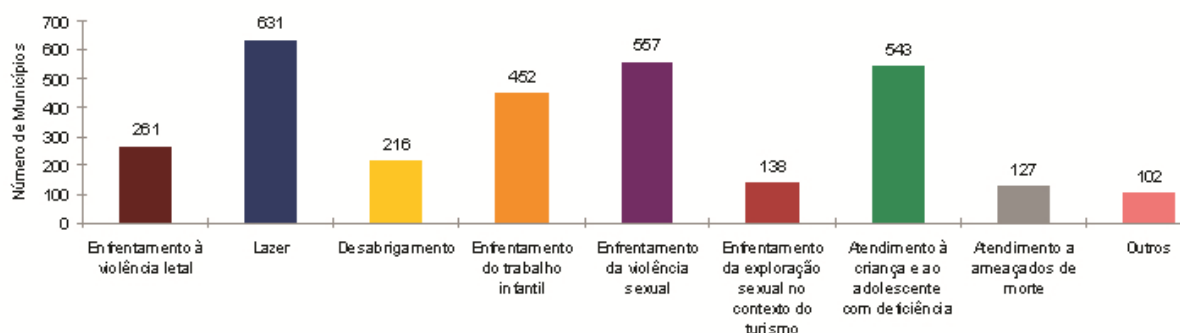
Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, há a consagração de um novo paradigma baseado nos direitos das crianças e adolescentes (BRASIL, 2010). O Estatuto estabelece uma política de atendimento dos direitos deste público de responsabilidade de todos os entes federados e da sociedade civil e operacionalizada por meio de um Sistema de Garantia de Direitos (SGD). A política destaca o atendimento municipalizado às crianças e adolescentes. Entretanto, cabe à União e aos Estados o apoio técnico e financeiro para que os municípios possam construir suas próprias redes de atendimento.

Algumas experiências no estado ilustram a atuação em rede em prol desse público, como as ações do Fórum Interinstitucional de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes de Minas Gerais que, desde 2002, reúne, mensalmente, cerca de quarenta instituições, governamentais e não governamentais, com a missão de discutir e intervir na política pública voltada para o enfrentamento da violência, mas especificamente a de natureza sexual. As ações do Fórum garantiram a implementação da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente – DEPCA, inaugurada em 2004, e a previsão legal da criação de uma Vara Especializada Criminal de crimes contra a criança e o adolescente.

O Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro – PAIR, foi implementado em Belo Horizonte no ano de 2005. Em 2007, começou o processo de expansão do PAIR para outras regiões do Estado de Minas Gerais: Vales do Jequitinhonha e Mucuri e Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O gráfico 2 mostra o número de municípios que contam com políticas, programas ou ações para criança e adolescente, segundo área de atuação. Nota-se que a ação mais presente nos municípios do estado é a de lazer, seguida do enfrentamento da violência sexual, do atendimento ao público com deficiência física e do enfrentamento do trabalho infantil. Porém, considerando a diversidade regional característica dos 853 municípios de Minas Gerais, é preciso ampliar o Sistema de proteção à criança e ao adolescente possibilitando que mais ações cheguem a mais cidades, sobretudo àquelas mais frágeis em termos de desenvolvimento.

Gráfico 2 - Número de municípios em que há política, programa ou ação destinada à criança e adolescente, por tipo de ação, Minas Gerais, 2010.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2010. IBGE, 2011.

Disponível em: <http://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/>

DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE

O Brasil não tem um histórico de realização de políticas especificamente destinadas aos jovens, para além das ações de educação formal (ABRAMO, 1997). A juventude, por mais que apareça na agenda política como uma questão social a ser entendida e enfrentada programaticamente, quase nunca esteve focalizada de forma específica. Por isso, o tema dos direitos juvenis é recente no país. Somente no final da década de 1990, começou-se a instituir programas para a juventude, mas sem um instrumento legal específico. Nos países latino-americanos, por outro lado, desde 1985, primeira edição do Ano Internacional da Juventude proclamado pelas Nações Unidas, articulações foram realizadas para garantir espaços de debate e propostas de atenção aos direitos dos jovens.

O ano de 2004 representa um marco para ao desenvolvimento de políticas públicas de juventude no Brasil, quando é proposto o Projeto de Lei nº 4529/04, que dispõe sobre o Estatuto da Juventude. A institucionalização da temática juventude ganhou marco regulatório maior com a Emenda Constitucional 65 no ano de 2010, que altera o artigo 227 da CF e insere o jovem na doutrina da proteção integral e na lógica da prioridade absoluta. Ganha força o debate sobre o Estatuto da Juventude, sancionado em 05 de agosto de 2013.

O recém-publicado Estatuto da Juventude considera a população jovem aquela que se encontra na faixa etária entre 12 a 29 anos. Por sua vez, a Política Nacional da Juventude caracteriza a juventude como uma condição social parametrizada pela faixa etária compreendida entre os 15 e os 29 anos. Esse último recorte é também o definido na Política Nacional de Juventude de Minas Gerais.⁴⁰ Tais instrumentos são de grande importância para a inserção e reconhecimento dos jovens como sujeito de direitos.

O Brasil, que sempre foi conhecido como um país de jovens, passa hoje por transformações demográficas, econômicas e sociais de grande vulto. Os jovens de 20 a 24 anos representam o grupo etário de maior proporção de pessoas quando comparado aos demais grupos etários. Segundo dados do censo demográfico de 2010, Minas Gerais possui hoje 5,2 milhões de jovens, isto é, 10% de toda a população jovem brasileira. Esse grupo ainda cresce cerca de 0,35% ao ano, mas esse crescimento se dará a taxas cada vez menores, ao longo dos próximos anos, por conta das transformações demográficas pelas quais passa o país.

Juventude, trabalho, emprego e renda

Destacam-se as diferenças significativas relacionadas à posição dos jovens no mercado de trabalho em relação aos adultos. Os postos disponíveis para os jovens são, em geral, aqueles que exigem menor qualificação e, em consequência, de pior qualidade. Verifica-se na tabela seguir, que um quarto dos trabalhadores entre 15 e 29 anos eram, em 2009, empregados sem carteira de trabalho assinada, proporção bem superior à encontrada para os adultos. Segundo o relatório da OIT (2009), essa característica do trabalho juvenil é explicada, em parte, pela maior concentração desse público em micro e pequenas empresas.

Segundo dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios de 2009, em Minas Gerais o percentual de ocupados na População Economicamente Ativa era de 91,8%. No que diz respeito às diferentes regiões, verificou-se um percentual menor de ocupados no Noroeste de Minas Gerais (88,5%). O melhor cenário foi encontrado nas regiões Central e Sul, com 94,4% e 94,1% de ocupados na PEA, respectivamente.

No que diz respeito à população jovem, entre 14 e 24 anos em Minas Gerais em 2009, observa-se que dentre aqueles que trabalhavam, 31% ainda estavam estudando, conforme dados da tabela abaixo. Este percentual é maior para os jovens das áreas urbanas, em comparação com as áreas rurais. Os 69% restantes dos jovens que trabalhavam, não estavam estudando. Este percentual é alto, se considerarmos a faixa etária de 14 a 24 anos. Por outro lado, dentre os jovens que não estavam trabalhando em 2009, apenas 66,9% estava estudando. Tal dado sugere que muitos jovens que já concluíram seus estudos ou abandonaram a escola, estavam desempregados.

⁴⁰ A Lei Estadual de Minas Gerais 18.136/09 instituiu a política estadual de juventude e definiu os jovens como o grupo de 15 a 29 anos a que conceitualmente nos referimos nesse documento.

Tabela 4: Percentual de jovens de 14 a 24 anos que trabalham e frequentam a escola, segundo situação censitária – Minas Gerais, 2009.

Trabalho	Frequenta Escola	Urbano	Rural	Minas Gerais
Trabalha	Não	68,4	72,7	69,0
	Sim	31,6	27,3	31,0
	Total	100,0	100,0	100,0
Não Trabalha	Não	32,5	36,7	33,1
	Sim	67,5	63,3	66,9
	Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais, 2011. Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

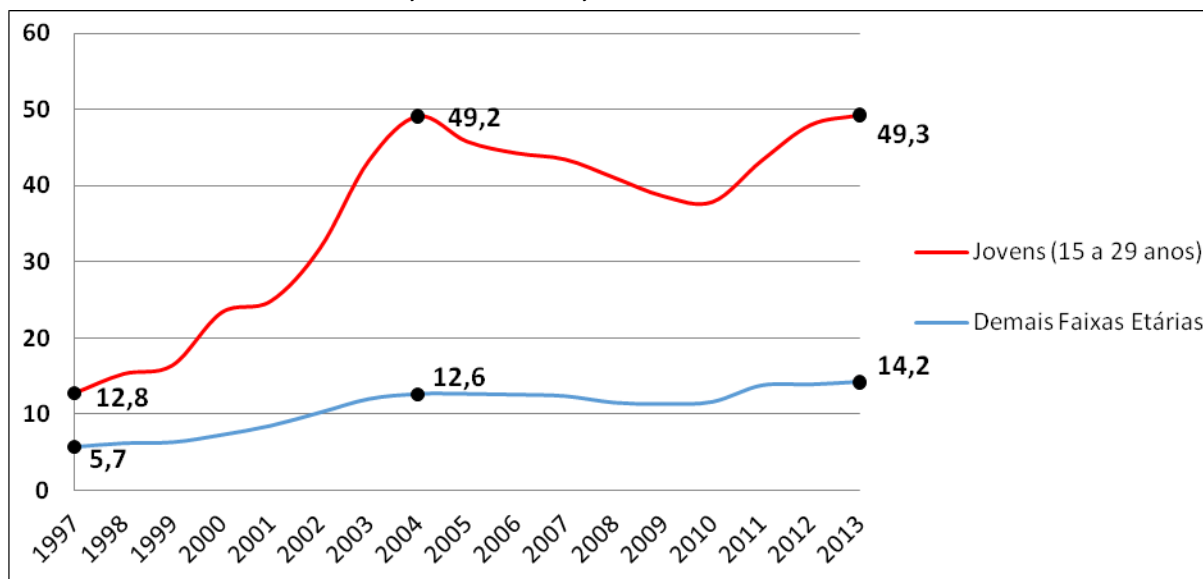
O Estatuto da Juventude trouxe em seu conteúdo o incentivo à criação de cooperativas. Esta pode ser uma das formas de inclusão do jovem ao trabalho, mas que ainda demanda exclusivamente a ele a responsabilidade da geração de seu trabalho e renda. Porém, superar a condição de desemprego juvenil necessariamente demanda programas e leis específicas para o público jovem e um maior envolvimento do Estado. O estímulo ao empreendedorismo dos jovens e a inserção no mercado de forma formalizada pode ser uma interessante iniciativa para combater o desemprego juvenil.

Juventude e violência

O segundo tema que não foi abordado no Estatuto da Juventude está relacionado ao jovem infrator. O estatuto não avança nas questões referentes ao pós-encarceramento dos jovens e nas temáticas de medidas de ressocialização, como também o encarceramento dos jovens que hoje carecem de medidas específicas de acompanhamento. Tal temática é de suma importância, visto que 48% da população carcerária feminina e 56% da masculina em Minas Gerais estão na faixa de 18 a 29 anos.

Este ponto se soma a questão da violência juvenil. Entre jovens de 15 a 24 anos aumentou significativamente a taxa de homicídios no período de 1998 a 2008. Enquanto 1,8% das mortes entre adultos foram causadas por homicídios, no grupo jovem a taxa chegou a 39,7 (WAISELFSZ, 2011). Como pode ser visto no gráfico a seguir, em Minas Gerais, as taxas de homicídios no período de 1997 a 2013 para a faixa de 15 a 29 anos passou de 12,8 para 49,3 e nas demais faixas etárias os valores cresceram de 5,7 para 14,2. Nota-se, portanto, que os jovens são mais vulneráveis à violência que as demais faixas etárias.

Gráfico 3 – Evolução das taxas de homicídios por 100 mil habitantes, por faixa etária da vítima, Minas Gerais, 1997-2013.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/DATASUS) e Censo 2010 e projeções populacionais.

Sexualidade e juventude

A porcentagem de mães menores de 19 anos pode ser considerada um indicador da situação de vulnerabilidade entre jovens, uma vez que irá impactar vários aspectos da sua vida, como a saúde, o desempenho escolar e as oportunidades de formação para o trabalho. Tanto a proposta original do Estatuto, quanto a que foi aprovada, apresentaram superficialmente soluções para a gravidez precoce. Em Minas Gerais apesar da diminuição da proporção de nascidos vivos de mães entre 10 e 19 anos, que passou de 18,7% em 2003 para 16,3% em 2012, e do estado apresentar média de menor do que a do Brasil (19,7%) esses valores ainda são considerados elevados quando comparados às proporções de outros países. Dados da PAD-MG (Pesquisa por Amostra de Domicílios) revelam a gravidez ou o casamento como o motivo para 8,4% dos jovens abandonarem a escola, ao passo que o motivo “não gostar” da escola aparece apontado por 9,4% dos entrevistados de 15 a 19 anos.

É válido ressaltar que não podemos prescindir de um critério cronológico para a elaboração de estratégias e políticas públicas, mas a classificação etária serve apenas como um parâmetro social para o reconhecimento político da fase juvenil, servindo como uma referência imprescindível para a elaboração de políticas públicas. Esse recorte não deve encobrir as diferenças de classe, escolaridade, sexo, e contexto cultural e social que serão diferenciadores quando se fala de juventude.

GÊNERO E DIREITOS HUMANOS

Atualmente o conceito de direitos humanos tem se expandido e incorporou questões ligadas a gênero, raça e etnia, meio ambiente, violência doméstica, reprodução, sexualidade (PITANGUY, s.d). No Brasil, destacam-se que as ações com a finalidade de promover os direitos humanos das mulheres, geralmente, se estruturam em torno de 4 eixos: violência contra a mulher, igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, diversidade, saúde. Em Minas Gerais, o quinto eixo do Plano Mineiro de Direitos Humanos “universalização dos direitos humanos em um contexto de diferenças” elenca como objetivo estratégico a garantia “dos direitos da mulher para o estabelecimento das condições necessárias para o exercício de sua plena cidadania” (MINAS GERAIS, 2012, p. 70). Neste sentido, ao se pensar sobre os direitos humanos no estado é fundamental considerar as condições em que as mulheres e os transgêneros se encontram.

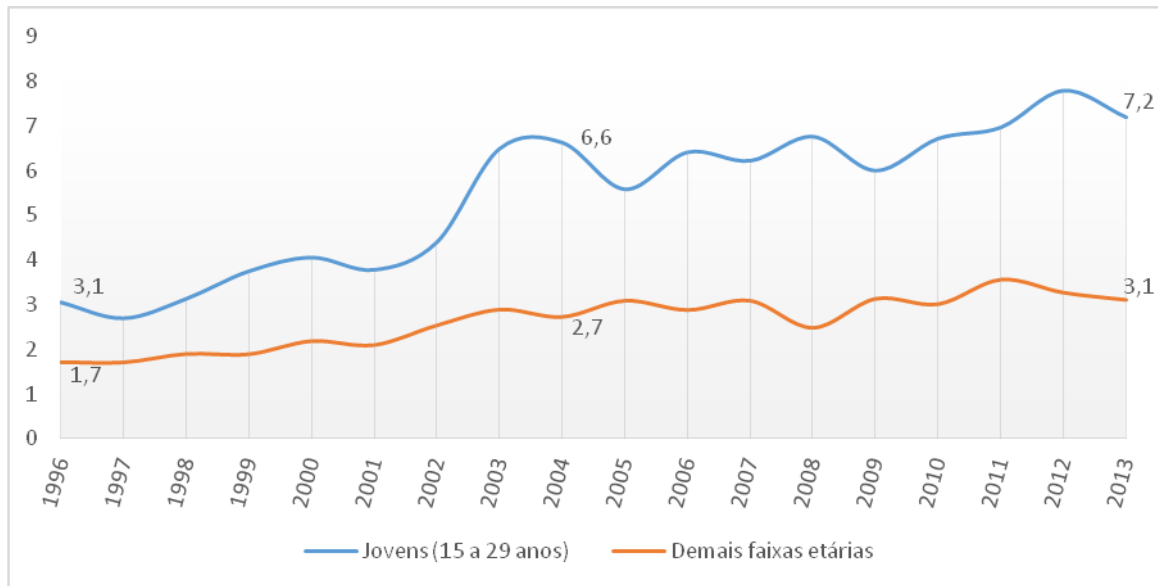
Violência contra a mulher

A partir de dados da atualização do *Caderno Complementar 1: Homicídio de Mulheres no Brasil do Mapa da Violência 2012*, a taxa de homicídios femininos coloca Minas Gerais na 20ª posição no país, com uma taxa de 4,1 homicídios a cada 100 mil habitantes. No ranking das capitais do país, Belo Horizonte figura em 13º lugar (taxa de 6,2 por 100 mil habitantes). Na lista de taxa de homicídios femininos por município, destacam-se Patrocínio (19,7%, em oitavo lugar), Vespasiano (taxa de 11,2%, 48º lugar), Nova Serrana (taxa de 11,2%, 49º lugar) e Betim (11%, 53º lugar). Esses dados seguem tendência nacional destacada pelo mapa da violência: a média das capitais é maior que a média nacional, e as regiões metropolitanas tendem a concentrar municípios com mais altas taxas de feminicídio.

O mapa reitera que o feminicídio ocorre na esfera doméstica e parte expressiva é perpetrada pelo parceiro ou ex-parceiro da vítima. O estudo conclui que níveis elevados de homicídios de mulheres geralmente são acompanhados por altos níveis de tolerância de violência contra a mulher, e em alguns casos, essa tolerância é a causa do feminicídio. A culpabilização da vítima é, segundo os autores do estudo, parte principal desse processo.

O gráfico 4 apresenta a evolução das taxas de homicídio de mulheres no estado por faixa etária de 1996 a 2013. Constata-se que as taxas dobraram no período para ambos os grupos etários, apesar dos avanços normativos de proteção à mulher. Para enfrentar o crescimento no número de mulheres assassinadas no estado é fundamental investir em políticas de valorização da mulher, de desenvolvimento da sua autonomia e autoestima, contribuindo com o rompimento das barreiras simbólicas que reforçam o machismo e a tolerância ao feminicídio. Chama atenção ainda, a violência contra as mulheres de 15 a 29 anos, cujas taxas são pelo menos duas vezes maiores do que as taxas das demais idades, indicando que as mulheres jovens são mais vulneráveis a violência.

Gráfico 4 – Evolução das taxas de homicídio feminino por 100 mil habitantes em Minas Gerais, por faixa etária das vítimas – 1996 a 2013



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Datasus, Ministério da Saúde.

Mulheres e oportunidades profissionais

Existem diversas barreiras que impedem ou dificultam as mulheres de tirarem proveito das oportunidades socioeconômicas. Essas barreiras geram uma representação desproporcional das mulheres em condições de pobreza, de trabalho precário, baixos salários e em ocupações subalternas.

A entrada das mulheres no mercado de trabalho é um dos aspectos fundamentais das transformações da condição feminina e compõem o cerne do processo de autonomização feminina. No entanto, o nível e a forma da participação feminina no mercado de trabalho dependem de diversos fatores socioculturais, religiosos, econômicos, da estrutura do mercado e das configurações políticas, etc. A participação feminina no mercado de trabalho está associada, especialmente, a seu nível educacional, a seu papel na família e estrato e os contornos dessa participação dependem de uma rede imbricada de negociações e arranjos entre as esferas pública e privada da vida socioeconômica (BRUSCHINI, 2000, 2007; BARBOSA, 2014). Comparado aos homens, as mulheres têm taxas de participação menores, taxas de desemprego maiores, vínculos trabalhistas mais precários, maior imobilidade na carreira e menores rendimentos.

Em Minas Gerais, no ano de 2013, 40,1% das mulheres em idade ativa estavam no mercado de trabalho contra 64,4% para os homens, segundo dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais (PAD-MG).

Não foram encontradas diferenças significativas nesse indicador para os grupos de raça/cor. Assim, as mulheres brancas têm taxa de participação de 41%, as de cor preta, 39,8% e as de cor parda de 39,3% (e também são bem menores na região do Jequitinhonha/Mucuri – 27,9%, para as brancas, 26,1% para as de cor preta e 31,8% para as de cor parda). As diferenças entre os grupos de raça/cor ocorrem mais intensamente na forma de inserção no mercado de trabalho, onde, os brancos detêm o acesso às melhores ocupações em termos de carreira, salários e *status*.

A associação entre atividades domésticas e de cuidado com o feminino geram dois fenômenos articulados: a dupla jornada de trabalho e a segmentação do mercado de trabalho, onde cabem às mulheres determinadas ocupações, geralmente mais desvalorizadas socialmente. A dupla jornada e a discriminação funcionam como as principais barreiras de acesso ao mercado de trabalho, às melhores ocupações, gerando nichos de trabalho específicos para as mulheres e dificuldade de ascensão na carreira. Em 2011, os dados da PAD-MG indicam que as mulheres se dedicavam a 23,6 horas por semana aos afazeres domésticos, enquanto os homens gastavam 9,8 horas por semana. Mesmo para as mulheres que tinham uma ocupação no mercado de trabalho, o tempo gasto com afazeres domésticos foi bem superior ao dos homens (respectivamente, 19,5 horas contra 9,2 horas) (FJP, 2013).

A Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais (PAD-MG) de 2013 destaca ainda que as mulheres sem instrução recebiam, em média, 67% do salário dos homens sem instrução, enquanto as mulheres com o ensino superior completo recebiam, em média, 57% do salário dos homens com ensino superior completo.

O Boletim de Mercado de Trabalho e Gênero mostra que as mulheres recebiam em média 73% da renda masculina. Controlando por posição na ocupação, as mulheres perceberam 64,9% da renda dos homens quando eram conta própria e 66,5% da renda masculina quando eram funcionários públicos estatutários. As mulheres empregadas domésticas, ganhavam 30% a mais do que os homens na mesma posição, a única categoria em que isso ocorre. A renda por hora das mulheres também é sempre inferior à dos homens. Reitera-se que a média de anos de estudos das mulheres é superior à dos homens em todas as posições ocupacionais, porém a maior escolaridade não implica necessariamente maiores oportunidades profissionais para as mulheres (FJP, 2013).

Tabela 6 - Rendimento médio do trabalho principal, anos médio de estudo, média de horas trabalhadas e média do rendimento hora da população ocupada de dez anos ou mais de idade, por sexo e posição na ocupação - Minas Gerais – 2011

ESPECIFICAÇÃO	Rendimento do trabalho principal médio (R\$1,00)		% do rendimento médio das mulheres em relação ao dos homens	Anos médio de estudo		Média de horas trabalhadas		Rendimento dividido por horas trabalhadas (R\$1,00)	
	homem	mulher		homem	mulher	homem	mulher	homem	mulher
TOTAL	121 5,86	888	73,0	7,4	9,1	42,4	37,5	30,6	25,5
Empregado com carteira	119 2,13	911	76,5	8,2	9,8	43,1	40,8	29,4	24,1
Empregado sem carteira	104 2,26	842	80,9	7,1	9,7	41,4	35,7	26,3	24,4
Empregado doméstico	434	566	130,4	4,8	5,8	38,5	34,2	14,6	16,6
Funcionário Público Estatutário	229 2	1524	66,5	11,6	13,2	38,6	31,6	62,8	49,7
Conta própria	133 9	869	64,9	6,3	7,9	43	36,2	33,3	27,5
Empregador	309 2	2199	72,3	9,6	11	46,4	39,3	87,8	61,0
Outros	754	635	84,2	5,7	7,4	38,6	32,2	20,5	19,7

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2013

Políticas públicas para mulheres

Em 2014, o Observatório de Políticas Públicas, Gênero, Raça e Etnia (OPP/GRE) da Escola de Governo (EG) da Fundação João Pinheiro (FJP) mapeou as políticas públicas estaduais em vigência destinadas para as mulheres. Tal mapeamento destaca algumas ausências carregadas de significado.

Em Minas Gerais, a competência institucional sobre as políticas de gênero reconhecia dois órgãos, em especial. O responsável pela elaboração, coordenação, avaliação e execução de políticas públicas com enfoque na mulher era a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres (CEPAM) da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE). Já a articulação entre a sociedade civil e o Estado, com vistas a fortalecer a cidadania das mulheres e ampliar a equidade nas relações sociais cabia ao Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais, também ele vinculado à SEDESE. É interessante notar que apenas em 10 unidades da Federação a gestão da política de gênero era um órgão subordinado de uma secretaria.

Além disso, no que diz respeito às estruturas de apoio à mulher, Minas Gerais era uma das 12 unidades federativas que não possuía casas-abrigo para mulheres e uma das 17 unidades federativas marcada pela ausência de núcleos especializados para as mulheres em delegacias comuns. E, embora fosse uma das 23 unidades da federação que possuía serviço especializado de atendimento exclusivo às mulheres em situação de violência mantido exclusivamente pelo Estado, sua atuação era menos diversificada se comparado aos outros.

Sendo assim, não causa estranheza que, com exceção de políticas de combate à violência contra a mulher e de ações pontuais nas áreas de trabalho e saúde, eram poucos os exemplos de políticas exclusivamente voltadas para as mulheres que se encontravam em desenvolvimento em Minas Gerais em 2014 (as metas físicas de impacto na população feminina eram mensuradas através dos resultados de políticas sociais mais gerais). Tampouco é surpreendente que, ao menos no que tange à promoção da igualdade de gênero, os resultados alcançados pelas políticas públicas no estado recentes sejam bastante questionáveis. Neste sentido, é preciso reestruturar a agenda política para as mulheres em Minas Gerais, a fim de reduzir as desigualdades de gênero que ainda caracterizam a sociedade mineira.

Direitos humanos dos LGBT

É importante ainda considerar os direitos humanos dos grupos LGBT no estado. Gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e transgêneros são comumente vítimas de violência e homofobia em todo o país, o que merece atenção especial dos gestores de políticas públicas para este público.

Dados do Relatório sobre Violência homofóbica no Brasil, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) mostram que no ano de 2012, em média, foram notificados 27,34 casos de violações de direitos humanos do público LGBT por dia no Brasil e 13,29 pessoas foram vítimas de violência homofóbica por dia no país. Certamente, há mais casos de discriminação sexual e homofobia do que o revelado pelas estatísticas. A subnotificação de ocorrências sobre a violência em geral e mais ainda contra esse público, esconde o verdadeiro panorama sobre a violação de direitos humanos da população LGBT (BRASIL, 2012).

O mesmo relatório apresenta o perfil das vítimas de violência homofóbica. Elas são predominantemente do sexo masculino. Mais de 80% não informam a sua sexualidade e o restante diz ser homossexual. A sexualidade escondida sugere os efeitos perversos dos estigmas associados aos LGBTs: o direito violado pela orientação sexual reprime a própria sexualidade, gerando danos físicos, morais e de reconhecimento social.

Entre aqueles que não tiveram medo de revelar sua sexualidade, 60,4% se identificaram como gays, 37,6% como lésbicas, 1,5% das vítimas foram identificadas como travestis e 0,5% como transexuais. Interesse observar como a situação de violência se sobrepõe quando vitimiza os grupos mais vulneráveis da população: 41% das vítimas se declaram como não brancos, seguidos de 32% de pessoas LGBTs violentadas que não informaram sua raça/cor. A maior parte das vítimas de violência homofóbica são jovens, 62%. Racismo e vitimização juvenil se somam a homofobia e agravam a violação dos direitos da população LGBT (BRASIL, 2012).

Os dois tipos de violação de direitos mais frequentes são a violência psicológica, com práticas como humilhação e hostilização, ameaça e injúria, e a discriminação em função, sobretudo, da orientação sexual, mas também a identidade de gênero. Como nos casos de violência contra mulher, na maior parte dos casos, a vítima conhece o suspeito da agressão (BRASIL, 2012). Nota-se, claramente, a relação de dominação entre agressor e sua vítima nos casos de violência de gênero: ser mulher ou LGBT é condição que justifica por si a agressão, mesmo quando a violência é praticada contra alguém conhecido. Nestes casos, é comum a naturalização da violência ou a autculpabilização por ela.

Em Minas Gerais, dados do mesmo relatório revelam que, de 2011 a 2012 houve um aumento de 160 pontos percentuais no número de denúncias de violência homofóbica. Os casos reportados ao poder público federal pularam de 98 para 255 em 1 ano. Assim, em 2012, registrou-se 1,3 denúncias de violência contra LGBTs por 100 habitantes no estado. Por elas, foram reveladas 520 violações de direitos humanos desse público ao governo federal. Seguindo a tendência nacional, os tipos de violação mais comuns em Minas são a discriminação e a violência psicológica. O crescimento das denúncias no estado é um pouco menor do que a média nacional (166%) e maior do que o registrado em 8 unidades da federação. No mesmo ano, 18 homicídios contra LGBTs foram noticiados na grande mídia (BRASIL, 2012). Há 6 legislações estaduais específicas a questão da diversidade sexual, relativas as sanções por atos discriminatórios, a educação contra a homofobia, dias comemorativos, etc. Apenas em 4 municípios, sendo eles localizados em regiões desenvolvidas do estado, há leis e decretos destinados a resguardar os direitos dos LGBT.

A insuficiência de dados e estatísticas oficiais sobre a população LGBT em geral e mais ainda sobre os casos de violência homofóbica não permite um diagnóstico preciso sobre os desafios a serem superados para a garantia dos direitos humanos desse público. Inclusive, criar um sistema de indicadores específicos a temática é fundamental para subsidiar a compreensão deste fenômeno no país e em Minas Gerais. Apesar disso, os dados ora apresentados revelam um cenário preocupante de violação de direitos humanos no país. “A homo-lesbo-transfobia é estrutural no Brasil, isto é, opera de forma a desumanizar as expressões de sexualidade divergentes da heterossexual, atingindo a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em todos os níveis” (BRASIL, 2012, p. 93). Os casos ocorrem tanto no ambiente familiar quanto nos espaços profissionais, que funcionam como instituições que reforçam a persistência da imagem estigmatizada desta população, destruindo a sua condição de sujeito e cidadão. É urgente, portanto, que políticas públicas para o público LGBT ganhem centralidade na agenda de garantia dos direitos humanos no estado.

Direitos humanos e diversidade étnico-racial

A despeito da convivência harmoniosa entre diferentes grupos étnicos no Brasil, que chegou a alimentar correntes teóricas alicerçadas no “mito da democracia racial”⁴¹ ou a proposição do “racismo cordial”⁴², a análise de dados em diferentes áreas da dinâmica social evidencia que efetivamente podemos identificar no Brasil e em Minas Gerais dois mundos distintos, com características socioeconômicas mais ou menos bem delimitadas, quando tomamos a variável cor/raça como prisma.

No campo da saúde pública é crescente o número de estudos ressaltando a relevância de diferenciais de acesso, morbidade e mortalidade devido à cor. Estatísticas demonstram que os níveis de acesso à educação superior, a postos de comando ou melhor remuneração no mercado de trabalho ou mesmo a cargos políticos eletivos tendem a apresentar significativas variações quando analisados atributos de raça/cor, que a despeito da melhoria de alguns indicadores de desigualdades no Brasil, se consolidam como demarcadores poderosos na caracterização das desigualdades socioeconômicas ainda persistentes.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos reforça o princípio da não-discriminação com base na “raça”. No entanto, diversas dados apontam que ainda resta um longo caminho para a superação das lacunas existentes entre brancos e não-brancos na sociedade brasileira, profundamente marcada pela miscigenação, vis-à-vis à prevalência de padrões ainda profundamente desiguais entre negros e brancos.

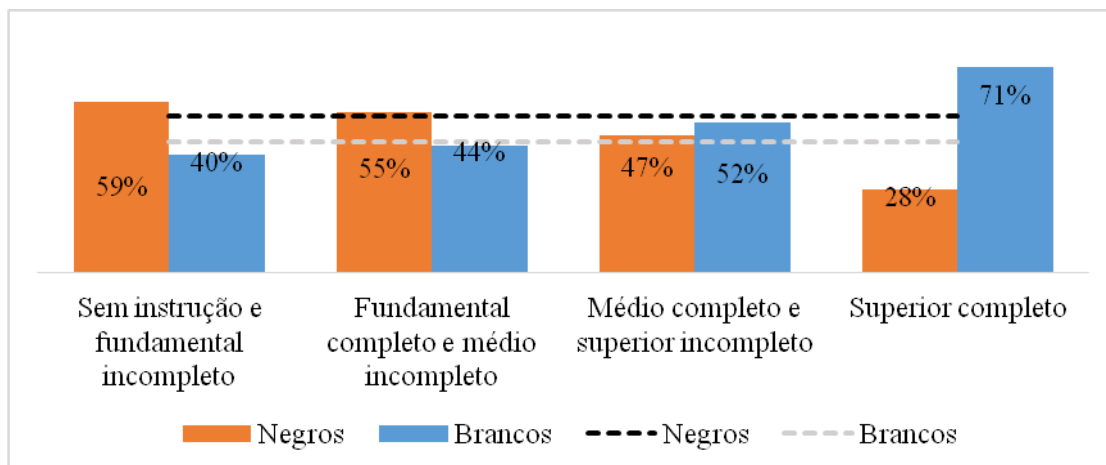
Raça e educação

O nível de escolaridade é considerado o principal fator de diferenciação de rendimentos entre os indivíduos. Neste sentido, melhores postos de trabalho – em consequência, maior remuneração – são reflexos dos níveis educacionais ou anos de estudo dos indivíduos. No gráfico a seguir, observa-se que a proporção de negros em todos os níveis de instrução é sempre inferior do que a de brancos e só há mais negros do que brancos entre as pessoas que não têm nenhuma instrução (SILVA; GODINHO, 2015).

⁴¹ No Brasil é amplamente disseminada a ideia de sermos um país onde não existe preconceito ou discriminação de raça ou por cor da pele e no qual as diferenças são absorvidas de forma cordial e harmoniosa: é o mito da democracia racial.

⁴² O “racismo cordial” é definido como uma forma de discriminação contra os cidadãos não brancos (negros e mulatos), que se caracteriza por uma polidez superficial que reveste atitudes e comportamentos discriminatórios, que se expressam ao nível das relações interpessoais através de piadas, ditos populares e brincadeiras de cunho “racial”. Seria algo que fica nas entrelinhas de comentários maldosos, maledicências e preconceitos leves, que muitas vezes passam despercebidos (SALES JR, 2006).

Gráfico 7 – Proporção entre negros e brancos em cada um dos níveis de instrução – Minas Gerais - 2010

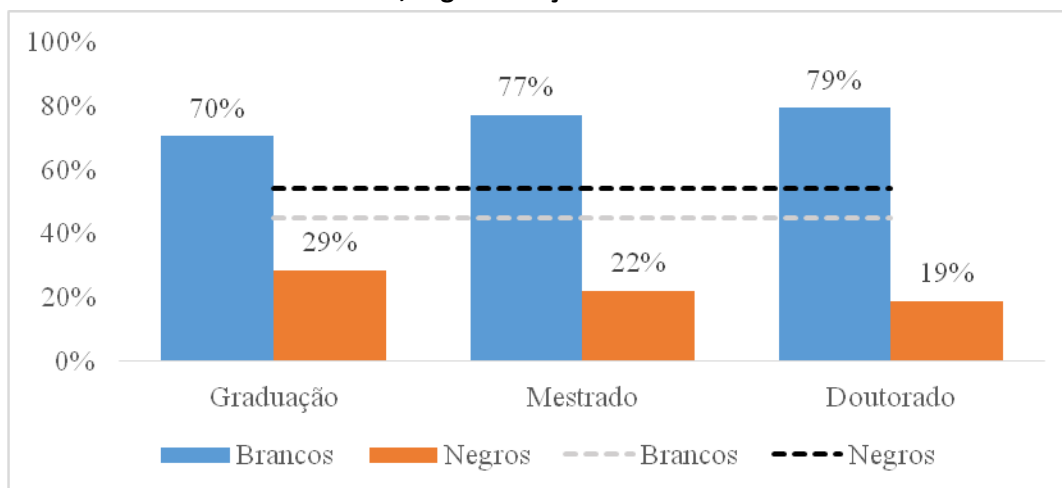


Fonte: Elaborado por Silva e Godinho (2015) com base nos microdados do Censo Demográfico de 2010 – IBGE.

Nota: As linhas pontilhadas representam a proporção da população branca e negra na composição da população geral do estado – o que se consideraria, portanto, como um parâmetro de “igualdade racial”.

Já o gráfico abaixo apresenta a proporção de brancos e negros dentro dos grupos populacionais com cursos de graduação, mestrado e doutorado completos. Trata-se de uma população de 1.271.699, 50.844 e 19.740 indivíduos, respectivamente. Os dados evidenciam que o distanciamento entre brancos e negros é maior quando se consideram níveis de escolaridade mais elevados.

Gráfico 8 – Proporção da população mineira com curso de graduação, mestrado ou doutorado concluídos, segundo raça ou cor do indivíduo – 2010



Fonte: Elaborado por Silva e Godinho (2015) com base nos microdados do Censo Demográfico de 2010 – IBGE.

Nota: A linha pontilhada representa a proporção da população branca e negra na composição da população geral do estado – o que se consideraria, portanto, como um parâmetro de “igualdade racial”.

Entre os residentes em Minas Gerais com curso superior de graduação completo, 29% são negros e 70% são brancos. Há ainda um grupo de cerca de 1% dessa população composta por amarelos, indígenas ou que não soube/não respondeu. Os negros representam ainda 22% da população com curso de mestrado e 19% da população de doutores do estado. Esses valores contrastam com a linha tracejada mais escura, que indica o percentual de negros dentro da população total do estado.

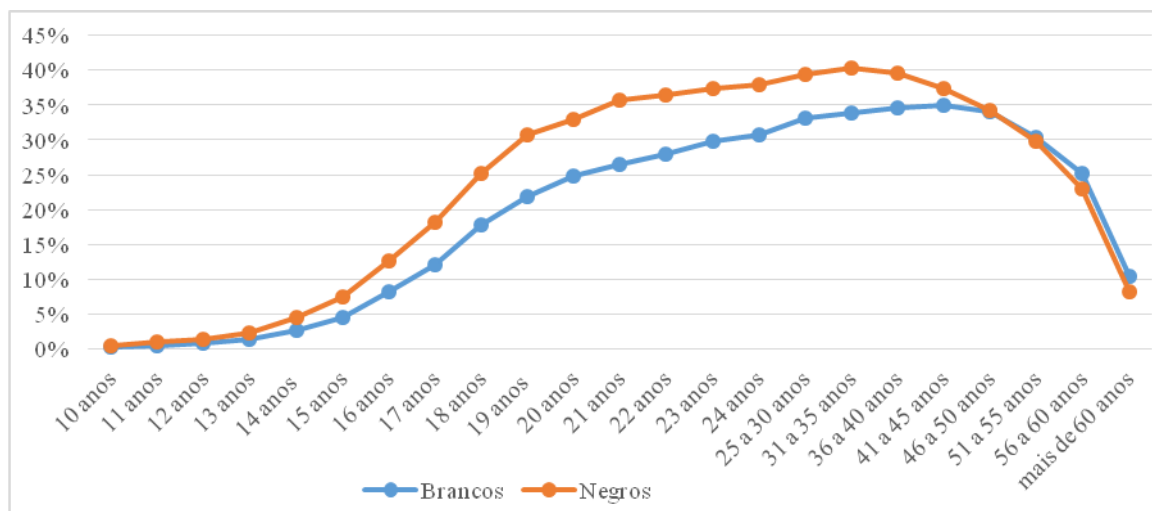
Os dados evidenciam que o sistema educacional mineiro aplica um filtro seletivo que favorece o acesso das pessoas brancas as salas de aulas. Com menores oportunidades educacionais, a população negra de Minas Gerais tem menos chances de acessar postos de trabalho qualificados e atingir maiores níveis de renda, alguns dos elementos fundamentais para o gozo dos direitos e da condição de cidadania.

Raça e mercado de trabalho

De modo geral, a literatura aponta que desde a abolição da escravidão, a ausência de políticas de qualificação e inserção na dinâmica econômica do país fez com que os negros tivessem que buscar se inserir na economia em posições marginais, em trabalhos informais, funções que exigem baixa qualificação e se concentrando em regiões de baixa dinâmica produtiva.

Os reflexos dessa dinâmica, na atualidade, passam por remunerações menores e inserção precoce no mercado de trabalho. As estimativas de discriminação salarial devido à raça, por exemplo, são comumente inferidas por meio de modelos de regressão capazes de isolar os fatores relacionados à produtividade (escolaridade, experiência) para determinar o salário dos empregados. Essa técnica fornece estimativas não enviesadas da disparidade média salarial em diversas categorias, incluindo o coeficiente residual atribuído à raça.

Gráfico 9 – Taxa de ocupação de brancos e negros de acordo com a idade – Minas Gerais – 2010



Fonte: Elaborado por Silva e Godinho (2015) com base nos microdados do Censo Demográfico de 2010 – IBGE.

O gráfico acima sugere que, em Minas Gerais, os negros tendem a entrar no mercado de trabalho mais cedo quando comparados aos brancos. Esta dinâmica impacta de modo significativo tanto o processo de formação educacional do indivíduo, quanto as chances de alcançarem melhores posições no mercado de trabalho, no futuro.

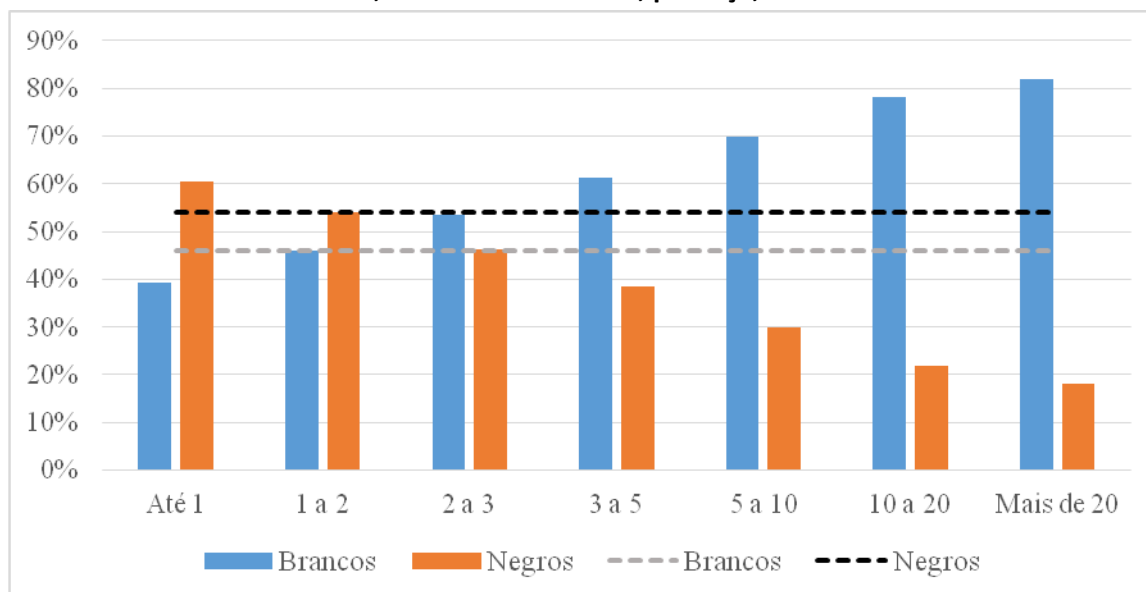
A inserção precoce do negro no mercado de trabalho impacta também o ciclo profissional desses indivíduos, uma vez que trabalhar mais cedo tende a significar conciliar o trabalho com os estudos, o que gera menos dedicação à formação educacional, e que por sua vez se reflete na ocupação de postos de trabalho menos valorizados. Com isso, tende-se também a uma percepção de rendimentos mais baixos em relação aos da população branca (SILVA; GODINHO, 2015).

Há ainda uma argumentação complementar atenta para o fator ou herança intergeracional. A família fornece uma estrutura importante para que o indivíduo possa seguir com seus estudos. Uma estrutura familiar financeira que lhe proporcione tranquilidade faz com que um indivíduo não precise trabalhar para o sustento da casa, podendo se concentrar nos estudos. Estudos de diferentes autores também apontam que famílias que possuem um capital cultural alto e valorizam os estudos, repassam para as gerações seguintes a importância do mesmo como valor a ser perseguido (HASENBALG; 1976; SILVA, 2013; MCCANN, 1977).

A literatura sociológica e a sociologia econômica têm insistido, porém, que o nível de escolaridade não é o único fator a influenciar os diferentes rendimentos percebidos por brancos e negros, sustentando que o processo histórico que constituiu o sistema de dominação racial na sociedade brasileira determina inúmeras desigualdades que se retroalimentam, e que se tornaram estruturantes ao longo do tempo. Uma das várias manifestações desse fenômeno é a baixa mobilidade social dos negros – em boa medida relacionada à crença de que o negro possui um “lugar” social pré-definido. Seja como for, os limites existentes à ascensão social da população negra – econômicos, sociais e culturais –, ao mesmo tempo em que sustentam e reforçam as desigualdades encontradas no mercado de trabalho, é alimentado por elas próprias (SILVA; GODINHO, 2015).

O gráfico seguinte representa as diferenças de rendimentos entre negros e brancos, por faixas de renda. Vê-se que, nas faixas de renda mais baixas (até 2 salários mínimos), a proporção de negros é maior.

Gráfico 10 – Renda mensal, em salários mínimos, por raça, em Minas Gerais - 2010



Fonte: Elaborado por Silva e Godinho (2015) com base nos microdados do Censo Demográfico de 2010 – IBGE.

Nota: A linha pontilhada representa a proporção da população branca e negra na composição da população geral do estado.

As linhas pontilhadas representam a distribuição proporcional de brancos e negros na população do estado de Minas Gerais. Pode-se observar que esta proporção (que serve como parâmetro de “igualdade racial”) se repete apenas na faixa de 1-2 salários mínimos. À medida em que os níveis de renda avançam, não apenas a proporção de brancos ultrapassa a de negros, como esta diferença aumenta progressivamente (SILVA; GODINHO, 2015).

Quando comparada a renda média entre brancos e negros, controlada pelo nível educacional, o cenário que se apresenta é tal que os negros recebem, em geral, 40% a menos por seus trabalhos quando comparados aos brancos. Observa-se ainda que esta diferença aumenta conforme aumenta o nível educacional.

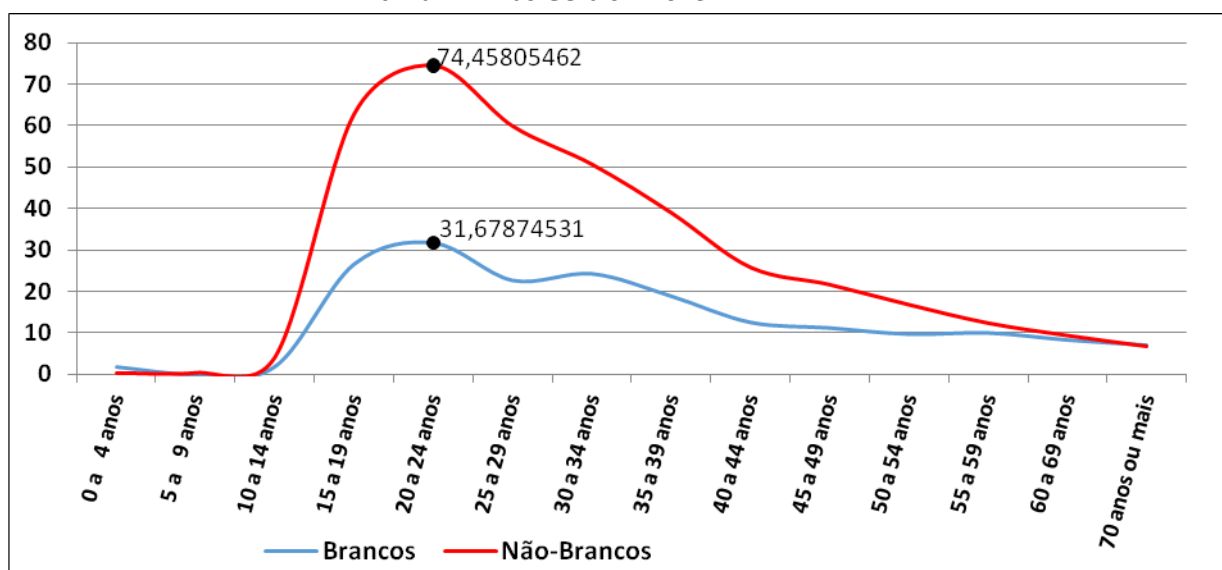
Raça e violência

Pese a que se perceba um sentimento de aumento da violência e da insegurança de modo geral na sociedade, a violência letal concentra-se majoritariamente em determinadas áreas e atinge mais notadamente a grupos sociais específicos, indicando, muitas vezes, características similares associadas à insuficiência de equipamentos e serviços públicos, precariedade das condições de renda, moradia e lazer, disseminação de armas de fogo, eventual presença de organizadores do crime, estigmatização por parte da mídia e da sociedade em geral, bem como fatores raciais (BRASIL, 2015).

A tendência de jovens negros serem mais vítimas de assassinatos do que jovens brancos é uma realidade em todo o país: em média, jovens negros têm 2,5 mais chances de morrer do que jovens brancos no Brasil. Em Minas Gerais esse número é um pouco menor que a média nacional: 2,2. Em 2012 a taxa de homicídios de jovens brancos em Minas Gerais foi de 26,1% contra 57,3% de homicídios de jovens negros.

Quando analisada a totalidade da população e são levados em conta recortes raciais e etários, verifica-se que jovens negros entre 20 e 24 anos fazem parte do grupo mais vulnerável a homicídios em Minas Gerais. É o que mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 11 - Taxas de homicídios por 100 mil habitantes segundo idade e raça/cor da vítima – Minas Gerais – 2013



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde, SIM/DATASUS.

Outro dado alarmante está associado às estatísticas prisionais. A população carcerária no estado é predominantemente negra: entre os homens, os negros somam 71% e entre as mulheres somam 68%.

A análise das estatísticas sobre a população negra requer uma razoável dose de cautela, uma vez que a mera compilação de dados quantitativos não autoriza o estabelecimento de inferências causais que atribuam a todas essas questões a todas as sem o suporte de análises qualitativas em cada caso, pois estamos lidando com fenômenos complexos e multifacetados. Entretanto, a força explicativa das informações apresentadas reside, entre outros fatores, em sua capacidade de escancarar a persistente desigualdade de oportunidades que acomete de forma diferente pessoas conforme sua raça/cor, contrapondo-se à idílica visão ainda sobrevivente segundo a qual a sociedade brasileira não se mostraria discriminatória, à exceção de casos individuais e isolados (SILVA et al., 2013).

A erradicação do racismo e a luta contra a ideia de “raça” como critério de segregação social e de exclusão de oportunidades requer a manutenção e ampliação da coleta de dados, registros e notificações em diferentes áreas segmentados por esta categoria raça (ou outras correlatas, como “cor” e “fenótipo”), de tal forma que as desigualdades sejam conhecidas e possam ser combatidas.

DIREITOS HUMANOS E POPULAÇÃO IDOSA

A população brasileira tem passado por um processo de envelhecimento que exerce importantes impactos sobre a natureza das políticas públicas em áreas como saúde, trabalho e renda, seguridade social, inserção social e lazer. Segundo o censo demográfico de 2010, 10,8% da população brasileira é composta por pessoas acima de 60 anos de idade.

No Brasil, houve o estabelecimento de legislação específica para a proteção da população maior de 60 anos, com o Estatuto do Idoso, Lei Federal número 10.741/03. O Estatuto estabelece normas gerais acerca da proteção integral ao idoso, no que se refere a garantias dos direitos inerentes à pessoa humana, como o direito à vida, à proteção, à saúde, ao trabalho, à previdência social, à educação, à cultura, ao lazer, à moradia e ao voto (CAMARANO, 2013). Violação aos Direitos do idoso, portanto, diz respeito ao não cumprimento deste Estatuto, mas são nas manifestações de violências, em suas diversas formas (violência ou abuso físico, violência ou abuso psicológico, violência ou abuso sexual, abuso financeiro, abandono, negligência e autonegligência), que tais violações se sobressaem (MINAYO, 2005).

Composição demográfica da população idosa em Minas Gerais

Minas Gerais acompanha tendência populacional de aumento da população idosa, com redução da fecundidade e ganhos na expectativa de vida da população pertencente aos grupos etários mais velhos, o que gera uma série de modificações na distribuição da estrutura etária do estado. Neste sentido, a proporção de maiores de 60 anos era de 9,1% em 2000, enquanto em 2010, ainda de acordo com o censo, 11,8% da população mineira era formada por idosos, o que corresponde a aproximadamente 2.302 mil pessoas (FJP, 2014). A maior proporção desses idosos se concentra nas idades entre 60 e 74 anos, enquanto a população com idades superiores a 80 anos representa 1,7% da população total, somando cerca de 332 mil indivíduos (FJP, 2014). O peso relativo da população idosa em regiões rurais (12,2%) é ligeiramente superior àquele encontrado em regiões urbanas (11,7%). A razão de dependência de idosos, que mensura a participação relativa deste contingente populacional potencialmente inati/vo passou de 12,9% em 1991, para 17,9% em 2010.

O processo de envelhecimento populacional é acompanhado pelo fenômeno da feminização da população idosa. Em 2011, no estado de Minas Gerais, a porcentagem de mulheres era de 55% nas idades entre 60 e 79 anos, e de 58,5% entre os indivíduos com idades superiores a 80 anos. Parte significativa destas mulheres é viúva, 42,6% (FJP, 2014), e acredita-se que tenham menores níveis educacionais e baixa experiência no mercado de trabalho formal (CAMARANO, 1999), o que significa maior vulnerabilidade desta população.

A PAD-MG de 2011, mostra que no estado, 65,9% dos idosos eram chefes de domicílio, 22,8% eram cônjuges. Ou seja, quase a totalidade, 88,7%, eram os responsáveis pelo domicílio, assumindo o papel de chefe ou cônjuge. A maioria dos idosos mineiros é casada (52,3%), ou viúva (30,3%). A proporção de idosos solteiros é de 10,0%. Quase a metade dos idosos mineiros mora em domicílios em companhia de outro adulto não idoso (45,5%), enquanto 21,1% residem apenas com outro idoso. Idosos morando sozinhos representam 14,6%, o que sugere a centralidade de ações públicas referentes a redes de apoio para demandas futuras de atenção e cuidado.

Alfabetização e renda da pessoa idosa

A maior parte dos idosos mineiros, 57,7%, é analfabeta funcional, ou seja, possui menos de três anos de estudo. Idosos que possuem o antigo primário completo correspondem a um percentual de 21,6%, enquanto aqueles com ensino superior correspondem a 4%. Altas taxas de analfabetismo da população mais idosa se relacionam a rendimentos mais baixos, e, portanto maior exposição a situações de vulnerabilidade por limitações de acesso a serviços.

Em 2011, os idosos mineiros apresentavam rendimentos médios, oriundos de aposentadorias e pensões, de R\$ 853,66 entre os homens, e R\$ 804,34 entre as mulheres. Entre aqueles idosos que exercem alguma atividade laboral (16,6%), o rendimento médio de todos os trabalhos era de R\$1430,24 entre os homens, e de R\$920,40 entre as mulheres.

Destaca-se a necessidade de políticas laborais voltadas especificamente para esta população, de modo a levar em consideração uma parcela de trabalhadores possivelmente não incorporada de maneira satisfatória nos padrões de emprego do mercado contemporâneo, situação associada a baixas remunerações (em um contexto no qual os rendimentos dos idosos passam a constituir parcela importante dos rendimentos familiares), baixo grau de escolaridade, altos níveis de informalidade, bem como, e conseqüentemente, possibilidades de correlação entre pobreza e domicílios chefiados por indivíduos de faixas etárias mais idosas.

A saúde da população idosa

Em Minas Gerais, em 2011, aproximadamente três em cada quatro pessoas acima de 60 anos apresentava pelo menos uma doença crônica (entre hipertensão arterial, doenças de coluna, doenças cardíacas, diabetes, artrite ou reumatismo, depressão, bronquite ou asma, insuficiência renal crônica, câncer ou tuberculose). Entre os maiores de 80 anos esta prevalência corresponde a 80%. Já no grupo de idosos de 60 a 79 anos a prevalência era de 76,8%. A hipertensão arterial foi a patologia que mais acometia os idosos (58,3%), seguido dos problemas de coluna (30%).

A proporção de idosos que apresentou gasto mensal com medicamentos de uso contínuo foi de 38,7%, e gasto ocasional de 22,6%. Ainda que seja possível obter medicamentos gratuitos, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) ou pelo Programa Farmácia Popular, quase a metade dos portadores de doenças crônicas teve gastos com medicamentos de uso contínuo, (60% das pessoas com depressão, doenças cardíacas, bronquite ou asma relataram gastos com esse tipo de medicação). No caso dos medicamentos de uso ocasional, maiores porcentagens de dispêndios declarados foram dos portadores de tuberculose (36,3%), bronquite ou asma (33,5%) e artrite ou reumatismo (32,5%) (FJP, 2014).

O acesso a exames médicos de controle de doenças crônicas ou preventivos se dá de maneira universalizada. Quase a totalidade dos idosos pesquisados já realizou a medida da pressão arterial, glicemia e colesterol, sendo que a maioria o fez no último ano. Dos idosos com hipertensão arterial, 96% aferiram a pressão arterial no último ano e 81,5% o colesterol. A medida do colesterol no último ano também foi realizada por 87,2% dos idosos cardíacos. Entre os diabéticos, 88,5% mediram a glicemia no último ano (FJP, 2014).

Violência contra a população idosa

Segundo o Plano Mineiro de Atenção Integral à Pessoa Idosa (2014), foram registrados em Minas Gerais, pelo Disque 100 (telefone do Governo Federal para denúncias anônimas de violações de direitos), 1.723 denúncias de violência contra o idoso, em 2012, o que corresponde a 13,52% do total das denúncias, e 3.185 em 2013 (21,60% do total das denúncias). O disque Direitos Humanos (canal do Governo Estadual para denúncias), por sua vez, observou 1.192 denúncias em 2012 (29,98%) e 1.443 em 2013 (35,71%). A Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais registrou 375 crimes contra o idoso no ano de 2012 e 407 em 2013, sendo o tipo de crime mais comum a apropriação de rendimento, com 138 casos, em 2013. Foram registrados, ainda, no ano de 2013, 85 casos de exposição ao perigo (como privação de alimentação e cuidados) e 50 registros de recusa a préstimo de assistência ou auxílio ao idoso. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a partir de dados obtidos pelo Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública e Justiça Criminal da Secretaria Nacional de Segurança Pública, 177 indivíduos maiores de 60 anos de idade tiveram morte por agressão, no estado de Minas Gerais, o que corresponde a uma taxa de 7,6 mortes.

Políticas públicas para a população idosa

A conjuntura recessiva da economia brasileira, em um contexto de acelerado processo de envelhecimento populacional, torna complexa as possibilidades de expansão do sistema de proteção social para os idosos (CAMARANO e PASINATO, 2004). A garantia de direitos para idosos implica em políticas públicas capazes de assegurar a autonomia desses indivíduos, de maneira interinstitucional, com acesso a alimentação, habitação, saúde, trabalho, lazer e inserção social. Assim, as ações públicas deverão ser capazes de garantir direitos estabelecidos por acordos internacionais, relativos à participação ativa na sociedade, desenvolvimento e combate a pobreza, fomento da saúde e bem estar, e estabelecimentos de ambientes

favoráveis ao envelhecimento. A regulamentação destes direitos, no Brasil, é realizada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS nº 8.742/93), que trata de benefícios como o Benefício de Prestação Continuada (repassa de salário mínimo a pessoas idosas e portadoras de deficiência que não tenham condições de trabalho). A Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/94) amplia esses direitos, por meio de prerrogativas como a garantia de direitos de cidadania a ser assegurada pela família, sociedade e Estado, à proteção contra discriminação de qualquer natureza, à garantia de agência no contexto da ação pública e a observância, pelos poderes públicos, das diferenças econômicas, sociais e regionais do país, no que diz respeito à garantia de direitos para idosos. O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 de 2003) estabelece as normas protetivas ao idoso, arrolando direitos e mecanismos específicos de proteção, e constituindo o Marco Legal para o desenho de políticas públicas de proteção e garantia de direitos para este público.

Em Minas Gerais, segundo o portal de políticas públicas da Assembleia Legislativa, os avanços relativos a agenda de políticas públicas para os idosos são ainda muito modestos. Dos 853 municípios mineiros, 287 (33,65%) possuem algum programa de enfrentamento da violência contra o idoso, 668 (78,31%) possuem programas de promoção da saúde, 413 (48,42%) possuem algum programa de acessibilidade a espaços públicos, de esporte e lazer, 158 municípios (18,52%) possuem ações de acessibilidade de transporte público e 133 (15,59%) possuem programas de capacitação de cuidador). Os Conselhos Municipais de Direitos do Idoso estão presentes, no ano de 2009, em apenas 249 municípios do estado de Minas Gerais, o que aponta para necessidade de se ampliar e capilarizar a rede de proteção a população idosa no estado.

DIREITOS HUMANOS, TRÁFICO DE PESSOAS, TRABALHO ESCRAVO E EXPLORAÇÃO SEXUAL

Segundo a definição mais comumente aceita por parte dos organismos internacionais, tráfico de pessoas é a transferência de pessoas para outros lugares (inclusive dentro do próprio país) com o objetivo de coagi-las ao trabalho forçado, como a prostituição ou o trabalho migrante e doméstico, ou a remoção de órgãos. É considerada uma modalidade moderna de escravidão, dado que os traficantes usam de fraude, violência física, ameaça e outras formas de coerção para forçar suas vítimas⁴³. Trata-se de um mercado que visa atender à alta demanda dos diferentes mercados ilegais a ele correlatos.

O tráfico de pessoas constitui assim um mercado ilegal impulsionado principalmente:

- pela alta capacidade de gerar grandes lucros, devido à alta demanda existente por: mão de obra barata ou em condição análoga à de escravidão, exploração sexual, adoção irregular de crianças e compra e venda de órgãos;
- pelo baixíssimo risco de seus perpetradores serem acusados nos sistemas nacionais de justiça criminal – voltaremos a este ponto adiante.

⁴³ Para a legislação penal brasileira, o consentimento da vítima é considerado irrelevante nestes casos.

Segundo a Polícia Internacional (Interpol), o tráfico de pessoas é o 2º maior mercado ilegal ou “crime organizado” no mundo, movimentando mais do que o tráfico de drogas – cerca de US\$ 39 bilhões/ano. Estima-se também que, a cada ano, 900.000 seres humanos sejam comprados, vendidos ou coagidos a cruzar as fronteiras internacionais e intranacionais. As vítimas sofrem danos físicos e psicológicos, incluindo doenças, atrofia de crescimento (para o caso de crianças), danos permanentes aos seus órgãos, incluindo os órgãos reprodutivos, transtorno de stresse pós-traumático, além da violência a que são submetidas por seus captores. Cerca de 70% das pessoas traficadas são mulheres e 50% são crianças (NYU AGAINST CHILD TRAFFICKING REPORT, 2011).

Devido à deficiência dos dados disponíveis, tanto em nível local, como nacional e global, as avaliações dos programas e políticas públicas voltadas para o enfrentamento do tráfico de pessoas ainda é bastante frágil⁴⁴.

No que se refere ao Brasil, dados do Ministério Público, Ministério da Justiça e Polícia Federal estimam que 70 mil brasileiros são vítimas do tráfico internacional de pessoas. Segundo constatação do Ministério da Justiça, o grupo vulnerável a ser vítima do tráfico de pessoas no Brasil constitui-se de pessoas jovens, geralmente de baixa renda, pouca escolaridade e pessoas com poucas oportunidades de melhoria de vida.

Os dados apontam ainda, de acordo com os registros existentes, que o Estado de Minas Gerais se encontra entre os três maiores estados da federação com maior incidência do tráfico de pessoas, em especial: mulheres, travestis, crianças e adolescentes. Minas Gerais também é considerado ponto crítico para a rota do tráfico internacional de pessoas. É preciso, contudo, ter cautela sobre esta inferência, dado que os registros dos estados brasileiros são bastante precários. Assim, a ocorrência de altos registros de tráfico de pessoas em Minas Gerais (e São Paulo), em comparação com os demais, podem ser reflexo de uma melhor organização e existência de dados minimamente sistematizados, do que denotar maior incidência do tráfico de pessoas. Seja como for, os registros apontam para a necessidade de enfrentamento deste grave problema social.

A exploração sexual constitui a principal finalidade do tráfico de pessoas tanto no nível global (SNJ-MJ/UNODC, 2014), quanto no caso brasileiro (SNJ-MJ/UNODC, 2015), mas não se restringe a ela. A exploração do trabalho, que inclui o trabalho escravo ou trabalho em condição análoga à de escravidão constitui a maioria dos registros computados em Minas Gerais; e há incidência importante também da remoção e transporte de órgãos, crimes contra a criança e o adolescente – relativos à adoção irregular e com fins financeiros. O tráfico também está associado à mendicância forçada e outros crimes, como o tráfico de drogas e de armas, entre outros.

⁴⁴ A base de dados considerada mais consistente (com dados globais) foi feita pela Organização Internacional de Migração (OIM), com base nos 20.000 atendimentos prestados a vítimas de tráfico de pessoas entre os anos de 2000 e 2011, em 89 países. Apesar das deficiências, foi possível construir diagnósticos acerca do perfil das vítimas e as dinâmicas do tráfico nesses países, com dados desagregados por ano, sexo, idade, nacionalidade, modalidade de tráfico, dinâmica do processo de migração, da exploração e dos meios ilícitos empregados e tipo de assistência prestada às vítimas. Há informações sobre a duração de episódios específicos de tráfico, sobre a duração da permanência no país de destino antes da abordagem da OIM, bem como informações sobre a rede de recrutadores e traficantes e sua relação com as vítimas. Além disso, os dados podem ser analisados na perspectiva origem, trânsito e destino no nível, local, regional e global. Apesar dos dados da OIM serem considerados os mais consistentes, deve-se levar em conta que os mesmos foram colhidos a partir dos atendimentos às vítimas realizados pela organização, não podendo assim, estimar com segurança o número de pessoas traficadas.

No Protocolo de Palermo – Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças, ratificado pelo Governo brasileiro no ano de 2004 (Decreto nº 5.017), a definição de tráfico de pessoas compreende:

“Art. 3º. (...) o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração.”

Este instrumento normativo prevê ainda que, a exploração inclui, no mínimo, “(...) a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, os trabalhos ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos.”

Além da alta rentabilidade deste mercado ilegal, dois fatores principais contribuem para que o tráfico de pessoas avance em todas as regiões do mundo e também no Brasil: a fragilidade do arcabouço legal, responsável por enquadrar as diversas modalidades de tráfico de pessoas como crimes; e a fragilidade dos dados existentes.

No que tange à legislação brasileira, por exemplo, a tipificação de tráfico de pessoas está presente no Código Penal apenas para os casos de tráfico internacional e interno para fins de exploração sexual. Aplica-se, assim, para as seguintes modalidades, diferentes legislações:

- Tráfico para fins de exploração sexual e correlatos: Art. 218 e 218-A, 228, 229, 230, 231 e 231-A do Código Penal; art. 244 do ECA.
- Correlatos ao tráfico para fins de trabalho escravo: 149, 136, 203, 206, 207 do Código Penal.
- Correlatos ao tráfico para fins de casamento servil: 148 e 149 do Código Penal.
- Correlatos ao tráfico para fins de remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano: Art. 14, 15, 16 e 17 da Lei nº 9.434/97 (Lei de Transplante).
- Correlatos às diversas modalidades de tráfico de crianças e adolescentes: Art. 238 e 239 do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Correlatos às diversas modalidades de tráfico de estrangeiros: Art. 309 do Código Penal; Art. 125, inciso XII da Lei nº 6.815 (Estatuto do Estrangeiro).

Com relação aos dados e informações existentes, trata-se de importante fator a dificultar o estabelecimento de medidas de prevenção e controle do tráfico de pessoas. A ausência de informações confiáveis e as diferentes formas de produção de dados, impedem a realização de diagnósticos mais precisos e, portanto, de se fazer um planejamento mais consistente de ações voltadas ao seu enfrentamento (SNJ-MJ/UNODC, 2015).

Neste sentido, a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Decreto nº 5.948, de 26/10/2006) estabeleceu princípios, diretrizes e ações, e construiu-se, em consequência, o primeiro Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de pessoas (PNETP) (Decreto 6.347, de 8/1/2008). Embasado principalmente no Protocolo de Palermo, o PNETP envolveu várias secretarias nacionais e incentivou a adoção de ações estaduais⁴⁵, inclusive no âmbito da coleta e produção de informações, capazes de constituir bases para a construção de diagnósticos e análises⁴⁶. Em 2012, foi construída a Metodologia Integrada de Coleta e Análise de Dados e Informações sobre Tráfico de Pessoas, a partir do Grupo de Trabalho de Dados Criminais para a Produção de Informações sobre o Tráfico de Pessoas (Portaria Ministério de Justiça nº 155, de 5/10/2012), constituído pelas várias instituições⁴⁷ que possuem dados sobre o fenômeno⁴⁸. A metodologia definiu categorias e variáveis comuns relacionados ao tráfico de pessoas, a serem coletas pelas diversas instituições. Em 2013, o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas deu continuidade a essas ações, dando ênfase à produção de dados.

O número considerável de instituições com fontes oficiais capazes de produzir informações sobre o tema, no nível nacional e estadual – mesmo que com diferentes finalidades, conceitos acerca do tráfico de pessoas e forma de coleta e utilização –, vem permitindo, assim, a construção de importantes relatórios e análises, a informar ações de prevenção e controle neste âmbito.

Trabalho escravo e exploração sexual: dados de diferentes fontes

As polícias de alguns estados encontram-se mais organizadas e conseguem gerar informações tanto das vítimas quanto do número de ocorrências, casos de Santa Catarina, Minas Gerais e São Paulo, segundo SNJ-MJ/UNODC, 2015. Observa-se um alto número de registros nestes estados em comparação com os demais.

Em Minas, no ano de 2013, foram registradas 29 ocorrências de tráfico de pessoas. Na tabela 9 a seguir, encontram-se as modalidades denunciadas no estado. Por ela, observa-se que o trabalho escravo é a modalidade mais frequente.

⁴⁵ O estado de Minas Gerais, contudo, foi um dos últimos a aderir ao Plano, o que ocorreu apenas em 2010.

⁴⁶ Em 2012, foi realizado o primeiro diagnóstico acerca da realidade brasileira sobre o tráfico de pessoas, reunindo dados das diferentes instituições que possuem informações sobre o tema, entre os anos de 2005 e 2011 (SNJ/UNODC, 2012). Uma atualização deste relatório foi produzida em 2014 (SNJ-MJ/UNODC, 2015 e (SNJ-MJ, UNODC, 2014).

⁴⁷ As instituições no nível federal abrangem a Secretaria Nacional de Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Departamento Penitenciário Nacional, Defensoria Pública da União, a Secretaria de Inspeção do Trabalho Ministério do Trabalho e Emprego, do Conselho Nacional do Ministério Público, Ministério Público Federal, Conselho Nacional de Justiça, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores, o Ministério Público do Trabalho, o Departamento de Proteção Social Especial da Secretaria Nacional de Assistência Social, a Coordenação-Geral de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde e a Secretaria de Direitos Humanos.

⁴⁸ O Protocolo de Intenções foi assinado em abril de 2014 (SNJ-MJ/UNODC, 2015).

Tabela 9 – Número de ocorrências de tráfico de pessoas por modalidade, Minas Gerais, 2013

Modalidade	Número de ocorrências
Trabalho escravo	23
Tráfico internacional para fins de exploração sexual	3
Tráfico internacional para adoção irregular de crianças e adolescentes	1
Remoção de órgãos	1
Compra/venda de órgãos	1
Total	29

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SNJ-MJ/UNODC, 2015.

Esses dados, porém, não necessariamente revelam a realidade, senão a (ainda baixa) capacidade dos órgãos do sistema de justiça criminal de registrarem ocorrências de tráfico de pessoas. É o conjunto dos dados oriundos das diferentes instituições que definem o panorama sobre o fenômeno, em Minas e demais estados.

Relatório recente do Ministério de Justiça (2015) observou que as ações de fiscalização empreendidas pelo *Ministério do Trabalho e Emprego* dão conta de abordar o trabalho escravo no contexto rural. Mas se constata também o trabalho escravo urbano, cujos registros são crescentes – de acordo com os dados da SIT/MTE, o ano de 2013 foi a primeira vez que o número de trabalhadores encontrados em condição análoga à de escravo no meio urbano superou o do meio rural.

“É comum a presença de trabalhadores migrantes nas atividades desenvolvidas no meio urbano, em especial na indústria da confecção e na construção civil. Na confecção é massiva a presença de trabalhadores de origem boliviana. São casos em que, via de regra, de acordo com as informações, os traficantes desses escravos exploram a fragilidade das vítimas, que normalmente estão distantes de casa e em situação irregular no país, submetendo-as a jornadas extensas de trabalho sob remuneração ínfima. Estas vítimas são geralmente confinadas em espaços exíguos, em que sobrevivem em condições precárias, por vezes subumanas, de trabalho, de residência e de alimentação”. (SNJ-MJ/UNODC, 2015, p. 28).

As operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo cresceram da ordem de 11, em 2005, para 185 em 2013, no Brasil. Foram resgatados 84 trabalhadores em 2005, em comparação com os 2089, em 2013. A maior concentração desses casos, no ano de 2013, deu-se em Minas Gerais, com 446 trabalhadores resgatados (SNJ-MJ/UNODC, 2015).

A SIT/MTE também possui dados relativos ao trabalho escravo envolvendo trabalhadores migrantes e imigrantes, cujos registros aumentaram consideravelmente entre 2010 e 2013⁴⁹. Segundo a SIT/MTE (apud SNJ-MJ/Unodc, 2015), essa presença de estrangeiros tem predominância de bolivianos (concentrados principalmente na indústria têxtil da região metropolitana de São Paulo e capital). Em Minas Gerais, a instituição verificou a existência de trabalhadores estrangeiros provenientes de países como a Bolívia, mas também do Paraguai, Peru, Haiti e Argentina submetidos a condição análoga à de escravo. Segundo o Comitê Estadual de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas, os casos mais recorrentes referem-se ao trabalho na construção civil (destaque para Belo Horizonte) e em mineradoras (destaque para o caso de Conceição do Mato Dentro).

Os dados do *Departamento de Polícia Rodoviária Federal* também constituem uma fonte relevante sobre as vítimas de trabalho escravo no país. O MTE e o DPRF fazem operações em conjunto para a identificação e resgate de trabalhadores. Além disso, desde 2005, o DPRF através do projeto de mapeamento de pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais brasileiras, resgatou cerca de 4.000 crianças e adolescentes identificados em situação de risco (SNJ-MJ/UNODC, 2015).

Os dados oriundos do *Disque 100, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos* referem-se às denúncias de tráfico de pessoas. Eles apontam para a predominância de crianças e adolescentes, entre 0 a 17 anos, entre as vítimas.

Os dados do *Sistema Nacional de Agravos e Notificações - SINAN* permitem o levantamento do perfil das vítimas nas notificações de casos de tráficos de pessoas. Segundo esta fonte, elas concentram-se entre pessoas de 0 a 29 anos, sobretudo mulheres.

Os dados de denúncias registradas pela *Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres - SPM* revelam uma predominância de denúncias de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Das denúncias registradas, cerca de 80% envolvem mulheres.

O *Departamento de Polícia Federal* possui dados relativos ao número de inquéritos instaurados sobre os crimes de tráfico internacional e interno de pessoas para fins de exploração sexual nas diferentes unidades da federação (artigos 231 e 231-A do Código Penal). Nestes dados, Minas Gerais figura entre os casos mais baixos, apenas 3 (de um total de 75 para o Brasil). (SNJ-MJ/UNODC, 2015, p. 49). Possuem também o quantitativo de inquéritos instaurados sobre o crime de redução à condição análoga à de escravo. Para este caso, em contrapartida, o estado de Minas Gerais figura entre os mais altos, 28 dos 268 casos para o Brasil (SNJ-MJ/UNODC, 2015, p. 50).

O *Ministério Público Federal* possui dados sobre casos de renúncia e ação penal de tráfico internacional de pessoas (Minas Gerais possui 0 casos); e de denúncia e ação penal de tráfico interno de pessoas (Minas Gerais possui atualmente 2 casos). Isso significa que apenas parte dos inquéritos policiais chega efetivamente a se tornar objeto de uma ação penal, que, por sua vez, levará a uma sentença criminal.

⁴⁹ O percentual de estrangeiros entre os trabalhadores resgatados, que variava em uma margem de um a três por cento do total de trabalhadores, saltou para 13,35 em 2013, com 278 estrangeiros de um total de 2089 trabalhadores resgatados (SNJ-MJ/UNODC, 2015).

A fragilidade de grande parte dos dados existentes reforça a necessidade das diferentes instituições aprimorarem e padronizarem, quando possível, os meios de coleta de informações; de capacitarem os servidores responsáveis pelo preenchimento dos registros, bem como aqueles responsáveis por identificar corretamente as ocorrências de tráfico de pessoas.

A política de enfrentamento ao tráfico de pessoas em Minas Gerais

Em Minas Gerais, o Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PEPT) foi criado em 2011 como parte do Decreto Estadual nº 45.870/2011 (subseção IV, artigo 20, número II). O PEPT tem como objetivos:

a) Coordenar a articulação dos órgãos públicos estaduais e municipais quanto ao enfrentamento ao tráfico de pessoas; b) coordenar o Centro de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e colaborar na implantação de Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante; c) executar e monitorar a política estadual de prevenção ao tráfico humano; d) implantar, coordenar e integrar o Comitê Mineiro Intersetorial pelo Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas conjuntamente com os demais órgãos públicos, nos espaços dos aeroportos e em todo o território do Estado de Minas Gerais. Segundo a concepção do programa, o PEPT se volta à população do estado, ou casos que aconteçam no território de MG.

A política carece de desenvolver uma atuação também *reativa*, ou seja, ir além da prevenção *stricto sensu* e do atendimento de vítimas, tendo como objetivo ajudar a solucionar casos de tráfico de pessoas ocorridos no estado. Essa frente de atuação não está desenvolvida no interior do referido programa, até então existente em Minas Gerais.

Outra fragilidade refere-se ao fato de que o PEPT era até o ano de 2014 executado por profissionais contratados pelo Instituto Elo (Organização da Sociedade Civil) para atendimento das vítimas.

O programa tinha por objetivo implementar o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) e o Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante. O primeiro encontra-se em funcionamento na capital e tem por atribuição legal gerenciar e executar a política estadual de enfrentamento ao tráfico de pessoas – o que diferencia MG da maioria dos estados brasileiros. O NETP é a central para a maioria das ações, recebendo vítimas e familiares, além de denúncias e oferecendo orientações⁵⁰.

Já a implementação do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante, no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, não foi adiante e deve ser retomada.

⁵⁰ Foi celebrado importante convênio com o governo federal, hoje executado ainda pela Coordenação de Prevenção à Criminalidade, da Secretaria Estadual de Defesa Social. O Convênio tem por objetivo implantar o NETP e o Posto Avançado, compra de equipamentos, realização de seminário, contratação de profissionais e técnicos. A gestão deste convênio deve ser retomada pela SEDPAC, principalmente por meio de negociação de orçamento junto à Seplag.

Em ambos, prevê-se a realização de “atendimento humanizado às vítimas do tráfico de pessoas e seus familiares”, ou seja, atua-se no atendimento, encaminhamento e acompanhamento das vítimas de tráfico de pessoas e das potenciais vítimas com direitos violados.

No âmbito estadual, o Comitê Estadual deve se constituir em câmara de apoio institucional e monitoramento da execução das políticas. Assim, o Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas foi criado em 2013 e se encontra em sua 26ª reunião mensal, englobando cerca de 30 instituições governamentais e não governamentais. Na atuação do Comitê deve-se destacar a participação da sociedade civil junto às instituições do Executivo e Judiciário estaduais. É importante indicar, ainda, que se trata da mesma rede de instituições que atuam no tema da migração e trabalho análogo à escravidão, por isso a importância de se aliar o tráfico de pessoas a essas temáticas. O Comitê tem, entre outras atribuições, a de construir, de modo participativo e integrado, o programa de trabalho para a execução por parte da SEDS, até então a cargo da política – cuja atribuição deve passar à SEDPAC. É necessário, por fim, consolidar e ampliar a política de enfrentamento ao tráfico de pessoas em MG por meio da atuação integrada entre o NETP, núcleos regionais e postos de atendimento ao migrante, nas principais localidades

DIREITOS HUMANOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A Convenção da ONU Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência define as pessoas com deficiência como “aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”, ampliando o conceito baseado no modelo médico para outro pautado no modelo social da deficiência, o qual reconhece a responsabilidade de toda a sociedade na inclusão social plena dos cidadãos com algum tipo de deficiência.

Os estudos sobre o direito das pessoas com deficiência não estão dissociados dos fatos históricos, reveladores que são da evolução da sociedade e da conseqüente edição de suas leis. Da Segunda metade do século XVIII à primeira metade do século XX as pessoas com deficiência eram, em geral, colocadas em asilos, internatos especializados na educação ou tratamento.

No período pós-guerra (1945) há um aumento das pesquisas sobre processos de reabilitação. A deficiência ganha uma abordagem médica. A ideia era normalizar as pessoas. O deficiente era isolado da sociedade e tratado. Ele deveria abrir portas através de seu esforço próprio, pois não cabia à sociedade fazê-lo.

A partir dos anos 60 e 70, as ações e os estudos sobre deficiência começam a ter uma abordagem social. Essa abordagem avançou durante os anos 80 e se consolidou nos anos 90. A inclusão da pessoa com deficiência deve ser buscada por toda a sociedade.

A luta das pessoas com deficiência pela emancipação social, a partir dos anos 70, resultou na instituição do Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência, na década de 80. Nesse contexto, no Estado de Minas Gerais a luta pelo reconhecimento dos direitos da pessoa com deficiência foi muito forte no período de 1987 a 1991.

Fruto da sensibilidade, da clarividência e do bom diálogo entre o Estado e a sociedade civil organizada, em 1982, foi criada a Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente – Caade. Tal ação foi uma resposta à demanda do movimento social em favor das pessoas com deficiência.

A criação de um órgão encarregado de coordenar as políticas relacionadas à pessoa com deficiência, em Minas Gerais, foi considerada um reconhecimento governamental da causa. Entre as conquistas dessa época, destaca-se a formação de organizações para colocação da pessoa com deficiência no mercado de trabalho e o desenvolvimento de políticas públicas para os cidadãos do interior de Minas Gerais.

Composição Demográfica da População de Pessoas com Deficiência em Minas Gerais

De acordo com dados do Censo 2010, 23,92% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência. Em Minas Gerais, esse segmento representa 22,62% da população, sendo a maior incidência na população de mulheres. Desse total da população com deficiência, a visual afeta 55,5%; em segundo lugar está a deficiência motora, com 22,9%; em terceiro, a deficiência auditiva, 16,6%; e, finalmente, 5% das deficiências são do tipo mental/intelectual.

Violência contra Pessoas com Deficiência

A invisibilidade social da violência praticada contra pessoas com deficiência tem como causa a escassez de dados oficiais e confiáveis relacionados ao tema, o que impede o conhecimento da sua real dimensão.

Corroboramos com Gomes et al. (2015) a respeito das dificuldades quanto a detectar perfis específicos tais como: ocorrências no ambiente intrafamiliar ou contra mulheres com deficiência, [...] situações de abuso sexual contra crianças e adolescentes com deficiência e negligência a idosos com deficiência. (GOMES et al., 2015, p.4)

Para Wander e Pedroza (2015, p. 181), não há clareza quanto à incidência quantitativa do fenômeno, às formas em que tais violências apareceriam e em quais contextos, e aos fatores que vinculam violência e deficiência.

A partir de 2011 a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República tem compartilhado dados do serviço Disque 100 referentes aos casos de violência contra pessoas com deficiência. Com esses dados torna-se possível traçar estratégias para enfrentar essa realidade. (GOMES et al., 2015)

O Balanço Semestral do Disque 100 Direitos Humanos registrou, no primeiro semestre de 2015, 66.518 denúncias, destas 7,3%, ou seja, 4.863 denúncias são relacionadas a violações de direitos humanos de pessoas com deficiência, 439 em Minas Gerais. (BRASIL, 2015, p. 11)

O balanço do Disque 100 ainda nos dá as seguintes informações quanto ao tipo de violação, perfil da vítima quanto à gênero, faixa etária, raça/etnia, tipo de deficiência, e os tipos de serviços que encaminhou a denúncia:

[...] 75%, negligência; 44,38%, violência psicológica; 30,50% violência física; 23,74%, abuso financeiro e econômico / violência patrimonial; 10,79% outras violações [...] as mulheres com deficiência são a maioria das vítimas com 50% contra 44 % de homens. [...] a concentração maior das violações estão entre 31 a 55 anos [...] a soma até os 30 anos é de 27 % e 56 a 90 anos 8% [...] pretos e pardos somam 34% e 27 % de brancos. [...] deficiência mental 63%, 21% de deficiência física [...] os encaminhamentos são ordenados pela Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência que incluem os serviços de promoção da política da pessoa com deficiência como as Coordenadorias (45%), a rede SUAS (22%), as delegacias de Polícia (15%), as promotorias de justiça (12%) e conselhos da pessoa com deficiência (5%). (BRASIL, 2015, p. 21 – 23)

Pessoas com deficiência têm 1,5 vezes mais chances de ser vítima de abuso sexual e 4 a 10 vezes maior probabilidade de ter vivenciado maus-tratos quando criança, além de terem mais dificuldade em acessar serviços e obter a intervenção da polícia, proteção jurídica ou cuidados preventivos. (GOMES et al., 2015)

É sabido que em muitos casos a vítima não pode ou não consegue acessar os meios para reportar as agressões sofridas, ou ainda teme as consequências da denúncia nas situações em que o agressor é pessoa de seu convívio, o que implica em uma subnotificação dos casos de violência, que é fenômeno comum a públicos vulneráveis, como pessoas com deficiência, idosos e crianças. Assim sendo, os dados e correlações aqui presentes são um instantâneo dos casos de violência reportados à polícia no período analisado, não sendo possível identificar padrões de violência contra pessoas com deficiência de modo geral. (GOMES et al., 2015, p. 16 - 17)

Gomes et al. (2015) cita o Relatório Mundial sobre Deficiência da Organização Mundial de Saúde, publicado em 2011, que destaca a violência como uma das principais causas de morbidade entre as pessoas com deficiência. Para os autores a análise de dados do período de 2009-2010 revelou que as vítimas com deficiência eram duas vezes mais propensas a experimentar dificuldades emocionais do que vítimas sem deficiência. (GOMES et al., 2015, p. 4)

As relações assimétricas de poder, e os processos perversos de exclusão social e opressão sofrida por pessoas com deficiência são elementos que nos levam a postular sobre a importância de políticas públicas específicas, mas também de ações transversais, que articulem instrumentos das várias áreas do governo e do Estado (educação, saúde, meio ambiente, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde, tecnologia, entre outras).

Políticas Públicas para População com Deficiência

Em Minas Gerais, as demandas específicas das pessoas com deficiência são foco de atenção das diversas políticas setoriais, abrangendo ações e programas de educação, saúde, reabilitação, inclusão produtiva, esportes, cultura, lazer, acessibilidade, habitação, defesa de direitos e ações afirmativas nos diversos campos da vida social.

Dentre as políticas públicas desenvolvidas pelo Governo de Minas podemos destacar os seguintes programas constantes do Plano Plurianual de Ações Governamentais - 2012 a 2015:

- Atenção à saúde da pessoa com deficiência que tem por finalidade promover atendimento integral a pessoa com deficiência seja ela física, auditiva, visual, intelectual, transtorno do espectro do autismo, ostomizados, doenças que geram incapacidades, ou múltiplas deficiências, por meio da modelagem da rede de cuidados à pessoa com deficiência no âmbito do sistema único de saúde de Minas Gerais, estabelecendo pontos de atenção, sistemas logísticos e complexos reguladores que favoreçam a referência e contrarreferência dos usuários;
- Reserva de vagas na UEMG – PROCAN cuja finalidade é adotar medidas visando o ingresso e a diplomação na universidade de afro-descendentes ou indígenas, egressos de escolas públicas, desde que carentes e pessoa com deficiência, nos termos da lei 15.259 de 27/07/2004.
- Apoio a inclusão social dos grupos e indivíduos vulneráveis e historicamente discriminados que tem por escopo prestar apoio financeiro para custear despesas referentes às atividades educativas inclusivas para pessoas com necessidades educacionais especiais/pessoas com deficiência, matriculadas em instituições particulares e/ou atendimento educacional especializado, possibilitando maior qualidade de vida e inserção na sociedade.
- Inclusão e promoção social da pessoa com deficiência. O intuito é garantir a inclusão social dos surdos e pessoas com deficiência auditiva por meio das centrais de interpretação de libras.
- Implantação de núcleos de assistência jurídica especializada. O alvo é implantar núcleos de assistência jurídica especializada, em particular núcleos itinerantes, tendo em vista o atendimento aos públicos considerados prioritários por sua vulnerabilidade social, como mulheres, idosos, crianças, adolescentes, consumidores, pessoas com deficiência (física e intelectual) e autistas.

Contudo, ainda existem desafios relativos à defesa dos direitos humanos, o que demonstra a necessidade de se reforçar o papel da inclusão social no contexto político de nosso estado, tendo em vista que a igualdade de oportunidades e o exercício da cidadania plena são direitos universais e inalienáveis.

DIREITOS HUMANOS E PROTEÇÃO A PESSOAS AMEAÇADAS

O modelo brasileiro de proteção a pessoas ameaçadas foi institucionalizado pela Lei nº. 9807/1999, e vem se consolidando através de inúmeros programas estaduais e do programa federal (para os Estados que ainda não constituíram a política de proteção). O objetivo da Política de Proteção a Pessoas Ameaçadas é focar-se na prevenção à letalidade daqueles que arriscam suas vidas e de crianças e adolescentes ameaçados de morte por variados motivos, colaborando com a justiça e visando o enfrentamento à impunidade.

A política é composta pelos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA), Programa de Proteção à Criança e Adolescente Ameaçado de Morte (PPCAAM) e Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos (PPDDH). Ao longo destes anos, estima-se que foram protegidas mais de 10 mil testemunhas ameaçadas no país, segundo dados do Fórum Nacional de Entidades Gestoras dos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (FNEG).

No portal da Secretaria Nacional de Direitos Humanos encontra-se a descrição dos dois eixos de atuação do programa: o da segurança pública e o dos direitos humanos.

“Enquanto política de segurança pública e justiça é uma estratégia de enfrentamento a crimes de alta complexidade e a não-responsabilização dos agentes e autores dos crimes (crime organizado, tráfico de drogas e de pessoas, grupos de extermínio, tortura, pedofilia). Enquanto política de direitos humanos visa à proteção integral das vítimas, testemunhas e seus familiares, por meio da assistência psicossocial e promoção dos seus direitos humanos, com acesso seguro a políticas públicas sociais”.

O Sistema de Proteção de Direitos Humanos ou o Sistema de Proteção a Pessoas Ameaçadas foi formalmente constituído em Minas Gerais no final de 2010, existindo, até este ano, somente a articulação pontual realizada de forma direta entre os coordenadores e/ou intermediada pelos gestores responsáveis (VIVAS, 2012; OLIVEIRA, 2014).

Minas Gerais e Espírito Santo são os únicos estados nos quais estão implantados o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas de Morte (PROVITA) e o PPCAAM. Em Minas Gerais, os programas desta política encontravam-se vinculados até 2014 à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, especificamente junto à Subsecretaria de Estado de Direitos Humanos, já tendo passado por alteração de pasta responsável e entidade executora desde sua criação (VIVAS, 2012).

O Programa de Proteção e Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA)

O Programa de Proteção e Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas é uma estratégia desenvolvida pelo governo federal em parceria com os estados para a proteção a testemunhas que colaboram com a apuração de crimes, seguindo meta estabelecida ainda no primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos, de 1996. A criação do PROVITA no Brasil se dá a partir do modelo desenvolvido em Pernambuco pelo Gabinete de Assessoria Jurídica a Organizações Populares (GAJOP), uma organização da sociedade civil do estado de Pernambuco. Os marcos federais do programa são a Lei nº 9807/1999, que cria o programa, e o Decreto nº 3.518/2000, que o regulamenta. Em Minas Gerais, o programa foi iniciado em 2000, a partir da Lei Estadual nº 13.495.

Os requisitos para participação no programa são: a gravidade da coação ou da ameaça à integridade física ou psicológica; dificuldade de prevenir ou reprimir a coação ou ameaça pelos meios convencionais; a importância da testemunha ou vítima para a produção da prova; a a anuência expressa da testemunha ou vítima a ser protegida.

Estão previstas na legislação as seguintes medidas de proteção: prover segurança na residência, incluindo o controle de telecomunicações; escolta e segurança nos deslocamentos da residência; transferência de residência ou acomodação provisória em local compatível com a proteção; preservação da identidade, imagem e dados pessoais; ajuda financeira mensal para prover as despesas necessárias à subsistência individual ou familiar, no caso de a pessoa protegida estar impossibilitada de desenvolver trabalho regular ou de inexistência de qualquer fonte de renda; suspensão temporária das atividades funcionais, sem prejuízo dos respectivos vencimentos ou vantagens, quando servidor público ou militar; apoio e assistência social, médica e psicológica; sigilo em relação aos atos praticados em virtude da proteção concedida; apoio do órgão executor do programa para o cumprimento de obrigações civis e administrativas que exijam o comparecimento pessoal.

Em Minas Gerais, o programa é gerido por um conselho deliberativo, que funciona como instância decisória superior, e é responsável pelo ingresso e pela exclusão de pessoas ameaçadas. O conselho é composto até então por representantes do poder executivo estadual, Ministério Público, Poder Judiciário, Secretaria de Estado de Defesa Social, Polícia Militar de Minas Gerais, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, Advocacia Geral do Estado, Defensoria Pública e órgão executor.

2.8.2 Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)

O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte foi criado em 2003 no nível federal como estratégia de enfrentamento da letalidade infanto-juvenil. Foi, contudo, instituído oficialmente em 2007, pelo Decreto 6.231/07, e integrado ao Sistema de Proteção quando de sua criação em 2008.

O PPCAAM tem por objetivo preservar a vida das crianças e dos adolescentes ameaçados de morte, com ênfase na proteção integral e na convivência familiar. É executado em diferentes estados, através de convênios realizados entre a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNPDCA), a qual pertence à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e Governos Estaduais, e com o envolvimento de Organizações Não Governamentais.

O Programa atua no atendimento direto aos ameaçados e suas famílias, retirando-os do local da ameaça e inserindo-os em novos espaços de moradia e convivência, procurando oferecer novas oportunidades aos protegidos, tanto no que se refere ao acompanhamento escolar, como na inserção em projetos culturais e profissionalizantes, entre outros.

Conforme artigo 11 do decreto estadual 44 838, de 2008, o PPCAAM/MG é composto por um Conselho Gestor e Órgão Executor. O Conselho Gestor é um órgão colegiado responsável pela consolidação das negociações feitas entre o Programa e os diversos parceiros e atores nas localidades e pelo apoio à entidade executora nas ações de articulação da rede de proteção. O Conselho Gestor pode também sugerir os encaminhamentos, articular, monitorar e avaliar a execução do Programa, zelando por sua qualidade e continuidade. A execução do PPCAAM em Minas Gerais também se dá de forma indireta, por meio de um convênio com uma ONG executora. “Portas de Entrada” são chamadas as instituições legalmente reconhecidas como autorizadas a encaminhar crianças/adolescentes para serem protegidas pelo PPCAAM. São elas, o Conselho Tutelar, o Ministério Público e o poder Judiciário, representado pelo Juizado da Infância e da Adolescência (Decreto 44 838 / 2008).

Dados recentes sobre o Programa mostram que, atualmente, o PPCAAM/MG protege em média 120 crianças/adolescentes por ano, sem contar seus familiares – em média 2 familiares por criança/adolescente. Desde 2003 até o final de 2013 foram protegidas 1.151 crianças/adolescentes pelo Programa (dados contabilizados até outubro de 2014). Em relação ao sexo das crianças e adolescentes protegidos pelo PPCAAM/MG, nota-se mais de 65% das crianças e adolescentes do sexo masculino (OLIVEIRA, 2014). No que tange à raça/cor, predominantemente declaram-se pardos e pretos, de acordo com tabela abaixo:

Tabela 10 – Número de crianças e adolescentes protegidos pelo PPCAM por cor/raça - Minas Gerais, 2006-2013

ANO	PARDA	BRANCA	PRETA	AMARELA	INDÍGENA	NÃO INFORMADA	TOTAL
2006	47	29	24	-	-	-	100
2007	57	19	18	6	-	-	100
2008	50	12	33	5	-	-	100
2009	42	23	32	1	1	1	100
2010	39	16	40	-	1	4	100
2011	39	19	41	1	-	-	100
2012	42	25	33	-	-	-	100
2013	36	22	42	-	-	-	100

Fonte: Oliveira (2014)

Mais de 70% dos incluídos no programa estão na faixa de 14 a 17 anos, com uma participação considerável de crianças entre 10 e 13 anos. Uma análise do grau de escolaridade dos protegidos pelo PPCAAM/MG demonstra um perfil predominante (mais de 90%) de ensino fundamental incompleto, mais especificamente, de 5ª a 8ª série incompletas. No que diz respeito ao local em que residem e estão sendo ameaçadas de morte, constata-se que mais de 70% das crianças e adolescentes são de Belo Horizonte e região metropolitana. Entretanto, ressalta-se que o percentual de crianças/adolescentes do interior do estado protegidas pelo Programa tem sido expressivo, apresentando desde 2012 uma média de 20% do total de protegidos (OLIVEIRA, 2014).

No que tange aos motivos da ameaça de morte, mais da metade estão relacionados com envolvimento com o tráfico de drogas, muitas vezes, associados também a criminalidade em geral e a “gangues”. Entretanto, notam-se algumas modalidades recorrentes, ainda que com menor incidência, tais como a intolerância da comunidade, que pode ser causada pelo uso abusivo de drogas agravado por um sofrimento psíquico; a violência intrafamiliar, muitas vezes ligada a abuso sexual; a ameaça policial, que configurou um total de 28 casos até 2013; e o testemunho de crime. Outros motivos, que correspondem cerca de 10% das ameaças de morte, englobam conflitos interpessoais, situações de ciúmes com namorado/namorada e denúncia no tráfico. (OLIVEIRA, 2014). A tabela abaixo sistematiza estas informações:

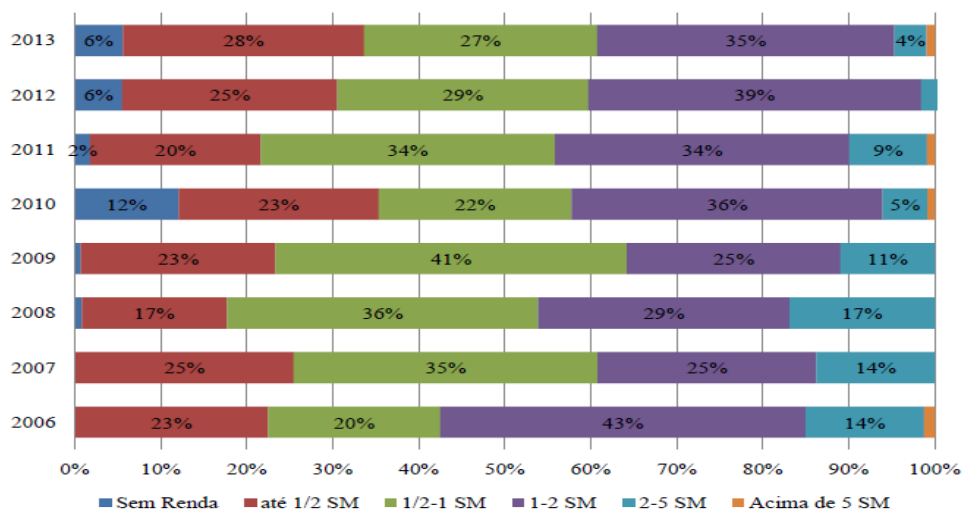
Tabela 11 – Percentual de ocorrência de ameaça de morte de crianças e adolescentes protegidos pelo PPCAM por motivo – Minas Gerais, 2006-2013.

MOTIVO DA AMEAÇA OU MORTE	ANO (%)							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
ENVOLVIMENTO COM O TRÁFICO	61,3	45,1	57,5	65,7	58,6	51,3	58	51,5
INTOLERÂNCIA/CONFLITO COM A COMUNIDADE	-	7,2	16,7	7,3	7,7	18,9	12,6	10,1
GANGUES/DISPUTAS ENTRE RIVAIS	15	20,3	11,2	5,1	8,6	1,8	6,9	8,7
EXPLORAÇÃO SEXUAL	2,5	2,7	1,7	0,7	-	1,8	1,1	0,7
ABUSO SEXUAL	-	0,6	-	0,7	3,5	1,8	1,6	5,1
VIOLÊNCIA FAMILIAR	-	-	1,7	1,5	1,7	3,6	1,9	2,2
AMEAÇA POLICIAL	6,3	2,7	5,1	6,6	0,8	3,6	4,1	0,7
GRUPOS DE EXTERMÍNIO	-	0,6	-	-	-	0,9	0,1	-
TESTEMUNHA OCULAR	2,5	6,5	4,7	2,9	3,4	4,5	4,2	2,9
TESTEMUNHA OFICIAL	-	-	-	1,5	2,6	-	1,1	3,6
OUTROS	12,4	14,3	1,4	8	12,9	11,8	8,4	14,5
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Oliveira, (2014)

Ao observar a renda das famílias das crianças/adolescentes incluídos, é possível perceber que boa parte das famílias dos protegidos pelo PPCAAM/MG recebem de meio até dois salários mínimos, havendo ainda casos de famílias sem renda.

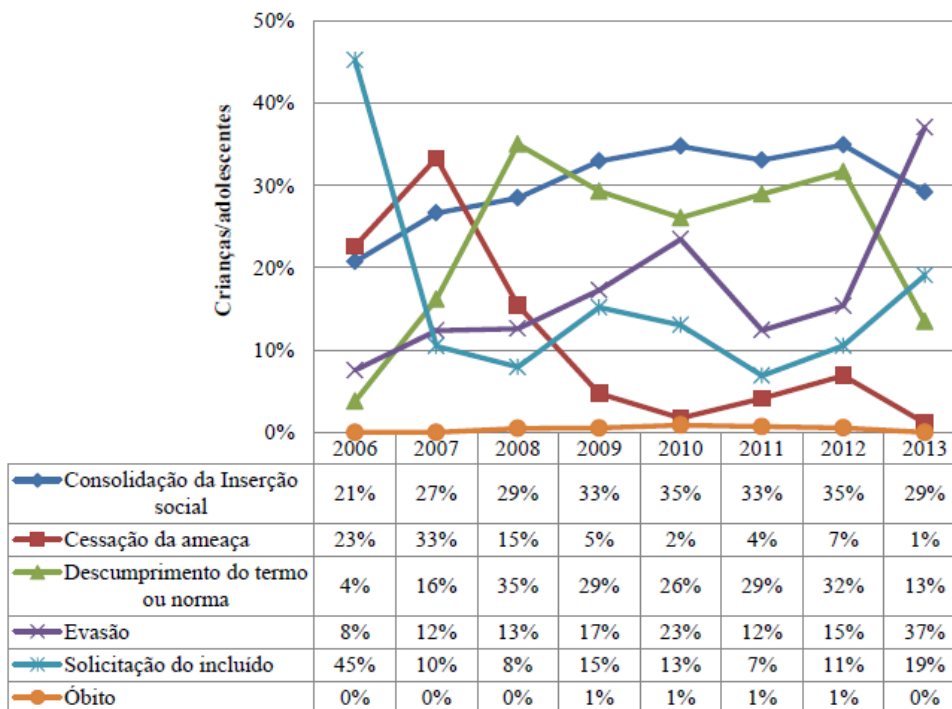
Gráfico13 - Faixa de renda da família das crianças eadolescentes protegidos pelo PPCAM – Minas Gerais, 2006-2013



Fonte: Oliveira (2014, p 53).

Após a inclusão da criança/adolescente inicia-se o processo de proteção, encaminhamentos para a rede socioassistencial, bem como de acompanhamento do caso, com o objetivo final de desligamento dela do programa por consolidação da inserção social. Observa-se que os motivos de desligamento mais recorrentes foram modificando-se ao longo dos anos. Por exemplo, o descumprimento de normas era bem recorrente até 2012 e em 2013 não configurou nem 15% dos casos. Os casos de cessação da ameaça foram perdendo a expressividade e em 2013 não significaram nem 5% dos desligamentos. O número de desligamentos por óbito da criança/adolescente protegida é pouco expressivo. Não obstante, o maior número de casos desligados ocorreu por “reinserção social”, correspondendo a cerca de um terço dos casos anuais, o que costuma ser tratado como indicativo de efetividade do programa.

Gráfico 8 – Motivos do desligamento das crianças e adolescentes protegidos pelo PPCAM – Minas Gerais, 2006-2013



Fonte: Oliveira (2014, p. 55).

Ainda assim, boa parte das crianças/adolescentes fica menos de seis meses no Programa. Um dos motivos apontados pelo estudo que pode explicar essa situação são os casos das crianças/adolescentes que não conseguem/desejam aderir às propostas do Programa, evadindo nos seis primeiros meses (OLIVEIRA, 2014).

Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos - PPDDH

O Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos foi criado em 2004 no nível federal e tem como objetivo a adoção e articulação de medidas que possibilitem garantir a proteção de pessoas que estejam em situação de risco ou ameaça em decorrência de sua atuação na promoção ou defesa dos direitos humanos. A atuação do Programa está voltada tanto para a proteção da vida e da integridade física dos defensores dos direitos humanos quanto para a articulação de medidas e ações que incidam na superação das causas que geram as ameaças e as situações de risco.

A política nacional de proteção aos defensores dos direitos humanos foi instituída pelo Decreto Presidencial nº. 6.044, de 2007. Minas Gerais é um dos 7 estados da federação que o possuem. Para a inclusão do defensor dos direitos humanos no Programa deve ser comprovado que o interessado atue na defesa ou na promoção dos direitos humanos; identificado o nexo de causalidade entre a violação ou ameaça e atividade de defensor dos direitos humanos; a anuência e adesão às suas normas. As medidas compreendem: articulações com órgãos e entidades públicas e privadas visando a superação das causas que geram as ameaças; com os órgãos do sistema de justiça dos estados e da União para a defesa judicial e apoio no acompanhamento das violações; com os órgãos de segurança pública dos estados visando a garantia da segurança do defensor de direitos humanos e apuração das violações; medidas psicossociais; ações que possibilitem o reconhecimento da atuação do defensor de direitos humanos na sociedade; e, excepcionalmente, a retirada provisória do defensor do seu local de atuação em casos de grave ameaça ou risco iminente (SDH).

A Sociedade Civil Organizada, os órgãos do Governo Federal, do legislativo e do judiciário federal participam do programa por meio da “Coordenação Nacional”, órgão colegiado deliberativo do Programa que, dentre outras atribuições decidem sobre pedidos de inclusão e exclusão, sobre medidas protetivas a serem adotadas, além de diversos temas relacionados aos defensores de direitos humanos.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Participação Social e os Conselhos de Direitos

Existem no âmbito do governo do estado de Minas Gerais cerca de 48 Conselhos. De acordo a Lei 21.693 de 26/03/2015 integram a área de competência da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, por subordinação administrativa: Conselho Estadual de Promoção de Igualdade Racial - Conepir; Conselho Estadual de Defesa dos Portadores de Deficiência - Cedpo; Conselho Estadual da Mulher - CEM; Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - Cedca; Conselho Estadual de Direitos Difusos - Cedif; Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - Conedh; Conselho Estadual do Idoso - CEI; Conselho Estadual da Juventude.

O quadro abaixo aponta o baixo número de conselhos municipais temáticos existentes, indicando assim o desafio da SEDPAC, em estabelecer o diálogo com a o Poder Público Municipal e com a Sociedade Civil, garantindo a gestão social na construção destes espaços de construção da política pública, decisão e controle social.

Conselhos Estaduais	Conselhos Municipais
Conselho Estadual de Promoção de Igualdade Racial - Conepir	31
Conselho Estadual de Defesa dos Portadores de Deficiência - Cedpo;	41
Conselho Estadual da Mulher - CEM	106
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - Cedca;	853
Conselho Estadual de Direitos Difusos - Cedif	0
Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - Conedh;	1
Conselho Estadual do Idoso - CEI	420
Conselho Estadual da Juventude;	139
Em criação Conselho Estadual de Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - CECLGB	1

Fonte: dados coletados por telefone junto aos órgãos e conselhos temáticos.

Muitos destes conselhos municipais encontram-se desativados, tornando necessárias ações de fortalecimento destes espaços de controle social e a criação de novos espaços que agreguem e expandam o alcance da democracia, da participação social e da cidadania.

Ampliação e Fortalecimento de instrumentos e ferramentas de participação

O planejamento de longo prazo do Estado de Minas Gerais, deve empoderar as estruturas institucionais de Participação Social, como audiências e consultas públicas, comitês gestores, mesas de diálogo e mediação de conflitos, ouvidorias, planos diretores, orçamentos participativos, as conferências de políticas públicas, os conselhos, e os Fóruns Regionais de Governo. Deve também fomentar a criação de estruturas coletivas não institucionalizadas por meio da construção de redes informais e apoio de recursos tecnológicos como as mídias sociais.

Imersa neste contexto, a Subsecretaria de Participação Social tem como finalidade a promoção da Cidadania Ativa como meio de proteção aos Direitos Humanos. Sua atuação se dá pelo desenvolvimento de ações de caráter institucional, social e educativo, dentre as quais se destacam: o apoio à articulação da sociedade civil organizada nos Fóruns Regionais de Governo; a estruturação física e institucional de uma rede de prevenção e mediação de conflitos urbanos e rurais; o fortalecimento dos Conselhos Estaduais em Direitos Humanos; a implantação e/ou aperfeiçoamento dos Centros de Referência em Direitos Humanos e da Casa de Direitos Humanos; o desenvolvimento de instrumentos que viabilizem a participação social de caráter digital; o fomento a iniciativas de autorganização dos grupos vulneráveis; e o apoio às iniciativas de participação social e educação popular promovidas pela própria sociedade civil.

DIVERSIDADE RELIGIOSA

Religiões e o arcabouço legal para a promoção do respeito à diversidade religiosa e combate à praticas discriminatórias

A religião abrange elementos espirituais, pessoais e sociais, é um fenômeno multidimensional que atravessa períodos históricos, evidenciado, desde a Pré-história, por meio de pinturas nas cavernas e costumes funerários. Apesar de não ser possível precisar datas, tem-se uma compilação nos escritos de Vedas, do século XIII a.C, que traz elementos raízes para a religião conhecida hoje como Hinduísmo. Desde então, sabe-se que vários sistemas de crenças foram desenvolvidos no Oriente e no Ocidente, apresentando elementos diversos de credo, rezas, cerimoniais e rituais.

Muitas religiões ou sistemas de crenças assumiram um protagonismo político em seus territórios, gerando coesões sociais, embora tenham sido usadas, por vezes, como subterfúgios para conflitos e guerras, com o objetivo de defender o credo ou aumentar o poderio. No Brasil atual, uma das égides constitucionais é a laicidade do Estado. A pluralidade de religiões e crenças traz o desafio da convivência respeitosa e em paz com a diversidade.

O respeito à diversidade das religiões e à não crença, bem como à liberdade religiosa, têm sido reafirmados em documentos normativos internacionais e nacionais, como a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em seu artigo XVIII: “Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.” (ONU, 1948). Além da Declaração Universal, outros instrumentos internacionais de direitos humanos apresentam e reafirmam o direito de liberdade de pensamento, de consciência e de religião e apresentam disposições contra a discriminação.

A Declaração para Eliminação de todas as Formas de Intolerância e Discriminação com Base em Religião ou Convicção traz de forma clara a questão da intolerância religiosa e discriminação:

“Entende-se por ‘intolerância e discriminação baseadas na religião ou nas convicções’ toda a distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na religião ou nas convicções e cujo fim ou efeito seja a abolição ou o fim do reconhecimento, o gozo e o exercício em igualdade dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.” (ONU, 1981).

A Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias confere aos Estados Nacionais o dever de proteger a existência e a identidade nacional ou étnica, cultural, religiosa e linguística das minorias no âmbito dos seus respectivos territórios e o dever de fomentar a criação das condições necessárias à promoção dessa identidade. Dentre os instrumentos especializados, trazem ainda a questão do respeito à diversidade e ao pluralismo (inclusive cultural), a Declaração de Princípios sobre a Tolerância e a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural.

Em âmbito nacional, considerando o dever do Estado de garantir a liberdade religiosa, insculpido no art. 5º, inciso VI da Constituição Federal, que considera como “inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias”. A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça/cor, religião, dentre outros nomeia e prevê sanções para atos de discriminação. Além disso, no Brasil há o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, instituído pela Lei nº 11.635, de 2007.

As políticas públicas de Direitos Humanos para promoção e defesa da liberdade religiosa, à garantia do Estado Laico e do respeito às diferentes crenças e convicções e à diversidade religiosa, são previstas no Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3. Um importante passo para a participação social e para a promoção e defesa dos direitos humanos foi dado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em 2013, quando da criação do Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa, que tem como finalidade auxiliar a elaboração de políticas de afirmação do direito à liberdade religiosa, do respeito à diversidade religiosa e da opção de não ter religião de forma a viabilizar a implementação das ações programáticas previstas no Plano Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3.

Religiões em números no Brasil e em Minas Gerais

Os dados do Censo 2010 sobre religião, divulgados em 2012 pelo IBGE, trazem um quadro de mudanças no campo religioso que se acelerou a partir da década de 1980, caracterizando-se, principalmente, pelo aumento da queda numérica do catolicismo e pela vertiginosa expansão dos pentecostais e dos sem religião. Entre 1980 e 2010, os católicos declinaram de 89,2% para 64,6% da população, queda de 24,6 pontos percentuais, os evangélicos saltaram de 6,6% para 22,2%, acréscimo de 15,6 pontos, enquanto os sem religião expandiram-se, indo de 1,6% para 8,1%, aumento de 6,5 pontos. O conjunto das outras religiões (incluindo espíritas e cultos afro-brasileiros) dobrou de tamanho, passando de 2,5% para 5%. De 1980 para cá, portanto, prosperou a diversificação da pertença religiosa e da religiosidade no Brasil, mas se manteve praticamente intocado seu caráter esmagadoramente cristão. As tradições indígenas e outras religiões apresentaram crescimento no número de adeptos, passando de 10.723, em 2000, para 63.082 mil pessoas em 2010.

Embora os dados do Censo 2010 sejam os mais atuais e abrangentes ao captar as religiões no país, muitos analistas teceram críticas ao modelo utilizado no Censo, apontando imprecisão no afinamento do instrumental para compreender o campo religioso protestante, bem como o fenômeno das múltiplas pertenças, dos fluxos e trânsitos religiosos ou os sincretismos menos visíveis, como é o caso do espiritismo ou das religiões afro-brasileiras, uma vez que a crença geralmente se dá num terreno diverso de múltiplas praticas devocionais não identitárias e de sincretismo religioso (TEIXEIRA, 2013).

Minas Gerais apresentou, no Censo de 2010, mais de 60% da população que professam a religião católica. Levando-se em conta as pesquisas de 2000 e de 2010, a fé evangélica cresceu 48,5% no estado, passando de 13,6% para 20,2%. O espiritismo teve crescimento de 30% em 10 anos, passando de 1,6% para 2,1% dos mineiros e as religiões de matriz africana somam mais de 17 mil adeptos, representando mais de 0,8% da população mineira.

A construção de políticas públicas em Minas Gerais no contexto do respeito à diversidade religiosa

Mesmo no Brasil multicultural, diverso e laico, que acolhe diferentes grupos religiosos e igrejas, existem violações de direitos fundadas em credo religioso no Brasil ou escolha espiritual. Atos discriminatórios e preconceituosos se manifestam em diferentes espaços mediante intolerância, humilhações e privilégios. Quanto ao Estado Laico, o Brasil ainda está em processo de aperfeiçoamento dessa laicidade em relação aos limites para tratar diversos aspectos como “dias de guarda” e outros casos que já se materializam em ações judiciais e que ganham repercussão midiática.

Atento a esse contexto, o Estado de Minas Gerais inicia o trabalho de articulação com as religiões e grupos sociais que atuam em favor da liberdade religiosa e da promoção da diversidade, para que os avanços e debates necessários encontrem arenas públicas e se materializem em políticas públicas e ações de promoção do respeito, justiça e paz.

As novas diretrizes de governo caminham no sentido da Participação Social, acreditando na importância do ouvir para governar, e no fortalecimento da cidadania. Assim, o poder público se aproxima para construir junto aos movimentos religiosos e não religiosos uma política pública para o respeito à diversidade religiosa, pautada na promoção no respeito à diversidade religiosa e diálogos inter-religiosos, por meio da formação e instituição de um Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa.

O diálogo inter-religioso e com entidades que defendem o respeito à diversidade religiosa tem-se intensificado nos últimos anos, fomentado por Universidades, entidades e movimentos sociais e ainda pela organização conjunta de instituições religiosas. Nesse ínterim, e considerando as diretrizes de Participação Social e promoção dos Direitos Humanos, foi instituído um Grupo de Trabalho e Estudo, que busca representação plural e diversa, com o objetivo de apresentar propostas para que as ações para instituição do Comitê e demais discussões encontrem materialização formal em ações da sociedade civil e do poder público. A previsão é de que o Comitê seja lançado já em 2015, buscando pessoas que tenham um histórico de promoção dos direitos humanos e do respeito à diversidade religiosa, bem como de luta contra a intolerância religiosa.

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Direitos Humanos e Pessoas em Situação de Rua

De acordo com o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, trata-se de grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Essa população se caracteriza, ainda, pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória.

As políticas voltadas para a População em Situação de Rua (PSR) são muito recentes no Brasil e são frutos de muitos anos de luta e demandas da sociedade civil, principalmente a partir da década de 1990. O primeiro marco relevante nesta década foi o Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, em 1993, seguido do Grito dos Excluídos a partir de 1995, os Seminários Nacionais e o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, além da 1ª Marcha do Povo da Rua, em 2001 (BRASIL, 2013).

Em 2004, ocorreu em São Paulo o trágico evento que ficou conhecido como Massacre da Sé, quando sete pessoas foram assassinadas e mais oito ficaram feridas, o que fortaleceu a demanda por políticas públicas para esta população. No ano seguinte, com o apoio do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, foi criado o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Essa organização da sociedade civil e sua articulação com o poder público possibilitou a realização do I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, que contou com a participação das três esferas de governo, da sociedade civil, de movimentos sociais e de organizações não governamentais. A partir deste encontro, foi criada a Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que incluiu o atendimento especializado para a PSR na Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 2013).

A partir de 2005, foram estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) portarias referentes a cofinanciamentos para projetos de inclusão produtiva das pessoas em situação de rua ou para a estruturação da rede de acolhimento institucional, por exemplo. Também iniciou-se a construção do texto que daria origem à a Política Nacional para a PSR, por meio de diversos seminários e consulta pública. Além disso, foi realizada a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, com coleta de dados nos anos de 2007 e 2008 e lançamento em 2009 (BRASIL, 2013).

Ainda em 2009, foi realizado o II Encontro Nacional de PSR no qual foi apresentada a proposta da Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída posteriormente por meio do Decreto Nº 7.053, em 23 de dezembro de 2009. O Decreto estabeleceu os princípios, as diretrizes e os objetivos desta política, além de criar seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento e determinar a criação do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua.

Já no âmbito do estado de Minas Gerais, logo após a criação da Política Nacional, em 2010, foi realizada a pesquisa “As condições socioeconômicas, políticas e culturais da população em situação de rua de Minas Gerais”, de caráter amostral em 222 municípios do Estado, com o objetivo de realizar levantamento da realidade socioeconômica, cultural e política da PSR em Minas Gerais, envolvendo sua relação com grupos, ONGs e o poder público municipal, bem como mapear equipamentos públicos e/ou programas disponíveis para essa parcela da população.

O Estado ainda criou sua Política Estadual para a População em Situação de Rua, por meio da Lei Nº 20.846 de 06 de agosto de 2013. A lei estabeleceu os princípios, diretrizes e objetivos da Política Estadual, além de prever a criação de seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Contudo, este Comitê foi instituído apenas em agosto de 2015, por meio do Decreto 46.819.

Perfil da população em situação de rua⁵¹

A pesquisa “As condições socioeconômicas, políticas e culturais da população em situação de rua de Minas Gerais”, realizada em 2010, revelou que 86,4% das pessoas em situação de rua são do sexo masculino. Uma possível explicação para essa predominância masculina na PSR é o fato da sociedade exigir dos homens a responsabilidade pela garantia ou provisão dos meios de sobrevivência, muitas vezes obrigando-os a saírem de suas casas ainda jovens para prover o sustento, enquanto às mulheres é exigida a tarefa doméstica e de reprodução, permanecendo por mais tempo em suas casas.

Com relação à questão da cor, a resposta foi autodeclarada e os resultados da pesquisa apontam que a maioria dessa população é constituída por negros ou pardos (66,6%). Além disso, 15,8% dos entrevistados se declararam “morenos”, de forma que, acrescidos aos negros e pardos, chega-se a 82,4% da PSR formada por afrodescendentes.

A maior parte (58,5%) da PSR possui entre 26 e 45 anos, com a maior incidência (32,1%) na faixa de 26 a 35 anos entre os homens e na faixa de 36 a 45 anos entre as mulheres (31,6%). Já sobre o tempo que essa população está na rua, percebe-se que 49,6% estão na rua há mais de 6 anos, sendo 34,6% há mais de 10 anos, conforme a tabela 1:

⁵¹ Todos os dados citados são da pesquisa “As condições socioeconômicas, políticas e culturais da população em situação de rua de Minas Gerais”, de Minas Gerais, 2010.

Tabela 1: Tempo do entrevistado em situação de rua

Tempo em Situação de Rua	Frequência	Geral (%)	Homens (%)	Mulheres (%)
Menos de 1 mês	27	3,5	3,6	2,9
De 1 a 6 meses	86	11,2	11,2	10,6
De 7 meses a até 1 ano	69	8,9	8,4	12,5
De 1 a 5 anos	205	26,6	27,0	24,0
De 6 a 10 anos	116	15,0	14,4	19,2
Acima de 10 anos	267	34,6	35,2	30,8
NS/NR	1	0,1	0,1	-

Fonte: MINAS GERAIS, 2010.

Outro importante dado referente à PSR é sobre sua escolaridade sendo que 6,9% nunca frequentaram a escola. Por outro lado, a grande maioria (88,8%) afirmou ter alguma profissão, conforme a tabela 2.

Tabela 2: Profissão da PSR

Qual sua profissão	Frequência	Geral (%)
Construção civil	133	18,9
Trabalhador rural	62	8,8
Serviços gerais	50	7,1
Artesão	41	5,8
Pintor	35	4,5
Doméstico	37	5,2
Servente	37	5,2
Comerciário	21	3,0
Catador	21	3,0
Motorista	21	3,0
Mecânico	22	3,1
Operador de máquinas	15	2,1
Outros*	208	29,6
*Outros: cozinheiros, serralheiros, tratoristas, industriários, chapas etc. Cada uma dessas categorias e/ou ocupações profissionais corresponde a menos de 1,5% cada.		

Fonte: MINAS GERAIS, 2010.

Já sobre dependência química, 81,3% dos entrevistados afirmaram ter algum tipo de dependência, considerando o uso de álcool, de tabaco ou de drogas, conforme distribuição demonstrada na tabela 3. A pesquisa também mostrou que a dependência de drogas afeta principalmente os mais jovens, reduzindo conforme o aumento da idade dos entrevistados.

Tabela 3: Dependência química, por produto e por idade

Dependência Química	Tabaco	Álcool	Drogas
	Sim (%)	Sim (%)	Sim (%)
Geral	54,8	55,8	18,7
18 a 25 anos	69,3	54,7	53,3
26 a 35 anos	68,5	67,0	30,5
36 a 45 anos	65,2	72,9	16,1
46 a 55 anos	60,0	74,0	8,0
Mais de 55 anos	84,1	59,1	-
*Dados cumulativos: podendo haver mais de uma resposta por pessoa.			

Fonte: MINAS GERAIS, 2010.

Pessoas em situação de rua e a dificuldade de acesso a direitos.

Outro importante ponto tratado na pesquisa por Minas Gerais (2010) é em relação às formas de acesso das pessoas em situação de rua a diversos serviços e direitos básicos, como alimentação, abrigo, assistência e saúde, entre outros.

Em relação à alimentação, percebe-se que a própria sociedade civil que é a principal garantidora do acesso, com a população (40,9%) sendo a principal forma de obtenção de alimentos, seguida de organizações sociais (21,8%). O poder público aparece apenas em terceiro desta lista, com órgãos da prefeitura correspondendo a 19,9%, conforme a tabela 3.

Tabela 4: Local onde promove higiene pessoal, segundo faixa populacional

Onde você costuma se alimentar*	Geral (%)		Até 50 mil hab.		De 50.001 a 300.000 hab.		Mais de 300.001 hab.	
	Freq.	Sim (%)	Freq.	Sim (%)	Freq.	Sim (%)	Freq.	Sim (%)
População	321	40,9	82	62,1	152	41,0	82	29,7
Organizações sociais	171	21,8	10	7,6	103	27,8	58	21,0
Órgãos da prefeitura	156	19,9	8	6,1	47	12,7	101	36,6
Compra comida	152	19,4	25	18,9	68	18,3	58	21,0
Cozinha na rua	128	16,3	24	18,2	62	16,7	41	14,9
Pede/doação	68	8,7	14	10,6	35	9,4	19	6,9
Igreja	43	5,5	6	4,5	27	7,3	10	3,6
Outros	4	0,5	*	*	*	*	*	*
*Dados cumulativos: podendo haver mais de uma resposta por pessoa.								

Fonte: MINAS GERAIS, 2010.

Percebe-se também que nas cidades maiores aumenta-se a participação do poder público na garantia deste direito, saindo de apenas 6,1% das pessoas que obtém alimentos juntos às prefeituras nas cidades até 50 mil habitantes para 36,6% nas cidades com mais de 300 mil habitantes.

Essa maior participação do poder público em municípios de maior população também pode ser percebida no acesso a locais para higiene pessoal, tabela 4 com o percentual de pessoas que utiliza órgãos da prefeitura aumentando de 20,0% nas cidades até 50 mil habitantes para 56,8% nas cidades com mais de 300 mil habitantes. Por outro lado, a realização da higiene pessoal, em todas as faixas populacionais, tem uma participação significativamente maior do poder público quando comparada com a alimentação, apesar de menos de 40% das pessoas entrevistadas utilizarem estes espaços.

Tabela 5: Onde faz a higiene pessoal, segundo faixa populacional

Onde você costuma se alimentar*	Geral (%)		Até 50 mil hab.		De 50.001 a 300.000 hab.		Mais de 300.001 hab.	
	Freq.	Sim (%)	Freq.	Sim (%)	Freq.	Sim (%)	Freq.	Sim (%)
Órgão da prefeitura	276	35,7	27	20,0	94	25,7	155	56,8
Na rua	155	20,0	28	20,7	87	23,8	40	14,7
Organização social	140	18,1	10	7,4	78	21,3	52	19,0
Posto de gasolina	95	12,3	42	31,1	47	12,8	6	2,2
População	61	7,9	14	10,4	35	9,6	12	4,4
Cachoeira/ribeirão	52	6,7	21	15,6	27	7,4	4	1,5
Igreja	37	4,8	3	2,2	18	4,9	16	5,9
Casa de parentes	17	2,2	3	2,2	12	3,3	2	0,7
Outros	42	5,4	7	5,2	16	4,4	19	7,0
*Dados cumulativos: podendo haver mais de uma resposta por pessoa.								

Fonte: MINAS GERAIS, 2010.

Já sobre o local onde a PSR dorme, uma das principais questões quando se trata deste público, a pesquisa identificou que 70,7% das pessoas dorme na própria rua (incluindo marquises, praças, baixios de viadutos, postos de gasolina e casas ou lugares abandonados), com apenas 29,4% dos entrevistados dormindo em albergues ou abrigos.

Perguntados sobre o atendimento em postos de saúde ou hospitais, os entrevistados indicaram que 83,4% procuraram um estabelecimento de saúde desse tipo. Contudo, 14,5% afirmaram não terem sido atendidos. Os principais motivos para o não atendimento listados foram os seguintes: falta de documentos (23,5%); preconceito/discriminação (22,1%); falta de residência fixa (19,1%); condições de higiene inadequada (4,4%). Outro direito que as pessoas em situação de rua têm dificuldade a acessar são os benefícios sociais, uma vez que apesar de estarem em uma situação de alta vulnerabilidade, apenas 12,1% dos entrevistados afirmaram receber algum benefício social. Entre os que recebiam, o mais citado foi o Bolsa Família, mencionado por 50% dos entrevistados.

Sobre os serviços ofertados por prefeituras e ONGs, a “passagem intermunicipal” foi o principal, apontado por 55,2% dos entrevistados. Também foram citados serviços de assistência/ação emergencial (52,8%) e abrigo (51,1%).

Pessoas em situação de rua e a violência.

Dentre as diversas dificuldades enfrentadas pelas pessoas em situação de rua, a falta de segurança (40,4%) foi a mais citada pelos entrevistados quando perguntados sobre a maior dificuldade para viver na rua, superando inclusive a falta de alimentação (35,6%), conforme a tabela 6.

Tabela 6: Maiores dificuldades para viver na rua

Maior dificuldade para viver na rua	Frequência	(%)
Falta de segurança	313	40,4
Dificuldade de alimentação	276	35,6
Condições climáticas	258	33,3
Falta de banheiro	223	28,8
Falta de privacidade	190	24,5
Discriminação	54	7,0
Falta de moradia	52	6,7
Falta de trabalho	17	2,2
Outros	59	7,6
* Dados cumulativos: podendo haver mais de uma resposta por pessoa.		

Fonte: MINAS GERAIS, 2010.

Aprofundando na questão da violência conta a PSR, a pesquisa também perguntou aos entrevistados se eles já haviam sofrido algum tipo de agressão na rua, naquela cidade, sendo que 57,1% disseram que não e 42,6% informaram que sim. Foi perguntado também quem eram os agressores, o que revelou que os responsáveis por grande parte das agressões são do próprio poder público, conforme a tabela 7.

Tabela 7: Responsáveis pela agressão

Responsáveis pela agressão	Geral (%)		Até 50 mil hab.		De 50.001 a 300.000 hab.		Mais de 300.001 hab.	
	Freq.	Sim (%)	Freq.	Sim (%)	Freq.	Sim (%)	Freq.	Sim (%)
Outros moradores de rua	121	36,2	14	28,6	54	34,4	53	41,4
População local	110	32,9	22	44,9	56	35,7	32	25,0
Polícia	109	32,6	11	22,4	51	32,5	47	36,7
Guarda Municipal	18	5,4	3	6,1	7	4,5	8	6,3
Comerciantes/seguranças	10	3,0	2	4,1	7	4,5	1	0,8
Fiscais/funcionários da Prefeitura	4	1,2	-	-	1	0,6	3	2,3
Outros	14	4,2	4	8,7	4	2,5	6	4,7

***Dados cumulativos: podendo haver mais de uma resposta por pessoa.**

Fonte: MINAS GERAIS, 2010.

Percebe-se que o percentual de agressões por parte do poder público aumenta junto ao aumento do porte dos municípios, sendo uma questão ainda mais crítica nos municípios maiores. Essa alta frequência de agressões indica para uma necessidade de maior capacitação dos agentes responsáveis do poder público sobre os direitos das pessoas em situação de rua.

As agressões entre a própria PSR também aumenta conforme o porte do município, provavelmente devido ao maior número de pessoas em situação de rua nessas cidades. Já nos municípios menores, a população local aparece com um percentual muito mais significativo de agressões, possivelmente devido à menor institucionalização de políticas voltadas a PSR.

DIREITOS HUMANOS E PESSOAS ATINGIDAS POR OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO

O cerne de uma política pública para atingido por obras de infraestrutura e urbanização pauta-se no direito a moradia. A Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, bem como convenções e tratados que decorrem dela, assegura o direito à moradia adequada, sendo este, assim, reconhecido internacionalmente como universal, ou seja, que são aceitos e aplicáveis em todas as partes do mundo e para todas as pessoas. O principal instrumento normativo internacional que reconhece o direito humano à moradia é o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), adotado pela Resolução nº 2200 - da Assembleia Geral das Nações Unidas em 16 de dezembro de 1966. Em seu artigo nº 11, o pacto determina: "Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequada, assim como uma melhoria contínua de suas condições de vida". Desta forma, toda pessoa tem o direito a moradia adequada e desse direito decorre a proteção contra remoções forçadas.

Cabe salientar que, o direito à moradia adequada, de acordo com a ONU, não se limita à própria casa, devendo ser entendida de forma ampla, levando-se em conta, por exemplo, aspectos culturais do local onde se encontra e da comunidade que habita, bem como o território e, aspectos como o acesso aos rios ou ao mar.

No que se refere às remoções forçadas, para a ONU, estas podem ser definidas como “a retirada definitiva ou temporária de indivíduos, famílias e/ou comunidades, contra a sua vontade, das casas e/ou da terra que ocupam, sem que estejam disponíveis ou acessíveis formas adequadas de proteção dos direitos dos envolvidos e busca de soluções apropriadas.”

Ainda de acordo com a ONU, as remoções forçadas podem ter diferentes causas, dentre elas decorrente de obras de infraestrutura e urbanização. Consideram-se obras de infraestrutura e urbanização: barragens, obras viárias e de transporte, projetos industriais e extrativistas, projetos agrícolas, urbanização de favelas, infraestrutura para grandes eventos esportivos e culturais, reabilitação de centros, obras para eliminação ou redução de risco, remoções para recuperação ambiental, dentre outras.

Em geral, tais obras têm como consequência o desalojamento e a transferência de pessoas, famílias e comunidades e resultam em traumas de longo prazo e têm impacto sobre vários outros direitos humanos, como o direito à integridade física, à alimentação, à saúde, à cultura, à convivência familiar e comunitária, dentre outros.

ATINGIDOS POR GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO: ALGUNS DADOS SOBRE O CONTEXTO BRASILEIRO RECENTE

Um primeiro aspecto a se considerar ao analisar o contexto brasileiro é evidenciar que, a nova ordem jurídico urbanística brasileira, a partir da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade, traz um novo paradigma jurídico da propriedade e da cidade, superando a visão privatista e liberal proveniente do Código Civil de 1916, condicionando a forma de atuação municipal na condução da política urbana. Ademais, tem-se um robusto ordenamento jurídico que trata, direta ou indiretamente, do direito à moradia no contexto rural e urbano.

Apesar deste ordenamento jurídico, muito se tem que avançar na regulamentação da proteção e reparação dos direitos das pessoas quanto se trata de remoções forçadas decorrentes de grandes obras de infraestrutura e urbanização com vistas a superar as graves violações de direitos humanos decorrentes das mesmas.

No caso específico de barragens, mas que pode ser aplicado às demais obras de infraestrutura e urbanização, de acordo com o IPEA (2014), pode-se observar, por meio de literatura específica que já há um desenvolvimento maior da análise dos impactos no meio físico e biótico advindos da construção de uma barragem. No entanto, o avanço é menor no que se refere ao meio social, ou seja, na mensuração dos impactos socioeconômicos e culturais, bem como na construção de estratégias para a mitigação destes impactos.

Outro aspecto relevante no que se refere à mensuração destes impactos relaciona-se a definição de quem são estas pessoas atingidas por obras de infraestrutura e urbanização, uma vez que tal indefinição tem, ao logo dos anos, definido um padrão de proteção e reparação heterogêneo entre pessoas e regiões. De acordo com IPEA (2012), em relação aos atingidos pelas barragens:

Historicamente, pelo menos desde o período de redemocratização, a partir dos anos 1980, o conceito de atingido é definido caso a caso, numa relação direta entre os interesses da empresa construtora da barragem e dos atingidos por ela.

(..)

Do ponto de vista dos atingidos, as áreas atingidas por barragens vão além do espaço alagado, e nelas há proprietários urbanos e rurais com, mas também sem, títulos ou escrituras. Há famílias, comunidades; há agricultores sem terra, arrendatários, parceiros, posseiros, agregados; há comerciantes, assalariados, trabalhadores urbanos por conta própria, autônomos, professores, estudantes, servidores públicos; há comunidades tradicionais, ribeirinhos, pescadores, mineradores, extrativistas, indígenas e quilombolas; entre outros, considerando todos os que sofreram modificações nas suas condições de vida como consequência da construção da barragem. O foco da reparação, neste caso, é a recomposição das condições de vida, considerando os aspectos sociais, econômicos e culturais. (IPEA, 2012, p. 16)

De acordo com relatório do CDDPH, “os estudos de caso permitiram concluir que o padrão vigente de implantação de barragens tem propiciado de maneira recorrente graves violações de direitos humanos, cujas consequências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual”. (CDDPH, 2010, p. 13). Ainda de acordo com este relatório, nos casos analisados, um conjunto de dezesseis direitos humanos são sistematicamente violados, quais sejam: 1) Direito à informação e à participação; 2) Direito à liberdade de reunião, associação e expressão; 3) Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida; 4) Direito à moradia adequada; 5) Direito à educação; 6) Direito a um ambiente saudável e à saúde; 7) Direito à melhoria contínua das condições de vida; 8) Direito à plena reparação das perdas; 9) Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados; 10) Direito de ir e vir; 11) Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais; 12) Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais; 13) Direito de grupos vulneráveis à proteção especial; 14) Direito de acesso à justiça e a razoável duração do processo judicial; 15) Direito à reparação por perdas passadas; e 16) Direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária (CDDPH, 2010, p.15).

Outro exemplo, no que se refere ao impacto de obras de infraestrutura e urbanização no Brasil, pode ser observado no relatório apresentado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU que trata dos impactos socioeconômicos e os benefícios econômicos das Copas e Jogos Olímpicos. De acordo com este relatório, tais benefícios não são distribuídos de forma adequada entre a população, em especial a de baixa renda, uma vez que os deslocamentos em massa, desocupações forçadas, demolições de casas ocorrem com frequência nas cidades responsáveis por sediar eventos estes, em razão, principalmente, da demanda por espaço para construir estádios, empreendimentos viários, hotéis e rodovias. Ainda de acordo com este relatório, inúmeras remoções forçadas já foram executadas sem que tenha sido dado, às pessoas atingidas, tempo suficiente para discussão e proposição de alternativas e, sem planos adequados para o reassentamento. Além disso, pouca atenção é dada ao acesso à infraestrutura, serviços e meios de subsistência nos locais propostos para realocação, além de um padrão de indenização às pessoas considerado insuficiente, o que acarreta novos problemas, tal como o surgimento de novas favelas.

De acordo com a “Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa” a estimativa é que pelo menos 170 mil pessoas, no Brasil, tenha passado por remoções relacionadas aos megaeventos esportivos, o que corresponde a quase um em cada mil brasileiros.

O Ministério Público Federal, por sua vez, aponta que os problemas evidenciados pela Relatoria da ONU em relação às obras relacionadas aos megaeventos aplicam-se também aos programas de habitação e/ou urbanização em vilas e favelas. De acordo com a “Recomendação MPF/MG Nº 67”, de 03 de maio de 2013, da Procuradoria da República de Minas Gerais:

Estes, assim como a maioria das obras relacionadas aos eventos esportivos, conta com aportes financeiros do Governo Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, para serem desenvolvidos. Também esses programas, que deveriam garantir o direito à moradia da população, são responsáveis por enorme número de deslocamentos forçados. Só em Belo Horizonte/MG, o Programa Vila Viva irá provocar a remoção forçada de cerca de 46.848 pessoas. (MPF, 2013, p.3)

Desta forma, pelos escassos exemplos ora apresentados, pode-se perceber que o padrão de violações de direitos humanos das famílias que sofrem com deslocamentos forçados provocados por grandes obras de infraestrutura urbana e desenvolvimento apresentam traços comuns entre si: pouca participação social, em especial pelas pessoas atingidas, identificação precária e arbitrária das pessoas atingidas por tais intervenções, falta de indenização prévia e justa, desconsideração do valor social e jurídico da posse, aumento do número de famílias desabrigadas, dentre outros. Tal cenário deixa evidente, assim, a necessidade de avanços no que se refere à definição de um Marco Legal robusto e, conseqüentemente a implantação de políticas públicas relativas à situação problema em questão.

PESSOAS ATINGIDAS POR OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO EM MINAS GERAIS

Políticas Públicas para Pessoas Atingidas por Obras de Infraestrutura e Urbanização em Minas Gerais

O debate acerca de políticas públicas para pessoas atingidas por obras de infraestrutura e urbanização em Minas Gerais, ao longo dos últimos anos, é bastante incipiente. Tal argumento sustenta-se pela ausência de ordenamento jurídico estadual a este respeito e pela inexistência de programas e serviços instituídos para este público. Tal situação acarreta, constantemente, o tratamento de forma precária e desarticulada desta pauta o que gera inúmeras violações de direitos humanos.

Coloca-se como um dos avanços significativos para esta pauta em Minas Gerais a criação, por meio da Lei Estadual nº 21.693/15, da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania - SEDPAC, com a finalidade de planejar, dirigir, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do Estado que visem ao fomento e ao desenvolvimento social da população, por meio de ações relativas à garantia e à promoção dos Direitos Humanos. Além disso, compete à SEDPAC:

- Elaborar e divulgar, de forma articulada, as diretrizes das políticas estaduais de atendimento, promoção e defesa de direitos e, no limite de sua competência, executar as ações relativas **aos grupos em foco que se enquadrem na abrangência das políticas públicas de promoção e proteção de direitos** (Art. 256-F, inciso I, da Lei Delegada nº 180/2011);
- Desenvolver **ações intersetoriais e transversais de integração e articulação com as secretarias de Estado e com organismos governamentais**, primando pela indivisibilidade e pela interdependência dos direitos humanos (Art. 256-F, inciso X, da Lei Delegada nº 180/2011);

Tendo em vista a finalidade e competências desta Secretaria, em setembro de 2015 foi decretado pelo Senhor Governador (Decreto NE Nº 326/ 15) a instituição de grupo de trabalho específico para a análise e apresentação de proposta com vistas à instituição da Política Estadual dos Atingidos por Obras de Infraestrutura e Urbanização no Estado de Minas Gerais.

Tal decreto reflete a vontade política e o reconhecimento de que se torna relevante à existência de uma política consistente e integrada que disponha sobre todos os processos, fluxos e protocolos a serem observados tanto no momento de elaboração destes projetos, quanto na sua execução, bem como após tal execução. Desta forma, tais projetos devem ser elaborados seguindo parâmetros julgados relevantes pelos diversos atores governamentais e não-governamentais, em especial com a participação ativa das comunidades atingidas, bem como monitorados de forma intensiva por parte destes atores.

Ademais, reconhece-se que para operacionalizar uma política desta natureza, faz-se necessário a criação de um grupo de trabalho, que seja constituído de todas as políticas públicas que tenham atribuições relacionadas direta ou indiretamente com a matéria-remensões forçadas - com coordenação administrativa exercida legitimamente pela SEDPAC, dada a atribuição desta Secretaria.

O modelo intersetorial desse comitê se revela essencial para o cumprimento de suas finalidades, já que as necessidades e questões que perpassam aos atingidos por obras de infraestrutura e desenvolvimento são multidimensionais e encontram relação temática em várias secretarias e órgãos do Estado.

DIREITOS HUMANOS E DIMENSÃO TERRITORIAL

Direitos Humanos e Dimensão Territorial – Desafios e Oportunidades

Mesmo sabendo que a violações de Direitos Humanos em Minas Gerais têm impactado negativamente as condições de vida de crianças, adolescentes, mulheres, negros, indígenas, ciganos, jovens e idosos em Minas Gerais, ainda não dispomos de condições técnicas/institucionais de desenvolvimento de diagnóstico acerca desses problemas em sua dimensão regional/territorial.

Devido à inexistência de dados sistematizados que revelem a real expressão da violência e as causas que as motivam, as informações produzidas e disponibilizadas sobre os índices de violência em Minas Gerais, hoje são subnotificados, por conta disso, há um distanciamento entre o aspecto legal que assegura os direitos dos cidadãos, e as diretrizes das políticas públicas e sua efetivação. Esse distanciamento contribui para impunidade e manutenção do ciclo da violência.

O desafio da Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – SEDPAC é desenvolver um sistema de informação com indicadores que enfatize a realização de ações de promoção dos direitos humanos pelo poder público e ainda ressalte as assimetrias e desigualdades estruturantes, existentes entre pessoas, grupos sociais, regiões e os 17 territórios.

Para desenvolver esse sistema a SEDPAC, por meio dos Centros de Referências a serem criados nos 17 territórios de desenvolvimento, buscará parceria com os órgãos do Poder Público estadual, municipal, Sociedade Civil, Universidades, objetivando envolver saberes diversos em Direitos Humanos para a construção de um banco de dados.

[...] os Centros de Referência em Direitos Humanos surgiu a partir de experiências realizadas por órgãos públicos e organizações não-governamentais que possibilitaram o acesso da população de baixa renda a serviços essenciais como por exemplo, assistência jurídica e documentação civil básica. Assim, os Centros de Referência em Direitos Humanos atuam como mecanismos de defesa, promoção e acesso à justiça e estimulam o debate sobre cidadania influenciando positivamente na conquista dos direitos individuais e coletivos. (BRASIL, 2013, p. 1)

Dada capilaridade dos Centros de Referências os mesmos terão papel fundamental na retroalimentação do sistema com informações reais a respeito das violações bem como as ações promovidas pelo Poder Público nos 17 territórios de desenvolvimento.

Esta poderá ser uma forma de garantir a preservação dos princípios de universalidade e não discriminação na promoção dos Direitos Humanos, que permita a elaboração e leitura de indicadores focalizados nas desigualdades estruturantes de raça, sexo e região, dentre outras.

Esse sistema auxiliará no planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas, agregando inteligência à tomada de decisões sobre Direitos Humanos, além de ser um instrumento de transparência ativa pelo qual o Estado presta contas sobre a realização de compromissos em Direitos Humanos. (SILVA; COSTA, 2000)

FATORES CRÍTICOS PARA O PLANEJAMENTO

Políticas públicas de garantia dos Direitos Humanos não se restringem às ações de um só órgão governamental. Tratam-se de questões transversais as políticas setoriais mais diversas, visto que os públicos que tradicionalmente vivenciam situações de violação de direitos humanos são alvo das políticas de saúde, de educação, profissionalização e trabalho, segurança pública e assistência social. A defesa pelos direitos humanos opera em um contexto no qual a negociação entre atores se torna permanente, e as dinâmicas territoriais, sociais e as contingências passam a fazer parte dos processos de implementação de políticas.

A Secretaria de Direitos Humanos, Participação e Cidadania (SEDPAC) tem o desafio de coordenar uma pasta até então difusa na estrutura do Governo de Minas Gerais. Para isso, é preciso inovar na criação de espaços intersetoriais e de gestão integrada que possibilitem a vocalização das experiências dos diferentes órgãos no desenvolvimento de estratégias pró direitos humanos e o desenho de programas e projetos que atendam os problemas elencados no diagnóstico apresentado neste documento. Este é um dos principais fatores críticos para o planejamento da pasta da SEDPAC.

É notório também que as condições de escolarização e acesso a ao mercado de trabalho ensejam desigualdades de oportunidades entre negros, mulheres e idosos que passam a ter menos chances de gozar dos direitos preconizados nos marcos normativos específicos a este público. É fundamental que haja articulação com a Secretaria de Educação e de Trabalho e Desenvolvimento Social para a especificação de alternativas com a finalidade de equalizar as diferenças educacionais e profissionais entre esses segmentos mais vulneráveis da população.

É importante também somar esforços com a área de defesa e assistência social, haja vista o triste cenário de violência e violação de direitos contra crianças, jovens, mulheres, LGBTs, negros e idosos. Não é possível garantir exercício da cidadania sem enfrentar de frente a vitimização desse público, que vivencia situações sobrepostas de violência, medo e desprestígio social. A prevenção à violência é um ponto de partida fundamental, porém é preciso atuar também na fiscalização dos casos de desrespeito aos direitos humanos e na redução da impunidade aos violadores. Para isso, é preciso empoderar os conselhos de direitos afetos a pasta e convocá-los a serem o olho do estado e da sociedade civil vis-à-vis a luta pela justiça social e garantia dos direitos da população mineira.

Um último ponto crítico a se destacar é a insuficiência e inexatidão de parte dos indicadores e estatísticas oficiais sobre o público da temática de direitos humanos e sobre a ocorrência de eventos de violação de seus direitos. Nota-se a ausência de informações regionalizadas e específicas ao público LGBT e à população idosa, por exemplo. Sem informação precisa, é mais difícil planejar e focalizar as demandas mais urgentes.

A garantia de direitos requer, portanto, políticas públicas capazes de assegurar a autonomia desses indivíduos, a sua participação ativa na sociedade e o seu desenvolvimento humano. Para isso, é fundamental dispor de estratégias de combate a violência e a discriminação e de redução das desigualdades de oportunidades entre este público. Este esforço demanda necessariamente um trabalho interinstitucional, integrado e participativo do governo do estado e sociedade civil.

DIRETRIZES DE AÇÃO

A partir do diagnóstico apresentado e em face aos fatores críticos para o planejamento da agenda de Direitos Humanos no estado de Minas Gerais, elencam-se as seguintes diretrizes de ação:

- Reestruturar o Sistema de Direitos Humanos no estado: formalização da Secretaria de Direitos Humanos, Participação e Cidadania (SEDPAC), estruturação das subsecretarias, definição de linhas de ação e prioridades; ampliação dos centros de referência em Direitos Humanos;
- Criar Câmara Estadual Intersetorial de Políticas de Direitos Humanos: implantar e consolidar espaço de gestão complexa, intersetorial e integrada das estratégias de reconhecimento e garantia dos direitos humanos no estado;
- Implantar Política de Educação em Direitos Humanos: incorporação de ações de educação em direitos humanos como componente estratégico do planejamento governamental, desenvolvendo canais de divulgação dos casos de violação dos direitos humanos e espaços de formação de lideranças pró direitos humanos e de debate sobre a temática;
- Articular e ampliar os programas e projetos destinados a garantia dos direitos de crianças e adolescentes e da população idosa: integração com o Sistema de Proteção a estes públicos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social;
- Efetivar a Política estadual de Juventude: criação de Centros de Referência da Juventude nos territórios de desenvolvimento do estado; incentivo a participação e protagonismo juvenil, desenvolvimento de estratégias de prevenção e enfrentamento a violência juvenil e de programas de profissionalização da juventude;
- Fortalecer e reestruturar as políticas públicas para as mulheres: desenvolvimento de programas que atendem e promovem ações para as mulheres em situação de violência e de ações afirmativas que empoderem a mulher a decidir de forma autônoma sobre seu corpo, vida e sexualidade;

- Fortalecer e reestruturar as políticas públicas de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial: desenvolvimento de ações de enfrentamento a mortalidade juvenil negra, a equalização de oportunidades educacionais, profissionais, habitacionais;
- Estruturar políticas públicas em Direitos Humanos para à população LGBT por estado: desenvolvimento de estratégias de prevenção à homofobia, de incentivo a denúncias de violação de direitos humanos a pessoas LGBTs, de inserção do público no mercado de trabalho, de reconhecimento social e vocalização de suas demandas;
- Fortalecer o trabalho dos Conselhos de direitos afins a área: democratização da representação dos conselheiros, incentivo a autonomia das instâncias, redução das assimetrias informacionais, organização das atividades de controle social.
- Estruturar sistema estadual unificado e regionalizado de indicadores de diagnóstico, monitoramento e avaliação da pasta de Direitos Humanos: promoção e publicação de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes sobre crianças e adolescentes, jovens, mulheres, LGBTs, negros, idosos, população de rua, pessoas com deficiência, comunidades tradicionais com avaliação sistemática dos resultados e das medidas adotadas.



PMDI

PLANO MINEIRO DE
DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO

DIAGNÓSTICO SETORIAL DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS
2016 A 2027

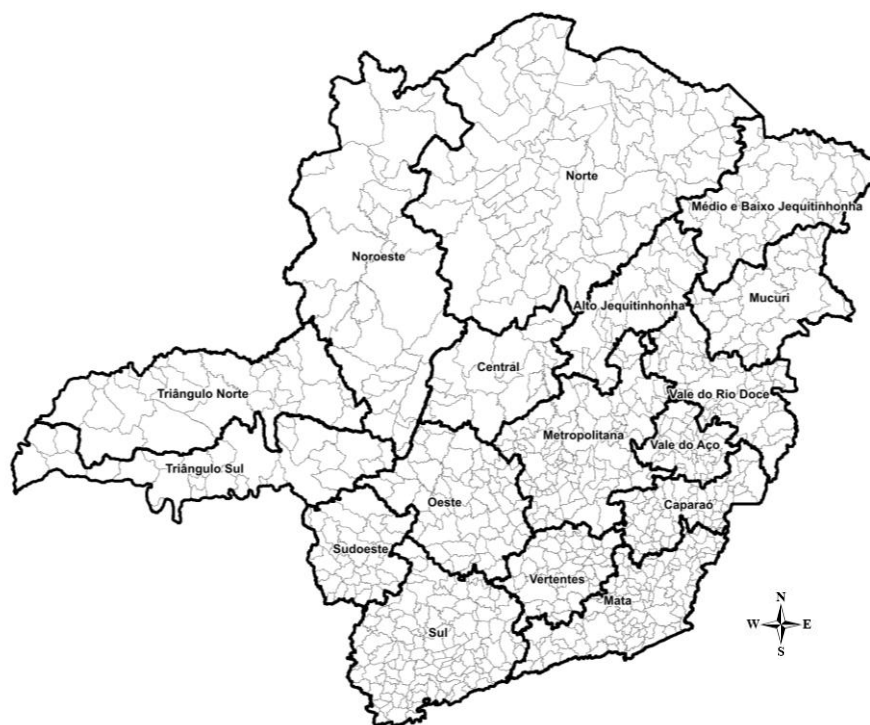
 **MINAS
GERAIS**
GOVERNO DE TODOS

DESENVOLVIMENTO DE CIDADES E DE REGIÕES METROPOLITANAS: TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Minas Gerais é marcado por grande diversidade no que diz respeito aos aspectos sociais, econômicos, demográficos e à capacidade institucional de suas cidades. Embora Minas Gerais seja uma das unidades da Federação com maior número de municípios, a grande maioria de suas cidades é de pequeno e médio porte.

No que se refere à população, há diferenças entre a distribuição dos municípios por tamanho da população segundo cada território, conforme será apresentado abaixo.

Figura 1 – Divisão dos Territórios de Desenvolvimento



Fonte: FJP/CEPP.

Os Territórios Noroeste, Sul, Sudoeste e Vertentes estão localizados na porção oeste e sul de MG. A população é bastante distribuída entre os municípios de pequeno, médio e grande porte, não existindo grandes aglomerações urbanas (com mais de 200 mil habitantes) agregadoras de população. No entanto, algumas cidades de maior porte sobressaem: Patos, Barbacena, Conselheiro Lafaiete, Pouso Alegre, Varginha e Passos.

O Território Norte é um grande território composto por 86 municípios, onde 1/3 da população vive em cidades médias (de 20 a 50 mil hab.) Possui um município bastante populoso, Montes Claros (360 mil hab.) que acolhe 1/5 dos moradores do Território.

Os Territórios Médio e Baixo Jequitinhonha, Alto Jequitinhonha, Vale do Rio Doce e Mucuri localizam-se na porção nordeste. São territórios com características similares no que se refere à distribuição populacional. A maioria de seus habitantes vive em cidades de pequeno porte, em geral, e de médio porte. Mucuri, contrariamente aos outros territórios, possui uma cidade de maior porte, Teófilo Otoni (com 135 mil hab.), que concentra um terço dos moradores do Território.

Os Territórios Central, Oeste e Caparaó estão situados na porção central e leste. Nos territórios Central e Oeste, a população se concentra, sobretudo, em municípios de médio, médio alto porte (de 20 a 100 mil habitantes). O território Oeste contém o município de Divinópolis, que abrange 1/5 da população do território. Em Caparaó, 1/3 da população do Território mora em cidades de pequeno porte (menos de 10 mil hab.).

O Território Mata é formado por grande maioria de municípios de pequeno porte (82 municípios de até 20 mil hab., ladeados por algumas cidades de porte médio e maior como Juiz de Fora, Ubá, Muriaé e Cataguases.

A população dos Territórios Triângulo Norte e Triângulo Sul distribuem-se em grande maioria em municípios de até 50 mil habitantes, com exceção de duas aglomerações urbanas de maior porte – Uberlândia e Uberaba, que acolhem aproximadamente metade da população do território.

O território Vale do Aço possui municípios com maior população, que são aqueles que compõem a Região Metropolitana do Vale do Aço - RMVA. Apesar de abarcar/incluir a segunda Região Metropolitana do Estado, a população distribui-se entre municípios de pequeno a grande porte, com exceção da grande aglomeração de Ipatinga, que agrega 1/3 da população do território.

O Território Metropolitano constitui-se por 90 municípios, dentre eles aqueles inseridos na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Apesar de grande número de municípios, grande parte da população (70%) se concentra em seis principais cidades: Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Sete Lagoas.

Tabela 1 - Distribuição dos municípios por tamanho da população e Território de Desenvolvimento - Minas Gerais/ 2010

Território de Desenvolvimento	População por município																							
	Menos de 10 mil				De 10 a 20 mil				De 20 a 50 mil				De 50 a 100 mil				De 100 a 200 mil				Mais de 200 mil			
	Nº Mun	%	Pop	%	Nº Mun	%	Pop	%	Nº Mun	%	Pop	%	Nº Mun	%	Pop	%	Nº Mun	%	Pop	%	Nº Mun	%	Pop	%
NOROESTE	16	53,3	90.611	14,4	7	23,3	110.051	17,4	4	13,3	129.551	20,5	2	6,7	162.283	25,7	1	3,3	138.710	22,0	-	-	-	-
NORTE	52	60,5	317.384	20,1	14	16,3	195.804	12,4	15	17,4	462.735	29,3	4	4,7	239.462	15,2	-	-	-	-	1	1,2	361.915	22,9
MÉDIO E BAIXO JEQUITINHONHA	14	45,2	99.836	22,8	9	29,0	120.116	27,4	8	25,8	217.853	49,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MUCURI	17	58,6	95.691	22,2	8	27,6	117.393	27,2	3	19,3	83.712	19,4	-	-	-	-	1	3,4	134.745	31,2	-	-	-	-
ALTO JEQUITINHONHA	14	58,3	73.656	24,1	5	20,8	67.473	22,1	5	20,8	164.487	53,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CENTRAL	19	58,8	40.576	16,7	2	11,8	24.413	10,0	4	23,5	104.027	42,8	1	5,9	74.219	30,5	-	-	-	-	-	-	-	-
VALE DO RIO DOCE	35	71,4	175.641	28,3	10	20,4	133.237	21,5	3	6,1	74.312	12,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,0	236.689	38,2
VALE DO AÇO	20	60,6	116.606	14,9	6	18,2	78.996	10,1	3	9,1	74.956	9,6	2	6,1	166.482	21,3	1	3,0	103.694	13,3	1	3,0	239.468	30,7
METROPOLITANA	44	48,9	231.708	3,9	16	17,8	228.116	3,9	13	14,4	400.530	6,8	7	7,8	450.639	7,7	4	4,4	499.533	8,5	6	6,7	4.070.093	69,2
OESTE	29	51,8	157.151	13,2	11	19,6	155.089	13,0	10	17,9	308.851	25,9	5	8,9	360.049	30,2	-	-	-	-	1	1,8	213.016	17,8
CAPARAÓ	35	63,6	197.787	29,3	14	25,5	196.879	29,1	3	5,5	71.861	10,6	3	5,5	209.184	31,0	-	-	-	-	-	-	-	-
MATA	63	67,7	275.937	17,7	19	20,4	247.324	15,8	6	6,5	198.784	12,7	2	2,2	120.887	7,7	2	2,2	202.284	13,0	1	1,1	516.247	33,1
VERTENTES	35	70,0	170.819	23,6	9	18,0	118.272	16,3	3	6,0	107.133	14,8	1	2,0	84.469	11,7	2	4,0	242.796	33,6	-	-	-	-
SUL	61	51,3	302.117	14,8	31	26,1	422.819	20,7	19	16,0	530.777	26,0	5	4,2	383.257	18,7	3	2,5	406.131	19,9	-	-	-	-
SUDOESTE	18	52,9	115.592	20,5	9	26,5	134.236	23,8	5	14,7	143.403	25,4	1	2,9	64.980	11,5	1	2,9	106.290	18,8	-	-	-	-
TRIÂNGULO NORTE	14	46,7	66.566	5,5	8	26,7	117.363	9,8	4	13,3	123.309	10,3	2	6,7	179.642	15,0	1	3,3	109.801	9,1	1	3,3	604.013	50,3
TRIÂNGULO SUL	14	51,9	72.043	10,3	6	22,2	78.028	11,2	4	14,8	104.613	15	2	7,4	147.140	21,1	-	-	-	-	1	3,7	295.988	42,4

Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 2010

Elaboração: CEPP/FJP

ECONOMIA E FINANÇAS DOS MUNICÍPIOS MINEIROS: ANÁLISE POR TERRITÓRIOS

Nesta seção serão estudados alguns aspectos econômicos dos municípios mineiros tendo como referência dois indicadores que revelam a magnitude das economias locais e as finanças públicas municipais. Para tanto, serão examinados o Produto Interno Bruto (PIB) total com a finalidade de mensurar a atividade econômica no município e o Índice de Desenvolvimento Econômico e Tributário (IDTE), que se propõe a fazer uma leitura das condições e do estágio de desenvolvimento da economia de um município com base nas finanças públicas, especialmente em sua estrutura de receitas.

É importante ressaltar que nas análises, em relação à distribuição espacial dos municípios, são consideradas as expressivas desigualdades socioeconômicas inter regionais. Estudos realizados pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2005, p. 24), com base nas dez Regiões para fins de planejamento, apontam que

[...] o território mineiro é nitidamente dividido em metades, separadas por uma linha imaginária⁵², que se desenvolve no sentido NW-SE. A primeira metade é formada pelas regiões Norte, Noroeste e Jequitinhonha/Mucuri, além das porções setentrionais das regiões Central e Rio Doce. Boa parte dos municípios desta porção apresenta capacidade limitada a extremamente limitada de oferecer resposta proporcional aos investimentos realizados em áreas estratégicas ou em setores específicos. Necessitam, portanto, de estímulos frequentes de políticas públicas e investimentos fortes em setores básicos do desenvolvimento local, cujos “pontos de partida” variam de pouco favoráveis a muito precárias.

A outra metade, abrangendo as regiões do Triângulo, Alto Paranaíba, Centro-Oeste, Sul de Minas e Mata, além das porções meridionais das regiões Central e Rio Doce [...]” predomina municípios de melhor condição econômica e financeira, significando que existe uma maior capacidade endógena de promoção do desenvolvimento local, ou seja, possuem condições de oferecer respostas aos investimentos realizados em áreas estratégicas ou setores específicos, como por exemplo as obras de pavimentação do acesso.

⁵² A divisão das duas porções, grosso modo, se dá aproximadamente pelo trajeto da rodovia BR 040, em território mineiro, ligando a cidade do Rio de Janeiro ao Distrito Federal.

FINANÇAS PÚBLICAS – IDTE

O Indicador de Desenvolvimento Tributário e Econômico (IDTE), conforme a Fundação João Pinheiro (FJP, 2013) revela

[...] com base na composição das principais receitas correntes e impostos da administração, seu grau de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que determina sua capacidade de financiar os serviços que oferta e presta à sociedade com receitas que têm, como fato gerador, suas atividades econômicas, mesmo que essas receitas sejam classificadas como transferências no plano de contas do orçamento.

Sendo assim, quanto maior o indicador, maior o grau de desenvolvimento da economia do município e, conseqüentemente, maior a capacidade da administração pública de financiamento de suas atividades com receitas geradas por sua base econômica. Da mesma forma, quanto menor o indicador, menor o grau de desenvolvimento do município, e maior, portanto, sua dependência de transferências de outros níveis de governo, especialmente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), para a cobertura e financiamento de seus gastos. Os valores do IDTE foram distribuídos em quatro classes segundo sua magnitude - Baixo: igual ou menor que 23; Médio Baixo: superior a 23 até 46; Médio Alto: maior que 46 até 69; Alto: superior a 69. (Tabela 2).

Na porção Oeste-Sul, ou seja, abaixo da BR 040, destacam-se os municípios dos territórios Triângulo Sul e Norte e ainda o território Metropolitano devido aos melhores indicadores. Nestes três últimos, embora seja reduzido o número de municípios com maior IDTE, observa-se que os mesmos abrigam cerca de 80% da população dos territórios.

Embora seja observada alta concentração de população, é pequena a participação do número de municípios classificados como alto IDTE. Nestes três territórios é elevada a concentração de municípios entre médio baixo e baixo IDTE, ou seja, dependentes de transferências de outros níveis de governo para financiamento de seus gastos. Essa situação de maior dependência das transferências intergovernamentais é predominante nos demais territórios onde é elevado o número de municípios e população enquadrados na classificação baixo e médio e baixo IDTE.

ECONOMIA LOCAL – PIB

O PIB é um dos indicadores mais utilizados para mensurar os níveis de atividade econômica de municípios, em especial nos territórios que apresentam uma grande diversidade de recursos naturais, variações climáticas e situações econômica, social e política contrastantes. E, para medir o desempenho agregado das economias locais, optou-se por trabalhar o PIB total de cada município, calculado pela Fundação João Pinheiro para o ano de 2012, sendo a última informação disponível. Como o indicador mede o volume das riquezas geradas no território municipal, quanto maior o valor absoluto do PIB maior o nível de atividade econômica local, que pode ser traduzido na geração de mais receitas, empregos e tributos.

Na classificação dos municípios adotou-se critério o valor total do PIB, segundo as classes: Alto: maior que R\$1,0 bilhão; Médio Alto: superior a R\$ 200 milhões até R\$1,0 bilhão Médio Baixo: maior que R\$ 50 milhões até R\$200 milhões; Baixo: até R\$ 50 milhões. (Tabela 3).

Observou-se, tal como na análise do IDTE, menor desenvolvimento econômico nos territórios localizados na porção norte do estado. Nos municípios localizados nos territórios Vertentes, Mata, Caparaó, Norte, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri, Alto Jequitinhonha e Vale do Rio Doce entre 80 e 90% deles predomina a classificação de baixo e médio baixo PIB total (Tabela 02). Na maioria destes municípios há uma predominância de base econômica agropecuária e reduzida agregação de valor, como consequência tem-se volume baixo de arrecadação de tributos próprios e dependência das transferências intergovernamentais.

Por outro lado, os territórios da porção sul (localizados abaixo da linha imaginária BR 040) Triângulo Sul e Norte, Sudoeste e Oeste embora em menor número de municípios concentram maior contingente populacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os municípios dos territórios localizados na metade norte, em sua maioria de pequeno porte, apresentam um conjunto de características socioeconômicas desfavoráveis, dentre as quais se destacam o baixo dinamismo econômico e o elevado grau de dependência financeira das transferências governamentais de outros níveis de governo (federal e estadual), devido, sobretudo, à baixa capacidade de geração de receita própria. Tais municípios também são considerados “previdenciários”⁵³ e com baixa capacidade endógena de promoção do desenvolvimento local. Na porção Sul, abaixo da linha imaginária (BR 040) os municípios de pequeno porte carentes abrigam menor proporção da população residente, que está concentrada nas médias e grandes cidades.

Os municípios de pequeno porte são caracterizados, de maneira geral, por baixo IDHM e, segundo os critérios do Zoneamento Ecológico-Econômico de Minas Gerais – ZEE-MG (PEREIRA, 2008) podem ser considerados como um “ponto de partida” precário e muito precário para o desenvolvimento sustentável. Nesses casos, essa característica se traduz em situações de capacidade extremamente limitada em oferecer respostas aos investimentos realizados em áreas estratégicas ou em setores específicos, necessitando de estímulos de políticas públicas e investimentos fortes em setores básicos de desenvolvimento local. Detentores dessas características e sem investimentos básicos, os municípios dependeriam, em caráter permanente e de maneira crescente, da assistência direta dos governos do estado e federal em relação às áreas básicas de desenvolvimento (FJP, 2013).

⁵³ O somatório das principais receitas municipais – (Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – são inferiores às transferências monetárias diretas às famílias pela previdência social e outros programas de transferência de renda como, por exemplo, o Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Tabela 2 - Classificação dos municípios e territórios de Minas Gerais, segundo o Índice de Desenvolvimento Econômico Tributário (IDTE), 2011

Território	População	Número de Municípios	Alto		Médio Alto		Médio Baixo		Baixo	
			Percentual da População (%)	Participação dos Municípios (%)	Percentual da População (%)	Participação dos Municípios (%)	Percentual da População (%)	Participação dos Municípios (%)	Percentual da População (%)	Participação dos Municípios (%)
Triângulo Sul	706.103	27	62,11	14,81	32,87	59,26	5,00	25,93	0,00	0,00
Triângulo Norte	1.211.982	30	52,72	13,33	32,62	30,00	14,50	53,33	0,15	3,33
Metropolitana	5.927.319	90	67,30	13,33	18,79	23,33	12,00	37,78	1,90	25,56
Noroeste	635.475	30	0,00	0,00	65,54	30,00	32,40	56,67	2,06	13,33
Sudoeste	567.122	34	0,00	0,00	50,29	29,41	49,50	67,65	0,26	2,94
Oeste	1.205.335	56	0,83	1,79	39,51	12,50	56,00	66,07	3,63	19,64
Vale do Aço	783.637	33	41,29	6,06	4,24	6,06	36,20	39,39	18,23	48,48
Central	244.376	17	0,00	0,00	23,74	11,76	71,90	64,71	4,36	23,53
Sul	2.058.543	119	13,89	2,52	30,73	8,40	47,80	59,66	7,59	29,41
Vertentes	730.581	50	12,33	6,00	33,50	4,00	29,30	30,00	24,84	60,00
Mata	1.571.152	93	34,01	2,15	17,47	3,23	30,00	36,56	18,54	58,06
Norte	1.585.987	86	0,00	0,00	26,87	3,49	35,30	43,02	37,80	53,49
Médio e Baixo Jequitinhonha	438.693	31	0,00	0,00	1,57	3,23	34,40	32,26	63,99	64,52
Vale do Rio Doce	646.153	49	0,00	0,00	41,78	2,04	26,60	28,57	32,36	69,39
Caparaó	677.883	55	0,00	0,00	10,74	1,82	64,10	52,73	25,12	45,45
Mucuri	431.961	29	0,00	0,00	0,00	0,00	57,80	27,59	42,17	72,41
Alto Jequitinhonha	306.399	24	0,00	0,00	0,00	0,00	64,10	50,00	35,89	50,00
Minas Gerais	19.728.701	853	31,99	3,63	25,00	11,37	30,00	45,49	12,71	39,51

Fonte: Dados Básicos: IMRS, 2013

Nota: Baixo: igual ou menor que 23; Médio Baixo: superior a 23 até 46; Médio Alto: maior que 46 até 69; Alto: superior a 69.

Tabela 3 - Classificação dos municípios e territórios de Minas Gerais, segundo o Produto Interno Bruto, 2012

Território	População	Número de Municípios	Alto		Médio Alto		Médio Baixo		Baixo	
			Percentual da População (%)	Participação dos Municípios (%)	Percentual da População (%)	Participação dos Municípios (%)	Percentual da População (%)	Participação dos Municípios (%)	Percentual da População (%)	Participação dos Municípios (%)
Triângulo Sul	706.103	27	63,47	11,11	32,91	62,96	3,62	25,93	0,00	0,00
Triângulo Norte	1.211.982	30	75,04	16,67	20,24	43,33	4,45	33,33	0,27	6,67
Sudoeste	567.122	34	39,16	8,82	40,98	44,12	19,22	41,18	0,64	5,88
Oeste	1.205.335	56	39,24	8,93	41,67	32,14	17,05	44,64	2,04	14,29
Metropolitana	5.927.319	90	85,96	22,22	7,48	17,78	4,83	31,11	1,73	28,89
Noroeste	635.475	30	47,75	10,00	32,18	30,00	18,45	50,00	1,62	10,00
Central	244.376	17	0,00	0,00	79,21	35,29	14,29	29,41	6,51	35,29
Sul	2.058.543	119	37,49	6,72	33,29	23,53	23,90	43,70	5,33	26,05
Vale do Aço	783.637	33	65,53	12,12	9,69	9,09	16,57	39,39	8,22	39,39
Norte	1.585.987	86	26,47	2,33	34,93	17,44	26,81	41,86	11,79	38,37
Vertentes	730.581	50	56,72	10,00	6,65	6,00	24,05	40,00	12,58	44,00
Mata	1.571.152	93	46,15	3,23	21,95	10,75	21,36	35,48	10,55	50,54
Caparaó	677.883	55	20,37	3,64	24,24	9,09	43,61	52,73	11,78	34,55
Alto Jequitinhonha	306.399	24	0,00	0,00	37,04	12,50	43,31	37,50	19,65	50,00
Mucuri	431.961	29	31,29	3,45	14,05	6,90	39,93	44,83	14,73	44,83
Médio e Baixo Jequitinhonha	438.693	31	0,00	0,00	22,55	9,68	67,93	67,74	9,52	22,58
Vale do Rio Doce	646.153	49	41,01	2,04	11,51	6,12	26,68	32,65	20,80	59,18
Minas Gerais	19.728.701	853	54,91	7,62	21,67	19,81	17,55	40,56	5,87	32,00

Fonte: Dados Básicos: IMRS, 2013

Nota: Alto: maior que R\$1,0 bilhão; Médio Alto: superior a R\$ 200 milhões até R\$1,0 bilhão Médio Baixo: maior que R\$ 50 milhões até R\$200 milhões; Baixo: até R\$ 50 milhões

A QUESTÃO HABITACIONAL E OS TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS

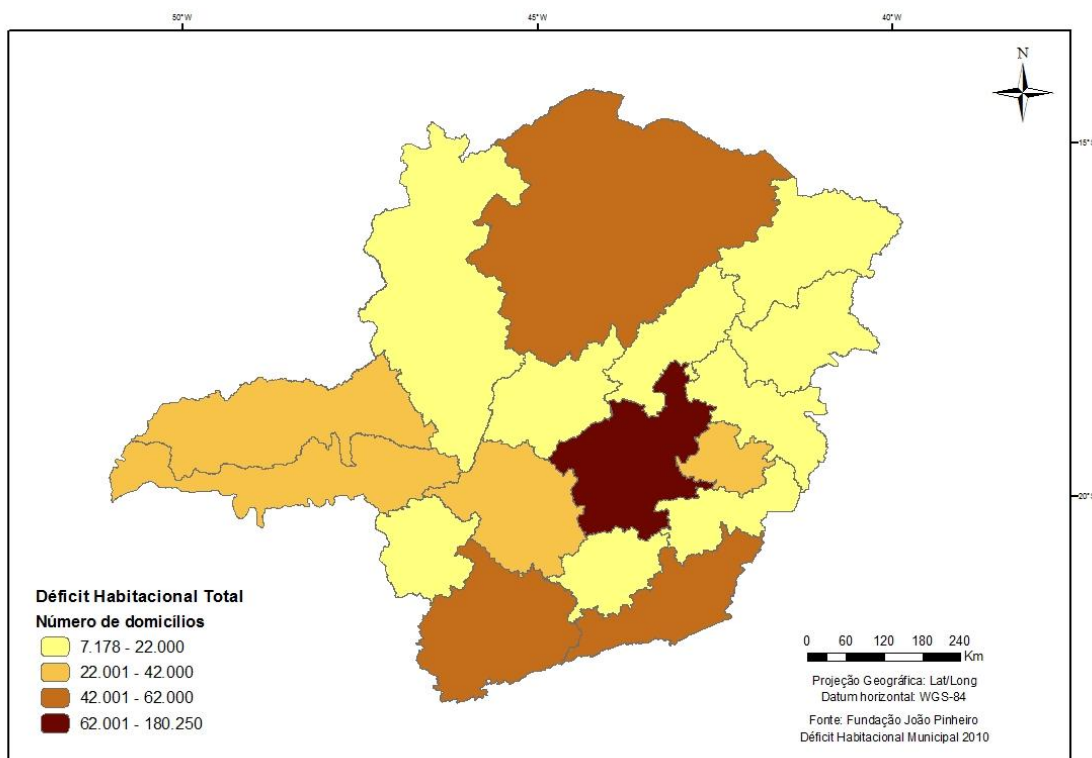
Embora a moradia digna seja considerada um direito pela Constituição Federal de 1988, o acesso à habitação de qualidade ainda está longe de ser uma realidade para milhares de mineiros. Uma forma de avaliar as necessidades habitacionais no Brasil foi desenvolvida pela Fundação João Pinheiro por meio da série de estudos denominada Déficit Habitacional no Brasil. Nesta pesquisa são estimadas duas dimensões das necessidades habitacionais: o déficit habitacional e a inadequação de domicílios. A primeira é entendida como a necessidade de construção de novas moradias ou unidades domiciliares que visam resolver os problemas específicos de falta de domicílios. A segunda reflete problemas na qualidade das moradias existentes. Não se trata da construção de novas unidades domiciliares, mas da melhoria daquelas existentes e consideradas carentes em alguma dimensão.

O déficit habitacional é composto por quatro componentes: a) habitações precárias, que englobam os domicílios rústicos e improvisados; b) coabitação familiar, que envolve os cômodos e as famílias conviventes que desejam constituir novo domicílio; c) o ônus excessivo com o aluguel, que compreende as famílias que ganham até três salários mínimos e comprometem mais de 30% de sua renda com aluguel e; d) o adensamento excessivo em domicílios alugados, medido por um número superior a três moradores por dormitório.

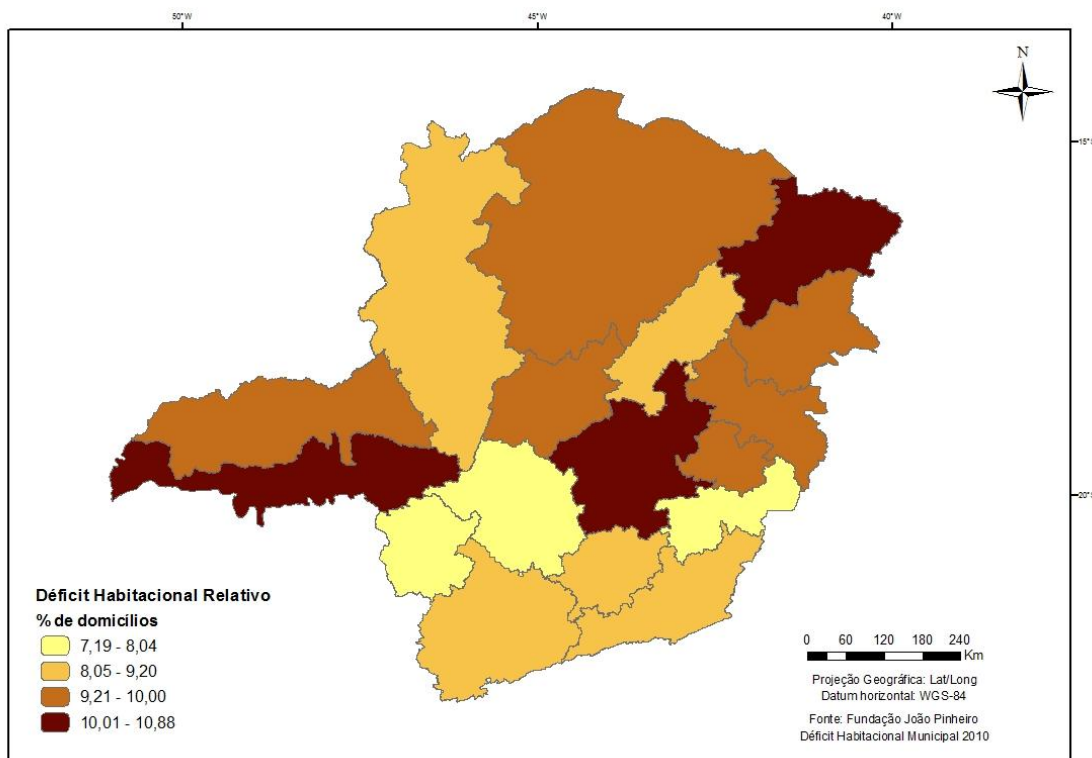
A inadequação de domicílios, medida apenas para as áreas urbanas, é composta por cinco componentes não mutuamente excludentes: a) inadequação fundiária; b) ausência de banheiro no domicílio; c) adensamento excessivo em domicílios próprios; d) cobertura inadequada e; e) carência de infraestrutura, sendo este subdividido em quatro sub-componentes: abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e energia elétrica.

Os dados do Censo Demográfico 2010 mostram que a distribuição do déficit habitacional pelo território mineiro é bastante heterogênea. Há concentração dos maiores valores absolutos no território Metropolitano, em especial no município de Belo Horizonte, municípios da RMBH e entorno, no Triângulo Norte e Sul, alguns municípios das regiões Sul e Mata, além de alguns municípios do norte do estado. Do total de municípios mineiros, 674 (79%) apresentam déficit habitacional inferior a 500 unidades. O município com maior déficit habitacional é Belo Horizonte, com 78 mil unidades; o menor déficit habitacional é encontrado em Serra da Saudade, no Oeste, (6 unidades). Na maior parte dos municípios mineiros (82%), o déficit é inferior a 10% dos domicílios particulares permanentes e improvisados. As regiões com maior concentração de municípios com altos déficits relativos são o Triângulo Mineiro (Sul e Norte) e a porção norte de Minas (Médio e Baixo Jequitinhonha, Norte, Alto Jequitinhonha, Mucuri) (Mapas 1 e 2).

Mapa 1: Déficit habitacional total, segundo territórios de desenvolvimento, Minas Gerais, 2010



Mapa 2: Déficit habitacional relativo, segundo territórios de desenvolvimento, Minas Gerais, 2010



Uma análise mais detalhada do perfil do déficit habitacional por territórios de desenvolvimento nos permite traçar um panorama regionalizado da questão habitacional em Minas. Um primeiro ponto que merece ser destacado nesta análise diz respeito ao número de municípios e ao porte dos municípios de cada território. Como mostra a tabela 1, dos 17 territórios de desenvolvimento, o Metropolitano é o mais populoso do estado e nele residem mais de 30% da população do estado. Nesse território estão localizados cinco dos maiores municípios mineiros, além da capital, Belo Horizonte. Por essa razão, ele aparece em destaque em todos os indicadores relacionados à questão habitacional no estado, como se verá adiante.

Tabela 1: Número de municípios por porte populacional, população residente, percentual da população residente e dos domicílios particulares permanentes, segundo territórios de desenvolvimento, Minas Gerais, 2010

Território	Número de municípios por porte populacional						Total	População residente	% da pop residente	% dos domicílios particulares permanentes
	Até 10 (mil habitantes)	10 a 20 (mil habitantes)	20 a 50 (mil habitantes)	50 a 100 (mil habitantes)	100 a 200 (mil habitantes)	Mais de 200 (mil habitantes)				
01 - Noroeste	16	7	4	2	1	0	30	631.206	3,2	3,3
02 - Norte	52	14	15	4	0	1	86	1.577.300	8,0	7,2
03 - Médio e Baixo Jequitinhonha	14	9	8	0	0	0	31	437.805	2,2	2,1
04 - Mucuri	17	8	3	0	1	0	29	431.541	2,2	2,1
05 - Alto Jequitinhonha	14	5	5	0	0	0	24	305.616	1,6	1,4
06 - Central	10	2	4	1	0	0	17	243.235	1,2	1,3
07 - Vale do Rio Doce	35	10	3	0	0	1	49	646.879	3,3	3,3
08 - Vale do Aço	20	6	3	2	1	1	33	780.202	4,0	3,9
09 - Metropolitana	43	17	13	7	4	6	90	5.890.250	30,1	29,8
10 - Oeste	28	12	10	5	0	1	56	1.201.541	6,1	6,2
11 - Caparaó	35	14	3	3	0	0	55	675.711	3,4	3,4
12 - Mata	63	19	6	2	2	1	93	1.567.581	8,0	8,4
13 - Vertentes	35	9	3	1	2	0	50	723.489	3,7	3,7
14 - Sul	63	29	19	5	3	0	119	2.021.967	10,3	10,6
15 - Sudoeste	18	9	5	1	1	0	34	564.501	2,9	3,0
16 - Triângulo Norte	14	8	4	2	1	1	30	1.200.694	6,1	6,5
17 - Triângulo Sul	14	6	4	2	0	1	27	697.812	3,6	3,7
Total	491	184	112	37	16	13	853	19.597.330	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Em 2010, o déficit habitacional em Minas Gerais somava 507.756 domicílios, dos quais 180.250 (32,3%) concentravam-se no território Metropolitano, 52.514 (9,4%) no Sul e 45.095 (8,1%) na Mata. Esses três territórios somados respondiam por quase 50% do déficit do estado. Embora em menor magnitude os territórios Triângulo Norte e Norte também respondiam por parcelas importantes do déficit, 38.540 (6,9%) e 42.7,6%. O território com menor déficit habitacional absoluto é o Alto Jequitinhonha que registrou 4.687 unidades (Tabela 2).

Embora majoritariamente urbano, a distribuição do déficit habitacional por situação do domicílio é diferenciada entre os territórios. Enquanto o território Metropolitano responde por 34,5% do total do déficit urbano do estado, ele representa apenas 9,9% do déficit rural. Das 180.250 unidades dessa região, 175.356 (97%) estão concentradas na área urbana. Já no território Norte, o déficit urbano (30.074) representa 70% do total do déficit da região. Nesse território, que concentra o maior percentual de déficit rural do estado (25%), são contabilizadas 12.389 domicílios na área rural. Além do Norte, três territórios se destacam pela proporção de domicílios em déficit na área rural: Alto Jequitinhonha (36%), Médio e Baixo Jequitinhonha (33%) e Mucuri (22%) (Tabela 2).

Em termos relativos, isto é, quando se analisa o déficit habitacional em relação ao total de domicílios particulares permanentes e improvisados por território o menor percentual aparece no território Sudoeste, com 7,2% e o maior no território Médio e Baixo Jequitinhonha que registra 10,9%. Os outros territórios com déficit habitacional relativo superior ou igual a 10% são Metropolitano e Triângulo Sul (Tabela 2).

Tabela 2: Déficit habitacional total, urbano e rural, número de municípios e população residente, segundo os territórios de desenvolvimento, Minas Gerais, 2010

Território	Déficit Total	%	Déficit Urbano	%	Déficit Rural	%	Número de municípios	População residente	% da pop residente	Déficit Relativo
01 - Noroeste	16.149	2,9	13.850	2,7	2.299	4,6	30	631.206	3,2	8,2
02 - Norte	42.463	7,6	30.074	5,9	12.389	25,0	86	1.577.300	8,0	9,7
03 - Médio e Baixo Jequitinhonha	13.484	2,4	9.023	1,8	4.461	9,0	31	437.805	2,2	10,9
04 - Mucuri	11.862	2,1	9.267	1,8	2.595	5,2	29	431.541	2,2	9,4
05 - Alto Jequitinhonha	7.346	1,3	4.687	0,9	2.660	5,4	24	305.616	1,6	8,8
06 - Central	7.178	1,3	6.475	1,3	703	1,4	17	243.235	1,2	9,5
07 - Vale do Rio Doce	19.658	3,5	17.305	3,4	2.353	4,7	49	646.879	3,3	9,8
08 - Vale do Aço	22.229	4,0	21.044	4,1	1.185	2,4	33	780.202	4,0	9,3
09 - Metropolitana	180.250	32,3	175.356	34,5	4.894	9,9	90	5.890.250	30,1	10,0
10 - Oeste	29.975	5,4	28.784	5,7	1.191	2,4	56	1.201.541	6,1	8,0
11 - Caparaó	15.505	2,8	13.288	2,6	2.217	4,5	55	675.711	3,4	7,5
12 - Mata	45.095	8,1	42.622	8,4	2.474	5,0	93	1.567.581	8,0	8,9
13 - Vertentes	19.439	3,5	17.458	3,4	1.981	4,0	50	723.489	3,7	8,8
14 - Sul	52.514	9,4	48.463	9,5	4.051	8,2	119	2.021.967	10,3	8,2
15 - Sudoeste	13.013	2,3	12.323	2,4	690	1,4	34	564.501	2,9	7,2
16 - Triângulo Norte	38.540	6,9	35.990	7,1	2.550	5,1	30	1.200.694	6,1	9,8
17 - Triângulo Sul	22.670	4,1	21.747	4,3	923	1,9	27	697.812	3,6	10,0
Minas Gerais	557.371	100,0	507.756	100,0	49.615	100,0	853	19.597.330	100,0	9,2

Fonte: Fundação João Pinheiro, Déficit Habitacional Municipal 2010.

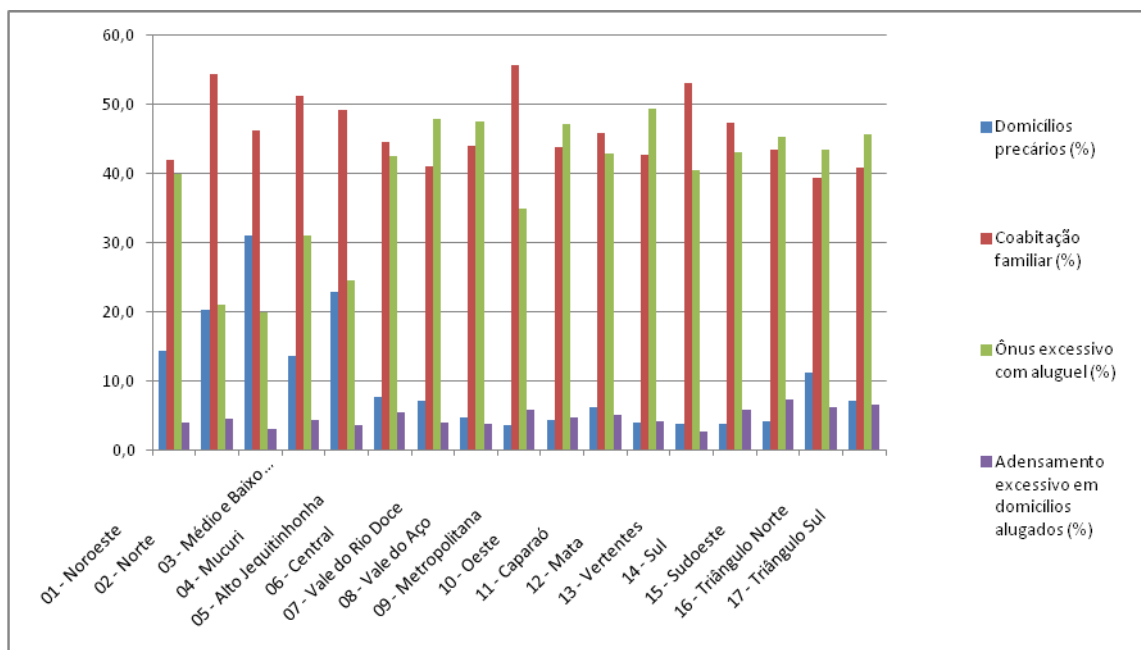
No que diz respeito à composição do déficit habitacional em Minas Gerais, o componente de maior peso é a coabitação familiar 48,7%, seguida pelo ônus excessivo com aluguel (38,8%), domicílios precários (7,4%) e adensamento excessivo em domicílios alugados (5,1%) (Tabela 3). Esse perfil é diferenciado entre os territórios. O gráfico 1 mostra que a coabitação familiar é o principal componente em 10 dos 17 territórios de desenvolvimento, dentre os quais destaca-se o Metropolitano. Nos outros sete, esse componente é superado pelo ônus excessivo com aluguel. Já o componente domicílios precários tem peso relativamente maior no Médio e Baixo Jequitinhonha, Alto Jequitinhonha, Norte e Noroeste.

Tabela 3: Componentes do déficit habitacional, segundo os territórios de desenvolvimento, Minas Gerais, 2010

Território	Componentes do Déficit Habitacional				Total	Componentes do Déficit Habitacional			
	Domicílios precários	Coabitação familiar	Ônus excessivo com aluguel	Adensamento excessivo em domicílios alugados		Domicílios precários (%)	Coabitação familiar (%)	Ônus excessivo com aluguel (%)	Adensamento excessivo em domicílios alugados (%)
01 - Noroeste	2.300	6.767	6.433	650	16.149	14,2	41,9	39,8	4,0
02 - Norte	8.565	23.039	8.943	1.916	42.463	20,2	54,3	21,1	4,5
03 - Médio e Baixo Jequitinhonha	4.175	6.229	2.677	403	13.484	31,0	46,2	19,9	3,0
04 - Mucuri	1.612	6.062	3.671	516	11.862	13,6	51,1	31,0	4,4
05 - Alto Jequitinhonha	1.675	3.606	1.796	269	7.346	22,8	49,1	24,5	3,7
06 - Central	548	3.195	3.050	385	7.178	7,6	44,5	42,5	5,4
07 - Vale do Rio Doce	1.398	8.058	9.413	789	19.658	7,1	41,0	47,9	4,0
08 - Vale do Aço	1.059	9.772	10.549	849	22.229	4,8	44,0	47,5	3,8
09 - Metropolitana	6.565	100.247	63.031	10.406	180.250	3,6	55,6	35,0	5,8
10 - Oeste	1.319	13.123	14.103	1.430	29.975	4,4	43,8	47,0	4,8
11 - Caparaó	966	7.110	6.646	783	15.505	6,2	45,9	42,9	5,1
12 - Mata	1.752	19.268	22.204	1.871	45.095	3,9	42,7	49,2	4,1
13 - Vertentes	730	10.316	7.867	526	19.439	3,8	53,1	40,5	2,7
14 - Sul	2.019	24.797	22.640	3.057	52.514	3,8	47,2	43,1	5,8
15 - Sudoeste	536	5.645	5.883	949	13.013	4,1	43,4	45,2	7,3
16 - Triângulo Norte	4.268	15.167	16.721	2.384	38.540	11,1	39,4	43,4	6,2
17 - Triângulo Sul	1.588	9.249	10.358	1.475	22.670	7,0	40,8	45,7	6,5
Minas Gerais	41.075	271.652	215.986	28.658	557.371	7,4	48,7	38,8	5,1

Fonte: Fundação João Pinheiro, Déficit Habitacional Municipal 2010.

Gráfico 1: Composição do déficit habitacional, segundo territórios de desenvolvimento, Minas Gerais, 2010



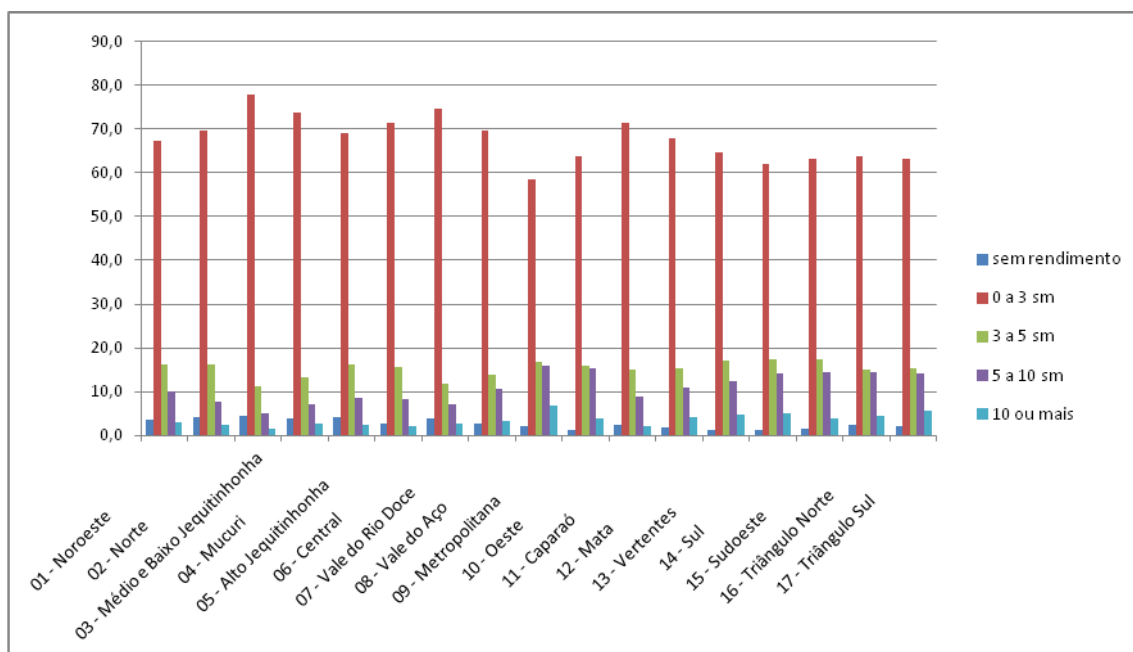
Quanto à distribuição do déficit habitacional por faixa de renda, nota-se uma concentração nas classes de renda mais baixas (Tabela 4). Em Minas Gerais, 66,7% do déficit habitacional está concentrado nas famílias sem rendimento e naquelas com renda entre zero e três salários mínimos. A desagregação dos dados por territórios revela que regiões como Médio e Baixo Jequitinhonha, Vale do Rio Doce e Mucuri apresentam uma concentração ainda maior nas faixas de renda mais baixas: 82,5%; 78,7% e 77,4%, respectivamente. Por outro lado, territórios como o Metropolitano apresentam uma concentração relativamente menor do déficit nessas classes de renda: 60,5% (Gráfico 2).

Tabela 4: Déficit habitacional por faixas de renda, segundo os territórios de desenvolvimento, Minas Gerais, 2010

Território	Faixa de renda em salários mínimos					Total	Faixa de renda em salários mínimos (%)				
	sem rendimento	0 a 3 sm	3 a 5 sm	5 a 10 sm	10 ou mais		sem rendimento	0 a 3 sm	3 a 5 sm	5 a 10 sm	10 ou mais
01 - Noroeste	594	10.879	2.598	1.614	464	16.149	3,7	67,4	16,1	10,0	2,9
02 - Norte	1.753	29.569	6.933	3.255	954	42.463	4,1	69,6	16,3	7,7	2,2
03 - Médio e Baixo Jequitinhonha	600	10.522	1.503	669	190	13.484	4,4	78,0	11,1	5,0	1,4
04 - Mucuri	443	8.741	1.556	821	300	11.862	3,7	73,7	13,1	6,9	2,5
05 - Alto Jequitinhonha	297	5.074	1.187	620	169	7.346	4,0	69,1	16,2	8,4	2,3
06 - Central	185	5.133	1.115	602	143	7.178	2,6	71,5	15,5	8,4	2,0
07 - Vale do Rio Doce	778	14.699	2.291	1.387	502	19.658	4,0	74,8	11,7	7,1	2,6
08 - Vale do Aço	614	15.494	3.046	2.366	709	22.229	2,8	69,7	13,7	10,6	3,2
09 - Metropolitana	3.735	105.274	29.972	28.805	12.464	180.250	2,1	58,4	16,6	16,0	6,9
10 - Oeste	361	19.112	4.730	4.609	1.163	29.975	1,2	63,8	15,8	15,4	3,9
11 - Caparaó	369	11.093	2.349	1.365	328	15.505	2,4	71,5	15,2	8,8	2,1
12 - Mata	791	30.589	6.876	4.913	1.926	45.095	1,8	67,8	15,2	10,9	4,3
13 - Vertentes	221	12.582	3.293	2.429	914	19.439	1,1	64,7	16,9	12,5	4,7
14 - Sul	670	32.653	9.178	7.449	2.564	52.514	1,3	62,2	17,5	14,2	4,9
15 - Sudoeste	176	8.210	2.247	1.869	510	13.013	1,4	63,1	17,3	14,4	3,9
16 - Triângulo Norte	931	24.596	5.786	5.541	1.685	38.540	2,4	63,8	15,0	14,4	4,4
17 - Triângulo Sul	474	14.301	3.448	3.192	1.256	22.670	2,1	63,1	15,2	14,1	5,5
Minas Gerais	12.992	358.522	88.108	71.508	26.243	557.371	2,3	64,3	15,8	12,8	4,7

Fonte: Fundação João Pinheiro, Déficit Habitacional Municipal 2010.

Gráfico 2: Déficit habitacional por faixas de renda, segundo territórios de desenvolvimento, Minas Gerais, 2010



Em relação à inadequação de domicílios, o Censo Demográfico 2010 só traz informações para três componentes: a) adensamento excessivo em domicílios próprios; b) ausência de banheiro; c) carência de infraestrutura. Os dados mostram que a falta de ligação de rede geral de esgoto ou fossa séptica nos domicílios continua sendo o principal elemento de inadequação dos municípios mineiros, totalizando 557 mil unidades. O segundo critério de inadequação mais expressivo é a ausência de rede geral de abastecimento de água (130 mil domicílios), e o terceiro a ausência de coleta de lixo (100 mil), conforme tabela 5.

Como apontado anteriormente, o território de desenvolvimento metropolitano aparece com destaque em todos os critérios de inadequação dado o tamanho do contingente populacional e domiciliar que abrange. Uma análise do percentual de domicílios particulares permanentes urbanos por tipo de inadequação nos permite relativizar um pouco o peso deste território.

Quando analisamos o critério abastecimento de água percebemos que o território com o pior percentual é o Vale do Aço, onde 9,9% dos domicílios não são ligados à rede geral de abastecimento de água. O Caparaó é o segundo território com pior indicador (4,9%). A Mata destaca-se pelo volume em termos absolutos de domicílios que não tem ligação com a rede geral de água (17.372).

No componente esgotamento sanitário o principal destaque vai para os territórios Norte e Médio e Baixo Jequitinhonha, que possuem os maiores valores percentuais de domicílios sem ligação à rede geral: 45,8% e 28%, respectivamente. Em termos absolutos, destaca-se o Metropolitano que registrou 170.493 unidades, o que representa 30% do total de domicílios sem acesso à rede geral ou fossa séptica.

A ausência de energia elétrica é o critério menos representativo da inadequação. O território com o maior número de domicílios sem energia elétrica em relação ao total de domicílios particulares permanentes é o Médio e Baixo Jequitinhonha. Esse valor, no entanto, atinge apenas 1,3% dos domicílios da região. Em valores absolutos equivale a 1.084 domicílios. O território Metropolitano registra 10.789 unidades, que representam 0,6% do total de domicílios particulares permanentes urbanos.

No quesito ausência de coleta de resíduos sólidos destacam-se os territórios da porção norte do estado (Norte, Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha e Mucuri) além do Vale do Rio Doce. Somados estes territórios respondem por cerca de 38% dos domicílios do estado que não possuem coleta regular de lixo.

A ausência de banheiro tem um impacto maior nos territórios Norte e Médio e Baixo Jequitinhonha que respondem por, respectivamente, 29,3% e 10,3% dos domicílios sem banheiro, enquanto comportam apenas 7,2% e 2,1% dos domicílios particulares permanentes.

No critério adensamento excessivo com aluguel, novamente destacam-se os territórios da porção norte do estado (Norte, Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha e Mucuri), que possuem os maiores valores relativos de inadequação. Em relação ao total do estado, o Norte e o Metropolitano respondem, respectivamente, por 41,0% e 11,6% dos domicílios próprios do estado com mais de três moradores por dormitório.

Os resultados mostram que o perfil do déficit habitacional e da inadequação de domicílios nos municípios mineiros é bastante variado. Enquanto alguns municípios se deparam com um grande número de domicílios precários, outros sofrem com o preço dos aluguéis, que afeta sobremaneira a população com rendimento de até três salários mínimos. O perfil do déficit e da inadequação segundo os territórios de

desenvolvimento sugerem que as políticas habitacionais e urbanas (regularização fundiária, urbanização, locação social, etc.) devem ser pensadas em sua totalidade e de acordo com as especificidades de cada território.

Tabela 5: Componentes da inadequação de domicílios, segundo os territórios de desenvolvimento, Minas Gerais, 2010

Território	Componentes da Inadequação											
	Água	%	Esgotamento sanitário	%	Luz	%	Lixo	%	Banheiro	%	Adensamento	%
01 - Noroeste	3.596	2,3	22.542	14,1	520	0,3	2.350	1,5	1.355	0,8	2.065	1,3
02 - Norte	9.857	3,2	141.521	45,8	2.614	0,8	23.868	7,7	10.545	3,4	10.451	3,4
03 - Médio e Baixo Jequitinhonha	2.315	2,9	22.572	28,0	1.084	1,3	4.919	6,1	3.702	4,6	2.154	2,7
04 - Mucuri	2.499	2,8	13.788	15,7	1.081	1,2	4.893	5,6	2.520	2,9	2.577	2,9
05 - Alto Jequitinhonha	1.408	2,7	12.637	23,9	261	0,5	4.275	8,1	937	1,8	1.225	2,3
06 - Central	1.204	1,9	14.675	22,9	251	0,4	2.165	3,4	1.031	1,6	1.220	1,9
07 - Vale do Rio Doce	4.198	2,7	12.998	8,2	749	0,5	8.016	5,1	1.848	1,2	3.107	2,0
08 - Vale do Aço	20.540	9,9	18.842	9,1	579	0,3	5.092	2,5	1.086	0,5	3.418	1,7
09 - Metropolitana	28.705	1,7	170.493	9,9	10.789	0,6	25.424	1,5	6.955	0,4	36.869	2,1
10 - Oeste	5.681	1,7	16.985	5,1	395	0,1	2.533	0,8	605	0,2	2.433	0,7
11 - Caparaó	6.943	4,9	16.391	11,5	664	0,5	3.848	2,7	787	0,6	1.973	1,4
12 - Mata	17.372	3,9	38.735	8,7	1.515	0,3	4.076	0,9	1.070	0,2	6.505	1,5
13 - Vertentes	5.969	3,3	20.510	11,2	484	0,3	3.073	1,7	377	0,2	2.227	1,2
14 - Sul	9.656	1,8	18.885	3,6	793	0,2	2.255	0,4	1.068	0,2	7.458	1,4
15 - Sudoeste	1.488	1,0	3.133	2,1	182	0,1	576	0,4	262	0,2	1.435	0,9
16 - Triângulo Norte	3.998	1,1	8.949	2,5	638	0,2	2.020	0,6	1.151	0,3	2.715	0,8
17 - Triângulo Sul	5.442	2,6	4.152	2,0	469	0,2	1.168	0,6	660	0,3	2.155	1,0
Minas Gerais	130.870	2,5	557.809	10,8	23.069	0,4	100.550	1,9	35.959	0,7	89.987	1,7

Fonte: Fundação João Pinheiro, Déficit Habitacional Municipal 2010.

MOBILIDADE URBANA : ANÁLISE DOS TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO

O tema da mobilidade urbana foi recentemente incorporado às temáticas relacionadas ao desenvolvimento das cidades, devido em grande parte, a seus impactos sobre a dinâmica das mesmas. Trata-se de um importante aspecto dos meios urbano e rural, juntamente com outras questões centrais, como o saneamento, a habitação, e outros.

Na presente análise sobre a mobilidade dos municípios mineiros, os dados trabalhados referem-se às informações do Censo 2010, em relação a pessoas ocupadas que se deslocam casa-trabalho, e que gastam mais de meia hora nesse trajeto. Entende-se que esses números retratam a mobilidade de uma parcela da população (os ocupados) não representando todas as modalidades da mobilidade urbana municipal (as pessoas que se deslocam a lazer ou por outro motivo, as pessoas que não têm uma rotina casa-trabalho).

A tabela 1 apresenta médias de porcentagem de pessoas ocupadas que gastam mais de meia hora no trajeto casa-trabalho segundo tamanho do município. Em um primeiro momento, identifica-se uma relação evidente entre tamanho populacional dos municípios e altas porcentagens de ocupados que gastam mais de meia hora no deslocamento. No entanto, uma análise pormenorizada dos dados por território

(Tabela 2) mostra que a relação não é tão direta e proporcional como se apresenta no quadro geral (Tabela 1). Há inúmeros municípios com altas porcentagens de pessoas que se deslocam mais de meia hora, mas que são municípios com 2 ou 3 mil habitantes. Há especificidades, e outros aspectos parecem contribuir para esses índices altos, tais como, característica dos municípios (ruralidade), distância de centros maiores, aspectos econômicos, acesso físico ao município (localização, boas condições do pavimento de acesso, dentre outros).

Tabela 1 – Porcentagem das Pessoas ocupadas que se deslocam mais de meia hora no trajeto casa-trabalho, segundo tamanho populacional dos municípios de MG.

População	%
Até 10 mil	13,49
Entre 10 e 20 mil	14,76
Entre 20 e 50 mil	14,75
Entre 50 e 100 mil	17,51
Entre 100 e 500 mil	26,90
Acima 500 mil	33,35

Fonte: Censo (2010)

Tabela 2 – Porcentagem das pessoas ocupadas que se deslocam mais de meia hora no trajeto Casa-Trabalho.

Território/ População	Menos 10 mil Hab.	10 a 20 mil Hab.	20 a 50 mil hab.	50 a 100 mil hab.	100 a 200 mil hab.	Acima 200 mil hab.	Média do Território
01 Noroeste	12,09	12,88	15,31	11,74	12,05	-	13,35
02 Norte	12,61	11,51	13,19	10,48	-	15,88	12,61
03 Médio e Baixo Jequitinhonha	12,01	11,62	10,58	-	-	-	11,53
04 Mucuri	11,36	11,07	11,13	-	14,61	-	11,36
05 Alto Jequitinhonha	11,34	9,24	15,55	-	-	-	11,78
06 Central	12,42	12,14	11,79	13,36	-	-	12,42
07 Vale do Rio Doce	11,41	11,6	8,06	-	-	13,28	11,45
08 Vale do Aço	15,76	16,7	18,33	16,68	24,26	18,26	16,38
09 Metropolitana	15,44	23,16	24,73	31,91	47,65	43,63	22,74
10 Oeste	12,97	13,8	12,21	13,7	-	18,83	12,97
11 Caparaó	13,89	14,9	11,44	12,87	-	-	14,09
12 Mata	12,38	11,29	14,04	14	10,93	30,84	12,46
13 Vertentes	14,97	13,44	24,37	12,29	27,27	-	15,7
14 Sul	15,19	15,46	13,04	16,05	18,94	-	15,05
15 Sudoeste	13,14	14,68	10,61	13,98	16,88	-	13,39
16 Triângulo Norte	13,74	15,35	13,61	15,3	12,34	22,76	14,28
17 Triângulo Sul	18,35	20,88	18,44	17,99	-	20,36	19,05

Obs. Os valores sombreados correspondem aqueles acima da média do Território. Fonte: Censo 2010.

Em geral, os territórios apresentam média de 11 a 13% das pessoas ocupadas que se deslocam mais de meia hora. No entanto, alguns territórios apresentam médias superiores à média, como é o caso dos Territórios Vale do Aço, Vertentes, Sul, Triângulo Norte, Triângulo Sul e Metropolitano.

Além dos dados do Censo (2010), recente pesquisa do IPEA (2011) apontou redes de fluxos de trabalhadores entre os municípios do Brasil. Esses dados foram trazidos a esta análise, buscando aprofundar na compreensão desta dinâmica da mobilidade dos municípios mineiros.

- Vale do Aço – Território onde a média da porcentagem das pessoas que se deslocam mais de meia hora é um pouco acima da média dos territórios mineiros. O território possui municípios com maior população, que são aqueles que compõem a Região Metropolitana do Vale do Aço. Dados do IPEA confirmam fluxos de trabalhadores entre esses municípios que compõem a RMVA.
- Sul – Território com maior número de cidades maiores (8 cidades acima de 50.000 hab.). Diferentemente dos outros, esse território possui fluxos de trabalhadores entre municípios de pequeno porte também. Podemos citar o caso de São Bento Abade, município de 4.500 habitantes, que apresenta alta taxa da população se deslocando mais de meia hora (cerca de 28%), devido ao fluxo de trabalhadores para quatro municípios próximos. Apresenta média de porcentagem da população que se desloca mais de meia hora um pouco acima da média total dos territórios mineiros (15,5%).
- Triângulo Norte – Este Território caracteriza-se por municípios de médio porte em sua maioria, diferentemente de outros territórios mineiros, cujo número de cidades de pequeno porte é preponderante. Contém um município de grande porte, Uberlândia, com 600 mil habitantes. Possui porcentagem de população que se desloca mais de meia hora no trajeto casa-trabalho um pouco acima da média dos municípios mineiros. Os maiores fluxos de trabalhadores entre cidades são aquelas de porte maior.
- Triângulo Sul – Esse território caracteriza-se por uma pequena quantidade de municípios, distribuídos uniformemente entre cidades de pequenos e médio porte, com exceção do município de maior população – Uberaba. A média de porcentagem de pessoas que se deslocam mais de meia hora é superior à média dos territórios. Existem fluxos de trabalhadores entre os municípios, segundo dados do IPEA, embora em números pouco significativos.

- **Metropolitana** – O Território Metropolitano constitui-se por 90 municípios, dentre eles aqueles inseridos na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esse Território apresenta a mais alta porcentagem de pessoas ocupadas que gastam mais de meia hora no deslocamento casa-trabalho. Dentre os municípios do território, aqueles que fazem parte da RMBH são os que apresentam mais altas porcentagens, chegando a índices de 60% da população ocupada se deslocando mais de meia hora (município de Ribeirão das Neves).

Uma análise estratificada dos municípios desse território mostra que, neste caso, quanto maior é o município, maior a porcentagem de pessoas que gastam mais de meia hora no trajeto casa-trabalho. (Ver Tabela 2). De fato, os municípios com altas taxas de população que se desloca mais de meia hora são aqueles que apresentam grande fluxo de trabalhadores, segundo estudo do IPEA. Esses municípios são aqueles conurbados da RMBH: Belo Horizonte, Betim, Contagem, Vespasiano, Lagoa Santa.

Nos demais Territórios, encontra-se uma situação onde as maiores taxas de porcentagens das pessoas ocupadas que gastam mais de meia hora para deslocamento casa-trabalho não são necessariamente dos municípios maiores. Pode ser citado o exemplo da cidade de Montes Claros (Território Norte), que contém 360 mil hab., onde 15% dos ocupados deslocam mais de meia hora, enquanto que Guaraciama (Território Norte), município com 4.000 hab. apresenta indicador de 33% da população ocupada se deslocando por dia casa-trabalho.

Em alguns casos, essas taxas altas não apresentam grandes impactos já que o contingente populacional que se desloca mais de meia hora é pequeno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos presentes dados aponta diferenciação entre os Territórios no que se refere à população que se desloca casa-trabalho. Há uma tendência de que os municípios de maior população apresentem índices maiores de trabalhadores gastando muito tempo no deslocamento. De fato, a questão da mobilidade urbana se torna mais complexa à medida que a população aumenta, ocasionando deslocamentos para um maior contingente populacional e a necessidade de equacionamento e organização da mobilidade dessas pessoas.

Uma análise cruzada com a economia dos territórios (primeira parte do presente texto) aponta que os territórios que apresentaram porcentagens altas do indicador da mobilidade são aqueles cujo PIB apresenta maiores valores absolutos: Vale do Aço, Vertentes, Sul, Triângulo Norte, Triângulo Sul e Metropolitano. Segundo análise econômica, tais valores refletiriam maiores atividades econômicas locais (maiores receitas, empregos e tributos) nos municípios.

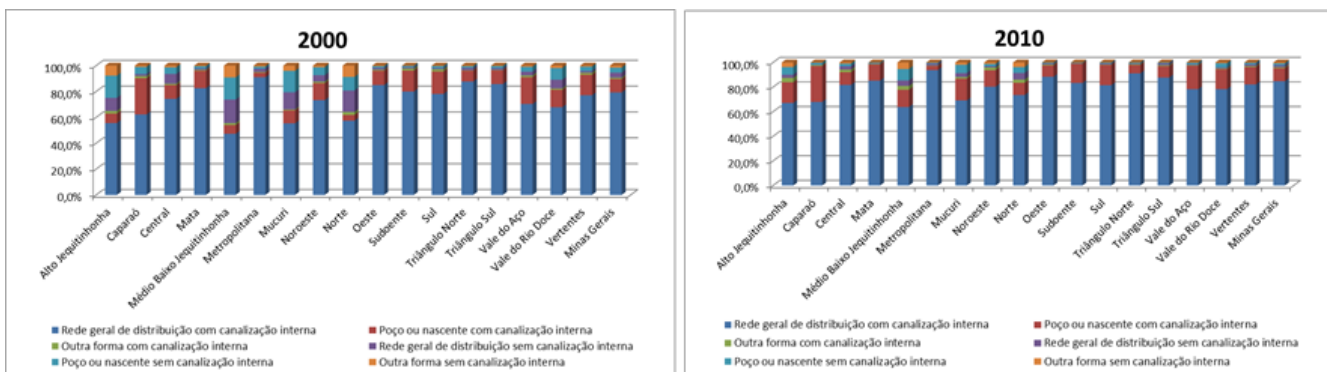
Ainda que este aspecto represente a grande questão da mobilidade dos municípios de maior população dos Territórios mineiros, há que se considerar também quais são os fatores que interferem na mobilidade daqueles de menor porte. Foram encontrados em inúmeros municípios de pequeno porte em MG, independente do território em que estejam inseridos, altas porcentagens de população que se desloca mais de meia hora para o trabalho. Análises complementares e focalizadas, avaliando as atividades econômicas dos municípios, a existência e a situação dos acessos físicos poderiam ser realizadas no sentido de contribuir para um maior entendimento sobre a dinâmica da mobilidade dos mesmos.

A QUESTÃO DO SANEAMENTO

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Em Minas Gerais, no ano 2000, cerca de 13,7 milhões de pessoas (77,6% da população) contavam com canalização interna de água no domicílio e estavam ligadas à rede geral de abastecimento. Em 2010, esse número aumentou e girou em torno de 16,3 milhões de pessoas (84,0% da população residente no estado). A Figura 1 mostra a distribuição relativa entre as diversas práticas adotadas no abastecimento de água, por domicílio, em cada Território de Desenvolvimento do estado, para os anos de 2000 e 2010. Verifica-se a heterogeneidade da situação do abastecimento de água em Minas Gerais que deve ser considerada nas avaliações das etapas de revisão e avaliação das políticas de saneamento.

Figura 1. Soluções e práticas utilizadas para abastecimento de água em proporção de domicílios por Território de Desenvolvimento e Minas Gerais, 2000 e 2010

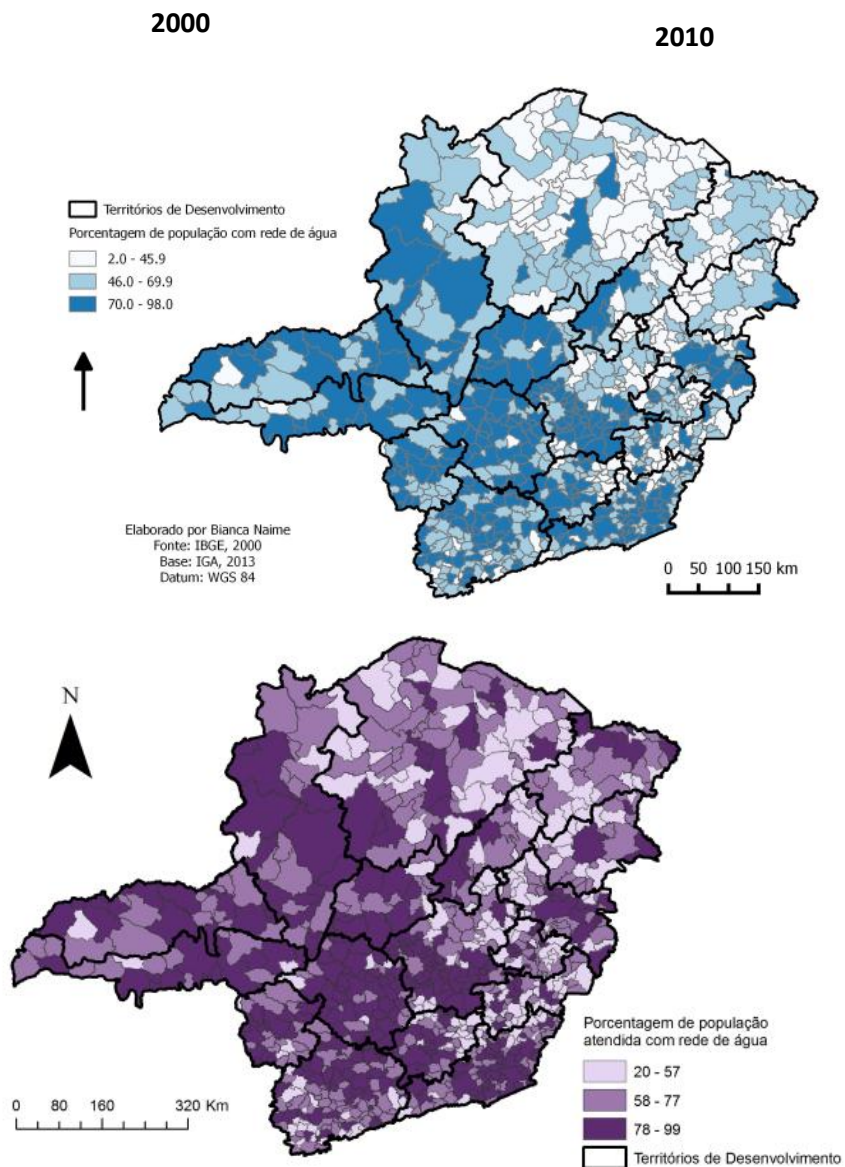


Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 2000 e 2010).

Em 2000, os territórios Alto Jequitinhonha, Médio Baixo Jequitinhonha e Mucuri possuíam a maior diversidade de formas de abastecimento de água e a maior proporção de domicílios abastecidos por água proveniente de poço ou nascente, sem canalização interna, para suprir suas necessidades (aproximadamente 56,8 mil pessoas no Alto Jequitinhonha, 80,4 mil no Médio Baixo Jequitinhonha e 80,2 mil pessoas no Mucuri). Apesar de permanecerem em destaque frente aos demais territórios no que se refere a tal quesito, nesses três Territórios de Desenvolvimento houve significativo decréscimo relativo e absoluto no número de domicílios que utilizavam água proveniente de poço ou nascente sem canalização interna (8,3 mil pessoas, 20,4 mil e 13,5 mil habitantes, respectivamente), no decênio de 2000. Em 2010, grande parte dos domicílios localizados no Caparaó (29,0%) e Vale do Aço (19,0%) utilizava água canalizada oriunda de poço ou nascente, percentual que correspondia a 207,6 mil e 152,4 mil de pessoas, respectivamente. Por outro lado, a Metropolitana e o Triângulo do Norte apresentaram os maiores percentuais de domicílios com canalização interna, ligados à rede geral, nos dois períodos.

A evolução da situação da cobertura de abastecimento de água para a população residente no estado de Minas Gerais, por Território de Desenvolvimento, é indicada na Figura 2.

Figura 2. Minas Gerais: percentual da população residente em domicílios particulares permanentes com acesso à rede de abastecimento de água, com canalização interna em pelo menos um cômodo, por Território de Desenvolvimento, 2000 e 2010

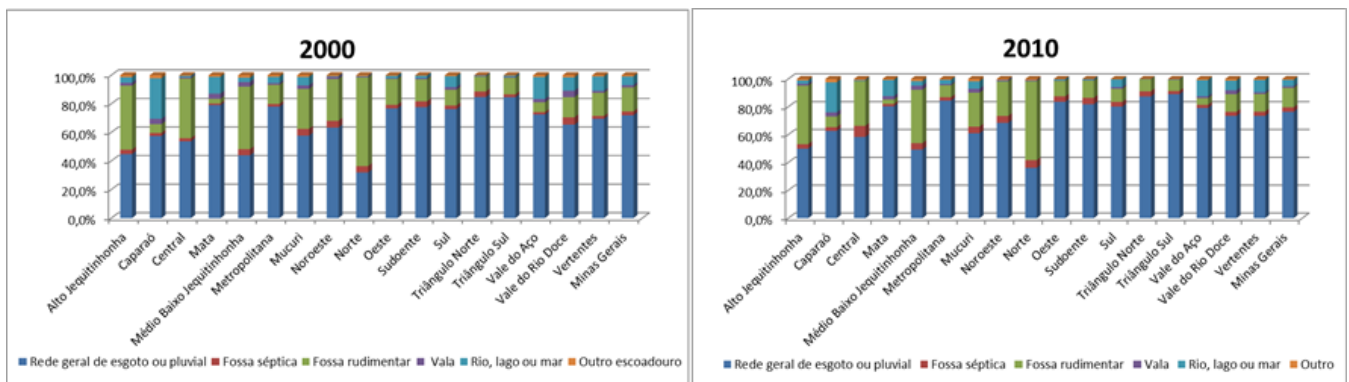


Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 2000 e 2010).

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

A distribuição proporcional entre as diversas práticas de afastamento de dejetos adotadas em cada Território de Desenvolvimento de Minas Gerais, em 2000 e 2010, é apresentada na Figura 2.

Figura 2. Minas Gerais: percentual de domicílios por práticas utilizadas para afastamento de esgotos sanitários, por Território de Desenvolvimento e Minas Gerais, 2000 e 2010



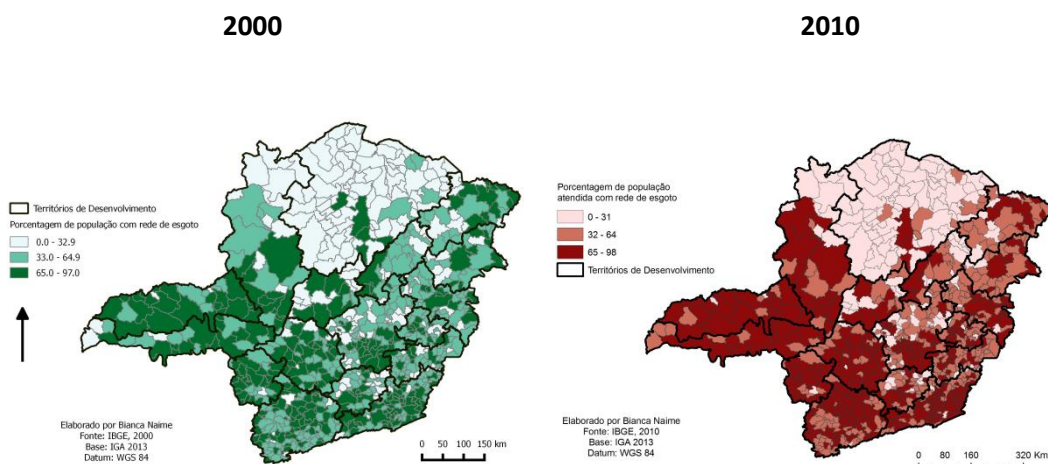
Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 2000 e 2010).

Os territórios com maior déficit (fossa rudimentar, vala, rio, lago e outro escoadouro), nos dois períodos, foram a Norte (64,0% e 58,0%, respectivamente), Médio Baixo Jequitinhonha (52,0% e 46,0%, respectivamente) e Alto Jequitinhonha (52,0% e 47,0%, respectivamente). A fossa rudimentar foi a prática inadequada que mais impactou o déficit, tanto em 2000, quanto em 2010. Em contrapartida, nos dois anos censitários, os domicílios localizados nos territórios do Triângulo do Sul (87,0% e 91,0%, respectivamente), Triângulo do Norte (89,0% e 91,0%, respectivamente) e Metropolitana (80,0% e 87,0%, respectivamente) se sobressaíram em relação ao acesso ao afastamento de excretas e esgotos sanitários (rede de esgoto ou pluvial e fossa séptica) em relação às demais práticas.

Assim sendo, em 2010, Minas Gerais contava com um grande contingente populacional sem acesso aos serviços de esgotamento sanitário, distribuído conforme a Figura 3. Das 4,1 milhões de pessoas com déficit em afastamento dos esgotos sanitários no estado, a maior parte (20,7%) residia no Território de Desenvolvimento Norte, 19,5% na Metropolitana e 8,3% na Sul. Rezende et al. (2007) destacam que a prevalência das soluções individuais, como as fossas, estão relacionadas não somente ao nível socioeconômico e à localização do domicílio, mas também às questões culturais.

Na Figura 3 são apresentados os mapas temáticos com a distribuição relativa da população residente em domicílios particulares permanentes com acesso à rede geral de esgoto ou pluvial.

Figura 3. Minas Gerais: percentual da população residente em domicílios particulares permanentes com acesso à rede de esgoto ou pluvial, por Território de Desenvolvimento, 2000 e 2010

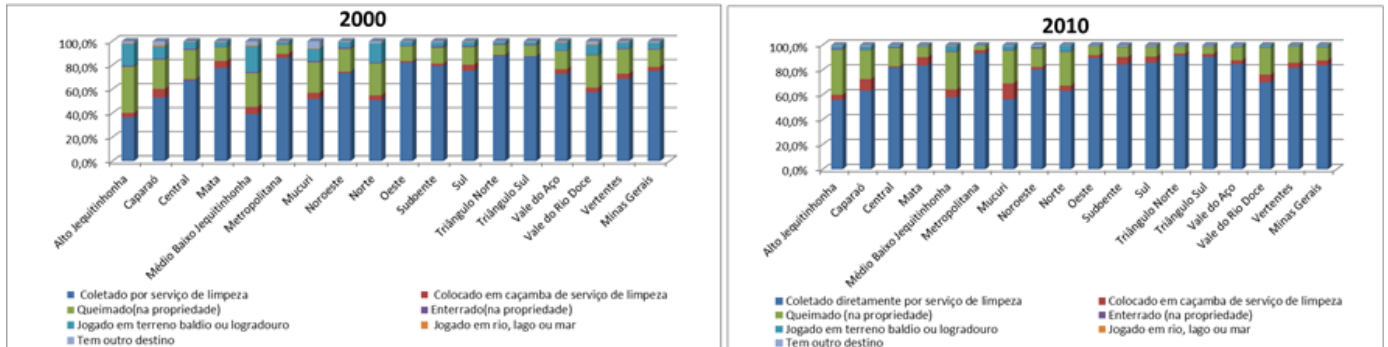


Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 2000 e 2010).

LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A situação do serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliares (RSD), segundo os dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, é indicada na Figura 4. Em Minas Gerais, no ano 2000, 75,0% dos domicílios particulares permanentes contavam com coleta direta de lixo. Em 2010, esse percentual sofreu incremento relativo de 11,4%, passando a representar 83,6%. Entre os domicílios atendidos, destaque para aqueles da Metropolitana (93,3%) e do Triângulo Norte (91,5%). Por outro lado, elevado percentual de domicílios localizados nos territórios do Alto Jequitinhonha (44,2%) e Mucuri (43,8%) não dispunha de qualquer tipo de coleta de resíduos. O lixo era queimado (na propriedade), enterrado (na propriedade), jogado em terreno baldio ou logradouro, jogado em rio, lago ou mar ou recebia outro destino.

Figura 4. Minas Gerais: percentual de domicílios particulares permanentes por situação do serviço de coleta dos resíduos sólidos domiciliares (RSD), por Território de Desenvolvimento, 2000 e 2010



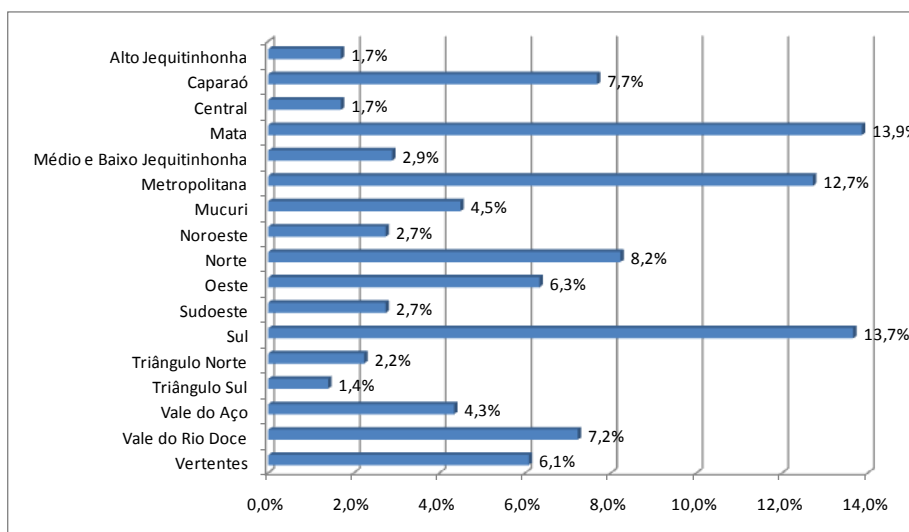
Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 2000 e 2010).

DRENAGEM PLUVIAL

Diferentemente dos outros componentes do saneamento básico, a drenagem urbana possui peculiaridades que dificultam sua caracterização quanto à cobertura da população. As variáveis que permitem uma aproximação desse índice dependem das características naturais de cada localidade, do processo de urbanização vivenciado por elas e de quão suficientes são as medidas adotadas para a devida operacionalização do sistema. Vale destacar ainda que as bacias hidrográficas são os limites geográficos dos escoamentos pluviais e que, por isso, municípios pertencentes à mesma bacia devem compartilhar, de maneira cooperativa e institucional, a gestão desses serviços (CHAMPS, 2009, p.339).

De acordo com a pesquisa do SEIS, foram registrados 2.006 casos de problemas relacionados à drenagem em Minas Gerais, no ano de 2011, ou seja, muitos municípios foram atingidos por mais de um evento relacionado à drenagem pluvial. Entre tais eventos estavam enchentes, alagamento/inundações, deslizamentos de terra/escorregamentos, enxurrada, erosão, e outros. Conforme pode ser visto na Figura 5, nos Territórios de Desenvolvimento da Mata (13,9%) e Sul (13,7%) ocorreram as maiores proporções de episódios relativos à drenagem pluvial. Como exemplo, tem-se que 23,4% das ocorrências na Mata foram de enxurrada e 20,5% de alagamentos/inundações. Por outro lado, as menores proporções de desastres ocasionados por problemas relativos à ocupação irregular e falta de ordenamento e controle do uso do solo foram verificadas nos territórios do Triângulo do Sul (1,4%), Alto Jequitinhonha e Central (1,7% cada).

Figura 5. Minas Gerais: percentual de episódios relacionados à drenagem urbana, por Território de Desenvolvimento, 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP); Centro de Estatística e Informação (CEI); Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento (SEIS).

PLANEJAMENTO URBANO MUNICIPAL

O planejamento urbano municipal é o instrumento básico de ordenamento do território. Sua importância é fundamentada por lei nacional (lei 10.257/2001) que define obrigatoriedade para municípios acima de 20.000 habitantes, mas também, segundo texto da lei, para aqueles que integram regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal; integrantes de áreas de especial interesse turístico; inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional; incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.

Em Minas Gerais, segundo dados do IBGE, em 2013, constatou-se que 35% dos municípios possuem Planos Diretores. Se considerados os municípios que declararam que o Plano Diretor está em processo de elaboração, encontram-se ainda 15% do total de municípios mineiros.

Os Territórios se diferenciam em relação à porcentagem dos municípios que possuem Planos Diretores. Conforme Tabela 1, alguns territórios se destacam com altos índices de elaboração de Planos Diretores, como é o caso do Metropolitano, Sudoeste, Oeste e Sul, onde quase metade de seus municípios contém Planos Diretores aprovados.

Tabela 1 – Elaboração de Planos Diretores Municipais por Territórios, 2004 e 2013.						
Território	Total munic.	Municípios acima 20mil hab.	Com plano diretor em 2004	%	Com Plano Diretor em 2013	%
07 Vale do Rio Doce	49	4	2	4,1	6	12,2
04 Mucuri	29	4	1	3,4	5	17,2
11 Caparaó	55	6	2	3,6	10	18,2
12 Mata	93	11	7	7,5	20	21,5
13 Vertentes	50	6	7	14,0	12	24,0
08 Vale do Aço	33	7	4	12,1	8	24,2
17 Triângulo Sul	27	7	4	14,8	7	25,9
02 Norte	86	20	10	11,6	27	31,4
03 Médio e Baixo Jequitinhonha	31	8	1	3,2	10	32,3
01 Noroeste	30	7	5	16,7	10	33,3
06 Central	17	5	0,1	0,6	7	41,2
05 Alto Jequitinhonha	24	5	1	4,2	10	41,7
16 Triângulo Norte	30	8	5	16,7	14	46,7
14 Sul	119	27	15	12,6	56	47,1
10 Oeste	56	16	10	17,9	28	50,0
15 Sudoeste	34	7	3	8,8	17	50,0
09 Metropolitana	90	30	18	20,0	52	57,8

Fonte: Munic, IBGE.

Além das altas porcentagens de municípios que possuem os Planos Diretores em 2013, os dados indicam que vários municípios desses Territórios elaboram Planos Diretores não seguindo uma obrigatoriedade da lei (mais 20.000 habitantes, dentre outros, cf. supramencionado). Isso significa que municípios com menos de 20.000 habitantes elaboraram seus Planos Diretores, buscando a implementação de políticas urbanas de organização territorial.

Vale lembrar que tal instrumento se configura como uma legislação urbanística aprovada, cabendo avaliar, no entanto, a implementação e a real efetividade das mesmas na resolução de problemas urbanos e no desenvolvimento dos municípios.



PMDI

PLANO MINEIRO DE
DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO

DIAGNÓSTICO SETORIAL SEGURANÇA PÚBLICA



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS
2016 A 2027

 **MINAS
GERAIS**
GOVERNO DE TODOS

O CENÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM MINAS GERAIS PRÉ-2003

Entre 1979 e 1984 a criminalidade, tal como percebida através das ocorrências policiais, sofre um grande aumento – os crimes contra o patrimônio triplicam em um período de três anos, especialmente em Belo Horizonte. O início da década de 1990 é marcado por uma grande crise financeira no Estado de Minas Gerais, que teve graves implicações para o aparato de segurança pública. A título de exemplo, Batitucci (2010) ressalta que a Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG tinha naquele momento 25% das viaturas indisponíveis, além de carência crônica de equipamento básico e de consumo (como armas de fogo, munição e até combustível para as viaturas). A Polícia Civil de Minas Gerais - PCMG teve, em meados da década (FJP, 2008), 30% de seu orçamento de custeio cortado, sendo zerado o orçamento de investimento. A partir de 1995, as taxas de criminalidade voltam a subir, e em ritmo cada vez mais intenso, e a crise institucional na segurança pública se torna cada vez mais evidente.

Batitucci e Saporì (1997) afirmavam que os maiores desafios enfrentados por Minas Gerais na segurança pública no final da década de 1990, se localizavam no aumento generalizado das taxas de criminalidade e na situação crítica do sistema prisional. De fato, de 1995 a 2003, a taxa de Crime Violento por 100 mil habitantes crescia quase 400% e, para os Roubos, o aumento chegou a 581% no mesmo período. Para o crime de Homicídio, observava-se um aumento de 96%. No caso da cidade de Belo Horizonte, os aumentos entre 1995 e 2003 chegaram a 393% para os crimes violentos, 490% no caso dos roubos e 316% para os homicídios.

Observava-se um crescimento desigual da participação dos grandes municípios do estado no total da criminalidade violenta registrada, que passou de menos de 48% do total em 1986, para 74% em 2004, com Belo Horizonte respondendo, naquele momento, por 41% de toda a criminalidade violenta registrada no Estado de Minas Gerais (FJP, 2005). Como ícone do grave momento institucional que o aparato de segurança pública enfrentava, o movimento grevista de 1997 impactou profundamente as organizações policiais de Minas Gerais, obrigando-as (especialmente a PMMG e, num sentido mais amplo, o próprio governo) a repensar as políticas para a área.

A situação do sistema prisional no final da década de 1990 não era menos grave, como ressaltam Ribeiro, Cruz e Batitucci (2005), dado que dos cerca de 13.500 presos que o sistema custodiava à época, apenas 3.000 se encontravam em unidades prisionais, sendo que o restante se amontoava nas delegacias de Polícia Civil na capital e no interior. Minas Gerais vivenciava uma situação crítica do sistema penitenciário (que, naquele momento, acumulava 26,7% do déficit total de vagas do sistema penitenciário brasileiro, mesmo possuindo apenas 8,24% do total da população carcerária).

Para Batitucci, Ribeiro e Saponi (2002), como diretrizes para uma política de segurança pública em Minas Gerais, sugeria-se, pela primeira vez, a necessidade de criação de um arcabouço institucional que reunisse sob uma única estrutura de coordenação e governança, todos os atores da área. Ressaltava-se, também, a necessidade de políticas específicas para a promoção da integração entre as organizações policiais, sua racionalização administrativa e operacional, forte investimento na gestão de recursos humanos e no suporte logístico às atividades operacionais; prioridade à reestruturação do sistema prisional e do sistema socioeducativo, além da necessidade de investir-se, também, em políticas de cunho preventivo.

CONTEXTO GERAL DA POLÍTICA DE DEFESA SOCIAL

Com o objetivo de racionalizar as ações empregadas na prevenção e repressão à criminalidade, sobretudo a violenta, no início de 2003 o governo estadual modificou o arranjo institucional na gestão de segurança pública criando a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS). Conforme apontam Cruz e Batitucci (2006), a nova secretaria constituiu o Sistema de Defesa Social do Estado de Minas Gerais, composto das organizações policiais, administração penitenciária, defensoria pública (posteriormente alçada à condição de independência funcional), corpo de bombeiros e atendimento ao menor em conflito com a lei. A principal alteração foi modificar o status das organizações policiais – Polícia Militar, Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar; que embora subordinadas diretamente ao governador, passaram a ficar sob a coordenação operacional da SEDS, ou seja, a política pública de defesa social passa, a partir deste momento, a ser orientada por uma única pasta governamental, no sentido de evitar ações fragmentadas.

Dentre as principais diretrizes da política estadual, naquele momento, focou-se na atenuação do problema crônico de superlotação prisional; na profissionalização da gestão penitenciária; na viabilização de um processo de integração operacional entre as polícias militar e civil e do corpo de bombeiros; no forte investimento na institucionalização técnica do atendimento aos adolescentes autores de ato infracional e, naquilo que se considerou a grande inovação da Política de Defesa Social, a implantação de uma política comunitária de prevenção social à criminalidade e violência.

Foi criado o **Colegiado de Integração do Sistema de Defesa Social**, composto pela cúpula da SEDS, dos comandantes das organizações policiais e Corpo de Bombeiros e de autoridades convidadas. O objetivo era a produção de decisões colegiadas através da construção de consensos institucionais, da cobrança direta e pública do comprometimento dos dirigentes e das instituições componentes do sistema para o diagnóstico, planejamento e solução de problemas relacionados à pasta e das ações e resultados acordados. Os principais desafios relacionavam-se no sentido de um realinhamento cultural e aprimoramento na gestão das organizações que compunham o sistema, de modo a ampliar os mecanismos de governança na segurança pública (CRUZ, 2005).

O novo desenho da gestão da segurança pública em Minas Gerais tinha como eixo principal a **Política de Integração do Sistema de Defesa Social**. Sob esta ótica, as ações iniciais da nova secretaria voltaram-se para a implantação do *Sistema Integrado de Defesa Social* (SIDS) calcado inicialmente na integração de informações dos órgãos e entidades do sistema de justiça criminal, com o objetivo de propiciar o compartilhamento de tecnologia e informações visando um trabalho articulado. As principais dificuldades encontradas relacionavam-se a existência de sistemas específicos de cada uma das instituições, que não se comunicavam de modo corporativo entre si, além das dificuldades de alocação de pessoal e espaço físico para constituição do núcleo central do sistema. Para superação dessas dificuldades estruturou-se o SIDS por meio do *Centro Integrado de Informações de Defesa Social* (CINDS) – responsável pela produção de informações e estatísticas para o sistema de defesa social; do *Centro Integrado de Atendimento e Despacho* (CIAD) – responsável pelo atendimento telefônico de emergência e pelo despacho de viaturas para ocorrências policiais; e do *Disque-Denúncia Unificado* (DDU) – constituído para receber denúncias anônimas por parte da população. Além deste aparato, investiu-se na universalização progressiva do projeto “*Olho Vivo*”, que consiste no monitoramento de imagens geradas por câmeras distribuídas em regiões com alto registro de ocorrências (“hot spots”) de crimes contra o patrimônio.

Além deste aparato, a política de integração também se organizava a partir de uma série de instrumentos de gestão operacional: as *áreas integradas de segurança pública* que reorganizavam, nos mesmos limites de responsabilidade territorial, as unidades operacionais da PMMG e da PCMG, que passaram a ter a mesma jurisdição territorial, criando-se uma nova regionalização no estado, específica para a segurança pública. Introduziu-se um boletim unificado de ocorrências policiais, que visava seguir e constituir fluxo em todo o procedimento de persecução penal, através de um *Registro de Eventos de Defesa Social* (REDS), que visava substituir os boletins de ocorrência policial e oferecer *inputs* à investigação policial e à atuação do Ministério Público e do Judiciário.

Em termos operacionais a política de integração instituiu o IGESP – *Integração e Gestão da Segurança Pública*, definido como um modelo de gestão que visava o compartilhamento de informações, a produção de diagnósticos unificados e a implantação de ações conjuntas das organizações do sistema, capazes de abarcar as diversidades de fenômenos que compõem o problema da criminalidade urbana, tendo por referência uma área de abrangência (e de responsabilidades operacionais) específica.

A grande inovação da nova política de Defesa Social foi a **Política de Prevenção Social à Criminalidade**, que passou, a partir de 2005, a ser constituída de 4 programas com objetivo de atuar em três níveis de prevenção. As ações de prevenção primária seriam realizadas diretamente nas áreas de maior incidência criminal, no sentido de mediar riscos e vulnerabilidades sociais, através de dois programas: o programa *Fica Vivo!* (FV) e o *Programa de Mediação de Conflitos* (PMC). A prevenção secundária, direcionada às pessoas que vivenciaram experiências de vitimização ou penalização, no sentido de qualificar a execução penal através de penas ou medidas alternativas à prisão, com o programa *Central de Penas Alternativas* (CEAPA). No nível terciário, a política, através do *Programa de Reintegração Social do Egresso* (PRESP), trazia o objetivo da inclusão social de egressos do sistema prisional (MINAS GERAIS, 2009).

O programa Fica Vivo! se institucionalizou voltado para o atendimento a jovens de 12 a 24 anos em situação de risco social e residentes em áreas com altos índices de criminalidade e violência, com o objetivo de promover a diminuição das taxas de homicídio e a melhoria da qualidade de vida da população, sobretudo dos jovens. A base do “Fica Vivo!” se constituiu de ações no nível local, voltadas para os jovens e a comunidade, buscando ouvir e qualificar as suas demandas, através de oficinas de esportes e atividades culturais, fóruns comunitários, atendimentos individuais e grupos de trabalho. As atividades desta dimensão, chamadas de “proteção social” são articuladas com atividades de repressão qualificada e de inteligência policial, através de um grupo de discussões chamado de “Grupo de Intervenção Estratégica” (GIE) que tem por objetivo coordenar (e qualificar) as ações em um dado território. O Programa de Mediação de Conflitos empreende ações específicas voltadas para resolução de conflitos, orientações sócio jurídicas, articulação e fomento à organização comunitária e institucional, a partir de indivíduos, famílias, grupos, comunidades e entidades comunitárias, visando prevenir fatores de risco e conflitos potenciais ou latentes, evitando que estes possam ser propulsores de ações violentas ou delituosas entre os envolvidos, além de um componente de ação preventiva, promovendo uma cultura da paz através de atividades comunitárias. O Fica Vivo! e o Programa Mediação de Conflitos, os programas de base local da Política de Prevenção, eram (e são) realizados através de um equipamento público, denominado *Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC)*, situado em áreas de altos índices de criminalidade, vulnerabilidade social e violência em Minas Gerais.

O programa Central de Penas Alternativas tem como objetivo promover o acompanhamento efetivo das penas e medidas alternativas através do resgate educativo e humano da pena, contribuindo para a não reincidência criminal. Busca desenvolver ações em parceria com a rede de proteção social, no sentido de acolher e intervir nas diversas demandas sociais, bem como acompanhar as penas de prestação de serviços à comunidade e penas pecuniárias. Já o Programa de Reintegração Social do Egresso promove ações que estimulem a participação do indivíduo egresso do sistema prisional, em sua dimensão de cidadania, minimizando fatores de risco social, atuando através da prestação de atendimentos individuais e em grupos nas áreas psicossociais e jurídica, articulando-se com a rede parceira e a comunidade para viabilizar e executar projetos para redução dos fatores de risco, diminuição das vulnerabilidades pessoais, enfrentando a violência sofrida e exercida como meio de minimizar a reincidência delitiva (MINAS GERAIS, 2009). Na lógica da Política de Prevenção, estes programas (CEAPA e PRESP) funcionam em base municipal, e não com foco em territórios específicos.

A partir do início da década de 2010 juntou-se à Política de Prevenção o *Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PETP)*, com o objetivo de prevenção primária ao tráfico de pessoas, voltado à vítimas, ou secundariamente à populações vulneráveis ao tráfico de pessoas. Secundariamente o programa também se propõe a atuar a partir de uma dimensão reativa, com o objetivo de assessorar na resolução de casos de tráfico de pessoas.

Outra importante dimensão da nova Política de Defesa Social se traduziu na institucionalização de uma nova **Política Prisional** para Minas Gerais, através da subordinação à SEDS de toda a administração penitenciária do Estado. Lastreado nos diagnósticos que revelavam a situação crítica do sistema prisional, esta política começa com a transferência progressiva da gestão das cadeias públicas e presídios para a Subsecretaria de Administração Penitenciária (posteriormente denominada Subsecretaria de Administração Prisional) e com o fechamento das carceragens nos distritos policiais da PCMG. Para aprimorar a gestão das unidades, contratou-se consultoria externa em 2003 para sistematizar os procedimentos em três áreas fundamentais de uma unidade prisional: segurança, ressocialização e administração, que foi compilado no chamado *Modelo Referencial de Gestão Prisional*, em que procedimentos operacionais padronizados para cada um dos procedimentos foi delineado e metas relativas a cada uma destas áreas foram definidas. Criou-se um conjunto de procedimentos operacionais padrão para organizar e qualificar o funcionamento da unidade prisional, em todas as suas dimensões, da segurança à ressocialização.

O estado passou, então, a investir pesadamente na abertura de vagas e/ou na reforma de unidades prisionais já existentes, multiplicando por seis o número de vagas disponíveis no período entre 2003 e 2014, como expresso nos gráficos 5 e 7.

Em conjunto com a Vara de Execução Criminal e Ministério Público foi elaborado um modelo de monitoramento dos condenados em regime externo durante os anos de 2007 e 2008, implantado a partir de 2011, com a utilização de *tornozeleiras eletrônicas*, que permitiram um melhor acompanhamento dos condenados em regime aberto e sua reinserção na sociedade. Ainda como alternativa ampliou-se o sistema de parcerias sob o modelo das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), uma metodologia de reintegração do apenado por meio de atividades laborais e educativas com suporte educacional, judicial e espiritual, através da participação de entidades da sociedade civil. Neste sentido foi realizado estudo para a implantação de um modelo de cogestão ou gestão indireta de unidades de custódia, sendo modelado um processo licitatório em 2009 para construção de um complexo penitenciário com 3.000 vagas na Região Metropolitana de Belo Horizonte por meio de Parceria Público-Privada (PPP), inaugurado no início de 2013.

Por fim, no bojo da criação da SEDS, criou-se a Superintendência de **Atendimento às Medidas Socioeducativas** (SAME) depois Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE), em substituição à Superintendência de Atendimento e Reeducação do Menor Infrator (SAREMI) que administrava o sistema desde 1988. Menicucci (2010) reforça que a nova superintendência buscava desenvolver estratégias e ações voltadas para responder às demandas de uma política socioeducativa condizentes com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A lógica de atendimento baseava-se em unidades pequenas, com foco nas ações técnicas e educativas, e em parcerias com entidades da sociedade civil, seguindo os parâmetros iniciados no ano 2000. O peso político da superintendência, equiparada na SEDS com o aparato responsável pelas organizações policiais e pelo sistema prisional, apontava para a ideia de que a questão deveria ter um papel significativo no contexto do Sistema de Defesa Social de Minas Gerais.

Neste escopo, previu-se a ampliação de vagas e a interiorização das unidades socioeducativas, que até então estavam concentradas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esta nova organização buscava reforçar o status institucional da área como a única responsável pela elaboração e coordenação de toda política de atendimento às medidas socioeducativas, com o gerenciamento daquelas privativas e restritivas de liberdade e também com o apoio às medidas de meio aberto. Isto significava maior robustez para buscar maiores orçamentos, ampliação de equipe técnica e agentes de segurança socioeducativos.

Para melhorar a articulação entre os Poderes Judiciário e Executivo, parte importante do processo de ressocialização do adolescente, um novo arranjo institucional foi estruturado, através da criação, em 2008, do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA-BH), como meio de agilizar os procedimentos entre as organizações policiais, o Judiciário, a Promotoria, a Defensoria Pública e a SEDS. Em um mesmo local passaram a estar reunidos membros da SUASE, da Delegacia, da Promotoria e do Judiciário que são responsáveis por acompanhar o adolescente apreendido por ato infracional, e agilizar a marcação de audiências e o atendimento.

TRAJETÓRIA E CENÁRIO ATUAL DA POLÍTICA DE DEFESA SOCIAL

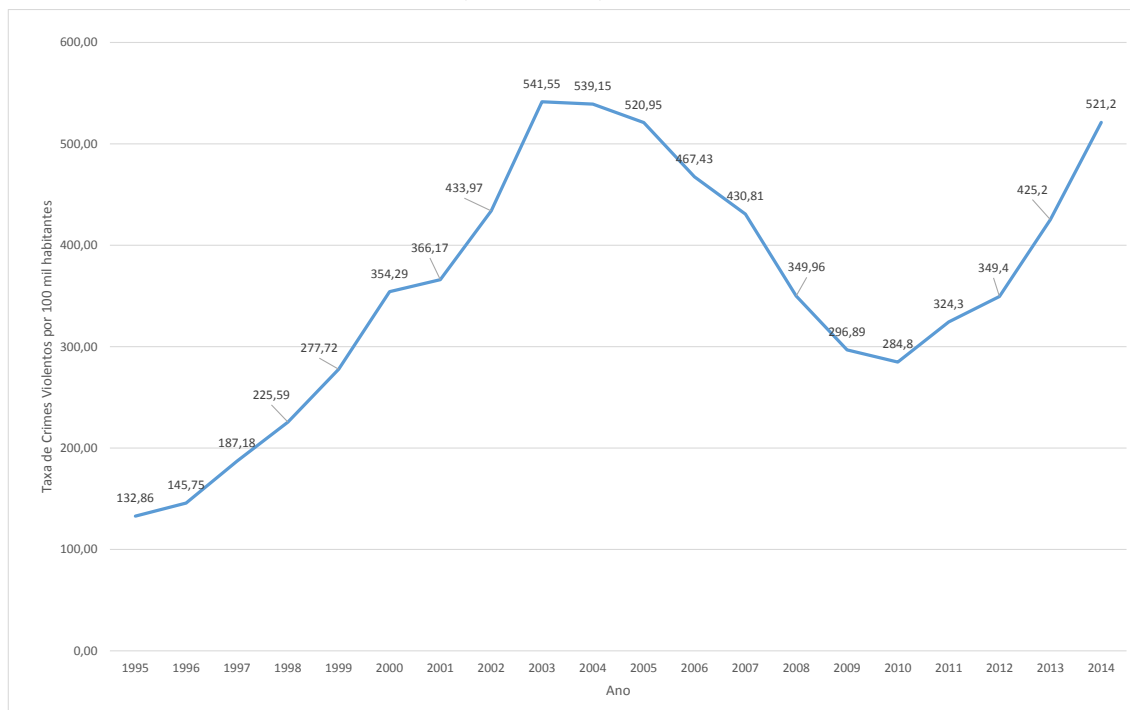
CENÁRIO ATUAL DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS

Ainda que tenha sido verificado um aumento dos recursos públicos destinados à área de segurança pública no estado (o percentual de gastos na função segurança pública, em relação ao total de despesas correntes pulou, em Minas Gerais, de 9,45% em 1999 para 15,11% em 2007⁵⁴), esse novo arranjo institucional não foi suficiente para manter a redução dos índices de criminalidade e violência observados no início da década. Tal como contabilizados a partir das ocorrências registradas pelas organizações policiais, os patamares de criminalidade retornaram, no início da década de 2010, aos índices observados no início dos anos 2000.

Os Crimes Violentos, por exemplo, a despeito de vivenciarem queda de aproximadamente 45,33% entre 2005 e 2010, aumentaram 83,00% entre 2010 e 2014, retornando aos patamares de 2005, como pode-se observar no Gráfico 1.

⁵⁴ Segundo dados do Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira de Estados e Municípios – COREM, 2010

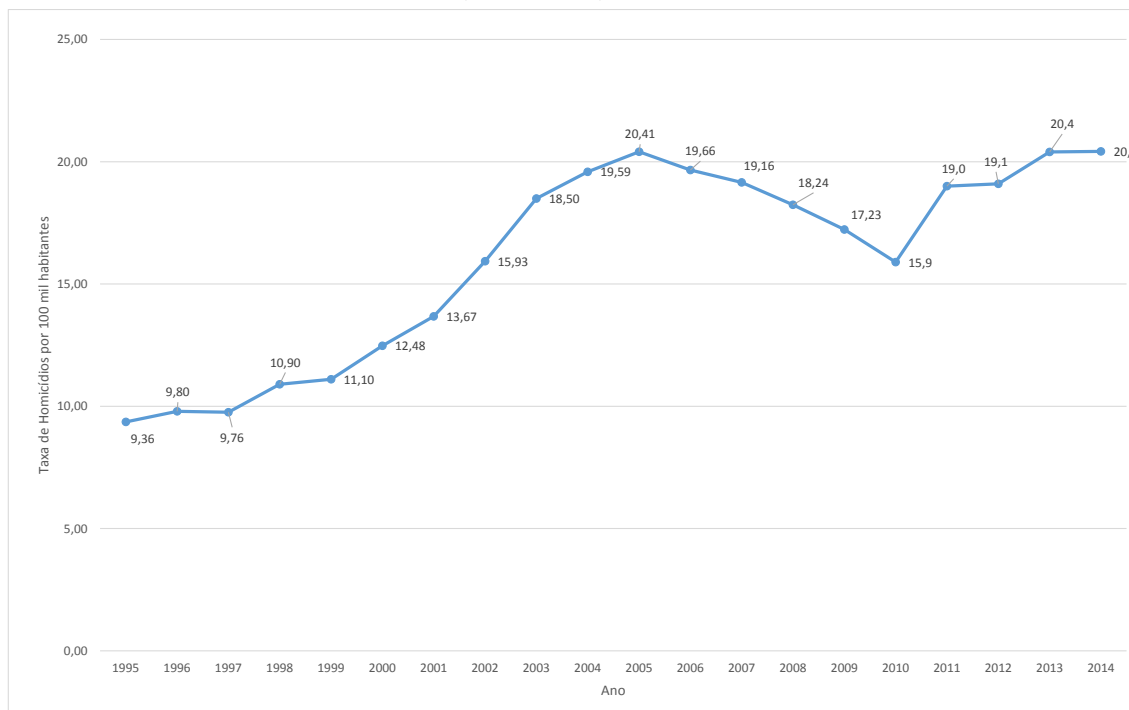
Gráfico 1 – Evolução das Taxas de Crimes Violentos por 100 mil habitantes – Minas Gerais (1995-2014)



Dados Básicos: CINDS/SEDS. Elaboração NESP/FJP

Da mesma forma aconteceu com as ocorrências de Homicídios, que apresentaram queda de 22% entre 2005 e 2010, tendo retornado exatamente aos mesmos valores do início da década, anulando completamente a queda observada, conforme podemos observar no Gráfico 2. Na verdade, a questão dos homicídios evidencia uma característica específica deste tipo de ocorrência, também presente em Minas Gerais, que merece atenção do ponto de vista da Gestão pública. A violência por homicídios no Brasil apresenta um acentuado risco para a população jovem, de 15 a 29 anos, e nesta, para os jovens negros.

Gráfico 2 – Evolução das Taxas de Homicídios por 100 mil habitantes – Minas Gerais (1995-2014)

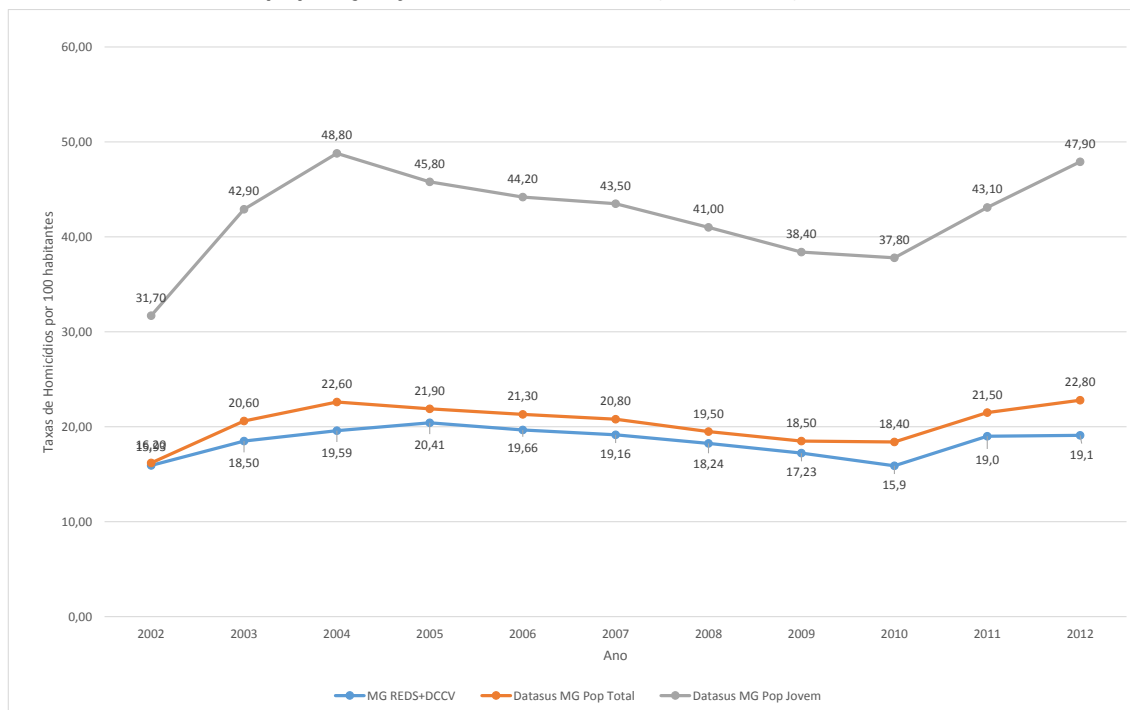


Dados Básicos: CINDS/SEDS. Elaboração NESP/FJP

Assim, apesar do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade⁵⁵ classificar o estado de Minas Gerais, comparativamente aos outros estados da federação, como de baixo risco (0,28 em uma escala de zero a um), considera-se que as taxas de homicídios nesta faixa etária, em Minas Gerais, são duas vezes mais altas do que para o total da população, e que o risco do jovem negro ser vítima no nosso estado é 2,2 vezes mais alto do que o risco contabilizado para o jovem branco. O Gráfico 3 apresenta as taxas de homicídios a partir dos dados da SEDS e do Ministério da Saúde, neste último caso para a população total e para a população jovem.

⁵⁵ Brasil, 2015.

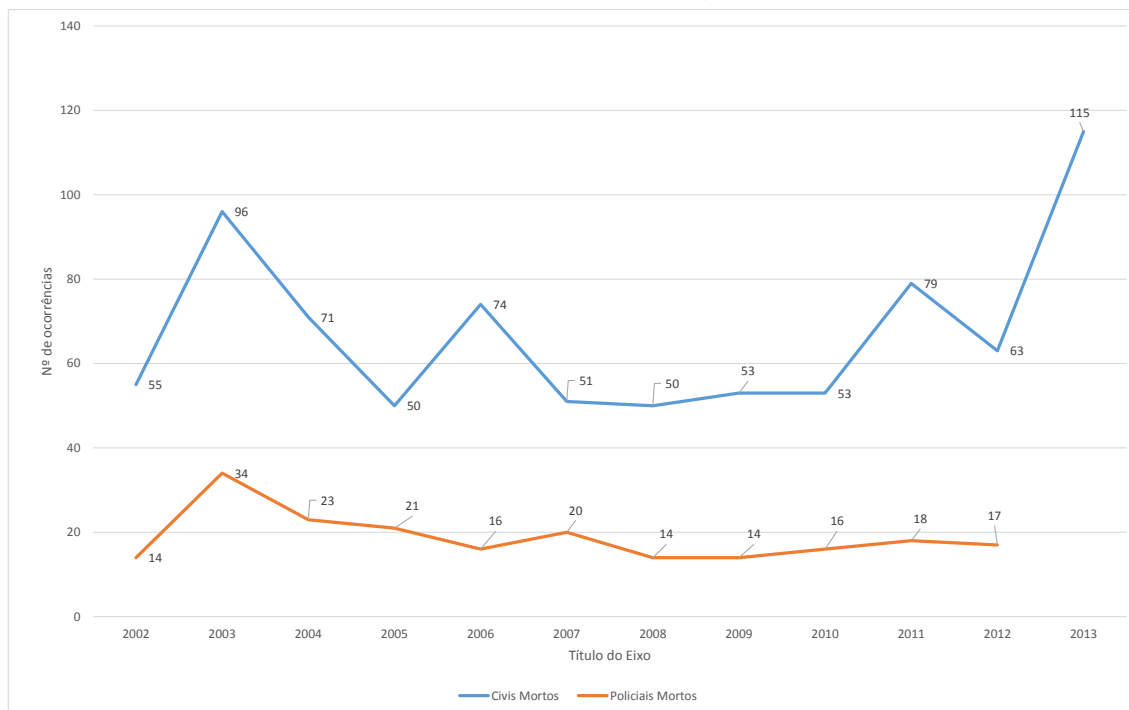
Gráfico 3 – Evolução das Taxas de Homicídios por 100 mil habitantes – população total e população jovem. Minas Gerais (2002-2012)



Dados Básicos: DATASUS - Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde. CINDS/SEDS. Elaboração NESP/FJP

A despeito da ordem de grandeza da *letalidade* policial em Minas Gerais ser de 10 a 20 vezes menor, comparativamente a estados como São Paulo e Rio de Janeiro sua magnitude ainda é elevada para a realidade mineira. Especialmente ao longo dos últimos três anos, Minas Gerais tem experimentado crescimento expressivo de suas taxas de letalidade policial. Entre 2008 e 2011, as polícias mineiras eram responsáveis, em média, por 50 homicídios anuais. A partir de 2012, o fenômeno da letalidade começa a manifestar tendência de crescimento, culminando em 2014 com 115 mortes decorrentes de intervenção policial. Por outro lado, a mortalidade violenta de policiais tem se mantido relativamente estável desde 2008, se mantendo em patamares relativamente baixos. O gráfico 4 a seguir ilustra essa tendência.

Gráfico 4 – Letalidade Policial e Mortalidade Violenta de Policiais e Agentes de Segurança em Minas Gerais (2002-2013)



Dados Básicos: SEDS. Elaboração NESP/FJP

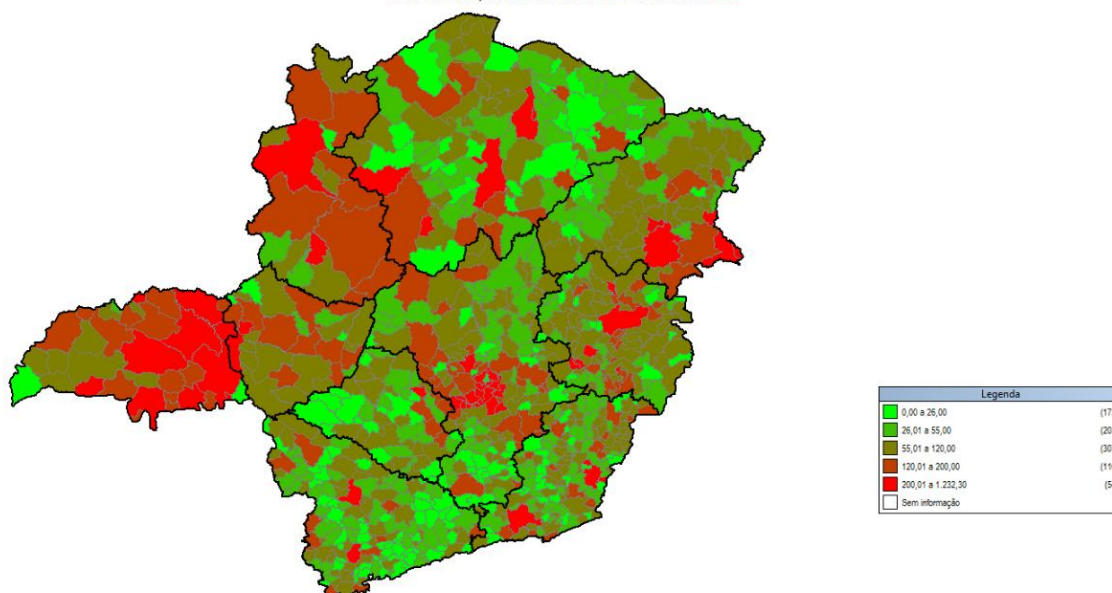
Em pesquisa que teve por objetivo investigar mecanismos de filtragem racial na abordagem policial a suspeitos (SINHORETTO *et alli*, 2014), observou-se que a filtragem racial é evidente também nestes casos, analisando-se as informações disponíveis para Minas Gerais entre 2012 e 2013, tanto para os homicídios cometidos por agentes da Lei (51,9% das vítimas em Minas eram negras, enquanto que apenas 26,5% brancas), bem como para as prisões em flagrante delito, fruto de abordagens a suspeitos, onde negros e pardos corresponderam a 68% do total de detidos, enquanto que apenas 28% eram brancos.

Além disso, a evolução das taxas de crimes violentos em Minas Gerais evidencia a interiorização da violência para os pequenos e médios municípios do estado (entre 25 e 100 mil habitantes), que vivenciaram aumentos de mais de 200% nos patamares das taxas de crimes violentos, entre 1996 e 2009 (CRUZ *et alli*, 2011). Altos índices de violência, que antes se concentravam na região metropolitana de Belo Horizonte, e nos grandes municípios do estado, irradiaram-se durante o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, numa realidade hoje presente na maioria dos municípios de Minas Gerais.

A Distribuição espacial da criminalidade no Estado apresenta padrões bem claros, que vêm se consolidando desde o final da década de 1990. Em Minas Gerais os Crimes Violentos se concentram nos grandes municípios do estado e em seu entorno, e nas áreas de maior pujança econômica, seja na sua vertente urbana, seja em sua vertente rural. Os Mapas 1 e 2, abaixo, relativos respectivamente aos anos de 2000 e 2011, evidenciam esta distribuição e apontam para o recrudescimento da criminalidade na RMBH, no Triângulo Mineiro, no Alto Paranaíba, no Noroeste de Minas, na região de Montes Claros e no entorno dos grandes eixos de transporte rodoviário do estado (BR's 381, 262, 116 e 040), além de grandes municípios do Sul de Minas, Zona da Mata, Mucuri e Rio Doce.

Mapa 1

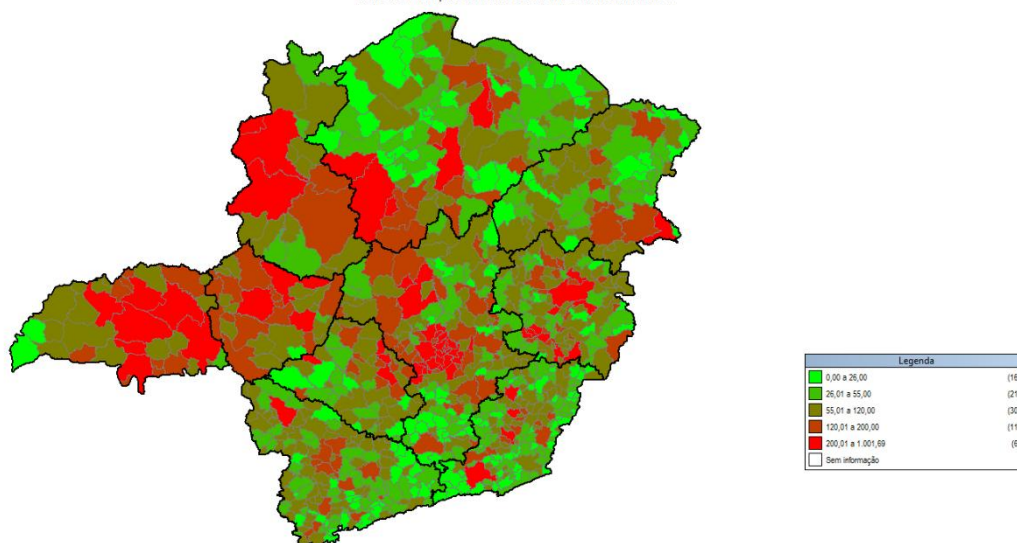
Taxa de crimes violentos (por cem mil hab)
Todos os municípios de Minas Gerais - Ano de referência: 2000



Fonte: FJP/IMRS, 2013.

Mapa 2

Taxa de crimes violentos (por cem mil hab)
Todos os municípios de Minas Gerais - Ano de referência: 2011



Fonte: FJP/IMRS, 2013

CENÁRIO ATUAL DA POLÍTICA DE DEFESA SOCIAL EM MINAS GERAIS

Política de Integração do Sistema de Defesa Social

A Política de Integração tem papel central no arranjo institucional implementado para a segurança pública mineira a partir de 2003 uma vez que, além de se constituir em seu principal instrumento de mediação, seria também a mais importante ferramenta de implementação dos objetivos que conformam a rede organizacional do Sistema de Defesa Social. Por meio dela, são materializados os espaços de concertação em torno dos quais as estratégias e os principais objetivos da rede são construídos e levados à execução, em projetos que envolvem todos os atores do Sistema de Defesa Social.

Como colocado, a instância máxima de concertação desta rede organizacional – e, conseqüentemente, de condução da Política de Integração – é denominada ‘*Colegiado de Integração do Sistema de Defesa Social*’ e é formada pelos titulares máximos de cada instituição que a compõe. Neste fórum, pautado pelo alinhamento horizontal e com agenda periódica de encontros, são deliberadas as principais estratégias e diretrizes do Sistema, assim como acompanhados os resultados e discutidas eventuais inflexões surgidas ao longo da execução das atividades.

Considerando o grande número e as especificidades técnicas das frentes de trabalho desenvolvidas pela Política de Integração, a governança colegiada se desdobrou, a partir do Colegiado de Integração, em instâncias colegiadas de nível tático e operacional. Em linhas gerais, isso significa que cada projeto seria concebido, planejado, executado e acompanhado por equipes formadas por especialistas designados como representantes de cada instituição do Sistema de Defesa Social – ou seja, manter-se-ia, desde o topo da Política, até seu nível mais operacional, o modelo de gestão colegiada e horizontal, tendo todos os participantes igual voz nas instâncias integradas e cabendo à SEDS a coordenação dos grupos de trabalho.

No que tange ao seu objetivo, a Política de Integração busca “empreender esforços multidisciplinares na construção de ferramentas e conhecimentos visando, em última instância, o incremento da qualidade da prestação do serviço público, ou seja, do atendimento ao cidadão, da sensação de segurança e o decréscimo da criminalidade e violência” (FIGUEIREDO e BATITUCCI, 2014). De forma geral, é possível agrupar os projetos da Política de Integração em três grandes “eixos”, conforme sua lógica de organização.

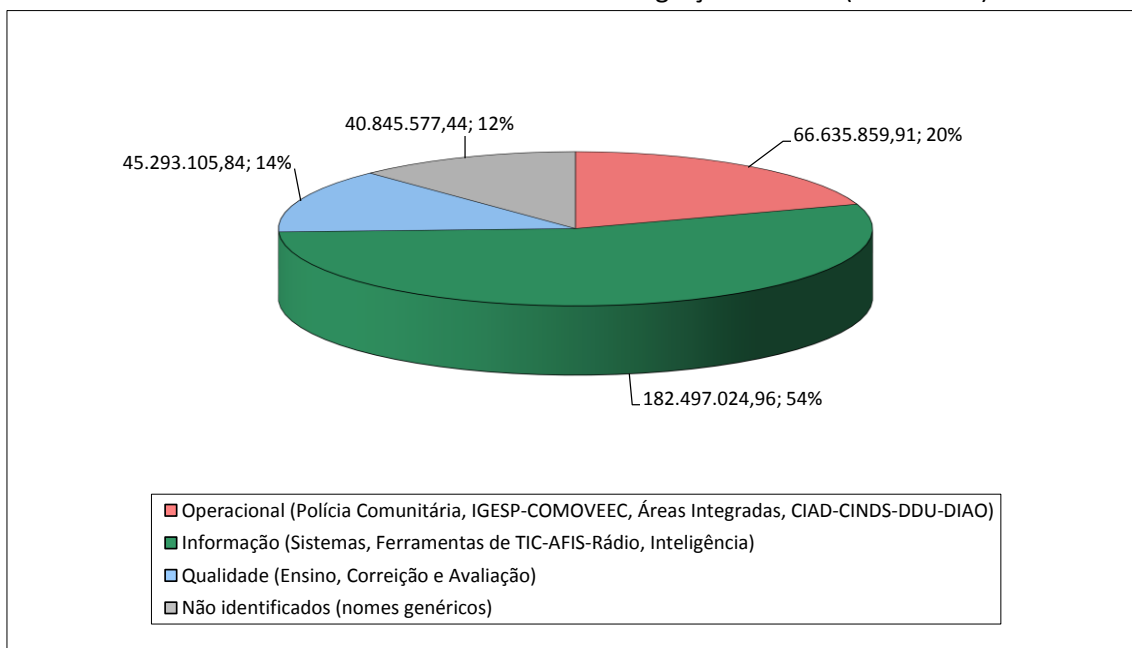
Ao eixo *operacional* corresponde o conjunto de intervenções implicadas na melhoria da qualidade da ação finalística e do alinhamento do Sistema de Defesa Social, seja pela introdução de novas técnicas de planejamento e atuação conjuntas, seja pela inserção de ferramentas de suporte à operação das polícias e dos sistemas prisional e socioeducativo. A este eixo correspondem os projetos “Áreas Integradas de Segurança Pública”, “Diretriz Integrada de Ações e Operações de Defesa Social – DIAO” e “Integração da Gestão em Segurança Pública – IGESP”.

O eixo *informação* congrega todas as intervenções, projetos e atividades voltadas para a produção de conhecimento indispensável à atuação operacional e à formulação de diretrizes e estratégias de ação para o Sistema de Defesa Social. Aqui, além das ferramentas de tecnologia da informação que viabilizam a consolidação e sistematização de conhecimentos dispersos (por exemplo, a informatização do antigo boletim de ocorrências), ainda ganha destaque a vertente da aprendizagem organizacional, que se traduz na incorporação das informações relevantes produzidas ao cotidiano institucional dos atores responsáveis pela produção das políticas públicas de segurança estaduais. O principal projeto deste eixo é o “Sistema Integrado de Defesa Social – SIDS” e seus correlatos.

Por fim, o eixo *capital humano* é responsável pelas ações de desenvolvimento do operador da segurança pública com vistas à formação de uma cultura de integração que constitua identidade institucional para a rede, de um lado, e de outro, alinhe a condução de questões relacionadas a desvios de conduta que possam afetar, direta ou indiretamente, essa mesma identidade. A este eixo pertence o projeto “Ensino Integrado”.

Trabalho da Fundação João Pinheiro (FJP, 2013) evidenciou que a Política de Integração consumiu, entre recursos destinados ao custeio e investimentos, cerca de trezentos e trinta e cinco milhões de reais, entre os anos de 2004 a 2011(Gráfico 4), majoritariamente investidos nos sistemas de informação do SIDS, especialmente no CIAD – Centro Integrado de Atendimento e Despacho de Viaturas, REDS – Registro de Eventos de Defesa Social, no Programa “Olho Vivo”, e na rede Rádio das organizações policiais.

Gráfico 4: Síntese do Gasto na Política de Integração da SEDS (2004-2011)



Fonte: FJP, 2013.

Política de Prevenção à Criminalidade

A Política de Prevenção Social à Criminalidade tem, hoje, como objetivo geral, “contribuir para a prevenção e redução de violências e criminalidades incidentes sobre determinados territórios e grupos mais vulneráveis a esses fenômenos e para o aumento da sensação de segurança no Estado de Minas Gerais” (CPEC, 2014). Ela elege, como público alvo, jovens e moradores de territórios com maior concentração de crimes de homicídio, pessoas em cumprimento de penas e medidas alternativas, pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares, e pessoas e famílias em situação de tráfico de pessoas.

Ao contrário das outras atividades-fim da SEDS, a política de prevenção não atingiu, em sua trajetória, o nível de *subsecretaria*, permanecendo, no arranjo organizacional atual da SEDS, como uma *coordenadoria*, vinculada diretamente ao Secretário de Estado de Defesa Social. Isso traz, evidentemente, consequências do ponto de vista institucional, tal como maior precariedade de representatividade institucional, e as desvantagens dela advindas, tais como desvantagens na partilha de recursos e na consideração sobre a importância estratégica que a política e seus resultados podem vir a ter no cômputo geral das atividades da pasta.

Atualmente, no caso dos programas de base municipal (CEAPA e PRESP), a política está presente em 13 municípios; é operada a partir de 34 centros de prevenção de base local (os CPC's – local de funcionamento dos programas FICA VIVO e PMC) – presentes em 12 municípios (sendo que dois destes centros, nos municípios de Sabará e Uberaba, foram fechados pelo governo do estado ao final de 2014), além de um equipamento com abrangência estadual, responsável pelo funcionamento do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Todos os programas da política de prevenção passaram por renovação de seus *marcos-lógicos* entre 2013 e 2014, atualizando os seus objetivos, seu público alvo e árvores de problema, sendo que a política e os seus programas são avaliados, hoje, por 8 indicadores: nº de inscritos no PRESP; nº de atendimentos de egressos do sistema prisional; nº de atendimentos no PMC; % de casos concluídos no PMC que chegaram a resolução pacífica de conflitos; nº de novas penas monitoradas pelo CEAPA; % de cumprimento de penas e medidas alternativas; média mensal de jovens em atendimento regular pelo FV; nº atendimentos do programa FV.

A política de prevenção é a única política da SEDS operada, desde 2005, através de termo de parceria entre a Secretaria e uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, o Instituto ELO. Nestes dez anos, a SEDS repassou pouco mais de cento e quarenta e sete milhões de reais através deste termo de parceria, o que sugere custo médio superior a quatorze milhões de reais por ano. De outro lado, a política produziu os seguintes atendimentos (Tabela 1) e com os seguintes custos médios por programa (Tabela 2):

Tabela 1 – Evolução do Número de Atendimentos nos Programas de Prevenção (2004-2014)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Número de atendimentos do programa Fica Vivo!	2.214	24.646	105.193	181.191	200.640	228.439	227.058	195.140	164.822	155.916	122.818
Número de Atendimentos pelo Programa Mediação de Conflitos			15.472	17.386	19.210	20.161	20.106	19.484	21.516	22.339	19.598
Número de Penas e Medidas Alternativas monitoradas pelo CEAPA	1.367	1.405	6.158	8.101	10.509	12.197	10.691	9.937	8.862	9.949	7.965
Número de Atendimentos a Egressos e seus Familiares pelo PRESP		440	3.827	9.469	11.798	n/a	16.826	17.966	20.082	20.289	16.629
Total de Atendimentos	3.581	26.491	130.650	216.147	242.157	260.797	274.681	242.527	215.282	208.493	167.010

Fonte: Superintendência de Prevenção Social à Criminalidade, SEDS, 2014. Nota: atendimentos até outubro/2014

Tabela 2 – Custo Médio por Usuário dos Programas de Prevenção (2005-2014)

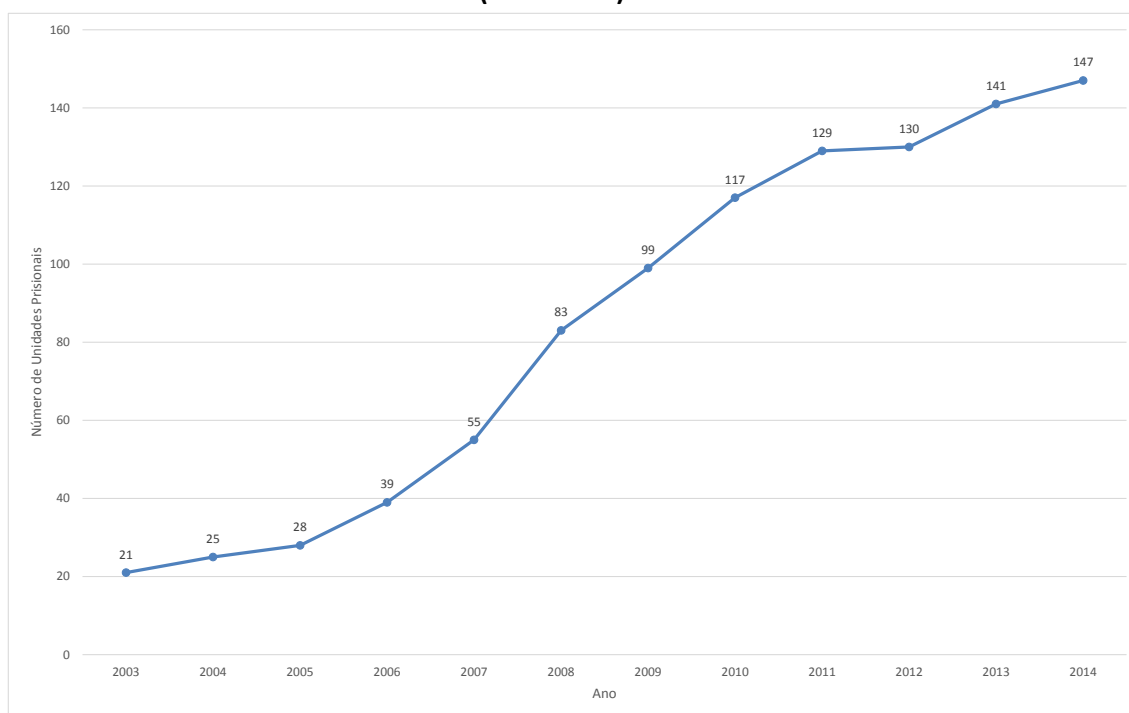
	CEAPA	PRES P	FICA VIVO!	PMC
Custo Médio por Usuário do Programa (R\$, 2005-2014)	316,52	987,82	1.020,79	1.163,40

Fonte: Superintendência de Prevenção Social à Criminalidade, SEDS, 2014. Nota: atendimentos até outubro/2014

Política Prisional

A política prisional foi uma das áreas de atuação da SEDS que se mostrou mais dinâmicas no período 2003-2014 e onde houve mais investimentos do Estado. Partindo de uma situação crítica, o sistema prisional evoluiu de 21 unidades em 2003, para 147 unidades em 2014, como podemos ver no Gráfico 5.

Gráfico 5: Evolução do Número de Unidades Prisionais sob a Gestão da SEDS (2003-2014)



Fonte: SUAPI/SEDS, 2014.

Este investimento representou a abertura de cerca de vinte e nove mil vagas, seja em novas unidades, seja em unidades que foram reformadas ou transferidas pela PCMG. Esta ação visava combater emergencialmente a situação de falência deste sistema e o absurdo déficit de vagas que se observava em 2003 (cerca de 4,1 preso por vaga disponível, considerando os presos custodiados pela PCMG), mas propiciou, progressivamente, a consolidação do sistema prisional em Minas Gerais, hoje o segundo maior do país.

Neste processo de consolidação, a SUAPI – Subsecretaria de Administração Prisional investiu tanto na construção, manutenção e reforma de unidades prisionais, bem como em sua gestão operacional cotidiana. Como dito, o *modelo referencial de gestão prisional*, consolidou um conjunto de procedimentos operacionais padrão que visam regular e oferecer previsibilidade ao funcionamento cotidiano de uma unidade, especialmente no que se refere ao relacionamento entre os agentes prisionais e os internos, no sentido de evitar ou coibir abusos ou desvios. Estes procedimentos reduziram substantivamente os casos de denúncias de violência, seja aquela praticada por agentes junto aos custodiados, seja entre estes.

O sistema investiu em uma corregedoria centralizada e em procedimentos racionalizados para a alocação de vagas em suas unidades, bem como em um sistema de inteligência e informações. Também foi consolidado um plano de cargos e salários para as carreiras funcionais do sistema, que cresceram em quantitativo (a título de exemplo, são cerca de 18 mil⁵⁶ cargos de agente prisional) e em identidade simbólica e profissional.

O atendimento ao preso foi consolidado como uma área específica da política, visando oferecer oportunidades de estudo, trabalho e assistência ao custodiado, procurando o cumprimento das demandas colocadas pela Lei de Execução Penal. Uma série de iniciativas de humanização do cumprimento da pena foi consolidada, tais como a criação de pavilhões específicos para o custodiado homossexual, de unidades específicas para mulheres, a criação do Centro de Referência da Mulher Gestante privada de liberdade, e a criação do Núcleo de Atendimento à Família do preso. Também houve grande investimento nas políticas de educação e de trabalho para o custodiado que abarcam, hoje, número não desprezível de custodiados no sistema, tal como podemos observar no Gráfico 6.

Gráfico 6: Evolução do número relativo de Presos Estudando e Trabalhando nas Unidades da SUAPI - (2006-2014)

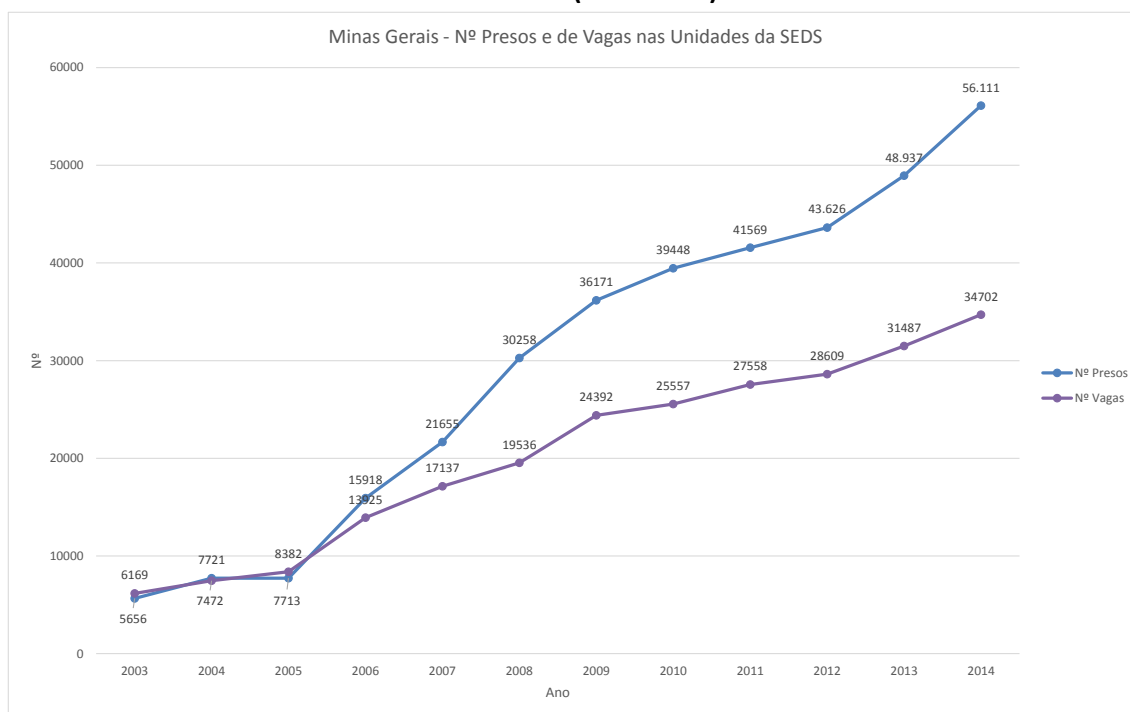


Fonte: SUAPI/SEDS, 2014.

⁵⁶ Cf. Lei 20591 de 28/12/2012, Art. 17.

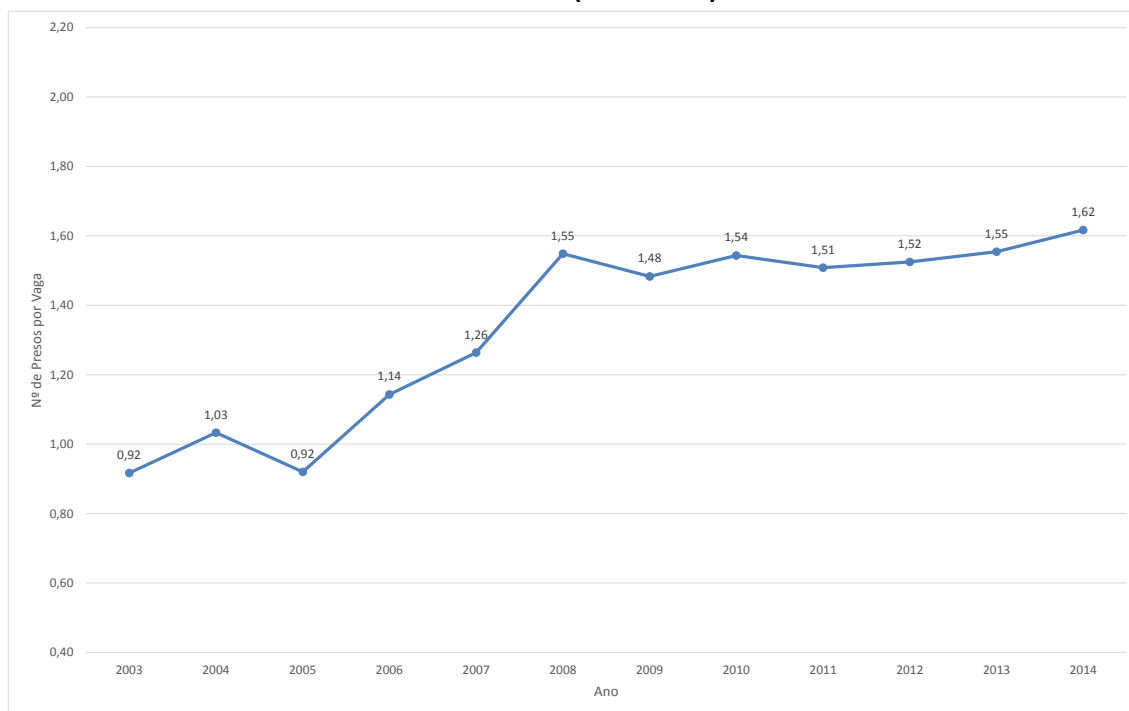
Entretanto, todo este investimento não foi suficiente para atender a demanda punitiva do Sistema de Defesa Social de Minas Gerais. Apenas a PMMG deteve mais de trezentas mil pessoas em 2012 (Sinhoretto *et alli*, 2014), o que equivale aproximadamente a 1,5% da população total do estado estimada para aquele ano. Neste sentido, se a disponibilidade de vagas do sistema prisional cresceu, cresceu ainda mais intensamente o número de indivíduos custodiados pelo sistema (Gráfico 7), mantendo-se o patamar do déficit de vagas no sistema prisional de Minas Gerais, com uma taxa de ocupação de 1,6 preso para cada vaga disponível, como podemos observar no Gráfico 8.

Gráfico 7: Evolução do Número de Presos e Vagas nas Unidades da SUAPI Minas Gerais – (2003-2014)



Fonte: SUAPI/SEDS, 2014.

**Gráfico 8: Evolução da Taxa de Ocupação das Vagas nas Unidades da SUAPI
Minas Gerais – (2003-2014)**



Fonte: SUAPI/SEDS, 2014.

Dados da SUAPI indicam que o sistema prisional executou (custeio e investimento), em 2014, cerca de trezentos e oitenta milhões de reais⁵⁷, o que, somado ao custo de pessoal, equivale a um custo-presos mensal que girou em torno de dois mil reais.

Política Socioeducativa

Conforme colocado, ao vincular as políticas do sistema socioeducativo ao escopo institucional da SEDS, a área viu-se reforçada, seja em sua importância simbólica, seja, potencialmente, na sua capacidade institucional. Neste escopo, previu-se a interiorização das vagas do sistema (que naquele momento se concentravam na RMBH). Em 2003 havia 12 unidades em funcionamento, com um total de 233 vagas para internação, 45 vagas para internação provisória e 52 vagas para semiliberdade. Naquele momento os investimentos voltaram-se para a construção de unidades e para a estruturação da subsecretaria, com a criação da carreira do agente socioeducativo, em 2005.

⁵⁷ Somado à folha de pessoal este custo ultrapassou um bilhão e trezentos e vinte e um milhões de reais em 2014.

A partir de 2007 um novo desenho institucional racionalizou a organização das atividades, oferecendo mais complexidade à política, separando a gestão das medidas de privação de liberdade, da gestão das medidas de meio aberto, objetivando a dinamização das alternativas à internação, promovendo as medidas de *prestação de serviços à comunidade* (PSC) e as medidas de *liberdade assistida* (LA), a aproximação com o Judiciário e o fomento ao convênio com os municípios, a quem cabe a execução das medidas de meio aberto. A criação do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA-BH), em 2008, coroou este processo.

Trabalho da Fundação João Pinheiro (FJP, 2013) observou que a trajetória de estruturação do sistema vem seguindo o seu curso, seja com relação ao aprimoramento dos mecanismos de gestão e informação, seja com relação às demandas por equilíbrio entre as atividades de ressocialização e de segurança, com a manutenção e reforço cognitivo da metodologia desenvolvida pela SUASE, premiada nacionalmente como uma das melhores metodologias para a complexidade da atividade.

Os atos violentos praticados por crianças e adolescentes, entretanto, vem ganhando espaço na agenda pública, como um fenômeno de grande preocupação para a sociedade brasileira. A demanda punitiva que resulta daí vem pressionando o sistema para a abertura de mais vagas para a internação, especialmente no interior do estado.

Atualmente existem no estado 26 centros socioeducativos, sendo 18 voltados para a internação provisória e por tempo indeterminado, e oito para medidas de semiliberdade, sendo apenas duas sob gestão municipal e uma unidade sob gestão de uma organização não governamental, todas seguindo a metodologia determinada pela SUASE.

SÍNTESE CRÍTICA DA POLÍTICA DE DEFESA SOCIAL 2003-2014

Conforme se viu, a partir de 2010 os índices de criminalidade e violência voltaram a subir, indicando um esgarçamento da política de Defesa Social do Estado de Minas Gerais.

Verificou-se (FJP, 2013)⁵⁸ que a partir de 2008 houve uma expansão dos projetos sem o devido suporte técnico, material e humano para sua sustentação, indicando apropriação eminentemente política das atividades da pasta. Ao mesmo tempo, as dinâmicas da violência e criminalidade em Minas Gerais indicam que a maioria dos crimes letais no estado encontram-se relacionados às dinâmicas de proximidade (comunitárias), por um lado; e à prevalência de violência doméstica nas relações familiares. Denota-se, portanto, uma necessidade clara de se privilegiar intervenções de natureza comunitária, com foco territorial (local), baseada em

⁵⁸ Entre 2012 e 2014 a Fundação João Pinheiro realizou diagnóstico sistemático da trajetória da política de Defesa Social de Minas Gerais, sob demanda da SEDS e do Governo de Minas Gerais. Algumas das informações desta seção estão baseadas nos resultados deste trabalho.

estratégias de mediação e dissolução (ou neutralização) das dinâmicas conflitivas locais. As evidências denotam também a necessidade de intervenções voltadas a dar conta do problema da ampla disponibilidade de armas de fogo e a urgência de se conceber estratégias mais sistemáticas de prevenção à violência doméstica.

Com a perda progressiva da referência técnica como dimensão substantiva para a definição das escolhas no desenvolvimento da política pública, esta se viu, entretanto, cada vez mais desbalanceada, tendo como referência primordial (e muitas vezes como única referência) interesses voltados às questões de momento, sem horizonte e/ou substância para a continuidade e sistematicidade dos esforços institucionais. Investir na dimensão técnica da política de integração, no entendimento de seus processos e no domínio do conhecimento associado a eles evitará a abertura de lacunas institucionais que inviabilizam a adequada gestão da segurança pública. É impossível fazer isso sem um corpo técnico efetivo, altamente capacitado, motivado, e empoderado politicamente.

FALÊNCIA DO MODELO DE DECISÃO COLEGIADA

As complexidades dos problemas enfrentados pela Política de Integração do Sistema de Defesa Social, e as especificidades do desenho da ação pública na área, redundaram em muitos problemas que a SEDS ainda não foi capaz de resolver. A trajetória da Política de Integração evidencia que a SEDS não foi capaz de consolidar os seus instrumentos de gestão, especialmente os de decisão colegiada, e encontrar ressonância política e técnica para a implantação de muitos dos seus programas, tais como foram se constituindo na trajetória da política (FJP, 2013). O funcionamento do Colegiado de Integração do Sistema de Defesa Social permaneceu eminentemente ritualístico, se resumindo a um espaço institucional utilizado apenas para validar decisões tomadas em outras instâncias.

Não tendo sido capaz de instrumentalizar o seu papel de governança do sistema, o estabelecimento de prioridades, de parâmetros de avaliação e monitoramento da atuação das outras organizações, a SEDS não foi capaz de definir as regras do jogo para que as organizações do Sistema de Defesa Social pudessem atuar a partir de um arcabouço governamental coerente e sistemático.

Ficou claro (FJP, 2013) que para a Política de Integração superar as suas limitações, a SEDS deve necessariamente assumir o seu papel de coordenação e controle no sentido de prover governança sobre os programas, seu foco e o cumprimento de seus objetivos; sobre a produção de informações, o atendimento ao cidadão e o empoderamento e coerência dos instrumentos de decisão colegiada, hoje ainda dominados eminentemente pela lógica policial.

A SEDS precisa, portanto, se instrumentalizar a partir do seu papel de governança do sistema, do estabelecimento de prioridades, de parâmetros, de avaliação e monitoramento da atuação das outras organizações, especialmente as organizações policiais.

GASTO PÚBLICO E AGENDA POLICIAL

A síntese do gasto público executado através da política de integração (Gráfico 4) evidenciou que, devido à baixa capacidade técnica e política da SEDS, as organizações policiais, mais bem estruturadas e com projetos desenhados, obtiveram preponderância. A totalização do gasto revela que apenas cerca de 34% foram realizadas em programas voltados às atividades tipicamente pertinentes à coordenação do sistema e/ou em programas do interesse específico da Secretaria.

A maior parte das despesas (em torno de 54% do total) foi executada em programas e projetos de interesse direto das corporações policiais (tais como rede rádio, sistemas de registro de ocorrências, de videomonitoramento, etc.) confirmando a tendência de preponderância das organizações policiais. Muitas destas atividades já eram desenvolvidas pelas organizações policiais de Minas Gerais antes do arranjo institucional que criou a SEDS e o seu financiamento através dos recursos da Secretaria representa apenas o repasse dos custos, antes executados pelas polícias, para o orçamento da SEDS.

FALÊNCIA DO MODELO DE INTEGRAÇÃO – DOMÍNIO COGNITIVO DA PMMG

O mesmo se aplica ao desenho dos projetos SIDS, REDS, Áreas Integradas e IGESP. No caso de todos estes programas, fundamentais para a lógica operacional da Política de Integração, a concepção e o desenho seguidos foram os que já estavam mais consolidados e disseminados, a saber, os da PMMG.

O projeto SIDS (incluindo o CIAD e o REDS) era um projeto que teve sua gênese na própria Polícia Militar e foi transposto para a SEDS no início de sua estruturação. Neste caso, o Estado assumiu o custo da expansão, da manutenção e revitalização dos equipamentos de atendimento telefônico de emergência e de despacho de viaturas, além do pessoal para operá-los. Os sistemas de informática que subsidiam o seu funcionamento eram de propriedade da própria PMMG, que os repassou ao estado, que passou a arcar com o seu desenvolvimento e manutenção. O desenho do novo boletim de ocorrência, o REDS, é um desenho que foi produzido dentro da PMMG o que gerou, inclusive, a necessidade de que a PCMG desenvolvesse um sistema próprio (pago com recursos da SEDS) para o gerenciamento das delegacias de polícia e do seu trabalho cartorial.

O desenho das Áreas Integradas de Segurança Pública seguiu, praticamente inalterado, o desenho da capilarização espacial da PMMG no território do estado, inclusive do ponto de vista de suas divisões estratégicas. Neste caso, a PCMG teve que se adaptar ao desenho existente das unidades da PMMG, inclusive criando unidades “fantasmas” (circunscrições territoriais que não correspondiam a uma unidade territorial de fato) para poder-se concluir a regionalização. Por fim, o desenho do IGESP correspondeu ao desenho de um projeto desenvolvido dentro da “polícia de resultados” da PMMG, desde o final da década de 1990, e os seus instrumentos e conteúdo permaneceram, por muitos anos, bastante próximos aos instrumentos e conteúdo que esta iniciativa tinha na corporação policial militar.

Neste sentido, a política de integração mimetizou basicamente os processos e a organização da PMMG, o que refletiu em desgaste da Polícia Civil e da própria política, que contou com muita resistência em seus anos iniciais e com formalismo e ritualismo (FJP, 2013) no seu desenvolvimento atual.

Como consequência, a **baixa qualidade dos sistemas de informação e das bases de dados**, bem como sua desarticulação, introduziu um conjunto de “vícios de origem” em todo o ciclo de produção de políticas públicas de segurança: baixa qualidade dos diagnósticos e dos processos de identificação de problemas, análises rudimentares e, conseqüentemente, produção de respostas (políticas públicas) imprecisas, pouco articuladas e cujos efeitos não podem ser adequadamente mensurados.

Provavelmente **isso ajuda a explicar em grande parte os resultados acanhados que o Estado obteve na redução dos homicídios**, em contraposição aos bons indicadores de queda dos crimes contra o patrimônio (pelo menos entre o período 2003-2009). Diante do alto grau de complexidade que envolve os contextos situacionais, criminais e comunitários que produzem dinâmicas de violência letal, a pobreza dos diagnósticos e, conseqüentemente, das respostas oferecidas, fica muito evidente. Não por acaso, a única política que conseguiu resultados tangíveis nesta área em Minas Gerais (o programa Fica Vivo!) tinha como fundamento a produção de diagnósticos qualitativos aprofundados para sustentação de intervenções locais personalizadas.

PRISIONALIZAÇÃO COMO PRINCIPAL SOLUÇÃO PARA A QUESTÃO CRIMINAL

Um dos maiores investimentos da trajetória da política de defesa social foi na ampliação do sistema prisional. Como vimos, este investimento se justificou pela situação crítica que este sistema vivenciava nos anos anteriores a 2003, e no déficit de vagas que a política prisional apresentava naquele período. Na verdade, como vimos, a Política de Defesa Social criou um sistema (uma identidade profissional, um modelo de gestão, um padrão de atendimento), onde praticamente antes só existiam unidades isoladas, com suas culturas e problemas próprios.

O que a análise pregressa evidencia, entretanto, é que a política prisional tem se transformado no principal desaguadouro de uma concepção eminentemente punitiva que vem desequilibrando a concepção original da Política de Defesa Social e minimizando as alternativas à restrição à liberdade como solução para as questões criminais que o sistema enfrenta. O número de pessoas detidas pelo aparato policial (segundo dados da SEDS⁵⁹, em Minas Gerais, foram detidos, anualmente entre 2011 e 2014, respectivamente, 1,7%; 1,9%; 1,8% e 1,6% da população total do estado), o distanciamento do judiciário⁶⁰ no enfrentamento do problema, e a “relativa” disponibilidade de vagas, têm funcionado como um agravante do funcionamento deste sistema que hoje apresenta uma complexificação desnecessária, consome um volume excessivo de recursos públicos, convive com unidades superlotadas e vem vivenciando estagnação ou queda em suas taxas de atendimento ao preso.

Atualmente a relação preso/vaga no sistema prisional de Minas Gerais (1,75 preso por vaga disponível, em dados de fevereiro de 2015) voltou a ser pior do que a média nacional (que se situa em torno de 1,57 preso por vaga), sendo que esta relação é ainda pior no caso das unidades que se situam na RMBH (1,79 preso por vaga). Apesar disso a evolução do número de custodiados pelo sistema vem crescendo sistematicamente: 5% entre 2011 e 2012, 8% de 2012 a 2013, e 12% de 2013 a 2014, remetendo-nos a um aumento médio de 8,32% ao ano para este período, o que projeta uma população prisional de 69.000 presos ao final de 2015, mantidas as taxas médias de crescimento. As consequências da superpopulação no sistema implicam na disseminação de situações degradantes para servidores e custodiados, na explosão das demandas para o financiamento do custeio (mais de 60% de aumento nos valores de custeio do sistema prisional entre 2010 e 2014), na precarização das condições gerais e, principalmente, no desrespeito aos direitos básicos dos presos e, conseqüentemente, no aumento do número de intervenções de órgãos externos, como o Conselho Nacional de Justiça, o Ministério Público e a Defensoria Pública. Em agosto de 2015, a SUAPI apresentava 20 unidades totalmente interditadas pela justiça, muitas das quais na RMBH.

⁵⁹ OF. SAID.SUPID. n. 001/2015.

⁶⁰ Minas Gerais, segundo dados do DEPEN/MJ é o pior estado da federação no quesito presos provisórios, isto é, detidos sem sentença transitada em julgado. Dos 51.608 presos em Minas Gerais em 2013, 26.462 eram provisórios, o que corresponde a 51% do total, o maior índice no Brasil.

Na medida que vai adquirindo complexidade, portanto, a governança do sistema prisional enfrenta e enfrentará desafios cada vez mais severos, que demandarão cada vez mais aporte na gestão e na quantidade de recursos humanos, materiais e financeiros alocados ao sistema, diante de uma capacidade de resposta cada vez mais frágil por parte do Estado. As experiências recentes de São Paulo e Rio de Janeiro evidenciam que esta solução é extremamente custosa dos pontos de vista humanos e financeiros, e apresenta resultados altamente duvidosos, seja do ponto de vista de sua capacidade de enfrentar com sucesso os desafios institucionais, bem como os criminais e de gestão a ela colocados.

POUCO INVESTIMENTO E PRIORIDADE INSTITUCIONAL PARA AS POLÍTICAS DE PREVENÇÃO

Do ponto de vista institucional e operacional, os programas de penas e medidas alternativas, o programa de mediação de conflitos e de atendimento a egressos do sistema prisional poderiam representar alternativa viável à prisionalização e a reincidência de indivíduos e mesmo à sua detenção em flagrante pela organização policial. São mais baratos e tendem a oferecer soluções mais efetivas do que a simples restrição de liberdade.

O Fica Vivo! e o Programa de Mediação de Conflitos, por sua vez, acumulam conhecimento para a construção de diagnósticos compreensivos sobre as dinâmicas comunitárias de produção de violência, muito mais densos e substantivos do que os diagnósticos produzidos através das ocorrências policiais, e podem representar alternativa viável a soluções tipicamente repressivas de envolvimento nestes conflitos, que usualmente agravam as relações neles inseridas e, frequentemente, ignoram as questões comunitárias a eles associadas. Em diversos contextos internacionais, programas de mediação de conflitos e de *“Crime Stoppers”* contribuem enormemente para a redução dos homicídios. Algumas cidades norte-americanas, por exemplo, já trabalham com a cooptação e treinamento de lideranças de gangues em cumprimento de pena de prisão para que atuem em suas comunidades de origem mediando conflitos.

Entretanto, a Política de Prevenção à Criminalidade padece, na trajetória de seu amadurecimento na SEDS, de baixa representatividade institucional e de parca disponibilidade de recursos, o que vem comprometendo sua supervisão, a integridade e coerência de seus conceitos e processos, além de sua disponibilidade operacional. É urgente que se busque o equilíbrio entre as políticas repressivas, e as políticas preventivas, que representam a grande inovação que o desenho da Política de Defesa Social ofereceu à sociedade mineira.

SOCIOEDUCATIVO E OS DILEMAS DA RELAÇÃO COM O JUDICIÁRIO E O MUNICÍPIO

A Política Socioeducativa convive com pressões internas e externas para a consolidação de sua relação com o Judiciário e com os órgãos municipais responsáveis pelas medidas de meio aberto. A SEDS e o Governo de Minas Gerais, entretanto, não foram capazes de instrumentalizar eficazmente estas interlocuções. Os debates cíclicos sobre a expansão de vagas de internação e a pressão midiática e institucional sobre a política estão profundamente relacionados com estas interlocuções. Elas impõem à política a sua comparação com o sistema prisional e todos os ônus associados a demandas desta natureza.

Assim, verificou-se (FJP, 2013) que há urgente necessidade de reequilibrar-se as atividades de privação de liberdade com as providências necessárias para a expansão das medidas de meio aberto, aprimoramento da relação com os municípios, o Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública – principalmente nas cidades do interior do estado.

Conforme se observou (FJP, 2013), para os gestores da SUASE, a política do socioeducativo não é e não deve ser a de expansão indiscriminada do sistema. Ela passa, de alguma forma, por uma repactuação do significado da medida socioeducativa e pela capacidade da SEDS de conduzir esta repactuação, seja frente às instituições do Sistema de Justiça Criminal, seja frente aos municípios. Assim, é fundamental o investimento sistemático no delineamento do atendimento desde a “porta de entrada” do sistema, as medidas de meio aberto, criando alternativas concretas e viáveis para a qualificação de todo o universo da política, e não apenas para as especificidades apresentadas pelas medidas de restrição ou privação de liberdade.

Logo, há a urgente necessidade de potencializar, na execução das medidas do socioeducativo, aquelas estruturas que são comunitárias, que mantêm o indivíduo próximo das famílias, da vizinhança, da igreja, da escola, ou seja, os recursos sociais típicos da comunidade de referência da criança ou adolescente objeto da política. Assim, fica absolutamente claro o papel fundamental que a esfera municipal tem a cumprir no universo das políticas socioeducativas. A esta questão, soma-se à insatisfação da SUASE com a perspectiva que usualmente é percebida por parte significativa dos operadores do poder judiciário sobre as medidas socioeducativas. O desafio relacionado às vagas em unidades de internação é disponibilizar aquelas que sejam necessárias, porque ainda faltam vagas em algumas regiões específicas do estado de Minas Gerais, sem que o acautelamento se torne a estratégia prioritária. Neste aspecto, a comparação com a trajetória da política prisional ganha relevância, na medida em que, a cada vaga que se abre, é mais uma vaga a ser preenchida. No caso da política socioeducativa, a *“tônica tem que ser a da socioeducação, e não da contenção”* (FJP, 2013).

PROPOSTAS PARA UMA NOVA POLÍTICA DE DEFESA SOCIAL

- Tendo por referência este diagnóstico, se impõe os seguintes desafios para a Política de Defesa Social:
- - Criar uma nova *identidade* para a Política de Defesa Social, a partir da perspectiva da *solução das conflitualidades locais*;
- - Reforçar as *estratégias territoriais* já existentes, ampliando-as, por exemplo, para incorporar estratégias de *prevenção à violência doméstica* e/ou intervenções voltadas à família;
- - Tornar a *proteção da infância e juventude*, especialmente aquela em situação de vulnerabilidade, prioridade máxima da política socioeducativa;
- - Reverter a lógica de prisionalização como política, ampliando a aplicação das alternativas penais e modelos de justiça restaurativa;
- - Criar um modelo de policiamento *efetivamente* comunitário, *principalmente* para os territórios vulneráveis;
- - *Articular* a política de segurança com as políticas de *proteção social*, criando-se as condições para a produção de efeitos significativos e sustentáveis ao longo do tempo;
- - Criar estratégias, mecanismos, espaços de *participação* nas diferentes localidades, a partir de uma organização *civil* (coordenada pela SEDS) desses espaços.
- - Revisar o arranjo institucional, sem prejudicar a integridade da política de segurança, de forma a assegurar maior representatividade às políticas voltadas para prevenção e agilidade e eficácia à gestão da
- Defesa Social.

Neste sentido, propõe-se: priorizar a Política de Prevenção Social à Criminalidade, com foco inovador, territorial e orientado ao acesso a direitos e à promoção da juventude; o Socioeducativo, que deve ter o foco da sua orientação voltado à proteção e reinserção juvenil; o Sistema Prisional, que deve investir cada vez mais na humanização e ressocialização dos presos; e, por fim, a Política de Integração, que detém o arcabouço institucional capaz de promover, na prática, a coordenação de todos esses aspectos da política de segurança, principalmente, a partir da constatação da necessidade de reforma do sistema policial.

NOVA VISÃO DE INTEGRAÇÃO

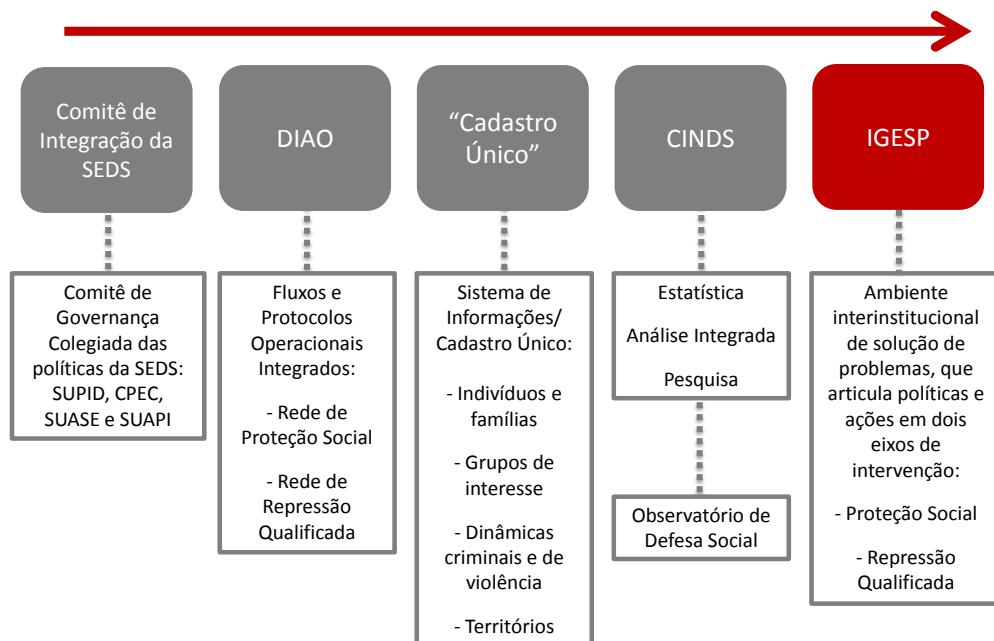
Os desafios elencados até aqui exigem, para a sua implantação adequada, uma nova visão de integração que deve estar associada à Política de Defesa Social de Minas Gerais.

Como ressaltado anteriormente, este diagnóstico aponta para a necessidade de se implantar intervenções de natureza comunitária, com foco territorial (local), baseadas em estratégias de mediação e dissolução (ou neutralização) das dinâmicas conflitivas locais. Apenas uma nova perspectiva de ação frente a estes fenômenos será capaz de adequadamente endereçar estas complexidades.

Assim entendemos e reforçamos que a Política de Defesa Social deve privilegiar uma perspectiva orientada às conflitualidades, ao entendimento e proposição de soluções, no território, para os conflitos emergentes e suas características, para as quais estratégias de mediação, resolução e neutralização de conflitos são fundamentais. Para tanto, se colocam como fundamentais um policiamento efetivamente comunitário, a necessidade de intervenções voltadas a solucionar o problema da ampla disponibilidade de armas de fogo, a urgência de se conceber estratégias mais sistemáticas de prevenção à violência, especialmente a doméstica e aquela voltada às crianças e adolescentes, além dos contextos de violência que tipicamente se encontram nas diversas situações de vulnerabilidade social.

Esta nova visão de integração propõe um novo desenho sistêmico para a Política de Defesa Social, através da reconsideração do papel de alguns dos programas internos ao escopo da Secretaria e, especialmente, do reforço substantivo da sua capacidade de gestão de informações e resolução de problemas. A lógica da nova Visão de Integração que se entende deve nortear a Política de Defesa Social de Minas Gerais pode ser esquematicamente representada através da Figura 1, e comentada nos itens a seguir:

Figura 1: Visão de Integração para a Política de Defesa Social de Minas Gerais



Fonte: FJP, 2013.

Capacidade de Gestão da SEDS

As interfaces identificadas entre as Políticas de Defesa Social e entre estas e outras políticas do universo da administração pública em Minas Gerais e frente aos outros atores do Sistema de Justiça Criminal supõem alta capacidade da SEDS de gestão de rede e integração de esforços institucionais, seja no âmbito interno, seja externamente. Uma parte substantiva dos elementos de inconsistência, ineficácia ou retrabalho associados a algumas das atuais atividades desempenhadas pela Secretaria se deve a esta baixa capacidade de gestão. Da mesma forma, o desequilíbrio que usualmente se observa nos instrumentos de gestão colegiada, tanto em nível estratégico, como no nível tático e operacional, também está associada a este problema.

Neste sentido sugere-se que o conceito de integração que orientará a política, daqui para diante, se origine e se consolide a partir de concepção articulada, indivisível e sistemática das quatro áreas de atuação interna da Secretaria, a criação do Comitê de Governança Colegiada das Políticas Internas à SEDS que passaria a ter a função de articular estas políticas a partir dos seus pontos de interface, que devem ser contempladas na construção de uma nova visão de integração que (re)posicione a SEDS, daqui para diante, frente aos seus interlocutores no Sistema de Defesa Social, na administração pública do Governo de Minas Gerais, e frente às outras instituições do Sistema de Justiça Criminal.

Esta visão de integração deve privilegiar dois eixos principais de atividades – eixo de proteção social e eixo de repressão qualificada, aos quais se vincularão e a partir dos quais se redesenharão toda a concepção de sentido das atividades desenvolvidas pela SEDS e pelas organizações do Sistema de Defesa Social, quais sejam, as políticas de Prevenção, do Socioeducativo, do Prisional e de Integração, nesta ordem de prioridades, e as políticas e atividades do CBMMG, da PCMG e da PMMG.

Novos Fluxos e Protocolos Operacionais Integrados

Entende-se que será necessária a completa reformulação da DIAO – Diretriz Integrada de Ações e Operações de Defesa Social, no sentido de que ela se transforme no documento irradiador do funcionamento do Sistema de Defesa Social, não apenas no seu aspecto operacional a partir da visão das organizações policiais, como hoje acontece (FJP, 2013), mas também naquilo que cabe às outras políticas da SEDS e do Sistema.

A intenção é que os novos fluxos expressem a inversão de prioridades propostas para a Política de Defesa Social, sendo que devem ser readequados os atuais fluxos e protocolos operacionais na seguinte ordem de prioridades e áreas de atuação do Sistema de Defesa Social: 1. Políticas de prevenção à criminalidade; 2. Cuidado às crianças e adolescentes em conflito com a Lei; 3. Cuidado às vulnerabilidades do cidadão em cumprimento de medida restritiva de direito ou de liberdade; 4. Proteção pública e defesa civil; 5. Investigação da autoria de crimes e produção de insumos à persecução criminal; 6. Policiamento ostensivo e preventivo.

Desta forma contemplam-se protocolos e procedimentos sistemáticos tanto para a rede de atores e ações típicas da repressão qualificada, mas também, e principalmente, para a rede de ações e atores voltados à proteção social e às interfaces entre estes dois grandes conjuntos de atividades.

“Cadastro Único”

Esta visão de integração das Políticas de Defesa Social só será possível diante de uma nova concepção de gestão do conhecimento que enlace programas, atividades, e o seu contexto institucional. A lógica desta nova concepção de gestão do conhecimento supõe, então, a criação de um cadastro único de informações que subsidie a visão de integração através da construção de um sistema de informações que seja capaz de disponibilizar informações relevantes sobre: 1. Indivíduos e suas Famílias; 2. Grupos de Interesse da Política de Defesa Social; 3. Dinâmicas Criminais e de Violência; 4. Dinâmicas associadas a Territórios e suas complexidades.

O objetivo deste sistema de informações deve ser, unicamente, a potencialização da capacidade de proteção social e de abordagem as vulnerabilidades do indivíduo, da sua família, de seus grupos de referência e dos territórios em que vivem. Através desta concepção, espera-se que as políticas de prevenção, do socioeducativo, do prisional e de integração, possam dar substância e sustentabilidade às suas interfaces e que, em conjunto, possam dialogar de forma mais substantiva frente ao conjunto dos sistemas e cadastros hoje já existentes, especialmente àqueles voltados ao registro de ocorrências e o seu seguimento institucional (SIDS – CAD/REDS/PCNET), identificação de indivíduos e recebimento de denúncias.

Um sistema desta natureza vai ao encontro do atendimento de uma série de demandas que visibiliza a interface entre programas e atividades das políticas citadas, e que tende a potencializar de forma geométrica a eficácia do estado na capacidade de oferecer políticas sistemáticas, abrangentes e sistêmicas no eixo proteção social.

Observatório das Políticas de Defesa Social

O CINDS deve evoluir no sentido de se transformar em um observatório das políticas de defesa social, uma instituição capaz de produzir e sistematizar conhecimento operacional, estatísticas de interesse público e operacional, análise integrada de cenários e contextos complexos de defesa social e informações para a pesquisa científica na área.

Na qualidade de observatório, o CINDS deve ser uma instituição aberta, disponível para a sociedade e para os atores e interlocutores do sistema e, a partir desta nova visão, deve ser percebido como uma instituição de interface com as instituições de pesquisa, as universidades e a sociedade civil. É indispensável que o Estado seja capaz de construir e sistematizar conhecimento sobre esta temática, inclusive no sentido de orientar e monitorar as suas políticas.

IGESP como ferramenta institucional da Visão de Integração

O IGESP deve se transformar na ferramenta institucional de produção operacional desta nova visão de integração. Como ambiente interinstitucional capilarizado por excelência do Sistema de Defesa Social, e com o reforço político, institucional e metodológico necessário, o IGESP pode potencializar a sua metodologia de solução de problemas para o atendimento aos dois eixos de intervenção sugeridos pela nova Visão de Integração da Política de Defesa Social: o eixo da proteção social e o eixo da repressão qualificada.

Sustentado por uma concepção sistêmica e articulada de gestão da informação (“cadastro único”) e por um arcabouço institucional de produção de conhecimento (observatório das políticas de defesa social), o IGESP pode se transformar no mais eficaz instrumento da Política de Defesa Social, seja para abordar as questões da proteção social, seja para articular, com estas, as questões da repressão qualificada.

Assim, a partir de uma nova visão de integração entre as políticas da SEDS e de seus interlocutores, dentro e fora do Sistema de Defesa Social, será possível endereçar ao sistema todas e quaisquer prioridades, seja a partir de suas dinâmicas próprias, seja por suas conexões operacionais com todas e quaisquer políticas, dentro e fora da SEDS, promovendo intervenções de: proteção social de indivíduos, grupos e territórios vulneráveis ao processo de criminalização e violência; atendimento e reintegração social de indivíduos em cumprimento de penas e medidas criminais e socioeducativas; prevenção à criminalidade; prevenção e combate ao tráfico de pessoas; de enfrentamento qualificado a fenômenos de criminalidade e violência, tais como: homicídios, roubos, violência no trânsito, violência doméstica, drogas, etc.



PMDI

PLANO MINEIRO DE
DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO

DIAGNÓSTICO SETORIAL EDUCAÇÃO



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS
2016 A 2027

 **MINAS
GERAIS**
GOVERNO DE TODOS

INTRODUÇÃO

Garantir o direito universal à educação na sociedade brasileira, é uma meta tão necessária quanto desafiadora. Em primeiro lugar, a educação é um importante fator de proteção para a criança e o adolescente. A Constituição Federal de 1988 estabelece, como dever do Estado e da família, a promoção de uma educação universal, gratuita e de qualidade, com vistas ao desenvolvimento do indivíduo para o exercício da cidadania e do trabalho. Dessa forma, cabe ao Estado e à família assegurar o acesso das crianças e jovens ao sistema de ensino, bem como o fluxo escolar e a qualidade educacional em sua trajetória. Somado a isso, a educação é importante tanto para gerar maior crescimento econômico quanto para garantir melhor bem estar para os próprios indivíduos. Pessoas com nível educacional mais elevado aumentam sua probabilidade de participar da força de trabalho e alcançar melhores salários, além de possuírem menores chances de ficarem desempregadas. A educação também tem impacto positivo na saúde, na redução da criminalidade e na consciência de cidadania dos indivíduos (HANUSHEK, 2002).

Tendo em vista os benefícios da educação de qualidade para os indivíduos e a sociedade, a melhoria do ensino deve ser tema central na agenda política. Um sistema educacional democrático e de qualidade é aquele no qual os indivíduos, independente de sua origem social, possuem acesso ao ensino, aprendem, passam de ano e concluem seu processo de escolarização (KLEIN, 2006).

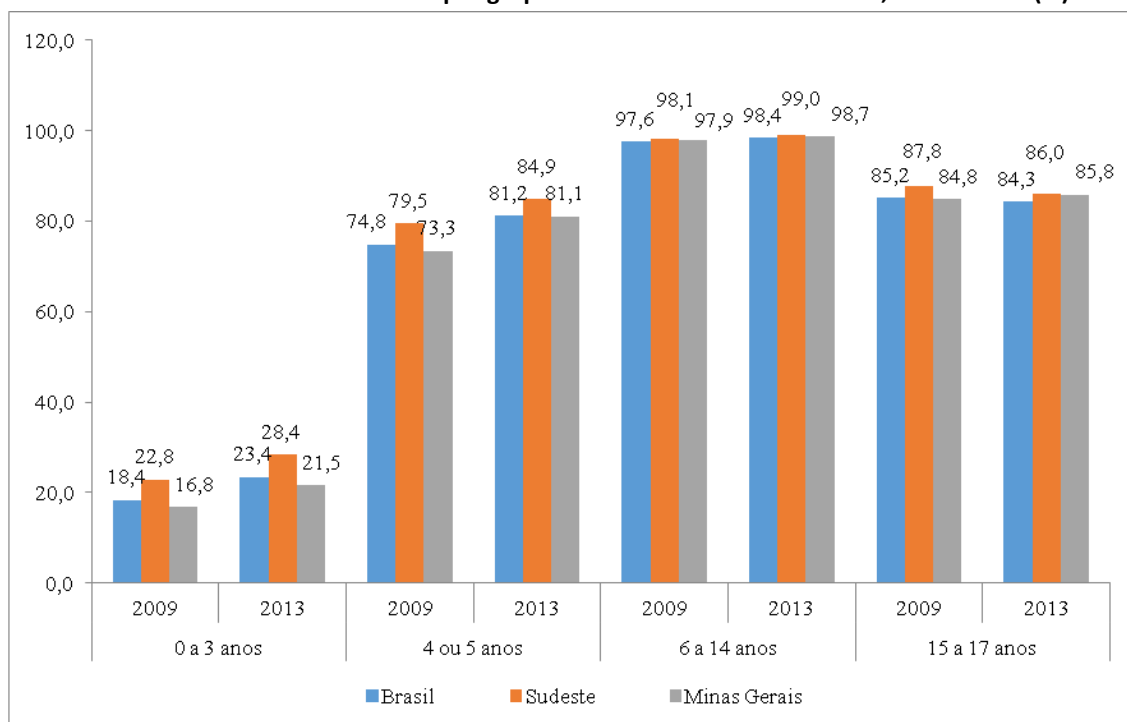
Este documento traça um panorama da evolução recente e dos fatores críticos para o planejamento da área de educação no estado de Minas Gerais. Os indicadores escolhidos captam a cobertura, o acesso o fluxo e a qualidade do sistema educacional, demonstrando o seu desempenho geral, informações sobre o trabalho e a trajetória profissional dos professores, além de medidas relativas às desigualdades educacionais e às diferenças regionais entre os territórios de desenvolvimento. Além disso, são apontadas diretrizes de ação para subsidiar o planejamento de longo prazo dos gestores educacionais.

DIAGNÓSTICO GERAL

COBERTURA E ACESSO

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), verifica-se que o acesso ao ensino fundamental já está praticamente universalizado em Minas Gerais, já que, em 2013, 98,7% das crianças de 6 a 14 anos frequentavam algum estabelecimento de ensino em Minas Gerais. Porém, nas demais faixas de idade, o acesso à educação ainda se encontra distante da universalização. Em 2013, a porcentagem de crianças e jovens que frequentavam algum estabelecimento de ensino nas faixas etárias de 0 a 3 anos, 4 e 5 anos e 15 a 17 anos eram de, respectivamente, 21,5%, 81,1% e 85,8%. Ressalta-se que a taxa de atendimento desses três grupos etários é menor em Minas que no agregado da região Sudeste e que, para o grupo etário de 15 a 17, anos a melhora ocorrida nos últimos anos foi bastante tímida.

Gráfico 1: Taxa de atendimento escolar por grupo etário – Minas Gerais e Brasil, 2009 e 2013 (%)

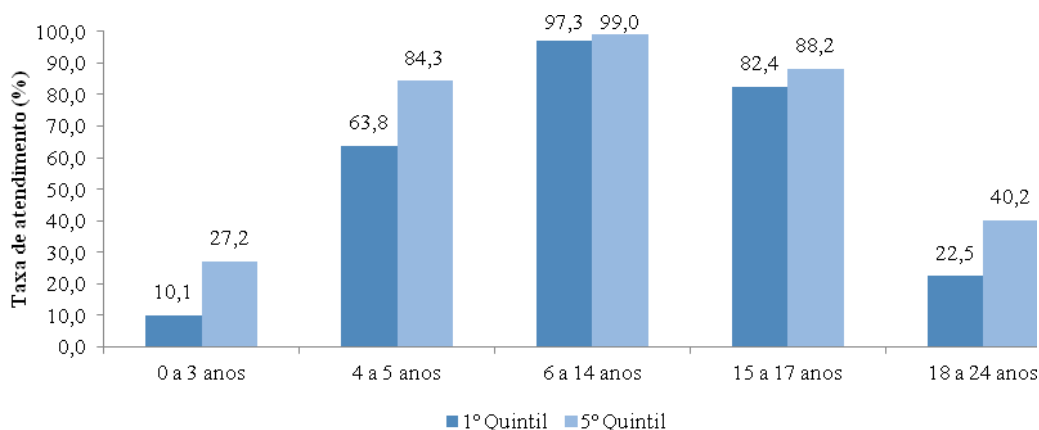


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração própria.

Quando se analisa a taxa de escolarização líquida⁶¹ observa-se que no ensino fundamental ela também se encontra em um patamar alto - 94,6% - em 2013. Por outro lado, apenas 60,9% dos jovens de 15 a 17 anos estavam cursando o ensino médio, que é o nível adequado à sua idade. Parte significativa ainda estava cursando o ensino fundamental. Essa retenção é fruto da alta taxa de repetência nos anos finais do fundamental.

Cabe destacar que o acesso ao sistema de ensino é desigual quando se considera diferentes estratos sociais da população. A taxa de atendimento escolar, calculada com base na PAD-MG de 2013, é menor para a população mais pobre (situados no primeiro quintil de renda domiciliar per capita). A desigualdade por renda é maior, porém, para os grupos de idade mais alta e para os de idade mais baixa entre crianças, adolescentes e jovens. No caso das crianças de zero a três anos, no estrato mais pobre da população, apenas 10,1% dessas crianças estão matriculadas em creches. No outro extremo, entre os 25% mais ricos da população mineira, esse percentual é de 27,2%. No caso das crianças de quatro a cinco anos, entre as mais pobres, 36,8% estão frequentando escola, e entre as mais ricas esse percentual é de 84,3%. Também existem significativas desigualdades regionais entre as regiões de Minas Gerais, que será analisada mais a frente nesse documento.

Gráfico 2: Taxa de atendimento por quintil de renda mensal domiciliar per capita segundo grupos de idade – Minas Gerais – 2013



Fonte: Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais (PAD-MG), Fundação João Pinheiro (FJP). Elaboração própria.

⁶¹A taxa de escolarização líquida é a razão entre as matrículas das pessoas em idade adequada para estar cursando um determinado nível de ensino e a população total na mesma idade. Essa taxa indica a porcentagem da população na faixa etária que está matriculada no nível de ensino adequado.

Analfabetismo em Minas Gerais

Um dos indicadores relevantes para a avaliação do desenvolvimento de uma região é a taxa de alfabetismo, comumente calculada para a população de 15 anos ou mais. As habilidades de leitura e escrita são fundamentais para a socialização dos indivíduos e a ausência delas dificulta o exercício consciente da cidadania. São consideradas analfabetas, as pessoas que não sabem ler ou escrever um bilhete simples.

Os dados do Censo 2010 mostram que, 8,3% das pessoas de 15 anos ou mais eram analfabetas em Minas Gerais, totalizando 1.264.896 pessoas. Com relação aos territórios de desenvolvimento, observa-se uma grande disparidade regional nas condições de leitura e escrita da população com 15 anos ou mais.

No território Metropolitano encontra-se a menor taxa de analfabetismo: 4,7%. Por outro lado, na região Médio/Baixo Jequitinhonha, a proporção de pessoas analfabetas é bem superior, 24,2%, patamar pouco menor que o verificado no Mucuri (20,5%). Destacam-se ainda, as taxas de analfabetismo do Alto Jequitinhonha (17,6%), Norte (16,0%) e Vale do Rio Doce (14,2%) e Caparaó (12,4%) que compõem o grupo de regiões com o indicador acima dos 10 pontos percentuais. Não por acaso, estes são os territórios com os piores resultados educacionais, onde os esforços para a redução das desigualdades regionais devem ser priorizados. Na tabela abaixo, é possível notar, ainda, as diferenças entre as taxas de analfabetismo de zonas urbanas e rurais. Nas zonas urbanas do estado, a proporção de pessoas analfabetas com mais de 15 anos é quase três vezes menor do que nas zonas rurais, 6,7% contra 18,2%, respectivamente. Além disso, em todos os territórios de desenvolvimento, o analfabetismo é mais frequente na zona rural.

Tabela 1 – Taxa de Analfabetismo por território de desenvolvimento e situação censitária - Minas Gerais, 2010.

TERRITORIO	Analfabetismo da população de 15 anos ou mais		
	Total	Urbana	Rural
01 - Noroeste	9,2	8,1	13,7
02 - Norte	16,0	11,6	26,5
03 - Médio e Baixo Jequitinhonha	24,2	20,5	30,9
04 - Mucuri	20,5	16,2	30,1
05 - Alto Jequitinhonha	17,6	12,1	26,2
06 - Central	9,6	8,6	15,7
07 - Vale do Rio Doce	14,2	11,9	22,4
08 - Vale do Aço	9,0	7,7	17,5
09 - Metropolitana	4,7	4,2	15,4
10 - Oeste	6,4	5,7	11,5
11 - Caparaó	12,4	10,6	16,0
12 - Mata	7,3	6,2	15,0
13 - Vertentes	6,7	5,3	13,0
14 - Sul	7,3	6,3	11,8
15 - Sudoeste	7,9	7,5	9,6
16 - Triângulo Norte	6,0	5,6	10,3
17 - Triângulo Sul	6,0	5,8	8,6
Minas Gerais	8,3	6,7	18,2

Fonte: Censo Demográfico, 2010.

Quando calculada por grupo etário, a taxa de analfabetismo engloba toda a história passada do sistema educacional, todas as deficiências dele nas décadas passadas. Avanços educacionais recentes são, portanto, diluídos pelas deficiências do passado. Dessa forma, para avaliar os avanços recentes na educação e auxiliar na formulação de políticas de alfabetização de adultos, o ideal é considerar a taxa de analfabetismo por grupo etário, calculada pela razão entre a população analfabeta e a população total do mesmo grupo etário. Estes dados são apresentados na tabela a seguir. Como esperado, a taxa de analfabetismo é maior para os grupos etários mais velhos. Em Minas Gerais, em 2010, 29,7% da população de 65 anos ou mais eram analfabetos. Por outro lado, no grupo etário mais jovem (15 a 24 anos), a proporção de analfabetos é de apenas 1,4%, o que reflete o aumento do acesso ao ensino nas últimas décadas. Esse mesmo comportamento é observado em todos os territórios de desenvolvimento. Nas regiões do Médio/Baixo Jequitinhonha, Mucuri, Alto Jequitinhonha e Norte, mais da metade da população com mais de 65 anos é analfabeta. As menores taxas de analfabetismo por grupo etário estão na região Metropolitana: 19,1% das pessoas com 65 anos ou mais e 0,9% para os jovens da faixa etária de 15 a 19 anos são analfabetas.

Tabela 2 - Taxa de Analfabetismo por território de desenvolvimento e grupo etário - Minas Gerais, 2010.

TERRITORIO	Analfabetismo por grupo etário				
	15 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 49 anos	50 a 64 anos	65 anos ou mais
01 - Noroeste	1,3	3,0	6,7	16,1	36,8
02 - Norte	2,4	6,0	15,0	30,4	54,6
03 - Médio e Baixo Jequitinhonha	3,3	10,0	22,2	42,3	66,0
04 - Mucuri	3,3	8,4	17,8	35,2	58,1
05 - Alto Jequitinhonha	2,1	6,9	17,7	35,3	55,7
06 - Central	1,5	3,7	7,5	15,7	31,5
07 - Vale do Rio Doce	2,1	5,1	10,9	24,0	44,8
08 - Vale do Aço	1,3	2,6	6,1	15,6	36,3
09 - Metropolitana	0,9	1,4	3,4	8,1	19,1
10 - Oeste	0,9	2,0	4,1	10,9	24,8
11 - Caparaó	1,9	4,7	10,7	20,3	36,6
12 - Mata	1,3	2,6	5,3	11,2	23,5
13 - Vertentes	1,0	2,2	4,9	10,6	23,9
14 - Sul	1,1	2,3	5,4	11,6	25,8
15 - Sudoeste	1,2	2,5	5,4	12,5	27,1
16 - Triângulo Norte	1,0	2,2	4,4	9,5	23,3
17 - Triângulo Sul	1,3	2,7	4,7	9,2	21,7
Minas Gerais	1,4	2,9	6,4	14,0	29,7

Fonte: Censo Demográfico, 2010.

Os dados sobre analfabetismo em Minas Gerais revelam, por um lado, um panorama positivo, já que entre as pessoas mais novas o problema já está praticamente resolvido. Mas por outro lado, grande parte da população adulta do estado ainda não aprendeu a ler. Neste sentido, para que a taxa de analfabetismo caia mais ligeiramente, é necessário focar na alfabetização de adultos, principalmente nas regiões onde as taxas são expressivas, conforme explicitado acima.

FLUXO

Um aspecto importante da educação é o fluxo dos alunos entre as séries. Um sistema de ensino eficiente é aquele em que os alunos aprendem e progridem no sistema educacional, de tal forma que curse o nível de ensino e o ano escolar adequado à sua idade.

Dados do Censo Escolar mostram que nos anos iniciais do fundamental (1º ao 5º ano), 97,7% das crianças de Minas Gerais foram aprovadas no final de 2013. Cabe destacar que essa etapa de ensino passou por uma significativa melhora no que diz respeito à maior porcentagem de alunos aprovados, quando se analisa um período maior de tempo. Em 2000, a proporção de alunos aprovados era bem menor, 87,4%. A adoção por parte do estado e de alguns municípios de políticas de progressão continuada⁶² e a melhora na qualidade da educação nos anos iniciais, captada pelas avaliações externas, como a Prova Brasil⁶³ e PROEB⁶⁴, podem ter contribuído para essa melhora, como também melhora das condições socioeconômicas da população em geral no período.

Na segunda etapa do ensino fundamental, ao final de 2013, 89,5% das crianças e jovens foram aprovados, consequência de uma taxa de reprovação de 7,8% e taxa de abandono de 2,7%. A aprovação no ensino médio é ainda menor que nos anos finais do fundamental, 81,8% dos jovens foram aprovados, fruto de uma reprovação de 9,8% e abandono de 8,4%. Apesar de ter ocorrido queda na reprovação e abandono entre 2009 e 2013, essas taxas ainda são altas, principalmente a porcentagem de jovens que abandonam a escola, bem maior que nos anos finais do fundamental. Entretanto, o abandono apresentou um declínio acentuado na década passada. Em 2000, de acordo com Censo Escolar, a taxa de abandono era de 16,2%. Por outro lado, a reprovação apresentou aumento na última década e começou a reduzir apenas nos anos mais recentes, já que em 2000 ela se encontrava no patamar de 7,8%.

⁶² Na progressão continuada os alunos que apresentam deficiência de aprendizado não são retidos, porém, são apoiados por estratégias pedagógicas de atendimento diferenciadas para garantir a continuidade do processo de aprendizagem.

⁶³ A Prova Brasil é uma avaliação censitária bianual que avalia o desempenho nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática dos alunos da 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal.

⁶⁴ O Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB) é um programa estadual que avalia o desempenho das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática de todos os alunos da rede pública do 5º e 9º anos do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio.

Tabela 3: Taxa de rendimento do ensino fundamental por rede de ensino – Minas Gerais e Brasil – 2009 e 2013 (%)

Rede	Ensino Fundamental											
	Anos Iniciais						Anos Finais					
	Aprovação		Reprovação		Abandono		Aprovação		Reprovação		Abandono	
	2009	2013	2009	2013	2009	2013	2009	2013	2009	2013	2009	2013
Minas Gerais												
Total	93,4	97,7	5,8	2,0	0,8	0,3	81,7	89,5	14,1	7,8	4,2	2,7
Publico	92,9	97,5	6,2	2,1	0,9	0,4	80,6	89,0	14,8	8,0	4,6	3,0
Privada	98,5	8,8	1,4	1,2	0,1	0,0	94,1	94,4	5,8	5,5	0,1	0,1
Municipal	90,7	96,6	8,3	3,0	1,0	0,4	81,8	87,6	14,5	10,1	3,7	2,3
Estadual	96,7	99,3	2,4	0,3	0,9	0,4	80,0	89,7	15,0	7,1	5,0	3,2
Federal	98,5	96,9	1,4	3,1	0,1	0,0	92,4	91,8	7,5	8,1	0,1	0,1
Brasil												
Total	88,5	92,7	9,2	6,1	2,3	1,2	81,3	85,1	13,4	11,3	5,3	3,6
Publico	87,3	91,8	10,2	6,9	2,5	1,3	79,7	83,7	14,4	12,3	5,9	4,0
Privada	97,6	97,8	2,1	2,0	0,3	0,2	94,6	94,6	5,2	5,2	0,2	0,2
Municipal	86,3	91,1	11,1	7,4	2,6	1,5	78,6	82,0	14,7	13,3	6,7	4,7
Estadual	91,1	94,7	7,1	4,4	1,8	0,9	80,5	85,1	14,2	11,3	5,3	3,6
Federal	95,6	95,4	4,3	4,4	0,1	0,2	89,3	90,0	10,5	9,9	0,2	0,1

Fonte: INEP/MEC, Censo Escolar 2009 e 2013. Elaboração própria.

Tabela 4: Taxa de rendimento do ensino médio por rede de ensino – Minas Gerais e Brasil – 2009 e 2013 (%)

Redes	Ensino Médio					
	Aprovação		Reprovação		Abandono	
	2009	2013	2009	2013	2009	2013
Minas Gerais						
Total	78,4	81,8	12,3	9,8	9,3	8,4
Publico	76,7	80,5	12,9	10,2	10,4	9,3
Privada	92,4	93,2	7,0	6,4	0,6	0,4
Municipal	76,5	80,8	17,4	12,6	6,1	6,6
Estadual	76,6	80,4	12,7	10,1	10,7	9,5
Federal	85,1	86,5	14	12,3	0,9	1,2
Brasil						
Total	75,9	80,1	12,6	11,8	11,5	8,1
Publico	73,7	78,1	13,5	12,7	12,8	9,2
Privada	93,3	93,8	6,2	5,7	0,5	0,5
Municipal	79,1	81,0	10,0	10,8	10,9	8,2
Estadual	73,5	78,0	13,5	12,7	13	9,3
Federal	85,1	83,8	12,6	13,5	2,3	2,7

Fonte: INEP/MEC, Censo Escolar 2009 e 2013. Elaboração própria.

A ainda significativa prática da reprovação em nosso sistema educacional que produz, entre outros problemas, a alta defasagem entre a série cursada pela criança ou jovem e a idade adequada de cursá-la. Em Minas Gerais, em 2013, nos anos iniciais do fundamental 8% dos alunos matriculados nesse nível de ensino possuíam idade superior à adequada. Nos níveis de ensino mais avançado, a distorção torna-se ainda maior: 24,2% nos anos finais do fundamental e 27,7% no nível médio.

Apesar dos níveis ainda muito altos de crianças e jovens que se encontram defasados, ocorreu uma melhora significativa desse indicador. No ensino médio, por exemplo, em 2000, quase 60% dos alunos se encontravam defasados. A redução da reprovação, a migração dos alunos do ensino regular para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e programas de aceleração de aprendizagem, podem ter contribuído para essa queda.

Tabela 5: Taxa de distorção idade e série do ensino fundamental e médio por rede de ensino – Minas Gerais e Brasil – 2009 e 2013 (%).

Rede	2009				2013			
	Ensino Fundamental			Ensino Médio	Ensino Fundamental			Ensino Médio
	Anos Iniciais	Anos finais	Total		Anos Iniciais	Anos finais	Total	
Minas Gerais								
Total	13,1	28,5	20,2	31,0	8,0	24,2	15,9	27,7
Federal	2,8	14,1	9,9	22,9	4,2	17,5	12,3	18,4
Estadua l	11,1	30,6	23,3	33,9	5,2	25,5	18,7	30,3
Munici pal	15,8	30,5	20,0	31,0	10,5	27,5	15,8	25,2
Privada	2,6	5,8	4,0	8,5	2,6	6,6	4,3	8,0
Publico	14,1	30,6	21,7	33,6	8,7	26,1	17,2	30,0
Brasil								
Total	18,6	28,9	23,3	34,4	15,4	27,5	21,0	29,5
Federal	7,5	13,4	11,8	23,0	8,0	8,0	13,7	19,4
Estadua l	16,2	28,8	24,8	38,1	12,6	26,2	22,3	33,0
Munici pal	21,8	35,9	26,3	40,4	18,7	35,9	24,4	30,4
Privada	4,3	6,3	5,2	7,8	4,5	7,0	5,6	7,6
Publico	20,6	31,8	25,7	38,0	17,6	30,7	23,7	32,7

Fonte: INEP/MEC, Censo Escolar 2009 e 2013. Elaboração própria.

O atraso ou defasagem revelam também uma face duplamente iníqua: de um lado, a defasagem não se distribui aleatoriamente pelos alunos, concentrando-se justamente nos setores mais vulneráveis da população, limitando o aproveitamento adequado das oportunidades educacionais; de outro, mais que um problema em si mesmo, a defasagem tem consequências mais graves sobre os mais vulneráveis: como o chamado “custo de oportunidade” do investimento em educação é mais alto para as famílias pior posicionadas na sociedade, cada ano perdido, por reprovação ou outro motivo, tem um impacto bem maior sobre estes grupos, comprometendo a longevidade e a trajetória educacional futura destes segmentos.

A análise da tabela 5, abaixo, ressalta duas características preocupantes que persistem em Minas Gerais. Em primeiro lugar, fica claro que, se o acesso ao ensino fundamental encontra-se praticamente universalizado – o que é uma conquista importante –, sua conclusão e, especialmente, sua conclusão na idade adequada, é ainda um desafio a ser superado. Ou seja, se entre 15 e 18 anos, em 2011, a quase totalidade dos jovens haviam cursado os anos iniciais do ensino fundamental, quase um terço deles não havia ainda concluído esse nível de ensino, estando, portanto, defasados. Em segundo lugar, fica evidenciado também que a progressão no ritmo correto não é um desafio igualmente exigente para todos os grupos sociais: as desvantagens impostas aos homens, negros, moradores da zona rural e pertencentes aos estratos mais baixos de renda são evidentes.

Tabela 6: Progressão escolar dos indivíduos com idade entre 15 e 18 anos em Minas Gerais, 2011 (%).

Determinantes das desigualdades na progressão escolar	T1	T2	T3
Total de indivíduos na faixa de 15 a 18 anos	99,6	98,0	68,1
Homem	99,6	97,6	61,6
Mulher	99,7	98,4	74,9
Região urbana	99,8	98,3	69,4
Região rural	98,5	96,3	61,1
Branços	100	98,7	73,9
Não brancos*	99,4	97,5	64,3
Quintil de renda 1	99,3	97,8	63,8
Quintil de renda 2	99,6	97,2	66,0
Quintil de renda 3	99,6	98,7	74,9
Quintil de renda 4	99,7	98,0	77,4
Quintil de renda 5	100	99,2	86,5
Norte	99,0	98,2	70,1
Rio Doce	100	99,3	71,5
Zona da Mata	100	98,3	59,0
Noroeste	100	96,7	71,1
Central	99,5	96,3	73,9
Sul	99,4	97,2	68,6
Triângulo	100	96,9	75,6
Alto Paranaíba	100	99,1	74,2
Centro-oeste	98,3	97,7	71,4
Jequitinhonha/Mucuri	99,5	99,3	62,8
RMBH	100	98,3	65,4
Família biparental	99,5	98,0	68,3
Família monoparental	100	98,1	67,4

Fonte: Mendes e Costa, 2013, p.240.

* Foram considerados apenas os que se declararam pretos ou pardos, excluindo amarelos e indígenas.

Nota: Consideraram-se as transições T1, ter completado com sucesso a 1ª série do ensino fundamental; T2, ter completado com sucesso a 4ª série do ensino fundamental; e T3, ter completado com sucesso o ensino fundamental

Mendes e Costa (2013) avaliaram a influência dos recursos e características familiares sobre a probabilidade de um estudante estar defasado, através de uma regressão estatística, em que a variável dependente (efeito) é apresentar ou não mais de um ano de defasagem escolar e as variáveis independentes (causas), são as características e recursos dos alunos e de suas famílias. Seus resultados apontam que morar em região urbana diminui em 28% as chances de estar defasado; crianças e adolescentes do sexo masculino têm 92% mais chances de estarem em condição de defasagem, em relação àqueles do sexo feminino; cada ano a mais de idade aumenta em torno de 55% as chances de defasagem; ser branco diminui em 37% as chances de estar defasado; pertencer a um domicílio biparental⁶⁵ diminui em 14% as chances de defasagem; a cada ano de estudo a mais do responsável pela família, diminuem em 6% as chances de defasagem; a cada dependente (0 a 18 anos) a mais morando no mesmo domicílio aumentam em 16% as chances de defasagem; quanto maior a renda, menores as chances de se estar defasado (em torno de 1,5% para cada 100 reais adicionais na renda domiciliar per capita). Percebe-se, portanto, que, como se afirmou acima, longe de distribuir-se aleatoriamente pela população, a defasagem escolar concentra-se nos grupos mais vulneráveis. Além de grave em si mesma, a defasagem escolar compromete a longevidade educacional e aumenta os custos de oportunidades educacionais, justamente das populações mais vulneráveis.

DESEMPENHO E QUALIDADE

A qualidade na educação refere-se a um conjunto de elementos que envolve os instrumentos normativos, a estrutura organizacional, a distribuição dos insumos, a qualificação, valorização e expectativas dos docentes frente aos alunos e ao processo de ensino e aprendizagem. O desempenho pode ser entendido como a parte final do processo educacional. Ele é a parte visível do resultado do processo de aprendizagem e tem gerado expectativas por parte da comunidade escolar.

A qualidade escolar já foi medida pelos procedimentos internos a escola. Normalmente, uma escola de boa qualidade era aquela que tinha uma boa organização, limpeza, disciplina e conseguia reprovar boa parte de seus alunos. Contudo, a partir de meados da década passada vem difundindo-se pelo país indicadores de resultado escolar que incluem sistemas de testes que medem a proficiência dos alunos. Assim, a concepção de desempenho escolar vem passando por transformações e hoje, é possível afirmar que uma escola de qualidade é aquela que consegue bons resultados de desempenho nas avaliações externas.

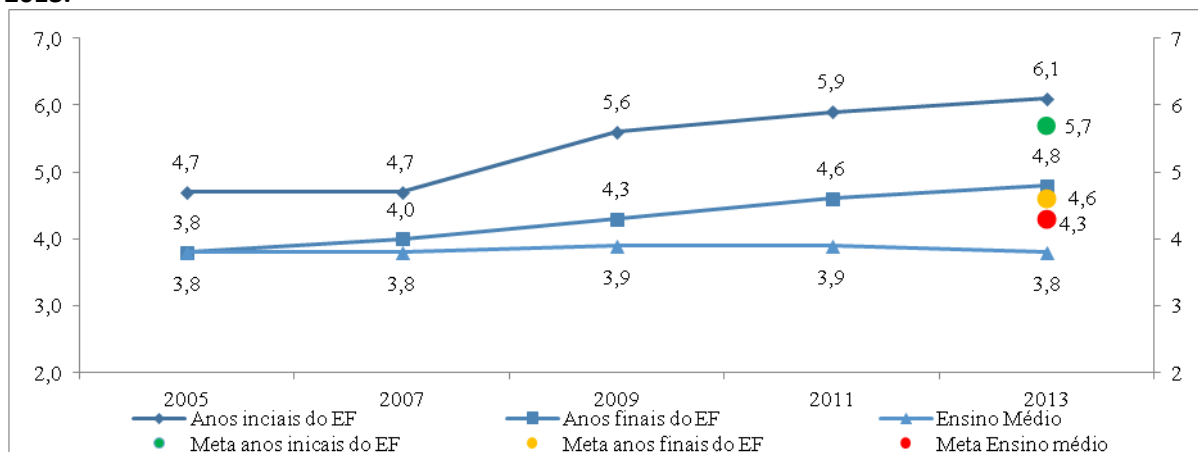
⁶⁵ Famílias biparentais são aquelas chefiadas por duas pessoas. Estudos na área de Desigualdade de Oportunidades Educacionais apontam que famílias biparentais tendem a apresentar condições mais favoráveis para a escolarização dos filhos, pois o tempo dedicado ao acompanhamento da trajetória escolar deles pode ser dividido entre os dois chefes de família.

Indicadores de qualidade como IDEB, Prova Brasil e PROEB mostram uma melhora significativa em Minas Gerais nos anos iniciais do ensino fundamental. Nos anos finais também é verificada uma melhora da qualidade, mas em ritmo mais lento e intensidade menor. Já o ensino médio encontra-se praticamente estagnado.

Com relação à evolução do IDEB, percebe-se que os anos iniciais do ensino fundamental apresentaram significativo aumento em Minas Gerais, principalmente entre o período 2007 e 2009, alcançando a meta estabelecida pelo INEP para essa etapa de ensino. Nos anos finais, também é verificada uma melhora da qualidade, porém, em ritmo mais lento. Já o ensino médio ficou praticamente estagnado durante o período analisado, com leve declínio entre 2011 e 2013, de tal forma que se encontra abaixo da meta estabelecida pelo INEP, de 4,3. Importante ressaltar que a estagnação da qualidade do ensino médio no período é um problema observado nacionalmente.

Com relação às desigualdades por rede de ensino, ressalta-se que, apesar das escolas privadas possuírem melhor indicador de qualidade em todas as etapas de ensino, as escolas públicas apresentaram maior crescimento durante o período de 2005 a 2013. Cabe destacar os anos finais do ensino fundamental: Nessa etapa de ensino, enquanto as escolas estaduais apresentaram melhora gradativa nesse indicador, as escolas privadas apresentaram declínio. Outro ponto importante é que a diferença entre as escolas particulares e estaduais é maior no ensino médio.

Gráfico 3: Índice da Educação Básica (IDEB) por nível de ensino – Minas Gerais, 2005-2013.



Fonte: INEP/MEC. Elaboração própria.

As tabelas 6 e 7 mostram as proficiências⁶⁶ na Prova Brasil/Saeb em Matemática e Língua Portuguesa nos três anos escolares avaliados. Entre 2009 e 2013 ocorreu melhora na qualidade do 5º ano do fundamental em todas as redes de ensino e em ambas as disciplinas, porém, a melhora foi mais significativa para Língua Portuguesa. O 9º ano do ensino fundamental apresentou aumento da proficiência bem mais modesto durante esse período, com exceção da rede privada que apresentou diminuição. O maior desafio, entretanto, é o ensino médio, que apresentou diminuição na proficiência do 3º ano em todas as redes de ensino e nas duas disciplinas.

⁶⁶A proficiência é a medida de habilidade de cada aluno gerada a partir de tratamento estatístico das respostas dos testes padronizados. A escala da Prova Brasil contém, de forma distribuída na mesma métrica, os resultados de desempenho nos três anos escolares avaliados. Essa escala apresenta de forma crescente e contínua as habilidades que já estão consolidadas e as que estão em processo de desenvolvimento.

Tabela 7: Proficiência média dos alunos na Prova Brasil/Saeb em Matemática por rede de ensino - Minas Gerais e Brasil, 2009 e 2013.

Rede	5º ano do Ensino Fundamental			9º ano do Ensino Fundamental			3º ano do Ensino Médio		
	2009	2013	Variação percentual 2009/2013	2009	2013	Variação percentual 2009/2013	2009	2013	Variação percentual 2009/2013
Minas Gerais									
Total	227,7	231,1	1,5	264,21	265,81	0,6	285,71	279,75	-2,1
Pública	224,4	226,6	1,0	257,54	260,21	1,0	-	-	-
Privada	260,7	270,9	3,9	326,07	309,92	-5,0	348,30	345,14	-0,9
Estadual	227,8	230,4	1,2	258,82	260,36	0,6	276,76	270,45	-2,3
Brasil									
Total	204,3	211,2	3,4	248,7	251,5	1,1	274,7	270,2	-1,7
Pública	199,5	205,1	2,8	241,8	243,8	0,8	265,9	261,1	-1,8
Privada	240,7	244,5	1,6	293,9	293,9	0,0	329,3	321,6	-2,3
Estadual	207,1	215,2	3,9	242,9	244,8	0,8	265,5	260,7	-1,8

Fonte: INEP/MEC. Elaboração própria.

Tabela 8: Proficiência média dos alunos na Prova Brasil/Saeb em Língua Portuguesa. Minas Gerais e Brasil, 2009 e 2013.

Rede	5º ano do Ensino Fundamental			9º ano do Ensino Fundamental			3º ano do Ensino Médio		
	2009	2013	Variação percentual 2009/2013	2009	2013	Variação percentual 2009/2013	2009	2013	Variação percentual 2009/2013
Minas Gerais									
Total	203,0	213,5	5,2	254,7	256,4	0,7	274,8	268,8	-2,2
Pública	199,6	209,0	4,7	250,0	252,0	0,8			-
Privada	236,4	253,1	7,1	298,3	291,4	-2,3	323,8	320,8	-0,9
Estadual	202,7	213,5	5,3	251,2	252,0	0,3	267,8	261,4	-2,4
Brasil									
Total	184,3	195,9	6,3	244,0	245,8	0,7	268,8	264,1	-1,8
Pública	179,6	189,7	5,6	238,7	239,4	0,3	262,2	256,6	-2,1
Privada	220,2	229,6	4,2	278,6	280,9	0,8	310,2	306,2	-1,3
Estadual	186,2	199,2	7,0	239,7	240,2	0,2	261,9	256,3	-2,1

Fonte: INEP/MEC. Elaboração própria.

Em Minas Gerais, além do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica construído pelo governo federal, o governo estadual criou seu próprio sistema de avaliação escolar. Trata-se do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE. Este sistema é construído a partir do PROEB (Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica) que, por sua vez, mede o desempenho dos alunos (consequentemente das escolas, dos municípios, das regiões do estado e dos sistemas educacionais que aderiram ao programa), através de testes padronizados de Língua Portuguesa e Matemática que são aplicados anualmente aos alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio. É importante destacar que a partir de 2003, além do sistema estadual de educação, vários municípios do estado passaram a participar do PROEB, o que ampliou a robustez e a legitimidade do sistema.

A tabela a seguir mostra os resultados do PROEB para os anos de 2010 e 2013 por rede de ensino.

Tabela 9: Percentual de alunos do ensino fundamental e médio com proficiência recomendável nos exames do PROEB por rede de ensino – Minas Gerais, 2010 e 2013 (%).

Ano	Rede	Língua Portuguesa			Matemática		
		5º ano do EF	9º ano do EF	3º ano do EM	5º ano do EF	9º ano do EF	3º ano do EM
2010	Estadual	43,3	34,4	37,5	59,4	25,8	4,1
	Municipal	33,2	30,0	48,6	49,8	20,7	7,0
2013	Estadual	46,5	40,5	36,4	61,7	22,9	3,8
	Municipal	35,4	36,6	42,9	51,1	19,5	5,3
Variação 2010 e 2013	Estadual	7,5	17,7	-2,8	3,9	-11,4	-5,9
	Municipal	6,4	21,9	-11,6	2,7	-5,8	-24,5

Fonte: SEE/CAED/UFJF, PROEB 2010 e 2013. Elaboração própria.

A tabela 8 apresenta informações importantes sobre a qualidade da educação em Minas Gerais e, principalmente, a desigualdade de resultados entre as redes de ensino. Esta informação está expressa nos dados relativos ao percentual de alunos que tiveram desempenho satisfatório nas avaliações do sistema PROEB em 2010 e 2013. Verifica-se que a rede municipal possui pior desempenho que a rede estadual nas duas séries do ensino fundamental, em ambas as disciplinas. O inverso ocorre no ensino médio, com melhor desempenho dos alunos da rede municipal que estadual. Entretanto, deve-se ter em mente que o número de escolas municipais que oferecem esse nível de ensino é bastante pequeno. Em 2013, de acordo com os dados do Censo Escolar existiam 49 escolas municipais de nível médio enquanto que a rede estadual possuía 2.211 escolas. As desigualdades na qualidade educacional entre as redes de ensino é um problema que deve ser enfrentado em conjunto com as diferentes esferas de governo, primeiro porque deve-se garantir uma educação de qualidade para todo aluno, independente da sua rede de ensino e, em segundo lugar, porque a maioria dos alunos das redes municipais irão migrar para a rede estadual no ensino médio. Todavia, é importante um estudo mais micro dessas diferenças já que não é uma rede municipal, mas várias redes municipais, e cada uma com características específicas.

Com relação à evolução entre os anos de 2010 e 2013, observa-se melhora nos anos iniciais, em ambas as disciplinas e redes de ensino. Nos anos finais, ocorreu uma melhora do desempenho em Língua Portuguesa, mais acentuada para a rede municipal. Porém, em Matemática ocorre uma piora. O maior problema, entretanto, é o ensino médio, que apresentou piora em todas as disciplinas e nas duas redes de ensino. Conforme já apresentado, as avaliações do INEP também captam essa piora da qualidade do ensino médio.

Ademais, os dados lançam dúvidas sobre a efetividade do sistema educacional do estado, considerando que, à medida que se avança para os anos finais da educação básica, o percentual de estudantes que apresentam proficiência recomendável cai substantivamente, principalmente em Matemática. Uma possível explicação é que, a partir do 5º ano, o sistema educacional do estado passa a receber, em maior quantidade, os alunos provenientes dos sistemas municipais, com maior defasagem de aprendizagem⁶⁷. Contudo, ao investigar até que ponto isto de fato acontece ou se o problema está no próprio sistema estadual, opta-se provavelmente pela segunda opção, dado que se verifica que o sistema estadual não consegue alterar o cenário de queda de rendimento – ao contrário, apresenta piora nos anos finais da formação básica.

Entende-se aqui que o problema merece atenção por parte da política estadual. Uma provável resposta a esta questão pode estar relacionada à distribuição desigual dos recursos educacionais e da qualidade da oferta pelos estabelecimentos de ensino. No entanto, para além da desigualdade na qualidade da oferta e dos insumos educacionais, é bastante documentado que grupos sociais mais vulneráveis em termos de condições e recursos familiares, bem como escolas que atendem de forma muito segregada a este público, tendem a enfrentar mais problemas no que se refere à qualidade acadêmica. Deste ponto de vista, o enfrentamento das desigualdades educacionais, inclusive, as regionais e entre as redes de ensino, envolve a alocação progressiva de recursos, mas também o desenho de políticas especificamente voltadas para a garantia da qualidade social e do direito ao aprendizado a todos os cidadãos.

As informações sobre as médias de notas obtidas pelos estudantes do Ensino Médio no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2013 também permitem analisar o desempenho final dos estudantes que concluem a educação básica e em que medida elementos variantes interferem nos resultados finais dessa trajetória educacional.

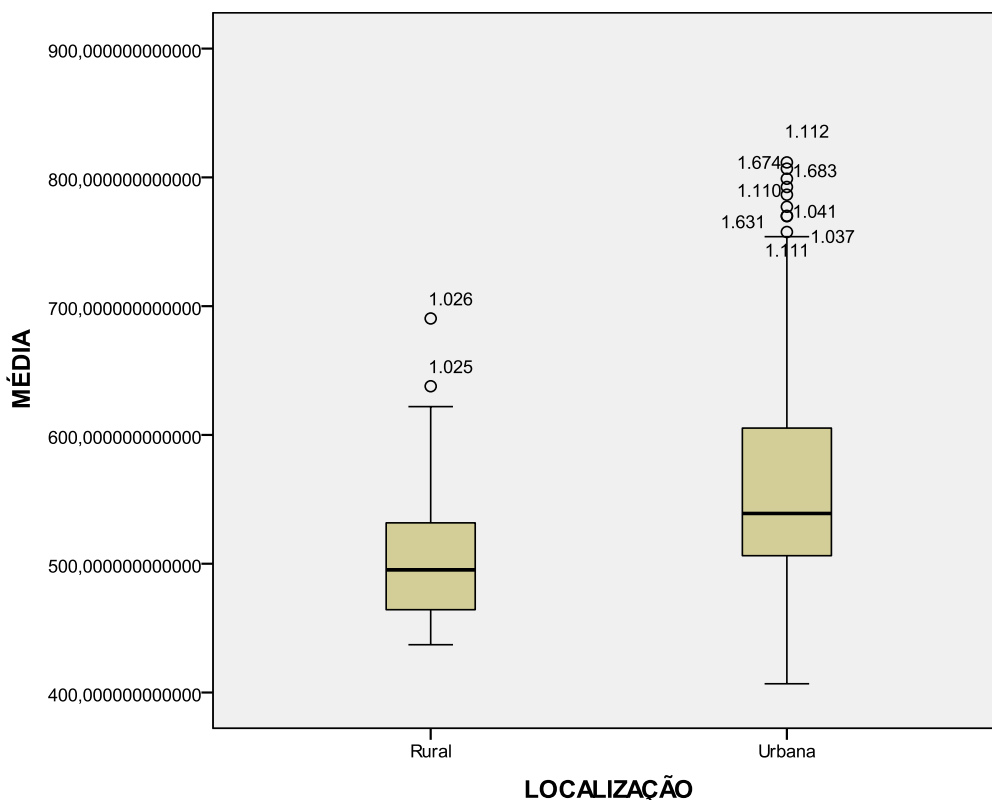
Ressalta-se que os resultados do ENEM devem ser analisados com cautela, uma vez que a sua participação é voluntária – neste sentido, o INEP ressalta que a representatividade dos resultados varia de acordo com o percentual de participação dos alunos de cada escola. Além disso, esse resultado foi divulgado para as escolas que se encaixaram a duas condições: a) possuir no mínimo dez alunos concluintes do Ensino Médio regular participantes do ENEM 2013; b) possuir pelo menos 50% do seu total de alunos participantes do ENEM 2013.

⁶⁷ Há que se levar em conta também que a nota dos alunos do 3º do ensino médio depende do ensino presenciado no mínimo há 10 anos atrás. Se ocorreu melhora recente apenas nos anos iniciais do fundamental, isso só terá reflexo no ensino médio depois de um tempo.

Neste ano, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) divulgou os resultados por escola, apresentando, além das médias de notas alcançadas pelos alunos da cada escola em cada área de conhecimento⁶⁸, outras variáveis relevantes para a análise dos processos educacionais, tais como indicadores socioeconômicos e indicadores de formação docente, a localização da escola (seja ela urbana ou rural), o tipo de dependência administrativa (municipal, estadual, federal, privada).

Quanto à localização da escola, há diferenças nas médias de notas entre os meios rural e urbano. As médias de escolas localizadas no meio urbano são maiores que as do meio rural, mas a maior diferença está no grupo do último quartil dos dados, em que as notas máximas se elevam consideravelmente. No entanto, as escolas localizadas em meio urbano também têm valores mínimos inferiores às do meio rural – ainda que não tão expressivo quanto ao inverso, que são as médias mais altas. Assim, os estudantes de escolas que estão em áreas urbanas tanto apresentam médias e notas máximas mais elevadas no ENEM, ao mesmo tempo em que a variação de distribuição entre os dados desse grupo também é maior, o que pode indicar que no meio urbano há outras variáveis que influenciam o resultado encontrado, para além da localização.

Gráfico 4: Média das notas do ENEM em Matemática por localização da escola, Minas Gerais, 2013.

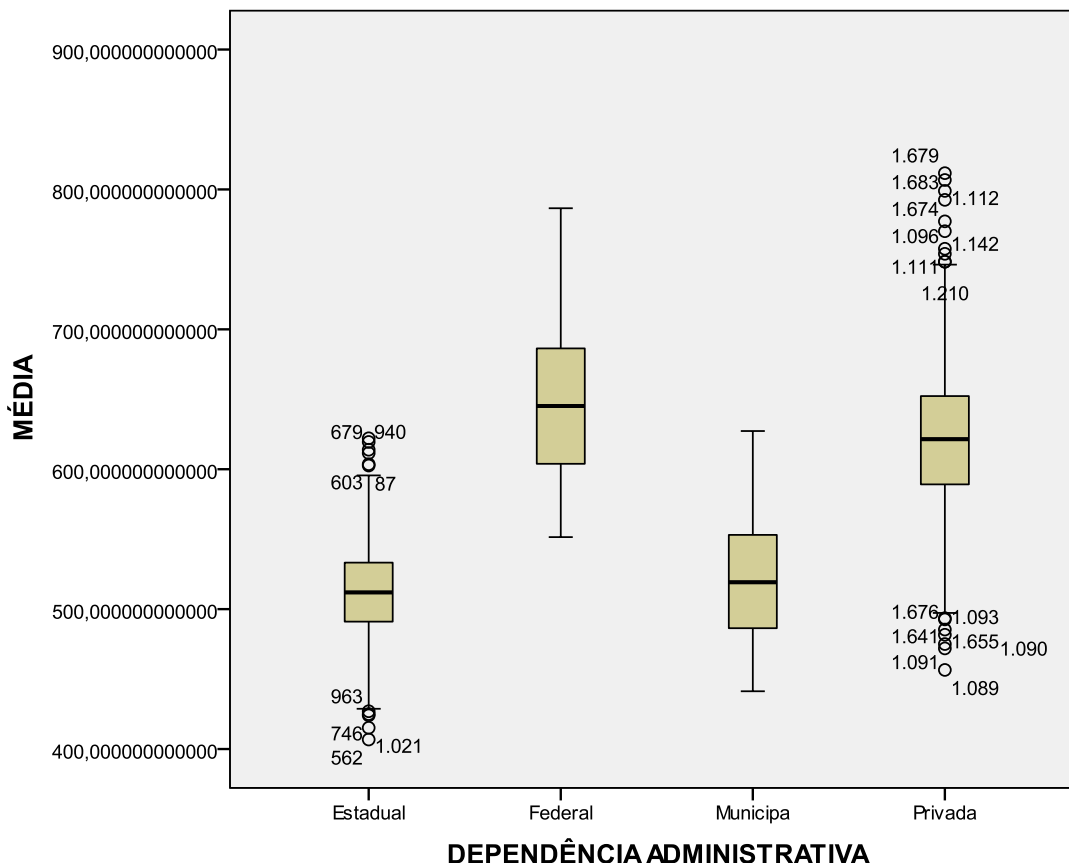


Fonte: INEP. Elaboração própria.

⁶⁸As médias de notas do ENEM 2013 por Escola foram disponibilizadas para cada uma das áreas de conhecimento consideradas. Para esse trabalho foram utilizadas as médias de Proficiência em Matemática e suas Tecnologias.

Quanto à relação entre o rendimento dos estudantes e a dependência administrativa da escola – seja ela estadual, municipal, federal ou privada – o gráfico abaixo demonstra serem justamente os estudantes que concluem o Ensino Médio em escolas estaduais aqueles que obtêm as menores médias de nota no ENEM. Inclusive as notas máximas observadas no grupo de estudantes da rede estadual ainda são inferiores às médias das redes federal e privada, por exemplo.

Gráfico 5: Média das notas do ENEM em Matemática por dependência Administrativa, Minas Gerais, 2013.



Fonte: INEP. Elaboração própria.

Aparentemente, haveria questões problemáticas a serem enfrentados na rede de ensino estadual, tais como: a) o desempenho final dos estudantes das escolas estaduais está aquém daqueles encontrados nas demais redes de ensino (especialmente federal e privada) - o que foi manifesto aqui por meio da comparação entre as médias de notas do ENEM; b) fatores como a localização da escola também comprometem o desempenho dos estudantes, já que há distorção entre os resultados a depender do meio em que se vive, seja ele urbano ou rural. A participação das redes municipais na oferta de ensino médio é muito pequena e geralmente concentrada em municípios maiores ou com maior capacidade institucional; a rede federal, além de mais reduzida, realiza processo seletivo para ingresso, o que, obviamente favorece o rendimento de seus alunos e envia socialmente o público que a acessa; a rede privada concentra alunos dos estratos socioeconômicos superiores, o que condiciona muito seus resultados. Portanto, seria importante aprofundar esta análise, para avaliar se, em condições semelhantes, a dependência administrativa das escolas está associada ao desempenho ou também é um dos mecanismos de filtragem do sistema educacional.

INSUMOS E GESTÃO ESCOLAR

Apesar das pesquisas educacionais apontarem para a proeminência dos fatores socioeconômicos e culturais como os mais relevantes para o desempenho escolar de crianças e adolescentes, não é desprezível os fatores internos ao sistema escolar e as escolas como intervenientes nos resultados de aprendizagem. Neste caso, não são recentes estudos que apontam que os elementos relativos à escola estão diretamente relacionados com o desempenho dos alunos, principalmente, em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil (GAME 2002). Desta forma, os problemas de infraestrutura, gestão e organização escolar influenciam no desempenho dos alunos e precisam ser considerados pelos gestores públicos para se poder começar a falar em qualidade educacional. Esta constatação é apresentada por Soares (2007, p. 40), quando afirma que:

“O sistema escolar por si só não é capaz mudar esta determinação social, mas algumas escolas conseguem em maior ou menor medida que seus alunos tenham um aprendizado melhor que o esperado para suas condições sociais. Os alunos dessas escolas têm um desempenho acima da linha que define a determinação social. Ou seja, o efeito da escola é relevante e decisivo, embora não possa mudar completamente a determinação social.”

Para tornar mais visível os elementos intraescolares que interferem nos resultados educacionais, recorreu-se ao trabalho elaborado pelo INEP em 2010 que apresentou um conjunto de boas práticas em escolas de ensino médio no Brasil. Neste trabalho, em seus anexos, apresenta um conjunto de elementos tido “como indispensável para que isso venha a ser alcançado”, diga-se, bons resultados de aprendizagem. Estes aspectos estão elencados no quadro 1 abaixo:

Quadro 1 - Aspectos considerados essenciais para uma educação de boa qualidade

Insumos advindos de políticas públicas (variáveis externas)	Razão professor/aluno
	Duração da jornada escolar
	Formação e capacitação docente
	Seleção e experiência docente
	Salários e incentivos à carreira
	Políticas de controle do absentismo discente e docente
	Gasto por aluno
	Qualidade da merenda escolar
	Qualidade das instalações
	Presença de biblioteca
	Presença de laboratórios de ciências
	Laboratórios
	Livros didáticos e de exercícios
	Legislação ou programas que incentivem o protagonismo juvenil

Organização da escola (variáveis internas)	Cultura escolar favorável à aprendizagem do aluno e intelectualmente desafiante
	Liderança do diretor
	Lideranças em que o diretor se apóia
	Cooperação entre os componentes da equipe escolar
	Envolvimento dos pais na escola
	Controle de faltas de professores
	Desenvolvimento da equipe
	Expectativas elevadas de sucesso dos alunos
	Comunicação sistemática, fluente e clara entre direção/professores/alunos/
	funcionários e pais e comunidade
	Nível de satisfação dos professores
	Ações de incentivo a leituras suplementares
	Acolhimento e estímulo ao protagonismo juvenil
	Estruturação do ensino e condições instrucionais (variáveis pedagógicas)
Tempo gasto na realização das tarefas	
Frequência de lição de casa	
Monitoramento do progresso no nível da sala de aula	
Clima de ordem e de trabalho intelectual	
Disciplina clara e justa	
Currículo bem desenvolvido em escopo e sequência	
Aprendizagem interativa e cooperativa	
Oferta de <i>feedback</i> sobre erros e acertos	
Incentivos para aprender e seguir aprendendo	
Diferenciação pedagógica por grupos de alunos	
Consistência pedagógica	

Fonte: Brasil, 2010. Elaboração Própria

Neste sentido, a alocação dos recursos educacionais de maneira mais equitativa é uma das condições necessárias para que àqueles indivíduos e comunidades situados em regiões, bairros e escolas que dispõem de poucos recursos tenham as condições de partida, de permanência e de obtenção de resultados satisfatórios no sistema educacional. Considerando a amplitude do que pode ser tratado como recurso educacional, tal como exemplificado acima, olhar para a sua distribuição é um dos caminhos para se verificar as desigualdades educacionais no estado.

No entanto, ao se analisar especificamente os insumos escolares (infraestrutura, equipamentos e corpo docente), por meio das informações sobre as escolas estaduais de ensino médio, nota-se uma distribuição regressiva. De forma sintética, pode-se afirmar que os grupos mais pobres e vulneráveis dentre os alunos tendem a frequentar escolas de qualidade inferior e a contar com professores com formação mais limitada e menos adequada às disciplinas ministradas. A distribuição regressiva dos insumos merece particular atenção. Mesmo sendo uma tendência comum nos sistemas educacionais, a distribuição dos insumos escolares resulta, ao menos em parte, de decisões alocativas do Estado e podem ser objeto mais direto de políticas públicas.

Do ponto de vista orçamentário, considerando o tipo de recurso educacional mais evidente, percebe-se, no período recente, dois movimentos pouco consistentes no estado: de um lado, a implantação do FUNDEB, somado ao crescimento das receitas públicas no período recente, parecem ter contribuído para tornar menos desigual a distribuição do investimento educacional nos municípios mineiros. De outro lado, as prioridades alocativas do governo estadual e as dificuldades fiscais recentes pelas quais ele vem passando indicam ter prejudicado a atuação do nível estadual na área.

No plano do governo estadual, é preciso notar, a este respeito, que apesar do crescimento dos valores investidos em educação, o esforço orçamentário do governo estadual na área, medido pela participação da função educação no total das despesas, não aumentou na mesma proporção, tendo, a rigor, decrescido em relação a 2002, como demonstra a tabela 9.

Tabela 10: Despesas realizadas na função educação, Minas Gerais, 2002-2014.

ANO	FUNÇÃO EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO - INATIVOS	EDUCAÇÃO TOTAL (A)	TOTAL GERAL (B)	% PARTICIPAÇÃO (A / B)
2002	2.461.791.650	1.194.457.235	3.656.248.885	19.359.441.438	18,89%
2003	2.546.882.285	1.158.351.890	3.705.234.174	20.263.459.410	18,29%
2004	2.799.148.005	1.159.408.459	3.958.556.464	21.726.608.097	18,22%
2005	3.174.024.354	1.246.343.863	4.420.368.217	25.292.069.835	17,48%
2006	3.625.265.531	1.376.726.921	5.001.992.451	29.018.789.168	17,24%
2007	4.067.732.823	1.544.259.059	5.611.991.882	32.443.148.300	17,30%
2008	4.885.353.907	1.789.091.931	6.674.445.839	39.299.362.850	16,98%
2009	4.746.062.243	1.724.442.481	6.470.504.723	40.263.460.915	16,07%
2010	5.334.805.881	2.134.397.768	7.469.203.649	46.051.174.100	16,22%
2011	6.664.316.187	2.550.573.194	9.214.889.381	54.693.566.621	16,85%
2012	7.282.823.253	2.983.758.414	10.266.581.667	63.172.171.471	16,25%
2013	8.253.829.084	3.255.380.073	11.509.209.157	71.906.529.762	16,01%
2014	9.093.989.498	3.839.457.499	12.933.446.997	75.512.924.848	17,13%
Total Geral	64.936.024.702	25.956.648.785	90.892.673.486	539.002.706.815	16,86%

Fonte: Armazém SIAFI. Elaboração própria.

Nota: Foram consideradas as despesas realizadas na função educação e as despesas de inativos da SEE, FHA, UEMG e UNIMONTES.

A participação da despesa realizada em educação no total da despesa do estado de Minas Gerais oscila ao longo do período, mas em nenhum ano, a partir de 2003, alcança o mesmo patamar de 18,89%, registrado em 2002. No ano de 2013 é registrado o menor esforço orçamentário na função de todo o período: 16,01%, quase três pontos percentuais a menos que aquele de 2002.

MATRÍCULAS NA REDE PÚBLICA EM TEMPO INTEGRAL

A educação em tempo integral diz respeito às políticas de ampliação da jornada escolar para além da carga horária mínima prevista nos marcos legais da educação básica no Brasil. O objetivo dessas estratégias é possibilitar a crianças, adolescentes e jovens estudantes uma formação escolar complementar a obrigatória, por meio de ações de acompanhamento pedagógico, pesquisa, cultura e artes, esporte e lazer, mídias e culturais digitais, dentre outras. O contraturno escolar pode acontecer dentro da escola ou em equipamentos públicos e ser viabilizado por parcerias com entidades e instituições das localidades. A escola em tempo integral requer a inovação administrativa, pedagógica e tecnológica dos sistemas de ensino e uma mudança de postura dos profissionais da educação, alunos, pais e comunidade escolar, todos corresponsáveis pela sua implantação.

A meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE) trata da escola em tempo integral. Ela prevê a oferta desta modalidade educacional em, no mínimo 50% das escolas públicas atendendo, assim, pelo menos 25% dos estudantes da educação básica. Nos últimos anos, o percentual de matrículas em tempo integral vem crescendo consideravelmente. Em 2011, esse percentual era de 7,5% em toda a rede pública, aumentando para 15,7% em 2014. De igual modo, o percentual de escolas públicas da educação básica com matrículas em tempo integral subiu no período, tanto no Brasil quanto no no estado, chegando a 42% e 45,6%, respectivamente em 2011.

Em Minas Gerais, as matrículas aumentaram 3 pontos percentuais no período, passando de 8,9% para 11,9%, segundo dados do observatório do Plano Nacional de Educação. Os dados específicos aos níveis de ensino da educação básica revelam que os investimentos em educação integral são maiores na educação infantil (creches e pré-escolas). A tabela abaixo mostra este panorama.

Tabela 11 – Percentual de matrículas na rede pública em tempo integral na educação básica, por nível de ensino, Minas Gerais, 2011-2014

NÍVEL DE ENSINO	2011	2012	2013	2014
EDUCAÇÃO INFANTIL	28,0	28,6	29,5	29,1
ENS. FUNDAMENTAL	8,4	9,2	10,8	12,5
ENSINO MÉDIO	1,7	1,8	3,2	2,0
REDE PÚBLICA TOTAL	8,9	9,6	10,9	11,9

Fonte: Observatório do Plano Nacional de Educação.

Apesar da tendência de aumento das matrículas nos três níveis ensino ao longo do período, nota-se que as taxas para o fundamental (12,5%) e médio (2,0%) neste último ano são bem menores do que as da educação infantil (29,1%). Essa mesma tendência é observada para o sudeste e o Brasil. Portanto, o sistema educacional mineiro ainda está longe de alcançar a meta 6 do PNE. Para isso, é necessária a coordenação integrada de estados e municípios para ampliação das vagas e desenvolvimento articulado de programas de educação integral.

CARREIRA, SATISFAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR

O professor é um ator fundamental para o desempenho do sistema educacional. Enquanto mediador da relação ensino aprendizagem deve ter formação inicial de qualidade e se qualificar continuamente. Além disso, é importante que se sinta motivado para o trabalho docente, contando com um ambiente escolar harmônico e com uma carreira valorizada e atrativa. Neste sentido, apresentam-se alguns dados sobre a trajetória profissional dos professores do sistema educacional do estado e a sua satisfação com o trabalho.

Segundo os dados do PROEB, na visão dos professores, os problemas do Ensino Médio público estão menos associados ao sistema educacional. Aspectos relacionados aos alunos e suas famílias foram elencados pelos professores das três séries avaliadas pelo PROEB como os principais desafios da última etapa da educação básica. Em 2013, 38,7% dos professores da rede estadual apontaram “a falta de interesse dos alunos” como o principal problema do Ensino Médio público, seguidos de 22% que consideraram “a ausência de interesse da família na formação do aluno” e 19,9% que disseram as questões relativas às “defasagens de aprendizagem” do aluno deste nível de ensino. A ausência da família é apontada como principal fator que prejudica a aprendizagem dos estudantes na escola, opinião de 50,4% dos professores. A indisciplina dos alunos também foi indicada como elemento prejudicador do aprendizado dos alunos. Para os professores se motivarem com os resultados do seu trabalho é preciso enfrentar estes desafios. É claro que a relação da escola com a família e a comunidade é fundamental para o processo de escolarização, porém não se pode desconsiderar que diversas outras questões do sistema educacional, como os insumos, o currículo, a distribuição dos tempos e espaços pedagógicos são elementos intervenientes tanto neste processo como na expectativa e no investimento dos alunos com o estudo e a escola. Nesta direção, outro dado importante é o Índice de Clima Escolar (ICE), indicador sintético que mede a percepção de professores e alunos acerca de aspectos como cuidado, disciplina, organização e segurança do ambiente escolar. Em 2013, as escolas tinham, em média, 37,4% dos estudantes classificados no Padrão Recomendado quando o ICE é médio ou baixo e 48,7% quando o ICE é considerado alto (Minas Gerais, 2013). Os quase 40% dos estudantes de alunos em escolas com clima considerado médio ou baixo terão seu desempenho impactado por questões da escola e, como consequência, os professores dessas escolas podem se sentir desmotivados e mais desafiados com o trabalho docente.

Em 2009, o Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais (GAME) da Universidade Federal de Minas Gerais, realizou uma pesquisa com mais de 2.300 professores da rede estadual de Minas Gerais que lecionam nos anos iniciais do ensino fundamental. O objetivo foi traçar o perfil dos professores desse nível de ensino e compreender os interesses e motivações delas que influenciam na trajetória educacional dos alunos.

Um dos temas investigados foi a percepção por parte dos professores sobre os fatores que afetam o processo de aprendizado. Os dados da pesquisa corroboram com os resultados do PROEB apresentados acima. A maioria dos professores investigados também atribuiu aos fatores relacionados à família ou ao próprio aluno como os maiores responsáveis pelo seu desempenho educacional. Porém, alguns aspectos relacionados aos professores ou à escola apontados pelos docentes podem contribuir para o debate de uma boa gestão escolar. Na percepção dos professores investigados, a desmotivação com a prática docente e o tempo gasto em tarefas e atividades burocráticas são os fatores associados aos professores que mais intervêm para as dificuldades dos estudantes. Com relação às características das escolas, os problemas mais mencionados foram salas de aulas superlotadas, insuficiência ou inadequação dos recursos didático/pedagógicos, falta de assistência ao aluno e as condições ambientais da escola, como barulho e iluminação.

Por meio dos dados do PROEB 2013 também é possível observar o tempo em que os professores estão trabalhando na rede estadual. Quase 30% daqueles que lecionam no 9º ano do fundamental e 3º do médio estão entre 6 e 10 anos na escola em que trabalhavam em 2013. Se somarmos os percentuais de professores destas séries com 10 anos ou mais de trabalho na mesma escola, temos um pouco mais da metade deles (56,2% 9º ano e 58,5% 3º ano do EM). Por outro lado, a rotatividade dos professores do 5º ano do fundamental é maior: 31,6% deles estavam há menos de 1 ano na escola em 2013. Ainda assim, 48,5% deles lecionam entre 1 e 10 anos na escola. Os dados sugerem que a manutenção na mesma escola é uma tendência da carreira dos professores da rede estadual, o que implica torná-la atrativa, não apenas pela remuneração, mas também pela adoção de um plano de progressão e promoção adequados as necessidades do profissional e as demandas do mercado e pela transformação do modelo de escola, readequação dos tempos e espaços curriculares e enfrentamento dos problemas relacionados ao trabalho na escola. Pouco mais da metade dos professores da rede estadual não trabalha em outra instituição de ensino (51,0% dos docentes do 5º ano, 57,3% do 9º ano e 53,4% do 3º ano do Ensino Médio). Não foram notadas diferenças expressivas destas informações entre os territórios de desenvolvimento.

É fundamental ainda conhecer o perfil de formação inicial e continuada dos professores. Os dados do PROEB de 2013 apontam que a pós-graduação lato sensu e o ensino superior são as escolaridades mais frequentes entre os professores da rede estadual (40,6%, 38,1%, respectivamente). Os professores do 3º ano do ensino médio são os que fizeram em menor proporção algum curso de capacitação entre 2010 e 2013 (78,4% contra 90,1% dos professores de 9º ano e 91,1% dos professores do 5º ano). As oportunidades de capacitação estão presentes em todos os territórios de desenvolvimento do estado, sem diferenças significativas entre elas.

São interessantes também os dados sobre a satisfação profissional dos professores: os percentuais de respostas "discordo" à pergunta "em geral estou satisfeito comigo enquanto professor" são baixos. Os professores do 5º ano do fundamental estão mais satisfeitos do que os do 9º e do 3º ano do médio. Por outro lado, os professores se sentem menos realizados profissionalmente, já que os percentuais de concordância a essa pergunta são menores do que os encontrados na pergunta sobre satisfação como professor, principalmente entre os docentes do 9º ano e 3º ano do ensino médio (84,1% e 82,5% respectivamente). Estas respostas apontam que é preciso investir na reforma da carreira dos professores, pois muito embora a permanência nela seja uma tendência, ela não traz necessariamente a sensação de realização profissional.

A pesquisa do GAME realizada em 2009 com os professores da rede estadual nos anos iniciais do fundamental também apontam para esse caminho. A maioria dos professores se sente satisfeito ou muito satisfeito com a sua profissão, entretanto, 67,4% dos entrevistados se encontram insatisfeitos ou muito insatisfeitos com o seu salário. Esse é um indicador de descontentamento dos professores em relação à sua situação profissional atual e que pode levar a sua desmotivação. Somado a isso, 90,3% dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental da rede estadual concordam que o professor perdeu prestígio aos olhos da sociedade. Na percepção deles, entre os fatores que mais contribuíram para essa diminuição de prestígio da profissão foi a perda de autoridade do professor e os baixos salários.

Absenteísmo de docentes

O absenteísmo escolar se caracteriza pela ausência repetida ou prolongada das atividades escolares pelos profissionais da educação e é um fator recorrente entre os professores. Deve ser considerado um grave problema para o funcionamento das escolas, pois complica o clima escolar e o desenvolvimento da rotina escolar. A análise sobre o absenteísmo encontra a dificuldade da indisponibilidade e inexistência de informações pelo governo do estado e as prefeituras municipais. Pesquisas mostram que o absenteísmo dos docentes tem relação direta com a piora do clima escolar, e em consequência, a qualidade na oferta de bens educacionais acaba caindo (GAME 2002).

Apesar da indisponibilidade de informações oficiais, com os dados do questionário de diretores do Proeb 2013, pode-se ter uma ideia exploratória da questão do absenteísmo no estado.

Tabela 12: Frequência e percentual resposta dos professores à pergunta “nesta escola há absenteísmo frequente dos professores” por rede de ensino, Minas Gerais, 2013.

Rede Estadual		Frequência	Percentual
	Discordo muito	136	5%
	Discordo	678	20%
	Concordo	1492	45%
	Concordo muito	1011	30%
	Total	3317	100%
Rede Municipal			
	Discordo muito	148	3%
	Discordo	786	14%
	Concordo	2619	46%
	Concordo muito	2105	37%
	Total	5658	100%

Fonte: Proeb, 2013.

Na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, 75% dos diretores concordam que há absenteísmo frequente nas escolas. E apenas 25% discordam que o problema aconteça com frequência. No caso das redes municipais, o cenário não é diferente. 83% dos diretores de escolas municipais disseram que concordam ou concordam muito que haja o absenteísmo dos docentes nas escolas que dirigem.

Pelos números apresentados na tabela, percebe-se que o absenteísmo é um problema que incomoda as direções escolares. Cabe ao governo do estado produzir estudos mais precisos sobre a gravidade do problema na rede ensino estadual, induzir e contribuir para que o mesmo aconteça em relação as redes municipais. Neste sentido, é preciso abrir um diálogo com as administrações municipais e com os sindicatos dos profissionais da educação a fim de encontrar saídas para tratar do problema. É importante destacar novamente que não se trata de um problema simples e que este problema tem forte correlação com os baixos desempenhos das escolas mineiras.

DIAGNÓSTICO POR TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO

COBERTURA E ACESSO

Por meio dos dados do Censo Demográfico de 2010 é possível ter uma ideia do diferencial do atendimento das crianças e jovens por Território. Como já mencionado, o acesso ao ensino fundamental (taxa de atendimento dos grupos etários de 6 a 14 anos) já está praticamente universalizado e, dessa forma, praticamente não há diferença entre os Territórios.

Por outro lado, no atendimento escolar nas demais faixas etárias o diferencial entre os Territórios é significativo. Mucuri, Médio e Baixo Jequitinhonha e Vale do Rio Doce são os Territórios mais fragilizados em termos do atendimento de suas crianças e jovens. Chama atenção Mucuri onde apenas 9,4% das crianças de 0 a 3 anos frequentam creche. No outro extremo, ou seja, com maior atendimento escolar, se encontram os Territórios Vertentes, Metropolitana, Mata e Oeste.

Outro ponto marcante é com relação à diferença do acesso entre as áreas rurais e urbanas, que ocorre em Minas Gerais estendido para todas as regiões, principalmente nas idades mais novas. Em praticamente todos os Territórios o atendimento das crianças de 0 a 3 anos nas áreas rurais é um quarto do atendimento das áreas urbanas. Para as crianças de 4 e 5 anos o acesso à educação infantil nas áreas rurais é cerca de 60% do verificado nos setores urbanos. A diferença do atendimento entre as áreas rurais e urbanas é maior no Mucuri e Médio e Baixo Jequitinhonha e menor para os Territórios Metropolitanos e Oeste.

Com relação à taxa de escolarização líquida, que indica o percentual de pessoas que estão cursando o nível de ensino adequado a sua faixa etária, observa-se padrões semelhantes, ou seja, Mucuri, Médio e Baixo Jequitinhonha e Vale do Rio Doce possuem os mais baixos valores. Isso indica que nessas regiões além de ter alta proporção de crianças e jovens que não estão na escola, também há alta proporção de alunos que frequentam níveis de ensino não adequados a sua faixa etária. No Mucuri, por exemplo, em cada grupo de 100 pessoas de 15 a 17 anos, 19 estão fora da escola e 44 estão na escola mas não no ensino médio, que seria o nível de ensino adequado para essa faixa etária. Estes dados revelam um cenário preocupante, considerando que a defasagem idade/série aparece como um fator relevante que agrava o desempenho, interfere na qualidade e equidade educacional do estado.

Tabela 13: Taxa de atendimento escolar e taxa de escolarização líquida por grupo etário – Minas Gerais e Territórios de desenvolvimento, 2010 (%)

Territórios	Taxa de Atendimento				Taxa de Escolarização Líquida	
	0 a 3 anos	4 e 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Noroeste	15,0	72,8	97,5	83,5	81,0	58,6
Norte	16,5	75,3	97,4	81,9	81,9	52,5
Médio e Baixo Jequitinhonha	12,4	65,7	96,8	79,3	79,4	40,2
Mucuri	9,4	57,9	96,4	81,3	78,9	44,3
Alto Jequitinhonha	18,3	69,7	97,8	82,7	81,6	50,7
Central	19,9	75,3	98,0	83,2	81,4	52,6
Vale do Rio Doce	13,3	69,8	97,0	79,8	79,0	46,1
Vale do Aço	15,8	74,9	97,6	81,1	80,5	53,8
Metropolitana	25,1	81,2	97,6	86,6	81,3	56,3
Oeste	20,1	82,5	97,8	80,9	80,3	54,0
Caparaó	14,0	69,8	97,1	78,9	82,4	47,3
Mata	20,3	85,1	97,7	84,3	82,9	53,5
Vertentes	13,2	83,8	98,3	86,8	83,5	56,5
Sul	22,4	79,5	97,6	83,1	81,7	55,3
Sudoeste	18,2	75,0	97,3	80,6	81,4	56,4
Triângulo Norte	24,9	77,4	97,7	83,0	80,6	55,0
Triângulo Sul	24,2	79,6	97,3	83,8	79,2	53,1
Minas Gerais - Urbano	23,00	82,76	97,80	84,8 5 76,8	81,66	56,01
Minas Gerais - Rural	5,63	52,45	96,25	6	79,19	41,94

Fonte: Censos Demográficos, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Elaboração própria.

Legenda: Os quatro valores mais baixos estão com graduação de cor em vermelho, sendo vermelho mais escuro para o menor valor. Os quatro maiores valores estão com graduação de cor em verde, sendo verde escuro para o mais alto valor.

FLUXO

Com relação ao fluxo dos alunos entre as séries também se observa uma desigualdade entre os Territórios. Enquanto que no Mucuri 14,7% dos alunos matriculados nos anos iniciais são defasados, no Oeste esse percentual é de 5,3%. Porém, é nas etapas mais avançadas do ensino básico do estado que a defasagem piora, embora os diferenciais entre as regiões diminuam um pouco, apesar de ainda ser significativo. Mucuri, Médio e Baixo Jequitinhonha e Alto Jequitinhonha, de forma geral, são os que se destacam negativamente, ou seja, possuem grande proporção de alunos defasados em todas as etapas de ensino, exceção do Alto Jequitinhonha nos anos iniciais do fundamental.

Comparando as diferenças entre a rede estadual e municipal para a taxa de distorção idade/série, observa-se que nos anos iniciais do fundamental a rede municipal apresenta distorção bem maior que a rede estadual. Com destaque negativo para Mucuri, Médio e Baixo Jequitinhonha, Caparaó e Mata que apresentam alta distorção idade/série na rede municipal. Na rede estadual, Mucuri e Médio e baixo Jequitinhonha são os Territórios que merecem especial atenção, principalmente nos anos finais do fundamental.

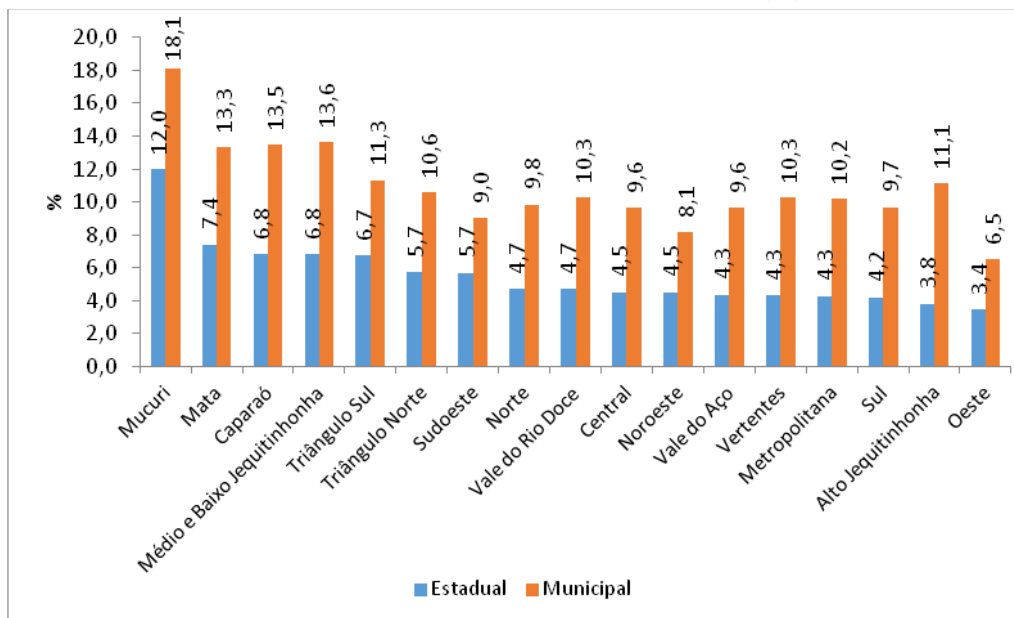
Tabela 14- Taxa de distorção idade e série do ensino fundamental e médio por Território de desenvolvimento, Minas Gerais, 2013 (%)

Território	Ensino Fundamental		Ensino Médio
	Anos iniciais	Anos finais	
Noroeste	6,2	18,5	19,5
Norte	7,1	23,7	26,8
Médio e Baixo Jequitinhonha	11,2	36,5	36,9
Mucuri	14,7	34,9	37,3
Alto Jequitinhonha	7,1	29,5	35,4
Central	8,4	24,4	24,6
Vale do Rio Doce	7,8	25,2	25,9
Vale do Aço	7,3	21,5	22,6
Metropolitana	7,4	24,2	28,8
Oeste	5,3	19,7	20,7
Caparaó	10,6	27,3	26,2
Mata	10,3	28,3	27,2
Vertentes	7,9	26,3	26,6
Sul	7,6	22,2	22,8
Sudoeste	7,9	18,4	20,7
Triângulo Norte	7,9	20,3	21,4
Triângulo Sul	9,3	22,9	26,8

Fonte: INEP/MEC, Censo Escolar 2013. Elaboração própria.

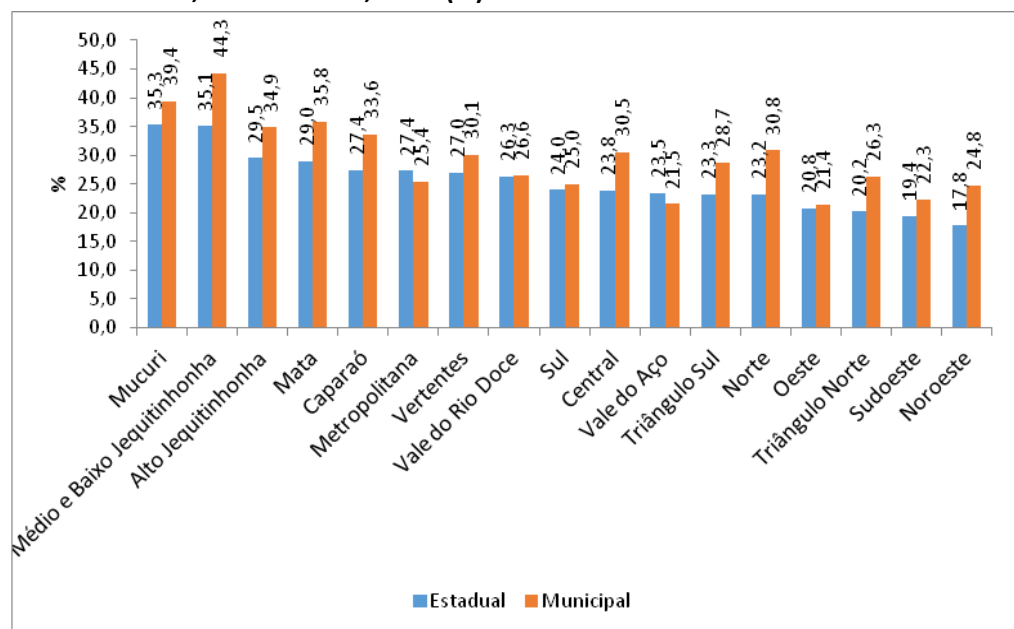
Legenda: Os quatro valores mais baixos estão com graduação de cor em vermelho, sendo vermelho mais escuro para o menor valor. Os quatro maiores valores estão com graduação de cor em verde, sendo verde escuro para o mais alto valor.

Gráfico 6: Taxa de distorção idade e série dos anos iniciais do ensino fundamental por rede de ensino e Território de desenvolvimento, Minas Gerais, 2013 (%)



Fonte: INEP/MEC, Censo Escolar 2013. Elaboração própria.

Gráfico 7: Taxa de distorção idade e série dos anos finais do ensino fundamental por rede de ensino e Território, Minas Gerais, 2013 (%)



Fonte: INEP/MEC, Censo Escolar 2013. Elaboração própria.

A porcentagem de alunos defasados é consequência da retenção entre as séries, que por sua vez são sintetizadas nas taxas de rendimento. O Mucuri, por exemplo, é o território que possui a maior taxa de distorção nos anos iniciais do fundamental. Quando se observa as taxas de rendimento, percebe-se que, na rede estadual, esse território é o que apresenta a maior taxa de reprovação nessa etapa de ensino e a segunda maior taxa de abandono. Da mesma forma, o território da Mata, que apresenta a segunda maior distorção na rede estadual nos anos iniciais do fundamental, apresenta a maior taxa de abandono.

O maior problema no fundamental, entretanto, ocorre nos anos finais. Nessa etapa de ensino, tanto a repetência quanto o abandono são bem maiores que na etapa anterior. Os Territórios do Mucuri e Médio e Baixo Jequitinhonha se destacam negativamente por apresentarem altas taxas de reprovação e abandono. Interessante destacar o Alto Jequitinhonha. Nesse Território, a alta taxa de distorção idade série nos anos finais é fruto basicamente da maior reprovação, tendo em vista que o abandono é o mais baixo entre os Territórios. Cabe destacar também o Território Metropolitano que possui a maior taxa de reprovação nessa etapa de ensino.

No ensino médio, cujas taxas de rendimento são piores que no fundamental, os maiores problemas de fluxo ocorrem nos Territórios Metropolitano, Triângulo Norte, Triângulo Sul e Mucuri. Quando analisa as taxas de rendimento em cada série, percebe-se que o maior abandono e reprovação ocorrem na 1ª série do ensino médio.

Tabela 15: Taxa de rendimento do ensino fundamental por território de desenvolvimento – Minas Gerais, Rede Estadual – 2013 (%).

Território	Anos iniciais do EF			Anos finais do EF		
	Aprovação	Reprovação	Abandono	Aprovação	Reprovação	Abandono
Noroeste	99,66	0,03	0,31	94,17	3,04	2,79
Norte	99,12	0,41	0,46	89,81	6,78	3,41
Médio e Baixo Jequitinhonha	99,15	0,33	0,52	86,36	8,28	5,35
Mucuri	98,78	0,63	0,59	85,93	9,72	4,35
Alto Jequitinhonha	99,56	0,20	0,24	89,75	7,88	2,37
Central	99,40	0,30	0,30	90,24	6,33	3,43
Vale do Rio Doce	99,39	0,26	0,35	89,97	6,51	3,52
Vale do Aço	99,35	0,39	0,26	89,91	7,02	3,06
Metropolitana	99,24	0,34	0,42	86,71	10,33	2,97
Oeste	99,75	0,09	0,16	92,11	5,30	2,59
Caparaó	99,42	0,18	0,40	90,31	5,52	4,17
Mata	99,11	0,30	0,59	89,29	6,90	3,81
Vertentes	99,76	0,12	0,12	90,55	6,98	2,47
Sul	99,57	0,11	0,32	91,30	5,38	3,32
Sudoeste	99,56	0,18	0,26	94,28	2,75	2,97
Triângulo Norte	99,49	0,09	0,42	92,92	4,58	2,50
Triângulo Sul	99,29	0,23	0,48	90,72	6,19	3,08
Minas Gerais	99,33	0,27	0,39	89,66	7,11	3,23

Fonte: INEP/MEC, Censo Escolar, 2013.

Legenda: Os quatro valores mais baixos estão com graduação de cor em vermelho, sendo vermelho mais escuro para o menor valor. Os quatro maiores valores estão com graduação de cor em verde, sendo verde escuro para o mais alto valor.

Tabela 16: Taxa de rendimento do ensino médio por território de desenvolvimento, Minas Gerais, Rede Estadual, 2013 (%)

Território	Aprova ção	Reprov ação	Abando no
Noroeste	85,50	6,04	8,46
Norte	83,20	8,31	8,49
Médio e Baixo Jequitinhonha	82,85	7,83	9,32
Mucuri	79,32	9,99	10,68
Alto Jequitinhonha	83,69	8,57	7,74
Central	81,40	10,02	8,57
Vale do Rio Doce	84,87	6,99	8,15
Vale do Aço	81,08	10,28	8,64
Metropolitana	75,76	14,09	10,15
Oeste	82,64	9,00	8,36
Caparaó	84,21	6,31	9,48
Mata	81,64	8,54	9,82
Vertentes	84,30	9,38	6,32
Sul	83,41	7,39	9,20
Sudoeste	84,07	5,05	10,88
Triângulo Norte	76,53	12,47	10,99
Triângulo Sul	77,77	9,63	12,60
Minas Gerais	80,39	10,13	9,47

Fonte: INEP/MEC, Censo Escolar 2013. Elaboração própria.

Nota: Os quatro valores mais baixos estão com graduação de cor em vermelho, sendo vermelho mais escuro para o menor valor. Os quatro maiores valores estão com graduação de cor em verde, sendo verde escuro para o mais alto valor.

DESEMPENHO E QUALIDADE

Serão apresentados alguns dados do PROEB 2013 sobre o desempenho e a qualidade do sistema educacional mineiro por territórios de desenvolvimento.

Tabela 17: Percentual de alunos no nível recomendado PROEB 2013 - Rede Estadual

Território	Língua Portuguesa			Matemática		
	5º ano do EF	9º ano do EF	3º ano do EM	5º ano do EF	9º ano do EF	3º ano do EM
Noroeste	48,3	44,2	32,8	65,4	27,0	3,5
Norte	42,2	31,3	24,0	57,0	17,5	1,6
Médio e Baixo Jequitinhonha	35,1	32,6	25,0	51,8	16,1	2,2
Mucuri	33,0	27,8	27,4	49,5	13,5	1,8
Alto Jequitinhonha	50,5	41,6	34,3	67,8	27,2	4,4
Central	62,5	46,1	38,9	79,6	27,4	5,0
Vale do Rio Doce	47,9	38,9	36,7	61,1	22,2	3,0
Vale do Aço	51,8	43,5	39,9	66,5	27,1	4,2
Metropolitana	44,3	39,5	37,8	57,6	19,2	3,1
Oeste	57,8	48,2	44,6	72,7	29,3	6,0
Caparaó	47,4	41,9	38,6	63,9	26,0	5,7
Mata	45,6	40,9	38,2	61,2	22,7	5,0
Vertentes	56,8	44,7	44,5	72,3	28,7	6,3
Sul	50,0	43,0	39,0	66,9	24,2	4,0
Sudoeste	52,7	47,0	40,0	73,8	33,5	7,1
Triângulo Norte	48,2	42,2	39,2	64,6	22,9	4,1
Triângulo Sul	47,3	42,8	35,9	62,0	26,4	4,7
Minas Gerais	46,5	40,5	36,4	61,7	22,9	3,8

Fonte: PROEB, 2013. Elaboração própria.

Nota: Os quatro valores mais baixos estão com graduação de cor em vermelho, sendo vermelho mais escuro para o menor valor. Os quatro maiores valores estão com graduação de cor em verde, sendo verde escuro para o mais alto valor.

Inicialmente a tabela 14 mostra um cenário preocupante em relação à qualidade do sistema educacional do estado. Em primeiro lugar, percebe-se que poucas regiões do estado conseguiram que mais da metade de seus alunos, no 5º ano ensino fundamental, atingissem um resultado recomendável em Língua Portuguesa. São eles: Alto Jequitinhonha, Central, Vale do Aço, Vertentes, Oeste, Sul e Sudoeste. Quanto a Matemática para esta mesma etapa de formação, somente a região do Mucuri tem menos da metade de seus alunos com desempenho acima do recomendado.

Quanto ao 9º ano do ensino fundamental, percebe-se que nenhuma das regiões conseguiu que pelo menos metade de seus alunos alcançasse desempenho recomendado para Língua Portuguesa e Matemática. O que fica mais saliente nestes resultados é a queda acentuada no percentual de alunos do 5º para o 9º ano que obtiveram um resultado que os incluíssem no rol daqueles com desempenho recomendado nas duas disciplinas. A queda no desempenho em Matemática é ainda mais acentuada.

Em relação ao ensino médio o cenário do desempenho se agrava, ou seja, o número de alunos que consegue atingir o recomendado é muito baixo tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática. Nesta segunda disciplina o resultado é bastante alarmante, pois em nenhuma das regiões do estado nem 10% dos alunos conseguiu atingir o resultado recomendado. Já em Língua Portuguesa o resultado é um pouco melhor, porém pode-se dizer que está muito longe do recomendado.

Estes dados sugerem que há um grave problema de qualidade em todo o sistema estadual de ensino, visto que as séries avaliadas pelo Proeb são as etapas finais dos ciclos da educação básica e se o desempenho nelas está baixo, os alunos vão acumulando problemas de aprendizagem ao longo da passagem pelo sistema. A queda acentuada no percentual de alunos que consegue ter um desempenho recomendado deixa claro, portanto, que o sistema educacional mineiro não é efetivo. E o que pode ser pior, ele pode estar contribuindo para acentuar as desigualdades.

O cenário torna-se um pouco mais preocupante quando se correlaciona os dados da tabela 11, de fluxo escolar, com os da tabela 14 acima. Na primeira, estão incluídos os dados de distorção idade/série e os números são bastante expressivos, chegando a mais de 20% ao final do ensino fundamental e do ensino médio para quase todas as regiões do estado. Em geral, entende-se aqui que a defasagem é provocada, principalmente, pela reprovação e pelo abandono. Ora, estes dois fatores de defasagem são de ordem do sistema educacional. Portanto, são de responsabilidade dos atores envolvidos com as escolas. Ao mesmo tempo, verifica-se que o percentual de alunos dentro do desempenho recomendado (tabela 14) é muito baixo ao final do ensino fundamental e do ensino médio. No limite, pode-se deduzir que os dados de defasagem e qualidade revelam o caminho equivocado do sistema educacional que parece ter optado pela reprovação como forma de busca de qualidade.

Examinando o desempenho apresentado pelos territórios de desenvolvimento do estado, verifica-se que há uma grave desigualdade entre eles. Ao final do 5º ano do ensino fundamental percebe-se que a diferença entre a pior e a melhor região é de quase o dobro. Ou seja, enquanto o território Mucuri apresentou um percentual de 33% em Língua Portuguesa e 49,5% em Matemática, a Central apresentou 62,5% e 79,6% respectivamente, segundo o PROEB 2013. Mas, os resultados mostram também que àqueles territórios que historicamente vêm apresentando graves problemas socioeconômicos são também os que possuem baixos resultados de desempenho educacional dos seus alunos, como descrito na tabela 14. Ao mesmo tempo quando se examina a tabela 11, verifica-se que a taxa de distorção idade/série nestes territórios são bastante significativas em relação às demais do estado. Neste caso, considerando os resultados do PROEB e a distorção idade/série tem-se um cenário pouco animador quanto à educação do estado. Ou seja, o sistema educacional tem contribuído para acentuar as desigualdades econômicas, sociais e educacionais em seu território.

O cenário descrito para o 5º ano do ensino fundamental se repete para o 9º ano desta etapa de formação: os piores resultados aparecem para o Mucuri em que apenas 27,8% dos alunos conseguem desempenho desejável em Língua Portuguesa e apenas 13,5% conseguiram este resultado em Matemática. Os outros territórios com resultados piores foram Médio/Baixo Jequitinhonha com 32,6% em Língua Portuguesa e 13,5% em Matemática e Norte com 31,3% e 17,5% respectivamente. Neste caso, em relação ao 9º ano do ensino fundamental, aqueles que obtiveram melhores resultados foram a Oeste com 48,2% em Língua Portuguesa e 29,3% em Matemática e a Sudoeste com 47% e 33,5% de alunos com desempenho recomendável nos respectivos conteúdos. A desigualdade de desempenho no 9º ano é reforçada pela desigualdade decorrente da defasagem idade/série nesta mesma etapa, ou seja, elas se sobrepõem. No ensino, a correlação entre desigualdades regionais de fluxo e qualidade também são expressivas.

Enfim, considerando que quem acessa a escola pública são indivíduos provenientes dos grupos sociais com pior renda e, conseqüentemente, em piores condições socioeconômicas, o sistema educacional mineiro contribui para reforçar as desigualdades.

INSUMOS E GESTÃO ESCOLAR

Considerando os elementos destacados pelo INEP (2010) como fundamentais para os bons resultados educacionais, apresentados na seção 2.4, e para tentar descrever as condições atuais do sistema educacional do governo do estado de Minas Gerais quanto a sua eficácia, a sua gestão e a gestão das suas unidades escolares, recorreu-se aos resultados dos questionários aplicados aos professores e diretores de escolas pelo PROEB 2013.

Verifica-se, de uma maneira geral, considerando a posição dos docentes, que o problema do desempenho não está nos insumos, nem no currículo claro e oculto, nem nas atividades pedagógicas. Para eles, os problemas da aprendizagem e do desempenho educacional estão relacionados principalmente com o aluno e a sua família, conforme discutiu-se na seção 1.5 deste relatório. Se for considerada esta posição, há pouca coisa a se fazer em relação aos insumos escolares e a estrutura do ensino. Entretanto, a posição dos educadores revela alguns problemas preocupantes em relação a política educacional que precisarão ser tratados pela SEE, tais como:

- a falta de conhecimento dos verdadeiros motivos do relativo fracasso escolar dos alunos;
- o pouco entendimento sobre a importância do papel do professor no contexto do processo educacional;
- a baixa expectativa em relação aos alunos e em relação a participação da família no contexto da aprendizagem.
- a formação e capacitação insuficiente dos docentes que deveriam, entre outras coisas, dar atenção aos fatores intervenientes nos processos de aprendizagem, principalmente, àqueles que são de sua responsabilidade;
- o alijamento da comunidade escolar dos processos educacionais.
- a visão limitada dos educadores sobre o que representa o currículo escolar, os conteúdos e os processos de avaliação.

Em relação a posição dos diretores, considerando o seu papel estratégico na capacidade da unidade escolar ser bem ou mal sucedida no processo de produção de aprendizagem, buscou-se verificar pontos que deixam em destaque o seu olhar sobre o sistema educacional e a liderança na comunidade. As tabelas a seguir darão ênfase a alguns dos elementos que permitem aferir os pontos destacados anteriormente.

Com relação a formação dos diretores das escolas estaduais, nota-se que praticamente todos têm, no mínimo, uma graduação. Certamente, a formação do diretor lhe dá mais recursos pessoais para liderar a escola e lidar com os seus problemas rotineiros, tanto administrativos, quanto os pedagógicos.

Outra variável importante é o tempo e experiência dos diretores na direção da unidade escolar. Considera-se que quanto maior o tempo, o diretor consegue lidar com maior desenvoltura frente aos problemas rotineiros da escola. Contudo, um tempo muito grande, sem renovações, impede que novas formas de gestão possam ser experimentadas. Há um número expressivo de diretores que estão em primeiro mandato. Os dados mostram que, em média, 40% deles têm entre 1 e 5 anos de experiência como diretor. Isto equivale dizer que estão no primeiro mandato, pois este tem a duração de 4 anos. Se os diretores permanecem por mais de um ano no cargo, espera-se que tenham contato mais rotineiro com a comunidade escolar. Desta forma, acredita-se que eles vão responder com mais efetividade às demandas da comunidade escolar, além de conseguir reduzir os conflitos, envolvendo os principais atores interessados no desenvolvimento escolar nos processos de decisão e gestão da escola. Além disso, conseguirá maior aproximação com os professores e, com isso, conseguir maior empenho deles na produção de conhecimentos.

Para a verificação dos insumos básicos para o funcionamento das escolas estaduais de Minas Gerais, procurou-se verificar o percentual delas que possui energia elétrica, esgoto e água tratada. Considera-se aqui que estes são insumos fundamentais para se pensar em qualidade em educação. Sem eles, certamente os outros estarão comprometidos. O que se espera quando procura verificar a qualidade na educação e a gestão escolar, é que todas as escolas tenham energia elétrica, água tratada e esgoto sanitário. Pensando mais diretamente na gestão escolar, entende-se aqui que uma boa direção tenderá a buscar forma de garantir estes insumos para o funcionamento das escolas, mobilizando a sua comunidade a fim de pressionar os gestores públicos para consegui-los. Assim, considera-se aqui que a ausência de energia elétrica, água tratada e esgoto nas unidades escolares comprometem a aprendizagem e a qualidade educacional. A sua ausência acaba mostrando a fragilidade da gestão das escolas e das políticas educacionais. Os dados sobre a existência destes insumos estão relacionados abaixo:

Tabela 17: Infraestrutura elétrica, hidráulica e de esgoto das escolas estaduais, Minas Gerais, 2013.

Território	Energia elétrica			Esgoto/Fossa Séptica			Água tratada/poço artesiano		
	Tem em boas condições	Tem em condições ruins	Não tem	Tem em boas condições	Tem em condições ruins	Não tem	Tem em boas condições	Tem em condições ruins	Não tem
Noroeste	84,9	15,1		64,8	31,2	4	84,7	8,9	6,5
Norte	76,4	22,8	0,5	61	30,5	8,5	75,8	12,8	11,4
Médio e baixo Jequitinhonha	78,2	21,8		65,8	30,8	3,3	80,5	12,7	6,8
Mucuri	76,2	23,8		68	28,9	3,1	79,5	15	5,5
Alto Jequitinhonha	67,5	32,5		51,8	43,9	4,4	65,2	20,9	13,9
Central	91,7	8,3		77,6	22,4	0	93,9	4,1	2
Vale do Rio Doce	78,8	21,2		76,4	21,7	1,9	81,4	16	2,6
Vale do Aço	79,9	19,5	0,6	68,2	26	5,8	83,6	12,5	3,9
Metropolitana	78,8	21,2		73,8	23,6	2,6	88,9	5,9	5,2
Oeste	87,3	12,7		82,8	16,2	1	89,7	6,4	3,9
Caparaó	77,2	22,8		67,7	27,8	4,4	85,4	7,6	7
Mata	85,5	14,5		78	19,3	2,7	82,4	6,9	10,7
Vertentes	89,3	10,7		84	14,5	1,5	85,4	6,9	7,7
Sul	84,1	15,9		81,8	16,3	2	90	4,9	5,2
Sudoeste	89,7	10,3		85,1	14,9	0	94,3	3,4	2,3
Triângulo norte	82,5	17,5		77,9	21,5	0,6	86,5	8,8	4,7
Triângulo sul	90,1	9,9		80,2	18,8	1	95	3	2
Minas Gerais	81,1	18,8	0,1	72,9	23,8	3,3	84,7	8,8	6,5

Fonte: PROEB 2013. Elaboração própria.

Em relação aos dados apresentados na Tabela 15, verifica-se que para o estado como um todo, o pior cenário é em relação ao esgoto tratado. Neste caso, verifica-se que apenas 72,9% das escolas possuem este serviço em boas condições. É importante destacar aqui que os dados foram retirados dos questionários dos diretores das escolas estaduais, aplicados durante a aplicação das provas do PROEB de 2013. Mas, em relação aos três insumos básicos verifica-se que há em torno de 20% das unidades escolares do sistema estadual que não os têm. É um número relativamente alto, considerando que sem eles os outros insumos ficam comprometidos.

Em relação aos territórios, os números confirmam que escolas sem energia elétrica, água tratada e esgoto estão, na maior parte, no Alto Jequitinhonha, Norte e Mucuri. E aqueles com a melhor disponibilidade destes insumos são a Central, Triângulo Sul e Sudoeste. Coincidentemente, estas são as regiões que apresentam melhores resultados de proficiência do PROEB e o maior percentual de alunos com desempenho recomendável em Língua Portuguesa e Matemática. Ou seja, as desigualdades em relação aos insumos reforçam as desigualdades de desempenho.

E, por fim, os dados apresentados mostram que há muito o que se fazer para conseguir atingir os aspectos considerados essenciais para se obter bons resultados educacionais, conforme proposto pelo INEP (quadro 1).

TENDÊNCIAS E FATORES CRÍTICOS PARA O PLANEJAMENTO

COBERTURA INSUFICIENTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Na última década, a taxa de cobertura apresentou aumento em todas as faixas etárias. Porém, mantido o ritmo desse aumento, dificilmente o estado irá atingir a meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE), a saber: “universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do Plano.

Considerando as idades de 0 a 3 anos, observa-se que, apesar do avanço ocorrido entre 2009 e 2013, o percentual de crianças nessa faixa etária que frequentam algum estabelecimento de ensino ainda é bastante baixo, apenas 21,5%. Minas se encontra em situação pior quando comparado à média da região Sudeste e do Brasil. No caso das crianças de 4 ou 5 anos, verifica-se uma frequência escolar mais alta que a das crianças mais novas, sendo de 81,1% para Minas Gerais e 84,9% para a região Sudeste. A cobertura da pré-escola ainda está aquém da meta de 100% estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

No que pese que a educação infantil seja de responsabilidade das redes municipais, a sua universalização traz impactos positivos para o aprendizado futuro das crianças. Ou seja, os estímulos adequados na primeira infância aumentam as chances de sucesso educacional dos indivíduos (maior desempenho em testes cognitivos, menor repetência e evasão). Dessa forma, é importante uma maior cooperação entre o estado e os municípios para auxiliar na universalização da educação infantil.

CRISE NO ENSINO MÉDIO: ACESSO, COBERTURA, FLUXO, QUALIDADE E CURRÍCULO

Considerando o ritmo de crescimento da taxa de atendimento da faixa etária de 15 a 17 anos observada nos últimos anos, a meta 3 “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento)”, estabelecida no Plano Nacional de Educação também será dificilmente atingida.

A taxa de atendimento no Ensino Médio entre 2009 e 2013, ficou praticamente estável. Ressalta-se, porém, que se espera um aumento da demanda no ensino médio em decorrência principalmente da melhora da distorção idade/série no ensino fundamental. Os dados recentes já mostram essa tendência: a taxa de escolarização líquida apresentou aumento entre 2009 e 2013 em contraste com a quase estabilidade da taxa de atendimento. Em outras palavras, não aumentou o percentual de jovens de 15 a 17 anos que frequentam a escola, mas aumentou o percentual de jovens que frequentam o ensino médio.

No caso do grupo etário de 15 a 17 anos, a baixa frequência é fruto da evasão escolar dos jovens, visto que a maioria já frequentou o sistema educacional em algum momento da vida. No que pese esse problema ter dimensão nacional, o desafio é entender as particularidades do estado de Minas Gerais que provocam a saída precoce da escola. Vários fatores podem estar associados a evasão, como a maior vulnerabilidade social do evadido, as sua dificuldade de associar trabalho e estudo, o ensino médio ser pouco significativo e de baixa qualidade. Porém, um dos fatores associados a evasão é a alta taxa de repetência nos anos finais do ensino fundamental e no nível médio e, conseqüentemente, a alta distorção idade/série nestas duas etapas de ensino. Portanto, o aluno tende a evadir após sucessivas repetências. Vários estudos apontam, então, que a repetência não traz maiores ganhos de aprendizado ao aluno (LUZ, 2008 e RIANI, SILVA; SOARES, 2012), mas possui efeito perverso ao acarretar a evasão. Somado a isso, pode ser prejudicial em termos comportamentais e emocionais (JIMERSON et al., 1997).

É necessário, então, garantir a progressão dos estudantes no ritmo adequado a sua idade, o que implica a inovação dos percursos e critérios de progressão, quanto de estratégias de ensino que promovam a aprendizagem – e a promoção – a alunos com diferentes perfis.

No caso das medidas de qualidade do sistema educacional, os dados apontam que o significativo avanço ocorrido nos anos iniciais do fundamental parece ter se esgotado, de tal forma que melhoras significativas se tornam mais difíceis no futuro, se as atuais políticas educacionais não forem inovadas. De forma semelhante, a tendência de aumento da qualidade para os anos finais do fundamental e para o ensino médio é pequena e já se observa, inclusive, a sua estagnação. Logo, os jovens que conseguirem acessar o ensino médio serão egressos de um ensino fundamental com problemas na qualidade o que tem implicações para a estagnação em níveis baixos da qualidade do ensino médio. A qualidade da educação também pode influenciar as questões relativas ao fluxo e a cobertura. Uma melhora no desempenho dos estudantes é importante não apenas porque garante que os alunos estão aprendendo, mas porque tem impacto na redução da repetência e, conseqüentemente, do abandono.

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES ESCOLARES

Quando os indicadores educacionais são correlacionados com características adscritas e socioeconômicas dos jovens, nota-se que oportunidades de uma trajetória regular de progressão ao longo da vida educacional não são equitativamente distribuídas entre os estudantes mineiros.

Quando observadas as escolas estaduais de ensino médio, é possível obter algumas inferências relativas às condições de equidade na oferta educacional do estado. Primeiro, há maior probabilidade dos alunos em melhores condições socioeconômicas, estarem concentrados em determinadas instituições. Além disto, as instituições que atendem aos alunos melhor posicionados socialmente tendem a apresentar melhores condições, tanto em relação às características da própria escola quanto às características dos docentes. Portanto, a educação em Minas Gerais, partir da análise da oferta, devido a problemas na alocação dos recursos e investimentos, inicialmente, não estaria contribuindo para redução da desigualdade. Mais que isto, uma vez que os estudantes de estratos sociais superiores possuem maior chance de estarem nas melhores escolas, essas instituições podem estar agravando as desigualdades iniciais existentes.

Dessa forma, outro ponto crítico da educação mineira é a ubiquidade e persistência das desigualdades educacionais, que tendem a se repetir e a se sobrepor em quase todas as dimensões do processo educacional, apesar de melhoras recentes, como de resto aconteceu com o Brasil. Os dados e exemplos aqui apontados, ainda que incompletos, são mais do que suficientes para demonstrar o ponto que desafia a educação, seja como garantia de direitos universais, seja como instrumento de redução da desigualdade social e aumento da mobilidade social e ocupacional: os grupos sociais mais vulneráveis tendem a ter piores oportunidades educacionais, limitando o cumprimento da promessa e da vocação igualitária da escolarização nas sociedades democráticas.

Além de fatores socioeconômicos e adscritos interferirem nos indicadores de acesso, fluxo e qualidade, variáveis relativas a processos internos da escola (como a liderança do diretor, clima escolar, expectativa do professor, dinâmica do professor, tempo gasto em atividades acadêmicas etc) e fatores associados à sua infraestrutura (como o número médio de alunos e o tempo de permanência na escola) também possuem impacto na aprendizagem. Assim, a garantia por parte do estado de uma boa gestão escolar e de um mínimo de recursos equitativamente distribuídos é condição necessária para o bom desempenho e efetividade do sistema educacional.

CARREIRA E VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR

Os professores da rede estadual, conforme os dados sobre o tempo de docência e satisfação profissional, apresentam um perfil de manutenção na carreira, o que implica a necessidade de torna-la mais atrativa, diminuindo a rotatividade e garantindo que os profissionais permaneçam na sala de aula. Plano de carreira, reajuste salarial, programas de capacitação e qualificação são elementos fundamentais para isso. Porém, tão importante quanto é considerar as dificuldades que os professores enfrentam no dia a dia da escola e que influenciam a sua satisfação com o trabalho.

DIRETRIZES DE AÇÃO

POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO

O professor vem aparecendo como um importante fator de desempenho escolar. Neste sentido, os estudos para verificação das possibilidades e limites da política educacional devem verificar se a formação e a experiência profissional dos docentes estão adequadas a idade e ao nível de ensino dos alunos, se há capacitação e treinamento constantes e voltados para as realidades das escolas e dos tempos de formação dos estudantes, se a equipe de professores é estável e se há uma grande rotatividades dos docentes nas unidades escolares, se há uma boa base de apoio nas escolas para os docentes desenvolverem as suas atividades rotineiras e espaços de convivência e interação entre eles e deles com a comunidade escolar.

Além dos pontos colocados anteriormente, há que considerar que o atual cenário de remuneração e o plano de carreira docente do governo do estado são desestimulantes. Quem está na carreira e não pode deixá-la porque já acumula um bom tempo de trabalho, utiliza-se do absenteísmo e das frequentes licenças médicas para diminuir as tensões relacionadas a prática diária da docência que hoje convive com maior cobrança do governo, da comunidade e de diversas agências públicas e privadas. Ao mesmo tempo, precisa conviver com um corpo discente com baixo capital social educacional, mais resistente a organização e a estrutura da escola que ainda é muito tradicional e pouco flexível.

Para tentar desfazer este ciclo vicioso que se estruturou em torno da carreira do professor, será necessário um grande esforço do governo: primeiro melhorando a sua remuneração; segundo construindo um plano de carreira que estimule o estudo, a capacitação, o envolvimento com o projeto pedagógico do sistema estadual de educação e a permanência na carreira; por último, fornecendo apoio pedagógico nas escolas para reduzir os conflitos diários e melhorar o clima das escolas.

EQUALIZAÇÃO DOS INSUMOS ESCOLARES

Uma educação de boa qualidade começa com um prédio escolar capaz de abrigar e propiciar aprendizagem àqueles indivíduos que o acessam diariamente. Para verificar a qualidade da infraestrutura alguns indicadores devem ser vistos: número de alunos por escola e por turmas, infraestrutura e instalações adequadas, material didático atualizado e para todos, biblioteca, quadra de esporte e laboratório de informática e outras disciplinas em condições de uso, merenda, espaços de convivência, professores capacitados, bem remunerados e com boa expectativa em relação a carreira e aos alunos.

Os dados do desempenho mostraram uma grande desigualdade entre os territórios de desenvolvimento do Estado. Sabe-se que esta desigualdade é resultado de fatores intra e extra escolares. O governo tem pouca governabilidade sobre os fatores extra-escolares. Portanto, cabe se debruçar sobre os fatores de dentro das escolas, diretamente ligados a política educacional. Estes deveriam ser distribuídos desigualmente para compensar a desigualdade socioeconômica do Estado que tem refletido diretamente no desempenho escolar. Portanto, a política deveria olhar para os territórios com maiores problemas de desempenho escolar e dirigir para eles uma maior quantidade de recursos, como compensação pelas dificuldades de sua população obter bons resultados educacionais. Para isso, o gasto por aluno deveria ser progressivo, ou seja, receber mais as regiões e escolas que atendem a parte da população que apresenta maiores dificuldades escolares. Seguramente, a expansão da Educação Integral nas escolas estaduais, desde que com qualidade e obedecendo à prioridade para regiões e escolas que atendem a públicos mais vulneráveis, tende a contribuir não apenas para a melhoria geral do desempenho, como também a beneficiar mais os alunos oriundos de contextos familiares com menos recursos. Além de outras medidas que melhorem o acesso e a cobertura, principalmente, nos ensino médio.

FORTALECIMENTO DA GESTÃO ESCOLAR

Um bom gestor escolar é aquele consegue envolver a comunidade escolar nas decisões administrativas, financeiras e pedagógicas. Para identificar a capacidade de governança é preciso verificar como se encontra a preservação do prédio, a qualidade das compras escolares e os projetos desenvolvidos no âmbito de cada escola. Uma escola bem preservada, que participa e desenvolve projetos escolares diversos e que envolve a comunidade escolar na sua gestão apresenta bons resultados de desempenho (GAME 2002). Certamente, para que isto aconteça, é necessário que as escolas e o sistema educacional estadual tenham uma boa gestão.

A qualidade da gestão pode ser vista pelo bom clima escolar propiciado para alunos, mestres, pais e outros indivíduos que acessam a unidade que ele dirige. O clima escolar vem sendo apontado pelos estudiosos como relevante e com relação direta ao desempenho escolar, principalmente, de criança e adolescentes. Considera-se clima escolar, a organização do ambiente escolar, existência ou não de um cenário propício ao ensino/aprendizagem, um ambiente de trabalho organizado, redução dos problemas disciplinares, uma boa e adequada alocação do pessoal nas diversas atividades da escola e a expectativa dos professores, pais e gestores em relação as possibilidades dos seus alunos. Para se verificar objetivamente como se encontra o clima escolar um bom indicador é o número de ocorrências e afastamento de alunos por indisciplina, licenças médicas e absenteísmo dos docentes, presença de policiais militares nas escolas para resolver, entre outros.

Assim, a política educacional deveria apontar para as seguintes medidas em relação a gestão escolar:

- qualificar melhor os gestores das superintendências regionais, inspetores e diretores de escola;
- revisar as atuais metodologias de certificação dos diretores escolares;
- redefinir a função do inspetor escolar, direcionando para o apoio a gestão das escolas e com enfoque na melhoria do clima escolar;
- redefinir o número de alunos por professor e o número de alunos nas escolas;
- criar programas de acompanhamento da manutenção do prédio e dos equipamentos escolares;
- fortalecer as instâncias de participação da comunidade nas atividades da escola, tanto àquelas ligadas a gestão, quanto as atividades culturais e acadêmicas;
- criar uma comissão em cada uma das superintendências regionais formada por principalmente educadores para tratar e discutir com as escolas problemas relacionados com a indisciplina e a violência;
- criar um registro específico para indisciplina e para violência escolar a fim de monitorar as ocorrências e direcionar para aquelas unidades escolares e superintendências com maior número de ocorrências ações para mitigá-las.

FORTALECIMENTO DA AÇÃO COORDENADORA DAS REDES DE ENSINO PELO ESTADO

Não se pode deixar de reconhecer que o modelo educacional proposto pelos instrumentos legais do país aponta para uma cooperação e complementaridade entre os entes da Federação, como ficou estabelecido pela Constituição de 1988 e foi confirmado pela Lei 9394/96 e pela EC 53/2006. Desta forma, os municípios estão cada vez mais assumindo a responsabilidade sobre a educação infantil e a primeira fase do ensino fundamental. Por sua vez, os governos estaduais estão assumindo a etapa final do ensino fundamental e o ensino médio. E o Governo Federal vem assumindo o ensino técnico e superior.

Neste sentido, a Secretaria de Estado da Educação deveria reforçar a sua ação coordenadora das redes de ensino, pois os resultados ruins dos municípios implicariam em esforços maiores do sistema estadual para corrigi-los. Ao assumir a coordenação dos sistemas educacionais do estado, a SEE pode induzir às mudanças, assessorar e qualificar as redes municipais, compartilhar projetos e programas e obter melhorias de procedimentos e de resultados. Nesta direção, é importante:

- estruturar um colegiado de secretários e gerentes municipais de educação, juntamente com o secretário estadual;
- ampliar o escopo de avaliação do PROEB/SIMAVE para os sistemas e as redes municipais de ensino;
- debater os resultados educacionais em seminários e reuniões com os gestores municipais de educação para planejamento e ações conjuntas;
- estruturar projetos e programas amplos de coordenação da rede, com metas a serem atingidas, indicadores claros apontando os resultados, com etapas a serem vencidas, com cronograma construído coletivamente e premiações definidas para os atores estratégicos que colaborarem e se envolverem com a melhoria dos resultados.

REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO

Um dos graves problemas do ensino médio é a fragmentação e a rigidez do seu currículo. Parece que os gestores e outros responsáveis pela política educacional não conseguem dialogar com a comunidade acadêmica e, também por este motivo, os currículos trabalham contrariamente ao desenvolvimento e melhor desempenho dos alunos. Em relação ao currículo do ensino médio é urgente:

- realizar um rápido enxugamento no número de disciplinas cursadas ao longo do curso;
- estruturar o currículo em 4 áreas, conforme modelo do Exame Nacional do Ensino Médio: Ciências Exatas e suas Tecnologias, Ciências da Linguagem e

suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias;

- manter a Matemática e a Língua Portuguesa como disciplinas obrigatórias e com uma carga horária ampliada;
- desenvolver um conjunto de disciplinas optativas afetas à realidade da escola e às demandas por profissionalização.

POLÍTICAS PARA CORREÇÃO DE DESIGUALDADES DE FLUXO E QUALIDADE

A ampliação dos cursos de Educação de Jovens e Adultos para os territórios de desenvolvimento do estado onde esta modalidade de ensino ainda tem baixa cobertura e o redesenho de programas de progressão continuada – ou, no mínimo, a revisão dos critérios de progressão, promoção e retenção - são estratégias que podem impactar as diferenças de fluxo educacional. Estas ações diminuem a reprovação (e, como se sabe, a reprovação múltipla é um dos determinantes da evasão e fortemente regressiva) e quando associadas à equalização dos insumos escolares geram melhorias na qualidade do sistema educacional.

NOTA FINAL

Este relatório trouxe um cenário geral e regionalizado do sistema educacional em Minas Gerais no que diz respeito à cobertura e acesso, fluxo, qualidade, gestão escolar e carreira e valorização do profissional da educação. Também foram apresentados os principais fatores críticos para o planejamento e propostas diretrizes de ações a partir da análise do diagnóstico.

Nota-se que o sistema educacional mineiro apresenta duas faces: de um lado, nos últimos anos, observou-se uma melhora no seu desempenho, principalmente na cobertura, no fluxo e na qualidade. De outro, as desigualdades de oportunidades educacionais ainda são expressivas e demonstram que as condições educacionais compõem, agravam e reiteram as notórias e graves desigualdades regionais, raciais e socioeconômicas do estado. A tendência de melhoras não pode, portanto, estar desfocada de mecanismos de correção das desigualdades e do reforço da ação coordenadora da rede de educação básica pela Secretaria de Estado de Educação.



PMDI

PLANO MINEIRO DE
DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO

DIAGNÓSTICO SETORIAL ESPORTES



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS
2016 A 2027

 **MINAS
GERAIS**
GOVERNO DE TODOS

INTRODUÇÃO

Segundo o **Art. 217 da constituição da república federativa do Brasil** “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um...”.

Além de contribuir para a formação humana, o esporte se consolida como um importante meio de promoção da saúde, da integração social, da indução ao turismo, da movimentação econômica e da prevenção à marginalização social, à criminalidade e à violência.

Levando em consideração essa intersetorialidade da política esportiva, o núcleo de estudos da saúde da Previdência e Assistência Social da EBAPE/FGV apresenta projeções de que, para cada R\$1,00 investido em esporte no Brasil, há um retorno de R\$8,59 em alavancagem social.

A promoção da cultura esportiva não se resume à conquista de medalhas, recordes e títulos. Ela desempenha uma importante função social: a busca contínua pela qualidade de vida. Nesse caso, é possível apontar alguns dos setores em que o esporte atua como catalisador de melhores resultados.

Na educação, por exemplo, práticas desportivas funcionam como ferramentas pedagógica e motivacional, potencializando o poder cognitivo e criativo do aluno. Já na área da saúde, a institucionalização da atividade física como política pública, direcionada a toda a população, contribui positivamente para a mudança do comportamento das pessoas, antes sedentárias e hoje fisicamente ativas, reduzindo a longo prazo os índices e agravos de doenças crônicas não transmissíveis.

Além disso, vale ressaltar a atuação do esporte como aliado no combate à violência por meio de programas integrados à área de desenvolvimento e defesa social e com parcerias entre municípios, organizações do terceiro setor e iniciativa privada.

O turismo esportivo, por sua vez, motiva o deslocamento de pessoas para a prática de esportes e competições gerando considerável incremento da economia local. Este ganho da atividade comercial é percebido pelos municípios que recebem competições regionais, nacionais e internacionais. Tal aspecto econômico também pode ser verificado por meio do sediamiento das principais competições realizadas pelo Governo Estadual, tais como, Jogos Escolares de Minas Gerais e Jogos de Minas.

Com a realização da Copa do Mundo no Brasil, em 2014 o papel do esporte na economia é ainda mais evidenciado. O número de turistas nacionais superou 3 milhões somados a cerca de 1 milhão de turistas estrangeiros que circularam pelo país durante os meses do Mundial movimentando a economia.

Os avanços e resultados dos últimos dez anos das políticas públicas de esporte no Brasil e em Minas Gerais, que são apresentadas neste documento, foram possíveis pelo intenso trabalho de planejamento, busca por novas fontes de fomento e financiamento, da disciplina no monitoramento e da constante avaliação da eficiência sobre as ações implementadas, garantindo a correção de rotas quando necessário, e tendo como foco o resultado a ser entregue aos cidadãos. Houve, acima de tudo, o compromisso público dos servidores que participaram da implantação desse novo modelo de gestão no esporte. Dessa maneira, tem se buscado o desenvolvimento socioeconômico por meio do esporte e a consolidação do acesso ao esporte pelo cidadão enquanto direito previsto nas Constituições Federal e do Estado de Minas Gerais.

DIAGNÓSTICO

PANORAMA GERAL DA POLÍTICA PÚBLICA DESPORTIVA NA ÚLTIMA DÉCADA NO BRASIL.

Para se desenhar o panorama geral do desenvolvimento da Política Desportiva no cenário nacional alguns dados foram trabalhados a fim de subsidiar ao cidadão um conjunto de informações que lhe permita um melhor entendimento de como se desenvolve o esporte no país, são eles: legislação, financiamento, orçamento, infraestrutura e as manifestações desportivas e suas políticas e ações.

Para proporcionar uma melhor compreensão do texto proposto e de como uma ação desportiva planejada chega ao beneficiário final, dissertaremos na mesma ordem de apresentação dos tópicos listados acima.

LEGISLAÇÃO DESPORTIVA

Lei Pelé

Um dos principais dispositivos que rege o desporto brasileiro é a Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998, também conhecida como **Lei Pelé**, que institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências.

Esta lei traz, na abertura de seu texto, os princípios fundamentais do desporto. São eles: I - da soberania, caracterizado pela supremacia nacional na organização da prática desportiva; II - da autonomia, definido pela faculdade e liberdade de pessoas físicas e jurídicas organizarem-se para a prática desportiva; III - da democratização, garantido em condições de acesso às atividades desportivas sem quaisquer distinções ou formas de discriminação; IV - da liberdade, expresso pela livre prática do desporto, de acordo com a capacidade e interesse de cada um, associando-se ou não a entidade do setor; V - do direito social, caracterizado pelo dever do Estado em fomentar as práticas desportivas formais e não-formais; VI - da diferenciação, consubstanciado no tratamento específico dado ao desporto profissional e não-profissional; VII - da identidade nacional, refletido na proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional; VIII - da educação, voltado para o desenvolvimento integral do homem como ser autônomo e participante, e fomentado por meio da prioridade dos recursos públicos ao desporto educacional; IX - da qualidade, assegurado pela valorização dos resultados desportivos, educativos e dos relacionados à cidadania e ao desenvolvimento físico e moral; X - da descentralização, consubstanciado na organização e funcionamento harmônicos de sistemas desportivos diferenciados e autônomos para os níveis federal, estadual, distrital e municipal; XI - da segurança, propiciado ao praticante de qualquer modalidade desportiva, quanto a sua integridade física, mental ou sensorial; XII - da eficiência, obtido por meio do estímulo à competência desportiva e administrativa.

Outra grande contribuição deste dispositivo para o desenvolvimento e organização do Desporto no país foi a definição da finalidade e das manifestações desportivas. A partir de tais definições, estados e municípios elaboraram seus programas, projetos, estruturas, dentre outros. As manifestações foram assim definidas: I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer; II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente; III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações. Este último pode ser organizado e praticado: I - de modo profissional, caracterizado pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva; II - de modo não-profissional, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio

Para o atingimento da finalidade do desporto e visando garantir a organização e qualidade da prática foi instituído o Sistema Brasileiro do Desporto que tem o objetivo de garantir a prática desportiva regular buscando sempre a melhoria de seu padrão de qualidade. É compreendido por: I - o Ministério do Esporte; II - o Conselho Nacional do Esporte - CNE; III - o sistema nacional do desporto e os sistemas de desporto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, organizados de forma autônoma e em regime de colaboração, integrados por vínculos de natureza técnica específicos de cada modalidade desportiva.

O Ministério do Esporte é responsável por construir uma Política Nacional de Esporte. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano.

O Conselho Nacional de Esporte - CNE é órgão colegiado de normatização, deliberação e assessoramento, diretamente vinculado ao Ministro de Estado do Esporte, cabendo-lhe: I - zelar pela aplicação dos princípios e preceitos desta Lei; II - oferecer subsídios técnicos à elaboração do Plano Nacional do Desporto; III - emitir pareceres e recomendações sobre questões desportivas nacionais; IV - propor prioridades para o plano de aplicação de recursos do Ministério do Esporte; V - exercer outras atribuições previstas na legislação em vigor, relativas a questões de natureza desportiva; VI - aprovar os Códigos de Justiça Desportiva e suas alterações; VII - expedir diretrizes para o controle de substâncias e métodos proibidos na prática desportiva. O apoio técnico e administrativo para o funcionamento do CNE é dado pelo Ministério do Esporte.

O Sistema Nacional do Desporto tem por finalidade promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento. Congrega as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, encarregadas da coordenação, administração, normalização, apoio e prática do desporto, bem como as incumbidas da Justiça Desportiva e, especialmente: I - o Comitê Olímpico Brasileiro-COB; II - o Comitê Paralímpico Brasileiro; III - as entidades nacionais de administração do desporto; IV - as entidades regionais de administração do desporto; V - as ligas regionais e nacionais; VI - as entidades de prática desportiva filiadas ou não àquelas referidas nos incisos anteriores.

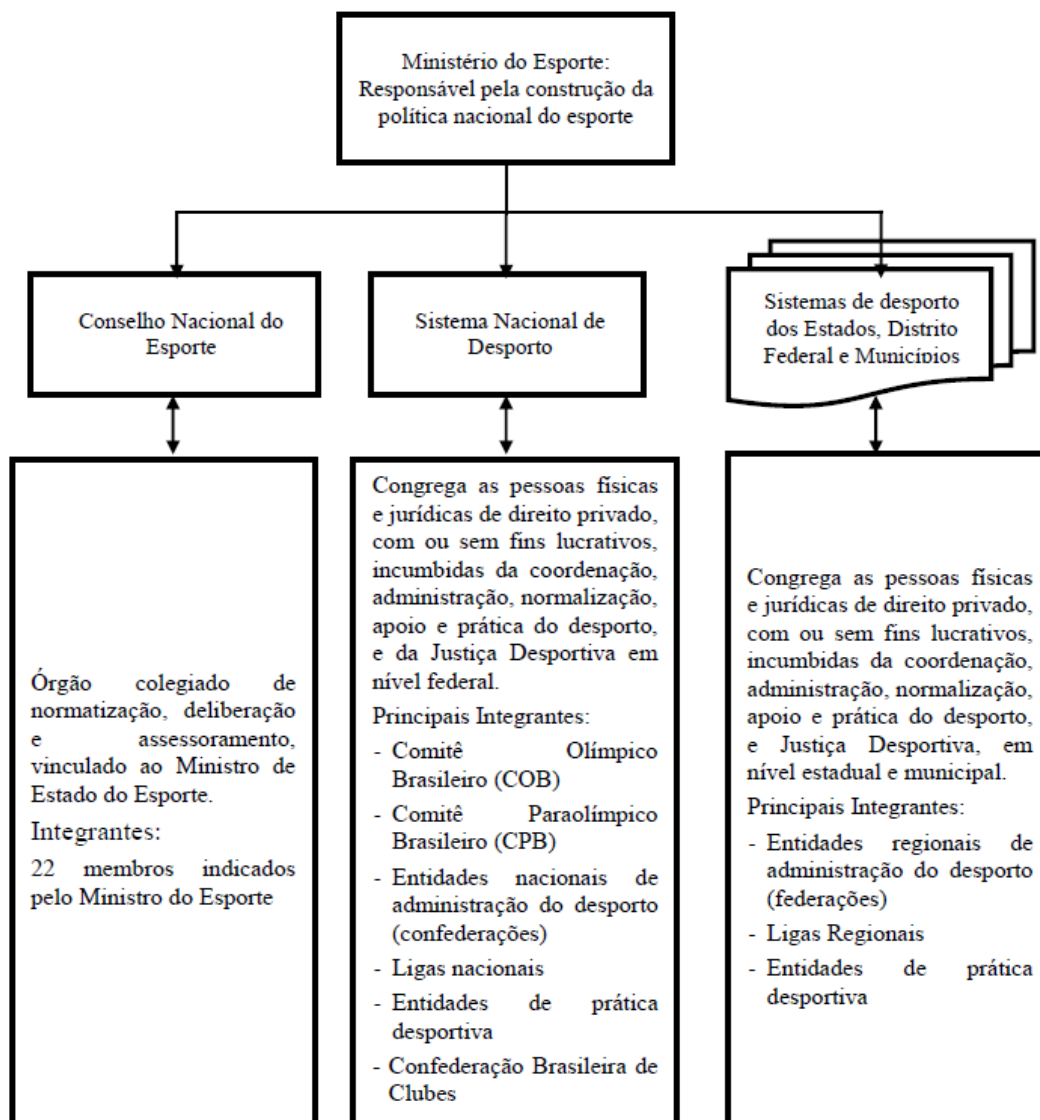
O Comitê Olímpico Brasileiro-COB e o Comitê Paralímpico Brasileiro, e as entidades nacionais de administração do desporto que lhes são filiadas ou vinculadas, constituem subsistema específico do Sistema Nacional do Desporto, ao qual se aplicará a prioridade prevista no inciso II do art. 217 da Constituição Federal, a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento, desde que seus estatutos obedeçam integralmente à Constituição Federal e às leis vigentes no País.

As entidades de prática desportiva e as entidades nacionais de administração do desporto, bem como as ligas, são pessoas jurídicas de direito privado, com organização e funcionamento autônomo, e terão as competências definidas em seus estatutos. As entidades nacionais de administração do desporto poderão filiar, nos termos de seus estatutos, entidades regionais de administração e entidades de prática desportiva. As ligas poderão, a seu critério, filiar-se ou vincular-se a entidades nacionais de administração do desporto, vedado a estas, sob qualquer pretexto, exigir tal filiação ou vinculação. É facultada a filiação direta de atletas nos termos previstos nos estatutos das respectivas entidades de administração do desporto.

Os Estados e o Distrito Federal constituirão seus próprios sistemas, respeitadas as normas estabelecidas nesta Lei e a observância do processo eleitoral. Aos Municípios é facultado constituir sistemas próprios, observadas as disposições desta Lei e as contidas na legislação do respectivo Estado.

Na figura 1 são mostrados os órgãos que compõem o Sistema Nacional do Desporto:

Figura 1 – Sistema Nacional do Desporto.



Fonte: Cadeia Produtiva do Esporte de Alto Rendimento em Minas Gerais.

Para que toda esta engrenagem funcione o Ministério do Esporte dispõe das seguintes fontes de recursos: I - receitas oriundas de concursos de prognósticos previstos em lei; II - adicional de quatro e meio por cento incidente sobre cada bilhete, permitido o arredondamento do seu valor feito nos concursos de prognósticos a que se refere o Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969, e a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979; III - doações, legados e patrocínios; IV - prêmios de concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal, não reclamados; V - outras fontes.

Do adicional de quatro e meio por cento incidente em cada bilhete, um terço será repassado às Secretarias de Esportes dos Estados e do Distrito Federal, ou, na inexistência destas, a órgãos que tenham atribuições semelhantes na área do desporto, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade da Federação para aplicação nas diferentes manifestações desportivas. Deste montante arrecadado, cinquenta por cento caberão às Secretarias Estaduais e/ou aos órgãos que as substituam, e cinquenta por cento serão divididos entre os Municípios de cada Estado, na proporção de sua população.

Estes recursos do Ministério do Esporte terão a seguinte destinação: I - desporto educacional; II - desporto de rendimento, nos casos de participação de entidades nacionais de administração do desporto em competições internacionais, bem como as competições brasileiras dos desportos de criação nacional; III - desporto de criação nacional; IV - capacitação de recursos humanos; V - apoio a projeto de pesquisa, documentação e informação; VI - construção, ampliação e recuperação de instalações esportivas; VII - apoio supletivo ao sistema de assistência ao atleta profissional com a finalidade de promover sua adaptação ao mercado de trabalho quando deixar a atividade; VIII - apoio ao desporto para pessoas portadoras de deficiência.

Anualmente, a renda líquida total de um dos testes da Loteria Esportiva Federal será destinada ao Comitê Olímpico Brasileiro-COB, para treinamento e competições preparatórias das equipes olímpicas nacionais. Nos anos de realização dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Pan-Americanos, a renda líquida de um segundo teste da Loteria Esportiva Federal será destinada ao Comitê Olímpico Brasileiro-COB, para o atendimento da participação de delegações nacionais nesses eventos. Ao Comitê Paralímpico Brasileiro serão concedidas as rendas líquidas de testes da Loteria Esportiva Federal nas mesmas condições estabelecidas para o Comitê Olímpico Brasileiro-COB.

Da prática desportiva profissional

Atletas e entidades de prática desportiva são livres para organizar a atividade profissional, qualquer que seja sua modalidade, respeitados os termos desta Lei. Considera-se competição profissional para os efeitos desta Lei aquela promovida para obter renda e disputada por atletas profissionais cuja remuneração decorra de contrato de trabalho desportivo.

A atividade do atleta profissional, de todas as modalidades desportivas, é caracterizada por remuneração pactuada em contrato formal de trabalho firmado com entidade de prática desportiva, pessoa jurídica de direito privado, que deverá conter, obrigatoriamente, cláusula penal para as hipóteses de descumprimento, rompimento ou rescisão unilateral. Aplicam-se ao atleta profissional as normas gerais da legislação trabalhista e da seguridade social, ressalvadas as peculiaridades expressas nesta Lei ou integrantes do respectivo contrato de trabalho. Esta lei determina ainda a vedação da prática do profissionalismo, em qualquer modalidade, quando se tratar de: I - desporto educacional, seja nos estabelecimentos escolares de 1º e 2º graus ou superiores; II - desporto militar; III - menores até a idade de dezesseis anos completos.

Lei Agnelo Piva

Sancionada em 16 de julho de 2001, a Lei Nº 10.264, conhecida como Lei Agnelo/Piva, representou um marco para o esporte nacional, ao proporcionar um avanço na captação de recursos destinados ao desenvolvimento desportivo brasileiro.

A lei prevê que 2% da arrecadação bruta das loterias federais em operação no país, descontadas as premiações, sejam destinados em favor do Comitê Olímpico do Brasil (COB) e do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), na seguinte proporção: 85% para o COB e os 15% restantes para o CPB. A Lei Agnelo/Piva determina ainda que, do total arrecadado por essas instituições, 10% deverão ser investidos no desporto escolar e 5% no desporto universitário.

Lei Federal de Incentivo ao Esporte

A lei federal de incentivo ao Esporte é uma outra forma de fomento e financiamento ao esporte idealizado pelo Governo Federal em 2006, por meio da lei Nº 11.438, de 29 de Dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Esta lei teve validade partir do ano-calendário de 2007 até o ano-calendário de 2015, inclusive, poderão ser deduzidos do imposto de renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual pelas pessoas físicas ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.

As deduções deste incentivo ficaram limitadas a: I - relativamente à pessoa jurídica, a 1% (um por cento) do imposto devido, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, em cada período de apuração; (Redação dada pela Lei nº 11.472, de 2007); II - relativamente à pessoa física, a 6% (seis por cento) do imposto devido na Declaração de Ajuste Anual, conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Os projetos desportivos e paradesportivos, em cujo favor serão captados e direcionados os recursos oriundos dos incentivos previstos nesta Lei, atenderão a pelo menos uma das seguintes manifestações: I - desporto educacional; II - desporto de participação; III - desporto de rendimento.

Poderão receber os recursos oriundos dos incentivos previstos nesta Lei os projetos desportivos destinados a promover a inclusão social por meio do esporte, preferencialmente em comunidades de vulnerabilidade social.

É vedada a utilização dos recursos oriundos dos incentivos previstos nesta Lei para o pagamento de remuneração de atletas profissionais, nos termos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, em qualquer modalidade desportiva.

A avaliação e a aprovação do enquadramento dos projetos apresentados cabem a uma Comissão Técnica vinculada ao Ministério do Esporte, garantindo-se a participação de representantes governamentais, designados pelo Ministro do Esporte, e representantes do setor desportivo, indicados pelo Conselho Nacional de Esporte. Os projetos aprovados e executados com recursos desta Lei serão acompanhados e avaliados pelo Ministério do Esporte.

A prestação de contas dos projetos beneficiados pelos incentivos previstos nesta Lei fica a cargo do proponente e será apresentada ao Ministério do Esporte, na forma estabelecida pelo regulamento. O Ministério do Esporte informará à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB os valores correspondentes a doação ou patrocínio destinados ao apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos, no ano-calendário anterior.

Todos os recursos utilizados no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previstos nesta Lei deverão ser disponibilizados na rede mundial de computadores, de acordo com a Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998. O valor máximo das deduções de que trata o art. 1º desta Lei será fixado anualmente em ato do Poder Executivo, com base em um percentual da renda tributável das pessoas físicas e do imposto sobre a renda devido por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real. Deste valor máximo o Poder Executivo fixará os limites a serem aplicados para cada uma das manifestações desportivas.

Informações financeiras

Para elaboração deste diagnóstico do Esporte no Brasil, é relevante verificar o volume financeiro dispendido pelo Governo Federal nesta área nos últimos anos. De acordo com dados do Portal da Transparência da Controladoria Geral da União, como pode ser visto na tabela a seguir, o recurso executado na função Desporto e Lazer pelo Governo Federal em âmbito nacional aumentou 89,53% em 2014 em relação a 2013, tendo uma evolução acima do recurso total executado pelo Governo Federal (24,32%). Dessa forma, a participação da função Desporto e Lazer em relação ao total de recursos executados pelo Governo Federal em âmbito nacional passou de 0,052% para 0,079%. Vale pontuar que 2014 foi o ano de realização da Copa do Mundo FIFA de Futebol no Brasil, o que pode estar relacionado ao aumento verificado. Infelizmente não foram encontrados no Portal da Transparência dados dos gastos na função Deporto e Lazer nos anos anteriores para ampliar a comparação.

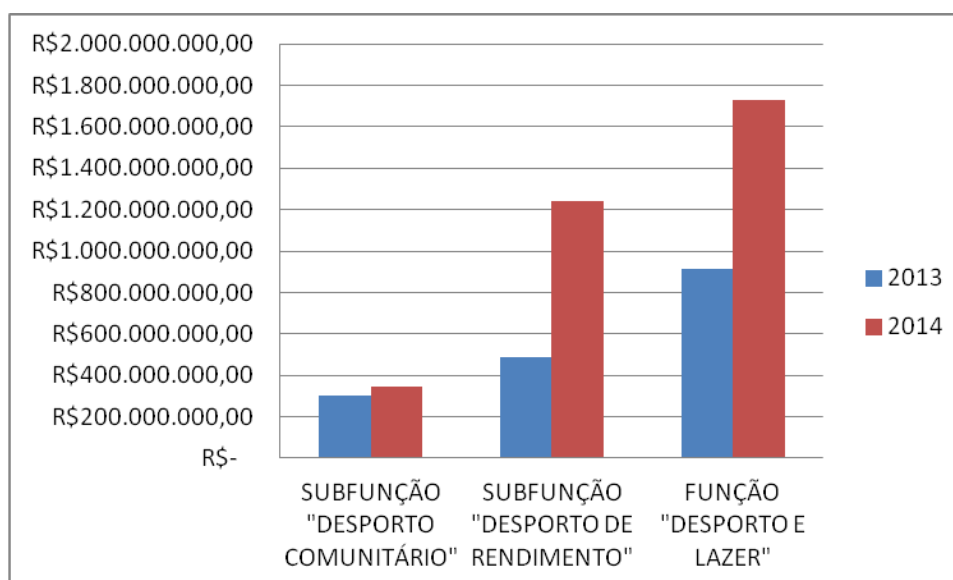
Tabela 1 - Recursos executados pelo Governo Federal em âmbito nacional, na função Desporto e Lazer (27), 2013 e 2014.

ANO	FUNÇÃO DESPORTO E LAZER (A)	TOTAL GERAL (B)	% PARTICIPAÇÃO (A/B)
2013	913.655.196,09	1.764.573.874.269,99	0,052%
2014	1.731.636.994,75	2.193.632.167.314,31	0,079%

Fonte: Portal da Transparência. Controladoria Geral da União. Elaboração própria.

No orçamento do Governo Federal, a função Desporto e Lazer é dividida em subfunções, quais sejam: Administração Geral; Alimentação e Nutrição; Atenção Básica; Comunicação Social; Desporto Comunitário; Desporto de Rendimento; Educação Infantil; Formação de Recursos Humanos; Planejamento e Orçamento; Proteção e Benefícios ao Trabalhador. Dentre essas, de acordo com a Tabela de Classificação Funcional da Despesa do Governo Federal, duas são consideradas subfunções finalísticas associadas à função Desporto e Lazer, quais sejam: Desporto Comunitário e Desporto de Rendimento. O gráfico a seguir demonstra a evolução do recurso executado pelo Governo Federal em âmbito nacional nestas duas subfunções nos anos de 2013 e 2014. É possível perceber que houve um considerável aumento no recurso executado no desporto de rendimento, o que, novamente, pode estar relacionado aos gastos com a realização da Copa do Mundo FIFA de Futebol 2014.

Gráfico 1 - Recursos executados pelo Governo Federal em âmbito nacional, na função Desporto e Lazer (27) e nas subfunções Desporto Comunitário e Desporto de Rendimento, 2013 e 2014.



Fonte: Portal da Transparência. Controladoria Geral da União. Elaboração própria.

Outra informação importante está relacionada ao orçamento do Ministério do Esporte, pasta responsável pela construção da Política Nacional do Esporte. A tabela a seguir demonstra o recurso destinado em aplicações diretas pelo Governo Federal, ou seja, aqueles diretamente aplicados pelas pastas que compõem o executivo da esfera federal, no período de 2011 a 2014. O recurso destinado pelo Governo Federal em aplicações diretas é crescente em todo o período, o que não é verificado na pasta de Esportes, que em 2013 teve um recurso menor destinado em aplicações diretas que em 2012. Em 2014, apesar de se ter o maior volume destinado pelo Ministério do Esportes em aplicações diretas na série histórica, aproximadamente 450 milhões, em relação ao total destinado pelo Governo Federal (1,8 trilhão em 2014) esta é a segunda menor participação do Ministério do Esporte.

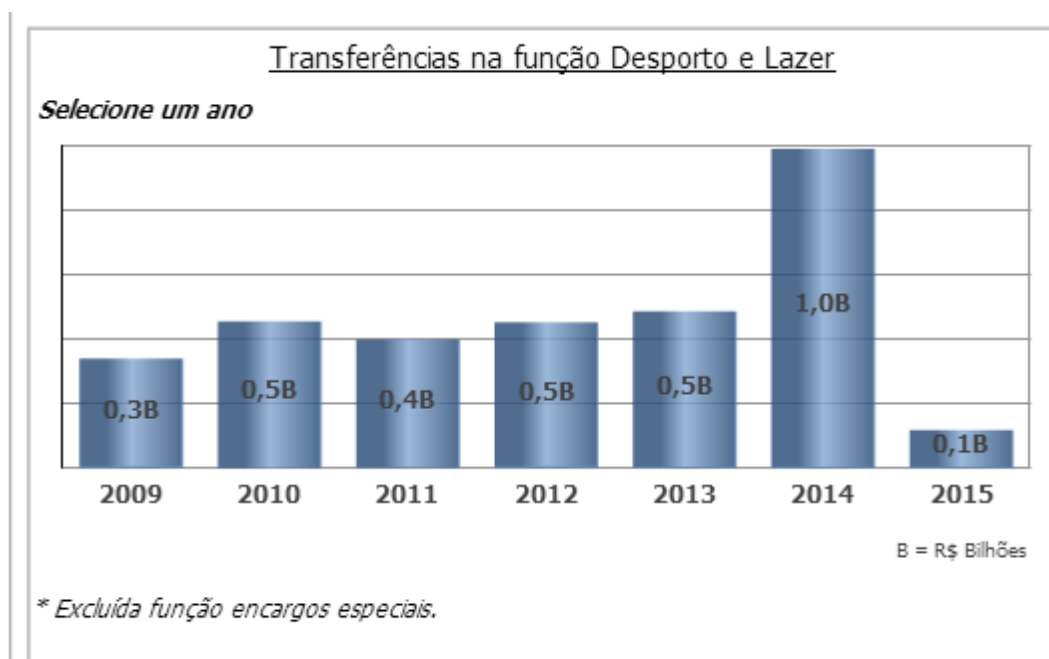
Tabela 2 - Recurso destinado pelo Governo Federal em âmbito nacional em - Aplicações Diretas (A) – 2011 a 2014.

	2011	2012	2013	2014
Total destinado pelo Governo Federal em âmbito nacional em - Aplicações Diretas (A)	1.286.987.980.853,56	1.395.266.065.163,62	1.468.062.531.859,46	1.860.959.485.949,63
MINISTERIO DO ESPORTE (B)	315.124.470,08	350.800.079,67	337.853.732,76	450.744.312,83
% de participação (B/A)	0,0245%	0,0251%	0,0230%	0,0242%

Fonte: Portal da Transparência. Controladoria Geral da União. Elaboração própria.

No que se refere às transferências do Governo Federal aos Estados e Municípios, o gráfico abaixo demonstra a evolução no período de 2009 a 2014. Nesta figura fica evidente o grande aumento do volume de transferências no ano de 2014, aproximadamente o dobro do ano anterior. No ano de 2015, as informações estão atualizadas até o mês de janeiro.

Gráfico 2- Transferências do Governo Federal na função Desporto e Lazer



Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal em gráficos.

<http://www.portaldatransparencia.gov.br/graficos/transferenciasporfuncao/>

Com base nas informações apresentadas, pôde-se verificar que houve um aumento do esforço orçamentário do Governo Federal na área do Desporto e Lazer, mormente na área de desporto de rendimento, o que pode estar relacionado à recepção de grandes eventos esportivos no Brasil, no período pesquisado.

Principais ações desportivas desenvolvidas pelo Governo Federal

As políticas públicas de esporte no Brasil, de 1937 a 1995, eram desenvolvidas pelo Ministério da Educação. Em 1995 foi criado o Ministério de Estado Extraordinário do Esporte, o que foi considerado uma evolução na priorização da temática de esportes enquanto política pública. Em 1998 a pasta foi unida à de Turismo, sendo desmembrada em 2003, voltando a existir um ministério específico para o Esporte.

A entidade tem como missão construir uma Política Nacional de Esporte, e para guiar seus objetivos, foram realizadas três conferências nacionais sobre o tema, nos anos de 2004, 2006 e 2010, a fim de debater, formular e deliberar sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer para o país. Na última edição, em 2010, foi aprovado o “Plano Decenal de Esporte e Lazer -10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”, cujas linhas estratégicas de atuação são:

- Linha 1 - Sistema Nacional de Esporte e Lazer;
- Linha 2 - Formação e Valorização Profissional;
- Linha 3 - Esporte, Lazer e Educação;
- Linha 4 - Esporte, Saúde e Qualidade de Vida;
- Linha 5 - Ciência e Tecnologia;
- Linha 6 - Esporte de Alto Rendimento;
- Linha 7 – Futebol;
- Linha 8 - Financiamento do Esporte;
- Linha 9 - Infraestrutura Esportiva;
- Linha 10 - Esporte e Economia.

Para cada linha estratégica de atuação foram definidas metas para orientação das ações do Ministério do Esporte e das demais entidades de administração do desporto nacionais e regionais.

A atuação do Ministério do Esporte, de 2003 a 2010, pode ser dividida em cinco frentes, quais sejam:

- 1) Inclusão Social pelo Esporte e Lazer;
- 2) Qualificação do Esporte de Rendimento;
- 3) Fortalecimento do Futebol Brasileiro;
- 4) Ampliação da Infraestrutura;
- 5) Promoção de Grandes Eventos.

Inclusão Social pelo Esporte e Lazer

No que tange ao esporte educacional, com foco na inclusão pelo Esporte e Lazer, o ME executa o programa “Segundo Tempo”, o qual tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social. De 2003 a 2010, foram beneficiados aproximadamente 3,8 milhões de pessoas, em 21.277 núcleos implantados, em 2.387 municípios.

A figura a seguir apresenta o número de beneficiados por ano pelo programa, de 2003 a 2010.

Figura 2 – número de beneficiários atendidos pelo Programa Segundo Tempo – 2003 a 2010.



Fonte: Ministério do Esporte.

Outra ação direcionada ao esporte educacional é o “Atleta na Escola”, que tem como objetivo incentivar a prática esportiva nas escolas, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paralímpicos entre estudantes da educação básica, estimular a formação do atleta escolar e identificar e orientar jovens talentos.

O Atleta na Escola divide-se em duas grandes ações:

- 1) Jogos Escolares: competições compostas de várias etapas que proporcionarão uma grande participação de atletas escolares;
- 2) Centro de Iniciação Esportiva: acolhimento dos talentos esportivos identificados nos Jogos Escolares.

A ação Jogos Escolares do programa “Atleta na Escola” tem financiamento para as Etapas Escolar, Regional e Estadual. A intenção é apoiar o desenvolvimento prioritário das modalidades do programa e proporcionar um apoio inédito a realização da Etapa Escolar e um apoio supletivo às competições escolares que já acontecem nos Estados e que são seletivas da Etapa Nacional (Jogos Escolares da Juventude e Paralimpíadas Escolares). Com Centros de Iniciação ao Esporte o ME busca ampliar a oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado, incentivando a iniciação esportiva em territórios de vulnerabilidade social das grandes cidades brasileiras.

Voltado ao Esporte de Participação, o programa “Esporte e Lazer da Cidade (PELC)” visa proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvem todas as faixas etárias e as pessoas portadoras de deficiência, estimular a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, favorecer a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e lazer sejam tratados como políticas e direitos de todos. De 2003 a 2010 foram investidos aproximadamente 150,5 milhões de reais, beneficiando cerca de 10,6 milhões de pessoas, em 3.165 núcleos distribuídos em 1.277 municípios. A seguir, a figura mostra o número de beneficiários por ano, de 2003 a 2010.

Figura 3 – número de beneficiários atendidos pelo Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC) – 2003 a 2010.



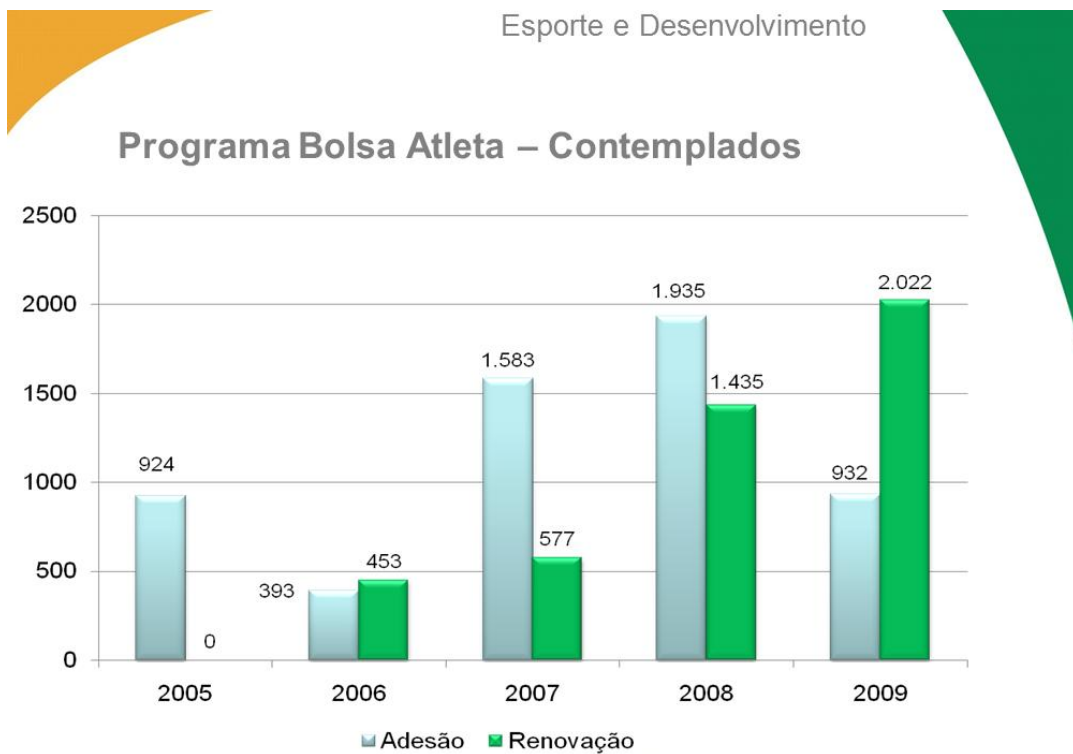
Fonte: Ministério do Esporte.

Ainda na dimensão do esporte de participação, também chamado de desporto comunitário, o ME realiza o Programa Vida Saudável, que tem como objetivo democratizar o lazer e o esporte recreativo, priorizando a participação de pessoas com idade a partir de 60 anos, na perspectiva da emancipação humana e do desenvolvimento comunitário.

Qualificação do Esporte de Rendimento

No âmbito do esporte de alto rendimento, o Ministério do Esporte executa o programa “Bolsa-Atleta”, que consiste no incentivo direto aos atletas com bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade. A figura abaixo mostra o número de contemplados pelo projeto, entre 2005 e 2009.

Figura 4 – número de beneficiários atendidos pelo Programa Bolsa-Atleta – 2005 a 2009.



Fonte: Ministério do Esporte.

Abaixo é apresentado o investimento no programa Bolsa-Atleta, de 2005 a 2009.

Figura 5 – investimento do Governo Federal no Programa Bolsa-Atleta – 2005 a 2009.



Fonte: Ministério do Esporte.

Com foco mais específico nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, o Ministério desenvolveu o “Plano Brasil Medalhas 2016”, o qual tem como objetivo colocar o Brasil entre os 10 primeiros países nas Olimpíadas a serem realizadas no Rio de Janeiro. Este plano destina-se, ainda, a formar novas gerações de atletas e estruturar centros de treinamentos que atendam desde as equipes principais do alto rendimento até as categorias de base. Estes centros de treinamento, nacionais, regionais ou locais, formam a Rede Nacional de Treinamento (ER), coordenada pelo Ministério do Esporte, em parceria com o COB, CPB e entidades regionais e locais, com foco na identificação, formação e desenvolvimento de atletas.

Fortalecimento do Futebol Brasileiro

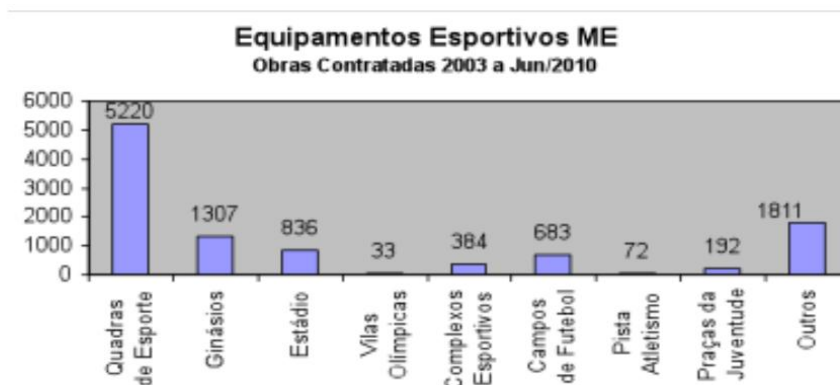
Um dos focos atuais do Ministério do Esporte é a estruturação do futebol feminino no Brasil. Com patrocínio da Caixa Econômica Federal, foi realizado em 2013 e 2014 o Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino. Além disso, três Copas Libertadores da América de Futebol Feminino foram realizadas em território nacional no período de 2012 a 2014.

Ampliação da Infraestrutura

O investimento em infraestrutura esportiva é essencial para o desenvolvimento do desporto em todas as suas manifestações, seja de rendimento, de participação ou no âmbito educacional. A estrutura adequada propicia maior segurança aos praticantes, além de incentivar a prática desportiva e da atividade física.

Entre 2003 e junho 2010, o Ministério do Esporte investiu aproximadamente 2,9 bilhões em reforma e construção de novos equipamentos esportivos, conforme especificado na figura a seguir:

Figura 6 – obras contratadas pelo Ministério do Esporte no período de 2003 a junho de 2010 para reforma ou construção de equipamentos esportivos, por tipo de equipamento esportivo.



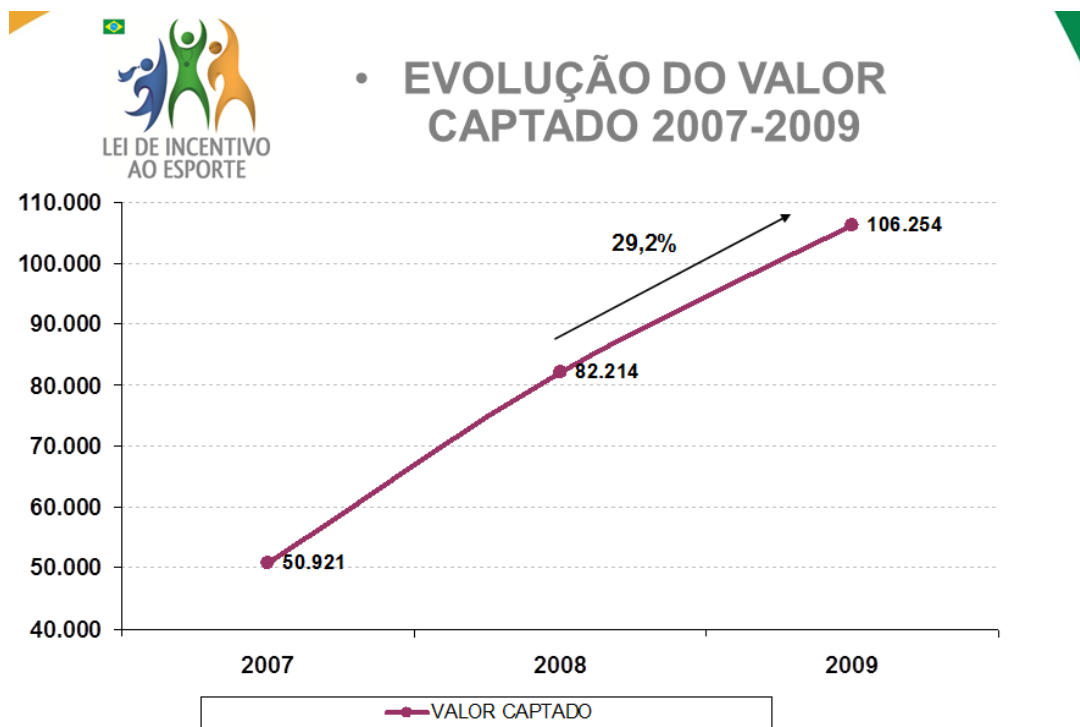
Fonte: Ministério do Esporte.

Promoção de Grandes Eventos

A política de promoção de grandes eventos desportivos no Brasil tem como objetivo “dar centralidade ao esporte na agenda nacional, estimular a cadeia produtiva do esporte, contribuir para o desenvolvimento econômico e a inserção internacional do país”. Nos últimos anos o Brasil recebeu os Jogos Militares Mundiais (2011), a Copa das Confederações (2013), e a Copa do Mundo de Futebol (2014), receberá, em 2016, as Olimpíadas e Paralimpíadas.

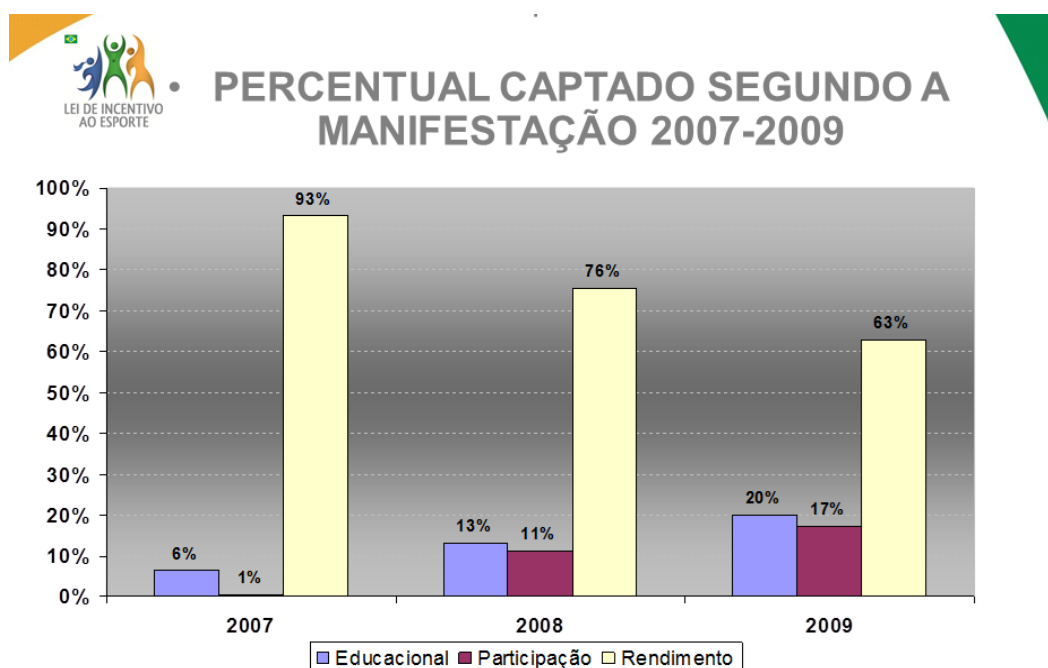
Quanto às formas de financiamento de projetos desportivos, a Lei Federal de Incentivo ao Esporte, conforme citado anteriormente, permite que empresas e pessoas físicas invistam parte do que pagariam de Imposto de Renda em projetos esportivos aprovados pelo Ministério do Esporte. As empresas podem investir até 1% desse valor e as pessoas físicas, até 6% do imposto devido. A figura 7 apresenta a evolução do recurso captado de 2007 a 2009 no âmbito Lei Federal de Incentivo ao Esporte, e a figura 8 apresenta o percentual captado de acordo com a manifestação desportiva.

Figura 7 – valor captado no âmbito da Lei Federal de Incentivo ao Esporte – 2007 a 2009.



Fonte: Ministério do Esporte.

Figura 8 – percentual captado por meio da Lei Federal de Incentivo ao Esporte por manifestação desportiva – 2007 a 2009.



Fonte: Ministério do Esporte.

A figura 8 mostra que grande parte dos recursos captados no âmbito da Lei Federal de Incentivo ao Esporte no período de 2007 a 2009 foram destinados à manifestação desportiva de rendimento. Isso pode ter ocorrido porque o esporte de rendimento propicia maior visibilidade que as demais manifestações, sendo compreensivo que mais empresas tenham interesse em fomentar esse tipo de manifestação com foco na divulgação de suas marcas. No entanto, pode-se perceber que, no período analisado, diminuiu a diferença entre o percentual captado destinado ao desporto de rendimento e às demais manifestações, passando de 86% em 2007 para 26% em 2009.

PANORAMA GERAL DA POLÍTICA PÚBLICA DESPORTIVA NA ÚLTIMA DÉCADA EM MINAS GERAIS.

Assim como no Governo Federal, as políticas públicas de esporte em Minas Gerais até o ano de 1983 eram desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Educação. Em 1983 foi criado o sistema operacional e o primeiro Órgão com uma pasta específica de Esportes, a Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo (Lei nº 8.502, de 19 de dezembro de 1983), o que incorreu na priorização da temática de esportes enquanto política pública. Após esta criação, com as alternâncias de Governos, diversas remodelagens administrativas foram realizadas culminando ineditamente no ano de 2015 na criação de um órgão exclusivo para a gestão da temática, a Secretaria de Estado de Esportes -SEESP, o que pode culminar no crescimento e valorização da área de esportes no Estado.

A SEESP tem como finalidade “planejar, dirigir, executar, controlar e avaliar as atividades setoriais a cargo do Estado que visem ao desenvolvimento social por meio de ações relativas ao esporte e ao lazer” (Lei nº 21.693, 26 de março de 2015).

A POLÍTICA ESTADUAL DE ESPORTE

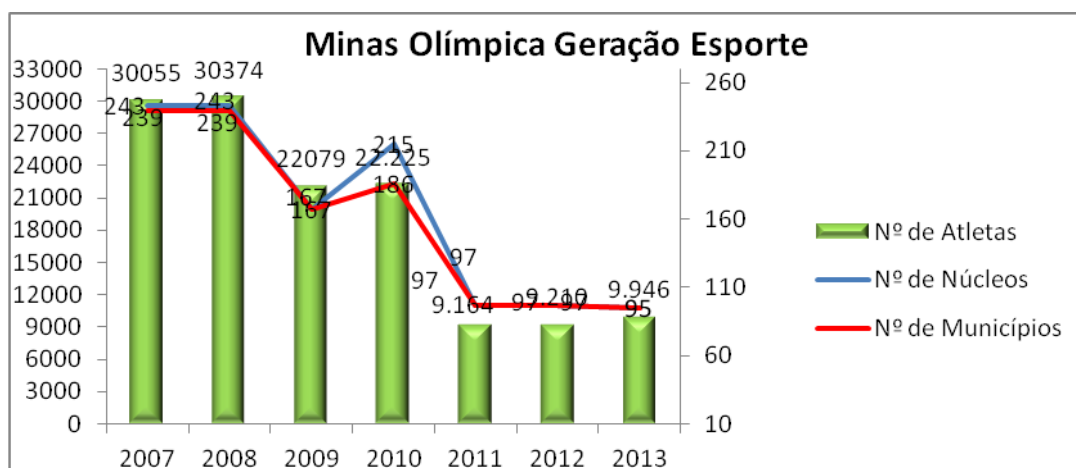
A política pública de esporte do Estado de Minas Gerais é orientada para a promoção e o fortalecimento do Esporte Educacional, de Participação e de Rendimento, por meio de ações que visam à promoção de eventos e competições esportivos, formação e qualificação de recursos humanos, revitalização da infraestrutura esportiva e que potencializem o financiamento de projetos desportivos. Nosso Estado busca educar pelo esporte e promover a cultura esportiva e da atividade física seguindo o determinado na Política Estadual do Desporto estabelecida pela Lei Estadual nº 20.782, de 19 de julho de 2013.

Para apresentarmos as principais ações desportivas desenvolvidas pelo Estado de Minas Gerais, no intuito de demonstrar o importante e necessário alinhamento entre as Políticas Públicas Estaduais e as Nacionais, tendo em vista as especificidades da repartição de competências e recursos impostos pela divisão federativa do Brasil, apresentaremos as ações na mesma ordem apresentada no capítulo 1, conforme semelhanças e alinhamento de temática e público alvo.

O Programa Minas Olímpica é o principal instrumento de promoção do esporte do Estado de Minas Gerais e beneficia os cidadãos mineiros de diferentes faixas etárias. As Ações do Minas Olímpica buscam potencializar, prioritariamente, a entrega de serviços à sociedade nas áreas da saúde, da educação e do protagonismo juvenil.

Dentro da dimensão do Esporte Educacional o Estado de Minas vem investindo em atividades no contraturno escolar, acreditando que a ocupação positiva do tempo livre da criança e do jovem o afastará de situações de risco social, tão presentes em nossa sociedade nos dias atuais. Por meio do Programa Geração Esporte, desenvolvido em parceria com municípios e Instituições de Ensino Superior – IES mineiros, são atendidas mais de 10.000 crianças e adolescentes de 07 a 13 anos de idade de mais de 100 municípios através de atividades esportivas com foco na iniciação esportiva e na aquisição de habilidades motoras dos beneficiários. Este Programa além de promover um impacto direto na vida do educando, aproxima as famílias e amplia o campo de atuação do Profissional de Educação Física. O gráfico 3 apresenta a evolução dos atendimentos realizados pelo Programa Geração Esporte nos últimos anos.

Gráfico 3: Evolução do número de atletas, núcleos e municípios participantes do Programa Minas Olímpica Geração Esporte



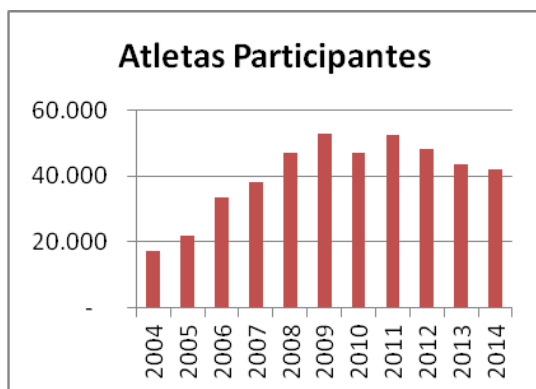
Fonte: Secretaria de Estado de Esportes - SEESP

Ainda dentro da dimensão do Esporte Educacional, o Estado de Minas vem apostando no fortalecimento dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG, importante ferramenta de fomento à prática desportiva e diminuição da evasão escolar. Este Programa atende aos alunos de todo o Estado, em todas as suas regiões, por meio de uma competição esportiva desenvolvida nos níveis municipal, microrregional, regional e estadual. Complementar ao JEMG, e com o objetivo de proporcionar melhores condições de treinamento aos alunos e professores de Educação Física de escolas públicas estaduais, que vem demonstrando destaque em suas respectivas modalidades dentro dos jogos, foi pensada a ação Escola Modelo, intervenção que atua na qualificação do aluno-atleta e professor-técnico por meio de intercâmbio esportivo junto a entidades de referência em diversas modalidades esportivas e doações de kits de materiais esportivos a fim de proporcionar melhores condições nos

treinamentos extracurriculares e conseqüentemente no processo de ensino - aprendizagem. Em 2014 16 escolas foram contempladas com um gasto total de R\$260.000,00. Com esta melhoria busca-se alcançar um maior número de escolas públicas que atingirão o pódio na competição estadual (JEMG) e representarão Minas Gerais na competição Nacional denominada Jogos Escolares da Juventude, organizada pelo Comitê Olímpico Brasileiro - COB.

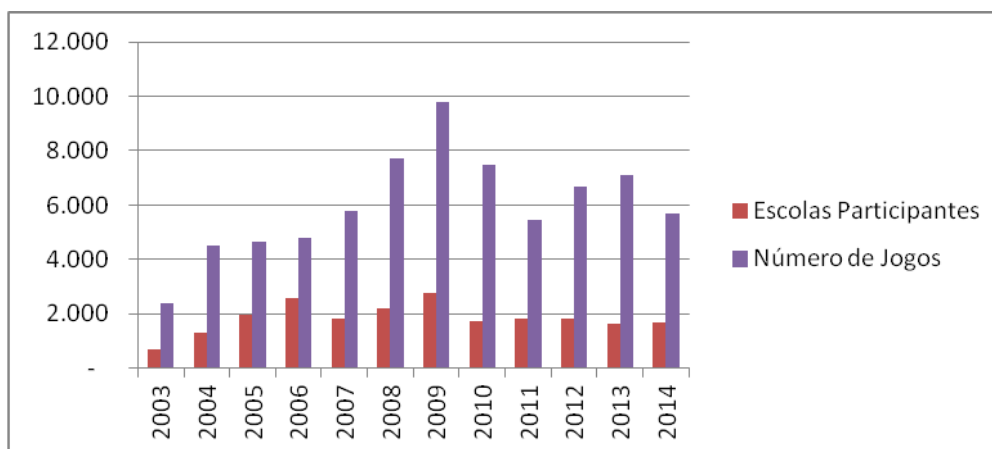
A partir do ano de 2012 as modalidades paralímpicas passaram a compor o JEMG. Com este novo formato, alunos-atletas com deficiência passaram a ter o direito de competir representando sua escola e seu município com vistas a representar Minas Gerais nas Paralimpíadas Escolares, competição nacional organizada anualmente pelo Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB. Abaixo são apresentados nos gráficos 4 e 5 a evolução dos atendimentos nos Jogos Escolares de Minas Gerais.

Gráfico 4: Evolução do número de atletas e municípios participantes do Programa Minas Olímpica - Jogos Escolares de Minas Gerais



Fonte: Secretaria de Estado de Esportes – SEESP

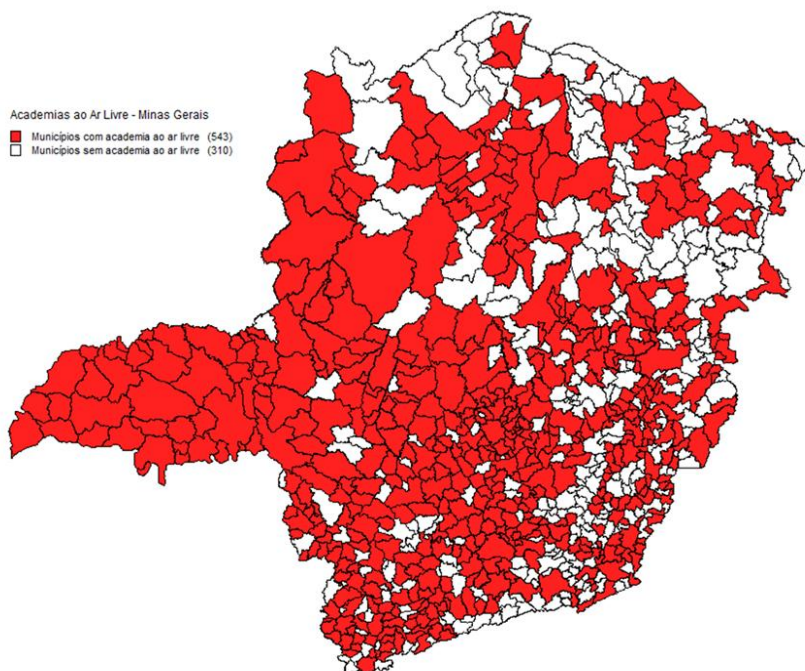
Gráfico 5: Evolução do número de escolas participantes e jogos realizados no Minas Olímpica Jogos Escolares de Minas Gerais.



Fonte: Secretaria de Estado de Esportes – SEESP

Já no âmbito do esporte de participação, a institucionalização da atividade física como política pública, direcionada a toda a população, contribui positivamente para a mudança do comportamento das pessoas. Nos locais onde foram instaladas academias ao ar livre, os frequentadores do espaço mudaram o seu comportamento da ociosidade para a prática de atividade física, saindo do estágio de intenção para o de participação. Esta ação já está presente em mais de 500 municípios mineiros, todos em parceria com o Governo Estadual, conforme Figura 9 abaixo.

Figura 9: Mapa dos municípios contemplados com as academias ao ar livre.



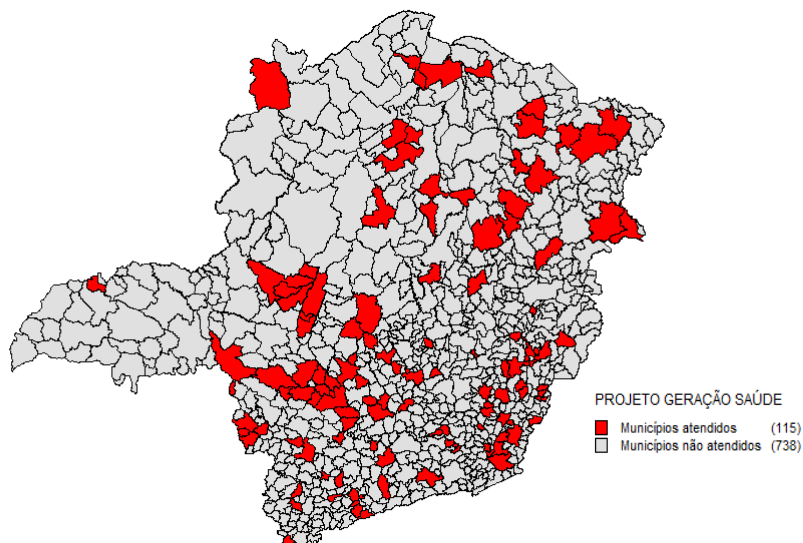
Fonte: Secretaria de Estado de Esportes - SEESP

Nota: o recorte acima se refere a academias instaladas mediante parceria com o Governo Estadual, desconsideradas as executadas pelos municípios de forma autônoma.

Ainda na dimensão do esporte de participação e com foco na melhoria da saúde, o Projeto Estratégico Geração Saúde, desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde, visa à redução do sedentarismo, do sobrepeso e da obesidade em jovens entre 12 a 19 anos que se encontram nestas condições de vida bem como a melhoria da qualidade de vida destes sujeitos. Está presente em mais de 100 municípios com possibilidade de atendimento de mais de 10.000 jovens. Estes são identificados e captados pelas equipes de saúde da família dos municípios parceiros, que após uma avaliação das condições de saúde iniciais os encaminha para uma academia de ginástica da rede do Geração Saúde, onde o jovem poderá frequentar as atividades físicas ofertadas, no mínimo três vezes por semana, com avaliações e reavaliações físicas trimestrais e semestrais. Todo o projeto é desenvolvido em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde e Academias de Ginástica Credenciadas. Abaixo é apresentado na figura 10 o mapa com os municípios atendidos pelo Projeto Geração Saúde em Minas Gerais.

Figura 10: Mapa de municípios atendidos pelo Geração Saúde.

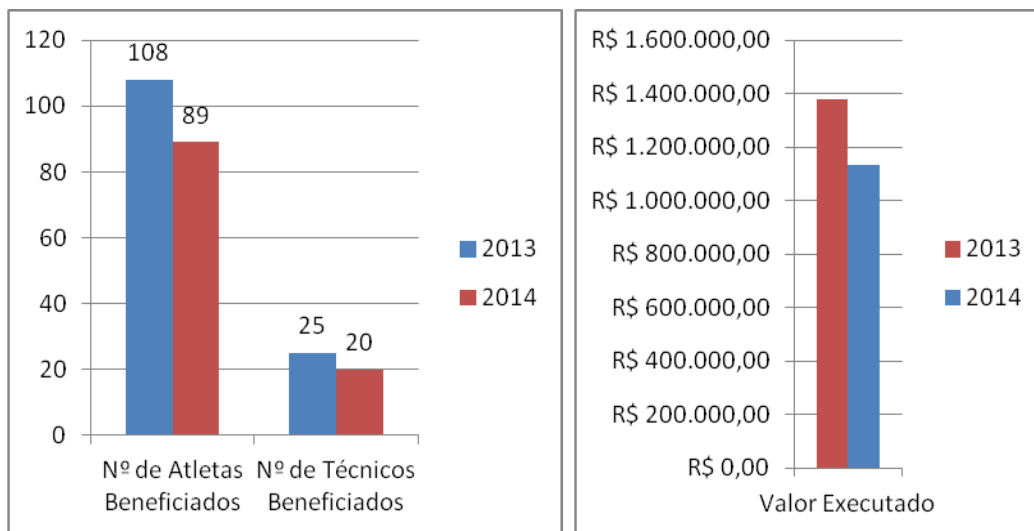
Projeto Geração Saúde



Fonte: Secretaria de Estado de Esportes - SEESP

No Esporte de Rendimento, Minas Gerais aprimorou a Ação Bolsa Atleta, que passou também a atender os Técnicos Desportivos por meio da Bolsa Técnico, através da Lei Estadual nº 20.782, de 19 de julho de 2013. Este benefício permite a continuidade da carreira esportiva dos beneficiados e proporciona a possibilidade de melhoria de suas marcas e da representatividade do Estado dentro do cenário desportivo nacional e internacional. Abaixo é apresentado no gráfico 6 a evolução financeira e de atendimento de atletas e técnicos via Bolsa Atleta em Minas Gerais.

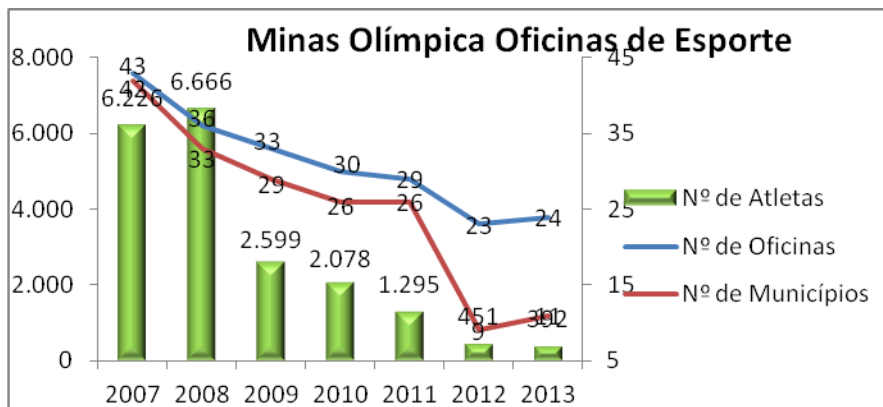
Gráfico 6: Evolução do número de Atletas e Técnicos Beneficiados e valor executado pelo Bolsa Atleta de Minas Gerais.



Fonte: Secretaria de Estado de Esportes - SEESP

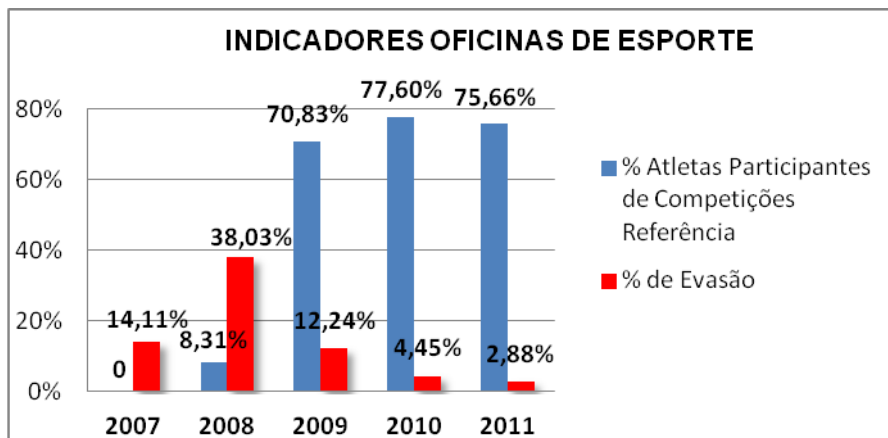
Ainda na dimensão de Rendimento, é desenvolvido pela SEESP a Ação Oficina de Esportes, em parceria com municípios e entidades esportivas que já apresentam resultado de destaque em diversas modalidades olímpicas e/ou paralímpicas, por meio do financiamento de viagens e ou aquisição de equipamentos esportivos. Com esta ação, as entidades/equipes beneficiadas tem a oportunidade de melhorar sua estrutura esportiva e planejar a participação em competições, visando melhorar suas marcas e revelar novos talentos esportivos e ajustar constantemente o processo de ensino-aprendizagem-treinamento. Os gráficos 7 e 8 apresentam a evolução do número de atendidos pelo Programa e alguns indicadores monitorados.

Gráfico 7: Evolução do número de atletas, oficinas e municípios atendidos.



Fonte: Secretaria de Estado de Esportes – SEESP

Gráfico 8: Indicadores de participação em competições e evasão de atletas.

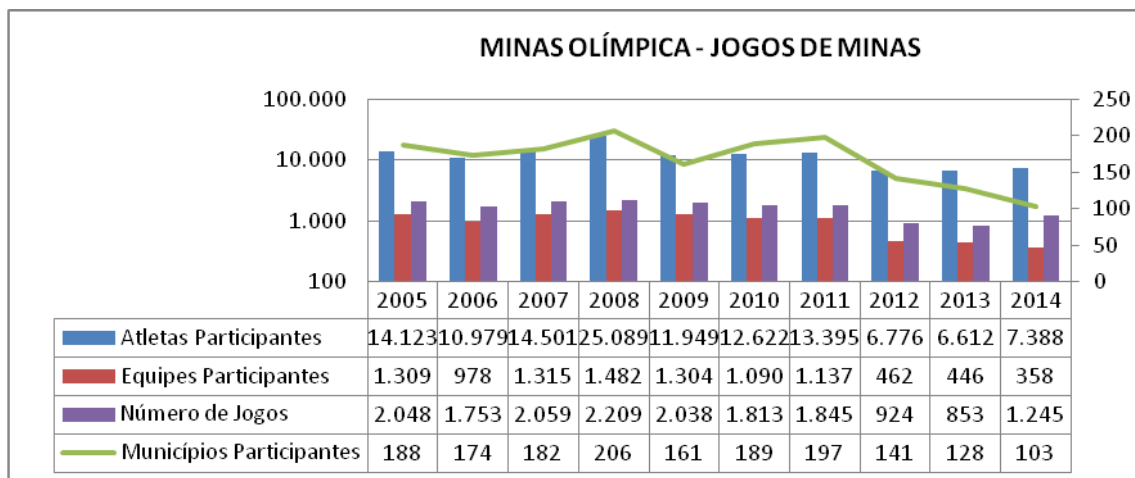


Fonte: Secretaria de Estado de Esportes – SEESP

Como pode ser observado nos gráficos 7 e 8, apesar do número de atletas e oficinas terem sido reduzidos ao longo dos anos, inversamente proporcional o número de participações em competições de referência aumentou e o número de evasão de atletas diminuiu, demonstrando que uma redução no número de atendidos promoveu uma melhora técnica na ação.

O antigo Jogos do Interior de Minas Gerais – JIMI, competição que tinha como foco a participação de equipes desportivas municipais em diversas modalidades foi redirecionado para uma competição com vistas ao rendimento esportivo. A competição que em 2012 ganhou o nome de Jogos de Minas é executada em parceria com as federações esportivas mineiras. Dentre as principais mudanças está a participação de equipes da capital e a federação obrigatória de todas as equipes e atletas participantes. Esta competição cobre todo o Estado de Minas Gerais e é desenvolvida em nível microrregional, regional e estadual. É a maior competição de esportes especializados, com foco no rendimento esportivo, desenvolvida dentro do Estado. Nos últimos anos foram mais de 30.000 participações de atletas em diversas modalidades esportivas coletivas e individuais. Com este novo formato o Estado de Minas Gerais disponibilizou mais uma ação do esporte de rendimento com o objetivo de revelar, em médio prazo, novos atletas para representar nosso Estado no cenário esportivo nacional e internacional. O gráfico 9 apresenta a evolução do número de atletas, equipes e jogos do Programa Minas Olímpica Jogos de Minas.

Gráfico 9: Evolução do número de atletas, equipes e jogos do Programa Minas Olímpica Jogos de Minas



Fonte: Secretaria de Estado de Esportes – SEESP

No topo da pirâmide do Esporte de Rendimento está o Centro de Treinamento Esportivo – CTE (ver Figura 11) que tem como visão ser um centro de treinamento esportivo reconhecido internacionalmente em ciência e tecnologia aplicadas. Sua missão é contribuir para a melhoria dos resultados do esporte de alto rendimento de Minas Gerais, promovendo a excelência no desenvolvimento integrado da ciência e tecnologia aplicadas.

Consiste numa parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e o Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Esportes - SEESP, que visa o estabelecimento de uma política integrada de desenvolvimento técnico-científico de atletas, treinadores e graduandos dos diversos cursos integrantes da equipe multidisciplinar.

O CTE é constituído de um parque aquático, uma pista de atletismo e um pavilhão de esportes coletivos, ginásticas e lutas (este último ainda em fase de planejamento). Haverá treinamento técnico, físico e tático no CTE, além de acompanhamento multidisciplinar por meio de equipe médica, fisioterápica, fisiológica, nutricional, odontológica e psicológica de atletas selecionados para formar a equipe principal, mantida até 2016 através de convênio com o Ministério do Esporte. O CTE ainda pode ser utilizado por outras equipes e atletas. Desta maneira, o CTE busca estabelecer a excelência na formação, desde a base até o alto rendimento, no desenvolvimento e na preparação dos atletas mineiros.

Figura 11: Centro de Treinamento Esportivo - CTE

Fonte: Secretaria de Estado de Esportes – SEESP

No que concerne à infraestrutura esportiva, o Estado proporciona a construção e/ou reforma de outros espaços esportivos, tais como, quadras, campos de futebol, pistas de skate, praças esportivas, dentre outras por meio da ação Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos. Com espaços revitalizados, a população ganha mais um motivo para iniciar ou continuar sua prática de atividade física regular gerando impactos positivos na sua saúde e qualidade de vida.

Para que as ações de esporte ganhassem mais robustez, Minas Gerais criou e aprimorou mecanismos de fomento e incentivo ao esporte, nas suas diversas dimensões (rendimento, social, lazer, educacional, formação e desenvolvimento científico-tecnológico).

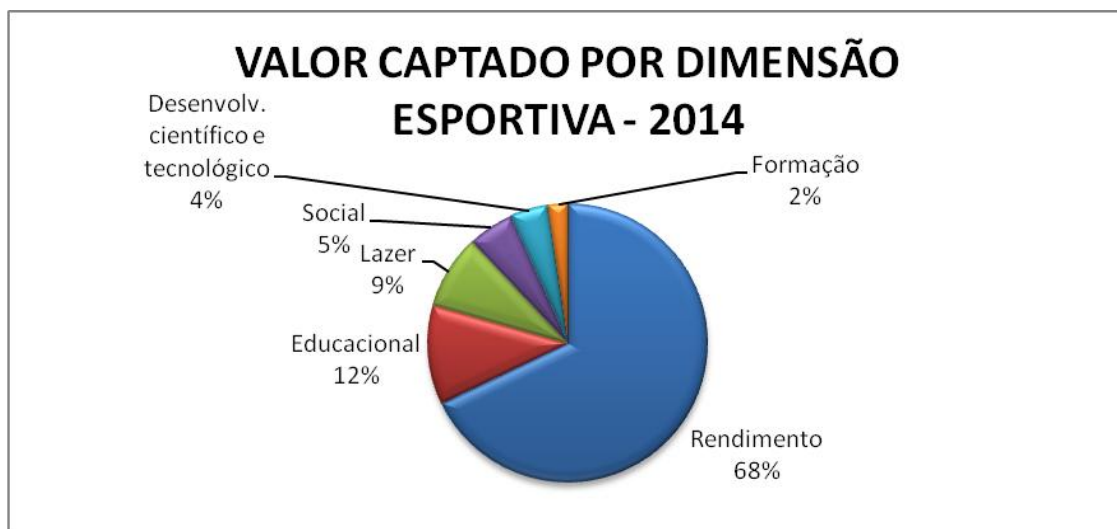
O Minas Olímpica Incentivo ao Esporte – MOIE é o mecanismo que permite que executores mineiros, sem fins lucrativos, possam apresentar, aprovar e executar projetos desportivos através do apoio de empresas que utilizam a renúncia fiscal do ICMS corrente (viabilizado pela Lei Estadual nº 20.824, de 31 de julho de 2013) para tornar realidade tais projetos. No ano de 2014, aproximadamente 9 milhões de reais foram disponibilizados para a execução de projetos aprovados proporcionando para a população mineira novas oportunidades de prática e participação desportivas, tornando nosso Estado mais atraente para a realização de grandes eventos, conforme pode ser observado na tabela 3 e no gráfico 10 abaixo:

Tabela 3: Valores captados por região de planejamento (considerando as dez regiões de planejamento).

REGIÃO DE PLANEJAMENTO	CAPTAÇÃO POR REGIÃO DE PLANEJAMENTO - 2014
CENTRAL	6.211.384,43
CENTRO OESTE DE MINAS	385.091,79
MATA	424.022,49
RIO DOCE	1.147.476,34
SUL DE MINAS	686.346,49
TRIÂNGULO	57.500,00
Total Geral	8.911.821,54

Fonte: Secretaria de Estado de Esportes – SEESP

Gráfico 10: Valores captados por dimensão esportiva (considerando as dez regiões de planejamento).



Fonte: Secretaria de Estado de Esportes – SEESP

O ICMS Solidário – critério Esportes é outro mecanismo de fomento e incentivo ao esporte mineiro. Com base na Lei Estadual nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009, que trata de critérios para a transferência de recursos, provenientes da arrecadação do imposto ICMS, aos municípios mineiros, Minas Gerais devolve 0,1% da parte do ICMS a ser distribuída para os municípios com base na execução de atividades desportivas. Este mecanismo tem como objetivo fomentar a realização de eventos e programas esportivos e a organização da política esportiva dos municípios, a partir da demanda de inventários esportivos e relatórios anuais sobre as atividades esportivas realizadas e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte.

Tabela 4: Número de Municípios com Conselhos Municipais de Esporte Ativos e Valor de Repasse total do ICMS Esportivo em Minas Gerais no período de 2009-2011.

Ano base eventos	Nº de Conselhos Municipais de Esporte Ativos	Valor do Repasse
2009	119	R\$ -
2010	206	R\$ -
2011	261	R\$ 6.007.052,32
2012	291	R\$ 6.517.645,86
2013	395	R\$ 7.400.401,39
2014	381	R\$ 7.797.020,91

Fonte: Secretaria de Estado de Esportes – SEESP

PONTOS CRÍTICOS

CRISE FINANCEIRA E DISPONIBILIDADE DE RECURSOS

Tanto Governo Federal quanto Governo Estadual passa por grave crise financeira nos dias atuais, o que pode acentuar o contingenciamento de recursos públicos para desenvolvimento de ações na área de esportes.

Um dos graves problemas por que passou a área de esportes nos últimos anos foi à ausência de priorização por parte do Governo Estadual de recursos públicos para o incremento e desenvolvimento do esporte em Minas Gerais. Uma das estratégias buscadas pelos gestores da temática Esportes foi melhorar a interlocução com a iniciativa privada e o Governo Federal a fim de promover a captação de recursos para o desenvolvimento e a potencialização das ações planejadas.

Como a crise financeira impacta na arrecadação de todos estes atores o aumento no volume de recursos disponível quase não ocorreu no decorrer dos anos o que impactou diretamente na execução das ações desportivas. A maioria dos programas desportivos desenvolvidos pelo Governo de Minas Gerais não tiveram um aumento significativo no número de beneficiários devido a disponibilidade de recursos ser igual, ou mesmo inferior, ao executado ano anterior. Este cenário provoca um sucateamento da ação, frente ao desafio de se otimizar o mesmo recurso para a aquisição de produtos ou serviços com preços atualizados e muitas vezes atendendo a um incremento no número de beneficiários.

Ações como o Minas Olímpica Incentivo ao Esporte que vem se consolidando frente os municípios e entidades vê seu orçamento não sofrer aumento significativo por estar diretamente relacionado à arrecadação do Estado. Com isso, com o passar dos anos, novas estratégias vem sendo pensadas para que não se reduza o número de projetos aprovados e captados e para que esta oferta de atividades atinja a todas as regiões, a uma maior diversidade de modalidade e uma maior população.

Com o ICMS Solidário critério Esportes também não é diferente. Com o passar dos anos ocorreu um aumento no número de atividades desportivas cadastradas pelos municípios participantes muitas vezes impulsionadas por um fomento realizado pela equipe técnica da pasta Esportes. Mas esta maior adesão ao programa tem provocado um efeito perverso. Com a maior participação dos municípios e o não incremento de recursos disponível, os repasses feitos aos municípios têm diminuído, o que pode provocar a curto prazo numa diminuição do interesse dos beneficiários desta política.

O percentual de recursos disponíveis para estas duas ações é definido por lei e uma alteração na legislação corrente se torna outro desafio no sentido de potencialização do esporte.

PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.

Uma das maneiras de se garantir a efetividade das políticas públicas se baseia num planejamento estratégico, monitoramento constante e avaliação continuada das políticas desportivas.

Para isso o Estado precisa garantir que o recurso aprovado seja realmente disponibilizado o reduzirá os impactos no planejamento realizado, buscar novas formas de monitorar a execução das políticas se aproximando cada vez mais do beneficiário final e avaliar se os indicadores a serem perseguidos estão sendo atingidos, ou caso contrário, propor soluções eficientes para um remodelamento da ação com vistas a atingir o seu objetivo.

RECURSOS HUMANOS

Com o passar dos anos, desde a criação da antiga Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo e de acordo com as alternâncias de governos a estrutura da Secretaria de Estado de Esportes vêm sofrendo alterações. Um dos pontos mais críticos de tais mudanças se deve ao fato de uma quase ausência de servidores efetivos desta pasta, principalmente os que possuem formação na área específica de Educação Física.

A ausência de concursos públicos, a redução no número de servidores, e a deficiência no número de servidores que possuem formação ou experiência na área desportiva, vêm afetando de maneira direta o desenvolvimento das políticas públicas de esporte no Estado. Frente a este cenário, torna-se emergencial que se promova concurso públicos ou processos seletivos diferenciados para solucionar este problema.

INFRAESTRUTURA ESPORTIVA

A falta de infraestruturas esportivas adequadas dificulta o acesso à prática de esportes e de atividade física. Apesar dos investimentos em equipamentos esportivos realizados pelo Governo Federal e pelo Governo Estadual, ainda há déficit de equipamentos esportivos no estado, conforme pode ser visto na tabela 5 a seguir:

Tabela 5 – Proporção de escolas públicas estaduais servidas por quadra de esportes.

Regiões	Alunos (%) no nível recomendado de alfabetização	Proporção de escolas públicas estaduais servidas por internet em banda larga	Proporção de escolas públicas estaduais servidas por quadra de esportes	Proporção dos domicílios particulares permanentes com abastecimento de água por rede geral, poço ou nascente	Índice Mineiro de Desenvolvimento Esportivo
Alto Paranaíba	87,17	84,93	41,75	96,05	0,55
Central	85,30	80,42	40,10	97,22	0,48
Centro - Oeste de Minas	90,15	83,90	41,79	97,16	0,53
Jequitinhonha/Mucuri	84,36	71,95	29,51	83,64	0,39
Mata	88,02	77,88	24,81	94,65	0,41
Noroeste de Minas	83,23	70,73	57,65	90,48	0,55
Norte de Minas	84,19	66,07	29,67	84,44	0,42
Rio Doce	86,77	73,96	29,94	94,37	0,44
Sul de Minas	87,97	86,73	47,83	93,91	0,52
Triângulo	88,39	92,68	51,63	98,56	0,63

Fonte: Programa de Governo 2015-2018 Governador Fernando Pimentel.

A tabela mostra que em todas as regiões do Estado grande parte das escolas estaduais não possuem quadras para a prática de esportes. Apenas nas regiões do Triângulo Mineiro e Noroeste de Minas a proporção de escolas estaduais com quadra de esportes é superior a 50%. As regiões mais críticas são: Mata (24,81), Jequitinhonha/Mucuri (29,51), Norte de Minas (29,67) e Rio Doce (29,84).

De acordo com dados da 3ª edição do Índice Mineiro de Desenvolvimento Esportivo – IMDE, publicada em 2014, aproximadamente 43% dos municípios (369) possuem menos de uma infraestrutura esportiva por 1.000 habitantes, o que seria um valor de referência com base na frequência de atividades físicas observadas em Minas Gerais.

Melhorar a estrutura física disponível para a prática desportiva e de atividades físicas é um dos grandes desafios para o novo governo. Com o incremento e disponibilização destas estruturas a população ganha mais um incentivo para iniciar ou continuar a prática de atividades físicas e melhorar a sua saúde e qualidade de vida.

CENTRALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ESPORTES

Quase 70% do recurso captado por meio do Minas Olímpica Incentivo ao Esporte em 2014 foi destinado a projetos para a região central. Isso ocorre por diversos motivos, dentro os quais podemos destacar uma maior concentração de entidades desportivas na capital e região metropolitana, a falta de profissionais capacitados para elaboração de projetos no interior do Estado, e uma maior concentração de apoiadores nesta região. Outros programas do Governo do Estado também são bastante concentrados na região central, como por exemplo, o Bolsa-Atleta e o Oficina de Esportes, uma vez que a maior parte dos atletas, técnicos, clubes e associações que desenvolvem o esporte de alto rendimento concentram-se nesta região.

Uma das maneiras de reduzir esta diferença está na aproximação do Estado com as regiões menos atendidas. Promover qualificações regionais, sensibilizar novos parceiros, buscar dispositivos que promovam um reforço positivo para as regiões menos atendidas são estratégias que poderão a médio prazo mudar esta realidade.

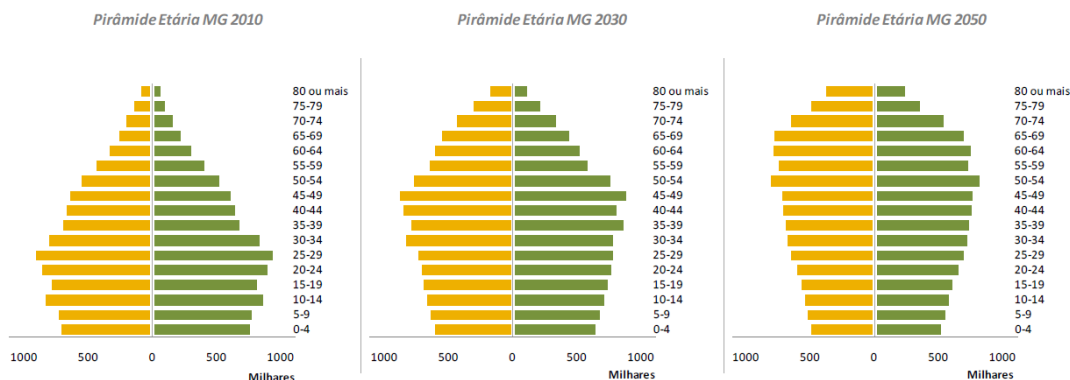
INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS DE ESPORTES

Conforme mencionado, o esporte vincula-se a diversas outras áreas de políticas públicas, tais como saúde, educação e desenvolvimento e defesa social. Para prover serviços de qualidade aos cidadãos, é necessário que se aprofunde o diálogo entre as pastas que desenvolvem cada política, com objetivo de promover ações mais eficientes e eficazes. Desta maneira a soma de esforços e conhecimentos técnicos e de recursos poderão oferecer à população políticas públicas mais eficientes e eficazes e diminuir a sobreposição de ações ocorridas dentro de um mesmo Governo.

EVOLUÇÃO PREVISTA DA PIRÂMIDE ETÁRIA EM MINAS GERAIS

Para formulação de um planejamento das políticas públicas de longo prazo, é necessário atentar-se às mudanças demográficas que estão previstas para os próximos anos. De acordo com projeção populacional para o Estado de Minas Gerais, haverá acentuada modificação na pirâmide etária em 2030 e em 2050, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 8. Projeção populacional (2010–2050) – Minas Gerais



Fonte: Figoli, Moema G. Bueno et. al. 2009. Projeção populacional, por sexo e grupos de idades quinquenais. Elaboração própria.

Desse modo, torna-se necessário o planejamento de programas que promovam o esporte e a prática de atividade física à população economicamente ativa e à terceira idade, que representarão a maior parcela da população nos próximos anos.

AUSÊNCIA DE INDICADORES DO ESPORTE

No exercício de elaboração deste diagnóstico do setor esportivo em Minas Gerais, verificou-se a necessidade de estabelecer indicadores que sejam mensurados de forma sistemática e constante para aferir a evolução do esporte no Estado e no Brasil. Existem muitos indicadores que apresentam o desempenho dos programas e ações desenvolvidos pelos governos, mas não se encontrou indicadores mais amplos sobre o impacto da atividade desportiva no desenvolvimento local, regional e estadual.

DIRETRIZES A PARTIR DO PROGRAMA DE GOVERNO 2015-2018.

Guiados pelo Plano de Governo 2015-2018, e com base nas ações que foram executadas nos últimos anos pela Pasta Esportes, destacamos algumas ações e públicos que não foram contemplados pelas ações do governo anterior e que deverão ser pensadas e executadas para o cumprimento do referido plano. Cabe salientar que a maioria das ações desenvolvidas nos anos anteriores serão continuadas e recontextualizadas.

FORTALECIMENTO DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO

Os Jogos Universitários Mineiros são executados de forma bastante tímida quando comparada a outras competições que visam o rendimento esportivo. Cabe ressaltar que nosso país não possui a cultura de incentivar o esporte para este público alvo, situação muito diferente de alguns países onde o esporte universitário é priorizado. Vale destacar que estes países ocupam os primeiros lugares nos rankings de competições mundiais, reafirmando a importância deste fomento para alavancar a representatividade do país.

A fim de fortalecer os Jogos Universitários a Secretaria de Estado de Esportes vêm buscando uma aproximação com a Federação Mineira de Desporto Universitário e Confederação Brasileira de Desporto Universitário com vistas a estreitar o diálogo e planejar de forma conjunta ações que elevarão nossos atletas universitários aos mais importantes pódios nacionais e internacionais. Já neste primeiro ano de Governo, Minas Gerais será a sede dos Jogos Universitários Brasileiros - JUBs demonstrando um passo importante para o cumprimento deste objetivo. A última edição desta competição executada em território mineiro data de 1996.

FOMENTO AO FUTEBOL DE VÁRZEA

No início do ano de 2015, com a extinção da CECOPA – Coordenadoria da Copa do Mundo, a SEESP – Secretaria de Estado de Esportes iniciou o planejamento das políticas públicas voltadas para o fomento e desenvolvimento do esporte no estado, agora incluindo o futebol de campo. Para guiar tal planejamento foi feito um apanhado das principais demandas apresentadas pelos gestores municipais, diretores de entidades e desportistas junto a esta Secretaria. Foi possível perceber que uma das principais demandas estava relacionada ao Futebol de Várzea, na forma de materiais esportivos, uniformes, taxas de arbitragem para campeonatos e, em maior número, de pedidos de reestruturação de espaços esportivos.

A partir do levantamento destes dados e do conhecimento prévio relacionado à precariedade da estrutura física para a prática do futebol de várzea em Minas Gerais, iniciou-se a elaboração de um projeto com vista a mudar esta realidade. O desejo inicial é desenhar uma nova política pública que fomentará uma melhor gestão e estruturação destes equipamentos, trazendo benefícios não só para os praticantes deste esporte como para toda a comunidade local, disponibilizando para ambos um espaço adequado para esta prática.

Para implantar tal política, faz-se necessário vencer dois desafios: o primeiro relacionado à captação de recursos financeiros para custear tal revitalização e o segundo com a documentação necessária para receber este benefício. Como estratégia para a captação de recursos buscou-se desenhar um projeto no modelo proposto pelo Ministério do Esporte, buscando um alinhamento entre a estratégia nacional e a estadual para tal fomento. Para auxiliar as prefeituras que serão beneficiadas montou-se um grupo de trabalho que servirá de ponte entre os requisitos necessários para a execução e a elaboração dos projetos e adequação da documentação a ser entregue pelos beneficiados.

Outro levantamento feito estava relacionado às principais melhorias necessárias para a revitalização destes espaços. Constatou-se que a colocação de alambrados, a iluminação, o plantio de grama, os serviços de drenagem e terraplanagem e a reforma e/ou construção de vestiários eram as principais demandas apresentadas.

Atualmente os campos de várzea são estruturas administradas por órgãos da administração municipal que muitas vezes não dispõem de recursos para a manutenção e reforma destes espaços. Por vezes, estes campos são administrados por um clube de futebol local, que arrecada recursos por meio de locação do espaço e promoção de campeonatos regionais e com estes recursos conseguem manter, mesmo que de forma deficitária, o local adequado para a prática desportiva.

Com esta ação busca-se uma melhoria na infraestrutura dos campos de várzea de Minas Gerais, a ampliação da capacidade de utilização dos campos e de atendimento ao público, um aumento na segurança nos campos e em seu entorno e principalmente um aumento do número de praticantes da modalidade nas áreas atendidas por este projeto.

FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS, PRINCIPALMENTE TÉCNICOS DESPORTIVOS

A formação de novos técnicos e árbitros, bem como a qualificação dos já existentes, é um dos objetivos deste Governo. Com ações de formação e qualificação, em parceria com Entidades de Prática Desportiva de reconhecido destaque e de Universidades Mineiras, buscar-se-á disponibilizar para o cenário desportivo recursos humanos qualificados a fim de promover a continuidade e a descentralização da política desportiva em nosso Estado. Busca-se também reduzir os custos para a execução de competições regionais, disponibilizando para os atletas mineiros um calendário esportivo com maiores oportunidades para o alcance de novas marcas e o aumento do nível de rendimento esportivo.

4REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ESPORTE DE FORMA PERIÓDICA E ORDINÁRIA;

Orientado pelo modelo de gestão preconizado pelo atual Governo, em que a participação da população mineira é incentivada e valorizada, buscar-se-á discutir um projeto para desenvolvimento do Esporte em Minas Gerais para os próximos anos. Pretende-se a realização de conferências regionais de Esporte que culminarão na Conferência Estadual de Esporte. Este planejamento participativo será executado de forma contínua neste Governo. A última edição da Conferência Estadual de Esportes em Minas Gerais foi realizada no ano de 2010.

POTENCIALIZAÇÃO DO ESPORTE RADICAL NO ESTADO

O Estado de Minas Gerais é conhecido por suas montanhas, trilhas e cachoeiras, terreno ideal para a prática de esportes radicais. Apesar deste facilitador o Estado pouco têm explorado esse tipo de esporte, que fomenta além da prática de algumas modalidades, o turismo e a temática da preservação do meio ambiente.

Segundo (COSTA; MARINHO; PASSOS, 2007) esportes radicais: “Compreendem o conjunto de práticas esportivas formais e não formais, vivenciadas a partir de sensações e de emoções, sob condições de risco calculado. Realizadas em manobras arrojadas e controladas, como superação de habilidades de desafio extremo. Desenvolvidas em ambientes controlados, podendo ser artificiais, quer seja em manifestações educacionais, de lazer e de rendimento, sob controle das condições de uso dos equipamentos, da formação de recursos humanos e comprometidas com a sustentabilidade socioambiental”.

A Secretaria de Estado de Esportes tem em vista um programa que terá como objetivo o fomento e a popularização do esporte radical, bem como a reestruturação de espaços disponíveis para estas práticas, buscando parcerias com o Governo Federal e outras Secretarias Estaduais relacionadas ao tema. Este programa será discutido e elaborado em parceria com as Entidades Regionais e Nacionais de administração do Desporto.



PMDI

PLANO MINEIRO DE
DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO

DIAGNÓSTICO SETORIAL SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS
2016 A 2027

 **MINAS
GERAIS**
GOVERNO DE TODOS

RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO

O Estado de Minas Gerais é dotado de recursos naturais privilegiados e diversificados. Solos férteis, relevo e clima favoráveis, biodiversidade, jazidas minerais e extensas bacias hidrográficas estão entre as riquezas naturais encontradas no território mineiro. Por outro lado, o crescimento desordenado da interferência humana sobre o meio ambiente pode levar à exaustão desses recursos naturais, comprometendo substancialmente o provimento de serviços ambientais, como a regulação de ciclos biogeoquímicos, climáticos e da água, além da perda de resiliência dos ecossistemas. Tais consequências podem restringir a perspectiva de desenvolvimento de forma estrutural, sendo necessário, portanto, a incorporação do conceito de sustentabilidade no modelo de gestão dos recursos naturais.

De forma geral, um programa de desenvolvimento sustentável deve, por exemplo, buscar adequar as taxas de utilização de recursos naturais renováveis a níveis compatíveis à regeneração dos mesmos, visar associar o emprego de recursos naturais não renováveis a esforços de substituição por alternativas renováveis, bem como manter a taxa de geração de resíduos e demais emissões inevitáveis em níveis adequados à capacidade de absorção por parte dos ecossistemas.

A transição para um novo modelo de desenvolvimento sustentável depende necessariamente do progresso tecnológico, do diálogo transparente e democrático, da educação e conscientização ambiental e de ações focadas principalmente nas questões da água, da energia, da preservação de ecossistemas e da redução do impacto de resíduos.

ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

As mudanças climáticas provocadas pela emissão de gases de efeito estufa são uma realidade, sendo possível mensurar seus impactos e custos. Eventos climáticos extremos como chuvas intensas e secas prolongadas contabilizaram prejuízos de 12,8 bilhões de reais ao Estado no período de 2007 a 2014. Caso nada seja feito nesse sentido, os custos dos impactos para a economia mineira decorrentes das mudanças climáticas podem alcançar a marca de R\$ 225 bilhões em 2030 e R\$ 450 bilhões em 2050.

As causas dessas mudanças climáticas são bem distribuídas pelos diversos setores da atividade econômica, o que torna o desacoplamento do carbono um desafio para a sustentabilidade do desenvolvimento econômico e social. De acordo com dados da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM, em 2010 foram emitidas aproximadamente 123,4 milhões de toneladas de dióxido de carbono em Minas Gerais. Em comparação com dados de 2005 as emissões se mostraram estabilizadas, contudo, devido à iminência das rupturas climáticas e a falta de dados acerca de suas possíveis consequências, o Brasil se impôs a meta de redução de emissões de 36% a 39% até 2020, em relação ao cenário de referência, o que irá demandar esforços regionais e locais que vão muito além da estabilização das emissões. Além de atuar na sua prevenção via redução de emissões de gases de efeito estufa, cabe também ao Estado minimizar os danos provocados por tais fenômenos através de ações de fomento à adaptação local, com foco nas regiões mais vulneráveis do Estado, como a criação de uma rede estadual de cidades resilientes, com alertas para fenômenos climáticos extremos, bem como dispor de

capacidade para respostas imediatas e eficientes no socorro às vítimas de intempéries e na recuperação das áreas danificadas. Nesse sentido, é imprescindível o apoio às iniciativas que busquem novas fontes renováveis de geração de energia, promovam ganhos de eficiência em equipamentos industriais e residenciais e implementem técnicas de manejo sustentável da agropecuária, florestas e outros usos do solo, já que os setores de energia, agropecuária e florestas foram responsáveis, em 2010, por 78% das emissões do Estado. Essas iniciativas desempenham importante papel na tentativa de reversão do atual quadro de ruptura climática e na transição para uma economia de baixo carbono.

Do lado da geração de energia, deve-se fomentar a inserção de fontes de energia renovável na matriz energética do Estado, como a ampliação do uso da energia solar, eólica, de biomassa e hidroelétrica, distribuídas em pequenas centrais. No que tange ao consumo residencial, a geração distribuída se mostra promissora, pois, além de cobrir o consumo, pode ter o excedente de energia colocado na rede elétrica. Nesse sentido, uma medida de política pública apropriada pode ser a de constituir mecanismos de caráter fiscal, financeiro ou creditício visando incentivar a fabricação, montagem, instalação e a aquisição dos equipamentos necessários. Outro aspecto importante a ser considerado é a redução do consumo de energia através de equipamentos mais eficientes, além da conscientização no uso e a conservação de energia por meio da inserção da arquitetura bioclimática nas edificações públicas e privadas.

Quanto ao manejo sustentável da agropecuária, florestas e outros usos do solo, devem ser consideradas estratégias que busquem ampliar o estoque de carbono no solo e na vegetação, aumentar a remoção de carbono atmosférico e ainda substituir os combustíveis fósseis e produtos carbono-intensivos por biocombustíveis e produtos biológicos.

RECURSOS HÍDRICOS

A água é fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável, sendo fator determinante para a mitigação da pobreza e da fome. A Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou os anos de 2005 a 2015 como a Década de Ação Internacional "Água para a Vida" e estabeleceu metas mundiais focadas em questões relacionadas à água. Imensos são os desafios da prática e a operacionalização dos instrumentos das políticas públicas concebidas sob a ótica do desenvolvimento sustentável, como é o caso da Política Estadual de Recursos Hídricos, estabelecida pela Lei 13.199, que institui o SEGRH – Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Seus objetivos básicos são coordenar a gestão integrada e descentralizada das águas, arbitrar os conflitos relacionados com os recursos hídricos, implementar a Política Estadual de Recursos Hídricos, planejar, regular, coordenar e controlar o uso, a preservação e a recuperação de recursos hídricos do Estado e promover a cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Uma vez que as bacias hidrográficas são as unidades territoriais de gestão de recursos hídricos, o SEGRH é organizado territorialmente em 36 sub-bacias, que correspondem a 36 Comitês de Bacia, conforme figura abaixo.

Uma cobrança real – e não simbólica – pelo uso da água é um instrumento fundamental para que haja capacidade institucional de gestão dentro do Sistema. Com esses recursos, seria possível elaborar e atualizar os planos faltantes, modernizar a regulação e a fiscalização do sistema, implantar ações que contribuam para o aumento da disponibilidade e qualidade hídrica, tais como proteção de nascentes, plantio de matas ciliares, etc.

Com relação à qualidade da água, há uma relação direta com a disponibilidade hídrica. Isso porque quanto mais efluentes lançados, mais água limpa é necessária para se diluir tais efluentes para que seja possível seu tratamento. Isso resulta em um percentual permitido de captação menor.

Na dimensão internacional e nacional, os problemas recentes relacionados à água têm atraído a atenção da sociedade em geral devido à sua crescente escassez, em quantidade e qualidade, para atendimento às demandas requeridas. Por outro lado, cabe observar problemas ligados a inundações, notadamente em áreas urbanas. Daí a necessidade de um processo de gestão que concilie os múltiplos usos e as disponibilidades na busca da garantia de todos ao acesso à água em qualidade e quantidade.

Nesse quadro, insere-se Minas Gerais, onde se localizam as nascentes de alguns dos principais rios brasileiros, como o São Francisco e o Paraná. O Estado possui uma grande diversidade cultural e ambiental, apresentando desde regiões com significativo potencial hídrico, até áreas nas quais a escassez de água, tanto sob o aspecto da quantidade quanto da qualidade, vem acarretando conflitos de uso.

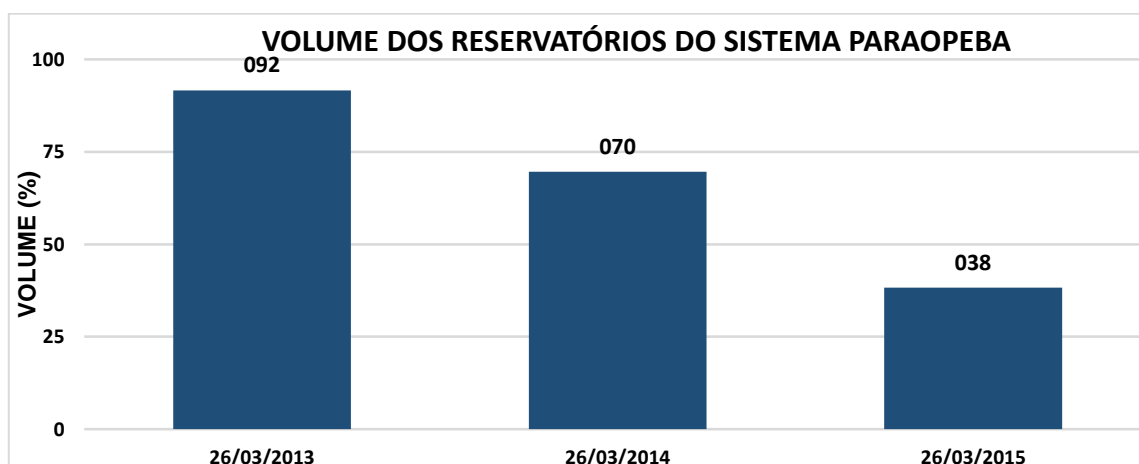
Considerando a problemática da escassez de água, das inundações e da poluição decorrente da insuficiência de saneamento básico presente em diversas bacias mineiras, particular atenção deve ser dada ao incentivo às ações de saneamento, bem como ao planejamento do uso e ocupação do solo, que reforçam a necessidade de ações de integração e a relevância do envolvimento dos municípios no processo de gestão de recursos hídricos, tendo em vista sua responsabilidade sobre o uso e a ocupação do solo, a despeito de não terem domínio sobre as águas.

Nesse sentido, a gestão das águas em Minas Gerais deve assegurar o uso sustentável da água em quantidade e qualidade, no curto, médio e longo prazos. O planejamento do uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos passa pelos diversos setores demandantes e se articula com os Planos Diretores de Recursos Hídricos e Comitês de Bacias Hidrográficas, identificando ações, programas, projetos, obras e investimentos prioritários, de forma territorializada e integrada à estrutura produtiva, com a participação da administração pública, de sociedades civis e dos usuários, tendo em vista o desenvolvimento sustentável dos recursos em questão.

Políticas de incentivo de alcance generalizado (consumidores industriais, comerciais, rurais e residenciais) à redução do consumo de água, à proteção de nascente e áreas de recarga à captação da água da chuva, assim como a fiscalização do seu uso indevido e a preservação dos corpos d'água superficiais e subterrâneos, são essenciais para a manutenção dos estoques naturais. O tratamento de efluentes e a consequente melhoria na qualidade da água são de suma importância, não apenas em relação à manutenção de recursos e serviços ecossistêmicos, mas também em prol da saúde da população. A fiscalização do uso indevido de água, por sua vez, passa necessariamente pela redução do passivo de processos de outorga de direito de uso dos recursos hídricos e implantação de um robusto sistema de informações que permite e dá segurança às tomadas de decisão necessárias. O atual controle da outorga não leva em consideração a informalidade. Sabe-se que a captação clandestina (usuário sem outorga) ou irregular (captação acima do outorgado) de água são uns dos grandes responsáveis pelo quadro de escassez hídrica atual, mas não há informações detalhadas sobre o quanto isso representa. Há, inclusive, entraves na legislação que atualmente dificultam a aplicação de multas aos usuários irregulares. Além disso, não há equipamentos para medir grandes vazões, ou seja, não há como auferir o uso dos maiores usuários. Além disso, as novas outorgas são concedidas com base no que já foi outorgado anteriormente. Sem saber o quanto a informalidade representa na captação real de água, outorgas têm sido concedidas sem um critério realístico, sem saber se há ou não disponibilidade hídrica de fato suficiente para sua concessão. Destarte, o controle das outorgas que consta nos dados acessados está com sistemas de coordenadas diferentes e/ou com pontos equivocados de coordenadas, não sendo possível saber ao certo quais novas demandas estão à jusante ou à montante, já que não há grande confiabilidade na gestão territorial desta atividade.

Segundo levantamento da ANA (Agência Nacional de águas), dos 5.565 municípios brasileiros, 471 necessitam de novos mananciais para a captação de água visando ao abastecimento humano e 2556 requerem ampliação do sistema.

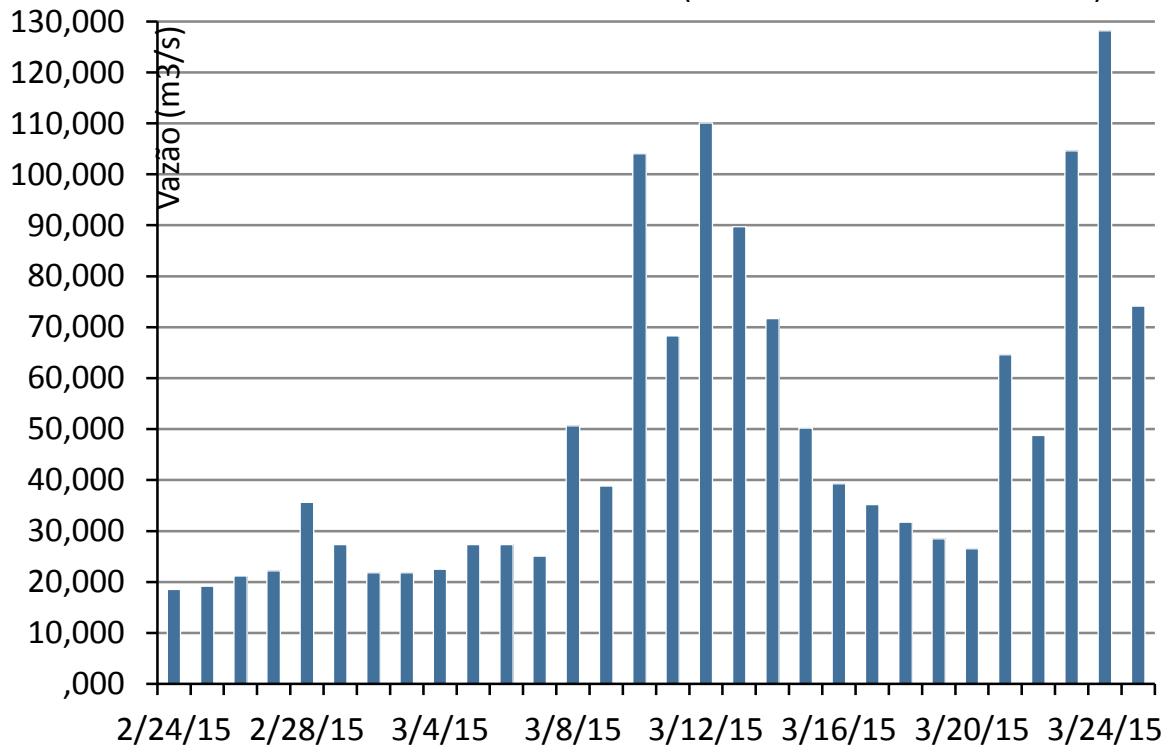
Os reservatórios do Brasil e de MG sofreram grande queda de volume armazenado devido à estiagem dos últimos anos. O gráfico abaixo revela a situação do sistema Paraopeba, que está atendendo a Região Metropolitana de Belo Horizonte nos últimos 03 anos.



Fonte: COPASA

O outro sistema que atende à região metropolitana – Sistema Rio das Velhas – funciona por meio da captação em fio d’água, não havendo reservação. Assim como outras captações dessa natureza, seu volume varia bastante ao longo das semanas. O gráfico abaixo mostra o comportamento desse sistema durante alguns meses durante o presente ano.

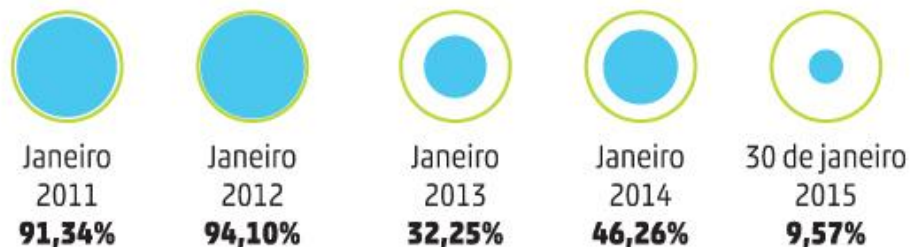
VAZÃO DO RIO DAS VELHAS (Honório Bicalho - Nova Lima)



Fonte: COPASA

Outros reservatórios no Estado também passam pela mesma situação, como é o caso de Furnas.

VOLUME ÚTIL DO RESERVATÓRIO DE FURNAS



Com relação a outros reservatórios, de concessão da COPASA, a situação é um pouco mais heterogênea. Isso porque quanto menor a população atendida, menor o consumo. Assim, alguns reservatórios, mesmo com a estiagem dos últimos anos, não se encontram em estágio crítico:

Monte Azul	
Volume atual - 2.000.000	Cota atual - 720m
População atendida - 17.684	Porcentagem do volume atual - 95%
Mato Verde	
Volume atual - sem dados	Cota atual - 628,4m
População atendida - 12.635	Porcentagem do volume atual - 100%
Pedra Azul	
Volume atual - 1.890.000 m3	Cota atual - 548,8m
População atendida - 23mil hab	Porcentagem do volume total - 60%
Medina	
Volume atual - 365.368m3	Cota atual - 611m
População atendida - 18 mil hab	Porcentagem do volume total - 15%
Montes Claros (Barragem Juramento)	
Volume atual – 23.474.205m3	Cota atual – 634,75m
População atendida – 300 mil hab (70% da pop do município)	Porcentagem do volume total - 52%
Teófilo Otoni	
Volume atual – 8.640.000m3	Cota atual – 483,95m
População atendida – 145.376 mil hab	Porcentagem do volume total - 72%

Fonte: COPASA

Cabe ressaltar que percentuais próximos ou inferiores a 50% são alarmantes, uma vez que o período chuvoso se reinicia no final do ano, ou seja, a tendência é de que o volume atinja níveis críticos até lá.

Questões como aprimoramento e modernização da regulação – compreendendo outorga, fiscalização e monitoramento – elaboração e revisão de planos, e implementação de intervenções físicas e ações de preservação ambiental são cruciais para enfrentar a escassez hídrica. A Força-Tarefa e o grupo de trabalho do programa “Cultivando Água Boa”, ambos instituídos por decretos do Governador, diante do cenário atual dos recursos hídricos no Estado, organizaram os planos, projetos e ações necessários em 4 grupos. Tais ações, além de promoverem um aperfeiçoamento institucional para o Estado, possibilitando uma atuação mais eficiente, serão cruciais para aumentar a disponibilidade hídrica e reduzir o consumo por meio da otimização do uso da água pelos diversos setores de atividades humanas.

Frente a todos esses desafios, ressalta-se a necessidade de fortalecimento das instituições que compõem o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, incluindo o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, com o propósito de colocá-lo em um patamar político e operacional de destaque, capaz de dar as repostas na qualidade e no tempo que a sociedade mineira necessita e merece.

RESÍDUOS SÓLIDOS

A destinação adequada de resíduos sólidos urbanos em Minas Gerais vem apresentando evolução gradual. Há, entretanto, dificuldades em se atingir a meta de 75% estabelecida atualmente no PPAG. A obtenção de recursos para financiamento de sistemas ambientalmente adequados de disposição e tratamento desses resíduos está condicionada à elaboração do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, que carece da ajuda do Estado pois está fora do alcance de vários municípios, principalmente os mais pobres. Destaca-se que no segundo semestre de 2014, apenas 54% da população urbana de Minas Gerais tinha acesso à disposição adequada de resíduos sólidos urbanos.

Além de ações com vistas a universalizar a disposição adequada de resíduos urbanos, há ainda muito espaço em Minas para o desenvolvimento de outras iniciativas, como redução, reutilização e reciclagem de outros resíduos. Um exemplo de sucesso refere-se à programas já implantados em alguns pontos do Estado, especialmente em Belo Horizonte, como serviços de coleta seletiva, reciclagem de resíduos da construção civil, reciclagem de pneus, aproveitamento do biogás gerado nos aterros sanitários, programas de compostagem, entre outros. É importante destacar também a iminente necessidade e as oportunidades para se avançar no âmbito da gestão de outros resíduos, tais como resíduos de serviços de saúde, eletroeletrônicos e agrossilvopastoris, além de intensificar as ações de fiscalização para impedir a disposição inadequada dos resíduos sólidos, inibindo as más práticas.

De igual importância é o estímulo do Estado à instalação de uma maior diversidade de indústrias de reciclagem em regiões estratégicas, visto que a distância a ser percorrida pelos materiais recicláveis entre a origem e os pontos de processamento pode ser determinante para que algo considerado como resíduo se torne rejeito.

SINERGIA ENTRE ÓRGÃOS DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

A maior integração das ações dos órgãos do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos às ações dos órgãos estaduais de Desenvolvimento Econômico e Social é fundamental para tornar verdadeiramente sustentável a dinâmica de tomada de decisão na esfera pública. O desenvolvimento sustentável pressupõe uma nova forma de se buscar compatibilizar a atividade econômica, a justiça social e a qualidade ambiental.

Ao incluir a sustentabilidade como requisito do processo decisório da atividade produtiva, vai-se além do modelo convencional em que as externalidades ambientais são minimizadas, reparadas ou contidas a posteriori. O Estado, por conseguinte, deve promover aquele desenvolvimento que integre as esferas econômica, social e ambiental de forma plena e participativa em todas as suas etapas.

Uma das possíveis consequências da melhor sinergia entre órgãos estaduais de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Econômico e Social seria a ampliação do reconhecimento da importância da valoração do estoque de recursos naturais disponíveis. A criação de instrumentos econômicos justos de compensação tanto pela exploração de recursos ambientais, quanto pela preservação ambiental adviria naturalmente desse reconhecimento e permitiria uma maior difusão desses instrumentos.

COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

A inclusão de requisitos de sustentabilidade nas compras públicas do Estado de Minas Gerais é em si uma das formas de promoção do desenvolvimento sustentável. Além de minimizar impactos ambientais dos produtos e serviços contratados, constitui um instrumento indutor de práticas sustentáveis tanto na esfera privada quanto em outros níveis da administração pública.

Sempre respeitando a economicidade da contratação, os critérios de consumo ambientalmente responsáveis podem ser incorporados às obrigações contratuais, sendo que licitações do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço” estabelecem requisitos concretos de sustentabilidade para avaliar e classificar as propostas. O projeto Fomentando Compras Públicas Sustentáveis no Brasil (CPS-Brasil), do qual Minas já faz parte, deve servir de base para o aprimoramento da observância da sustentabilidade nas compras públicas.

REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL

Procedimentos adequados de licenciamento e autorizações ambientais são instrumentos úteis no direcionamento da cadeia produtiva rumo a práticas mais sustentáveis. Processos mais eficientes, transparentes e que aliem prosperidade econômica a todo o espectro de proteção ambiental dependem principalmente da devida alocação de recursos, de análises multicritério e decisões técnicas centradas no bem-estar social intertemporal.

O enorme passivo de processos de licenciamento ambiental, autorizações para intervenção ambiental, outorgas de direito de uso de recursos hídricos e autos de infração demonstram claramente os gargalos existentes atualmente. Tais gargalos devem ser considerados prioritários na alocação de recursos, dado seu papel central na concretização de políticas e normas ambientais e no seu potencial de regulação do mercado no intuito de promover a sustentabilidade.

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

A fiscalização ambiental está intrinsecamente relacionada ao licenciamento. Suas atribuições consistem em desenvolver ações de controle e vigilância destinadas a impedir as práticas consideradas lesivas ao meio ambiente, ou ainda, daquelas realizadas em desconformidade com o que foi autorizado/licenciado. Nesse contexto, a atividade de fiscalização apresenta-se essencial para a proteção e a conservação do meio ambiente. Para que tais ações sejam implementadas de maneira eficaz e com baixa utilização de recursos do Estado, faz-se necessária a delimitação de planos estratégicos aptos a abranger todas as possíveis situações a serem enfrentadas em campo, a partir de um enfoque multidisciplinar e intersetorial.

As punições administrativas impostas aos transgressores devem atingir seus múltiplos objetivos, tais como a cessação do dano constatado e a adoção de medidas destinadas à promoção da recuperação do dano ambiental gerado, além da própria punição do responsável, com finalidade pedagógica. Todo esse sistema de fiscalização demanda a maior disponibilização de recursos financeiros, os quais devem ser implementados em capacitação, infraestrutura, sistemas de informação, disponibilização de recursos humanos, dentre outros.

DEMARCAÇÃO DE ÁREAS DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

A proteção e conservação de ecossistemas aliadas à redução de índices de poluição e degradação ambiental podem garantir o fluxo contínuo dos recursos naturais e serviços ecossistêmicos, como controle natural de pragas, incorporação de resíduos orgânicos no solo, formação de solos férteis e manutenção dos ciclos climáticos e aquáticos, sendo necessários ao desenvolvimento econômico e social.

A decisão acerca da demarcação de áreas de conservação ambiental deve sempre incluir a multiplicidade de recursos potencialmente impactados pelo desmatamento (solos, corpos d'água, clima, biodiversidade e outros serviços ecossistêmicos).

O bioma Mata Atlântica já cobriu 46% do território total do Estado e hoje corresponde a apenas 5,3% desse território, segundo a Fundação SOS Mata Atlântica e o INPE. Apesar do pequeno dos níveis de desmatamento da Mata Atlântica em Minas Gerais atualmente, o que se deve a adoção de medidas intersetoriais no âmbito do Estado, iniciadas, principalmente, a partir da instituição da Força Tarefa Mata Atlântica (Decreto nº 46.315/2013), no ano de 2015 Minas Gerais ainda ocupou o segundo lugar no ranking de desmatamento desse bioma, sendo que a tendência de desmatamento se repete nos biomas do cerrado e da caatinga. Faz-se necessária, portanto, a intensificação das atividades de fiscalização de maneira intersetorial e articulada, para assegurar a proteção e a conservação dos remanescentes de vegetação nativa no âmbito de todo o Estado.

Além disso, é essencial expandir e criar novas unidades de conservação e aprimorar a estrutura das existentes, oferecendo apoio político, transparência e diálogo na solução de conflitos de interesse.

Ademais, considera-se indispensável o fortalecimento das ações de prevenção e combate a incêndios florestais no âmbito dessas unidades de conservação, considerando, principalmente, a severa seca dos últimos tempos, que atingiu índices pluviométricos muito abaixo da normalidade nos meses chuvosos e vem agravando o período de estiagem, predispondo a vegetação aos incêndios florestais.

Nesse sentido, a formatação e a implementação de incentivos fiscais, financeiros ou creditícios de estímulo à conservação ambiental podem constituir mecanismos de políticas públicas apropriados para estimular o equilíbrio entre desenvolvimento e proteção de ecossistemas.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A conscientização da população mineira acerca dos desafios na área ambiental é crucial para o sucesso da transição rumo ao desenvolvimento sustentável. A participação popular é indispensável para o esforço em se manter um fluxo de recursos naturais e serviços ecossistêmicos que possibilitem o bem-estar social. Há que se disseminar novos valores, práticas e atitudes que tornem claras as causas e consequências da intervenção humana sobre o meio ambiente, promovendo assim um novo tipo de comportamento, mais sustentável ao assegurar os direitos das gerações futuras. A educação ambiental deve possuir caráter multidisciplinar, se estendendo das escalas pessoal e local à nacional e global, além de incluir os contextos histórico, atual e futuro. Cada cidadão deve estar ciente dos aspectos ambientais envolvidos nos planos de desenvolvimento e crescimento econômico, prezar pela cooperação na solução dos problemas e auxiliar na redução dos desperdícios no consumo. Organizações sociais, comunidades acadêmicas e ambientalistas também devem trabalhar junto à administração pública na realização desses objetivos.

Finalmente, o Estado deve buscar meios de melhor avaliar a opinião pública em relação à temática ambiental e assim tornar mais democrático o caminho em direção ao desenvolvimento sustentável. Assim, o progressivo investimento em educação ambiental é crucial para a redução, em longo prazo, das práticas nocivas ao meio ambiente, bem como para o fortalecimento das práticas de conservação e preservação ambiental.



PMDI

PLANO MINEIRO DE
DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO

DIAGNÓSTICO SETORIAL SAÚDE



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS
2016 A 2027

 **MINAS
GERAIS**
GOVERNO DE TODOS

INTRODUÇÃO

Minas Gerais, assim como o Brasil, vem apresentando, ao longo das últimas décadas melhorias substantivas nos indicadores de saúde, como mortalidade e morbidade (FJP, 1999; FJP, 2010). Apesar dos avanços observados, persistem expressivas desigualdades inter/intrarregiões tanto no que se refere aos resultados epidemiológicos e de morbidade, como na distribuição dos serviços de saúde. Nesse contexto, um dos maiores desafios das políticas de saúde está em melhorar as condições de acesso e qualidade dos serviços de modo a reverter esse quadro histórico de desigualdades.

O objetivo deste texto é fazer uma breve análise da situação da saúde e da oferta de serviços em Minas Gerais e apontar para possíveis espaços de intervenção pública estadual. Para tanto está organizado em 2 seções (panorama e oferta de serviços de saúde em Minas Gerais e recomendações de intervenções pública estadual na área da saúde).

PANORAMA E OFERTA DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM MINAS GERAIS

MORTALIDADE EM MINAS GERAIS

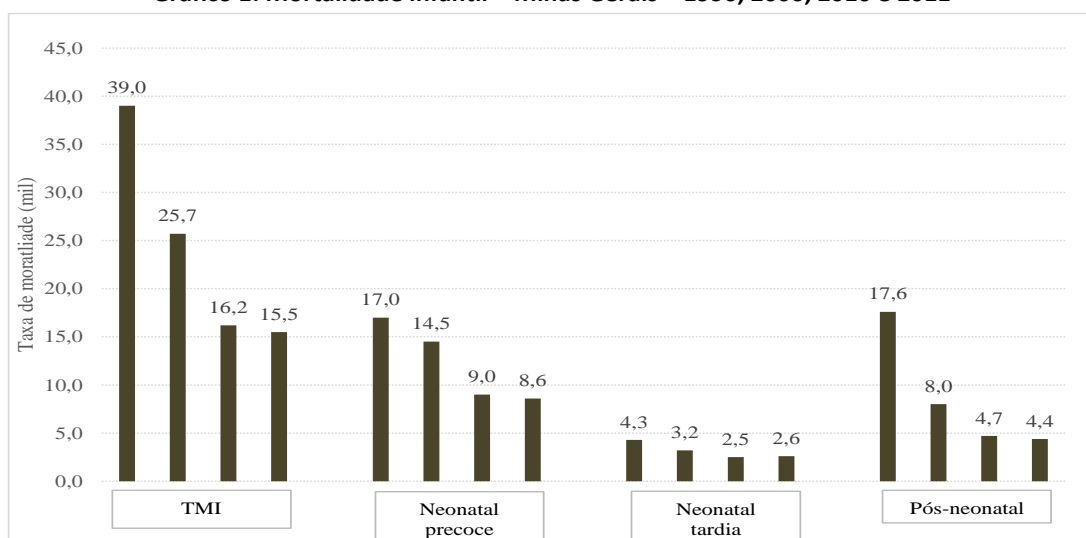
Para a análise da mortalidade foram selecionados os seguintes indicadores: mortalidade infantil e mortalidade por grupos de causas

Mortalidade infantil

Em Minas Gerais, assim como no Brasil, a taxa de mortalidade infantil (TMI) vem apresentando tendência contínua de queda. Entre 1990 e 2000, houve redução de 34% e na década seguinte a diminuição foi ainda maior (37%), chegando em 2010 ao patamar de 16,2 óbitos por mil nascidos vivos. Na última estimativa divulgada pela RIPSAs, para o ano de 2011, a taxa de mortalidade infantil para Minas Gerais estaria em 15,5 óbitos por mil nascidos vivos, nível similar à média nacional, mas superior àquela registrada para o Sudeste, de 13,0 óbitos por mil nascidos vivos (gráfico 1).

Nas décadas de 1990 e 2000, as maiores variações foram observadas na taxa de mortalidade pós-neonatal – 55% e 41%, respectivamente -, determinando redução do peso relativo desse componente na TMI do estado, em detrimento do componente neonatal. Se em 1990, a mortalidade pós-neonatal representava 45% da mortalidade infantil, passa para apenas 29% em 2010 (gráfico 1).

Gráfico 1: Mortalidade infantil – Minas Gerais – 1990, 2000, 2010 e 2011



Fonte: Censo 2010 e Rede Integrada de Informações para a Saúde (RIPSAs).

Trata-se, portanto, de um nível ainda relativamente elevado, quando comparado àquele registrado em áreas ou regiões desenvolvidas⁶⁹, mas já em patamar mais difícil de ser reduzido com medidas gerais de ampliação do acesso da população a saneamento básico, imunização e melhoria do nível educacional das mulheres em idade reprodutiva. Requer, portanto, investimento assertivo em ações visando à melhoria no acesso e qualidade dos serviços de atenção antes, durante e após o parto. Consequentemente, a maior parte da redução absoluta na TMI na última década pode ser atribuída ao componente neonatal, que expressa a situação de saúde quanto à assistência no pré-natal, parto e no pós-parto, revelando a importância da cobertura e qualidade dos serviços de saúde. Nos anos 2000, praticamente 2/3 dessa diminuição deve-se a redução do número de óbitos de crianças até 27 dias de vida (gráfico 1).

Dos óbitos infantis registrados em Minas Gerais, em 2012, mais da metade deles (58%) tiveram como causa de morte doenças classificadas como “algumas afecções originadas no período perinatal”. Em seguida, destacam-se também as causas definidas por “mal formação congênitas, deformidades e anomalias”, com cerca de 24% - similarmente às médias brasileiras e do sudeste.

Ademais, como ocorre para outras dimensões da situação socioeconômica da população mineira, predomina também no caso da mortalidade infantil o problema das desigualdades inter e intrarregionais, mesmo em áreas desenvolvidas do estado, como a RMBH e o próprio município de Belo Horizonte.

Com relação à cobertura do SIM e do SINASC é inegável que o esforço empreendido nos últimos anos para melhoria da cobertura e qualidade dos registros em ambos os sistemas são observáveis.

No caso do SINASC, em MG a cobertura ampliou de 87,14% (Ripsa) em 1998 para 97,42% (SES/MG) em 2013. E ampliação da cobertura do SIM de 87,95% (MS) para 107,07% (SES/MG) em 2003 e 2013, respectivamente. .

Desde 2010 a SES/MG tem cumprido determinação do MS e mantido a proporção de óbitos com causas mal definidas abaixo de 10%, investigando óbitos e capacitando codificadores de causa básica de morte.

⁶⁹ A Organização Mundial de Saúde considera aceitável uma taxa inferior a dez óbitos por mil nascidos vivos.

Mortalidade por grupos de causas

Entre 2000 e 2012, o total de mortes em Minas Gerais aumentou em torno de 30%, crescimento mais próximo ao observado para o Brasil (aproximadamente 25%) do que para o Sudeste (cerca de 17%), de acordo com a tabela 1.

Tabela 1: Número de Mortes por Grupos de Causas - Minas Gerais, Sudeste e Brasil - 2000 e 2012

Grupos de Causas	MG 2000	MG 2012	SD 2000	SD20 12	BR 2000	BR 2012
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	4.755	5.444	21.338	22.8 48	44.387	49.504
Neoplasias (tumores)	11.76 3	19.916	64.701	92.6 96	120.41 5	191.53 3
Doenças do aparelho circulatório	28.79 8	33.449	138.07 8	156. 871	260.15 6	332.95 0
Doenças do aparelho respiratório	10.32 8	14.247	47.317	65.0 80	88.101	126.98 2
Causas externas de morbidade e mortalidade	8.181	14.177	58.097	55.2 29	116.24 0	149.95 5
Causas mal definidas (1)	13.66 4	10.637	44.681	33.4 00	134.91 5	74.239
Demais causas	18.58 8	27.079	86.480	115. 061	178.10 3	252.23 7
Total	96.07 7	124.94 9	460.69 2	541. 185	942.31 7	1.177.4 00

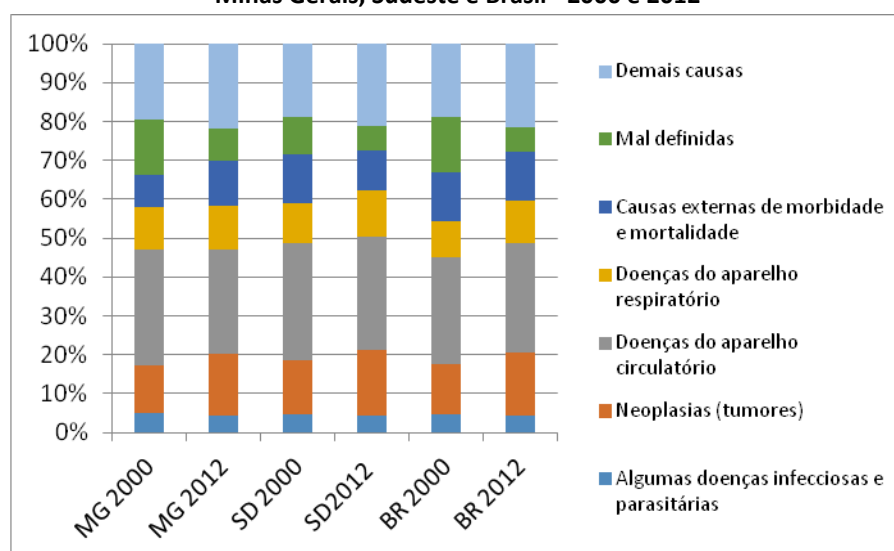
Fonte: www.datasus.saude.gov.br.

Nota: (1) Sinais, sintomas e achados anormais de exames clínicos e de laboratório não- classificados em outra parte

Em 2012, tanto em Minas Gerais, quanto no Sudeste e no Brasil, as duas causas mais frequentes de morte estão relacionadas às doenças do aparelho circulatório e às neoplasias, nesta ordem. As doenças do aparelho circulatório respondem por mais de um quarto das mortes, 26,77% em Minas Gerais e 28,99 % no Sudeste. As mortes por neoplasias representam 15,94% (Minas Gerais) e 17,13% (Sudeste), conforme Gráfico 2. Para Minas Gerais e o Sudeste, a terceira causa de morte mais frequente é relativa às doenças do aparelho respiratório, respectivamente, 11,40 e 12,03%, seguida pelas causas externas (11,35% e 10,21%) em 2012. No Brasil, a proporção das mortes por causas externas (12,74%) ultrapassou a das mortes por problemas respiratórios (10,78%).

É interessante notar que embora as doenças do aparelho circulatório sejam a principal causa de morte em Minas Gerais, a proporção das mortes por estas doenças apresentaram uma diminuição em torno de 3 pontos percentuais, passando de 29,97% em 2000 para 26,77% em 2012. Por outro lado, a proporção das neoplasias cresceu aproximadamente 4 pontos percentuais, passando de 12,24% para 15,94% (Gráfico 2). Quanto às causas externas, vale ressaltar que em Minas Gerais, a proporção de mortes aumentou de 8,52% para 11,35%, enquanto no Sudeste e no Brasil a mesma proporção diminuiu ou se manteve praticamente constante. A proporção das mortes por causas mal definidas vem apresentando diminuição em Minas Gerais, no Sudeste e no Brasil. Em Minas Gerais, esta proporção diminuiu de 14,22% para 8,5%, queda próxima àquela observada para o Brasil no mesmo período (de 14,32 para 6,31%).

Gráfico 2: Mortalidade Proporcional por Grupos de Causas
Minas Gerais, Sudeste e Brasil - 2000 e 2012



Fonte: www.datasus.saude.gov.br.

Outro resultado interessante diz respeito à mortalidade proporcional por grupo de causas e por faixa etária (Tabelas 1,2 e 3 em anexo). Em 2012, para as quatro causas de mortes mais frequentes em Minas Gerais (doenças do aparelho circulatório, neoplasias, doenças do aparelho respiratório e causas externas), e com resultados análogos para a região Sudeste e o Brasil, a maioria dos casos de morte se concentraram na faixa etária dos maiores ou iguais a 60 anos para as três primeiras causas mencionadas acima. No caso das causas externas de morte, as maiores proporções estão concentradas nas faixas etárias de 30 a 59 e de 15 a 29 anos sendo os acidentes de transporte e as agressões responsáveis por aproximadamente 55% dos óbitos.

MORBIDADE EM MINAS GERAIS

A morbidade diz respeito ao estado de saúde dos indivíduos e pode ser avaliada a partir de vários indicadores, como os de carga de doença que medem anos de vida perdidos por incapacidade, indicadores de auto-avaliação do estado de saúde, e proporção de internações hospitalares segundo grupo de causas.

Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT)

As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) são constituídas por um grupo que se caracterizam por ter uma etiologia incerta, com múltiplos fatores de risco, longos períodos de latência, curso prolongado e permanente, origem não infecciosa e por estarem associadas a deficiências e incapacidades funcionais. Os seus fatores de risco podem ser classificados como “não modificáveis” (sexo, idade e herança genética) e os “modificáveis” ou “comportamentais” (tabagismo, alimentação inadequada, inatividade física, consumo excessivo de álcool e de outras drogas).

Os fatores de risco comportamentais são potencializados pelos fatores condicionantes socioeconômicos, culturais e ambientais (LESSA, 1998; MS, 2006). A Organização Mundial de Saúde (OMS) reafirma a carga desses fatores de risco como causa de óbitos e acrescenta aos já mencionados acima a obesidade, as dislipidemias (determinadas, principalmente, pelo consumo excessivo de gorduras de origem animal), a ingestão insuficiente de frutas e hortaliças (OMS, 2002 apud BRASIL, 2007). As doenças Crônicas em Minas Gerais são responsáveis por liderarem as causas de morbimortalidade, segundo o Estudo de Carga de Doenças (FIOCRUZ, 2005), foi o grupo que mais colaboram para a morte prematura (66%) e contribuíram 76% dos anos perdidos ajustados por incapacidade. Em 2010, ocorreram 120.803 óbitos, as principais DCNT (neoplasias, doenças do aparelho circulatório, diabetes mellitus, doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), insuficiência renal crônica, doenças relacionadas ao consumo de álcool) foram responsáveis por mais da metade do total de óbitos ocorridos no estado em 2010 (52%).

Quanto aos fatores de risco, observamos que a alimentação adequada e o estímulo a atividade física regular são fatores primordiais no contexto das DCNT e que estão totalmente inseridos no processo de promoção e proteção da saúde da população com a qualidade de vida. Em 2014, no Estado de Minas Gerais, apresentou-se 33,68% sobrepeso e 25,01% de obesidade entre a população adulta atendida pelas Unidades de Saúde da Família (Fonte de dados SISVAN-Web). Em relação ao Consumo Alimentar, segundo VIGITEL 2013 (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônica), verifica-se que o consumo de frutas e hortaliças tem aumentado de 2008 para a última pesquisa (2013), mas apenas 30% dos adultos que moram em Belo Horizonte possuem o consumo considerado como o ideal (5 ou mais porções por dia, 5 vezes na semana). Além disso, 23,3% assumem o consumo de refrigerantes, 31% de carne com excesso de gorduras e 53,5% consomem leite com teor integral de gorduras.

O percentual de pessoas que praticam atividades físicas durante o tempo livre passou de 30,3% para 33,8% nos últimos cinco anos (Vigitel 2013). Isso representa um crescimento de 11% no número de pessoas que no tempo livre praticam exercícios. Em Belo Horizonte, esse percentual é de 35,9% dos adultos acima de 18 anos realizando atividade física durante o tempo livre. Destacando para essa pesquisa que 15,3% dos adultos (acima de 18 anos) relataram ser inativos fisicamente e 24,2% dos pesquisados assistirem 3 ou mais horas diárias de TV em Belo Horizonte.

Carga de doença

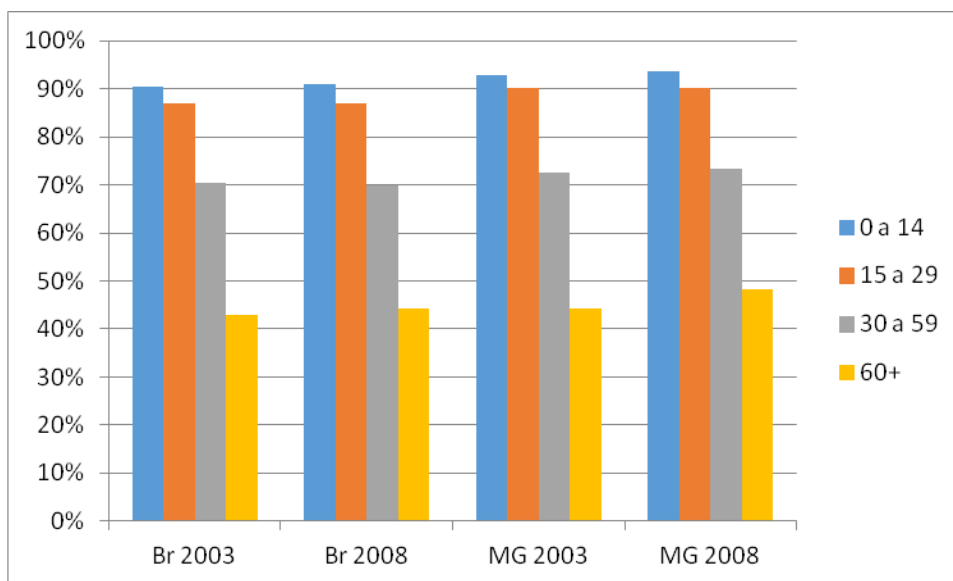
A carga de doença, calculada pela soma dos anos de vida perdidos por morte prematura com os anos de vida perdidos por incapacidade, vem sendo utilizada para espelhar as condições de saúde da população sobrevivente.

Os grandes grupos I (das doenças não transmissíveis), II (das doenças transmissíveis, condições maternas, perinatais e deficiências nutricionais), e III (das causas externas) representaram, respectivamente, 76,3%, 14,9% e 8,8%, da carga total de doença estimada para Minas Gerais, em 2005 (Fiocruz, 2011).

Auto-avaliação do estado de saúde

A auto-avaliação do estado de saúde é um indicador da percepção da população sobre o seu estado de saúde, constituindo-se, desta forma, em um critério subjetivo de avaliação da morbidade. De acordo com o Gráfico 3, em 2008, cerca de 73% da população de 30 a 59 anos de idade em Minas Gerais considera sua saúde boa ou muito boa. Entre a população de 60 anos ou mais, este percentual foi equivalente a 48%. Entre os mais jovens, de 15 a 29 anos, chegou a atingir 90%. De 2003 a 2008, estes valores praticamente não variaram, em Minas Gerais, com exceção da faixa etária 60 ou mais anos, onde este percentual passou de 44%, em 2003, para 48%, em 2008. Comparando os dados entre o Brasil e Minas Gerais em 2008, as variações foram pequenas, num intervalo de 3 a 4 pontos percentuais.

Gráfico 3: Percentual da População por Faixa Etária que percebe o seu Estado de Saúde como Bom ou Muito Bom- Minas Gerais e Brasil – 2003 e 2008



Fonte: PNAD 2003 e 2008

Comparando os resultados obtidos entre os estados da região Sudeste, em 2008, pode-se dizer que Minas Gerais apresenta os valores mais próximos de um percentual médio por faixa etária, estando, em geral, acima dos percentuais observados no Espírito Santo e, ligeiramente, abaixo daqueles referentes ao Rio de Janeiro e a São Paulo (Gráfico 4).

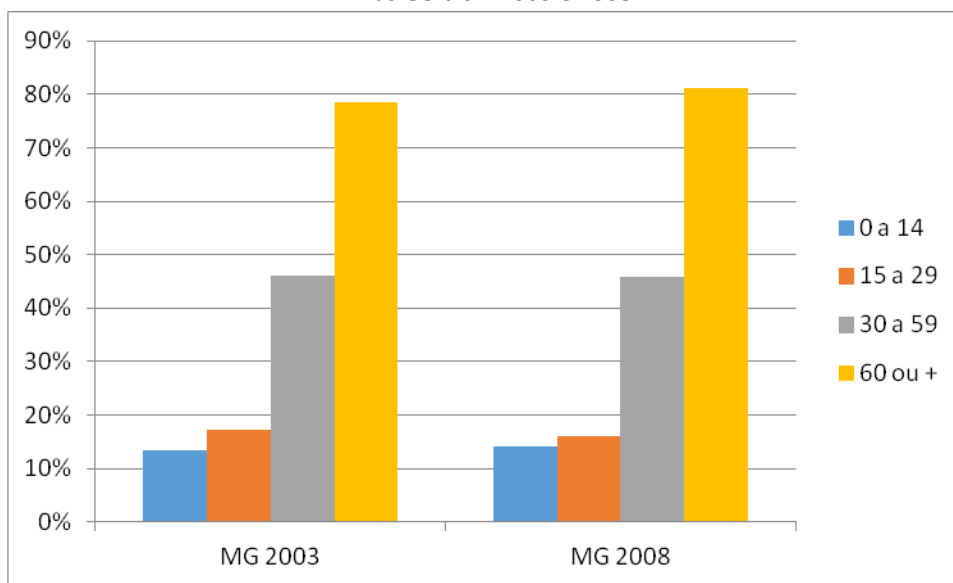
Gráfico 4: Percentual da População por Faixa Etária que percebe o seu Estado de Saúde como Bom ou Muito Bom- Estados da Região Sudeste – 2008



Fonte: PNAD 2008

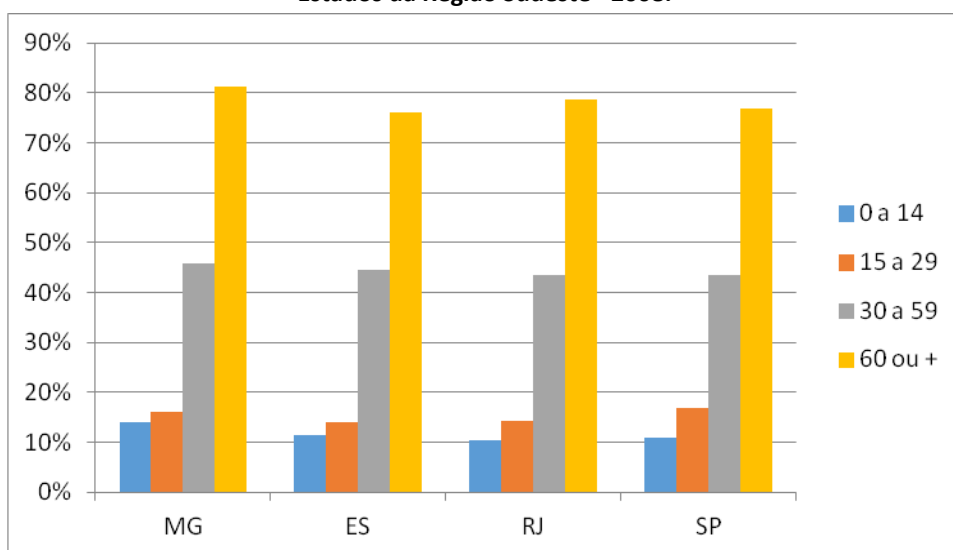
Quanto à prevalência de uma ou mais doenças crônicas, observou-se que houve, em Minas Gerais, uma tendência de aumento de forma significativa com o avanço da idade, conforme mostra o Gráfico 5, em 2003 e 2008. Na faixa etária de 30 a 59 anos, aproximadamente metade (46%) da população reportou alguma doença crônica. Na faixa etária de 60 ou mais anos, este percentual ficou em torno de 80%. Esses resultados mostram que as doenças crônico-degenerativas são uma importante causa de adoecimento, especialmente nas faixas etárias mais avançadas, cuja participação vem aumentando rapidamente na população do estado.

**Gráfico 5: Proporção da população que declarou ter uma ou mais doenças crônicas
Minas Gerais – 2003 e 2008.**



Fonte: PNAD 2003 e 2008

**Gráfico 6: Proporção da população que declarou ter uma ou mais doenças crônicas
Estados da Região Sudeste– 2008.**



Fonte: PNAD 2008

Quando se comparam os resultados dos estados da Região Sudeste em 2008, vale ressaltar que as maiores proporções da população por faixa etária que declararam sofrer de uma ou mais doenças crônicas se encontram em Minas Gerais em todas as faixas etárias, com exceção de 15 a 29 anos (Gráfico 6), ainda que as variações entre as proporções tenham apresentado menor significância.

Internações hospitalares por grupo de causas

A distribuição das internações por causas reflete o perfil da demanda hospitalar atendida, constituindo assim, uma *proxy* de morbidade hospitalar. Na análise desse indicador deve-se considerar, ainda, que a utilização de serviços médicos depende da estrutura demográfica da população além de refletir a distribuição da oferta de serviços médicos.

Em 2000, as causas mais frequentes de internações hospitalares em Minas Gerais foram aquelas relacionadas às doenças do aparelho respiratório (15,57%), seguidas das doenças do aparelho circulatório (13,06%) e das causas externas (6,23%). Em 2013, apesar das causas mais frequentes de internações hospitalares serem as mesmas: doenças do aparelho circulatório (13,08%), aparelho respiratório (11,33%) e causas externas (10,26), vale destacar o crescimento das causas externas em aproximadamente 4 pontos percentuais (Tabela 2 e Gráfico 7).

Entre 2000 e 2013, outro aumento considerável foi verificado nas internações hospitalares por neoplasias cuja proporção passou de 2,83% em 2000 para 6,73% em 2013. Por outro lado, houve uma diminuição das internações hospitalares relacionadas às doenças do aparelho respiratório de 15,57% em 2000 para 11,33% em 2013, embora esta causa de internação tenha se mantido como uma das mais frequentes no período (Tabela 2 e Gráfico 7).

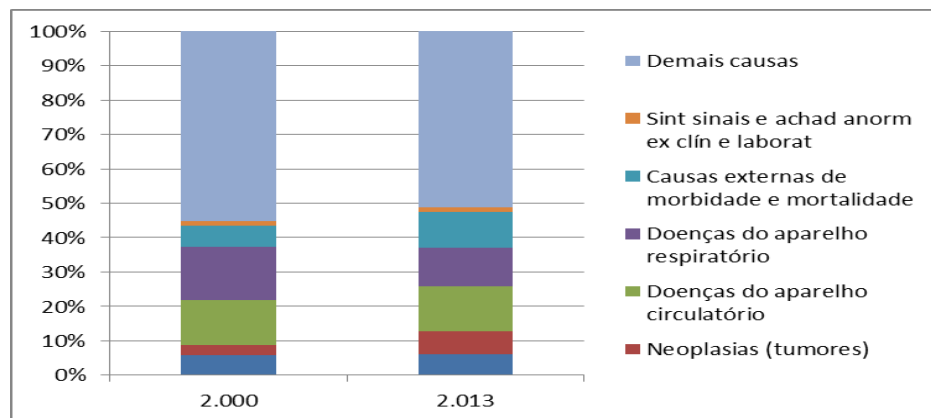
Tabela 2: Internações Hospitalares por Grupos de Causas
 Minas Gerais - 2000 e 2013

Grupos de Causas	2000		2013	
	Número	Proporção	Número	Proporção
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	73.163	5,85	71.741	6,03
Neoplasias (tumores)	35.386	2,83	80.133	6,73
Doenças do aparelho circulatório	163.208	13,06	155.633	13,08
Doenças do aparelho respiratório	194.658	15,57	134.838	11,33
Causas externas de morbidade e mortalidade	77.905	6,23	122.091	10,26
Causas mal definidas (1)	16.288	1,30	14.954	1,26
Demais causas	689.417	55,15	610.621	51,31
Total	1.250.025	100,00	1.190.011	100,00

Fonte: www.datasus.saude.gov.br.

Nota: (1) Sinais, sintomas e achados anormais de exames clínicos e de laboratório não-classificados em outra parte.

**Gráfico 7: Proporção de Internações Hospitalares por Grupos de Causas
Minas Gerais- 2000 e 2013**



Fonte: www.datasus.saude.gov.br

A OFERTA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

A Atenção Primária à Saúde (APS), comumente denominada em nosso país Atenção Básica, deve ser a porta de entrada preferencial do sistema de saúde e local do cuidado contínuo e integral ao indivíduo no contexto da família e da comunidade. Trata-se de uma estratégia para organizar os Sistemas de Saúde, visando o acesso universal e sua maior efetividade. No Brasil, a expansão da APS vem ocorrendo por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF) desde sua implantação em 1994. Investigações têm mostrado que a qualificação da APS é efetiva para reduzir a mortalidade infantil, as hospitalizações por condições sensíveis à APS e as iniquidades na utilização dos serviços (TURCI, 2015).

A Política Nacional da Atenção Básica (PNAB) é responsável pelas diretrizes nacionais para a APS no país. É a PNAB que aponta diretrizes para o processo de trabalho como o acolhimento e o vínculo, bem como a necessidade de integração da APS à rede de serviços, sendo aquela a coordenadora do cuidado. Novos dispositivos são inseridos na na APS como os Consultórios na Rua, Equipes de Atenção Domiciliar, Academias da Saúde, e são potencializados os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF). Dessa forma, percebe-se que, mesmo com a importância da ESF na APS, a integralidade desse ponto do cuidado é ampliada com os novos dispositivos.

Além disso, em 2013 o Governo Federal deu início ao Programa Mais Médicos, que visou levar médicos para regiões onde havia escassez e ausência de profissionais, a expansão do número de vagas de medicina e de residência médica e o aprimoramento da formação médica no Brasil.

Essas ações, em conjunto com as iniciativas da Secretaria de Estado da Saúde, que podem ser consideradas modestas, levaram ao cenário de oferta de Atenção Primária que será descrito abaixo:

Estratégia Saúde da Família (ESF)

À época da criação do ESF – que é considerada a principal estratégia para a organização da atenção primária- acreditava-se que a mudança no modelo assistencial vigente, centrado na doença e no cuidado médico individualizado, realizado principalmente no hospital, deveria se dar para um sistema de atenção, focado na prevenção e no acompanhamento da população (ANDRADE et al., 2013). Atualmente trabalha-se com um conceito mais ampliado, de que a ESF deve prover o cuidado, de forma articulada com os demais dispositivos da APS, de forma a desempenhar os seus atributos no sistema de saúde: o acesso, o primeiro contato, a longitudinalidade, a integralidade e a coordenação.

O enfoque familiar, a orientação comunitária e a competência cultural são considerados atributos derivados. Essas características combinadas são exclusivas da APS (STARFIELD, 2002). A cobertura da população do estado nessa estratégia tem tido um crescimento modesto nos últimos anos, até porque já atingiu um patamar alto (88% em 2013), superior à cobertura nacional que é hoje cerca de 62% (MACINKO, 2015).

A SES-MG implantou o Programa Saúde em Casa em 2005 que foi o co-financiamento da Atenção Básica por meio de repasse periódico de recursos financeiros aos municípios mineiros, baseado em critérios sócio-econômicos e cumprimento indicadores de saúde, com os valores por equipe distribuídos conforme Quadro abaixo.

Quadro 1 – Relação entre valor de alocação* e valor pago por equipe, por fator.

Fator de Alocação	Valor do Fator de Alocação
4	R\$ 2.660,00
3	R\$ 2.125,00
2	R\$ 1.700,00
1	R\$ 1.360,00

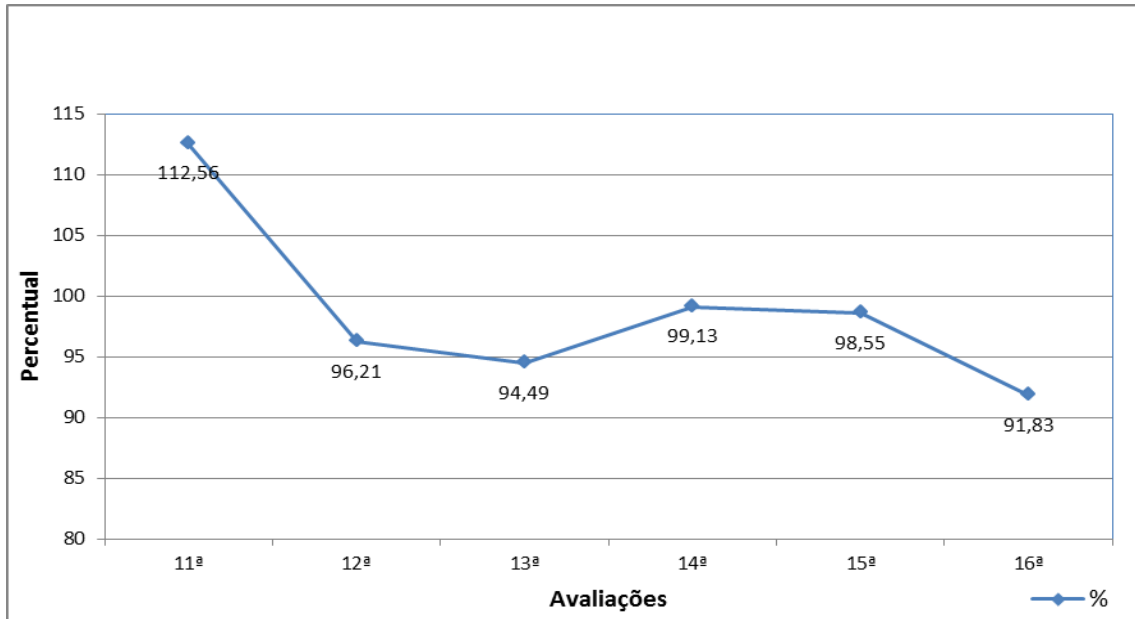
Fonte: Resolução SES/MG Nº 4.215, de 18 de fevereiro de 2014

*50% do total do valor de alocação é fixo e 50% do total do valor de alocação é variável, calculado de acordo com o desempenho nos indicadores pactuados.

Após quase 10 anos de implantação, não é possível avaliar o impacto desse programa isoladamente às políticas implementadas pelo Ministério da Saúde. É fato que a cobertura por ESF passou de pouco mais de metade da população mineira para 88% mas não é possível atribuir esse incremento ao Programa Saúde em Casa. Até porque, o co-financiamento estadual ainda representa um valor irrisório se comparado ao apoio dado pelo Ministério da Saúde, cujo repasse para custear uma equipe de saúde da família é hoje de R\$ 17.000,00.

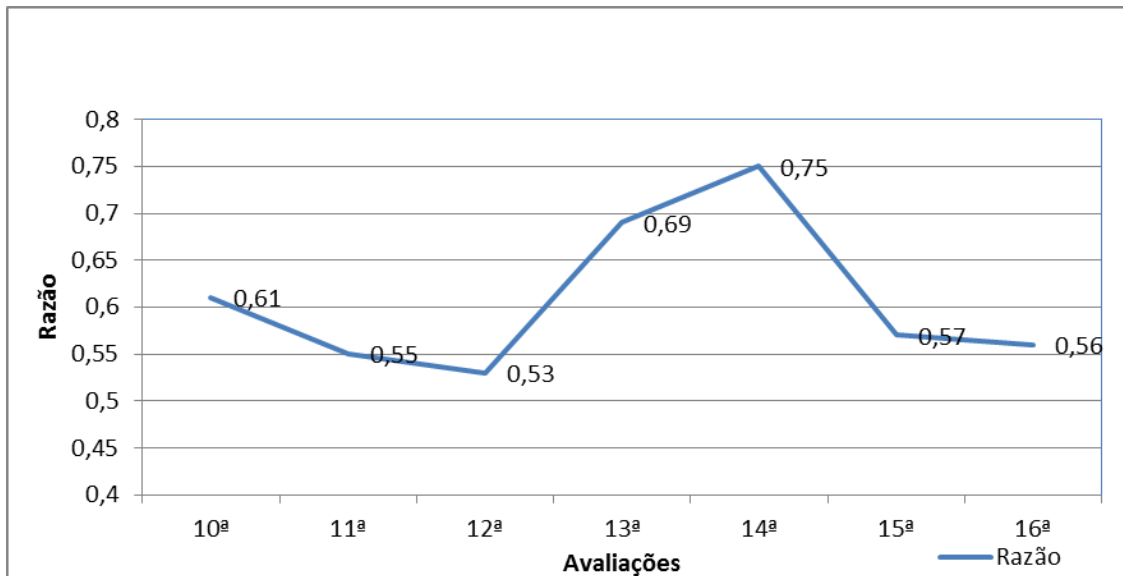
Outro agravante é que o acompanhamento de alguns indicadores pelo programa não parece ter surtido grande efeito nos seus resultados, indicando que eles estão sujeitos a outros fatores que não ao Programa propriamente dito.

Gráfico 8 – Cobertura vacinal com vacina pentavalente em crianças menores de 1 ano de idade



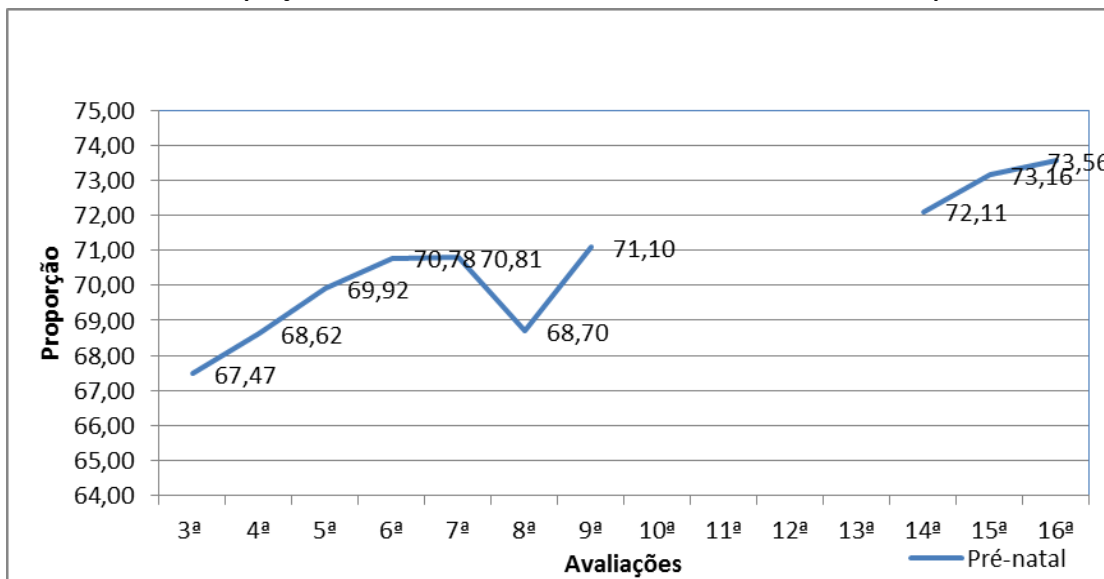
Fonte: SVPS/Superintendência de Vigilância Epidemiológica da SES/MG

Gráfico 9 – Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos



Fonte: SVPS/Superintendência de Vigilância Epidemiológica da SES/MG

Gráfico 10 – Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal



Fonte: SVPS/Superintendência de Vigilância Epidemiológica da SES/MG

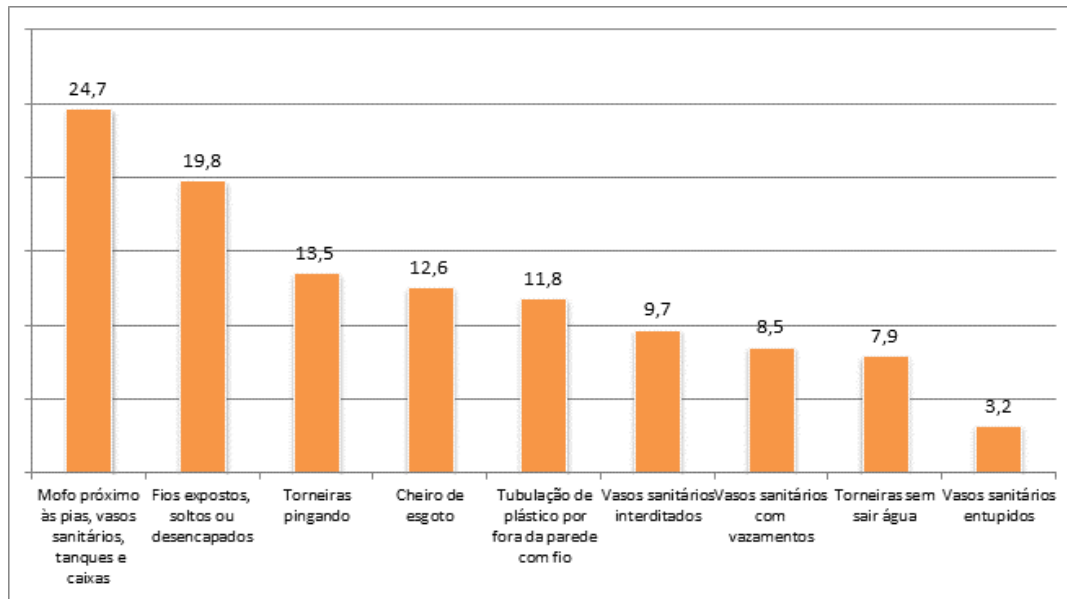
Dessa forma, o movimento no sentido da universalização da cobertura da atenção básica dentro dos princípios do acesso, da coordenação, da integralidade e da resolutividade, deve vir acompanhada não somente do aumento do número de equipes de saúde da família, mas da redução do número de famílias por equipe e da ampliação do co-financiamento estadual.

A situação do acesso à saúde bucal é ainda mais crítica. Até o fim de 2014, apenas 42% da população mineira contava com a cobertura de uma ESB.

Número de Unidades Básicas de Saúde (UBS), número de médicos e de Equipes de Saúde da Família

Em 2012, Minas Gerais contava 6.731 unidades básicas de saúde (UBS), 4.271 com ESF e 2.516 sem ESF. No 1º Ciclo do Programa de Melhoria da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB) foram visitadas todas essas unidades e os avaliadores encontraram a situação de estrutura que pode ser resumida no Gráfico abaixo.

Gráfico 11 – Infraestrutura e ambiência das Unidades Básicas de Saúde (%), PMAQ-AB, 2011.



Fonte: PMAQ-AB, 2011.

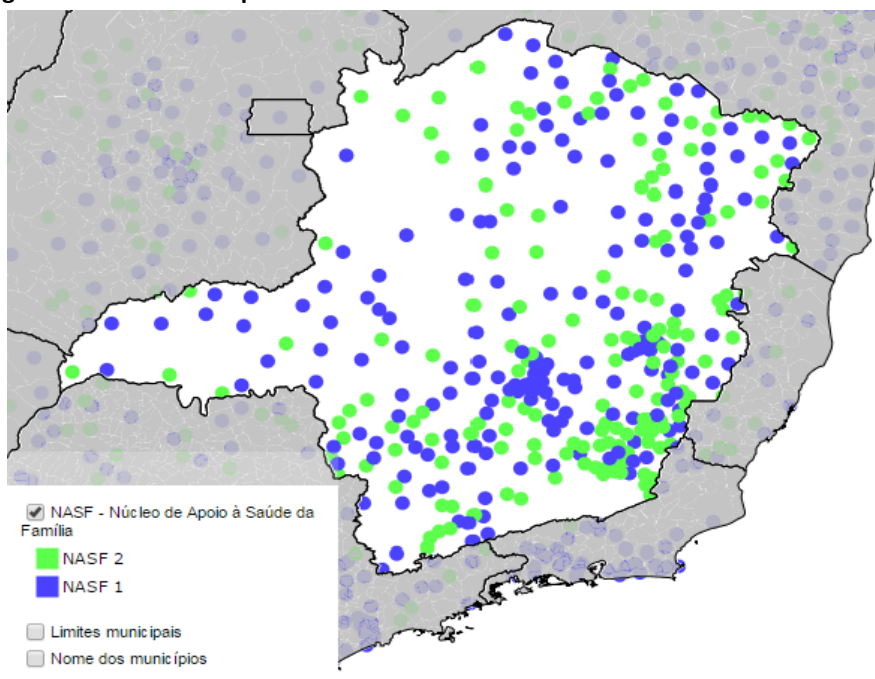
Depois de trabalhar com a concessão de recursos financeiros por meio de convênios e a complementação de recursos do Governo Federal para obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), a SES inicia um programa de concessão de incentivos financeiros para a construção de UBS. Dessa forma, em 2012 e 2013, houve a publicação de recursos e a liberação da 1ª parcela para a construção 177 novas UBS. Já em 2014 não houve novo edital, mas a SES celebrou 160 convênios para a construção de novas UBS. Ainda assim, a necessidade de investimentos na estrutura existente persiste.

Minas Gerais tem hoje 4.989 equipes de saúde da família em funcionamento em seu território. Levando-se em conta o cálculo de cobertura utilizado pelo Ministério da Saúde, hoje temos uma cobertura de 88% de ESF no Estado. Mas se formos utilizar o teto de Equipes que o Ministério permite que cada município implante, e com isso cheguem a uma cobertura de 1 ESF para cada 2.000 habitantes, que é o que propicia que a ESF exerça todos seus atributos dentro da rede, seria necessário ter em funcionamento em Minas Gerais para a mesma cobertura de 88%, 8.736 ESF, ou seja, quase o dobro das existentes hoje.

Em setembro de 2013 começaram a chegar no estado de Minas Gerais os primeiros médicos do Programa Mais Médicos. Não restam dúvidas que esses foram responsáveis pela manutenção do patamar da cobertura naquele ano, pois perfizeram um total de 1033 até o fim de 2014. Ou seja, 20% do contingente de médicos das equipes de saúde da família.

Estão em funcionamento 484 Núcleos de Apoio à Saúde da Família, perfazendo em média, 10 NASF por ESF (Figura 1). Esse número demonstra que a expansão dos NASF no estado deve se dar apenas para corrigir distorções de distribuição e o maior investimento deve ser feito no entendimento do processo de trabalho das equipes e na sua qualificação.

Figura 1 – Núcleos de Apoio à Saúde da Família em Funcionamento em Minas Gerais



Fonte: Sala de Apoio à Gestão Estratégica - Ministério da Saúde. Disponível em <http://189.28.128.178/sage/>

Proporção de nascidos vivos cujas mães fizeram no mínimo sete consultas de pré-natal

Esse indicador compõe o rol daqueles pactuados pelas três esferas de governo com vistas a favorecer a organização da Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil. Portanto, além de permitir discriminar os municípios/regiões do estado no que diz respeito a um aspecto importante da assistência primária à saúde, o seu cumprimento expressa a responsabilidade compartilhada das esferas de governo. Em 2012, na metade dos municípios do estado, pelo menos 73,47% das mães de nascidos vivos realizaram sete ou mais consultas de pré-natal (tabela 4, em anexo). Constatou-se que houve uma evolução favorável dado que, em 2003, esse percentual era de 47,37%. Em que pese tal fato, uma parcela significativa de mulheres ainda não realiza o número de consultas preconizado, sendo que esse percentual é maior entre as mães de 10 a 19 anos. Em 2012, 29,4% das adolescentes grávidas do estado realizaram de 04 a 06 consultas e 8,1% realizaram de 0 a 03 consultas. Esses percentuais entre as mulheres adultas foram de 20,3% e 5,3 %, respectivamente (Datasus, 2015).

Internações por condições sensíveis à Atenção Primária

As internações por condições sensíveis à atenção primária (ICSAP) representam um indicador da atenção hospitalar capaz de medir a efetividade da atenção primária em saúde. Elas representam um conjunto de problemas de saúde para os quais uma efetiva ação na atenção primária em saúde diminuiria o risco de internações. Nessas atividades estão incluídas a prevenção de doenças, o diagnóstico e tratamento precoce de patologias agudas e o controle e acompanhamento de patologias crônicas. É um indicador importante porque pode indicar problemas de acesso dos usuários aos serviços de saúde (geográfico, organizacionais, financeiros, culturais etc.), baixa eficiência/ qualidade do atendimento ambulatorial (gestão de doenças crônicas), propicia a avaliação de políticas de saúde e o desempenho geral ou efetividade do sistema de atenção ambulatorial. (ALFRADIQUE, 2009).

A proporção de ICSAP em relação ao total de internações é uma forma de olhar esse indicador e no nosso estado há uma leve tendência de queda dessas internações em relação às demais (Tabela). Ainda assim, é um dado preocupante visto que o estudo citado acima mostra que as ICSAP representavam ainda em 2006, 28% das internações em relação ao total.

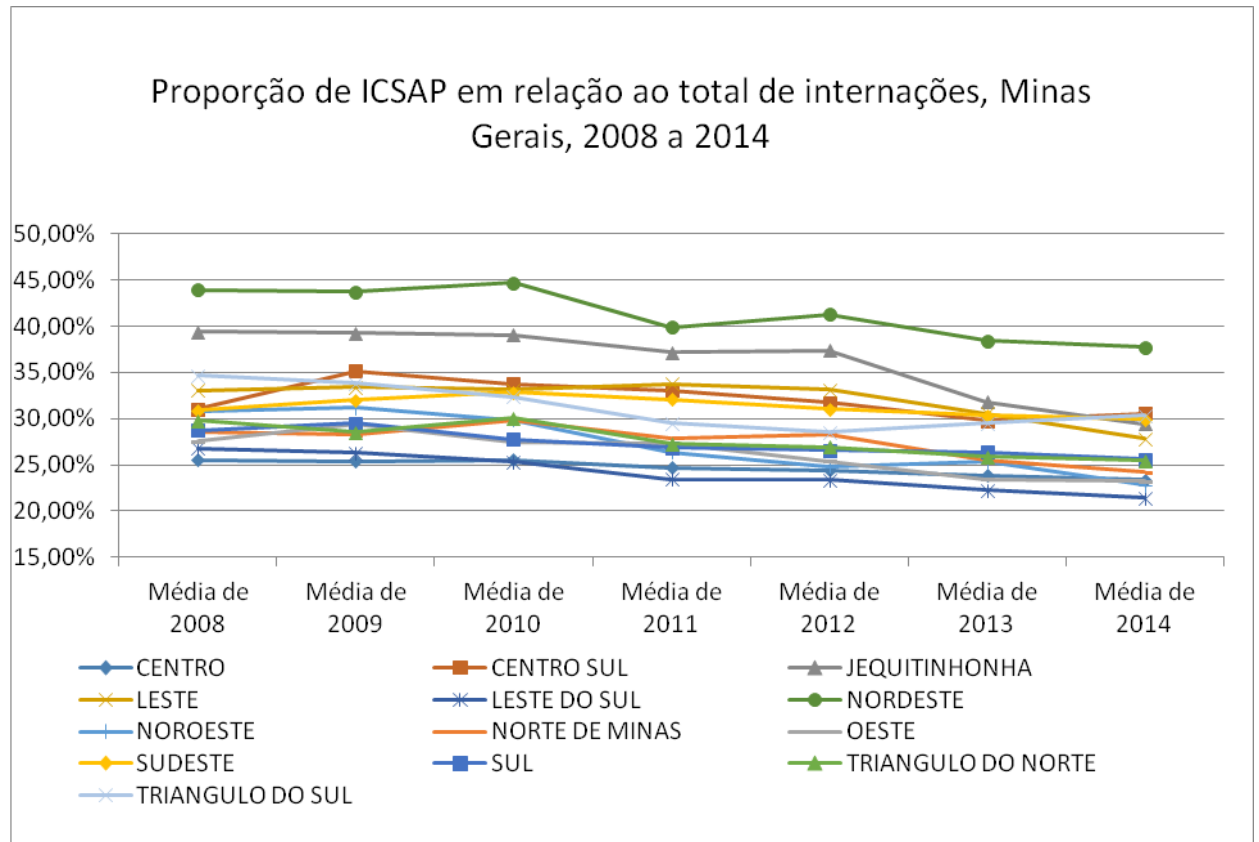
Tabela 3 - Proporção de ICSAP em relação ao total de internações, Minas Gerais, 2008 a 2014

ANO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
MINAS GERAIS	30,6	31,1	30,8	29,4	29,0	27,6	26,7
	2%	4%	0%	6%	3%	5%	5%

Fonte: dados retirados em 2015 do Tabwin, Ministério da Saúde.

Quando avaliadas as macroregiões do estado, pode-se perceber que as variações regionais são enormes. Elas revelam, além das diferenças de organização da atenção básica e das redes assistenciais, uma característica bastante marcante do nosso estado que é a influência da presença dos Hospitais de Pequeno Porte. Esses, por realizarem internações de baixa complexidade, são, por natureza, realizadores de ICSAP. Na região Nordeste, por exemplo, as ICSAP foram quase a metade das internações realizadas no seu território. Em tempos de recursos escassos, essa é uma situação que precisa ser enfrentada.

Gráfico 12 – Proporção de ICSAP em relação ao total de internações, Minas Gerais, 2008 a 2014



Fonte: dados retirados em 2015 do Tabwin, Ministério da Saúde.

OFERTA DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA

A Atenção Secundária à Saúde (ASS) constitui-se como parte importante de uma Rede de Atenção à Saúde (RAS), caracterizando-se por componentes da rede que respondem por ações e serviços de saúde de “densidade tecnológica intermediária”. Identificada como um dos três níveis de atenção à saúde, distingue-se por “ações e serviços que visam a atender aos principais problemas de saúde e agravos da população, cuja prática clínica demande disponibilidade de profissionais especializados e o uso de recursos tecnológicos de apoio diagnóstico e terapêutico”.

A Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES) define as ações de “atenção ambulatorial especializada” da seguinte forma: “Compreende os cuidados ou tratamentos que extrapolam a capacidade de resolução dos serviços de atenção primária; que são referenciados ou encaminhados pelas portas de entrada do sistema e são prestados a indivíduos e/ou grupos.”.

Nota-se nas descrições acima uma observação a respeito do papel fundamental da Atenção Secundária: constituir-se referência para as portas de entrada do Sistema de Saúde, em especial para a Atenção Primária, apoiando na resolução das necessidades de saúde da população, evitando maiores agravamentos e contribuindo, com ações e serviços de densidade tecnológica intermediária, para que o sistema de saúde garanta a resposta às necessidades de saúde da população.

O papel e a função da ASS constituem-se como um grande desafio para os gestores de saúde que são os responsáveis pela estruturação destes serviços de saúde, que devem ser planejados com acessibilidade às equipes de Atenção Básica e organizados de acordo com a necessidade de saúde da população.

O Ministério da Saúde, em um estudo realizado nos anos de 2001 e 2002 com foco na implementação do programa de Saúde da Família, identifica o problema da organização dos serviços de referência secundária e faz a seguinte conclusão: “Os resultados demonstraram que o apoio diagnóstico e a referência para atenção especializada ainda foram insuficientes para garantir a resolubilidade e a continuidade da atenção às populações assistidas pelo Programa Saúde da Família. A falta de equidade no acesso entre estados e regiões reitera a situação já conhecida da oferta desordenada dos serviços de maior complexidade e aponta para a necessidade de estruturação da rede do SUS, implementando o controle e a regulação do sistema”.

Essas observações, ainda atuais, mostram porque é fundamental que a Secretaria de Estado de Minas Gerais exerça seu papel gestor no SUS e organize, em parceria com os municípios, esse importante nível de atenção.

A atenção secundária à saúde é, na atualidade, um grande desafio para os atuais gestores. Apesar de todos os avanços tecnológicos na oferta de exames, cada vez mais sofisticados, ainda, não é possível afirmar quais foram os ganhos desses avanços para os usuários do Sistema Único de Saúde. No estado de Minas Gerais é possível perceber como algumas regiões de saúde possuem pontos de atenção secundária que funcionam como centros de atendimento a consultas especializadas, que estão completamente isoladas da rede de atenção primária e que, muitas vezes, não se comunicam, também, com a atenção terciária. Nos últimos anos tem crescido, no estado, o número desses centros de especialidades médicas que não conseguem atender a demanda, cada vez mais crescente, não pela carência de oferta em algumas especialidades e na baixa resolutividade das consultas ofertadas, mas sim, pela ausência de uma linha do cuidado que atenda o usuário para além da consulta com o especialista.

Historicamente a opção da SES/MG foi à estruturação de centros de referência em atenção secundária focados em patologias específicas. Esses centros não cumpriram seus objetivos, uma vez que foram estruturados para uma parcela pequena do estado e que operacionalmente ficaram, em grande parte, desconectados dos demais pontos da rede de atenção, em especial da Atenção Básica.

Oferta e Regulação de Leitos e Rede de Atenção Hospitalar

De acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES - (2014), em Minas Gerais existiam em torno de 42 mil leitos para internação em estabelecimentos de saúde. No Sudeste e no Brasil estes números eram, consecutivamente, cerca de 190 mil e aproximadamente 452 mil leitos (tabela 4). Do total de leitos em Minas Gerais no ano de 2014, em torno de 69% estavam disponíveis ao SUS, valor muito próximo ao correspondente para o Brasil (aproximadamente 70%), enquanto os demais estados do Sudeste apresentam percentuais inferiores que variavam de 61% (em São Paulo) a 60% (no Rio de Janeiro) (tabela 5, em anexo).

Tabela 4: Leitos para Internação em Estabelecimentos de Saúde, segundo os Estados da Região Sudeste do Brasil, 2014

Região	Disponibilidade ao SUS		Total
	Não	Sim	
Brasil	133.205	319.283	452.488
Sudeste	71.122	120.354	191.476
Minas Gerais	13.061	29.298	42.359
Espírito Santo	2.329	5.911	8.240
Rio de Janeiro	18.177	26.823	45.000
São Paulo	37.555	58.322	95.877

Fonte: TABNET - Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES

Quando se considera apenas o total de 29.298 leitos para internação disponíveis ao SUS em Minas Gerais em 2014 (Tabela 4 acima), em torno de 69% destes leitos são privados (Tabela 5). No Brasil, assim como na região Sudeste, estes percentuais são inferiores (consecutivamente, 47,82% e 53,76%) ao observado para Minas Gerais.

Tabela 5: Percentual de Leitos para Internação em Estabelecimentos de Saúde por Esfera Administrativa, segundo os Estados da Região Sudeste do Brasil, 2014.

Região	Disponibilidade ao SUS		Total
	Público	Privado	
Brasil	52,18	47,82	100
Sudeste	46,24	53,76	100
Minas Gerais	31,17	68,83	100
Espírito Santo	46,35	53,65	100
Rio de Janeiro	62,76	37,24	100
São Paulo	46,20	53,80	100

Fonte: TABNET - Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES

O número de leitos hospitalares por mil habitantes constitui um indicador clássico da capacidade instalada e da oferta de serviços em uma determinada região (MACHADO e MAIA, 2007). O valor observado para Minas Gerais em 2014 foi de 2,04 leitos por mil habitantes, inferior ao estabelecido pela portaria do Ministerial N°. 1.101/2002 (2,5 a 3 leitos para cada 1.000 habitantes) e aos observados para o Rio de Janeiro (2,73) e para São Paulo (2,18), conforme dados da tabela 5.

Considerando-se apenas os leitos disponíveis ao SUS, o número de leitos públicos por mil habitantes em Minas Gerais em 2014 foi de 0,44, valor inferior ao observado no Brasil (0,82) e nos demais estados da região sudeste que apresentaram indicadores variando de 0,61 (em São Paulo) a 1,02 (no Rio de Janeiro), conforme disposto na tabela 7.

Em relação aos leitos, observa-se em Minas Gerais o maior percentual de leitos privados da Região Sudeste, bem como do Brasil e os menores números de leitos por mil habitantes.

Tabela 6: Número de Leitos por mil habitantes para Internação em Estabelecimentos de Saúde, segundo os Estados da Região Sudeste do Brasil, 2014

Região	Disponibilidade ao SUS		Total
	Não	Sim	
Brasil	0,66	1,57	2,23
Sudeste	0,84	1,41	2,25
Minas Gerais	0,63	1,41	2,04
Espírito Santo	0,60	1,52	2,12
Rio de Janeiro	1,10	1,63	2,73
São Paulo	0,85	1,32	2,18

Fonte: TABNET - Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES

Tabela 7: Número de Leitos disponíveis ao SUS por mil habitantes para Internação em Estabelecimentos de Saúde por Esfera Administrativa, segundo os Estados da Região Sudeste do Brasil, 2014.

Região	Disponíveis ao SUS	
	Público	Privado
Brasil	0,82	0,66
Sudeste	0,65	0,76
Minas Gerais	0,44	0,97
Espírito Santo	0,71	0,82
Rio de Janeiro	1,02	0,61
São Paulo	0,61	0,71

Fonte: TABNET - Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES

Em 2014, a rede SUS de Minas Gerais dispunha de 511 hospitais e 30.497 leitos SUS. Desse total, 148 hospitais e 14.664 leitos SUS participavam do Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais do SUS-MG - Pro-Hosp Incentivo (ROCHWERGER, P, ANDRADE, A, 2014).

Predominam nessa rede os hospitais filantrópicos, que representavam 65% do total e respondiam por 63% das internações. Mais da metade dos gastos federais empregados para custeio das internações hospitalares, em 2008, se destinavam aos filantrópicos, que concentravam também 60% dos leitos SUS do estado.

Quanto ao porte, 80% dos hospitais possuíam menos de 100 leitos, sendo 27% com menos de 30 leitos, em 2008. Entre os hospitais do Pro-Hosp Incentivo, 55% tinham menos de 100 leitos, o que significa que a maioria ainda estava aquém do número de leitos desejável em termos de eficiência, que varia de 150 a 250 leitos.

Entre os diversos indicadores de desempenho hospitalar, a taxa de ocupação hospitalar pode subsidiar a definição de políticas de realocação de recursos entre as entidades hospitalares do estado.

Segundo La Forgia e Couttolenc (p. 84, 2009), “altas taxas de ocupação não significam necessariamente desempenho hospitalar superior nem maior eficiência. Os níveis de ocupação são sensíveis ao tempo médio de permanência o que pode refletir a qualidade do atendimento e da gestão clínica (...)”.

No entanto, uma taxa de ocupação muito elevada pode refletir sobreutilização dos hospitais, o que afeta negativamente a qualidade do atendimento. Conforme a Portaria Ministerial Nº 2.395 de 2011, a taxa de ocupação ótima é 85%.

Em 2014, a taxa de ocupação hospitalar dos hospitais de Minas Gerais foi de 59,8% e a dos hospitais do Pro-Hosp foi de 74,7% (ROCHWERGER, P, ANDRADE, A, 2014).

O panorama dos Hospitais do Estado de Minas Gerais vem sendo percebido, até então, como bastante aquém dos padrões esperados, visto que há pouca eficiência na prestação do serviço assistencial de saúde. Ademais, existe uma grande dificuldade por parte dos hospitais de obter informações sobre custos hospitalares o que dificulta o planejamento e gerenciamento efetivo dos serviços, o controle sobre recursos, o monitoramento e avaliação do desempenho dos hospitais (LA FORGIA E COUTTOLENC, 2009).

Alguns dos pontos mais relevantes que permeiam a realidade do Estado podem ser observados na relação a seguir:

Dos 529 hospitais mineiros, apenas 99 atendem em alta e média complexidade, o que corresponde a 18,71% do total;

Apenas 137 hospitais possuem leitos de UTI, o que corresponde a 25,9% do total;

Existe uma concentração de hospitais em áreas específicas de Minas Gerais, sendo que mais da metade das instituições (281) estão concentradas em Regiões Ampliadas de Saúde: Centro, Centro Sul, Sul, Sudeste. Nesses locais também é possível encontrar os hospitais de maior porte, sendo que os mesmos concentram 61% dos leitos do Estado;

Aproximadamente metade dos hospitais mineiros possuem taxa de referência menor ou igual a 15%, ou seja, das internações realizadas a ampla maioria é de cidadãos do próprio município, o que denota uma fragilidade da proposta de rede de assistência no Estado. A importância do indicador de taxa de referência para essas análises é perceptível, pois o mesmo demonstra a relação de internações de pacientes de municípios diferentes do de origem da instituição hospitalar abordada.

Considerando todos os dados apresentados, uma das frentes do Governo de Minas para reduzir o déficit de leitos clínicos e de CTI foi a implantação dos hospitais regionais.

O projeto de construção dos hospitais regionais, um empreendimento que começou a ser mais intensamente discutido e operacionalizado em 2007, propôs o investimento de cerca de 1 bilhão de reais na implementação de 2450 leitos hospitalares.

Estes hospitais foram planejados para atuarem como instituições de médio e grande porte, com no mínimo 100 leitos, ofertando 100% dos serviços ao SUS, constituídos por clínicas básicas em média e alta complexidade, com atendimento de Urgência e Emergência e possuindo leitos de UTI.

A previsão foi implantar 12 hospitais regionais, sendo 1 concluído e em funcionamento (Uberlândia – com abrangência municipal); 8 em construção (Conselheiro Lafaiete, Sete Lagoas, Juiz de Fora, Divinópolis, Além Paraíba, Governador Valadares, Teófilo Otoni e Uberaba) e 3 ainda não iniciados em Montes Claros (em licitação da obra), Novo Cruzeiro e Nanuque (em fase de finalização de projetos para posterior licitação).

Muitas dificuldades foram encontradas na execução das obras dado a forma inicial de contratação das mesmas. Inicialmente as obras foram executadas via convênio, onde a SES/MG repassou o recurso para as prefeituras elaborarem os projetos arquitetônicos e complementares, realizarem o processo licitatório e gerenciarem a obra até sua finalização. Ao longo das primeiras obras verificou-se que as prefeituras não possuíam estrutura para gerenciamento das obras devido a carência de equipe técnica especializada para monitoramento e execução de todas as etapas. Algumas obras tiveram interrupções de execução com abandono pela empresa executora. Assim, as obras iniciadas a partir de 2013 foram realizadas seguindo uma nova metodologia, todas as obras iniciadas a partir desse ano passaram a ser gerenciadas pelo Departamento de Obras Públicas de Minas Gerais (DEOP/MG), No entanto, a execução completa de todas as obras é um desafio para os gestores municipais e estadual.

Após a conclusão das obras, o novo desafio imposto será garantir a gestão, custeio, manutenção das instalações prediais e dos equipamentos médicos com aprimoramento das condições de funcionalidade, de eficácia, racionalidade, rendimento e produção, prevenção de desperdícios, de ociosidade, de acidentes, visando contribuir e possibilitar a auto-sustentação econômico-financeira dos hospitais.

Nesse sentido, em 2015 ocorreu a retomada do projeto com prevalência da lógica assistencial para o planejamento, implantação, acompanhamento e avaliação. Com a realização de um diagnóstico da situação de saúde da Região Ampliada de Saúde para orientar o projeto dos Hospitais Regionais discutindo o papel do hospital na rede e o perfil do hospital em si.

Rede FHEMIG

As Unidades Hospitalares da Rede FHEMIG foram encontradas em situação precária de infraestrutura física, com instalações sucateadas, em situações de obsolescência, improvisação e dificuldade de atualização espacial. Dentre outros motivos, isso se deve pela falta de planejamento adequado, pela forma de estruturação dos setores responsáveis pela gestão do planejamento e manutenção, além da escassez de recursos destinados a manutenção e reforma dos diversos hospitais da rede. Dois exemplos marcantes desta situação da precariedade da estrutura física constituem-se a Maternidade Odete Valadares e o Hospital Alberto Cavalcanti.

Ademais, as obras em andamento nos diversos hospitais da FHEMIG não possuem projetos arquitetônicos e complementares adequados, uma vez que foram, em sua maioria, elaborados de forma isolada, sem considerar a elaboração prévia de um Plano Diretor, em conformidade com a definição assistencial específica para cada um dos hospitais, que norteasse as diversas intervenções, causando enormes prejuízos ao seu fluxo operacional e à própria estrutura predial em si.

Com relação à Assistência propriamente dita, percebe-se um descompasso entre os indicadores acompanhados no acordo de resultados e a qualidade assistencial, encontrando-se unidades com alto índices de pacientes com úlceras de pressão, permanência prolongadas e baixa resolutividade de alguns serviços, além de um número muito grande de não conformidades de processos assistenciais apontados pela VISA, gerando inquéritos civis e atuações do ministério público.

A política de pessoal é centralizada e engessam as substituições automáticas, contratações temporárias para férias e afastamento. Além disso, foi encontrada uma situação grave e de possibilidade real e imediata de desassistência relacionada ao pagamento de plantões estratégicos. Esta forma de pagamento, criada para resolver um problema de substituição de plantões vagos nos hospitais, tornou-se um grande problema atual por utilizar a verba do incentivo às metas e resultados, correspondendo a mais de 40% do total da premiação destinada ao total dos trabalhadores (GIEFES). Como o rateio da premiação depende do valor restante, quanto maior o número de plantões estratégicos, menor é este rateio, gerando insatisfação dos demais trabalhadores.

Há grande dificuldade de articulação/integração entre as áreas tanto internas quanto externas ao sistema operacional de saúde e as informações não são sistematizadas, dificultando a sua disponibilização e publicização. Também foram encontrados inúmeros problemas operacionais na aquisição, armazenamento e distribuição de insumos. E, o que piora o quadro, é a baixa cobertura populacional alcançada em relação ao conjunto dos projetos, o que aumenta a iniquidade das ações pretendidas.

OFERTA DO SAMU EM MINAS

Para implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) nos Estados e municípios, é feito um diagnóstico da região atendida para estabelecer o serviço junto a toda a Rede de Urgência e Emergência. O Ministério da Saúde doa as ambulâncias e o financiamento é tripartite. Em Minas Gerais, no entanto, desde a criação do SAMU 192, as ambulâncias chegaram em apenas 4 regiões – Sudeste, Centro-Sul, Norte e Nordeste/Jequitinhonha e em 11 cidades com SAMU Municipais.

Isso significa que apenas 25,66% dos mineiros tinham acesso ao serviço Regional até o ano passado. Segundo dados do Ministério da Saúde, em agosto de 2014, Minas era o terceiro Estado com a menor cobertura do SAMU 192 no país, na frente apenas de Rondônia e Tocantins. Somado ao SAMU Municipal, Minas tinha 48% de cobertura populacional, enquanto Rondônia tinha 34% e Tocantins, 45%.

O Estado tem contrapartida tanto no SAMU Municipal quanto no Regional, sendo para este último um maior investimento, tendo em vista que a Regionalização deste componente é mais resolutivo e consegue dar cobertura a municípios que não conseguem manter uma Central de Regulação de Urgências. A contrapartida estadual para o SAMU Regional é, portanto de extrema importância para custear e manter o serviço nestes municípios. Sem o cofinanciamento do governo do Estado, poucos municípios conseguem implementar. Em Minas, 11 municípios têm SAMU municipal, o equivale a 1,99% dos municípios. Só o de Belo Horizonte atinge a capital, Nova Lima e Ribeirão das Neves.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS EM MINAS GERAIS

Em 2014, o quantitativo de medicamentos distribuídos equivaleu a cerca de 1.819.181.381 (um bilhão, oitocentos e dezenove milhões, cento e oitenta e um mil e trezentas e oitenta e uma unidades), correspondendo a 300.577.359,04 (trezentos milhões quinhentos e setenta e sete mil trezentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos).

Em que pese o quantitativo distribuído, ao longo dos últimos anos as deficiências técnicas e gerenciais, no que concerne a gestão da assistência farmacêutica, geraram dificuldades de garantir o abastecimento regular e contínuo de medicamentos essenciais para a população e tornou-se um dos pontos críticos das ações de saúde no Estado.

Diversos foram os parâmetros que demonstraram essa criticidade no âmbito da Secretaria Estadual de Saúde. Dentre eles, podemos destacar o desabastecimento de 165 itens de medicamento aos municípios e Regionais de Saúde em janeiro de 2015; ausência de licitações vigentes; atrasos na distribuição; modelo logístico excessivamente centralizado e de baixa eficiência com gastos anuais na ordem de R\$ 20 milhões; perdas por validade correspondendo a um volume de cerca de 7,9 milhões de unidades farmacêuticas, equivalendo a aproximadamente R\$ 14,8 milhões; ações altamente concentradas na aquisição e distribuição de medicamentos; pouco incentivo para ampliação do elenco do Componente Básico; além de estrutura precária nas farmácias regionais.

Com relação ao Programa de Estruturação Rede Farmácia de Minas, apesar de terem sido contemplados 97,5% do total de municípios, correspondendo a 1002 unidades, apenas 556 estão em funcionamento, equivalente a 55%. Isso demonstra que além dos impactos assistenciais negativos demonstrados acima, não houve avanços significativos com relação às propostas previstas para a política como um todo, especialmente no que diz respeito à prestação de serviços farmacêuticos ao paciente.

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

O processo crescente de judicialização da saúde e a morosidade na obtenção de orientações jurídicas adequadas estão aumentando a iniquidade do sistema e elevando demasiadamente os custos, além disso, o aumento da judicialização nos últimos anos pode ser considerado um indicador da baixa efetividade, qualidade, estrangulamento da assistência, e ainda, a necessidade de maiores investimentos financeiros em áreas específicas. A tabela abaixo revela o crescimento expressivo de gastos com a judicialização entre os anos de 2009 a 2013.

Tabela 8 - Execução Orçamentária da SES/MG em relação à Ação Sentenças Judiciais (2009 a 2013)			
Ano	Planejado	Executado (R\$)	Variação %
2009	39.382.572,00	34.454.995,81	87,5
2010	40.000.000,00	61.551.288,54	153,9
2011	40.000.000,00	93.893.236,88	234,7
2012	50.000.000,00	142.999.785,48	286
2013	145.000.000,00	291.703.262,63	201,17
Fonte: adaptado de Relatório Anual de Gestão SES/MG 2009 a 2013			

SISTEMAS REGIONAIS DE SAÚDE

O Estado faltou ao seu papel de coordenação e mediação dos sistemas regionais de saúde, de forma que possibilitasse a democratização do acesso e a garantia da equidade. A necessidade de um mesmo município às vezes ter que participar de vários consórcios para garantir o acesso de sua população à atenção especializada, demonstra a falta de uma política estadual consequente de atenção especializada, com o estabelecimento de centros especializados para atendimento regional, com regulação efetiva.

Mesmo os programas que foram implementados restringem-se a indicadores de processos, carecendo de monitoramento e avaliação dos seus resultados finalísticos.

Também deve ser destacada a situação de insuficiência e alta rotatividade da força de trabalho, resultante das inadequadas condições de trabalho e de salários, aliada a uma ausência de política de educação permanente e de democratização das relações, gerando impactos negativos diretos na implementação das políticas de saúde.

RECOMENDAÇÕES DE INTERVENÇÃO PÚBLICA ESTADUAL NA ÁREA DA SAÚDE

Na organização dos serviços de saúde é preciso considerar a presença de densidades tecnológicas que exigem base populacional suficiente para garantir eficiência. Se a atenção primária deve ser prestada o mais descentralizadamente possível, os níveis secundário e terciário organizam-se obedecendo aos princípios de disponibilidade de recursos e de economia de escala (MENDES, 1998). Nesse contexto, a regionalização da assistência - uma das diretrizes do SUS para garantir a integralidade da atenção - foi definida como de responsabilidade da esfera estadual de governo. Isso significa que cabe ao gestor estadual a responsabilidade pela organização, gestão e regulação da oferta de serviços e da gestão do trabalho que devem estar em sintonia com os níveis tecnológicos estabelecidos para cada espaço regional. Se a oferta deve ser organizada no espaço de modo a aumentar sua produtividade, a esfera estadual deve atuar de modo a enfrentar as desigualdades no acesso aos serviços de saúde entre e intra as diversas regiões do estado (ANDRADE, 2002). Vários são os espaços de atuação da esfera estadual.

Avançar na construção de redes resolutivas coordenadas pela atenção primária à saúde constitui um desafio importante para a esfera estadual. Isso porque, a despeito dos avanços, a assistência ainda é organizada de forma fragmentada e voltada principalmente para a intervenção nas condições agudas, quando a situação de saúde é caracterizada por forte predomínio relativo das condições crônicas (Mendes, 2012). O desafio que se coloca nessa etapa de implementação do SUS é, portanto, substituir o sistema fragmentado por redes de atenção à saúde (RAS).

Conhecer os avanços e os problemas da RAS em implementação no estado é fundamental para identificar possibilidades de correções de rumos e recomendações de modo a ampliar a efetividade da assistência prestada aos usuários. Nesse sentido, para que pontos de atenção de uma determinada Região Ampliada de Saúde se configurem como Redes Assistenciais de Saúde, é de suma importância que funcionem de forma articulada, independentemente de seu nível de complexidade e/ou densidade tecnológica, e ofertem serviços em número suficiente para garantir não só a cobertura a uma determinada população, mas também a resolutividade e a qualidade da assistência.

Dessa forma, é fundamental desenvolver uma análise crítica dos arranjos produtivos existentes nas Regiões Ampliadas de Saúde de maneira a identificar o funcionamento atual dos pontos de atenção que compõem o sistema de saúde regional, caracterizando seu papel e capacidade de atender as demandas e necessidades da população de referência, contribuindo na especificidade de sua atuação para a longitudinalidade e integralidade do cuidado.

Ainda que a atenção primária seja de responsabilidade dos municípios, cabe ao gestor estadual, apoiar os municípios na sua organização tendo em vista a importância desse nível de atenção tanto pela sua potencialidade em resolver até 80% da demanda que recebe quanto como porta de entrada do SUS. Mendes (2012) argumenta que, a despeito dos avanços, ainda prevalece um entendimento equivocado de que o atendimento na atenção básica é apenas um serviço de saúde marcado por atenção pontual e não uma estratégia organizadora dos fluxos de usuários e, portanto, norteadora do sistema de saúde. A complexidade da Atenção Primária não é reconhecida. Mudar essa visão se constitui um importante desafio que a esfera estadual deve buscar enfrentar. Para tanto, o gestor estadual deve apoiar os municípios no fortalecimento da atenção básica, pactuando uma carteira de serviços envolvendo os dispositivos existentes, conduzindo uma proposta de reorganização do processo de trabalho, promovendo uma atenção segura e de alta qualidade, inclusive elaborando modelagens inovadoras para atender as especificidades municipais para que os municípios melhorem a qualidade da atenção primária de modo que ela possa constituir-se como coordenadora da RAS.

Para garantir a coordenação do cuidado, é necessário promover a articulação com os outros pontos de atenção, estabelecendo fluxos e instrumentos de relação (prontuário eletrônico, protocolos clínicos, gestão da clínica e linhas de cuidado). Isso requer, entre outros aspectos, o aumento dos recursos destinados à atenção primária e incentivos que garantam a permanência de profissionais. Organizar uma atenção primária de qualidade é uma tarefa complexa e demanda um volume compatível com essa complexidade. Se a questão principal a ser enfrentada pela esfera estadual no tocante à atenção primária é a sua reorganização em outras bases, há ainda que se considerar que existem municípios e populações com determinadas vulnerabilidades que demandam a atenção especial da esfera estadual.

A compreensão do espaço a partir de uma dimensão social que sofre influência de fatores múltiplos permite a identificação das regiões menos favorecidas, com piores indicadores de saúde e maiores desigualdades no acesso aos serviços. Esse conhecimento traz consequências no planejamento das ações e na distribuição dos serviços de saúde. Assim, a SES/MG está avançando em análises, com identificação de vazios assistenciais e de baixa cobertura, que permitem maior equidade na distribuição de recursos.

Outro espaço de atuação para enfrentamento das desigualdades é o fortalecimento das políticas voltadas às populações vulneráveis no contexto da atenção primária e vigilância em saúde, tratando e/ou priorizando com a devida especificidade as populações indígena, quilombola, privada de liberdade, LGBT, povos tradicionais, do campo e floresta, cigana, negra, idosos e mães adolescentes, pessoas com transtorno mental e usuários de drogas, dentre outros.

De acordo com o IBGE, a participação da população do estado com mais de 60 anos passou de 9,1% em 2000 para 11,8%, em 2010. A demanda por serviços de saúde tende a ser crescente com a idade, e, como consequência, os gastos. Nesse contexto, investimentos na atenção primária podem tanto contribuir para o bem estar da população quanto para conter as pressões sobre o gasto hospitalar.

A gravidez na adolescência é mais frequente nos grupos sociais desfavorecidos e sua ocorrência acarreta, de modo geral, o agravamento das condições de vida, resultante de dificuldades de permanência na escola e conseqüente comprometimento do futuro profissional (GOLDENBERG et al., 2005). De acordo com o UNICEF, a gravidez na adolescência constitui um dos mais importantes fatores para a perpetuação de ciclos Intergeracionais de pobreza e exclusão. Ainda que em Minas a proporção de nascidos vivos de mães entre 10 e 19 anos tenha reduzido entre 2003 e 2012 e que a média do estado (16,30%) seja menor que a média do país (19,7%), o percentual ainda é considerado elevado quando comparado a outros países⁷⁰. Embora a gravidez precoce requeira atuação em múltiplas dimensões, cabe à saúde pública o reconhecimento de que se trata de problema que necessita de acompanhamento e avaliação.

Considerando a necessidade atual de ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em especial à atenção secundária à saúde, a SES está trabalhando para a implantação dos Centros de Especialidades Multiprofissionais (CEM) no âmbito das Regiões de Saúde. A proposta é que os CEM sejam unidades de saúde, de abrangência regional, que ofertarão atenção especializada ambulatorial, organizado por meio de diferentes modelagens organizacionais, de acordo com as linhas de cuidado e redes de atenção, ordenado pela Atenção Básica e com regulação do acesso. A implantação dos CEM irá considerar os conceitos de escala, no que se refere à economia e à qualidade do cuidado, sendo um ponto de atenção complementar e integrado aos demais pontos da rede, buscando assim contribuir para a garantia da resolutividade da atenção básica, bem como para a integralidade do cuidado.

Já em relação à rede hospitalar, existem três grandes frentes de ações estruturadoras da nova política de atenção hospitalar do Estado: o fomento aos hospitais de referência estadual, o desenvolvimento dos de pequeno porte para que sejam resolutivos na Rede, e a implantação dos regionais.

Partindo dessas concepções, pretende-se com a nova proposta, ressignificar o projeto dos Hospitais que compõe a rede estadual de assistência por meio da construção de uma nova racionalidade institucional, capaz de contribuir para a implantação e consolidação das Redes de Atenção à Saúde, através da utilização da metodologia do planejamento estratégico com a participação dos atores de nível regional e do nível local.

Amparada em princípios e valores cuja centralidade encontra-se no compromisso de atenção às necessidades da população de referência e em consonância com as diretrizes do Governo Pimentel 2015-2018, a SES/MG desenvolverá um papel indutor para fortalecimento do processo de regionalização a partir de incentivo ao protagonismo dos atores dos municípios e instâncias regionais. Além disso, defenderá o modelo assistencial multiprofissional, humanizado e centrado no usuário, a gestão democrática e participativa, a articulação entre assistência e gestão, a contratualização com os gestores e internamente com as equipes, a descentralização administrativo-gerencial, a avaliação de desempenho baseada em indicadores de produção e qualidade, a eficiência e auto sustentabilidade e o envolvimento com a comunidade.

⁷⁰ Mesmo considerando as diferenças nas estruturas populacionais, nos padrões e comportamentos reprodutivos, vale a pena destacar que a proporção de partos de adolescentes é de 0,9% na Holanda, de 2,3% em Israel, de 12,8% nos Estados Unidos e de 14,4% em Moçambique (GOLDENBERG et al., 2005)

No que se refere ao SAMU, a SES tem investido na construção, compra dos equipamentos e contratação de pessoal. Com isso, a cobertura agora atinge 488 dos 853 municípios mineiros, o equivalente a 57,20% e atendem cerca de 14 milhões dos 20,7 milhões habitantes do Estado (67,50% de cobertura).

Esse número inclui os 11 SAMU Municipais que também compõem a Rede Urgência e Emergência disponível para a população. O SAMU regionalizado foi implantado nas Regiões Ampliadas de Saúde (RAS), Centro-Sul, Jequitinhonha, Norte, Nordeste e Sudeste e o recentemente implantado na RAS Sul do Estado. O investimento mensal aplicado no serviço saltou de R\$ 4 milhões, em 2014, para R\$ 6,7 milhões em 2015, um aumento de 65%.

O Governo do Estado pretende instalar o SAMU em todas as Regiões Ampliadas de Saúde, sendo que está em processo de viabilização as regiões: Central, Leste, Triângulo do Norte e Oeste. A construção e o funcionamento do serviço são fruto da parceria entre o Estado, Ministério da Saúde e Municípios.

Outro desafio que se coloca é o avanço no modelo de regulação assistencial, através da indução da qualificação dos contratos de ações e serviços de saúde na gestão municipal, com foco no papel de cada estabelecimento na RAS e no cumprimento de compromissos assistenciais, de gestão e da formação de recursos humanos para o SUS, quando couber. Da mesma forma a SES MG deverá promover a regulação do acesso, em cogestão com municípios polos e criar fóruns regionais de monitoramento das centrais macrorregionais de regulação; além disso, aperfeiçoar sistema informatizado e desenvolver estratégia de apoio à regulação da atenção especializada, em consonância com os Centros de Especialidade Multiprofissionais (CEM) e com a atenção na alta complexidade.

Igualmente importante, o avanço no modelo de oferta de distribuição e acesso à assistência farmacêutica é também fundamental. A Política Estadual de Assistência Farmacêutica proposta para os próximos anos terá como prioridades a regularização do abastecimento de medicamentos, através da reversão do modelo logístico centralizado e implantação de modelo regionalizado de aquisição; o fortalecimento da interlocução com a Atenção Primária a Saúde e Redes de Atenção a Saúde, com vistas à reversão do modelo focado no suprimento, para o usuário e seu cuidado, por meio da implantação de ações no campo do cuidado farmacêutico. Neste sentido, será ampliada a interface com a Escola de Saúde Pública e Ministério da Saúde, visando à promoção de educação permanente em assistência farmacêutica e ainda articulação com entidades de classe, conselhos de saúde, instituições de ensino e pesquisa.

Para aprimorar a estrutura e gestão será proposto o fortalecimento da assistência farmacêutica no nível regional e municipal, como por exemplo, a revisão do modelo centralizado de dispensação dos medicamentos do Componente Especializado e a efetivação da utilização do SIGAF, trazendo subsídios para a tomada de decisão em saúde e o aperfeiçoamento do sistema.

Com relação à informação em saúde, serão ampliados e aperfeiçoados os canais de comunicação, instituídos fóruns de discussão e compartilhamento de experiências exitosas em assistência farmacêutica e criados repositório de informação para públicos externos.

No que concerne ao papel do estado acerca da política de assistência farmacêutica, cabe uma rediscussão das ações até então estabelecidas. Nesse sentido, será priorizado definir, aplicar e acompanhar os indicadores, metas e incentivos para os municípios; redefinir as responsabilidades entre as esferas de gestão, na qual o estado assumirá o papel de apoiador na implantação dos projetos; padronizar e melhorar a comunicação interna e externa; minimizar os impactos da judicialização e melhorar a interface entre as áreas afins. Ainda como desafios, temos a necessidade de implementar ações de educação permanente junto aos prescritores, farmacêuticos e demais profissionais para o Uso Racional de Medicamentos, a promoção de pesquisas de utilização de medicamentos, a promoção da Farmacovigilância, da Fitoterapia e Práticas Integrativas no SUS/MG.

Ainda que não tenha sido abordado nesse texto, é importante ressaltar a importância de medidas para fazer face ao fenômeno da judicialização. É preciso estabelecer um fluxo de comunicação com o poder judiciário com vistas a garantir equidade e integralidade na oferta de serviços de saúde para todos (as) usuários (as), bem como, integração do Núcleo de Apoio à Judicialização do Estado junto às áreas assistenciais do SES, com o objetivo de garantir celeridade no atendimento às demandas judiciais, avaliação crítica da oferta de serviços pela assistência, eficiência econômica na utilização dos recursos do SUS, e ainda, a redução da judicialização.

É fundamental ressaltar ainda a relevância de se avançar na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em implantação no Estado, esta por sua vez, será sustentada na lógica da Reforma Psiquiátrica brasileira, de base territorial e substitutiva aos hospitais psiquiátricos oferecendo atenção às pessoas com transtornos mentais e usuários de álcool e outras drogas através de dispositivos como os Centros de Atenção Psicossociais- CAPS (247 implantados), Serviços Residenciais Terapêuticos- SRT, Leitos em Hospitais Gerais, Centros de Convivência. Em articulação com a Atenção Básica, as equipes de saúde mental dos municípios devem avançar no matriciamento dos casos para acompanhamento dos usuários pelas Equipes de Saúde da Família e NASF e no estreitamento do trabalho com os Consultórios de Rua.

Outro ponto de grande destaque na condução das políticas de saúde em Minas se refere à reconstrução do sistema e o processo de Controle Social da Saúde, assegurando ao Conselho Estadual de Saúde a composição paritária das suas representações e o seu caráter deliberativo, estabelecendo alianças com a sociedade civil (movimentos e entidades sindicais e populares) e com as escolas de saúde de Minas Gerais para promover a educação permanente dos conselheiros e o fortalecimento da atuação do Conselho Estadual de Saúde. Reconhecer e fortalecer os conselhos de saúde, as conferências de saúde (municipais e estadual), e as entidades representativas de pessoas com doenças e agravos específicos, reativando e ampliando os comitês e seminários de discussão para os diferentes temas, com os movimentos e entidades sociais e sindicais, visando à ampliação da participação de usuários, trabalhadores e gestores. Para além, está sendo ampliada a participação social através da criação de novos dispositivos presenciais e virtuais para acolher a população em audiências, consultas públicas e

diálogos *on line* ou presenciais em articulação com os conselhos, com a participação direta dos cidadãos e com o fortalecimento das ouvidorias de saúde.

Sendo necessário também a reestruturação e ampliação do papel da Escola de Saúde Pública/MG no que concerne a Educação em Saúde e Educação Permanente, adquirindo também caráter regional, em parceria e articulação com as diversas universidades e escolas técnicas do estado, e a criação do Plano Estadual de Educação Permanente para todos os profissionais e gestores do SUS, incluindo a implementação da vertente mineira da Universidade Aberta do SUS – UNASUS.

Considerando a informação como componente essencial para o alcance da qualidade e equidade em saúde avançar na organização de sistemas de informação é outra questão importante.

As ações de cuidado, gestão e planejamento em saúde dependem da informação. Por isso, além da organização das Redes de Atenção à Saúde a utilização de um sistema de informação que permita a comunicação entre os serviços é essencial para o alcance da qualidade e equidade em saúde. Entretanto, é preciso garantir que as informações possam ser processadas automaticamente para que ao interoperarem não ocorra perda de significado da informação original. Assim, a integração dos sistemas de interesse para a saúde com produção de informação de maior qualidade e confiabilidade - decorrentes de um registro clínico bem realizado, padronizado e com uso das melhores práticas no que diz respeito à arquitetura, a terminologia e a segurança da informação - poderão ser utilizados para o planejamento, a gestão, o controle social e o apoio à decisão.

Além disso, será instituída a gestão participativa na Secretaria de Estado da Saúde, na Fundação Ezequiel Dias (FUNED), na Fundação Hospitalar do Estado (FHEMIG), na Fundação HEMOMINAS e na Escola de Saúde Pública (ESP/MG) organizando, democraticamente, colegiados de gestão, fortalecendo os espaços coletivos locais e regionais e garantindo a participação efetiva dos trabalhadores no projeto político da saúde para Minas Gerais.

Por fim, é importante fortalecer institucionalmente a SES-MG (órgão central e suas regionais), o que requer, entre outros aspectos, reforçar a sua capacidade operacional em termos de recursos humanos e de logística e introduzir incentivos salariais e de progressão na carreira para motivar e estabilizar as equipes de servidores estaduais da SES-MG.

ANEXOS

Tabela 1: Mortalidade Proporcional ⁽¹⁾ por Grupo de Causas e por faixa etária ⁽²⁾
- Minas Gerais - 2012

Capítulo CID-10/Idade	<15	15 a 29	30 a 59	>=60	Total
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	0,13	0,16	1,49	2,57	4,36
Neoplasias (tumores)	0,15	0,26	4,74	10,78	15,94
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	0,06	0,08	1,19	4,36	5,69
Transtornos mentais e comportamentais	0,00	0,10	1,01	0,68	1,79
Doenças do aparelho circulatório	0,07	0,23	5,39	21,08	26,77
Doenças do aparelho respiratório	0,22	0,15	1,55	9,48	11,40
Doenças do aparelho digestivo	0,04	0,11	2,00	2,83	4,99
Doenças do aparelho geniturinário	0,02	0,04	0,41	2,08	2,55
Gravidez parto e puerpério	0,00	0,03	0,04	0,00	0,07
Causas externas de morbidade e mortalidade	0,43	3,87	4,93	2,11	11,35
Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat ⁽³⁾	0,20	0,33	2,63	5,35	8,51
Demais causas	2,46	0,24	0,84	3,05	6,59
Total	3,80	5,61	26,22	64,37	100,00

Fonte: www.datasus.saude.gov.br.

Notas: (1) Mortalidade proporcional: percentual sobre o total de óbitos.

(2) Nas tabulações por faixa etária, estão suprimidos os casos com idade ignorada.

(3) Causas mal definidas.

Tabela 2: Mortalidade Proporcional ⁽¹⁾ por Grupo de Causas e por faixa etária ⁽²⁾
- Região Sudeste- 2012

Capítulo CID-10/Idade	<15	15 a 29	30 a 59	>=60	Total
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	0,17	0,22	1,71	2,12	4,22
Neoplasias (tumores)	0,15	0,28	5,09	11,60	17,13
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	0,04	0,06	1,11	4,26	5,47
Transtornos mentais e comportamentais	0,00	0,04	0,49	0,59	1,11
Doenças do aparelho circulatório	0,07	0,25	6,23	22,44	28,99
Doenças do aparelho respiratório	0,26	0,18	1,76	9,83	12,03
Doenças do aparelho digestivo	0,05	0,10	1,96	3,14	5,25
Doenças do aparelho geniturinário	0,02	0,04	0,46	2,40	2,91
Gravidez parto e puerpério	0,00	0,05	0,05	0,00	0,10
Causas externas de morbidade e mortalidade	0,39	3,26	4,30	2,26	10,21
Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat ⁽³⁾	0,13	0,25	1,73	4,06	6,17
Demais causas	2,34	0,23	0,79	3,05	6,41
Total	3,62	4,97	25,66	65,75	100,00

Fonte: www.datasus.saude.gov.br.

Notas: (1) Mortalidade proporcional: percentual sobre o total de óbitos.

(2) Nas tabulações por faixa etária, estão suprimidos os casos com idade ignorada.

(3) Causas mal definidas.

**Tabela 3: Mortalidade Proporcional ⁽¹⁾ por Grupo de Causas e por faixa etária ⁽²⁾
- Brasil- 2012**

Capítulo CID-10/Idade	<15	15 a 29	30 a 59	>=60	Total
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	0,26	0,26	1,68	2,01	4,20
Neoplasias (tumores)	0,18	0,31	4,91	10,86	16,27
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	0,07	0,07	1,18	4,82	6,15
Transtornos mentais e comportamentais	0,00	0,04	0,54	0,48	1,07
Doenças do aparelho circulatório	0,09	0,28	5,78	22,13	28,28
Doenças do aparelho respiratório	0,32	0,18	1,56	8,72	10,78
Doenças do aparelho digestivo	0,06	0,12	1,96	2,99	5,13
Doenças do aparelho geniturinário	0,03	0,04	0,41	1,89	2,37
Gravidez parto e puerpério	0,00	0,08	0,06	0,00	0,14
Causas externas de morbidade e mortalidade	0,54	4,70	5,32	2,18	12,74
Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat ⁽³⁾	0,18	0,26	1,61	4,26	6,31
Demais causas	2,95	0,26	0,76	2,58	6,56
Total	4,68	6,61	25,77	62,94	100,00

Fonte: www.datasus.saude.gov.br.

Notas: (1) Mortalidade proporcional: percentual sobre o total de óbitos.

(2) Nas tabulações por faixa etária, estão suprimidos os casos com idade ignorada.

(3) Causas mal definidas.

Tabela 4: Estatísticas descritivas da proporção de nascidos vivos cujas mães realizaram no mínimo sete consultas de pré-natal para o conjunto dos municípios - Minas Gerais – 2003/2012

Estatísticas Descritivas	Proporção de nascidos vivos cujas mães realizaram sete ou mais consultas de pré-natal (%)		
	2003	2012	Variação (%)
Mínimo	-	32,43	..
1º Quartil	31,67	64,94	105,04
Mediana	47,37	73,47	55,1
3º Quartil	62,5	81,48	30,37
Máximo	100	100	-
Média	47,27	72,76	53,92

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP). Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) 2010. Belo Horizonte, 2013.

Nota: Sinais convencionais utilizados:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

. Não se aplica dado numérico.

Tabela 5: Percentual de Leitos para Internação em Estabelecimentos de Saúde por Esfera Administrativa, segundo os Estados da Região Sudeste do Brasil, 2014.

Região	Disponibilidade ao SUS		Total
	Público	Privado	
Brasil	52,18	47,82	100
Sudeste	46,24	53,76	100
Minas Gerais	31,17	68,83	100
Espírito Santo	46,35	53,65	100
Rio de Janeiro	62,76	37,24	100
São Paulo	46,20	53,80	100

Fonte: TABNET - Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES

Tabela 6: Leitos Disponíveis ao SUS para Internação em Estabelecimentos de Saúde por Esfera Administrativa, segundo os Estados da Região Sudeste do Brasil, 2014

Regiões	Disponíveis ao SUS		
	Público	Privado	Total
Brasil	166.589	152.694	319.283
Sudeste	55.653	64.701	120.354
Minas Gerais	9.132	20.166	29.298
Espírito Santo	2.740	3.171	5.911
Rio de Janeiro	16.834	9.989	26.823
São Paulo	26.947	31.375	58.322

Fonte: TABNET - Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES



PMDI

PLANO MINEIRO DE
DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO

DIAGNÓSTICO SETORIAL INFREESTRUTURA E LOGÍSTICA



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS
2016 A 2027

 **MINAS
GERAIS**
GOVERNO DE TODOS

INTRODUÇÃO

As características de profunda desigualdade social (histórica e crescente) entre as diversas regiões do Estado de Minas Gerais, demonstradas pelos dados relativos ao crescimento econômico e IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), exigem um Estado planejador e indutor de desenvolvimento com novas posturas e novos caminhos para redirecionar prioridades e recursos para viabilizar a infraestrutura necessária aos 17 territórios de modo a integrá-los e reverter a atual realidade.

Este documento traça um panorama da situação de Minas Gerais, no que tange ao tema de transportes e obras públicas além de discorrer sobre as políticas executadas pela Secretaria de Transportes e Obras Públicas.

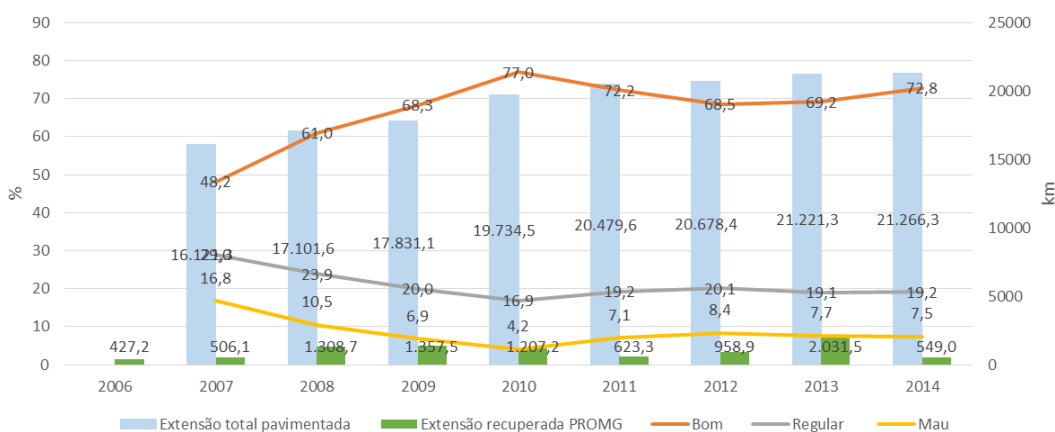
Além disso, são apontadas diretrizes de ação para subsidiar o planejamento de longo prazo.

CAPÍTULO 1 – TRANSPORTES

INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO;

No que tange ao programa de Recuperação e Manutenção da Malha Viária Pavimentada e não Pavimentada, verifica-se uma melhora da qualidade rodoviária, evidenciado pelo aumento do percentual da malha em boas condições, de 36% em 2003 para mais de 70% em 2014. Contudo, como observado no gráfico abaixo, há uma estagnação/queda da qualidade da malha a partir de 2010.

Figura 1. Evolução da qualidade da malha e extensão recuperada do PROMG.



Os possíveis motivos de estagnação/queda na qualidade são:

1º Extensão recuperada pelo Programa de Recuperação e Manutenção Rodoviária de Minas Gerais (PROMG), não mais eleva o percentual em boas condições, pois ocorrem em trechos já em condições boas.

2º Aumento da extensão da malha pavimentada sem a contrapartida financeira, em decorrência da delegação ao Estado de novos trechos federais e programas de pavimentação.

3º Não ampliação do PROMG para novas Coordenadorias Regionais (CRG).

4º Paralisação do programa de recuperação funcional.

Atualmente, existem contratos de conservação para todas as 40 CRGs, que executam serviços emergenciais de tapa buraco, capina, roçada, recuperação de sinalização, etc.

As CRGs contempladas com o programa PROMG são mostradas na Tabela 1. O PROMG envolve serviços de recuperação estrutural do pavimento, recapeamento, além de conserva rotineira.

Tabela 1. Contratos de PROMG vigentes

CRG	Vigência	
	Início	Término
03 - Pará de Minas	março-13	fevereiro-17
05 - Ubá	outubro-14	setembro-18
10 - Varginha	maio-14	abril-18
12 - Itabira	agosto-12	agosto-16
15 - Poços de Caldas	maio-14	maio-18
16 - Oliveira	abril-12	abril-16
19 - Itajubá	maio-14	abril-18
24 - Passos	junho-12	junho-16
31 - Ituiutaba	agosto-12	agosto-16

O reflexo das ações de manutenção da malha pode ser visto por meio da avaliação da condição da rede - Tabela 2, realizadas semestralmente pelo DER. Este levantamento é realizado visualmente por profissionais das CRGS do DER. Durante alguns anos foram contratados serviços de levantamento por instrumentos, porém os resultados eram bastante similares aos levantamentos visuais, portanto, mantém-se o levantamento visual por ser uma alternativa mais econômica.

A divisão territorial feita pelo DER ainda não foi adaptada ao novo modelo de territórios de desenvolvimento proposta pela SEPLAG. Desta forma, os dados são apresentados por CRG, possibilitando, de certa forma, uma visão regionalizada.

Tabela 2. Condição da Malha Rodoviária – Julho/2014

CRG	Bom		Regular		Mau		Em Obras	
	km	%	km	%	km	%	km	%
01 - Belo Horizonte	742,6	98,2	0,0	0,0	0,0	0,0	13,7	1,8
02 - Guanhães	322,9	55,1	232,1	39,6	29,8	5,1	1,0	0,2
03 - Pará de Minas	457,3	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
04 - Barbacena	686,0	95,3	5,0	0,7	0,0	0,0	29,1	4,0
05 - Ubá	391,5	65,3	208,2	34,7	0,0	0,0	0,0	0,0
06 - Montes Claros	595,1	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
07 - Araxá	276,8	56,1	90,2	18,3	126,2	25,6	0,0	0,0
08 - Diamantina	478,3	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
09 - Curvelo	206,7	75,1	60,2	21,9	0,0	0,0	8,4	3,1
10 - Varginha	535,1	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
11 - Uberlândia	138,6	32,9	129,8	30,8	153,5	36,4	0,0	0,0
12 - Itabira	459,8	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13 - Brasília de Minas	454,5	90,8	45,9	9,2	0,0	0,0	0,0	0,0
14 - Patos de Minas	230,2	67,8	17,0	5,0	92,5	27,2	0,0	0,0
15 - Poços de Caldas	482,0	94,8	26,3	5,2	0,0	0,0	0,0	0,0
16 - Oliveira	486,7	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
17 - Ponte Nova	685,1	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
18 - Monte Carmelo	504,9	98,6	7,4	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0
19 - Itajubá	631,7	96,3	24,0	3,7	0,0	0,0	0,0	0,0
20 - Formiga	478,3	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
21 - Jequitinhonha	423,5	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
22 - Araçuaí	136,1	38,3	203,4	57,2	16,3	4,6	0,0	0,0
23 - Governador Valadares	30,3	5,3	229,7	40,3	309,6	54,4	0,0	0,0
24 - Passos	411,5	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
25 - Uberaba	217,7	30,5	229,0	32,1	226,1	31,7	40,9	5,7
26 - Paracatu	326,7	95,1	0,0	0,0	14,9	4,3	2,0	0,6
27 - Pedra Azul	207,9	73,6	0,0	0,0	0,0	0,0	74,6	26,4
28 - Teófilo Otoni	98,8	16,6	478,1	80,4	18,1	3,0	0,0	0,0
29 - Manhumirim	0,0	0,0	543,7	97,7	13,0	2,3	0,0	0,0
30 - Juiz de Fora	435,0	76,0	112,1	19,6	0,0	0,0	25,4	4,4
31 - Ituiutaba	468,8	86,5	73,2	13,5	0,0	0,0	0,0	0,0
32 - Janaúba	601,7	99,2	4,9	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0
33 - Pirapora	196,8	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
34 - Salinas	273,3	55,9	215,6	44,1	0,0	0,0	0,0	0,0
35 - Abaeté	417,2	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
36 - Arinos	501,3	96,4	18,5	3,6	0,0	0,0	0,0	0,0
37 - Januária	274,5	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
38 - Capelinha	244,4	56,7	186,3	43,3	0,0	0,0	0,0	0,0
39 - Joaôa Pinheiro	358,1	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
40 - Cel Fabriciano	46,9	10,2	153,9	33,4	259,4	56,4	0,0	0,0
Total (Km)	14.914,6	75,8	3.294,5	16,8	1.259,4	6,4	195,1	1,0

INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES AEROVIÁRIO;

Diagnóstico

A política de investimentos em aeroportos surgiu com a intenção de promover um incremento na economia local, no turismo e no transporte de passageiros, na região onde o aeroporto regional fosse implantado. As ações desenvolvidas nesse sentido tem buscado adequar a infraestrutura aeroviária visando dotar o território mineiro de uma malha de aeroportos capazes de atender a atual demanda, além de incrementar a crescente demanda de turismo e negócios, compatibilizando o desenvolvimento regional ao transporte aéreo.

O Estado de Minas Gerais com extensa área territorial de 586.753 m², formado por 853 municípios, necessita de uma rede de aeroportos em condições operacionais satisfatórias, seguras e em conformidade com as normas vigentes, preferencialmente com operação noturna, para atender as necessidades e demandas da população, contribuindo assim com o desenvolvimento socioeconômico.

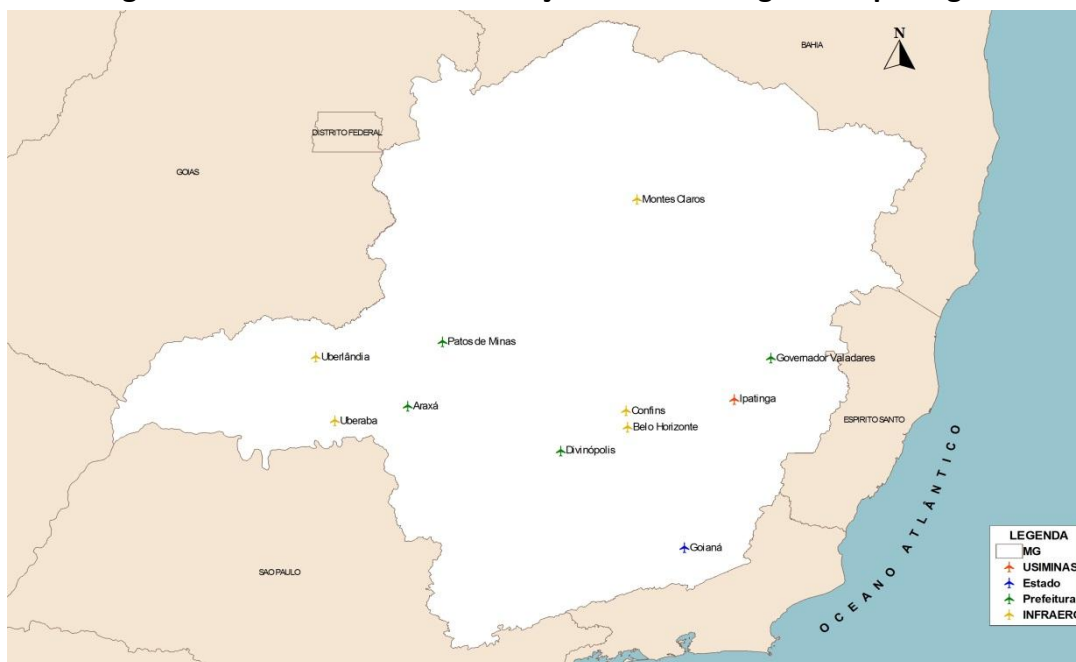
A malha aeroportuária mineira é composta por 81 Aeródromos Públicos Homologados, ou seja, abertos ao tráfego aéreo, 01 novo em processo de homologação. Nos últimos anos, 09 Aeródromos Públicos que tiveram a sua homologação cancelada, tendo em vista não conformidades no tocante a segurança da aviação civil. Este panorama está mostrado na Figura 2.

Figura 2. Aeródromos Públicos do Estado de Minas Gerais.



A malha aeroportuária do Estado conta hoje com 11 aeródromos com aviação comercial regular, conforme a Figura 3, sendo o Aeroporto de Divinópolis o mais recente aeródromo a receber voos regulares no Estado de Minas Gerais.

Figura 3. Aeródromos com aviação comercial regular de passageiros



A administração, manutenção e exploração de aeroportos são atribuídas constitucionalmente à União. A grande maioria dos aeródromos públicos mineiros estão sob a responsabilidade das prefeituras, e os instrumentos de delegação para a administração, operações e exploração dos mesmos estão sendo modernizados pelo Governo Federal, que vem, por meio da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC/PR, estabelecendo diretrizes para uma política da aviação civil.

Dentre os programas que a SAC/PR vem implementando, destaca-se o Programa de Investimento em Logística (PIL), na ação Aeroportos, que contempla o investimento em 33 aeródromos em Minas Gerais, com objetivo de fomentar a aviação regional. A Secretaria de Transportes e Obras Públicas – SETOP vem trabalhando em parceria com a SAC/PR para execução dos investimentos a serem realizados nos aeródromos mineiros. Uma das importantes ações desta parceria é a regularização e modernização das delegações dos aeroportos no modelo União-Estado e Estado-Município, onde a partir da delegação para o Estado, possibilita-se a realização de intervenções de reforma e melhoramento dos aeroportos, que em seguida são delegados para operação e manutenção ao município.

Figura 4. Delegação dos aeroportos inseridos no PIL



Série Histórica

O histórico da política aeroviária em Minas Gerais remete ao programa PROAERO, que foi um programa desenvolvido nos últimos doze anos que tinha como objetivo dotar o Estado de Minas Gerais de uma rede de aeroportos de pequeno e médio porte, ao adequar e revitalizar os aeroportos existentes no Estado.

O principal objetivo do programa era atender ao maior número de municípios, buscando reduzir os custos operacionais e da passagem aérea, com um ganho considerável de segurança, reduzindo o movimento crítico nos aeroportos com o incremento da aviação regional, em consonância com as políticas do Governo Federal.

Entre 2003 e 2014, os investimentos do PROAERO chegaram à ordem de R\$ 434 milhões, dos quais R\$ 48 milhões são oriundos do Governo Federal. Foram investimentos em 30 aeródromos, aquisição de equipamentos, estudos de viabilidade, elaboração de projetos, contratação de empresas para apoio técnico/consultorias, além de obras de acesso rodoviário.

As intervenções nos aeroportos englobaram ampliação/revitalização de pista de pouso e decolagem, pista de taxiamento e pátio de aeronaves; implantação de balizamento noturno, construção/ampliação de terminal de passageiros, implantação

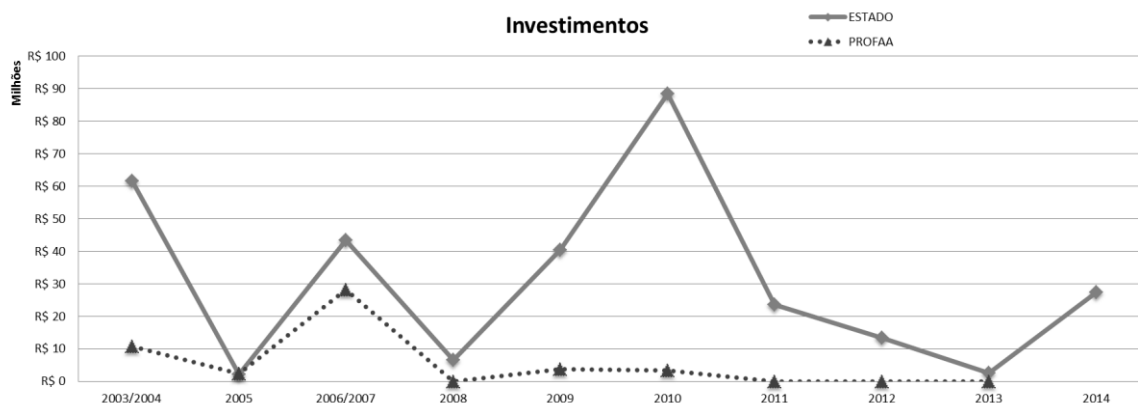
de seção de salvamento e combate a incêndio, remoção de obstáculos naturais, cercamento e obras complementares.

A seleção dos aeroportos era baseada na distribuição estratégica do Estado, na densidade populacional, nas diretrizes do PAEMG - Plano Aeroviário do Estado de Minas Gerais e nos pareceres técnicos.

Tabela 3. Obras realizadas em aeroportos em Minas Gerais entre 2003-2014.

AEROPORTO	EXTENSÃO DA PISTA	AERONAVE / TIPO	INVESTIMENTOS REALIZADOS	VALOR DA OBRA (R\$)
Araxá	1.900m x 30m	ATR 72 (74 assentos)	Reforma, Melhoramentos, Implantação do Combate a Incêndio, do PAPI e do Terminal de Passageiros	R\$ 4.419.052,00
Capelinha	1600m x 30m	ATR 42 (50 assentos)	Melhoramentos para aumento da capacidade, cercamento, construção de SECINC e Balizamento Noturno	R\$ 10.232.000,00
Cláudio	1.000m x 30m	EMB 110 (19 assentos)	Construção	R\$ 13.945.341,80
Curvelo	1.200m x 23m	EMB 110 (19 assentos)	Melhoramentos e Balizamento Noturno	R\$ 5.705.763,43
Diamantina	1.610m x 30m	ATR 42 (50 assentos)	Ampliação, Melhoramentos, construção de terminal de passageiros e SECINC, Balizamento Noturno, acesso rodoviário e cercamento	R\$ 21.815.600,62
Divinópolis	1540m x 30m	ATR 42 (50 assentos)	Melhoramentos para aumento de capacidade, cercamento e revitalização do balizamento noturno	R\$ 11.508.651,79
Frutal	1.320m x 30m	EMB 110 (19 assentos)	Ampliação, Melhoramentos, Cercamento e Balizamento Noturno	R\$ 3.768.247,92
Governador Valadares	1.700m x 30m	Fokker 100 (100 assentos)	Ampliação, Reforma, Melhoramentos, Cercamento e Aumento do suporte do pavimento para aeronaves de 100 passageiros. Aquisição de Carro Contra incêndio - CCI	R\$ 24.202.416,79
Guanhães	1.250m x 30m	EMB 110 (19 assentos)	Revitalização da pavimentação com Lama Asfáltica, Sinalização e Conservação	R\$ 350.000,00
Guaxupé	1.480m x 30m	EMB 110 (19 assentos)	Melhoramentos, Balizamento Noturno, Construção do Terminal de Passageiros, construção de SECINC e Cercamento	R\$ 3.524.000,00
Ituiutaba	1.800m x 30m	ATR 42 (50 assentos)	Pavimentação, Balizamento Noturno, Sinalização e Obras complementares; Terraplenagem dos taludes laterais, remoção de obstáculos, rebaixamento de cerca e proteção vegetal	R\$ 1.738.359,59
Iturama	1.550m x 30m	EMB 120 (29 assentos)	Ampliação, Melhoramentos, cercamento e Balizamento Noturno	R\$ 8.042.483,95
Lavras	1500m x 30m	ATR 42 (50 assentos)	Melhoramentos para aumento da capacidade, cercamento, construção de Terminal de Passageiros e SECINC, Balizamento Noturno e Acesso Rodoviário	R\$ 11.703.904,86
Manhuaçu	1.170m x 30m	ATR 42 (50 assentos)	Ampliação, Melhoramentos, Construção de Terminal de Passageiros e Balizamento Noturno	R\$ 8.616.421,26
Oliveira	1.180m x 20m	EMB 110 (19 assentos)	Reforma Melhoramentos, Cercamento, Implantação do Balizamento Noturno e do Terminal de Passageiros	R\$ 2.479.525,64
Ouro Fino	1.100m x 30m	EMB 110 (19 assentos)	Melhoramentos com pavimentação, construção de pista de taxi e pátio de aeronaves e cercamento	R\$ 2.312.513,98
Passos	1.200m x 30m	ATR 42 (50 assentos)	Melhoramentos, Balizamento Noturno, Reforma do Terminal de Passageiros, construção de SECINC e Cercamento	R\$ 6.188.278,79
Piumhi	1.200m x 30m	EMB 110 (19 assentos)	Melhoramentos, Balizamento Noturno, Construção do Terminal de Passageiros, construção de SECINC, Cercamento e Acesso Rodoviário	R\$ 7.508.557,78
Poços de Caldas	1.515m x 30m	ATR 42 (50 assentos)	Ampliação, aumento de capacidade, balizamento noturno e Melhoramentos	R\$ 5.439.385,26
Regional da Zona da Mata	2.525m x 45m	B 767 (183 assentos)	Construção e melhoramentos com a retirada de obstáculos. Aquisição de Carro Contra incêndio – CCI	R\$ 105.030.119,83
São João Del Rei	1.400m x 30m	ATR 42 (50 assentos)	Ampliação, Melhoramentos, construção de terminal de passageiros e SECINC, Balizamento Noturno, acesso rodoviário e cercamento	R\$ 31.610.729,98
Teófilo Otoni	1190m x 23m	EMB 110 (19 assentos)	Reforma e Melhoramento da Pista de Pouso e Decolagem, Taxiway, Pátio de Aeronaves, Reforma no Terminal de Passageiros (TPS), nova Sinalização Diurna e revitalização da Sinalização Noturna	R\$ 2.443.463,46
Ubá	1.400m x 30m	ATR 42 (50 assentos)	Ampliação, Reforma, Melhoramentos, Balizamento Noturno, Construção do Terminal de Passageiros, Cercamento e Acesso Rodoviário	R\$ 30.579.337,99
Viçosa	900m x 30m	EMB 110 (19 assentos)	Melhoramentos com pavimentação, acesso rodoviário e Balizamento Noturno	R\$ 6.858.535,86
Almenara	1400m x 30m	ATR 42 (50 assentos)	Obras de revitalização e melhoria do pavimento da pista de pouso, taxi e pátio de aeronaves; construção de novo TPS; Construção de SECINC e Balizamento noturno	R\$ 3.753.274,70
Pirapora	1.480m x 30m	ATR 42 (50 assentos)	Obras de reforma e melhoramentos da pista de 1.480 metros, melhoramentos e dimensionamento do pavimento para aumento de sua capacidade para aeronaves de até 50 passageiros, implantação de balizamento noturno, construção do terminal de passageiros, construção da SECINC e cercamento.	R\$ 7.118.043,50
Januária	1.460m x 30m	ATR 42 (50 assentos)	Ampliação da pista de 1.200 metros para 1.460 metros, melhoramentos e dimensionamento do pavimento para aumento de sua capacidade para aeronaves de até 50 passageiros, implantação de balizamento noturno, construção do TPS, construção da SECINC e cercamento.	R\$ 9.090.650,20
TOTAL				R\$ 349.984.660,98

Figura 5. Investimentos realizados em aeroportos em Minas Gerais entre 2003-2014.



Análise Crítica

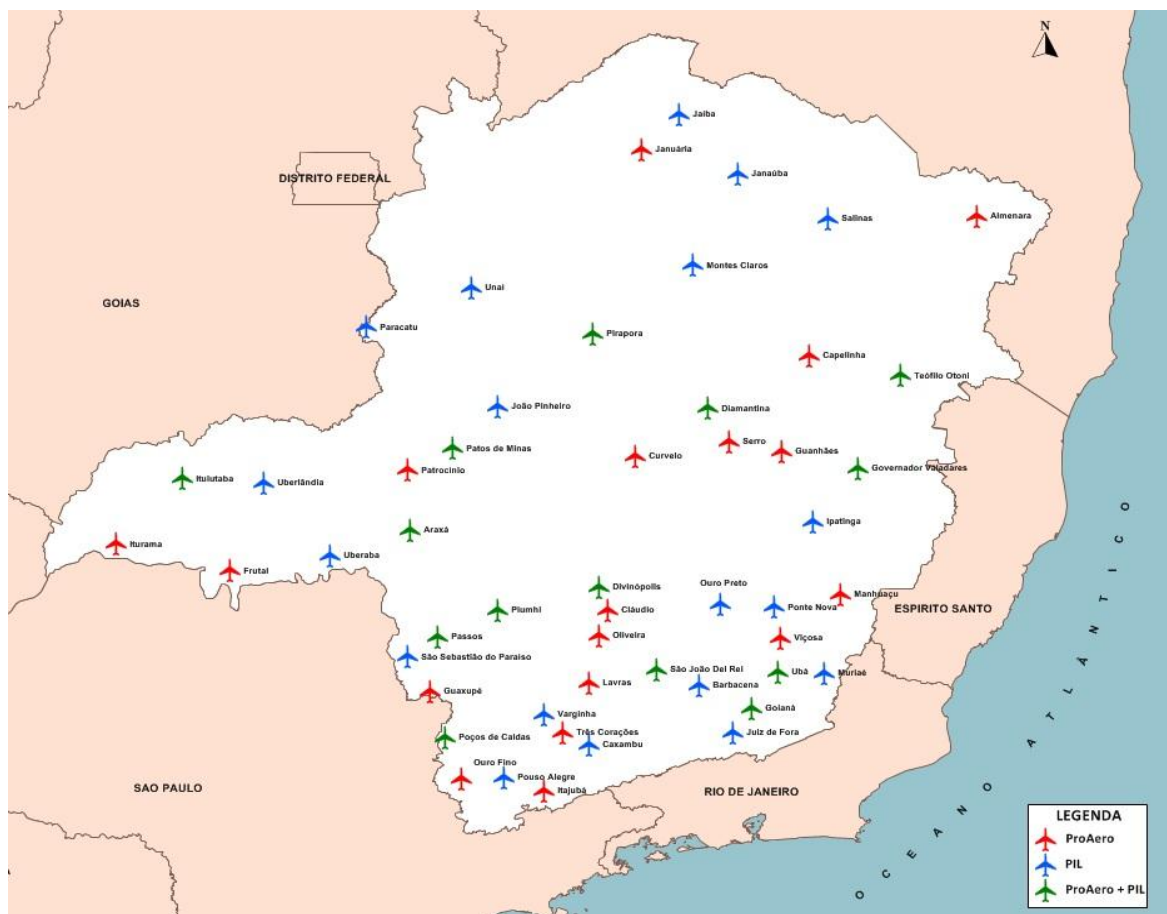
Um ponto importante para a política aeroviária em Minas Gerais é a definição dos papéis dos Governos Federal, Estadual e Municipal em relação à política proposta para aviação regional, ou seja, quais compromissos serão assumidos pelo Estado, quais responsabilidades serão transferidas aos municípios.

Essas questões irão pautar o planejamento para essa política pública, pois o foco atual do programa é o investimento em pequenas melhorias e recuperação de equipamentos públicos, contudo há necessidade de alinhar e ampliar ações de gestão da infraestrutura (manutenção e conservação) juntamente com os governos estadual e municipal.

O Governo Federal prevê investimentos da ordem de R\$ 815 milhões para o atendimento de 33 aeroportos regionais no território mineiro por meio do PIL. Além dos investimentos do governo federal, no governo estadual existem contratos assinados para a execução das obras de melhoramentos nos aeródromos de Serro, Três Corações e Muriaé que também aguardam decisão quanto à ordem para início das obras, além das obras paralisadas dos aeroportos de Itajubá, Manhuaçu e Patrocínio.

Na Figura 6 é apresentada a distribuição das ações de investimento em aeroportos em Minas.

Figura 6. Investimentos em aeroportos – Governo Federal e Estadual



Observa-se, portanto, a mobilização tanto do governo federal quanto estadual para realização de investimentos em aeroportos, porém é importante planejar e definir como serão geridas estas infraestruturas.

Outro ponto de destaque na política aeroviária é a adoção dos modelos de concessão como alternativa à exploração de aeroportos.

No final de 2014 foi realizada pelo Governo do Estado de Minas Gerais a concessão, por meio de Parceria Público-Privada (PPP), do Aeroporto Regional Zona da Mata. O modelo de concessão adotado prevê a aferição do desempenho da concessionária para fins de pagamento da contraprestação pecuniária. No entanto, faz-se necessário, a contratação de empresa especializada para atuação como verificador independente, conforme previsão contratual. Também se encontra em andamento um Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) com o intuito de realizar a concessão do aeroporto de Ipatinga (Usiminas) à iniciativa privada, por meio PPP.

Os projetos de concessão de aeroportos estão sendo iniciados sem uma visão global, isso pode ser entendido de certa forma como reflexo da ausência de uma política abrangente para aeroportos que inclua o papel do Estado na promoção de investimentos e na gestão da infraestrutura. Além disso, a celebração de parcerias público-privadas tem implicações que não estão sendo estruturadas de forma a serem sustentavelmente replicadas, caso o modelo seja expandido para outros aeroportos, tais como a contratação de verificadores independentes, a disponibilização de garantias públicas, a necessidade de recursos para contraprestações pecuniárias, etc.

Propostas/diretrizes/ações

- Delegações e subdelegações: se faz necessária a definição quanto a regularização das outorgas de todos os aeródromos no Estado de Minas Gerais. A realidade atual é que a maior parte dos municípios não tem condições de arcar de maneira adequada com os custos advindos da operação de um Aeroporto. Hoje, após investimentos concluídos e dos Convênios de Subdelegação celebrados, a responsabilidade é dividida entre Município e Estado. No entanto, grande parte dos municípios não possuem recursos para investimento nesses equipamentos.
- Definição sobre a continuidade do programa de investimento e manutenção dos equipamentos: A questão da definição da política estadual para o modal aeroviário é ainda mais crucial se considerarmos que os investimentos no PIL serão todos realizados. Deve ser avaliada necessidade de continuidade da política de investimentos por parte do governo estadual. Nesse cenário, há um risco relacionado ao custo de operação de todos os 33 aeroportos abrangidos no programa. Dessa forma, seguimos a definição das responsabilidades e da maneira como o Governo deseja conduzir as políticas públicas nessa área.
- Fortalecimento da estrutura gerencial: É preciso aprimorar a estrutura administrativa/gerencial responsável pelo tema “aeroportos” no governo, dando-lhe diretrizes claras, atribuindo responsabilidades e constituindo equipe, para garantir uma gestão efetiva dos aeroportos.
- Investimentos: Cabe destacar que é necessário a garantia de recursos para investimentos para aquisição de equipamentos de detecção para aeródromos em Minas Gerais. Esta ação impacta diretamente na operação da aviação comercial regular no Estado, para aeronaves acima de 60 assentos, que requer o maior incremento nos requisitos de segurança para a sua operação.
- Concessões de Aeroportos: Deverá ser definida uma ação do Governo para as concessões dos aeroportos que possuem a aviação regular de passageiros: Usiminas (Santana do Paraíso), Governador Valadares, Araxá, Patos de Minas e Divinópolis, mesmo que alguns já estejam delegados pela União diretamente aos municípios, e outros subdelegados pelo Estado. Também, incluir neste contexto os aeroportos com potencial para o desenvolvimento da aviação regular ou executiva: Varginha, São João Del Rei, Diamantina, Passos, Ubá, Juiz de Fora, Manhuaçu, Paracatu e Ituiutaba.

- Fortalecer o transporte de carga principalmente no Zona da Mata.
- Revisão do PAEMG: O atual Plano Aeroviário do Estado de Minas Gerais (PAEMG) elaborado em 1999, para vigência no período de 2000 a 2019, foi aprovado através da Portaria do Comando da Aeronáutica (COMAER) em 17/11/2000. Com as ações do Governo Estadual para a implementação do Programa Aeroportuário, ora em execução, o PAEMG 2000/2019 ressentir-se de revisão e atualização, por questões normativas da Autoridade Aeronáutica que preconiza revisões periódicas nos planos aeroviários a cada cinco anos e, também, ser ajustado ao significativo desenvolvimento da economia e do transporte aéreo que vem ocorrendo no Estado de Minas Gerais.
- Auxílio e coparticipação na execução do PIL: o Governo Estadual deve ratificar o seu importante papel de apoio ao Governo Federal no processo de gestão dos Investimentos do PIL com ações proativas, desde a concepção dos estudos até a execução das obras.
- Gestão Aeroportos Municipais – Apoio: A grande maioria dos aeródromos da malha aeroportuária mineira estão sob a responsabilidade das prefeituras que não possuem conhecimento técnico e recursos para mantê-los em condições mínimas de operação. Alguns aeroportos apresentam problemas legais perante a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) com eminência de cancelamento da operação/homologação, operando sob restrições, necessitando de intervenções em infraestrutura e gestão para sua operação.
- Viabilizar os acessos aos aeroportos: vias de acesso pavimentadas e articuladas com as rodovias.
- Definir os aeródromos prioritários de investimento. Fazer estudos de viabilidade econômico-financeira, já que a viabilidade técnica o governo federal tem estudado.
- Levantar custos de manutenção dos aeródromos delegados ao Estado de Minas Gerais e também os a serem delegados aos municípios.

INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

Diagnóstico

Segundo o PELT – Plano Estratégico para a Logística de Transportes, a malha ferroviária do Estado de Minas Gerais perfaz uma extensão de pouco mais de 5 mil km, a segunda maior em extensão no Brasil, o que equivale a aproximadamente 17% da rede ferroviária brasileira, constituída de linhas com bitolas métrica e larga. As concessionárias que operam na rede ferroviária mineira, o tipo de bitola e a extensão abrangida são apresentadas na Tabela 4.

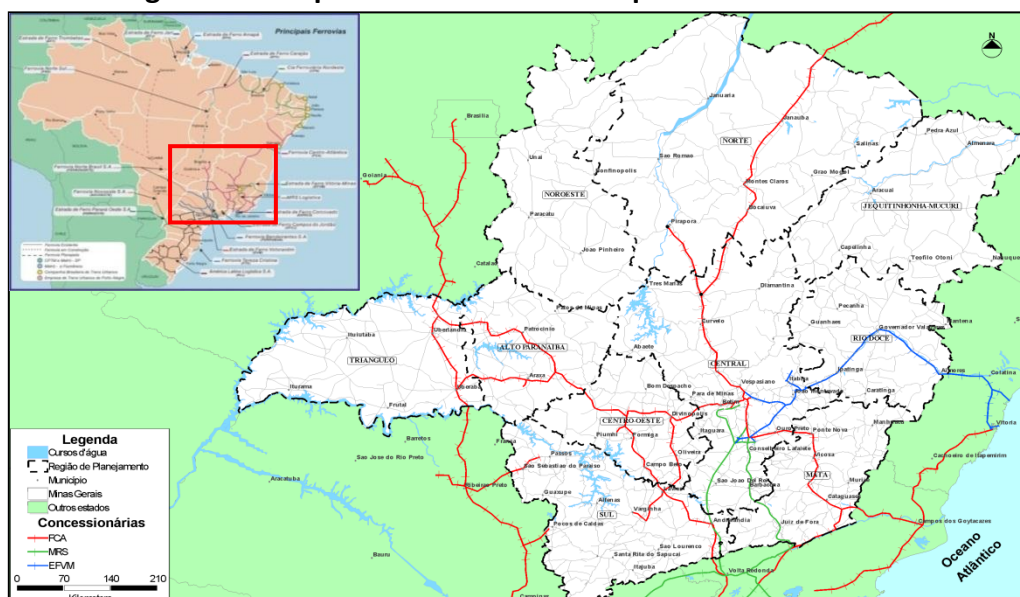
Tabela 4. Características físico-operacionais da rede ferroviária em Minas Gerais.

Concessionária	Extensão (km)		
	Bitola métrica	Bitola larga	Total
FCA	3.658	-	3.658
EFVM	666	-	666
MRS	-	792	792
Total	4.324	792	5.116

Fontes: BDMG (2002) e ANTT (2003)

A Figura 7 apresenta a malha ferroviária de Minas Gerais e as empresas concessionárias.

Figura 7. Empresas concessionárias que atuam no território mineiro.



Fonte: Plano Estratégico de Logística de Transportes.

A distribuição da rede ferroviária entre as diferentes regiões mineiras apresenta fortes desigualdades inter-regionais da oferta e densidade de vias férreas. Segundo o BDMG, apenas três regiões mineiras – Central, Sul e Centro-Oeste – concentram 60% da extensão ferroviária, apesar de representarem pouco menos de 30% do território estadual. Duas regiões – Noroeste e Jequitinhonha/Mucuri – são completamente desprovidas de infra-estrutura ferroviária, enquanto as regiões do Triângulo Mineiro, Rio Doce e Norte de Minas apresentam as menores densidades ferroviárias.

A rede mineira foi implantada para integrar Belo Horizonte a outras metrópoles do Nordeste (Salvador), do Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) e do Distrito Federal, além de promover o acesso de Minas Gerais aos portos de Vitória, Rio de Janeiro, Sepetiba e Santos, possuindo uma configuração físico-espacial no sentido do interior para o litoral.

Ressalta-se que a rede ferroviária mineira é segmentada em duas grandes malhas (de bitola larga e de bitola métrica), dificultando as integrações intra e intermodais do sistema ferroviário, por agregar custos adicionais ao transporte em operações de transbordo de cargas.

Os trechos ferroviários de bitola larga em Minas Gerais, compostos por linhas, ramais e variantes que pertenceram à antiga Superintendência Regional 3 – SR3 da RFFSA, são operados, desde o final de 1996, pela empresa concessionária MRS Logística S.A. A extensão total que passa pelo território mineiro representa 47% dos 1,7 mil km concedidos à MRS.

A área de influência desta malha transcende o Estado de Minas Gerais e inclui porções territoriais importantes dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, interligando as respectivas capitais. A Linha do Centro, com 447 km de extensão total, liga as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Rio de Janeiro, passando por Conselheiro Lafaiete, Barbacena, Juiz de Fora, Três Rios e Barra do Piraí. A Ferrovia do Aço, com 354 km de extensão, liga Jeceaba (MG) à Barra Mansa (RJ), onde se encontra com a Linha de São Paulo, que integra as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo.

Estas linhas são importantes para a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), uma vez que proporcionam a ligação do quadrilátero ferrífero mineiro com as usinas siderúrgicas Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Cosipa e Açominas e também com os portos do Rio de Janeiro, Sepetiba e Santos, tendo no minério de ferro da MBR a sua carga mais importante.

A diferença de bitola da malha da MRS em relação às malhas das concessionárias contíguas dificulta a interligação de importantes polos geradores de carga, restringe a realização de viagens interestaduais de maior distância e reduz a acessibilidade ferroviária aos portos de Santos e Sepetiba, constituindo um dos principais gargalos do sistema ferroviário brasileiro.

A malha de bitola métrica em Minas Gerais é operada por duas empresas: Ferrovia Centro Atlântica (FCA) e Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), ambas controladas pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A sua área de influência engloba Minas Gerais e os estados de Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Espírito Santo, além do Distrito Federal.

As linhas da FCA interligam a RMBH com as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de Salvador, Planalto Central (Brasília e Goiânia) e Porto de Angra dos Reis. Com a aquisição da linha Araguari – Boa Vista Nova, antes pertencente à Ferrobahia, a FCA passou a interligar o Triângulo Mineiro com o Estado de São Paulo. Atualmente a FCA possui dois trechos desativados: Corinto-Pirapora e Miguel Burnier-Barão de Camargos.

A EFVM interliga a RMBH ao complexo portuário de Vitória. Esta é uma das ferrovias mais modernas e produtivas do país, tendo acesso privilegiado aos principais portos do Espírito Santo, entre eles os de Tubarão e Praia Mole.

Série Histórica

Historicamente a atuação do governo estadual em ferrovias é bastante restrita, limitando-se a elaboração de estudos e planos. Em grande parte, isso se dá pelo fato de que as ferrovias transpõem os territórios estaduais e, nesse caso o serviço de transporte passa a ser de competência a União.

O PELT, Plano Estratégico de Logística de Transportes, elaborado em 2007, propõe, em sua carteira inicial de projetos, a revitalização de trechos de ferrovias assim como a construção de novos ramais, a fim de se obter uma rede de ferrovias para o escoamento das cargas do Estado. Esse planejamento não dispõe sobre o transporte de passageiros.

Tabela 5. Carteira de Projetos Ferroviários constantes do Plano Estratégico de Logística de Transportes – PELT.

Cod	Projeto	Ext (km)	Invest (R\$ milhões)	Janela	Importância
F1	Reativação do trecho Corinto - Pirapora	150	49	1	Criação de alternativa intermodal de menor custo para o escoamento de produtos agrícolas e outras cargas originadas no entorno de Brasília e noroeste de Minas Gerais
F2	Construção do ramal ferroviário Pirapora - Unaí	285	850	4	Criação de uma alternativa definitiva para a movimentação ferroviária de cargas do noroeste de Minas Gerais e entorno de Brasília para a RMBH e portos do Espírito Santo
F3	Construção dos trechos Patrocínio - Prudente de Moraes; Dolores de Indaiá - Franklin Sampaio e Rio Paranaíba - Ibiá	538	2.233	3	Ampliação da capacidade de transporte no corredor GO/MG/ES, suportando o crescimento das exportações, criando rota alternativa para a interligação ferroviária entre as regiões Sudeste e Centro-Oeste, com melhoria da produtividade operacional dos fluxos
F4	Travessia de Belo Horizonte	5	140	1	Eliminação de gargalo operacional de vulto na travessia de BH, permitindo redução de tempo de percurso e elevação do volume transportado
F5	Construção dos contornos de Itaúna, Divinópolis e Santo Antônio do Monte		204	1	Eliminação de pontos críticos da rede, com aumento da fluidez e segurança de transporte, através da construção de trechos externos às regiões urbanas

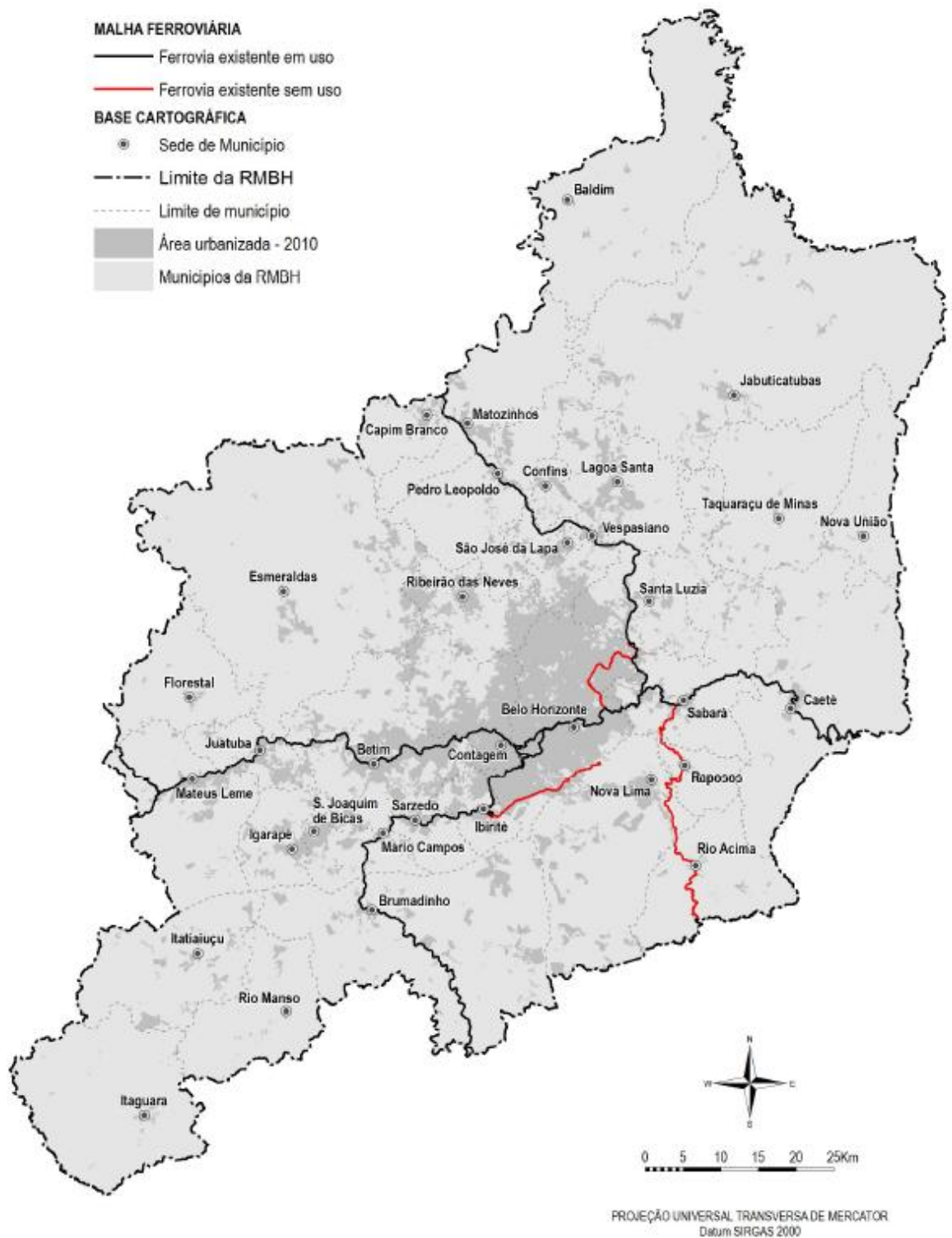
Fonte: CVRD e Prosefer

O PDDI, Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH, elaborado em 2011, por sua vez faz um plano de curto, médio e longo prazos para a adequação e implantação da infraestrutura ferroviária na região metropolitana de Belo Horizonte, que tem por objetivo “Implantar uma rede de transporte ferroviário de passageiros, com serviços variados, que interligue as principais centralidades da metrópole e constitua a espinha dorsal do sistema de transporte da RMBH”.

Os objetivos específicos são:

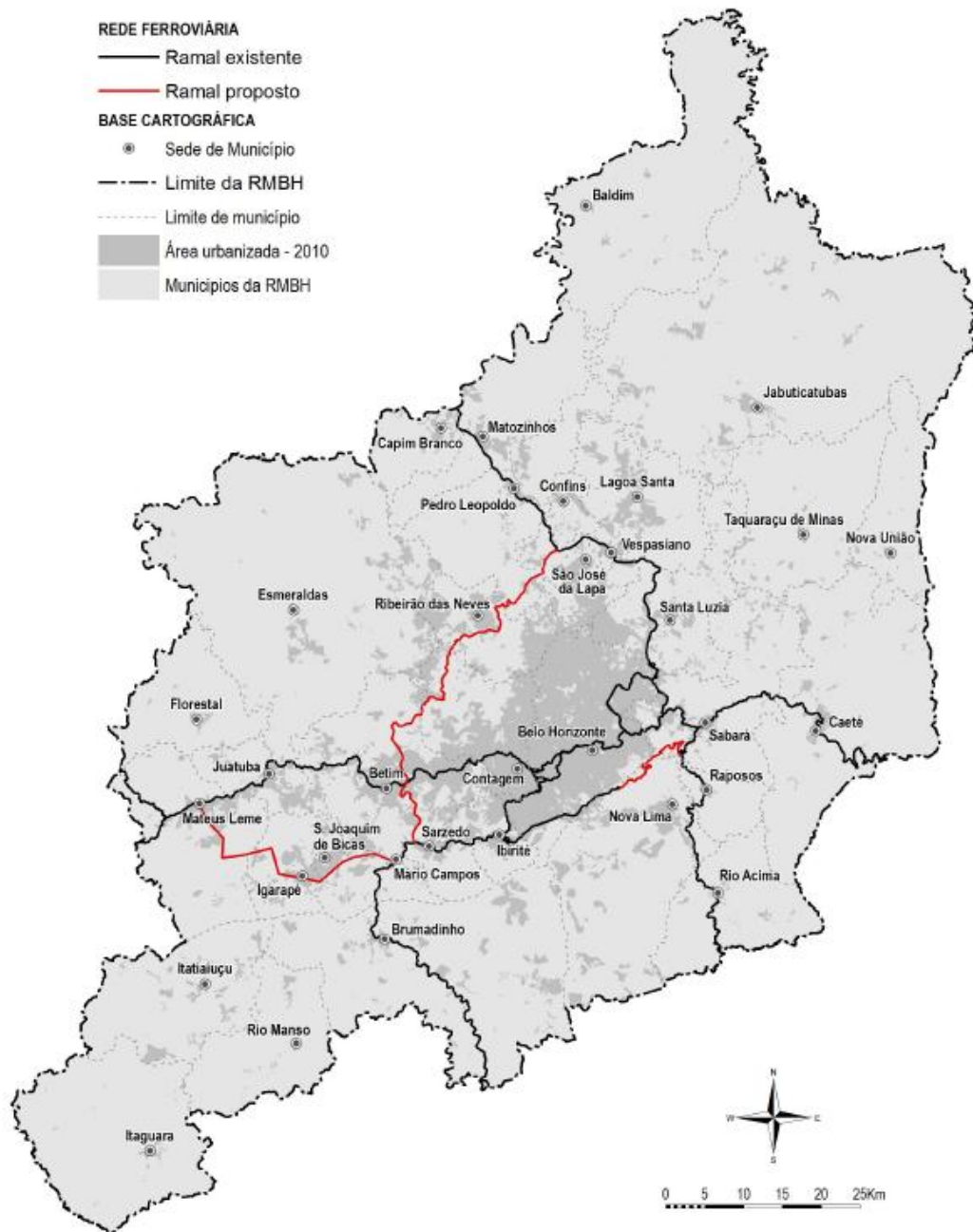
- Conformação de um sistema ferroviário como principal elemento estruturador do sistema de transporte de passageiros da região metropolitana.
- Melhoria da inserção urbana da rede existente (inclusive o metrô) através de tratamento urbanístico de estações e travessias.
- Implantar uma rede que se integre com os serviços de ônibus, com pedestres e ciclistas de forma conveniente.
- Incentivar o desenvolvimento de centralidades metropolitanas.
- Contribuir com o desenvolvimento metropolitano.
- Induzir usuários do transporte individual motorizado ao uso do transporte público.
- Integração do transporte ferroviário de passageiros com outras cidades polo de Minas Gerais e do Brasil.

Figura 8. Malha Ferroviária RMBH.



Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH.

Figura 9. Rede Ferroviária Regional de Transporte de Passageiros Proposta .



Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), através do Nucletrans, elaborou, entre 2011 e 2013, estudos do transporte sobre trilhos em Minas Gerais que traz proposições a respeito da utilização desse modo de transporte para o transporte de passageiros. Foram propostas 4 linhas metropolitanas e 5 regionais, sendo estas últimas todas com origem em Belo Horizonte. Essas linhas consideram a utilização das atuais linhas operadas pelo transporte de cargas e recuperações de ramais que atualmente não estão operacionais.

A Agência Metropolitana contratou, em 2012, uma filmagem em realidade aumentada num raio de 150 km a partir da Estação Central de Belo Horizonte, à exceção da Ferrovia Vitória-Minas. O resultado dessa filmagem foi transferido para uma plataforma GIS, o que possibilitou a elaboração de um diagnóstico da infraestrutura ferroviária desses trechos de via.

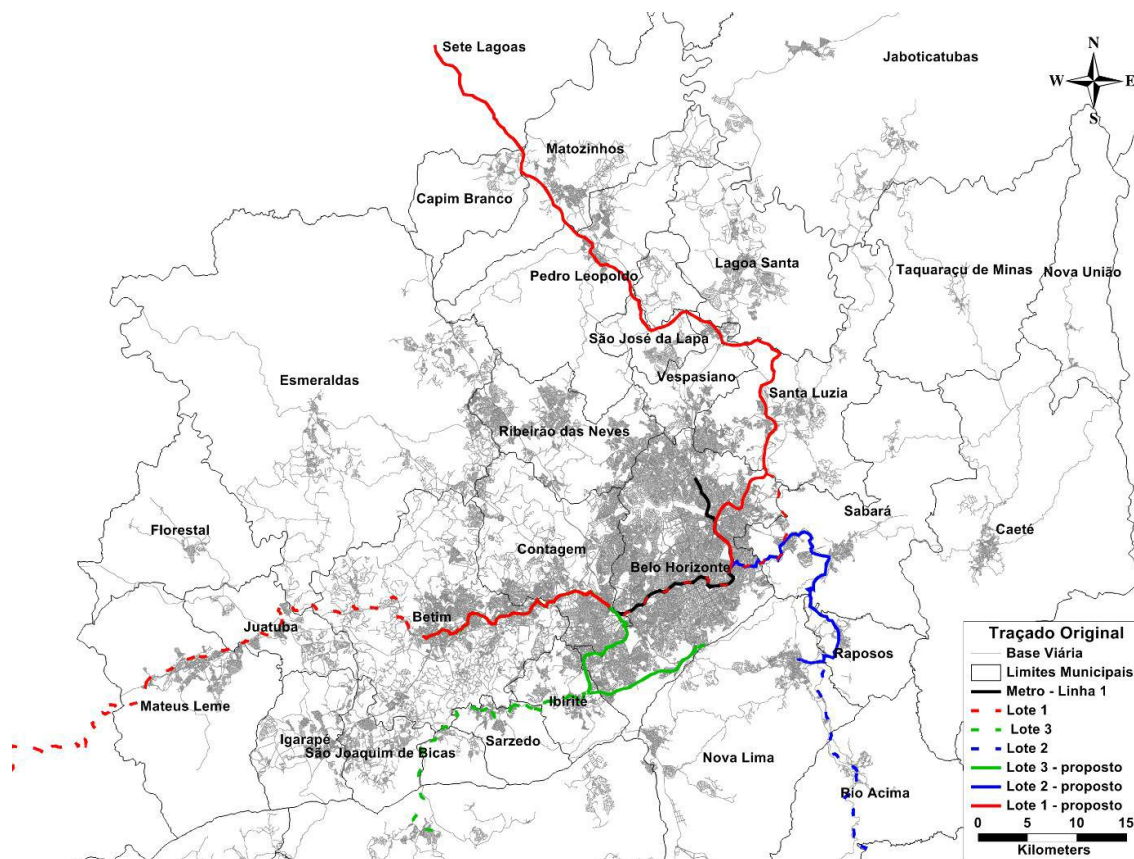
Também em 2012 (junho), embasado nos estudos da UFMG, o governo do Estado lançou um Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para a manifestação de empresas privadas a respeito de 3 lotes de ferrovias, compreendendo 3 ramais ferroviários, a saber:

- 1 – entre Sete Lagoas e Divinópolis, passando por Belo Horizonte;
- 2 – entre Belo Horizonte e Brumadinho;
- 3 - entre General Carneiro e Conselheiro Lafaiete, com variante até Ouro Preto.

Foram apresentados um estudo para o lote 1, um para o lote 2 e nenhuma empresa apresentou estudos para o lote 3. Os resultados dos estudos não foram acessados até o momento.

A Tectran desenvolveu, nos anos de 2013 e 2014 um *Plano de Implantação e Modelo de Concessão de um Sistema Metropolitano de Transporte de Passageiros Sobre Trilhos para a RMBH*. Esse plano foi consolidado em um plano de negócios com proposição de traçado, estudo de demanda, plano de implantação, necessidade de pessoal, análise de custos e investimentos, modelagem jurídica para uma parceria público-privada. Em seguida, foi apresentado um relatório contendo a análise de viabilidade econômica do modelo.

Figura 10. Proposta de Trens Regionais Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – ARMBH.



Análise Crítica

Todo o planejamento do transporte sobre trilhos no estado de Minas Gerais, seja ele de pessoas ou cargas, carece de maior investimento, principalmente político e financeiros. O atual momento da economia brasileira não é muito favorável a esses investimentos, mas há que se investir também em bons projetos e na capacidade de articulação política e captação de recursos.

Na estrutura de atual de governo não existe um setor específico que discuta e coordene as ações em prol do desenvolvimento desta modalidade, à exceção da Metrominas em conjunto com a Agência Metropolitana, que concentram seus esforços na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A despeito do alto custo de implantação e necessidade de subsídios para viabilizar financeiramente esse modo de transporte, é necessário, para o desenvolvimento do Estado, que se invista nas ferrovias para a solução de gargalos sociais e de produtos, impactando em toda a economia do Estado.

Propostas/diretrizes/ações

- a. Criar um setor dentro da estrutura de gestão do Estado de Minas que possa desenvolver, coordenar e articular a política de transportes sobre trilhos, com capacidade de captação de recursos nos diversos órgãos financiadores existentes no Brasil e no mundo.
- b. Avaliar e retomar os planos e estudos elaborados no Estado (UFMG, Tectran, PDDI, PELT).
- c. Criar mecanismos de articulação junto ao Governo Federal para que se possa utilizar a malha viária prevista para investimentos do PIL (Programa de Investimentos em Logística) também para o transporte de passageiros.
- d. Integrar dados, estudos e informações em um banco de dados único no Estado, georreferenciando as informações.

SERVIÇOS DE TRANSPORTE

TRANSPORTE METROPOLITANO - ÔNIBUS

Diagnóstico

- Cobertura

O sistema metropolitano de transporte público de passageiros de Belo Horizonte por ônibus, sob a responsabilidade do Governo do Estado através da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, atende todos os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Atualmente o sistema é composto por 645 linhas com 3.108 veículos que realizam mensalmente 600.000 viagens, alcançando uma produção de 17 milhões de quilômetros e fazendo o atendimento a 21 milhões de passageiros.

A frota atual é composta dos seguintes tipos de veículos:

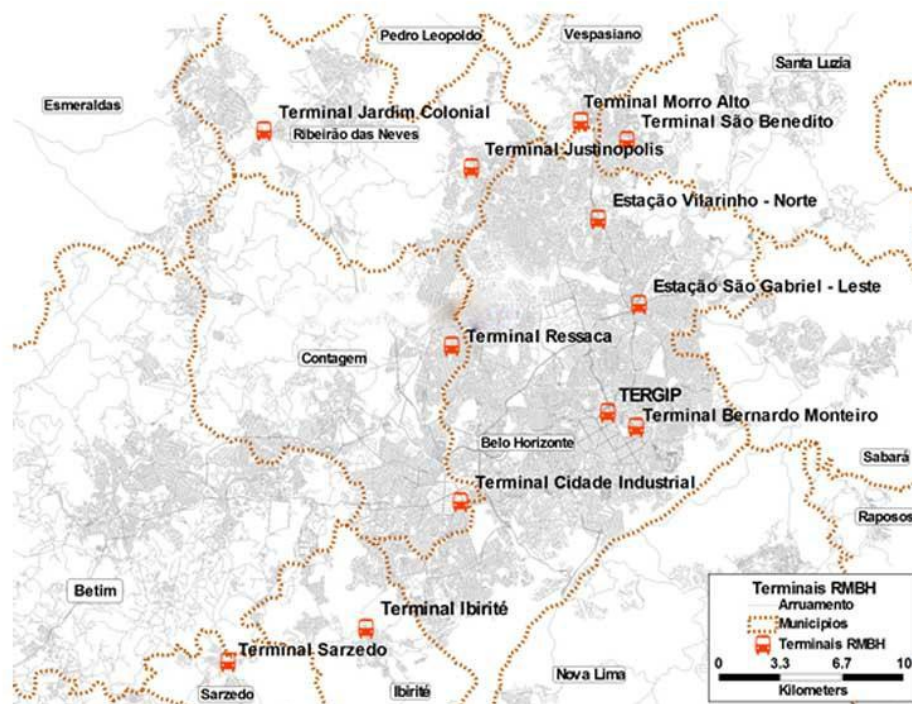
- ✓ 2.109 Padron
- ✓ 501 Midi;
- ✓ 186 Médio;
- ✓ 145 Padron 2 (Move);
- ✓ 116 Articulados (Move)
- ✓ 44 Mini;
- ✓ 4 Padron 2;
- ✓ 3 Padron (Move).

Da frota total de 3.108 ônibus, 1.061 atendem a região Norte. Após o termino da fase de implantação de todo o sistema MOVE Metropolitano, cerca de 700 ônibus metropolitanos, que corresponde a quase 70% da frota do Vetor Norte, vão deixar de circular no centro de Belo Horizonte.

A implantação do novo modelo operacional trata-se de uma solução que tinha por objetivo garantir maior conforto e agilidade ao sistema e foi implantado com sucesso em diferentes cidades no mundo, de forma complementar, o sistema irá dispor de modernos veículos, infraestrutura e sistema de gestão. Esta premissa não foi atendida nas primeiras implantações.

Quanto ao sistema metropolitano de transporte público coletivo de passageiros de Belo Horizonte, verifica-se que dos 12 terminais previstos inicialmente, apenas 7 encontram-se em operação (sendo que alguns destes apresentam pendências de adequações e de pagamentos até o momento), 2 encontram-se em operação com estrutura provisória (São Benedito e Justinópolis), com suas obras paralisadas, assim como a obra do Terminal Bernardo Monteiro. Ademais, outros quatro terminais, também previstos para o perfeito funcionamento deste sistema, foram postergados, ou cancelados, devido a redefinição de prioridades na alocação de recursos orçamentários, mesmo tendo a princípio sido garantidos nas operações de crédito firmadas pelo governo.

Figura 11. Terminais Metropolitanos de Integração de Transportes RMBH – Rede Planejada.



- Regulamentação

O transporte de passageiros de Minas Gerais é regulamentado por uma série de normas. A principal delas é o Decreto Estadual nº 44.603, que contém o Regulamento do Serviço de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal e Metropolitano do Estado de Minas Gerais – RSTC, de 22 de agosto de 2007.

Atualmente, estão em vigor 50 Atos Regulamentares que tratam de diversos assuntos de modo a manter o sistema regulamentado, face as demandas advindas das delegatórias e dos usuários, permitindo assim uma melhor gestão e fiscalização do sistema de transporte metropolitano pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas.

- Concessão (licitações)

Em 2007 foram elaborados os estudos para a viabilização da concessão do serviço de transporte coletivo por ônibus na RMBH. O Edital nº. 01/2007, edital de seleção das empresas concessionárias, apresentou a concepção do Sistema de Transporte Coletivo por Ônibus da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), que foi desenvolvido a partir dos dados do diagnóstico do sistema obtidos através da análise da oferta (itinerários e quadros de horários) e da demanda (quantificação e qualificação) e através de dados e pesquisas realizadas nos meses de novembro e dezembro do ano de 2005.

O sistema de transporte coletivo da RMBH foi estruturado por meio de Redes Integradas de Transporte – RIT’S, que são divisões espaciais da RMBH para fins de organização do serviço de transporte.

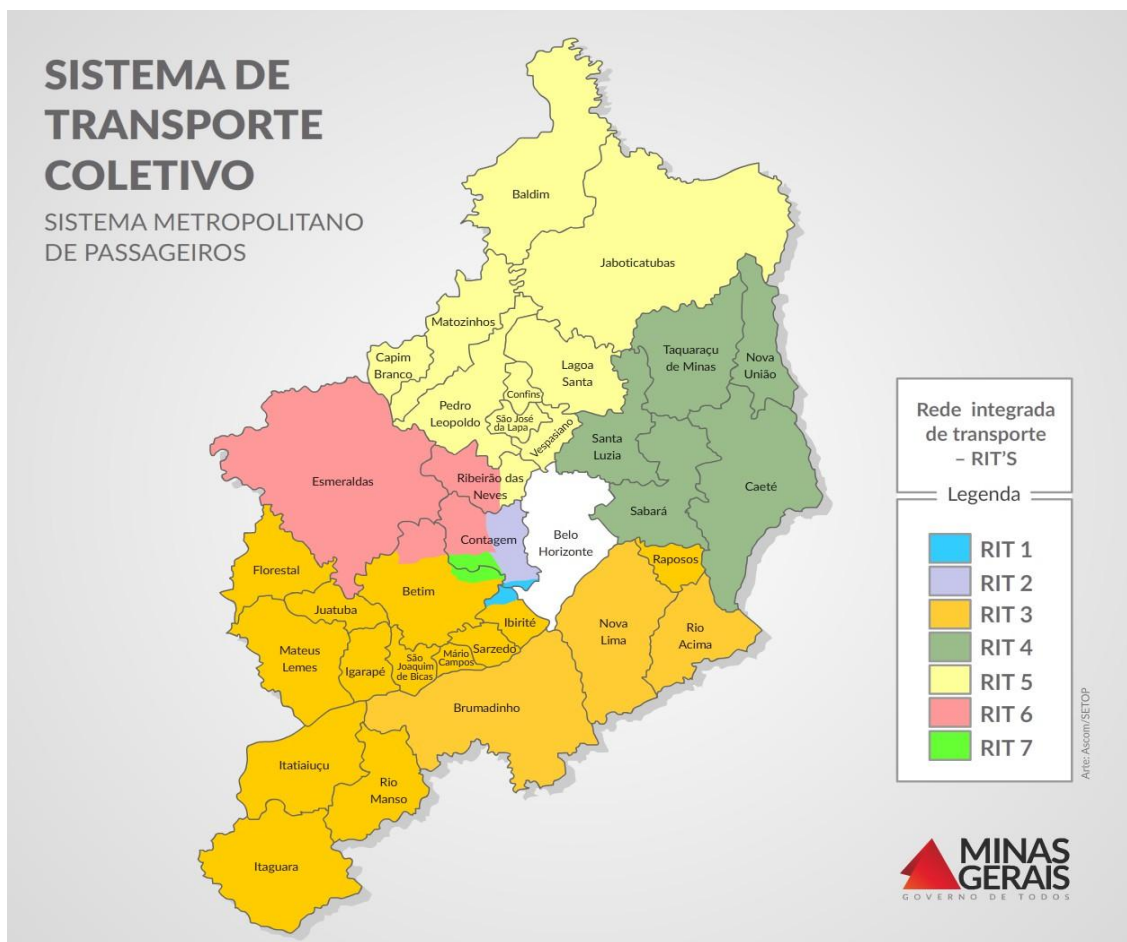
As rede integrada de transporte são compostas de um conjunto de serviços de transporte público de passageiros por ônibus que integram uma região com características homogêneas em relação à posição geográfica, acessos aos corredores e possibilidades de intervenções estruturais ou operacionais, inclusive, Intermodais para otimização da oferta.

Apresenta-se a seguir as principais áreas de atendimentos das Redes Integradas de Transporte. Vide também a Figura 12:

- ✓ RIT 1: Contagem (Sandoval Azevedo – Industrial), Ibirité (Montreal – Ouro Negro – Cascata – Jardim das Rosas – Durval de Barros – Vila Ideal – Marilândia);
- ✓ RIT 2: Contagem (Água Branca - Morada Nova - Parque São João - Jardim Laguna – Guanabara - Novo Progresso - São Mateus);
- ✓ RIT 3: Betim, Ibirité (Canaã - N.S. de Fátima - Lago Azul - Parque Estrela do Sul), Sarzedo, Mário Campos, Brumadinho, São Joaquim de Bicas, Florestal, Mateus Leme, Juatuba, Igarapé, Rio Manso, Itatiaiuçu, Itaguara, Nova Lima, Raposos e Rio Acima;
- ✓ RIT 4: Sabará (Ana Lúcia - General Carneiro -Sede), Santa Luzia (Centro – São Benedito), Caeté, Nova União e Taquaraçu de Minas;

- ✓ RIT 5: Ribeirão das Neves (Justinópolis), Vespasiano (Sede - Morro Alto), São José da Lapa, Pedro Leopoldo, Confins, Matozinhos, Capim Branco, Jaboticatubas, Baldim e Lagoa Santa.
- ✓ RIT 6: Ribeirão das Neves, Contagem (Nova Contagem), Esmeraldas;
- ✓ RIT 7: Betim (São Caetano - Vila Cristina – Imbirucu – Terezópolis - Alvorada), Contagem (Petrolândia – Tropical - Santa Helena).

Figura 12. Redes Integradas de Transporte Coletivo RMBH.



Os consórcios responsáveis pela operação em cada uma das RITs são: Consórcio Via Amazonas (RIT1), Consórcio Uniminas (RIT2), Consórcio Metropolitano de Transporte (RIT3), Consórcio Estrada Real (RIT4), Consórcio Linha Verde (RIT5), Consórcio Esmeraldas/Neves (RIT6) e o Consórcio Cidade Industrial – CONCIDI (RIT7). O prazo da vigência da concessão é de 30 anos a contar da data de assinatura dos contratos, que deu-se em 01/03/2008.

A gestão, acompanhamento e controle dos serviços são de responsabilidade da SETOP, através da Superintendência de Transporte Metropolitano.

A fiscalização dos serviços será exercida pelo DER/MG, através da sua Diretoria de Fiscalização.

- Política Tarifária

Tarifa é o preço pago pelos usuários, para o consumo dos serviços públicos de transporte. A formulação dessa tarifa é estabelecida pela autoridade governamental e está ligada a uma política tarifária. Embora, nem sempre explicitadas, as políticas tarifárias estão associadas a políticas públicas “mais amplas”, as quais geram efeitos sobre a condição socioeconômica dos usuários, à organização do uso do solo urbano e à sustentabilidade econômico financeira dos sistemas de transporte.

Na formulação de política tarifária três aspectos devem ser considerados:

- ✓ - Objetivos: resultados que se espera com a aplicação da política;
- ✓ - Estrutura tarifária: maneira de cobrar pelos serviços, envolvendo o nível de preços, as estratégias de cobrança e as opções de pagamentos;
- ✓ - Tecnologia de cobrança: ferramentas utilizadas para operacionalizar a venda de bilhetes e o controle de pagamento de tarifas.
- ✓ A estrutura tarifária é constituída de três elementos que, combinados, definem as bases de cobrança pelos serviços de transportes.
- ✓ - Valor ou nível de tarifa: método de determinação de tarifa e procedimentos de reajustes e revisões ao longo do tempo.
- ✓ - Estratégia de cobrança: diversificação tarifária, pontuando as questões relacionadas com a integração e com as gratuidades.
- ✓ - Opções de pagamentos: dinheiro ou cartão com créditos eletrônicos.

O método atualmente considerado pela SETOP é a planilha desenvolvida pela Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT em 1993. Consiste em estabelecer um valor de tarifa que cubra os custos totais de operação acrescidos de uma taxa de retorno sobre o capital investido. O valor da tarifa é obtido dividindo os custos totais dos serviços pela quantidade de passageiros pagantes.

O custo é calculado segundo uma planilha que leva em conta os preços dos diferentes insumos (pessoal, combustível, pneus, peças, etc) e as quantidades médias consumidas, expressas por coeficientes técnicos. Consideram-se também os custos de remuneração e depreciação do capital investido em veículos e, em instalações de equipamentos. Os tributos diretos são também elementos de custo importantes incorporados ao cálculo da tarifa.

O reajuste da tarifa ocorre quando são constatadas variações nos preços dos insumos. Atualmente, as tarifas são revistas pela SETOP com periodicidade mínima anual, observados os critérios estabelecidos em legislação e variação dos parâmetros que compõem a base de cálculo tarifário.

- **INTEGRAÇÃO TARIFÁRIA**

Atualmente no sistema metropolitano estão vigentes três tipos de integrações, a integração entre linhas metropolitanas (ônibus x ônibus), entre linhas metropolitanas e o metrô (ônibus x metrô) e entre linhas que atendem os terminais metropolitanos (alimentadoras x troncais).

As integrações do tipo ônibus x ônibus estão vigentes no sistema de transporte metropolitano desde 2010, estipuladas pelo Ato Regulamentar 021 de 29/09/2010. O usuário que utilizar duas linhas distintas do Sistema Metropolitano de Passageiros, com a utilização do Cartão ÓTIMO dentro do prazo de 90 minutos, terá debitado créditos no valor referente à tarifa da linha:

- da primeira utilização;
- da segunda utilização com um desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor da menor tarifa na integração.

Esta regra de integração está prevista no contrato atualmente vigente com os sete consórcios.

A integração do tipo ônibus x metrô está vigente desde o ano de 2003, sendo fixados através de convênio a quantidade de linhas que integram, bem como o valor de repasse ao metrô. Atualmente o valor de repasse ao metrô atingiu o teto máximo, 85% do valor da tarifa do metrô, que corresponde a R\$ 1,50.

Vale ressaltar que não existe integração tarifária entre os sistemas de ônibus municipais e metropolitano da RMBH.

- **BILHETAGEM ELETÔNICA**

A tecnologia de cobrança evoluiu muito na última década. Com o aparecimento dos sistemas de bilhetagem automática, os cartões eletrônicos substituíram os meios de pagamentos tradicionais.

O ÓTIMO, por exemplo, é a bilhetagem eletrônica da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ele foi lançado em novembro de 2008 para trazer mais conforto, segurança, agilidade e cidadania para os usuários do transporte coletivo metropolitano.

A bilhetagem eletrônica também contribui para aumentar a segurança dos usuários e operadores diminuindo o volume de dinheiro dentro dos ônibus e reduzindo, assim, as possibilidades de roubos e assaltos. Com a introdução da operação com o cartão ótimo no transporte metropolitano de Belo Horizonte, ampliou-se as possibilidades de deslocamento e atração de novos passageiros para o transporte, contribuindo inclusive para a redução de ociosidade na oferta. Trata-se, portanto, de importante instrumento da política tarifária.

- **RECEITAS NÃO-TARIFÁRIAS**

Atualmente, as receitas não-tarifárias do Sistema de Transporte Metropolitano restringem-se à publicidade veiculada nos ônibus. Segundo o Ato Regulamentar 032 de outubro de 2012, a receita integral apurada com a publicidade nos veículos do Sistema deverá ser utilizada para abatimento dos custos operacionais a cada reajusto tarifário, para favorecer a modicidade das tarifas.

A arrecadação de mídia do sistema municipal de Belo Horizonte tem representatividade cerca de 4 vezes superior à registrada no sistema metropolitano. A arrecadação de publicidade em sancas, traseira total, janela traseira exclusiva, janela traseira e painéis teve participação sobre a receita operacional bruta do sistema de 0,88% em 2013.

- **INTEGRAÇÃO COM O TRANSPORTE NÃO MOTORIZADO**

Atualmente há a possibilidade de integração do transporte metropolitano com o transporte não motorizado. Esta integração é viabilizada hoje nos terminais metropolitanos implantados, com a oferta de bicicletários. O inconveniente desses dispositivos é que eles foram implantados em locais que não oferecem segurança às bicicletas.

Nas linhas troncais do Sistema MOVE Metropolitano há a possibilidade de circular nos veículos com bicicletas, sendo esses equipados com dispositivos para acondicionamento. Esta circulação com as bicicletas somente é permitida nos finais de semana e feriados, períodos em que a demanda é mais baixa.

Desempenho e Qualidade

Nos últimos anos dois anos (2013 e 2014) foram realizadas pesquisas de satisfação do usuário. A primeira delas no ano de 2013 e a segunda no ano de 2014.

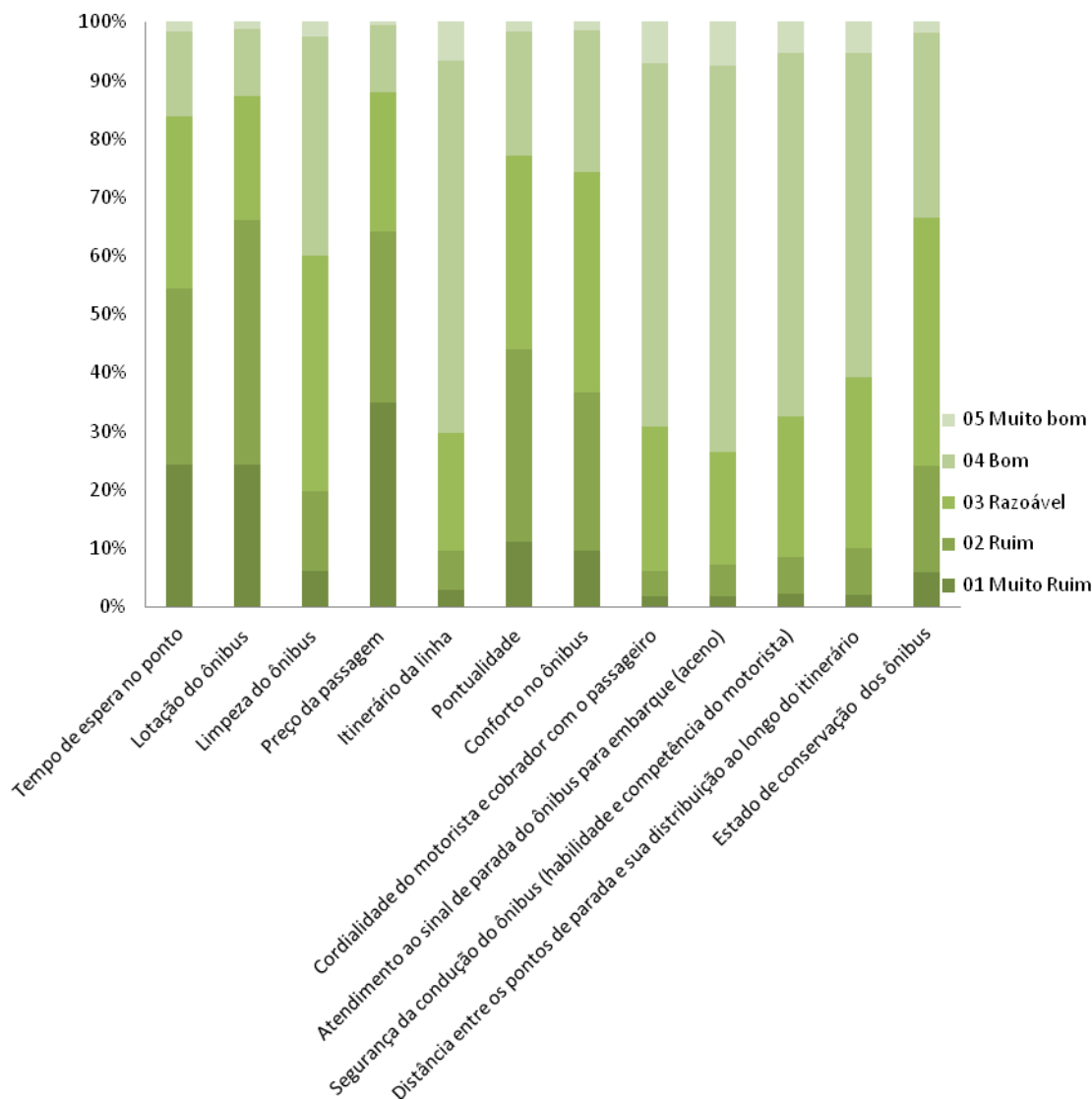
A principal premissa da pesquisa era relacionar as questões com os indicadores de desempenho dos contratos de concessão. O questionário da pesquisa de 2013 foi estruturado conforme a Tabela 6. Os resultados são resumidos na Figura 13.

Tabela 6. Estrutura da pesquisa de satisfação do usuário do transporte coletivo metropolitano da RMBH -2013.

Grupo de Perguntas	Quantidade de Questões
Identificação da Viagem	06 Questões
Perfil do Entrevistado	14 Questões e 06 Subquestões
Avaliação dos Serviços Prestados	06 Questões e 09 Subquestões
Outros Serviços Prestados pela SETOP e DER	11 Questões e 04 Subquestões
Uso do Transporte Irregular	03 Questões

Fonte: Superintendência de Transporte Metropolitano – SETOP

Figura 13. Satisfação dos usuários com o serviço prestado - 2013.



Fonte: Superintendência de Transporte Metropolitano – SETOP

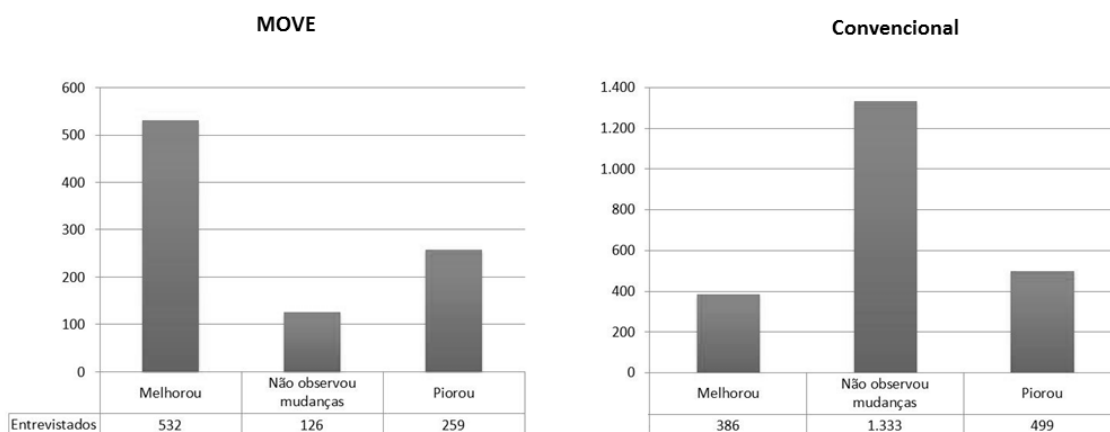
Em 2014 a elaboração dos questionários deu-se através da análise da pesquisa 2013 e da inserção de perguntas específicas para o sistema MOVE Metropolitano. O questionário da pesquisa de 2014 foi estruturado conforme a Tabela 6.

Tabela 7. Estrutura da pesquisa de satisfação do usuário do transporte coletivo metropolitano da RMBH -2014.

Grupo de Perguntas	Quantidade de Questões
Características da Pesquisa	2 Questões
Perfil do Entrevistado	6 Questões
Sobre o MOVE Metropolitano	5 Questões
Sobre o Sistema Convencional	9 Questões
Avaliação dos Serviços Prestados	6 Questões
Outros Serviços Relacionados ao STM	10 Questões
Uso do Transporte Irregular	3 Questões

Os principais resultados da pesquisa de 2014, referentes ao sistema Convencional podem ser observadas na Figura 14 e na Figura 15. **Erro! Fonte de referência não encontrada..**

Figura 14. Opinião sobre a evolução da qualidade do sistema de transporte coletivo em relação à 2013.

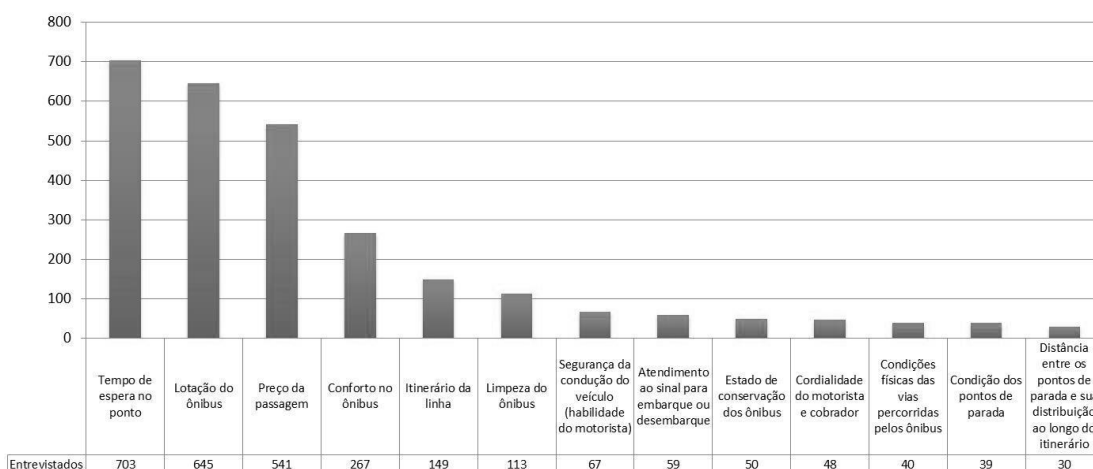


Fonte: Superintendência de Transporte Metropolitano – SETOP

Ao final da pesquisa, concluiu-se que a grande maioria dos usuários do sistema convencional não observou mudanças no Sistema de Transporte Metropolitano – STM no último ano. Também a maioria dos usuários desconhece o transporte clandestino, porém quem utiliza, afirma ser mais rápido que o transporte regular. O tempo de espera no ponto de embarque e desembarque é o fator mais importante para o usuário.

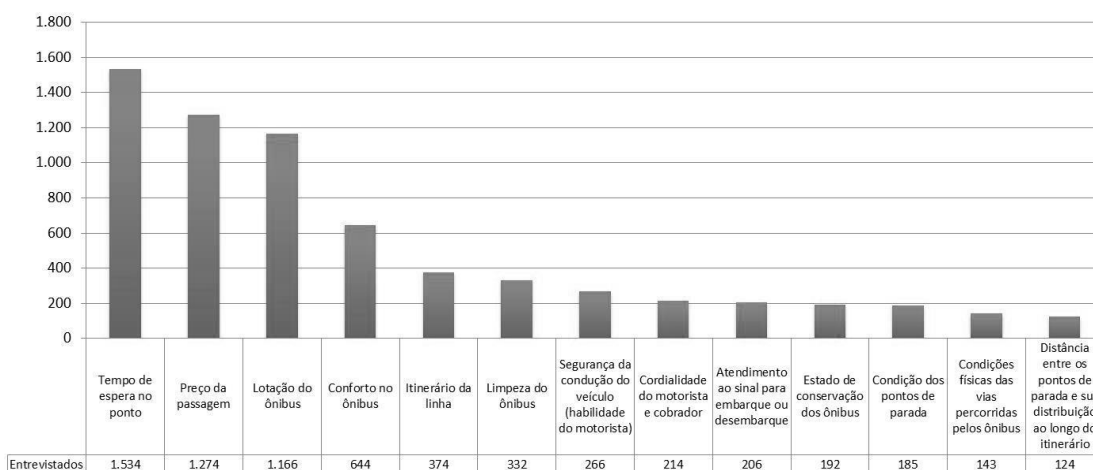
Assim é possível concluir que o serviço de transporte coletivo metropolitano necessita de melhorias na frequência das viagens, bem como nas melhorias que auxiliem a redução dos tempos de viagens, como a delimitação de faixas preferenciais e construção de faixas exclusivas.

Figura 15. Aspectos mais relevantes do serviço - MOVE



Fonte: Superintendência de Transporte Metropolitano – SETOP

Figura 16. Aspectos mais relevantes do serviço - Convencional



Fonte: Superintendência de Transporte Metropolitano – SETOP

Os principais pontos positivos apontados pela pesquisa sobre a implantação do sistema MOVE foram:

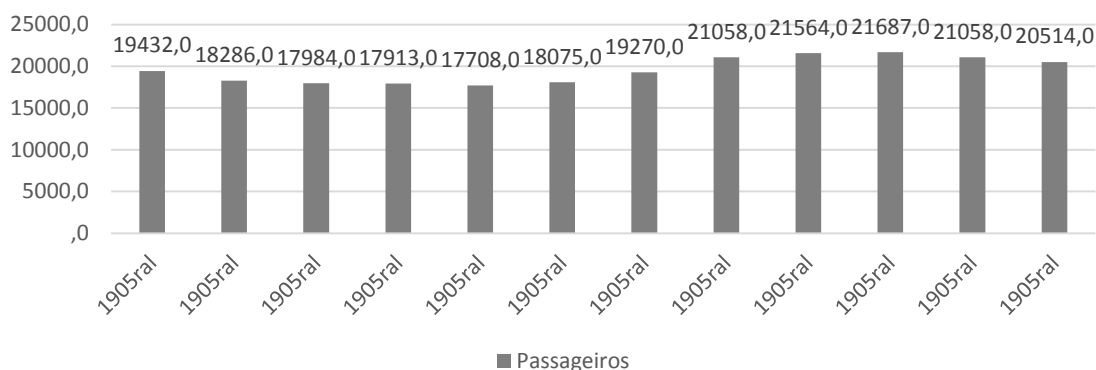
- Alterações do sistema.
- Orientações sobre alterações.
- Tempo de espera das linhas troncais.
- Tempo de viagem das linhas troncais.

Série Histórica

- Passageiros

O número médio de passageiros transportados no mês do sistema metropolitano de transporte não tem grandes variações ano a ano. Na Figura 17, podemos perceber esta concepção. No ano de 2003 o número médio de passageiros transportados foi de 19.432 milhões/mês e no ano de 2014 foi de 20.514 milhões/mês, um crescimento de 1.082 milhões/mês de passageiros ou 5,56%.

Figura 17. Média mensal de passageiros por ano (em milhares)

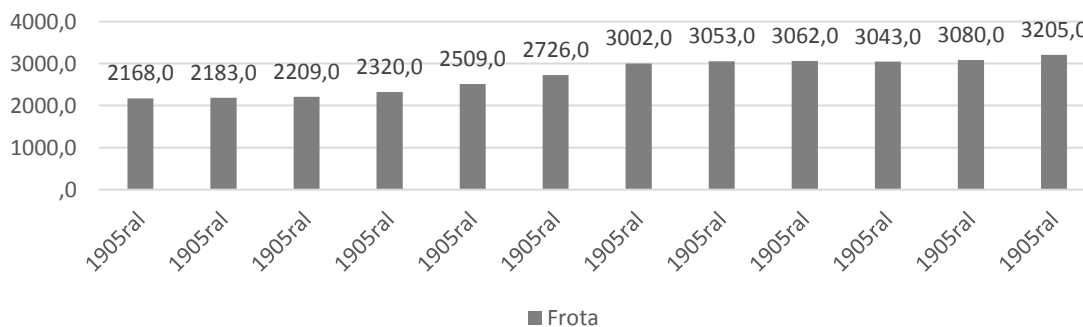


Fonte: Superintendência de Transporte Metropolitano – SETOP

- Frota

A frota abaixo é dada no último dia do mês de dezembro do ano em questão, neste caso em 31 de dezembro. Houve um crescimento de 1.037 veículos ou 47,83% do ano de 2003 para o ano de 2014. Nota-se que o número de veículos cresceu muito mais do que o número de passageiros (5,56%), permitindo assim um melhor atendimento aos usuários.

Figura 18. Evolução da Frota

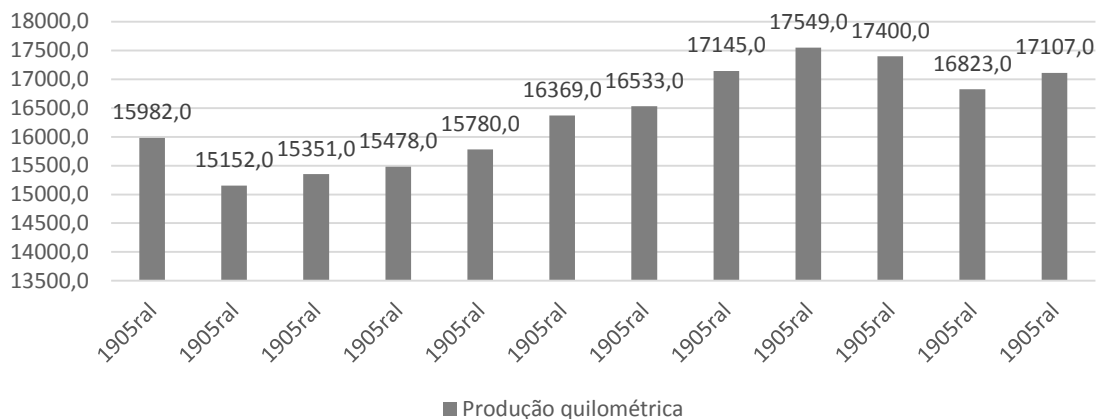


Fonte: Superintendência de Transporte Metropolitano – SETOP

- Produção quilométrica.

O número médio de produção quilométrica produzidos pelo sistema metropolitano de transporte do ano de 2003 para o ano de 2014, sofreu uma variação positiva de 1.125 milhões de produção quilométrica produzidas, saindo em 2003 de 15.982 milhões para o ano de 2014 em 17.107 milhões, cabe ressaltar que esta variação se deu após licitação que configurou os atendimentos em Rede Integrada de Transporte.

Figura 19. Produção quilométrica média mensal por ano (em milhares)

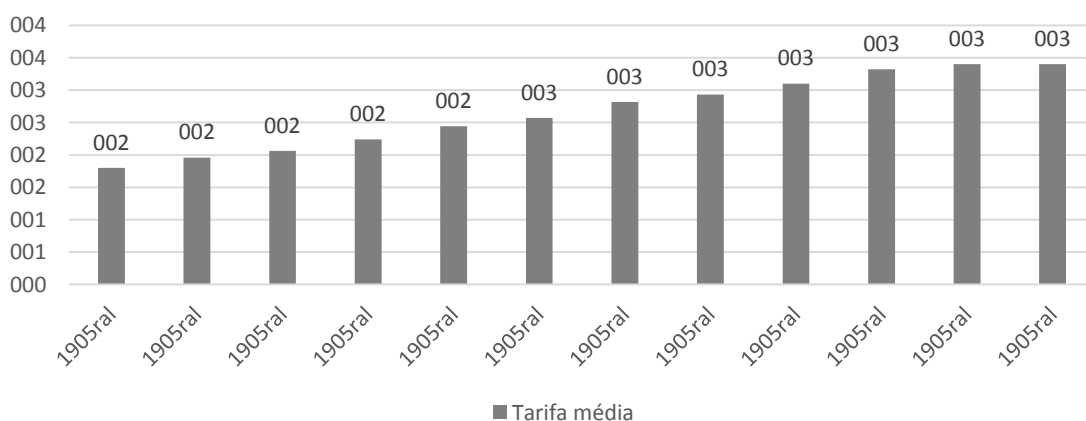


Fonte: Superintendência de Transporte Metropolitano – SETOP

- Tarifa Média

A tarifa média do ano de 2003 para o ano de 2014 saiu de R\$1,80 para R\$3,40, um aumento de R\$1,60 ou 88,88%. Considerando que, de 2003 a 2014 são 12 anos, tivemos um reajuste médio de 7,41%. Segundo fonte do IGP-M a inflação acumulada de janeiro do ano de 2003 a dezembro do ano de 2014 foi de 106,08%.

Figura 20. Tarifa média por ano (em R\$)



Fonte: Superintendência de Transporte Metropolitano – SETOP

Análise Crítica

Quanto à implantação do MOVE, a ausência de um planejamento adequado para implantação do novo modelo operacional gerou uma série de problemas tais como a necessidade de utilização terminais de integração provisórios; a ausência de revisão no modelo tarifário e a ausência de transferência de ganhos de produtividade para o usuário; a avaliação equivocada de novos quadros de horário e a ausência de diálogo com a sociedade. A consequência foi a perda da qualidade do sistema e a recusa da população em aceitar o novo modelo operacional, apesar das melhorias apontadas pela pesquisa de satisfação, que se dá em grande parte pela redução do tempo de viagem nas linhas troncais.

Em termos institucionais e administrativos, a falta de um sistema de informação operacional e gerencial na SETOP, os inúmeros atos normativos que modificaram a regulação do sistema, a inexistência de um sistema de participação e controle social e o baixo controle operacional corroboram para a ausência do poder público no sistema e o agravamento dos problemas.

Propostas/diretrizes/ações.

- Concluir a implantação dos Terminais e Estações da Região Norte e avaliar a viabilidade dos demais Terminais e Estações;
- Revisar os planos e projetos do novo modelo operacional do Transporte Coletivo Metropolitano, verificando a compatibilidade com as diretrizes existentes e as novas políticas do governo, bem como, incluindo na discussão as prefeituras, o setor produtivo, o legislativo e a população.
- Criação de comitês/fóruns representativos dos usuários para discutir de forma contínua as questões inerentes ao transporte coletivo de passageiros da RMBH, em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana;
- Desenvolver e implantar um jornal de bordo a ser afixado no interior dos ônibus e terminais metropolitanos, similar ao Jornal do ônibus utilizado pela Prefeitura de Belo Horizonte;
- Realizar pesquisas de avaliação do Sistema de transporte Metropolitano;
- Conduzir a proposta junto ao Ministério das Cidades para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Mobilidade, que inclui a implantação de diferentes corredores e Terminais;
- Revisar o modelo regulatório, para atender a nova legislação nacional das Regiões Metropolitanas e de Mobilidade Urbana;

- Transferir para o INMETRO a vistoria da frota de ônibus do sistema de Transporte Metropolitano. Este modelo já é utilizado por outros gestores, inclusive a ANTT;
- Reformular a política tarifária do sistema de Transporte Metropolitano e estabelecer parâmetros para transferência dos ganhos de produtividade da reformulação do sistema para o usuário;
- Desenvolver o sistema de informação gerencial, possibilitando o acesso direto a base de dados com as informações da operação;
- Formular um programa de formação continuada para garantir a eficiência dos agentes e fiscais envolvidos na gestão deste sistema.

TRANSPORTE METROPOLITANO - METRÔ

Diagnóstico

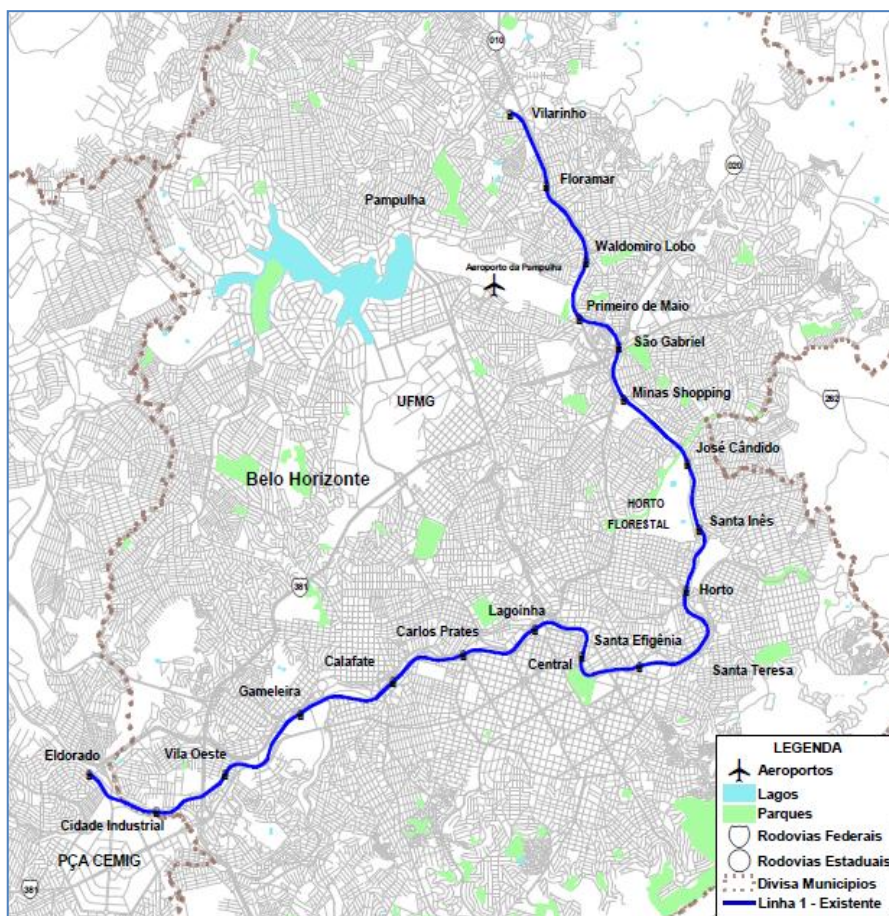
O Metrô da RMBH tem sua história iniciada ao final dos anos 70 quando o GEIPOT, antigo órgão de planejamento do Ministério dos Transportes, foi incumbido de desenvolver um projeto para a RMBH a fim de resolver ao mesmo tempo o estrangulamento da capacidade de transporte de cargas face às “passagens de nível” no meio urbano e melhorar o transporte ferroviário de passageiros.

Desta forma, o Metrô da RMBH foi projetado na mesma diretriz do leito ferroviário existente, reduzindo-se assim o custo de implantação e equacionando o problema da travessia da RMBH. A carga foi mantida em seu leito original, mas com linha exclusiva e retificação de alguns trechos.

A operação comercial do Metrô de Belo Horizonte teve início em 1986, contando com as primeiras seis estações ligando Eldorado a Lagoinha, com 10,8 km de linha e três trens. Em 1987, foi incorporada ao trecho a estação Central e, em 2001, completou-se a frota de 25 trens. Em 2002, foi concluída a atual Linha Eldorado - Vilarinho, com 19 estações e 28,1 km de extensão, incluindo o Pátio de Manutenção de São Gabriel.

Atualmente, o metrô da RMBH conta com uma única linha, que integra o vetor norte ao oeste da cidade de Belo Horizonte e tangencia a região central da capital, promovendo a mobilidade entre os diversos municípios da Região Metropolitana. A integração representa cerca de 35% do total de embarques operados pelo metrô, o equivalente a mais de 22 milhões de passageiros/ano.

Figura 21. Linha atual do metrô em operação: Eldorado-Vilarinho



Fonte: Metrominas

A linha existente possui 28,1Km de extensão e conta com 19 estações, quais sejam: Eldorado, Cidade Industrial, Vila Oeste, Gameleira, Calafate, Carlos Prates, Lagoinha, Central, Santa Efigênia, Santa Tereza, Horto, Santa Inês, José Cândido, Minas Shopping, São Gabriel, 1º de Maio, Waldomiro Lobo, Floramar e Vilarinho.

- Tarifa

O transporte metroviário conta com dois tipos de tarifa, a tarifa exclusiva e a integrada. A tarifa exclusiva é aquela utilizada pelos usuários cujo desejo de viagem é contemplado apenas pelo transporte metroviário. Já a tarifa integrada, possui um valor adicional à exclusiva, para aqueles usuários que necessitam de outro modal, no caso ônibus, para completar seu desejo de viagem. Existe também a possibilidade do passe livre, garantido por Lei Federal aos idosos acima de 65 anos e demais usuários que esta Lei distingue.

- Frota

O número de trens que o metrô atualmente dispõe é de 25, suficiente para atender o trecho Eldorado-Vilarinho, considerando a demanda em hora pico, com headway de aproximadamente 4 minutos.

A composição é formada, na hora pico, por TUE's (trens unidade elétrica) de oito carros, sendo 4 motores e 4 reboques intercalados com TUE's de quatro carros, dois motores e dois reboques. Sendo que, a capacidade dos TUE's de oito carros é de 2052 passageiros, 524 sentados e 1528 em pé, e os de quatro, para transportar 1026 passageiros, sendo 262 sentados e 764 em pé, considerando a lotação de 6 passageiros/m². Um TUE comporta o equivalente a 12 ônibus lotados.

- Linhas Integradas e Alimentadoras

No contexto geral de deslocamentos em Belo Horizonte, o metrô transporta cerca de 65 milhões de pessoas/ano, o que equivale a quase 11% do número total de passageiros que utilizam o transporte público na Capital. A média mensal de usuários que utilizam o sistema a cada mês chega a 5,5 milhões de pessoas. Diariamente são cerca de 240 mil pessoas/dia.

A integração representa cerca de 35% do total de embarques operados pelo metrô, o equivalente a mais de 22 milhões de passageiros/ano.

Ao todo, 450 linhas estão distribuídas em seis terminais rodoviários anexos às estações Vilarinho, São Gabriel, José Cândido da Silveira, Central, Lagoinha e Eldorado.

- Metrominas

A Trem Metropolitano de Belo Horizonte S/A - METROMINAS é uma empresa pública cuja criação foi autorizada por meio da lei estadual nº 12.590, de 25 de julho de 1997, sendo constituída em 1999, passando a ser de sua competência a administração, fiscalização e exploração do transporte ferroviário urbano e metropolitano de passageiros no Estado de Minas Gerais.

Trata-se de sociedade anônima de capital fechado de entes internos cuja composição acionária é representada por 55% pelo Estado de Minas Gerais, 35% pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e 10% pela Prefeitura Municipal de Contagem.

Com a aprovação do projeto do metrô de Belo Horizonte e região metropolitana na segunda fase do Programa de Aceleração ao Crescimento, o PAC MOBILIDADE, pode-se dar início à elaboração dos projetos de engenharia e serviços de topografia e geotecnia necessários para tanto.

Análise Crítica

Os acessos às estações se dão por escadas e rampas que, por vezes, em função da pouca iluminação e por se darem em espaços estreitos e áridos, são bastante inseguros. Além disso, em função da época em que foram construídos, não se aplicou normas de acessibilidade que possibilitassem acesso confortável aos usuários com mobilidade reduzida. Em função disso, seria necessária uma modernização e a aplicação de normas vigentes de acessibilidade, e a possibilidade de se melhorar os acessos proporcionando ainda maior integração com outros modais que alimentariam o sistema metroviário. Essas modernizações atrairiam maior demanda ao sistema que é um sistema de massa, expandindo o atendimento e melhorando o conforto e segurança do usuário do metrô.

Propostas/diretrizes/ações.

Estudos já realizados indicaram a necessidade da ampliação do Metrô da RMBH para atendimento de regiões cujos corredores de transporte rodoviários, encontram-se hoje completamente saturados pelo grande volume de veículos e constantes congestionamentos, cujo principal objetivo é o de melhorar a oferta de capacidade, velocidade, conforto, atratividade, inserção urbanística e adequação ambiental do sistema de transporte da região.

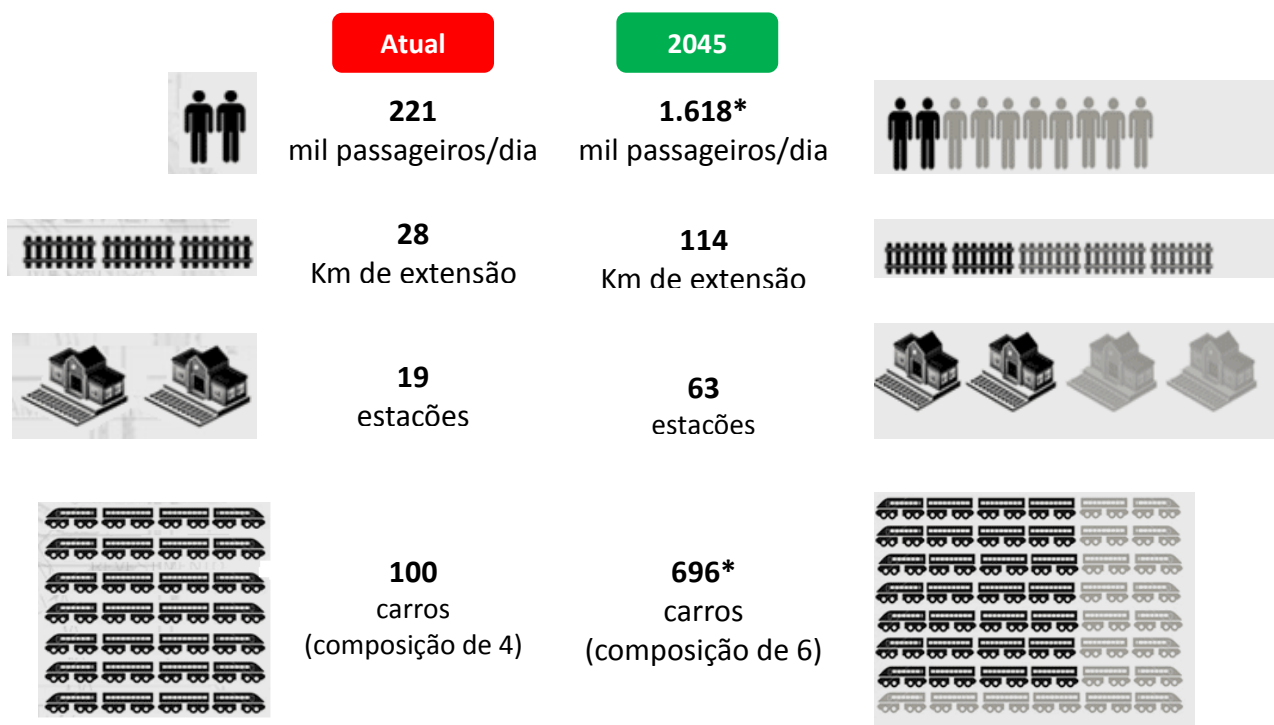
Recentemente, foram concluídos e entregues os projetos básicos de engenharia e arquitetura para ampliação e modernização da rede nos seguintes trechos:

1. Modernização e ampliação da linha existente (Linha 1 – Eldorado – Vilarinho), incluindo: ampliação de estações, aquisição de novos trens, melhoria de sistemas elétricos e de telecomunicações.
2. Construção da denominada Linha 2 , numa primeira fase no trecho Barreiro – Nova Suíça, com baldeação entre Linha 1 e 2 na estação Nova Suíça.
3. Construção da denominada Linha 3 , numa primeira fase no trecho Savassi – Lagoinha.
4. Ainda, encontra-se em contratação estudos e projetos de engenharia para a implantação de serviço metroviário nos seguintes trechos:
5. Construção da denominada Linha 4 , Novo Eldorado – Betim, com baldeação entre a Linha 1 e a 4 na estação Novo Eldorado (tendo recentemente finalizado o processo licitatório).
6. Elaboração de Projetos de Engenharia para implantação do segundo trecho da Linha 2, Nova Suíça – Hospitais.

7. Elaboração de Projetos de Engenharia para implantação do segundo trecho da Linha 3, Savassi – Belvedere.
8. Elaboração de Projetos de Engenharia para implantação do segundo trecho da Linha 5, Eldorado – Belvedere.

A projeção da nova rede prevê um crescimento expressivo da frota e capacidade de carregamento de usuários. Abaixo, desenho dessa projeção.

Figura 22. Previsões para expansão da rede de metrô da RMBH.



**As demandas e a composição da frota consideram somente os dados das Linhas 01, 02 e 03, e não os das Linhas 04 e 05, tendo em vista que ainda não foi realizado o estudo de Projeto Funcional para estas linhas.*

(Abril/2015)

INTERMUNICIPAL - ÔNIBUS

Diagnóstico

- Cobertura:

O Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de passageiros é constituído por 1.900 serviços que atendem aos municípios do Estado de Minas Gerais, excluídas as linhas que atendem exclusivamente a Região Metropolitana de Belo Horizonte, administrado e explorado por 211 empresas, com receita de R\$ 863 milhões e transportando 71,9 milhões de passageiros em 2014.

- Regulamentação:

O Transporte de passageiros de Minas Gerais é regulamentado por uma série de normas, sendo a principal, o Decreto Estadual nº 44.603, que contém o Regulamento do Serviço de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal e Metropolitano do Estado de Minas Gerais – RSTC, de 22 de agosto de 2007. Desde então atos regulamentares entraram em vigor, complementando essa norma.

- Política Tarifária

É regulado por metodologia derivada da metodologia mais disseminada no país GEIPOT, a arrecadação se dá apenas pela receita da venda de passagens, não existindo receitas acessórias de transporte de encomendas ou publicidade.

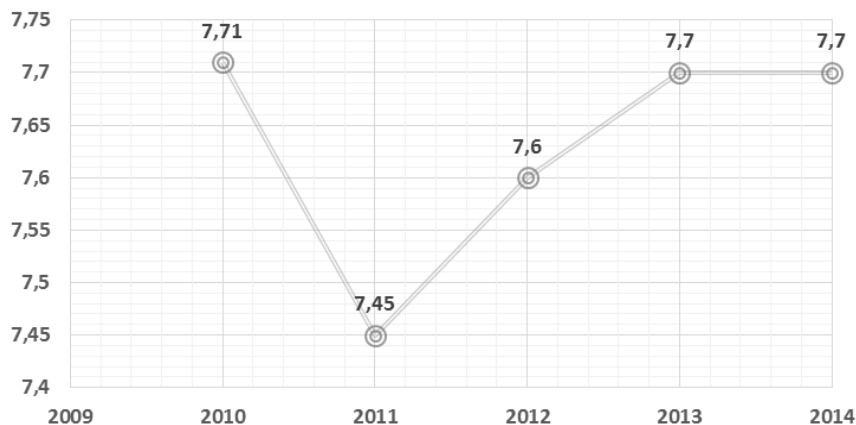
- Desempenho e Qualidade

A pesquisa de satisfação é aplicada desde 2010, sendo que nos últimos 3 anos os formulários sofreram algumas alterações.

Os formulários são aplicados pelos fiscais nas CRG's e a STI/DEMSI é a responsável pelo tratamento da informação. Na Figura 23 são apresentados os resultados.

Para fins de exemplificação temos dois gráficos que resumem brevemente a pesquisa.

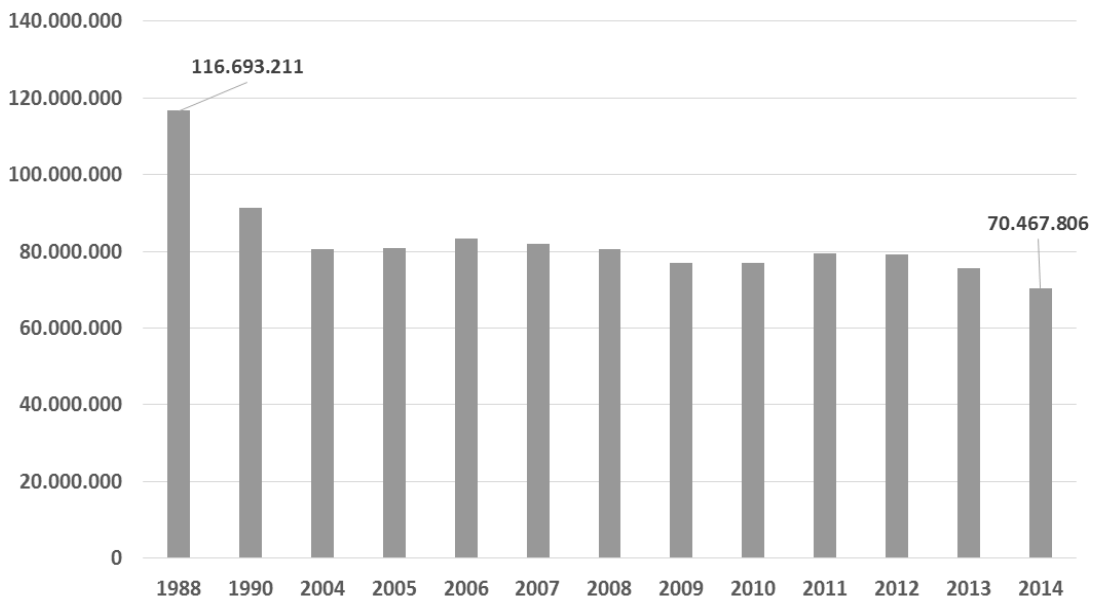
Figura 23. Evolução do Índice de satisfação dos usuários do serviço de transporte intermunicipal



Fonte: Superintendência de Transporte Intermunicipal – SETOP

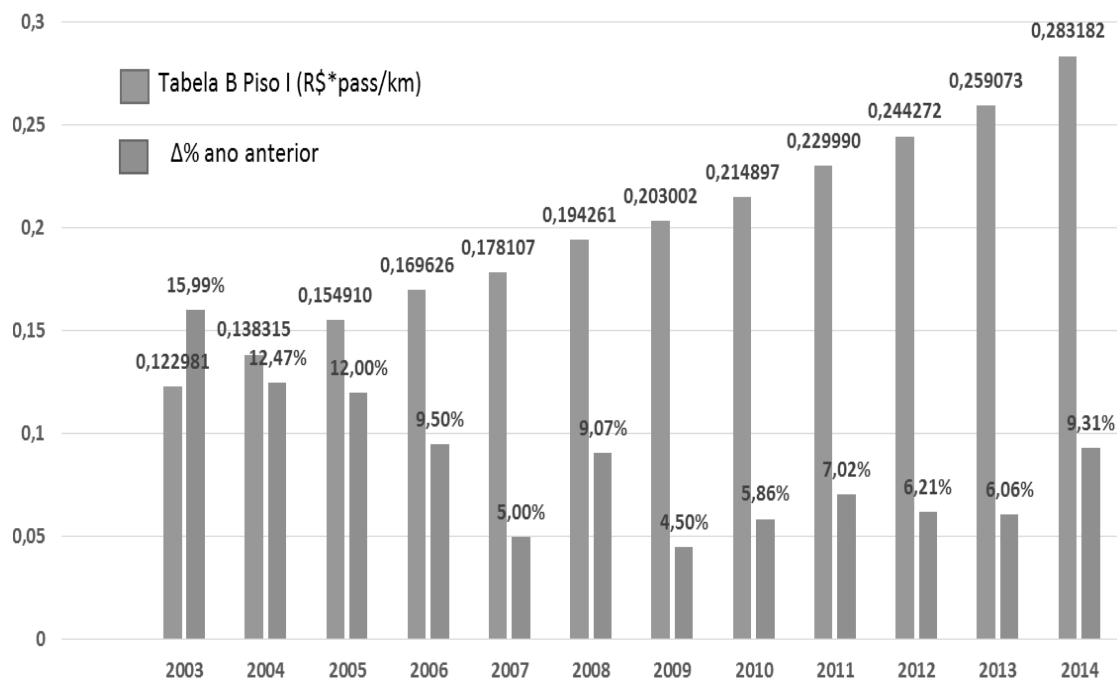
Série Histórica

Figura 24. Passageiros transportados pelo sistema de transporte intermunicipal por ano.



Fonte: Superintendência de Transporte Intermunicipal - SETOP

Figura 25. Evolução tarifária do sistema de transporte coletivo intermunicipal.



Análise Crítica

O sistema de transporte coletivo rodoviário intermunicipal é regulado pelo Estado e operado por terceiros, vem sofrendo concorrência ruínosa oriunda do transporte clandestino, fazendo com que, ao longo dos anos, o número de passageiros transportados anualmente venha diminuindo e que os agentes fiscais sejam obrigados a focar suas ações na repressão e autuação desta prática, em detrimento ao sistema regular. Torna-se necessário qualificar os fiscais do DER e ampliar o contingente, já que o quadro atual não é compatível com a demanda.

Concorrência ruínosa do transporte clandestino: O Sistema de Transporte Intermunicipal regular vem sofrendo concorrência ruínosa oriunda do transporte clandestino. Ao longo dos anos, o número de passageiros transportados anualmente vem diminuindo.

Devido a essa concorrência, os agentes fiscais são obrigados a focar suas ações na repressão e autuação desta prática em detrimento ao sistema regular.

Sistema de informação para gestão do Sistema Intermunicipal insuficiente para atender as novas demandas: O sistema de informação utilizado pela SETOP foi desenvolvido em 2007 já necessitando de revisão de suas funcionalidades, pensando em módulos de multas, georreferenciamento pelo TransCad, etc.

Regulamentação: o Decreto que regulamenta o Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal data de 2007 (nº 44.603). Nesse intervalo, foram licitadas linhas, celebrados contratos, editados atos regulamentares, tornando-se necessário uma adaptação à nova realidade.

Necessidade de qualificação dos fiscais e ampliação do contingente: os agentes fiscais que ingressaram recentemente no DER/MG não passaram por treinamento específicos para atuarem na fiscalização do transporte coletivo. O quadro atual não é compatível com a demanda.

Propostas/diretrizes/ações.

- Rever o Marco Regulatório do Transporte Intermunicipal de Passageiros: adequando-o as novas legislações e inovações tecnológicas e de gestão.
- Vistoria da Frota: Transferir para o INMETRO as vistorias da frota de ônibus utilizada pelas empresas/consórcios do sistema de Transporte Intermunicipal. Essas vistorias realizadas pelo INMETRO já são utilizadas pela ANTT.
- Metodologia e Política tarifária: rever a política tarifária em vigor.
- Sistema de informação para gestão do Sistema Intermunicipal insuficiente para atender as novas demandas: Desenvolver novo sistema de informação para gerenciamento do Sistema Intermunicipal.

- Arrecadação: Formalizar parceria junto a Secretaria de Estado de Fazenda para monitoramento da arrecadação das Concessionárias.
- Necessidade de qualificação dos fiscais: Treinamento dos agentes fiscais pelo DER/MG em conjunto com a SETOP. É necessário que o quadro de agentes fiscais esteja completo.
- Concorrência ruínosa do transporte clandestino: Criar uma força tarefa junto com outros órgãos do Estado, SEDES, SEF, entre outros, com o objetivo de analisar e propor soluções para o transporte clandestino e fretamentos.
- Criação de comitês/fóruns representativos dos usuários para discutir questões inerentes ao transporte coletivo das regiões metropolitanas do Vale do Aço, em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana.
- Analisar a implantação do Transporte Metropolitano do Vale do Aço, analisar a readequação do serviço intermunicipal de passageiros dos municípios do vale do Aço, transformando-o em um serviço metropolitano.
- Implantar um sistema de Monitoramento e Avaliação da qualidade do serviço de transporte intermunicipal de passageiros. Isto inclui a aplicação da pesquisa por outros métodos, como a internet por exemplo.
- Estabelecer uma parceria com a Fazenda Estadual para aferição do TGO pago pelas Empresas Operadoras; (STI e SubRT já estão desenvolvendo esta demanda)
- Desenvolver estudos para estabelecer parceria com os municípios visando a melhoria do serviço das linhas comerciais (linhas com características urbanas) do serviço intermunicipal de passageiros.

INFRAESTRUTURA

POLÍTICAS DE APOIO AOS MUNICÍPIOS

CONVÊNIOS

Diagnóstico

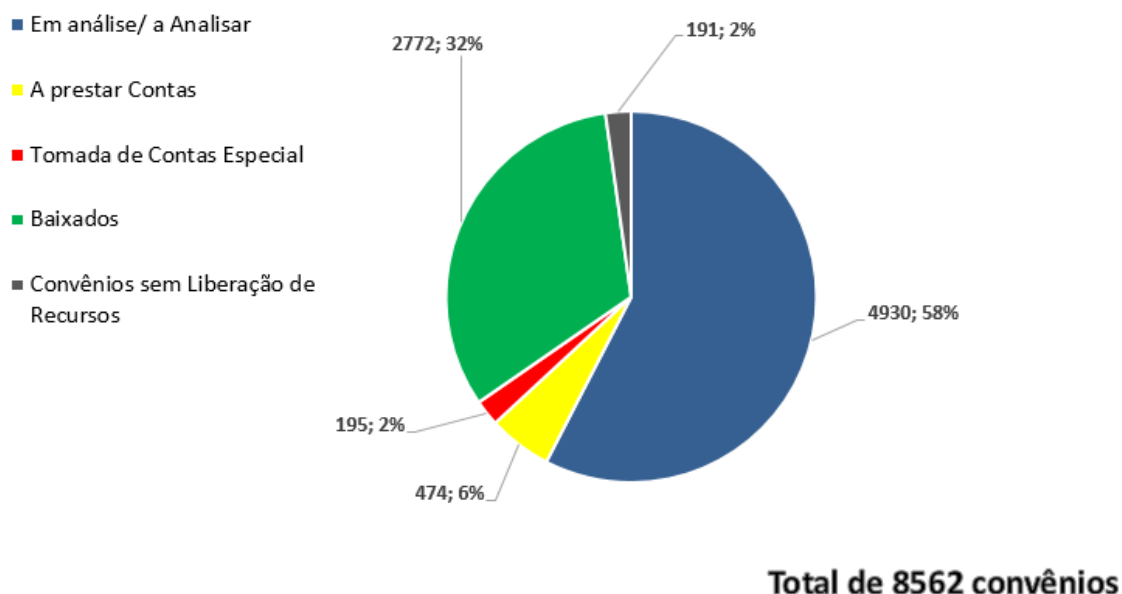
Por meio de convênios celebrados com os municípios mineiros, a SETOP realiza a transferência voluntária de recursos para a realização de investimentos e desenvolvimento da infraestrutura nos municípios em diversos setores.

A política de apoio aos municípios executada pela SETOP acontece majoritariamente como resposta às demandas de terceiros seja, solicitações de prefeituras municipais, emendas parlamentares etc.

O processo de transferência voluntária de recursos inicia-se a partir do pleito realizado pela parte interessada. Em seguida é feita análise da possibilidade de atendimento, sendo procedidas as análises técnica e documental da proposta para posterior celebração do instrumento de convênio. A partir da celebração do convênio são feitos os repasses e a execução das obras é acompanhada pela SETOP por meio das prestações de conta. Quando finalizada a prestação de contas, o processo de transferência voluntária é encerrado.

A situação dos convênios celebrados pela SETOP no período entre 2003 e 2012 é mostrado na Figura 26.

Figura 26. Situação dos Convênios celebrados entre 2003 e 2012



Fonte: Subsecretaria de Infraestrutura – SETOP.

Importante ressaltar que a SETOP não é a única executora de transferência voluntária de recursos. A política de prestação de apoio aos municípios nas áreas relacionadas ao planejamento municipal e regional, obras públicas, infraestrutura de transportes e mobilidade urbana e rural é desenvolvida em várias secretarias e órgãos do Governo Estadual, a saber: a SEDINOR e IDENE elaboram planos regionais de desenvolvimento, programas, projetos ou atividades de combate aos efeitos da seca; a SEDRU presta assistência técnica aos municípios e aos instrumentos de planejamento e gestão de cidades; a SEGOV apoia o desenvolvimento municipal e executa programas e projetos de interesse municipal; e assim em suas áreas de competências a SETOP e o o DER-MG, entre outros.

Em 2015, foi criada a Subsecretaria de Projetos, no âmbito da SETOP, para prestar assistência técnica ao planejamento municipal e regional e elaborar os projetos técnicos de arquitetura e engenharia com a qualidade técnica necessária à captação de recursos e execução das obras priorizadas pelos municípios.

Série Histórica

São apresentados na Tabela 88 os valores históricos de repasses de recursos por meio de convênios celebrados pela SETOP.

Tabela 8. Quantidades e valores repassados aos municípios mineiros por meio de Convênios SETOP.

ANO	CONVÊNIO CELEBRADOS	VALOR REPASSADO
2003	176	R\$ 8.528.569,62
2004	919	R\$ 132.859.097,38
2005	972	R\$ 358.477.679,34
2006	1.970	R\$ 230.770.184,03
2007	859	R\$ 101.171.893,91
2008	1.321	R\$ 216.975.933,62
2009	700	R\$ 424.607.027,35
2010	1.639	R\$ 877.823.657,59
2011	209	R\$ 175.649.415,29
2012	282	R\$ 91.664.523,93
2013	132	R\$ 72.703.327,57
2014	150	R\$ 32.559.796,59
TOTAL	9.329	R\$ 2.723.791.106,22

Fonte: Subsecretaria de Infraestrutura – SETOP.

Pelos dados apresentados observa-se que em 2010 foi o ano em que mais convênios foram celebrados, correspondendo também ao maior volume de recursos dos últimos doze anos.

Observa-se também que os valores repassados aos municípios sofreram grande queda a partir de 2011, o que pode ser relacionado aos problemas fiscais que o Estado tem enfrentado nos últimos anos. Em 2014, o Programa Pró Municípios, da Secretaria de Estado de Governo, foi responsável pela maior parte da canalização dos recursos de transferências voluntárias aos municípios. Os convênios celebrados no âmbito do Pró Municípios não estão computados nos dados da Tabela 88. Ao todo foram celebrados 686 convênios, totalizando repasses de aproximadamente R\$250 milhões.

Outro ponto de destaque são os picos em anos de eleições: 2006 eleição estadual, 2008 eleições municipais e 2010 eleição estadual novamente. Deve ser ressaltado que em períodos eleitorais a transferência de recursos voluntários sofre restrição temporal para que seja evitado o uso da máquina pública como ferramenta para a influência de votos. Conforme determina a Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, em seu artigo 73, inciso VI, alínea “a”:

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais: (...)

VI - nos três meses que antecedem o pleito:

a) realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública;

Relativamente ao escopo, historicamente, há pouca diversidade de pleitos: pavimentação de vias urbanas, praça e parques.

Análise Crítica

Observa-se que as demandas para os convênios não estão necessariamente relacionadas com os planos desenvolvidos pelos municípios, ou por programas e diagnósticos elaborados pelo Estado, são demandas de momento, não há planejamento, diagnóstico inicial por parte dos municípios para direcionar o recurso para as necessidades e objetos adequados.

Também inexistiu por parte da SETOP, uma etapa de análise de adequação dos pleitos com os planos diretores municipais. Portanto, entende-se que a política de apoio aos municípios por meio da transferência voluntária de recursos, não acontece alinhada com o planejamento de desenvolvimento municipal.

Outra questão relevante é a dificuldade enfrentada pelos municípios na execução de projetos técnicos de engenharia com qualidade, sendo um obstáculo na formalização dos convênios. A baixa qualidade dos projetos gera retrabalho por parte da equipe de engenharia da SETOP, acarretando morosidade no processo.

Um outro ponto é referente às parcelas dos repasses para os municípios. Conforme a legislação estadual de convênios, o município pode receber até duas parcelas até que seja necessária a primeira prestação de conta dos recursos. Porém, a proporção nas parcelas de transferência de recursos expressas nos planos de trabalho não está regulamentada.

Apesar de existir várias regulamentações para a prestação de contas dos convênios, verifica-se que a omissão e/ou falhas nas informações por parte dos municípios nem sempre são formalizadas de forma que as sanções cabíveis sejam aplicadas.

Nesse sentido, a prestação de contas dos convênios é um grande gargalo na SETOP. Mais de 58% do total dos convênios está em análise de prestação de contas ou a analisar, o que ocorre muitas vezes por desconhecimento por parte da gestão municipal das regras e das formalidades necessárias à correta prestação de contas da utilização dos recursos.

Por fim, ressalta-se a diversidade de órgãos da Administração atuando no apoio aos municípios por meio de transferência voluntária de recursos. As diversas ações necessitam coordenação articulada e centralizada para obtenção de melhores resultados.

Propostas/diretrizes/ações

- a. Necessário definir prioridades e linhas de atuação para definição dos objetos dos convênios.
- b. Regulamentar a proporção nas parcelas de transferência de recursos expressas nos Planos de Trabalho.

DOAÇÃO DE MATERIAIS

O programa de doação de materiais visa permitir obras que garantam o desenvolvimento da infraestrutura e mobilidade, através de doações de elementos diretamente aos municípios.

I. Diagnóstico

No programa Desenvolvimento da Infraestrutura Municipal, as doações de materiais são feitas mediante demanda dos municípios, de acordo com a disponibilidade de material em estoque.

O Programa prevê o atendimento de demandas para intervenções em vias que integram rotas de transporte escolar, vias utilizadas para escoamento de produção e áreas afetadas por desastres naturais.

Série Histórica

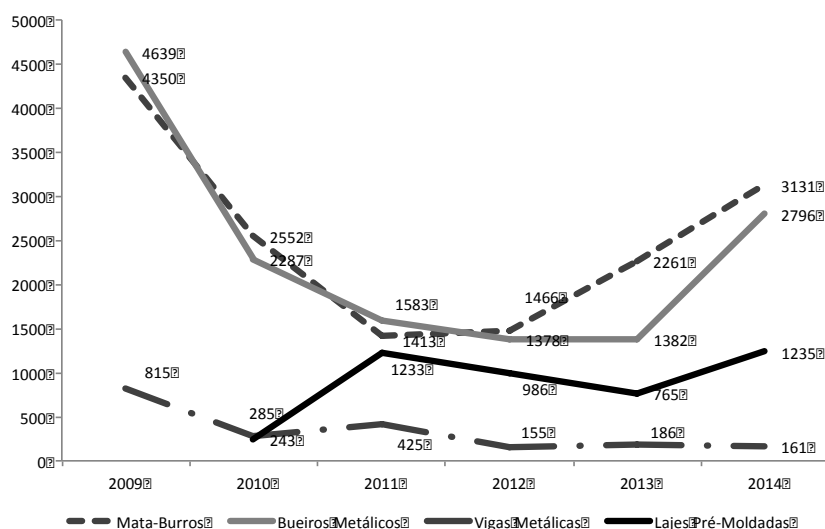
Apresentam-se as quantidades de materiais doados, por tipo de material, no período de 2009 a 2014 na Figura 7. Na Figura 27 são apresentadas as doações por ano de mata burros, bueiros metálicos, vigas metálicas e lajes pré-moldadas.

Tabela 9. Quantidades de materiais doados no período de 2009 a 2014.

Material	Quantidade
Mata-Burros (unidade)	15.173
Bueiros Metálicos - em metros	14.065
Vigas Metálicas (conjuntos)	2.027
Lajes Pré-Moldadas (unidades)	4.462

Fonte: Subsecretaria de Infraestrutura – SETOP.

Figura 27. Materiais Doados por Ano



Fonte: Subsecretaria de Infraestrutura – SETOP.

Grande parte dos municípios mineiros foram contemplados com doação de material, totalizando 701 municípios (82% dos municípios). Apresenta-se o número de municípios contemplados com doação de material no período de 2009 a 2014 na Tabela 100.

Tabela 10. Quantidades de municípios contemplados com doação de material (2009 a 2014).

Material	Quantidade de Municípios Contemplados
Mata-Burros	538
Bueiros Metálicos	345
Vigas Metálicas	194
Lajes Pré-Moldadas	196

Fonte: Subsecretaria de Infraestrutura – SETOP.

Análise Crítica

A avaliação técnica das demandas indica claramente que os municípios não adotam procedimentos de levantamento global de suas demandas e hierarquização destas que permitiriam o atendimento de casos mais agudos e de maior impacto para a população local.

A compra de materiais por parte do Estado não tem um planejamento ao longo do tempo, ficando períodos sem material em estoque para atendimento aos municípios.

Não existem critérios pré-definidos que elenquem os municípios aptos a receber a doação de materiais.

Propostas/diretrizes/ações

- Definir previamente os critérios de escolha dos municípios aptos à doação de material, alinhado com os critérios técnicos e embasados nos projetos e documentos apresentados pelos municípios.
- Definição de compra de material ao longo do tempo, seja anual, bianual, semestral, para que o programa não fique condicionado à disponibilidade de material em estoque.

DOAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS

Diagnóstico

A SETOP-MG, no período de 2003 a 2014, realizou, através da Subsecretaria de Infraestrutura, 9611 convênios de transferência gratuita de materiais para as prefeituras municipais, sendo este o principal instrumento utilizado de apoio aos municípios.

Análise Crítica

No âmbito de suas atribuições, as ações da SETOP-MG se dividem entre a política de apoio aos municípios através da transferência de recursos de convênios, doações de materiais e projetos técnicos de arquitetura e engenharia para captação de recursos e a execução e manutenção de empreendimentos públicos. Há que se articular, gradualmente, as ações de apoio aos municípios das diversas secretarias e órgãos do poder público estadual, a processos de participação e controle social, à exigência de melhoria e implementação dos diversos planos de responsabilidade dos municípios (diretor, saneamento, mobilidade urbana, resíduos sólidos, etc.) e às diretrizes do PMDI.

A política de apoio aos municípios, dispersa em várias Secretarias e Órgãos do Governo Estadual, apesar dos esforços empreendidos, tem falhado no resultado apresentado principalmente pelos municípios mais vulneráveis e na diretriz de reduzir a pobreza e as desigualdades regionais. A participação relativa das mesoregiões de Minas Gerais no PIB estadual, no período de 2003 a 2011, indica queda da participação em 7 das 9 mesoregiões, com crescimento significativo apenas na Região Central, indicando uma alta concentração da riqueza produzida em Minas Gerais na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A agenda de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais envolve a solução de desafios extraordinários e urgentes, porém com grau de especificidade para cada uma das suas diversas regiões. Desigualdades regionais atreladas à dinâmica de crescimento sem o devido planejamento têm contribuído para reduzir o potencial de aumento da qualidade de vida e da competitividade destas regiões.

É necessário estruturar o Programa de Regionalização do Desenvolvimento de Minas Gerais e integrar as ações de apoio ao desenvolvimento municipal e regional das diversas Secretarias e Órgãos do Governo Estadual a sua lógica, a exigência de vinculação aos Planos e prioridades municipais e a padrões de qualidade técnica definidos, propiciando a maximização e a otimização dos recursos financeiros.

Para a execução e manutenção dos empreendimentos públicos deverão ser revistos e incorporados novos padrões e tecnologias, como por exemplo, a construção industrializada para as edificações, atendimento às diretrizes da legislação ambiental e da Lei de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012), integração da infraestrutura dos diversos modais de transporte urbano não motorizado (bicicleta, a pé) e motorizado coletivo (BRT, METRÔ, VLT, Trem), bem como a integração dos diversos modais (rodoviário, ferroviário, aeroviário, fluvial) de transportes de passageiros e cargas intermunicipais e interestaduais.

Propostas/diretrizes/ações

- Integrar e coordenar efetivamente as ações de apoio ao desenvolvimento municipal (técnica e financeiramente) das diversas Secretarias e Órgãos do Governo Estadual;
- Apoiar e desenvolver Planos Regionais para os 17 Territórios de Desenvolvimento de Minas Gerais;
- Apoiar e incentivar a elaboração de todos os Planos Municipais, obrigatórios ou não.

OUTROS TÓPICOS

ASPECTOS INSTITUCIONAIS;

PLANOS SETORIAIS (PELT, PLANO DE MOBILIDADE E PLANO GERAL DE OBRAS)

Plano Estratégico de Logística de Transportes

O Plano Estratégico de Logística de Transportes – PELT-Minas constitui instrumental de suporte técnico às escolhas do Governo de Minas Gerais face aos desafios atuais e futuros para o estado nesse setor. É um plano essencialmente focado no transporte de cargas do Estado.

Esse planejamento foi elaborado com o intuito de se estabelecer um escritório próprio no governo do Estado que fosse capaz de dar continuidade ao planejamento inicial, alimentando a base de dados da carteira de projetos proposta e calibrando a estrutura de modelagem desenvolvida. Sendo assim, as atividades de planejamento, acompanhamento e controle das ações de logística em transporte no Estado de Minas Gerais teria maior eficácia e eficiência.

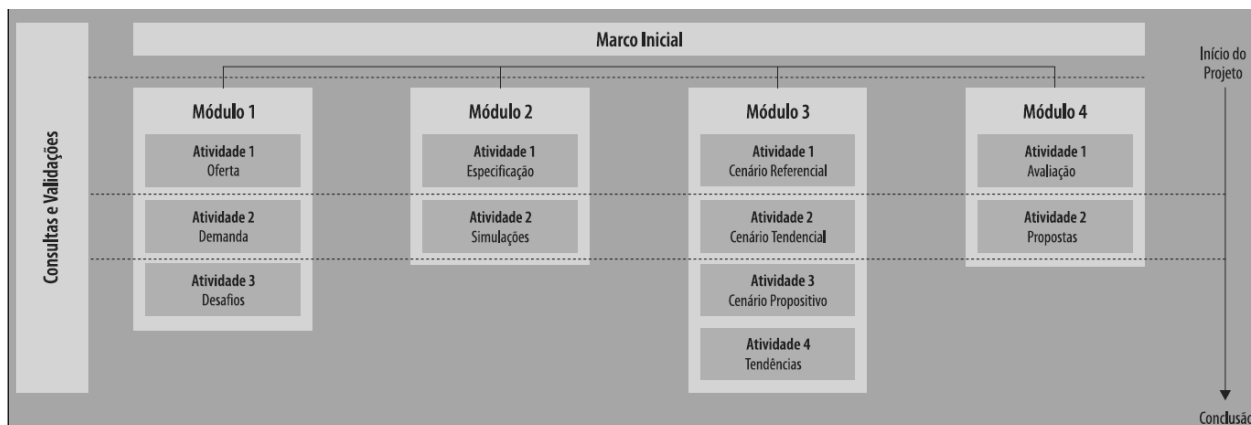
O plano foi elaborado entre 2006 e 2007, gerando um relatório-síntese que é composto por cinco capítulos.

O primeiro capítulo trata dos desafios logísticos e a importância do planejamento setorial. Ele estabelece cinco pilares para se obter um modelo consistente de priorização de investimentos:

- a racionalização da atividade logística nas diversas regiões, com o ordenamento do território a partir dos potenciais de produção e consumo.
- o fomento à multimodalidade, com o aproveitamento maximizado das vantagens de cada meio de transporte, valorizando as estruturas e redes existentes.
- a promoção de ganhos socioambientais, com base em vantagens microrregionais e redução dos impactos decorrentes da emissão de poluentes;
- a busca permanente do desenvolvimento econômico regional, com geração de empregos e criação de riqueza;
- o aumento da competitividade das empresas e das regiões, sendo o transporte um elemento fundamental de manutenção da competitividade sustentada no longo prazo.

O segundo capítulo discorre sobre o contexto econômico em que ocorre o planejamento de transporte. Nele é apresentada uma avaliação de estratégias de intervenção com um horizonte de 16 anos. Para isso, o processo de elaboração do PELT-Minas foi estruturado em 4 módulos interdependentes, com atividades articuladas entre si:

Figura 28. Estrutura de elaboração do PELT-Minas



Fonte: Plano Estratégico de Logística de Transportes (2007).

- **Módulo 1 - Modelagem da Rede de Transportes** - este módulo avalia todos os elementos relacionados à oferta e à demanda de transporte no estado de Minas Gerais, em nível regional, nacional e internacional, possibilitando a formulação de estratégias e definição de projetos capazes de minimizar as limitações logísticas diagnosticadas.
- **Módulo 2 - Modelagem Econômica Especializada** - trata-se de instrumental analítico para lidar com a avaliação de políticas de transporte em um sistema inter-regional integrado. Para tanto, integrou-se um modelo econômico espacial (modelo B-MARIA-MG) a um modelo de transporte (com o suporte dos recursos computacionais do "Transcad", um sistema de informações geográficas específico para estudos de transporte). Esse modelo econômico não está disponível no governo do Estado para utilização e nem tampouco a estrutura dessa modelagem é conhecida pelos atores governamentais.
- **Módulo 3 - Cenários Futuros** - este módulo analisa os resultados visualizando cenários futuros de organização territorial para o desenvolvimento regional. Tem por objetivo identificar o comportamento de alguns indicadores básicos socioeconômicos, ao longo do tempo. Os Cenários Futuros permitem não apenas avaliar os impactos e vantagens e desvantagens das propostas em relação a um Cenário Tendencial sem intervenções, como definir o conjunto de indicadores que permitem o monitoramento e avaliação da implementação das propostas.
- **Módulo 4 - Modelos Institucionais e o Aperfeiçoamento da Gestão dos Projetos de Transportes** - neste módulo, dois grandes grupos de atividades são contemplados: avaliação dos desafios de implementação dos projetos estratégicos; e proposição de estratégias alternativas de gestão e contratação dos mesmos.

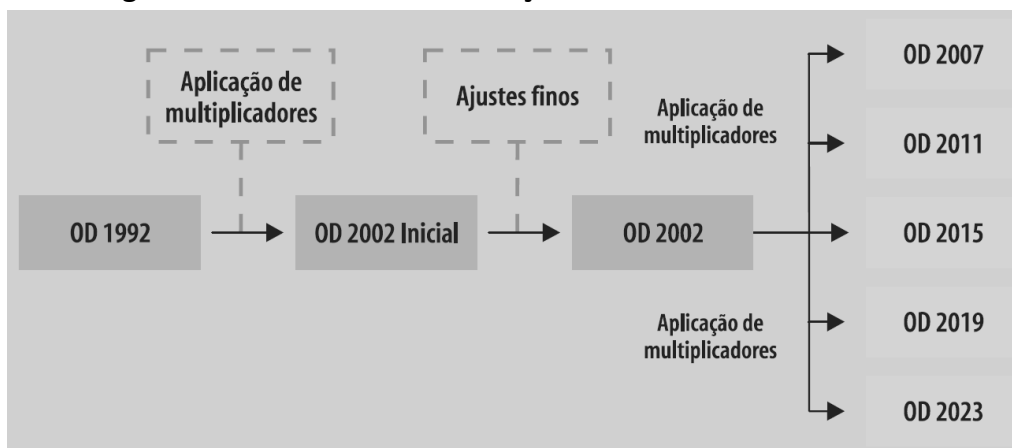
A partir da estruturação de um Cenário Referencial para o ano-base, 2007, utilizou-se ferramental econômico de última geração, na área de modelos computáveis de equilíbrio geral, para a estruturação dos cenários futuros. Trabalhou-se com modelos desenvolvidos por pesquisadores da Fipe/USP.

Fez-se então uma projeção para 2023, para o Brasil e Minas Gerais, tanto em termos de população e PIB quanto da participação de Minas Gerais na produção nacional.

O terceiro capítulo trata da oferta, demanda e carteira de projetos para o transporte em Minas Gerais. Tomando como referência o relatório do estudo Minas Gerais do Século XXI, realizado em 2002 pelo BDMG, SETOP, DER, levantou-se a oferta das redes rodoviárias, ferroviárias, dutoviárias e aeroviárias de Minas, com suas ligações tanto regionais quanto nacionais e condições viárias, além da ligação com os principais portos, EADIs (porto seco) e terminais rodo ferroviários.

Para o diagnóstico da demanda foi utilizada a matriz de Origem e Destino de 1992, disponível no Governo do Estado. Então foram realizadas atualizações e projeções através modelo mostrado na Figura 29.

Figura 29. Estrutura de elaboração do PELT-Minas

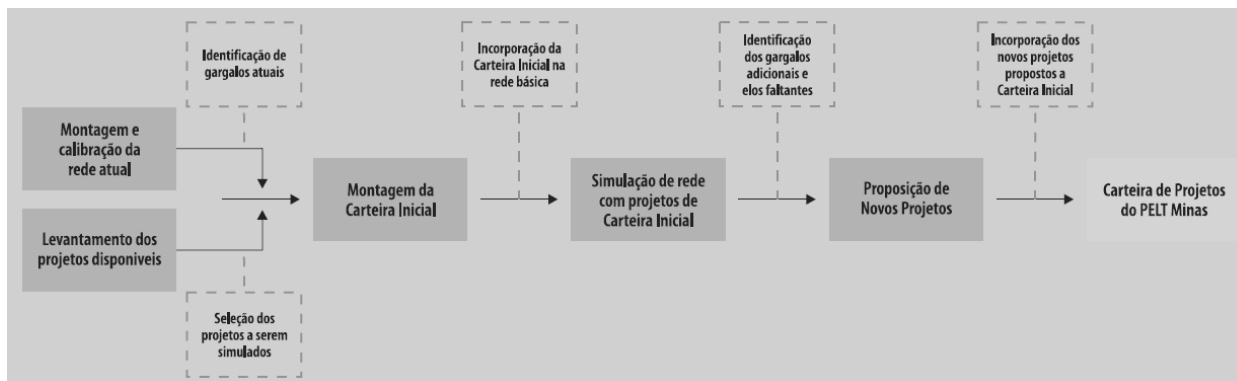


Fonte: Plano Estratégico de Logística de Transportes (2007).

A partir dessa análise o PELT estabelece os principais fluxos interzonais de carga na rede criada, projeta a divisão modal de transporte considerando as intervenções propostas na infraestrutura, aloca o tráfego na rede e indica locais potenciais para a instalação de centros logísticos, como é mostrado na **Erro! Fonte de referência não encontrada..**

A partir daí apresenta a montagem da carteira de projetos a partir das seguintes etapas mostradas na Figura 31.

Figura 31. Etapas percorridas para elaboração da carteira de projetos do PELT-Minas



Fonte: Plano Estratégico de Logística de Transportes (2007).

Essa carteira contempla projetos rodoviários, ferroviários, dutoviários e hidroviários, com estimativa de custos de cada um, à exceção dos rodoviários.

Então faz uma simulação na rede futura para os cenários temporais definidos inicialmente, quais sejam, 2011, 2015, 2019 e 2023, incorporando gradativamente novos projetos à carteira inicial.

O quarto capítulo trata dos impactos dos projetos propostos pelo PELT: impacto sobre a eficiência das operações na rede de transportes; impactos econômicos agregados; impactos sobre a eficiência dos gastos com projetos; impactos sociais, ambientais e regionais.

Por fim, o quinto capítulo trata dos arranjos institucionais possíveis para a implementação dos projetos do PELT. São propostas algumas diretrizes para nortear a contratação de projetos e obras na área de transportes por parte do governo do estado de Minas Gerais. Essas diretrizes visam compatibilizar a necessidade de se oferecer serviços públicos de qualidade com a maior economia possível para os cofres públicos, de modo a fazer com que os recursos públicos gerem o maior valor possível para a sociedade mineira.

Então, é apresentada uma análise dos projetos passíveis de contratação em cada uma das modalidades (empreitada, concessão tradicional, concessão patrocinada e concessão administrativa, essas duas últimas sendo modalidades de PPP).

O estudo desenvolvido no PELT é teoricamente bem embasado, apresenta material rico para pesquisa, análise e ação. Porém, o estudo foi iniciado com base de dados para análise de demanda antiga (pesquisa origem e destino de 1992), sendo feitas projeções matemáticas que podem não refletir a realidade. Além disso, a modelagem econômica desenvolvida e apresentada carece de explicação metodológica e, na SETOP não se encontram os arquivos originais desse modelo, especialmente as planilhas de cálculo do modelo, o que dificulta a continuidade do plano.

Nos últimos anos foram contratados serviços de consultoria na intenção de estabelecer na SETOP uma equipe técnica capaz de realizar análises técnicas de transporte de modo a manter o PELT uma ferramenta atual. Foram realizados treinamentos, produzidos manuais, adquiridos computadores e softwares e iniciada a consolidação de bases de dados. Os servidores responsáveis por este processo, porém, eram de recrutamento amplo, pois não havia servidores efetivos aptos a desenvolver este trabalho, e não se encontram mais na SETOP, nem mesmo no governo do Estado.

Portanto, para dar continuidade a esse projeto é necessário fazer uma nova pesquisa de origem e destino no Estado, com o intuito de se calibrar a rede projetada e aferir a carteira de projetos propostos, além de conhecer a fundo a modelagem proposta no plano para que o Estado tenha um mínimo de autonomia no planejamento e gestão dos projetos de logística em transportes.

Plano de Mobilidade

A mobilidade urbana tem um papel decisivo no acesso das mais variadas atividades do cotidiano urbano: trabalho, habitação, lazer, estudo, compras e outros. O deslocamento de pessoas e bens influencia todos os aspectos sociais e econômicos, bem como o desenvolvimento urbano, sendo que a distribuição espacial das atividades e a expansão urbana são fortemente influenciadas pelas opções de mobilidade disponíveis. Na medida em que a cidade cresce no espaço, aumenta a dependência pelo transporte para o acesso às áreas residenciais ou de serviços.

Desta forma, seguindo as diretrizes da Lei de Mobilidade Urbana, Lei Federal nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, decidiu-se pela elaboração de um Plano de Mobilidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PLANMOB RMBH, que será realizado em parceria entre as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, Políticas Urbanas e Gestão Metropolitana – SEDRU, a Agência de Desenvolvimento da RMBH e a Secretaria de Transportes e Obras Públicas – SETOP.

A Lei de Mobilidade instituiu a obrigação de que os municípios com mais de 20 mil habitantes criem seus Planos de Mobilidade Urbana com o prazo máximo de três anos, a partir da vigência da lei. O não cumprimento desse preceito, impede os referidos municípios de obter recursos orçamentários federais, destinados a mobilidade urbana.

Dessa forma, o PLANMOB RMBH, tem como objetivo definir as diretrizes a serem seguidas pelos municípios visando a integração entre as políticas de mobilidade, evitando, assim, que seus planos sejam produzidos de forma isolada, com propostas divergentes das diretrizes metropolitanas. Ele visa também subsidiar estes municípios neste trabalho, informando e atualizando-os sobre os projetos de competência do Governo do Estado. Hoje, na RMBH, dos 34 municípios, 21 possuem mais de 20 mil habitantes, mas apenas Contagem e Belo Horizonte possuem um plano já elaborado.

Este plano será criado com base no Caderno de Referência Para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana, do Ministério das Cidades. Esse Caderno estabelece dez principais diretrizes que serão seguidas na fabricação do Plano:

- Diminuir a necessidade de viagens não motorizadas: posicionando melhor os equipamentos sociais, descentralizando os serviços públicos, ocupando os espaços públicos, ocupando os vazios urbanos e consolidando a multicentralidade como forma de aproximar as possibilidades de trabalho e a oferta de serviços dos locais de moradia;
- Repensar o desenho urbano: Planejando o sistema viário como suporte da política de mobilidade, com prioridade para a segurança e a qualidade de vida dos moradores em detrimento a fluidez do tráfego de veículos;
- Repensar a circulação de veículos: Priorizando os meios não motorizados e de transporte coletivo nos planos e projetos considerando que a maioria das pessoas utiliza esses modos para seus deslocamentos e não o transporte individual. A cidade não pode ser pensada como, se um dia, todas as pessoas fossem ter um automóvel;
- Desenvolver meios não motorizados de transporte: Passando a valorizar a bicicleta como meio de transporte importante, integrando-a como os modos de transporte coletivo.
- Reconhecer a importância do deslocamento de pedestres: Valorizando o caminhar como um modo de transporte para a realização de viagens curtas e incorporando definitivamente a calçada como parte da via pública, com tratamento específico.
- Reduzir os impactos ambientais da mobilidade urbana: Uma vez que toda viagem motorizada que usa combustível, produz poluição sonora e atmosférica;
- Propiciar mobilidade às pessoas com deficiência e restrição de mobilidade: Permitindo o acesso dessas pessoas à cidade e aos serviços urbanos;

- Priorizar o transporte coletivo no sistema viário: Racionalizando os sistemas, ampliando sua participação na distribuição das viagens e reduzindo seus custos, bem como desestimular o uso do transporte individual;
- Promover a integração dos diversos modos de transporte: Considerando a demanda, as características da cidade e a redução das externalidades negativas do sistema mobilidade;
- Estruturar a gestão local: Fortalecendo o papel regulador dos órgãos públicos gestores dos serviços de transporte público e trânsito.

Para sua realização estabeleceu-se, em um primeiro momento, a estruturação de um Escritório de Mobilidade. Este Escritório será formado, a princípio, com representantes dos principais órgãos relacionados à área: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana – SEDRU, Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – ARMBH, O Departamento de Estradas de Rodagem – DER, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SEDE, bem como representantes dos municípios e da população em geral.

A proposta sustenta-se na formação de uma unidade de integração dos trabalhos de órgãos estaduais responsáveis pelo planejamento metropolitano em geral, pelo transporte metropolitano e pelo desenvolvimento econômico.

Plano Geral de Obras

O Plano Geral de Obras foi instituído pelo Decreto nº 46.796/15 conjuntamente com a Câmara de Coordenação de Obras e o Grupo Executivo de Obras.

O conceito por trás deste plano não é recente na administração estadual, seu principal objetivo é constituir um instrumento de gestão de todas as obras executadas pela administração estadual, à exceção de algumas empresas públicas.

Essa necessidade surge da alta pulverização da execução de obras públicas e da falta de uma gestão unificada de todas as ações de investimentos em infraestrutura no Estado. Atualmente existem, pelo menos, 10 entidades executoras de obras, conforme demonstrou o diagnóstico de obras públicas realizado pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas.

Atualmente a proposta de estabelecimento do Plano Geral de Obras surge com um arcabouço institucional: a Câmara de Coordenação de Obras e o Grupo Executivo de Obras. A primeira visa a ser a instância decisória para as políticas de investimentos em infraestrutura executadas diretamente pelo Estado, o segundo, visa ser a instância técnica no qual pretende-se o acompanhamento rotineiro das obras.

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH - PDDI

Segundo esse Planejamento, finalizado em 2011, a política integrada de mobilidade metropolitana foi estabelecida dentro do Eixo Acessibilidade, em um universo de quatro eixos, a saber: Acessibilidade, Seguridade, Urbanidade e Sustentabilidade.

Segundo este documento, “a Política Integrada de Mobilidade Metropolitana propõe esforços no sentido de dinamizar a integração territorial da RMBH e fortalecer a estrutura metropolitana em rede, com o objetivo de ampliar as condições de acessibilidade, especialmente da população de baixa renda, inclusive aos espaços naturais e de lazer, aperfeiçoar o sistema viário dos municípios integrantes da região e a rede de transporte público, integrar sistemas de transporte sustentáveis (não motorizados) aos sistemas convencionais, ampliar áreas destinadas à circulação de pedestres, reduzir o uso de veículos privados através do incentivo do uso do transporte coletivo, além de racionalizar e otimizar o transporte de cargas.”

São propostos 6 programas dentro dessa política, mostrados na Tabela 111.

Tabela 11. Quantidades de municípios contemplados com doação de material (2009 a 2014).

Programa	Projeto
1- Adequação e Implantação de Infraestrutura Viária	1- Implantação do Sistema Viário Metropolitano em Rede
	2- Expansão e implantação da malha rodoviária metropolitana
2- Adequação e Implantação de Infraestrutura ferroviária	1- Expansão e implantação da malha metroviária metropolitana
	2- Expansão e implantação da malha ferroviária metropolitana
3- Integração do Transporte Público Coletivo	1- Suporte da Rede de Centralidades
	2- Melhoria da infra-estrutura para o transporte coletivo
	3 - Informação e informatização do transporte público
	4- Incentivo ao Transporte Alternativo Complementar
4- Incentivo ao não-motorizado	1- Restrição ao transporte motorizado individual
	2- Incentivo ao pedestrianismo e ao ciclismo e outros não-motorizados alternativos
5- Racionalização da Logística Metropolitana de Distribuição Física de cargas em Belo Horizonte	1- Estudos Propostos: Previsão de demanda por transporte de carga; Previsão de demanda por espaços públicos para armazenagem; Pesquisa de opinião; Estudos de simulação e de otimização de diversos esquemas de redes; Realização de seminários de discussão
	2- Definição e Implantação de Plataformas Logísticas (PL)
6- Integração Institucional e Tarifária	1- Organização Institucional de Transportes Públicos
	2- Integração Tarifária de Transportes Públicos

Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH.

Para levar a cabo esses programas foi proposta a estruturação da RMBH em “centralidades metropolitanas” que são classificadas em níveis: a MetrÓpole (1 nível), os Centros Metropolitanos (2 nível), os Sub-centros metropolitanos (3 nível), os Centros Micro-Regionais (4 nível) e os Centros Locais (5 nível). A partir dessa estruturação foi planejada a rede de mobilidade, definindo modos de transporte de alta, média ou baixa capacidade para fazer as ligações necessárias entre elas.

Essa estrutura foi planejada para promover o desenvolvimento descentralizado da RMBH. São propostas novas ligações rodoviárias através de anéis e também de adequações de ligações urbanas rodoviárias para conexão dos municípios da RM e suas micro-centralidades.

Mas a matriz ferroviária recebe maior destaque no programa, com o objetivo de se mudar o enfoque histórico “rodoviarista” para o ferroviário como estruturante da região, como é mostrado na Tabela 122.

Tabela 12. Quantidades de municípios contemplados com doação de material (2009 a 2014).

Origem	Destino	Urbanização	Transporte	Capacidade	Sugestão Tecnológica	
Metrópole	Centros Metropolitanos	Conurbada	Trilhos	Alta	Metrô	
		Sub-Centros Metropolitanos	Conurbada (entre Centros Metropolitanos)	Trilhos	Alta	Metrô
			Não conurbada	Trilhos/pneus	Média	Trem Metropolitano (prioridade) VLT BRT
	Centros Micro-Regionais e Locais	Conurbada	<i>Sistema adotado na ligação Metrópole – Centros a/ou Sub-Centros Metropolitanos</i>			
		Não conurbada	Trilhos/pneus	Média	Trem Metropolitano (prioridade) Ônibus convencional	
				Baixa	Transporte Alternativo	
	Centros Metropolitanos	Centros Metropolitanos	Conurbada	Trilhos	Alta	Metrô
			Não conurbada	Trilhos/pneus	Média	Trem Metropolitano (prioridade) VLT BRT
					Baixa	Transporte Alternativo
		Sub-Centros Metropolitanos	-	Trilhos/pneus	Média	Trem Metropolitano (prioridade) VLT BRT
Baixa					Transporte Alternativo	
Centros Micro-Regionais e Locais			-	Trilhos/pneus	Média	Trem Metropolitano (prioridade) Ônibus convencional
Sub-Centros Metropolitanos		Sub-Centros Metropolitanos	-	Trilhos/pneus	Média	Trem Metropolitano (prioridade) Ônibus convencional
					Baixa	Transporte Alternativo

	Centros Micro-Regionais e Locais	-	Trilhos/pneus	Média	Trem Metropolitano (prioridade)
					Ônibus convencional
				Baixa	Transporte Alternativo
Centros Micro-Regionais	Centros Micro-Regionais	-	Trilhos/pneus	Média	Trem Metropolitano (prioridade)
					Ônibus convencional
				Baixa	Transporte Alternativo
	Centros Locais	-	Pneus	Média	Ônibus convencional
				Baixa	Transporte Alternativo
Centros Locais	Centros Locais	-	Pneus	Média	Ônibus convencional
				Baixa	Transporte Alternativo

Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado

O Programa de Integração do Transporte Público Coletivo propõe, a partir da criação e da ampliação de sistemas de transporte público coletivo, apoiados em modalidades sobre rodas e sobre trilhos, consolidar a integração da rede de transporte metropolitano, incluindo linhas e tecnologias em diferentes estágios. O programa, consonante com a expansão e implantação das malhas rodoviárias e ferroviárias metropolitanas, preconiza a adoção de um conjunto de medidas de natureza físico-operacional, tarifária e institucional destinadas a articular e racionalizar os serviços de transporte público coletivo, com o intuito de contemplar os anseios e necessidades de acessibilidade e mobilidade da população metropolitana. Dada a sua intrínseca relação com os Programas de Adequação e Implantação de Infraestrutura Viária e de Adequação e Implantação de Infraestrutura Ferroviária, os quais demandam prazos maiores para a sua concretização, o Programa de Integração do Transporte Público Coletivo deverá ser executado em médio prazo, sendo consolidado até 2023, envolvendo inúmeros atores necessários para a sua execução, a exemplo da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP), do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG), da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), dos órgãos municipais de transporte (BHTRANS, TRANSBETIM, TransCon., etc.), da Trem Metropolitano de Belo Horizonte S. A. (METROMINAS) e do Conselho de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano. Tais instituições deverão estabelecer prioridades e criar consensos acerca dos investimentos nos sistemas metropolitanos de transportes públicos coletivos, tanto em termos de infraestrutura (sistema viário, terminais, definição dos modos de transporte etc.) quanto no tocante à elaboração de estratégias que viabilizem ações de gestão compartilhada, sendo tais processos amplamente amparados em modalidades participativas de planejamento.

Sendo assim, o plano é que se tenha um sistema ferroviário implantado e funcional, os modos de transporte sobre pneus sejam usados nos corredores planejados para o ferroviário para que se tenha a curto/médio prazo um sistema em rede. Na medida em que o sistema ferroviário for se consolidando, o sistema sobre pneus deverá ser desabilitado, não gerando sobreposição de serviço.

O PDDI prevê a implantação de uma rede de pistas exclusivas para o transporte coletivo, a integração modal de forma eficiente e coordenada, além de um sistema de informações mais completas e abrangentes tanto dentro dos veículos do transporte coletivo quanto pela internet através de sites e aplicativos para celular, em consonância com a Política Metropolitana para a Democracia Digital, também prevista no PDDI.

Incentiva-se também o transporte alternativo complementar, como o contratado (vanpools), os serviços diferenciados como transporte seletivo/executivo e o transporte compartilhado/ solidário (carpools).

Por fim, o Programa de Incentivo ao Transporte Não-Motorizado prevê: a Restrição ao Transporte Motorizado Individual, através de medidas como as de moderação de tráfego, pedágio urbano, limitação de construção de estacionamentos privados em áreas centrais, premiação a indivíduos que reduzam o uso do carro, entre outros, e o Incentivo ao Pedestrianismo, Ciclismo e outros Não-Motorizados Alternativos, através da “criação de infraestruturas que permitam um melhor atendimento à circulação dos modos não-motorizados quanto na disponibilização de alguns desses modos, com prioridade de integração aos sistemas de transportes públicos.

DEFICIÊNCIAS INSTITUCIONAIS

POLÍTICAS PÚBLICAS E TENDÊNCIAS

Plano de Energia e Mudanças Climáticas;

O Plano de Energia e Mudanças Climáticas de Minas Gerais (PEMC) é uma política pública transversal que tem como objetivos principais promover a transição para a economia de baixo carbono, reduzir a vulnerabilidade às mudanças climáticas no território mineiro e articular com coerência as diferentes iniciativas já desenvolvidas e planejadas, dentro de uma estratégia territorial integrada. O Plano foi elaborado por meio de um amplo processo participativo, com a realização de oficinas regionais ao longo de todo território mineiro, além de oficinas institucionais que trabalharam estes aspectos no âmbito da administração pública.

As oficinas institucionais, compostas por membros de instituições estaduais foram divididas em 6 grupos temáticos:

- Agropecuária
- Indústria e Mineração
- Energia
- Resíduos
- Transportes
- Recursos Naturais

O objetivo principal das oficinas institucionais foi construir planos setoriais de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, definindo assim uma estratégia de transição para uma economia de baixo carbono para o Estado. As ações focaram principalmente a evolução das emissões em Minas Gerais e a identificação de ações que possibilitem a redução da intensidade das emissões nos diversos setores abordados.

A partir do diagnóstico realizado e do processo participativo, foram estabelecidas agendas setoriais para os grupos temáticas. No tema de transportes foram elencadas as seguintes ações:

- Estudo de viabilidade para implantação de ciclovias nas marginais das rodovias estaduais (MGs);
- Ampliação e Potencialização do Programa de Incentivo à Renovação da Frota de Caminhões no Estado (Lei Nº 21.067 de 27 de Dezembro de 2013);
- Elaboração do Diagnóstico Estadual sobre Transporte de Cargas;
- Sensibilização institucional para a temática de mudanças climáticas;
- Compras públicas de baixo carbono no setor de transportes (Exemplaridade);
- Desenvolvimento de incentivos econômicos para aquisição de veículos híbridos e elétricos;
- Inserção da contabilização de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) no licenciamento ambiental de obras de infraestrutura de transporte;

Análise das potencialidades do Plano de Controle da Poluição Veicular - PCPV para estimar as emissões de GEE do sistema de transporte em Minas Gerais.

2.2 CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

As políticas públicas voltadas para a realização de parcerias público-privadas e concessões de serviços públicos e infraestruturas econômicas e sociais vem ganhando espaço nos últimos anos na administração estadual.

A experiência adquirida na gestão dos contratos e na realização de licitações com a finalidade de contratação de parcerias público privadas tem evidenciado questões que muitas vezes remetem à deficiências na estruturação e na própria governança de projetos de parcerias público-privadas.

Tendo em vista que em cenários de ajuste fiscal e a escassez de recursos, as concessões são consideradas uma alternativa à realização de investimentos, é essencial que o governo como um todo se mobilize no planejamento e na gestão das concessões. Isso se deve ao fato de serem contratos com grau de complexidade muito maior que a maior parte das licitações feitas pelo Estado, portanto grande esforço e atenção deve ser dedicados à etapa de planejamento e concepção da licitação, ou seja, qual o escopo do projeto e como será escolhida a melhor empresa para assumir o serviço.

Não menos importante, é necessário também estabelecer um espaço para discussão e compartilhamento das experiências advindas da gestão dos contratos de PPPs para que sejam evitadas contradições dentro da própria administração estadual, além de fortalecer o corpo técnico e disseminar informações entre a alta gestão.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO

A Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC tem, cada vez mais, desempenhado papel essencial na utilização da informação como suporte às práticas organizacionais, tanto na esfera privada quanto na pública. Além disso, a TIC permeia todas as áreas das organizações, tangenciando o negócio e apoiando o atendimento das exigências por agilidade, flexibilidade, efetividade e inovação.

O acesso às novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), em particular o acesso à internet e aos dispositivos móveis, é condição necessária para que governo, organizações e cidadãos operem sob o paradigma da sociedade da informação e do conhecimento.

Contudo, o acesso aos benefícios criados por essas tecnologias, a bens culturais e ao conhecimento, a melhores serviços públicos, a mecanismos eficientes de gestão, aos benefícios do comércio eletrônico, dentre outros, não se dá de forma homogênea em nossa sociedade. As pesquisas sobre uso e acesso mostram uma contínua disparidade social e regional, que requer dos governos políticas públicas eficazes.

O plano de governo na área de tecnologia de informação e comunicação deve estar sob governança da esfera central, mas ser transversal a todas as áreas de governo. Essas políticas devem ser capazes de alterar a infraestrutura tecnológica disponível, melhorar os serviços prestados e os mecanismos de gestão públicas, e garantir aos cidadãos conhecimentos, habilidades e competências para melhor uso dessas tecnologias.

Nesse sentido, o Governo do Estado de Minas Gerais instituiu a Política de TIC da Administração Pública Estadual por meio do Decreto nº 46.765/2015, visando:

- A racionalização na utilização de recursos de TIC;
- A integração e a interoperabilidade de seus serviços, processos e aplicações;
- A padronização técnica de seus serviços, processos, aplicações e dados; e
- A utilização de recursos de TIC para assegurar a transparência das ações governamentais,

Com o objetivo de definir e coordenar as ações e a utilização dos recursos de TIC no âmbito da Administração Pública Estadual, o Governo do Estado instituiu o Comitê de Gestão Estratégica de TIC – CGTIC e, ainda, visando prestar apoio técnico e viabilizar a implantação das políticas e diretrizes definidas pelo CGTIC, instituiu o Comitê Executivo de TIC – CETIC.

Considerando o exposto, a SEPLAG viabilizará a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC, instrumento que permitirá nortear e acompanhar as ações de TIC nos órgãos e entidades do Governo, definindo estratégias e o plano de ação para implantá-las, visando atender às necessidades tecnológicas e de informação do Governo do Estado para o período de 2016 a 2019.

Do ponto de vista da infraestrutura, serão desenvolvidas ações para aprimorar e ampliar a rede de TIC do Estado, abrangendo as vertentes TIC para Educação, TIC para saúde, TIC para o desenvolvimento econômico e TIC para segurança pública. A rede atual conta com 2.500 unidades de governo em 482 municípios e, com este projeto, almeja-se abranger todo o Estado de Minas Gerais – 17.000 unidades de governo; estabelecer parcerias para a composição de infraestrutura de telecomunicação própria; implantar *backbone* óptico, um meio de transferência de dados em alta velocidade e alta capacidade, que conecta várias redes, para prover alta capacidade de conexão de todos os municípios do Estado e reduzir custos do volume de informação trafegada.

Para tanto, é imprescindível, sob orquestração da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (PRODEMGE), o desenvolvimento de parcerias com órgãos e entidades do poder executivo, como Companhia de Gás de Minas Gerais (GASMIG), Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), CEMIG Telecomunicações (CEMIGTelecom), Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais (DETEL), Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), etc., bem como com outros governos e com municípios.

Dentre os diversos desafios desta empreitada, destaca-se a diversificação da legislação municipal e a demanda por alto conhecimento técnico.

Visando promover a inclusão digital no estado de Minas Gerais, além de prover condições de acesso à internet em banda larga, o governo tem como meta a construção de uma cultura digital. Isso será feito articulando ações de infraestrutura com ações de formação e provimento de serviços. Nesse sentido, vislumbram-se possibilidades de atuação conjunta da SEPLAG e da PRODEMGE, bem como uma necessidade de maior envolvimento dos órgãos e entidades nas fases de concepção e implementação das políticas de tecnologia de informação e comunicação (TIC) e o incremento da utilização de canais eletrônicos para atendimento ao cidadão.

Especificamente quanto aos canais eletrônicos para o atendimento ao cidadão, observa-se um crescimento notável do número de acessos pelos cidadãos, passando de 6.944.223 acessos no ano de 2011 para 12.169.084 em 2014. Assim, visando aprimorar o relacionamento entre Estado e cidadão, melhorar o atendimento, facilitar o acesso a serviços e criar uma identidade visual para serviços mobile do Estado será desenvolvido um aplicativo para dispositivos móveis para a prestação de serviços públicos ao cidadão. Inicialmente estarão disponíveis os serviços da COPASA, CEMIG e Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais (DETRAN), além de uma área específica para envio de mensagens, como dúvidas e reclamações, ao governo do estado. Para futuras versões do sistema, será disponibilizada área personalizada para que os cidadãos recebam avisos como notificação de multas de trânsito, entre outros. Terá, ainda, acesso a informações de eventos culturais, consultas sobre as unidades de atendimento, com informações e endereços geo referenciados em mapa, e poderá acompanhar o status de sua solicitação de serviços ao Governo. Essa área personalizada permitirá o registro histórico e gestão do relacionamento do cidadão com o estado. O aplicativo será disponibilizado para download gratuito nas principais lojas - Apple, Windows e Google Play.



PMDI

PLANO MINEIRO DE
DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO

DIAGNÓSTICO SETORIAL TURISMO



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS
2016 A 2027

 **MINAS
GERAIS**
GOVERNO DE TODOS

INTRODUÇÃO

O Turismo é um fenômeno que, por sua própria natureza, penetra todos os aspectos da vida, indireta ou diretamente (Jafari, Ritchie, 1981, p. 20). Segundo Organização Mundial do Turismo (OMT), “agência da Organização das Nações Unidas (ONU) responsável pela promoção do Turismo responsável, sustentável e universalmente acessível” (OMT, 2015b), define o Turismo como:

um fenômeno social, cultural e econômico que envolve o movimento de pessoas a países ou lugares fora de seu ambiente habitual por razões pessoais ou de negócios/profissionais. Essas pessoas são chamadas de visitantes (...) e Turismo tem a ver com suas atividades, algumas das quais implicam em gastos turísticos. (OMT, 2015c)

Ainda que essa seja uma definição altamente reconhecida, outros autores também se debruçaram sobre a tarefa de delimitar os limites do Turismo (cf. Gunn, 1972; OECD, 1974; Australian Department of Tourism and Recreation, 1975; McIntosh, 1977; Jafari, 1977; Butler, 2007; entre outros). Leiper (1979, p. 403-404) fez um apanhado de diversas definições e, a partir delas, criou uma nova:

[Turismo] é o sistema que envolve a viagem arbitrária e a permanência temporária de pessoas fora de seu lugar habitual de residência por uma ou mais noites, excetuando-se viagens feitas com o propósito principal de receber remuneração nos locais por onde passam. Os elementos do sistema são turistas, regiões emissoras, rotas de trânsito, regiões de destino e uma indústria turística. Tendo as características de um sistema aberto, a organização dos cinco elementos opera dentro de ambientes mais vastos: físicos, culturais, sociais, econômicos, políticos, tecnológicos com os quais ele interage.

Por ter sido desenvolvida holisticamente, portanto visando à completude do fenômeno, essa parece ser mais adequada para esse estudo

A OMT destaca em seu documento “UNWTO Tourism Highlights 2015 Edition” (OMT, 2015a) que o Turismo está numa tendência crescente, a despeito das grandes crises financeiras que acometem o planeta desde 2008 e “é chave para o desenvolvimento, prosperidade e bem-estar” (idem, p. 2). O Turismo corresponde a 9% do PIB mundial, representa 6% das exportações entre nações e um em 11 empregos está relacionado ao fenômeno (idem, ibidem).

As Américas e, notadamente, a América do Sul, tem tido um desempenho acima da média mundial⁷¹. Segundo a OMT (idem, p. 3), o crescimento das chegadas em todo o continente americano foi de 8% entre 2013 e 2014 e, mesmo com algumas crises nos países a oeste do Atlântico, o crescimento deve ser de 5% para o próximo ano. Dos 10 países com maiores despesas, seis estão entre os que mais visitam Minas Gerais: Estados Unidos (2º país que mais gasta com turismo e 1º que mais visita Minas Gerais); Alemanha (3º e 5º, respectivamente);

⁷¹ O crescimento mundial de chegadas atual é de 4,3% a.a.

Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (4º e 9º); França (6º em ambas as listas); Itália (8º e 3º); e Brasil (10º e não consta na segunda lista por não serem estrangeiros). Os dados finais do Brasil para 2014 ainda estão sendo compilados, mas o organismo internacional afirma que a indicação é de um crescimento moderado para o país – continuando a tendência de crescimento percebida desde o começo da década.

Minas Gerais tem tido uma evolução relevante em todos os aspectos do turismo. Segundo dados da própria Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (Setur-MG), entre 2008 e 2014, por exemplo, o fluxo de turistas subiu de 11,4 milhões para 24,4 milhões de pessoas, significando um crescimento de 114% (OTMG, 2015). A receita, outro dado apurado pela Setur-MG, também segue a tendência de subida e cresceu 184% no mesmo período, saltando de R\$ 6 bilhões para R\$ 17,1 bilhões (idem, ibidem). Tais números – e outros que serão apresentados no corpo desse documento – demonstram a força e a tendência de crescimento do Turismo no estado de Minas Gerais.

O Turismo é uma atividade que, quando desenvolvida de forma sustentável, consegue estimular o desenvolvimento social e econômico. Os dados a seguir mostrarão que o fenômeno ainda é recente em Minas Gerais, mas tem um campo amplo para crescimento. Esse documento busca evidenciar as bases tecnicamente recomendáveis com as quais o Governo de Minas pode trabalhar para solucionar entraves que ainda impedem uma maior participação do Turismo na economia e na sociedade mineiras, e também para sinalizar oportunidades que se apresentam.

Apresentamos a seguir um diagnóstico do setor a partir de dados obtidos junto a fontes confiáveis como a RAIS/MTE, o Observatório Mineiro do Turismo/Setur-MG, o ICMBio, do IEF, a Organização Mundial do Turismo (OMT), e a Infraero. Em seguida apresenta-se um resumo desses dados identificando os principais desafios e as principais oportunidades detectadas. E por fim propõe-se algumas diretrizes e estratégias de atuação frente a estes cenários.

Espera-se, portanto, que esse documento contribua para o fortalecimento da política pública de turismo em Minas Gerais, a partir das análises dos sinalizadores de tendências, oportunidades e desafios, favorecendo o fortalecimento do sistema de Turismo nesse Estado, assim como seus resultados sociais e econômicos.

Apresentam-se dados e fatos objetivos a fim de balizar as diretrizes propostas. Considera-se, ainda, que Minas Gerais deve apostar em mecanismos e técnicas do mundo pós-industrial, com atenção a qualidade dos serviços prestados, às estratégias relacionadas de gestão de conhecimento, de desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação, garantindo alta conectividade e integração nos mais amplos aspectos. Neste tempo tão propício ao desenvolvimento de fenômenos como o Turismo, entende-se que a evolução tecnológica deve caminhar lado a lado com as políticas públicas, favorecendo que a economia e todo o conjunto da sociedade mineira beneficiem-se dos seus bônus.

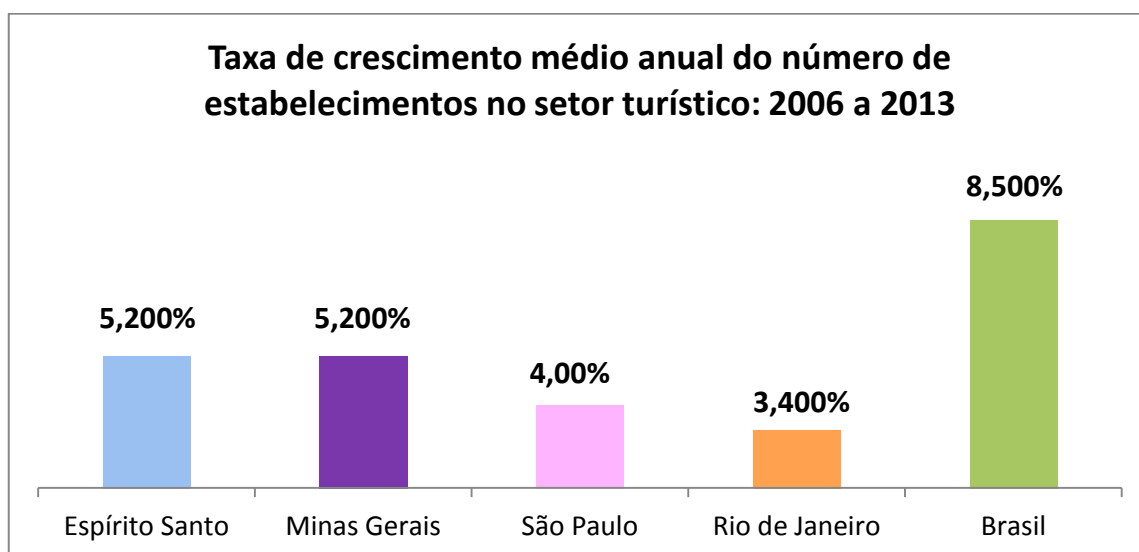
DIAGNÓSTICO

MERCADO DE TRABALHO DO TURISMO

Número de empresas formais

Em Minas Gerais, o Turismo vem se caracterizando como uma importante atividade econômica, gerando diretamente divisas para o Estado e contribuindo com o aumento da renda e a inserção dos mineiros no mercado de trabalho. Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), apurados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2013, Minas Gerais foi o segundo Estado do país em número de estabelecimentos formais ligados às atividades turísticas (61.328), atrás apenas do estado de São Paulo (155.955). No mesmo ano, o número de empresas ligadas ao setor representou 12,2% do total de empresas formais no estado.

A taxa de crescimento média anual do número de estabelecimentos no estado foi a segunda melhor do sudeste, atrás apenas do Espírito Santo. Já a taxa de crescimento nacional foi alta, visto um grande crescimento dos estados do norte e nordeste a partir do contexto de desenvolvimento observado no país nos últimos anos que impulsionou investimentos nas regiões citadas:



Fonte: RAIS/MTE

Já em relação aos territórios de desenvolvimento, percebe-se que há uma concentração do número de empresas do setor de turismo na capital e sua região metropolitana que representaram praticamente 1/3 do mercado no setor em 2013. Os dados refletem também o baixo número de empresas nas regiões mais vulneráveis do estado tais como Jequitinhonha e Vale do Mucuri:

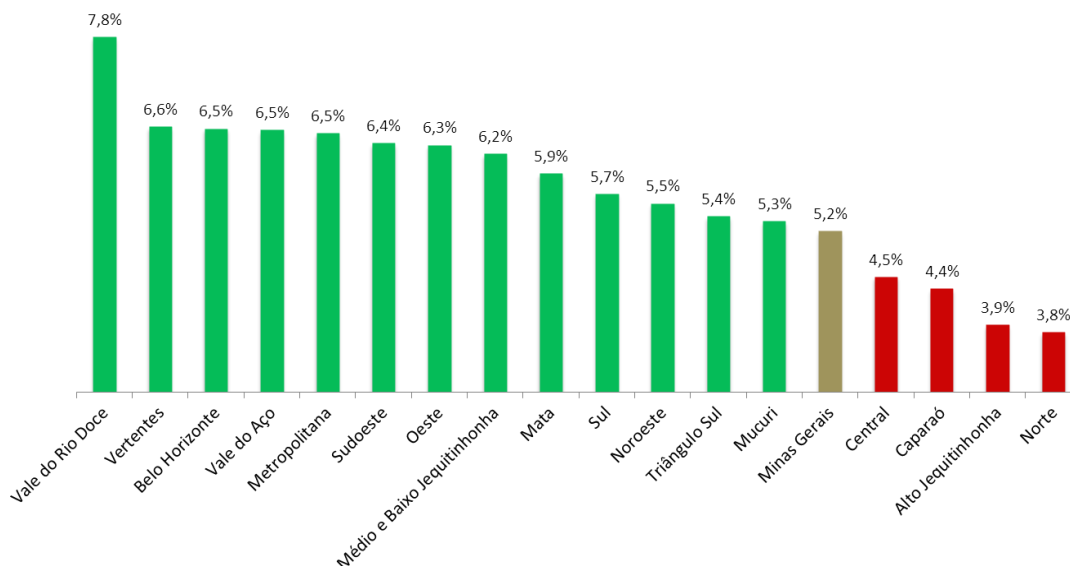
Número de empresas do setor de turismo em Minas Gerais

Territórios de desenvolvimento	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Belo Horizonte	9.300	9.605	10.128	10.362	11.032	11.407	11.973	12.146
Metropolitana	5.683	5.995	6.374	6.720	7.305	7.907	8.222	8.850
Sul	5.643	5.834	5.984	6.233	6.653	6.959	7.276	7.617
Mata	3.871	3.988	4.193	4.391	4.616	4.871	5.050	5.283
Triângulo Norte	2.918	2.978	3.112	3.307	3.616	3.926	4.182	4.362
Oeste	2.497	2.630	2.761	2.932	3.166	3.383	3.588	3.804
Norte	1.740	1.799	1.907	2.021	2.234	2.435	2.553	2.696
Triângulo Sul	1.780	1.870	1.992	2.048	2.230	2.356	2.438	2.552
Vertentes	1.724	1.815	1.888	1.991	2.158	2.313	2.422	2.512
Vale do Aço	1.685	1.763	1.784	1.830	1.910	2.021	2.074	2.186
Noroeste	1.242	1.302	1.370	1.448	1.573	1.726	1.762	1.904
Sudoeste	1.174	1.270	1.356	1.461	1.586	1.604	1.653	1.802
Caparaó	1.130	1.181	1.267	1.327	1.412	1.485	1.540	1.661
Vale do Rio Doce	1.125	1.152	1.165	1.210	1.297	1.327	1.365	1.450
Central	536	540	570	595	644	672	704	771
Mucuri	476	500	529	523	608	648	698	736
Alto Jequitinhonha	335	348	366	378	421	465	508	564
Médio e Baixo Jequitinhonha	277	287	301	329	356	383	402	432
Minas Gerais	43.136	44.857	47.047	49.106	52.817	55.888	58.410	61.328

Fonte: RAIS/MTE

Não só se observa uma desigualdade na distribuição do mercado de empresas do setor no estado, mas observa-se também que essa desigualdade vem aumentando, quando comparamos a taxa média de crescimento entre as regiões:

Varição média do número de estabelecimentos nos territórios de desenvolvimento de Minas Gerais (2006 a 2013)



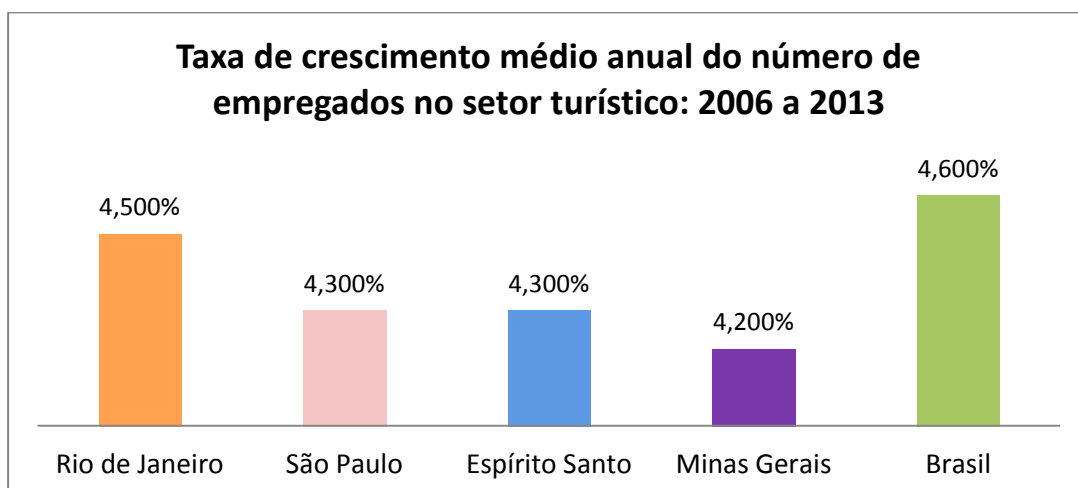
Fonte: RAIS/MTE

O gráfico acima mostra que mesmo com um crescimento de 6,2% ao ano do Médio e baixo Jequitinhonha, o valor não conseguiu superar o crescimento de Belo Horizonte e da Região Metropolitana (6,5%). Isso se agrava ainda ao analisar o crescimento do Alto Jequitinhonha (3,9%) e da região Norte, que menos cresceu no estado com apenas 3,8%.

1.2 – Número de empregados formais

Em relação ao número de empregados no setor, Minas Gerais se manteve no ano de 2013 como o 3º estado do país (408.139), atrás dos estados de São Paulo (1.356.746) e Rio de Janeiro (597.843). No mesmo ano, o número de empregados ligados ao setor representou 8% do total de empregos formais no estado.

Porém, ao analisar a taxa média de crescimento anual em relação aos estados do sudeste, Minas Gerais possui a menor taxa, conforme gráfico abaixo:



Fonte: RAIS/MTE

Vale ressaltar que apenas o Rio de Janeiro conseguiu aproximar da média de crescimento nacional que foi impulsionada pelas regiões Norte e Nordeste de acordo com os motivos apresentados quanto ao número de empresas formais do setor.

Já em relação aos Territórios de Desenvolvimento, há ainda uma concentração maior dos empregados do que observada no número de empresas. As regiões de Belo Horizonte e a RMBH concentram aproximadamente a metade dos trabalhadores do turismo no estado, cabendo às regiões do Jequitinhonha um menor número de empregados do setor, refletido pelo menor número de empresas. Essa diferença pode ser explicada pelo setor de transportes, que é concentrado nas regiões de BH e RMBH e são caracterizadas por uma alta empregabilidade, fazendo com que a diferença no número de empregados do setor seja maior do que o do número de empresas.

Porém, ao contrário do número de empresas, a desigualdade regional no número de empregos vem se reduzindo ao longo dos anos conforme ilustrado no gráfico a seguir.

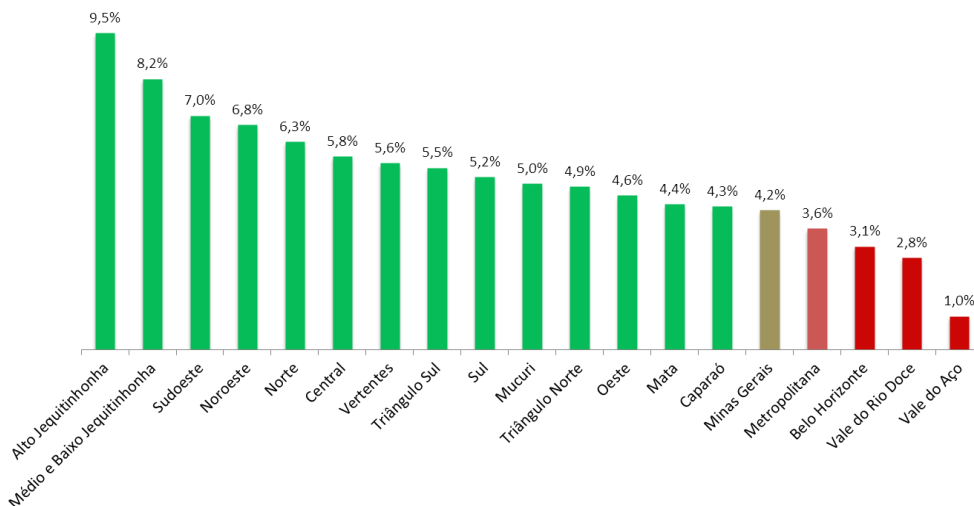
Os dados apontam que justamente as duas regiões com menor número de empregados conseguiram atingir um maior crescimento médio anual no número de trabalhadores, sendo este valor quase três vezes maior do que as regiões de BH e RMBH.

Número de empregados do setor de turismo em Minas Gerais

Territórios de desenvolvimento	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Belo Horizonte	95.867	103.671	108.032	114.345	122.325	127.947	116.490	117.823
Metropolitana	59.488	66.409	70.013	70.028	72.184	78.231	75.662	80.207
Sul	25.871	26.757	28.056	29.912	31.981	33.781	35.599	36.858
Triângulo Norte	21.341	22.086	23.486	23.871	26.282	27.850	29.326	29.759
Mata	21.784	22.507	23.950	25.028	25.677	26.603	28.379	29.376
Oeste	12.855	13.875	14.655	14.736	15.312	16.514	17.466	17.612
Triângulo Sul	9.703	10.171	10.800	10.876	12.120	12.610	13.334	14.048
Vertentes	9.605	10.733	10.955	11.248	12.452	13.505	13.804	13.996
Norte	8.899	9.364	9.728	10.368	11.780	12.451	13.185	13.567
Vale do Aço	12.594	11.191	11.548	11.621	12.096	13.357	12.983	13.314
Noroeste	5.779	6.239	7.267	6.822	7.409	7.926	8.281	9.029
Vale do Rio Doce	6.494	6.578	6.617	6.824	7.103	7.073	7.769	7.832
Caparaó	5.198	5.075	5.294	5.602	6.102	6.606	6.817	6.951
Sudoeste	4.039	4.633	4.695	4.980	5.505	5.696	5.838	6.462
Mucuri	2.754	2.883	3.134	3.184	3.510	3.621	3.666	3.860
Central	2.446	2.589	2.626	2.725	3.109	3.178	3.343	3.616
Alto Jequitinhonha	1.097	1.157	1.334	1.306	1.513	1.613	1.878	2.051
Médio e Baixo Jequitinhonha	1.032	1.042	1.114	1.172	1.302	1.446	1.566	1.778
Minas Gerais	306.846	326.960	343.304	354.648	377.762	400.008	395.386	408.139

Fonte: RAIS/MTE

Varição média do número de empregados nos territórios de desenvolvimento de Minas Gerais (2006 a 2013)

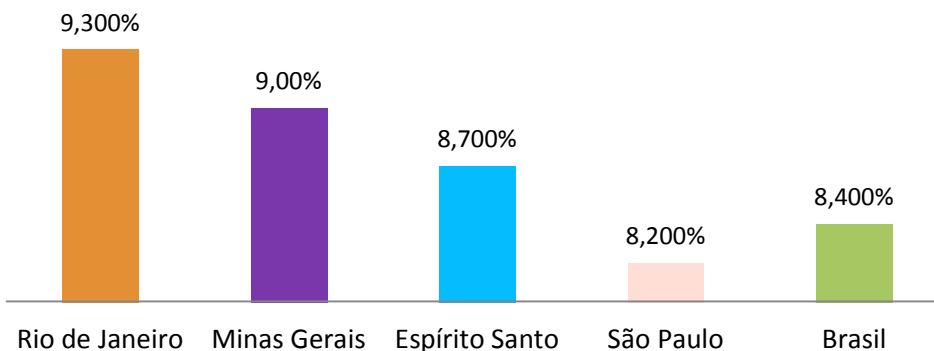


Fonte: RAIS/MTE

1.3 – Renda dos empregados formais

Os dados da renda média do trabalhador no Brasil em 2013 mostram que o estado subiu uma posição em relação a 2012. Assim, Minas Gerais atingiu uma renda média do trabalhador no turismo de R\$ 1.183,89 ficando na 12ª posição. Porém, a taxa de crescimento médio a partir de 2006 no estado foi superior à taxa nacional. Ao se comparar com os dados do sudeste, Minas Gerais perdeu apenas para o estado do Rio de Janeiro. Assim, o estado saiu da 16ª posição em 2006 para o atual 12º lugar. Em 2013, a renda total dos trabalhadores ligados ao setor representou 5,1% do total da renda dos trabalhadores formais no estado, mantendo-se constante desde 2010.

Taxa de crescimento médio anual da renda dos trabalhadores no setor turístico: 2006 a 2013



Fonte: RAIS/MTE

A renda média do trabalhador por territórios de desenvolvimento possui características semelhantes aos dados já apresentados de empresas e trabalhadores, concentrando as maiores rendas na capital e RMBH. Porém, as rendas mais baixas além de estarem nas regiões do Jequitinhonha, refletem no Norte e no Vale do Mucuri, como se observa na tabela “renda dos empregados formais”.

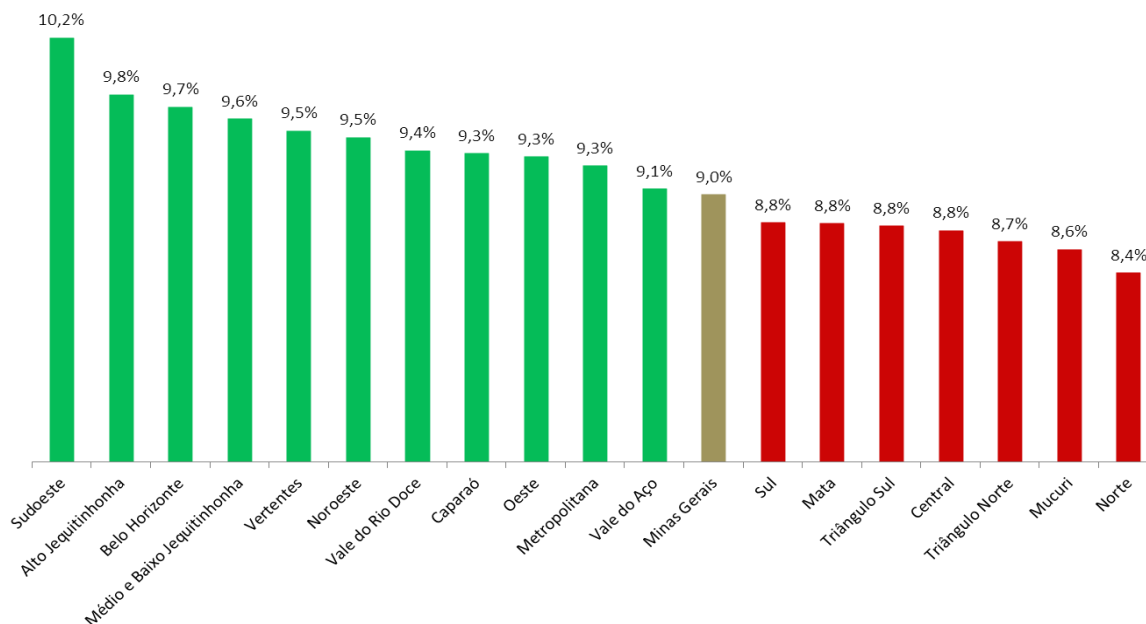
Assim como o número de trabalhadores, o crescimento médio da renda por região foi melhor nas regiões do Jequitinhonha, diminuindo a desigualdade entre o estado, porém não se refletiu nas regiões Norte e Mucuri que observaram o pior desempenho.

Renda dos empregados formais

Territórios de desenvolvimento	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Belo Horizonte	730,35	781,16	824,25	918,49	1.008,13	1.138,44	1.280,62	1.390,26
Metropolitana	718,82	769,60	819,12	905,61	991,94	1.105,83	1.229,78	1.334,18
Triângulo Norte	698,68	728,14	788,86	853,70	928,98	1.020,56	1.133,82	1.249,15
Triângulo Sul	673,98	714,08	772,04	844,11	928,97	996,32	1.096,65	1.214,98
Noroeste	561,24	597,29	710,13	705,01	769,37	814,72	933,26	1.046,23
Vale do Aço	568,69	605,90	666,41	729,99	808,84	870,22	958,11	1.043,98
Mata	561,89	588,07	622,65	684,90	742,62	814,12	920,89	1.012,94
Sul	556,91	584,04	629,81	689,34	755,30	830,40	923,71	1.005,37
Vertentes	531,22	573,04	608,27	661,31	747,62	834,28	935,03	1.002,09
Oeste	535,35	578,69	623,21	685,14	757,75	811,49	913,38	998,04
Central	549,17	605,59	643,60	696,92	752,27	807,88	897,03	987,78
Caparaó	518,87	546,68	594,36	651,74	719,96	787,59	885,78	968,72
Vale do Rio Doce	510,71	546,52	589,60	701,83	782,34	768,05	884,14	945,02
Sudoeste	473,58	517,43	557,53	620,69	690,50	748,66	856,21	935,02
Mucuri	517,90	539,88	584,16	640,47	699,21	749,51	826,72	922,33
Norte	520,26	549,84	598,19	656,90	703,99	742,83	837,68	915,65
Alto Jequitinhonha	444,28	474,90	532,14	580,09	637,19	706,41	767,47	853,79
Médio e Baixo Jequitinhonha	444,36	470,77	506,43	571,27	640,44	726,81	787,31	842,62
Minas Gerais	646,68	690,81	740,51	814,40	891,75	982,64	1.087,23	1.183,89

Fonte: RAIS/MTE

Varição média da renda dos trabalhadores nos territórios de desenvolvimento de Minas Gerais (2006 a 2013)



Fonte: RAIS/MTE

VISITANTES NO ESTADO

Fluxo e receita

Os números relacionados ao fluxo e a receita gerada pelos turistas no Estado são positivos. De acordo com estudos realizados pela SETUR-MG, o fluxo de turistas (considerando o turismo interno, nacional e internacional) em Minas Gerais passou de 11,4 milhões em 2008 para 24,4 milhões em 2014, resultando num aumento de 114%. Durante esse mesmo período, a receita direta gerada por esse fluxo subiu de 6 bilhões de reais em 2008 para 17,1 bilhões em 2014, resultando em um crescimento de 185%.

De acordo com dados do ICMBio e do IEF, o número de visitantes nos parques naturais de Minas Gerais em 2013 atingiu a marca de 305 mil, superando em 11% o valor observado em 2012.

Perfil

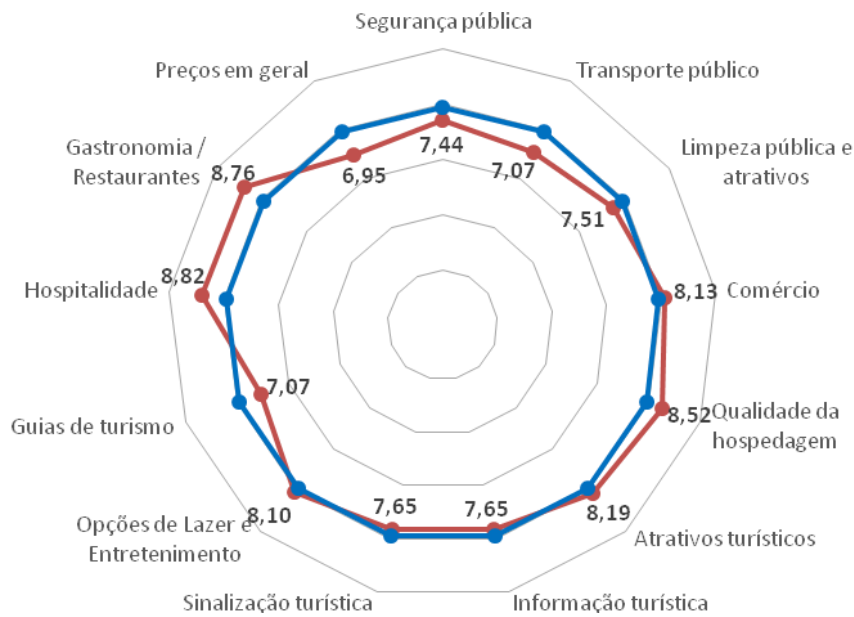
Grande parte desses números foi gerada pelos visitantes do próprio estado. De acordo com a Pesquisa de Demanda Turística realizada pela SETUR-MG em 2014, 67% dos visitantes do estado era composto pelo turismo interno, ou seja, mineiros viajando pelas cidades do estado. Em seguida, observou-se os visitantes do estado de São Paulo (13%) e do Rio de Janeiro (7%). Conclui-se então, que Minas Gerais possui grande visitação por pessoas da região sudeste, sendo responsável por 87% de toda a movimentação. Além disso, 60% dos visitantes já conheciam as cidades nos quais foram entrevistados, demonstrando que o estado possui grande taxa de retorno. 84% organizaram a viagem por conta própria e 50% chegaram ao destino através de ônibus rodoviário.

De acordo com a mesma pesquisa, Minas Gerais consegue atrair diversos tipos de visitantes motivados por lazer (33%), visita a amigos e parentes (25%) e negócios (23%). Dentre os que vieram por lazer, 45% foram motivados pelo turismo cultural e 34% pelo ecoturismo, interessados na diversidade de atrativos e produtos que o estado possui. 93% afirmaram que a viagem em Minas Gerais atendeu ou superou as expectativas, dando destaque para a hospitalidade mineira e a gastronomia como pontos positivos.

Ressalta-se que a gastronomia mineira é uma das manifestações culturais mais expressivas do Estado, sendo hoje referência tanto para o turista nacional quanto ao visitante internacional. Conforme pesquisa de demanda realizada pela Secretaria de Estado de Turismo, em 2014, 33% dos entrevistados consideram a gastronomia como a principal imagem turística do estado. Outro dado relevante, 73% dos visitantes afirmam consumir culinária típica em suas viagens. Sabe-se ainda que a gastronomia local tem sido um importante motivador na escolha do destino Minas Gerais.

Em relação aos pontos de melhoria, foram identificados os preços praticados pelo mercado, transporte público para acesso aos municípios e atrativos e a falta de profissionais de guias de turismo:

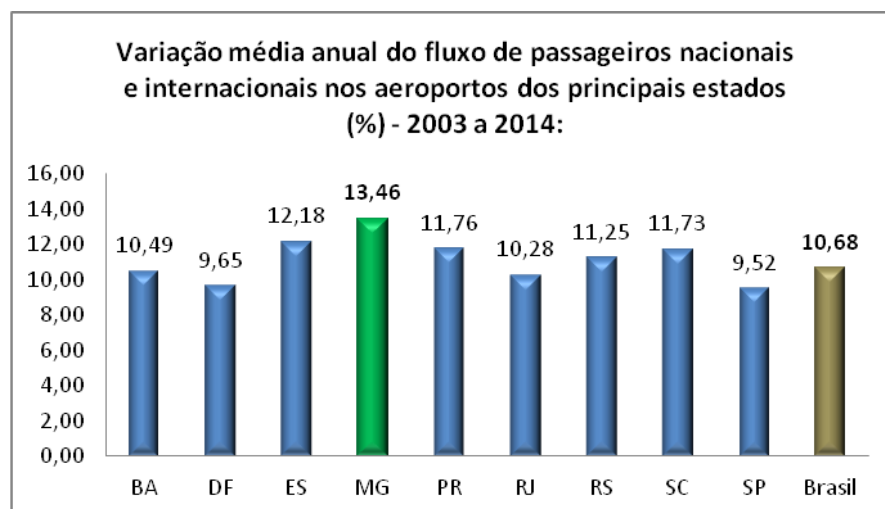
Nível de satisfação dos visitantes em Minas Gerais - 2014



Fonte: Pesquisa de Demanda

Aeroportos

Em relação ao fluxo de passageiros dos aeroportos do estado (considerando embarques e desembarques somados) apurados pela Infraero e Concessionárias, Minas Gerais atingiu um fluxo de 13.459.350 em 2014, 109% superior a 2008. Ao compararmos, entre 2003 e 2014, a média de crescimento do fluxo de Minas Gerais com os principais estados do Brasil, Minas Gerais atingiu uma média de crescimento anual de 13,5%, enquanto que a média nacional foi de 10,7%, conforme gráfico abaixo:



Fonte: Infraero

Os aeroportos de Minas Gerais observaram um aumento considerável no fluxo total de passageiros não só no Aeroporto Internacional de Confins, mas também em Uberlândia e Montes Claros, tornando grandes portões de entrada para o estado e relevando sua importância como polo regional. Também houve um crescimento de passageiros no Aeroporto da Pampulha, tornando-se novamente uma opção para o fluxo aéreo no estado, principalmente com o aumento dos voos regionais.

Fluxo de passageiros nos aeroportos de Minas Gerais: 2010 - 2014					
Aeroporto	Ano				
	2010	2011	2012	2013	2014
Aeroporto Internacional de Confins	7.261.064	9.359.033	10.398.296	10.291.288	10.829.403
Aeroporto de Uberlândia	765.395	907.169	1.011.490	1.205.687	1.130.920
Aeroporto da Pampulha	757.685	793.484	774.881	989.332	943.422
Aeroporto de Montes Claros	121.140	224.660	322.734	326.702	355.669
Aeroporto de Uberaba	75.389	133.652	178.056	147.420	160.097
Aeroporto Carlos Prates	22.431	28.290	40.435	35.921	39.839
TOTAL	9.003.104	11.446.288	12.725.892	12.996.350	13.459.350

Fonte: Infraero e BH Airport

De acordo com dados do Ministério do Turismo e da Polícia Federal, o número de estrangeiros que entraram no Brasil por via aérea pelos aeroportos de Minas Gerais no ano de 2013, foi 131% maior do que o ano de 2008. Porém, em relação ao ano de 2012, esse número caiu 14%, totalizando 46.639 estrangeiros, oriundos principalmente dos Estados Unidos, Portugal, Itália e Argentina.

Esse dado é comprovado quando vemos a representatividade do estado de Minas Gerais no fluxo de passageiros internacionais no Brasil, conforme gráfico abaixo:



Fonte: Infraero

Apesar do crescimento durante a série histórica, o número de turistas entrando por Minas Gerais em relação aos outros aeroportos do país ainda é muito baixo. Minas Gerais representou apenas 2% do fluxo internacional no país em 2014, sendo um valor incompatível com o potencial internacional de alguns destinos turísticos mineiros e a localização estratégica do estado como portão de entrada para o Brasil.

Hotelaria em Belo Horizonte

Dados da SETUR-MG apurados diretamente com os hotéis de Belo Horizonte apontaram que, em 2014, o número de hóspedes na capital foi 14% superior ao ano de 2013, totalizando 1,6 milhão, impulsionados pela Copa do Mundo. Porém, devido ao evento, houve uma ampliação significativa no número de leitos ofertados, fazendo com que a taxa média de ocupação dos estabelecimentos em 2014 fechasse com o valor de 52,5%. Desde 2010, quando a taxa média de ocupação alcançou 65%, esse percentual vem decaindo, gerando uma alteração no mercado hoteleiro do município e o atual fechamento de alguns estabelecimentos. A taxa de permanência média dos hóspedes se manteve estável (2 pernoites) assim como o número de hóspedes por unidade habitacional (1,6 pernoite).

PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (2001), “a natureza da atividade turística é um conjunto complexo de inter-relações de diferentes fatores que devem ser considerados conjuntamente sob uma ótica sistemática, ou seja, um conjunto de elementos inter-relacionados que evoluem de forma dinâmica”. Na prática, diferenciam-se quatro elementos básicos nesse conceito de atividade turística (MTUR, 2007. p.15):

- 1) Demanda – formada por um conjunto de consumidores, ou possíveis consumidores, de bens e serviços turísticos;
- 2) Oferta – composta pelo conjunto de produtos, serviços e organizações envolvidas ativamente na experiência turística;
- 3) Espaço geográfico – base física na qual tem lugar a conjunção ou o encontro entre a oferta e a demanda, e em que se situa a população residente (que se não é em si mesma um elemento turístico, é considerada um importante fator de coesão ou desagregação no planejamento turístico);
- 4) Operadores de mercado – empresas e instituições cuja principal função é facilitar a inter-relação entre a demanda e a oferta. São as operadoras e agências de viagens, empresas de transporte regular, órgãos públicos e privados que organizam ou promovem o turismo.

O mercado turístico, nesse contexto, é o “encontro e a relação entre a oferta de produtos e serviços turísticos e a demanda, individual ou coletiva, interessada e motivada pelo consumo e uso destes produtos e serviços” (MTUR, 2007. p.16).

Tendo definido a noção de mercado, importante esclarecer alguns dos conceitos fundamentais que compõe o Marketing Turístico (produto, preço, praça (distribuição) e promoção) e seus desdobramentos, tais como as ações de fortalecimento de produtos turísticos e de apoio á comercialização dos mesmos.

De acordo com o Ministério do Turismo (2007, p.31):

A promoção turística é um item do composto de marketing que abrange todas as ferramentas mercadológicas utilizadas para estabelecer comunicação com o mercado, incluindo as técnicas a serem aplicadas para promover o produto turístico e a forma como a promoção será transmitida ao consumidor: imagem, linguagem de comunicação, etc.

Dentre os objetivos da promoção turística, podem-se mencionar o relacionamento com o mercado consumidor, identificando as demandas, criação e fortalecimento da imagem do produto para o público-alvo, gerando informações dirigidas e dando suporte ao processo de comercialização.

Entende-se que a comercialização turística faz parte do marketing e diz respeito às medidas tomadas com o objetivo de levar o produto turístico ao consumidor final (MTUR, 2007, p. 40). Nesse sentido, conforme o MTUR (2007, p. 40), as estratégias desenvolvidas para a comercialização de um produto turístico devem ter como objetivos:

- criar um relacionamento próximo com o mercado consumidor;
- desenvolver ações direcionadas para a nova realidade de distribuição;
 - garantir retorno financeiro suficiente para manter o produto competitivo e sustentável;
 - aumentar a inserção competitiva do produto turístico (brasileiro) no mercado internacional;
 - aumentar o número de operadores turísticos nacionais e internacionais que comercializam produtos turísticos (brasileiros).

Por consequência, o processo de comercialização turística se torna efetivo quando as operadoras elaboram e distribuem os produtos turísticos nas agências de turismo, que os vendem ao consumidor final. (MTUR, 2007, pag. 40).

Diante do exposto, contextualiza-se a seguir, em linhas gerais, a situação em que a atividade turística de Minas Gerais se encontra em termos de promoção e comercialização do destino.

De acordo com pesquisa realizada pela Diretoria de Pesquisa e Informação Turística da SETUR, durante a ABAV 2013 (Feira de Turismo das Américas), mais da metade dos operadores de turismo entrevistados, 60%, não comercializa Minas Gerais, seja por falta de divulgação para o público (66%) ou preço não competitivo (37%). Porém, diante dessa questão, ao serem perguntados sobre expectativas de fechar negócios futuros com receptivos mineiros, 66% desses se expressam positivamente, tanto que, ao comparar o número de empresas que não comercializam Minas Gerais com os anos anteriores, nota-se aumento significativo do índice: 2011 (46%), 2012 (58%), 2013 (60%).

Em consonância com a pesquisa da ABAV 2013, os dados obtidos em pesquisa realizada durante a Feira AVIRRP 2014 (Encontro Nacional das Agências de Viagem – Ribeirão Preto / SP) são muito equivalentes; 68% das agências afirmam que não vendem mais Minas Gerais devido à falta de divulgação para o público e também pelos seguintes fatores: falta de material no ponto de venda (18%); falta de capacitação para os agentes (18%); preço não competitivo (13%) e falta de diversificação do produto (12%).

Ainda de acordo com o estudo feito durante a Feira ABAV 2013, o destino Minas Gerais não aparece entre as dez primeiras citações desde 2009. Na média geral entre 2011 e 2013, os destinos mais vendidos são respectivamente: Rio de Janeiro, Nordeste, São Paulo, Sul, Fortaleza, Bahia, Brasília, Gramado e Natal.

Identificou-se também, por meio destas pesquisas, os destinos mais vendidos em Minas Gerais pelas agências de viagem. A pesquisa aplicada na AVIRRP apontou que os mais vendidos são: cidades históricas (41%), Belo Horizonte (27%), Araxá (13%), Poços de Caldas (11%). Reafirmando esses dados a pesquisa na ABAV indicou: BH (63%), Ouro Preto (24,8%) e Cidades Históricas (23,9%).

Essa situação se repete quando os agentes de viagem foram questionados sobre o segmento turístico de interesse em Minas, sendo que 65% citaram Cultura. Vale destacar que em segundo lugar com 60% das citações pelos agentes está o segmento Natureza explicitando assim a necessidade de diversificação dos produtos turísticos mineiros, dando ênfase maior a outros segmentos além do Cultural.

INFRAESTRUTURA GERAL E ESTRUTURA DE APOIO AO TURISMO

Dados apontados pelo Estudo de Competitividade, realizado em 2013 pela Fundação Getúlio Vargas, e aplicados nos principais destinos turísticos de Minas Gerais com o intuito de avaliar o grau de desenvolvimento turístico desses municípios apontou que Minas Gerais ainda se depara com situações em que mais da metade dos destinos não é atendido por uma estação de tratamento de esgoto (ETE), ausência de controle de capacidade de suporte ou carga para a utilização turística do patrimônio cultural e atrativos naturais, além de possuírem pouca cobertura da sinalização turística viária e de atrativos, pequena presença de Centros de Atendimento ao Turista – CAT e não cumprimento dos quesitos de acessibilidade na maior parte dos estabelecimentos - meios de hospedagem, restaurantes e atrativos.

Quanto ao acesso foram apontados a inadequação da estrutura dos terminais rodoviários, a ausência de linha regular de transporte turístico interligando os principais atrativos do destino, além da necessidade de melhoria das estradas de acesso, como duplicação, acostamento, sinalização e iluminação.

Em relação ao pessoal escalado para trabalhar diretamente com a atividade, foi detectada uma falta de capacitação do corpo técnico, considerada pelo estudo uma das principais barreiras à entrada de novos empreendimentos turísticos. Idiomas e gestão de negócios também foram indicados como uma das maiores deficiências do profissional local. No que tange à gestão municipal aponta-se a ausência de plano de desenvolvimento turístico integrado para a região.

É de relevância também o fato de que há pouco incentivo para que a população local utilize os equipamentos turísticos e é baixo o envolvimento desta comunidade nas decisões de projetos turísticos.

Por fim, no que diz respeito a investimentos e captação de recursos, a pesquisa apontou a falta de incentivos fiscais, como a ausência de benefícios de isenção, redução de impostos ou taxas para as atividades características de turismo no destino.

ARCABOUÇO LEGAL DO TURISMO

Em Minas Gerais, a política estadual de turismo foi institucionalizada por meio da Lei nº 12.398, de 12 de dezembro de 1996, que, por sua vez, cita o Plano Mineiro de Turismo como instrumento norteador a ser desenvolvido. Entretanto, essa lei não define diretrizes claras para a elaboração desse plano, e o mesmo ainda hoje não se encontra estruturado. Há demandas do setor de turismo por uma revisão dessa legislação e por seu aperfeiçoamento.

Destaca-se que em outubro de 1999, o Estado de Minas Gerais, inovou ao institucionalizar a Secretaria de Estado de Turismo, por meio da Lei nº 13.341, uma das primeiras no Brasil a tratar exclusivamente dos assuntos do setor, valendo destacar que a nível federal, o Ministério do Turismo (como pasta exclusiva) só foi criado no ano de 2003.

A formulação e a institucionalização de leis que proporcionem a construção de um ambiente favorável ao desenvolvimento e a consolidação da atividade turística são fundamentais para o fomento à atividade. Mario Carlos Beni, estudioso da atividade turística no Brasil, ao tratar da importância da implementação de uma política no âmbito do turismo, diz que ela:

[...] é a espinha dorsal do ‘formular’ (planejamento), do ‘pensar’ (plano), do ‘fazer’ (projetos e programas), do ‘executar’ (preservação, conservação, utilização e ressignificação dos patrimônios natural e cultural e sua sustentabilidade), do ‘reprogramar’ (estratégia) e do ‘fomentar’ (investimentos e vendas) o desenvolvimento turístico de um país ou de uma região e seus produtos finais. (BENI apud DIAS, 2003, p.120).

O Governo do Estado de Minas Gerais para fomentar a organização territorial da atividade turística nos municípios, dentre outros objetivos, publicou a Lei Estadual n.º 18.030/2009, que redistribuiu as cotas de repasse financeiro do ICMS e do IPI, contemplando o setor do turismo, e contribuindo enormemente para o fortalecimento da política pública de regionalização do Estado e para o desenvolvimento da gestão turística plena nos municípios mineiros. Assim foi institucionalizado o ICMS critério Turismo.

O ICMS critério Turismo estimula a organização municipal em prol do turismo através da exigência de 4 (quatro) macro requisitos: participar do Programa de Regionalização da Secretaria de Estado de Turismo, ter uma política municipal de turismo instituída e em implementação, ter um conselho municipal de turismo e um fundo municipal de turismo instituído e em regular funcionamento. Desde a sua implantação, houve um aumento de mais de 400% dos municípios habilitados e recebendo o repasse de ICMS critério Turismo, no entanto, como a alíquota geral de repasse permanece inalterada, os municípios contemplados recebem cada vez menos.

Outro ponto que merece destaque e que tem sido objeto de questionamentos pelo Conselho Estadual de Turismo, circuitos turísticos e municípios, é que, apesar do Estado exigir que os municípios possuam um Fundo Municipal de Turismo instituído e em regular funcionamento - para habilitação ao repasse do ICMS critério Turismo, o Estado não possui um Fundo Especial voltado para o Turismo, deixando de ser exemplo e de motivar a adoção desta política nos 853 municípios mineiros.

Sugere-se a revisão da legislação estadual que afeta o setor de turismo, como um todo, em Minas Gerais, a fim de identificar lacunas e necessidades de aperfeiçoamento e atualização.

DESAFIOS, OPORTUNIDADES, DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS

DESAFIOS

Os principais desafios ou entraves identificados no cenário mineiro para o desenvolvimento do turismo são relacionados aos seguintes aspectos:

- A diversidade e extensão territorial do Estado, assim como diferentes dinâmicas dos indicadores de desenvolvimento de suas regiões.
- A desatualização dos marcos legais estaduais do setor de turismo, ou que o afetam.
- O baixo número de roteiros turísticos mineiros disponíveis nas principais agências e operadoras nacionais e internacionais, e a baixa competitividade dos pacotes oferecidos.
- A precariedade da divulgação dos destinos e atrativos turísticos mineiros para o público final e a falta de material de divulgação nos pontos de venda. A falta de capacitação dos agentes de turismo para vender o Destino Minas é apontada por operadoras e agências de viagens como causa da baixa vendagem de pacotes turísticos para esse Estado. A falta de diversificação dos produtos turísticos de Minas oferecidos pelo mercado está relacionada a essa baixa divulgação dos destinos e a dificuldade e o custo de desenvolvimento de estratégias de venda para um turismo de nicho⁷².
- A baixa competitividade dos preços praticados pelo mercado de turismo em Minas Gerais, a baixa disponibilidade de transporte público direto para acesso a alguns dos municípios turísticos, a ausência de linhas regulares interligando os principais atrativos turísticos nos destinos, além da falta de profissionais atuantes como guias de turismo, são apontados como principais elementos a melhorar destacados pelos turistas que visitam o Estado.
- O baixo fluxo de turistas internacionais em Minas Gerais é um desafio, pois apesar do número de chegadas internacionais em Minas Gerais ter passado por crescimentos nos últimos anos, ainda é muito baixo, tendo chegado a apenas 2% do fluxo internacional no país em 2014.
- Em termos de infraestrutura, mais da metade dos destinos turísticos não é atendido por uma estação de tratamento de esgoto (ETE); as estradas de acesso aos destinos turísticos precisam de melhorias como duplicação, acostamento, sinalização e iluminação; os terminais rodoviários precisam de adequação de sua estrutura; a utilização turística do patrimônio cultural e de atrativos naturais em geral não é dotada de controle de carga ou de capacidade de suporte; há pouca cobertura de sinalização turística de atrativos; baixa presença de Centros de Atendimento ao Turista – CAT, e os quesitos de acessibilidade não são cumpridos na maior parte dos estabelecimentos turísticos (meios de hospedagem, restaurantes e atrativos).

⁷² O turismo de nicho é aquele relacionado a públicos diferenciados. Não é um turismo de massa.

- Nos municípios falta capacitação do corpo técnico que trabalha com turismo tanto junto às prefeituras quanto nos empreendimentos do setor (faltando conhecimentos em gestão de negócios e domínio de outros idiomas). Há pouca sensibilização da população local para a utilização de equipamentos turísticos e para o seu envolvimento nas decisões relativas a projetos turísticos que afetem a cidade. Identifica-se também a necessidade de elaborar planos de desenvolvimento integrado para as regiões turísticas a fim de nortear a gestão municipal do turismo.
 - Falta um fundo estadual de turismo que favoreça o apoio a projetos e planos de desenvolvimento do turismo regional.
 - A concentração do setor de turismo mineiro na capital e em sua região metropolitana (representando 1/3 do mercado) é um fenômeno comum no Brasil e aparentemente mundialmente, mas essa concentração e sua dinâmica precisa ser melhor compreendida e analisada. O crescimento na RMBH apresentou alta taxa de crescimento nos últimos anos (6,5% a.a.), mas ainda ficou abaixo da taxa média nacional do mesmo período (8,5% a.a.). E a desigualdade regional da distribuição de empresas do setor de turismo vem aumentando no estado.
 - A taxa média de crescimento anual dos empregos formais do turismo em Minas foi a menor em relação aos estados do sudeste no período 2006-2013, e as regiões de Belo Horizonte e a RMBH concentram aproximadamente a metade dos trabalhadores do setor no estado.
 - A renda média do trabalhador do turismo em Minas consta na 12ª posição no Brasil em 2013, sendo que, nesse ano, a renda total dos trabalhadores do setor representou 5,1% do total da renda dos trabalhadores formais no estado, mantendo-se constante desde 2010. E, além disso, as maiores rendas do trabalhador de turismo concentram-se na capital e RMBH.
 - O número absoluto de turistas que utilizam a rede hoteleira de Belo Horizonte vem aumentando nos últimos anos, entretanto, diante da significativa ampliação da oferta de leitos na capital, nos últimos anos, a taxa média de ocupação hoteleira, desde 2010, vem decaindo.

OPORTUNIDADES

As principais oportunidades identificadas para o desenvolvimento do turismo em Minas Gerais foram as seguintes:

- A desigualdade regional do número de empregos do turismo vem se reduzindo ao longo dos anos entre 2006 e 2013.
- A taxa de crescimento médio da renda do trabalhador do turismo em Minas, a partir de 2006, foi superior à taxa nacional.
- O fluxo de turistas (considerando o turismo interno, nacional e internacional) em Minas Gerais passou de 11,4 milhões em 2008 para 24,4 milhões em 2014, resultando num aumento de 114%. Enquanto isso a receita direta gerada subiu de 6 bilhões de reais em 2008 para 17,1 bilhões em 2014, resultando em um crescimento de 185%.
- O número de visitantes nos parques naturais de Minas Gerais vem crescendo. Em 2013 atingiu a marca de 305 mil, superando em 11% o valor observado em 2012.
- O alto percentual de turistas realizando sua própria programação de viagem e viajando por conta própria, predominantemente por meio de buscas e agendamentos via web, sem utilização de agências de viagens.
- 67% do fluxo turístico em Minas Gerais resulta de visitantes do próprio estado (turismo interno), 13% do fluxo de visitantes provém de São Paulo e 7% do Rio de Janeiro. Assim, o Sudeste representa 87% de toda a movimentação do turismo em Minas. E o estado possui grande taxa de retorno de seus visitantes.
- 93% dos visitantes afirmam que a viagem em Minas Gerais atendeu ou superou as expectativas, dando destaque para a hospitalidade mineira e a gastronomia como pontos positivos, sendo a gastronomia local e a natureza importantes imagens associadas ao destino Minas Gerais.
- Os turistas visitam Minas motivados por lazer (33%), visita a amigos e parentes (25%) e negócios (23%). Sendo os que vieram por lazer: 45% motivados pelo turismo cultural e 34% pelo ecoturismo, interessados na diversidade de atrativos e produtos que o estado possui.
- O fluxo de passageiros dos aeroportos do estado (considerando embarques e desembarques somados) vem aumentando de forma relevante entre 2003 e 2014. A média desse crescimento anual chegou a 13,5%, enquanto que a média nacional foi de 10,7%. O crescimento destaca-se no Aeroporto Internacional de Confins, mas também em Uberlândia e Montes Claros, relevando a importância desses polos regionais, tendo ocorrido ainda um crescimento de passageiros no Aeroporto da Pampulha, com um aumento dos voos regionais.
- Há um forte impacto sobre o número de chegadas de turistas internacionais no Estado quando há a disponibilidade de vôos diretos. Além disso, a localização estratégica do Estado favorece sua utilização como hub, como portão de entrada para o Brasil. Os turistas estrangeiros que chegaram ao Brasil por via aérea pelos aeroportos de Minas Gerais originam-se principalmente dos Estados Unidos, Portugal, Itália e Argentina.